

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS –
CEPPAC

**O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) NO BRASIL E O PARTIDO
SOCIALISTA (PSCH) NO CHILE: A TRANSFORMAÇÃO DA ESQUERDA
LATINO-AMERICANA**

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
do grau de Doutor em Ciências Sociais pelo Centro
de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas –
CEPPAC, da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. David Verge Fleischer

Brasília, 2009

RESUMO

Esta tese tem como objetivo fazer uma análise do processo de transformação da esquerda contemporânea na América Latina. Para isto, usará da teoria organizacional dos partidos políticos para fazer uma análise da trajetória de dois partidos políticos da região, o Partido Socialista do Chile (PSCh) e o Partido dos Trabalhadores (PT), do Brasil. Partindo do princípio de que estes dois partidos experimentaram um processo de mudança organizativa profunda nas últimas décadas, interpretamos que tal processo está relacionado com uma estratégia partidária de busca de maximização dos votos e dos espaços eletivos. Para tanto, estes partidos optaram pela adaptação ao novo ambiente político nacional e internacional, de democratização e de globalização da economia, além de procurarem construir uma resposta democrática à crise do socialismo. Portanto, concluímos que o PSCh e o PT se constituem em um novo tipo da esquerda na América Latina, uma esquerda reformista e social-democrática.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Esquerda; América Latina.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the transformation process of contemporaneous left parties in Latin America. For that, it will be used the organizational theory of political parties to analyze the trajectory of two political parties in region, the Socialist Party of Chile (PSCh) and the Workers' Party (PT), from Brazil. Starting with the principle that these two parties experimented a process of deep organizational change in the last decades, we interpreted that this process is related to a party strategy in search of vote-maximizing orientation and electoral spaces. For that, these parties decided for the adaptation to the new national and international political environment, where we can witness the economy democratization and globalization. Besides, they tried to construct a democratic answer to the socialism crises. Therefore, we can conclude that the PSCh and the PT consist of a new kind of left in Latin America, a reformist and social-democratic left.

Key-words: Political Parties; Left; Latin America.

Dedicatória:

A Egesipe e Lúcia, meus pais

A Patrícia, minha esposa

A Pedro, meu filho

Aos quatro, mais do que esta tese, dedico todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A todos os companheiros e amigos, militantes do PT e do PSCh, que me ajudaram nesta pesquisa, na coleta de documentos e no contato para entrevistas. Particularmente, Anselmo Castilho, Humberto de Jesus, Jackson Macedo, Marcus Túlio, Rodrigo Soares e Walberto Fonseca Júnior, do PT, e Antoine Mailet, Eolo Díaz-Tendero, Fernando Krauss e Luciano Valle, do PSCh.

Ao professor Manuel Antonio Garretón, da Universidad de Chile, e à professora Mireya Dávila, da FLACSO, pela acolhida e ajuda primordial no Chile.

A Araceli Navarrete, assistente social da FACSÓ da Universidad de Chile, admiradora de música brasileira, pela gentil acolhida nos meus primeiros dias em Santiago.

A Georgina Canifu, competente bibliotecária da “Biblioteca Clodomiro Almeyda”, da sede do PSCh em Santiago, que se tornou minha amiga.

Aos funcionários da Biblioteca do INAP da Universidad de Chile, Sra. Mónica Tagle, Sr. Alfredo Cortés e Sr. Marco Diaz, à Biblioteca Nacional do Chile e à Biblioteca da FACSÓ - Universidad de Chile, em Santiago.

A todos os companheiros do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista do Chile que, gentilmente, me concederam entrevistas para essa pesquisa.

Ao amigo Ricardo Bravo, meu professor chileno de espanhol, pelas boas conversas sobre a política, o futebol e o rock do Chile e do Brasil.

Às queridas amigas Janaína e Isolda, pela acolhida carinhosa toda vez que ia a Brasília.

Ao amigo Paulo Alexandre, colega de CEPPAC, que me ajudou com a burocracia da UNB, quando voltei a morar em João Pessoa.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, que me dispensaram das atividades docentes para a realização da pesquisa de campo.

A Ednaldo Júnior, meu amigo há vinte anos, pequeno grande homem, flamenguista virtuoso, pela força total nas questões de informática.

A Alberto Carlos, amizade recente que seguirá para toda a vida, pelo apoio na PBTUR.

À CAPES, agradeço por ter me concedido a bolsa de doutorado-sanduíche que me proporcionou ir ao Chile, realizar a pesquisa de campo.

Aos integrantes da minha banca de defesa do doutorado, Prof. Dr. Benício Viero Schmidt, Prof. Dr. Caetano Ernesto Pereira de Araújo, Prof^a. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho e Prof^a. Dra. Mariza Von Bülow agradeço pela gentileza de aceitarem a participação, pela leitura atenta e pelos comentários inspiradores.

Ao meu orientador, Prof. David Fleischer, que admiro profundamente e que tenho como amigo, agradeço pela simpatia, pela compreensão, pela paciência e por ter me apoiado em todos os momentos. Sem nenhuma dúvida, se não fosse o apoio do Prof. David, eu não teria concluído esta tese.

Às minhas irmãs, Natasha e Paloma, e à mãe delas, Tereza, que sempre estiveram do meu lado, me estimulando, me “cobrando” quando preciso e, sobretudo, sendo minhas grandes amigas.

Aos meus pais, Egesipe e Lúcia, meus maiores amigos, agradeço o exemplo, a dedicação e o amor sem horas e sem limite. Agradeço pela presença na distância, e por toda pequena ou grande lembrança. Pedindo-lhes desculpas por todos os momentos de ausência, me cobro todos os dias disciplina e inspiração para que, um dia, consiga dar a Pedro tudo de bom que recebi deles dois.

À minha esposa Patrícia, que eu amo muito e que está comigo desde quando esta tese era apenas um projeto que martelava minha cabeça, agradeço pelo apoio, pela companhia e pelo carinho que foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Agradeço também por Pedro, e por ser uma mãe tão dedicada, prometendo ser um pai ainda mais presente.

Por fim, mas sempre em primeiro lugar, agradeço a Pedro, meu filho e também grande amigo, que me inspira, me alegra e me ensina tanto. Agora, vamos brincar ainda mais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – OS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIÊNCIA POLÍTICA	
CONTEMPORÂNEA	14
1.1 – PARTIDOS POLÍTICOS: AS DISCUSSÕES CLÁSSICAS.....	15
1.2 – ANGELO PANEBIANCO E OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO ORGANIZAÇÃO	29
1.3 – PARTIDOS POLÍTICOS: EM BUSCA DAS DEFINIÇÕES “AMPLIADAS”	36
1.4 – “MAL-ESTAR” E CRISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS: OS CASOS DO BRASIL E DO CHILE.....	38
CAPÍTULO 2 - SISTEMAS PARTIDÁRIOS: OS CASOS DO CHILE E DO BRASIL	46
2.1 – O SISTEMA PARTIDÁRIO CHILENO	48
2.2 – O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO	75
CAPÍTULO 3 - A TEORIA POLÍTICA NUM MUNDO EM MUDANÇA: PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS DA DEMOCRACIA E DA GLOBALIZAÇÃO	85
3.1 - A TEORIA DEMOCRÁTICA E OS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DA DEMOCRACIA	87
3.1.1 - Uma concepção elitista de democracia	90
3.1.2 - Os pluralistas	100
3.1.3 - Teorias da democracia participativa.....	108
3.1.4 - Democracia e cultura cívica	116
3.1.5 - A democracia na América Latina: uma avaliação contemporânea	120
3.1.6 - Dilemas contemporâneos da teoria democrática.....	127
3.2 - A GLOBALIZAÇÃO VISTA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS	130
3.2.1 - O triunfalismo da globalização e o fim do Estado-nacional	134
3.2.2 - O ceticismo com a globalização.....	138
3.2.3 - A originalidade do processo de globalização.....	141
3.2.4 - Reinventando o keynesianismo no plano global?	147
3.2.5 - Globalização, incerteza e insegurança	149
3.2.6 - A globalização vista pelo Banco Mundial e pelo PNUD.....	153
CAPÍTULO 4 – A ESQUERDA EM TRANSFORMAÇÃO.....	157
4.1 – O DEBATE TEÓRICO DA ESQUERDA DO SÉCULO XXI	166
4.2 – A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI	178
4.2.1 – Considerações teóricas	178
4.2.2 – A nova esquerda latinoamericana no governo.....	184
CAPÍTULO 5 - PARTIDO SOCIALISTA DO CHILE (PSCH): DA REVOLUÇÃO À RENOVAÇÃO SOCIALISTA	196
5.1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PARTIDO SOCIALISTA	196
5.2 – PARTIDO SOCIALISTA DO CHILE: IDEOLOGIA E OFERTA PROGRAMÁTICA NO SÉCULO XXI	212
5.3 - O PARTIDO SOCIALISTA NA ARENA ELEITORAL E REPRESENTATIVA	227
5.4 – O PARTIDO SOCIALISTA COMO SISTEMA POLÍTICO.....	233
5.4.1 – A estrutura interna do Partido Socialista	234
5.4.2 – Partido Socialista: frações e fracionamento interno	237

5.5 – O PARTIDO SOCIALISTA NO GOVERNO.....	250
CAPÍTULO 6 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO GOVERNO FEDERAL	265
6.1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	265
6.2 – PARTIDO DOS TRABALHADORES: IDEOLOGIA E OFERTA PROGRAMÁTICA NO SÉCULO XXI	277
6.3 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ARENA ELEITORAL E REPRESENTATIVA	284
6.4 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES COMO SISTEMA POLÍTICO	291
6.4.1 – A estrutura interna do Partido dos Trabalhadores	291
6.4.2 – Partido dos Trabalhadores: frações e fracionamento interno	295
6.5 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO	325
CONCLUSÃO.....	339
BIBLIOGRAFIA	348

INTRODUÇÃO

Esta é uma tese sobre a esquerda latinoamericana contemporânea. Tal apresentação inicial, entretanto, sendo precisa, mas genérica, carece de maiores esclarecimentos. Inicialmente porque, tomando como ponto de partida as duas “famílias ideológicas” que, desde o século XIX, polarizam a política mundial, consideramos que nem a “direita” nem a “esquerda” podem ser entendidas como espaços políticos unitários. Em contrário, tal como discutiremos no capítulo quatro, sempre foram múltiplas as correntes políticas a se reivindicar do campo da esquerda, assim como também podemos observar a existência histórica de múltiplos grupos de direita.

Esta tese se dedica, nestes termos, ao estudo de um *tipo* específico da esquerda latinoamericana contemporânea: a esquerda reformista social-democrática, tal como apresentam conceitualmente Jorge Lanzaro (2007 e 2008) e Kenneth Roberts (2008). O Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e o Partido Socialista do Chile – que são o objeto da análise comparativa desenvolvida nesta tese –, à frente dos governos nacionais dos seus países em 2009, são dois legítimos representantes desta esquerda reformista social-democrática na América Latina. Entretanto, não são os únicos. Os governos de Tabaré Vázquez, no Uruguai, da Frente Ampla, e de Mauricio Funes, em El Salvador, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, também podem ser enquadrados na tipologia que aqui propomos.

Em geral, são governos eleitos democraticamente, que respeitam a institucionalidade democrática, e que se propõem a promover reformas redistributivas no sistema capitalista dos seus respectivos países – e, até, na institucionalidade do capitalismo global –, sem pretenderem, entretanto, operar transformações radicais, nem de natureza política, nem de ordem econômica. São partidos, portanto, que abandonaram qualquer perspectiva revolucionária - se entendermos conceitualmente por “revolução” a transformação radical de uma determinada ordem política, tal como historicamente observado na França, na Rússia, e em Cuba, e como a esquerda também defendeu, majoritariamente, pelo menos, até o fim dos anos 1970. Uma disposição mais radical é observada, entretanto, em outros governos da esquerda democrática latinoamericana contemporânea, que formam o grupo dos auto-intitulados “bolivarianos”, como também discutiremos no quarto capítulo. Para promover o seu reformismo, estes novos social-democratas latinoamericanos acreditam que o Estado

assume um papel preponderante, regulando o mercado e, principalmente, promovendo políticas sociais focalizadas nos setores mais pobres da sociedade, sem, por isto, desprezar os princípios do equilíbrio fiscal e do livre mercado, basilares do atual sistema global capitalista.

Há uma diferença crucial entre a Frente Ampla e a FMLN, por um lado, e o PT e o PSCh, do outro. No primeiro caso, se tratam de frentes de esquerda, formadas por distintos partidos políticos que, em determinados momentos das histórias dos seus países, decidiram se unificar em torno de objetivos comuns. No Uruguai, a Frente Ampla surgiu em 1971, apresentando-se como uma alternativa ao bi-partidarismo *blanco-colorado* que, desde o século XIX, dominava a política uruguaia. Na sua composição original, estavam comunistas, socialistas e democrata-cristãos, aos quais se agregaram, com o passar dos anos, outros grupos políticos de esquerda, como os ex-guerrilheiros marxistas “Tupamaros” – grupo de origem do senador José “Pepe” Mujica, candidato presidencial da Frente Ampla nas eleições de 2009 - e até frações trotskistas de orientação posadista. Em El Salvador, a FMLN surgiu no final dos anos 1970 como uma associação de grupos políticos de esquerda – inclusive os comunistas – cujo objetivo era promover uma revolução armada, seguindo a inspiração cubana. Junto com os seus companheiros nicaraguenses, os revolucionários salvadorenos se constituíram na última tentativa consistente de revolução socialista pela via armada na América Latina do século XX. Entretanto, e em contrário dos nicaraguenses, os salvadorenos não foram bem-sucedidos na sua luta revolucionária, e só chegaram ao poder com a eleição de Mauricio Funes, após terem abandonado as armas e optado pela via eleitoral.

O Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista do Chile, por seu lado, não têm o traço “frentista” que atribuímos aos seus companheiros uruguaios e salvadorenos. Mesmo que não hesitem em mostrar seu caráter pluralista e democrático – caracterizado pela existência das “tendências” internas, reconhecidas pelos seus estatutos -, tanto o PT como o PSCh podem ser conceitualmente caracterizados como partidos políticos – se tomarmos por orientação as diversas elaborações encontradas na vasta literatura sobre o tema produzida pelas ciências sociais, desde os trabalhos fundacionais de autores como Moisei Ostrogorski (2008), Max Weber (1999) e Robert Michels (1982), que discutiremos no primeiro capítulo. Mais do que isto, o PT e o PSCh são partidos de esquerda que abandonaram por completo a retórica revolucionária e marxista que lhes caracterizou por décadas, substituindo-a por um discurso que combina

a adesão à institucionalidade democrática com uma política estatal-intervencionista focada na ampliação dos gastos sociais – ou seja, uma autêntica agenda reformista social-democrata, o que representa uma novidade para o continente latinoamericano.

Indo além, esta reviravolta reformista se deu no momento em que ambos partidos se confrontaram com as duas grandes revoluções que marcaram o mundo na última década do século XX: a consolidação do processo de globalização – conceito do qual consideramos não apenas o seu viés econômico, é importante frisar - e a chamada “Terceira Onda Democrática” à qual se referiu Samuel Huntington (1994), como discutiremos no terceiro capítulo. Justamente por aceitar a institucionalidade democrática, e sendo os sistemas políticos do Brasil e do Chile tradicionalmente pluripartidários, o PT e o PSCh igualmente abriram mão de uma postura original isolacionista, substituindo-a por consistentes políticas de alianças com partidos de esquerda e de centro - e, no caso do PT, até de direita. Tais políticas findaram por ser fiadoras da estabilidade governativa que estes partidos alcançaram ao serem alçados ao poder, dentro de uma estratégia típica de “presidencialismo de coalizão”, segundo a formulação seminal de Sérgio Abranches (1988). Nesta tese, portanto, analisaremos este processo de transformação do PT e do PSCh, buscando formular explicações e hipóteses.

A pesquisa que deu origem a esta tese teve uma natureza principalmente qualitativa, apesar de ter sido combinada com instrumentos quantitativos tradicionais na ciência política e nas ciências sociais em geral. Da metodologia quantitativa, utilizamos índices de eficiente aplicação em estudos comparativos, como, por exemplo, o “Número de Partidos Efetivos” (TAAGEPERA & SHUGART: 1989) e o “Índice de Desenvolvimento Humano”. Para combinar as técnicas qualitativa e quantitativa, buscamos inspiração sobretudo em Robert Putnam (2005), cuja pesquisa sobre a experiência democrática na Itália contemporânea, utilizando do marco teórico do chamado “neoinstitucionalismo”, se tornou referência na moderna ciência política.

Sendo o estudo do desempenho institucional da Itália democrática o seu objeto central de pesquisa, Putnam descreve como combinou técnicas que são mais comuns aos antropólogos, como a observação participante, com rigorosos métodos estatísticos, através, sobretudo, da aplicação de *surveys* que investigavam eventuais mudanças na cultura política italiana, com o desenvolvimento das novas instituições democráticas criadas nos anos 1970. Se a observação participante é fundamental, argumenta Putnam, para a “imersão” do cientista social que conduz uma pesquisa no dia-a-dia das

instituições que são seu objeto de estudo, as técnicas quantitativas podem alertar para “quando nossas impressões, baseadas em um ou dois casos mais notáveis, são enganosas ou inconsistentes” (PUTNAM: 2005, 28), além de permitir a comparação simultânea de vários casos diferentes.

Movidos por esta inspiração, nos debruçamos na análise dos partidos políticos que eram o objeto da nossa investigação, o PT e o PSCh. Como primeiro procedimento, realizamos um levantamento da história dos dois partidos. Assim agimos movidos por uma preocupação historiográfica, que acreditamos se constituir num *background* fundamental para a boa análise do cientista social. Voltemos a Putnam, que afirma que “assim como num romance policial, para desvendarmos o mistério do desempenho institucional, temos que investigar o passado”, para concluir que “em qualquer análise institucional que se preze, as ferramentas do historiador são um complemento indispensável dos métodos antropológicos e comportamentais.” (Idem) Da mesma forma, o cientista político Angelo Panebianco - também de formação neoinstitucionalista, e uma das nossas principais referências na compreensão teórica dos partidos políticos como organizações complexas -, afirma que não temos como compreender a “fisionomia atual” e as “tensões” que se desenvolvem nas organizações sem “se retroceder à sua fase constitutiva.” (PANEBIANCO: 2005, XVII)

Entretanto, sabemos que “escrever a história de um partido significa nada mais nada menos que escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico, para dela realçar um aspecto específico” (GRAMSCI: 1978, 169), como já nos ensinava Antônio Gramsci, o mais inventivo dos marxistas do século XX. Assim, a nossa reconstrução historiográfica do PT e do PSCh foi feita a partir do confronto com a história dos seus respectivos países, das classes e estruturas sociais relacionadas, tomando como pano de fundo principal as disputas ocorridas no interior dos sistemas políticos do Brasil e do Chile.

Simultaneamente, realizamos um levantamento dos principais documentos – históricos e contemporâneos - dos dois partidos, o que incluiu resoluções e declarações políticas, programas de campanhas eleitorais, manifestos, artigos de opinião e também depoimentos das principais personalidades dos dois partidos e das suas respectivas frações internas. Para isto, trabalhamos não apenas as bibliotecas dos dois partidos, como também pesquisamos em sítios da internet, principalmente, nos sites do PT e do PSCh. O trato metodológico empregado nestes documentos foi a análise de conteúdo. Da mesma forma, pesquisamos e analisamos dados eleitorais – tanto de eleições

disputadas pelo PT e pelo PSCh como também eleições internas aos dois partidos – e indicadores sociais e econômicos – neste último caso, para avaliarmos os desempenhos dos governos conduzidos ou com a presença dos dois partidos. A participação em eventos partidários foi fundamental para nossa “imersão” no seu cotidiano e na sua cultura política, mais uma vez recorrendo aos termos de Putnam. Finalmente, realizamos entrevistas semi-estruturadas com alguns dos principais dirigentes dos dois partidos, pessoalmente ou por email, sempre tendo a preocupação de buscar contato com representantes das diversas frações internas.

No caso do PSCh, foi de fundamental importância o apoio que recebemos da CAPES, ao me conceder uma bolsa de doutorado-sanduíche para que eu permanecesse por quatro meses em Santiago do Chile (novembro de 2007 a março de 2008). Nesta minha estada chilena, pude realizar as entrevistas que analiso nesta pesquisa, assim como conversei com acadêmicos, com militantes de esquerda - filiados ou não ao PSCh - participei de debates no instituto de pesquisa e formação política dos socialistas chilenos (o “Instituto Igualdad”, em cujo sítio da internet publiquei um breve ensaio comparando o sistema eleitoral chileno com o brasileiro¹), frequentei bibliotecas e arquivos públicos e, sobretudo, convivi com o dia-a-dia dos chilenos, observando principalmente o seu ambiente político. Me chamou a atenção como ainda é forte a polarização no Chile em torno da clivagem “opositores X apoiadores” de Pinochet. Não raro ouvia de esquerdistas chilenos – com os quais mantive mais contato – que não tinham amigos de direita, e a impressão que se tem a todo tempo é que a recíproca quase sempre parece ser verdadeira.

Também pude sentir – como pesquisador e como observador estrangeiro – o quão forte é a cultura política da *centralização* no Chile, que transborda do Estado unitário para as demais instituições políticas. Não vi nenhum analista, observador ou militante político chileno de expressão contemporânea, por exemplo, estimulando qualquer discussão que questionasse o caráter unitário do Estado chileno – ao máximo, se propunha um maior controle do poder presidencial. Da mesma forma, pude constatar o tradicionalismo do catolicismo chileno, que faz com que organizações como a Opus Dei tenham um peso político e social importante no Chile, que os templos católicos chilenos sejam mais escuros e “europeus” do que os brasileiros, e que boa parte dos chilenos não-crentes em Deus prefiram se identificar como “agnósticos” do que como

¹ Disponível na internet no endereço <http://www.igualdad.cl/documentos/coaliciones.pdf>

“ateus”, expressão usada com muito mais facilidade no Brasil. “Agnóstico”, sem dúvida, é um termo muito menos “ofensivo” - pela sua ambigüidade - aos rigorosos padrões religiosos chilenos.

Surpreendentemente, entretanto, o Chile também tem uma forte tradição laica, muito mais visível e presente na sua sociedade do que no Brasil. Esta tradição se expressa, principalmente, pela sua Maçonaria – que ainda tem uma relativa influência social e política, e historicamente é muito mais progressista e próxima do iluminismo francês do que sua congênere brasileira, cujo patriarca é José de Bonifácio – e pelo seu tradicional Partido Radical, ambos com penetração expressiva principalmente na classe média urbana. Esta tradição laica esteve presente na fundação do PSCh, tendo influenciado diretamente, inclusive, os dois presidentes socialistas chilenos, Ricardo Lagos e Salvador Allende, ambos de família de radicais. Salvador Allende, além disso, era maçom, filho e neto de maçons, e sua capa de membro da Maçonaria está exposta no seu memorial, instalado em um sobrado imponente no tradicional bairro da República. Apenas nos anos 1990, após a chamada “reunificação socialista”, é que o Partido Socialista do Chile passou a se vincular com a tradição cristã, incorporando militantes egressos da esquerda católica, como veremos no capítulo cinco. Até então, o PSCh era um partido formado quase que exclusivamente por laicos.

Estas particularidades nacionais aqui destacadas fazem a diferença na formação do PT e do PSCh. Chegando a uma conclusão como esta, consideramos imprecisa qualquer afirmação sobre “famílias ideológicas” de partidos e grupos políticos que desconsiderem as realidades nacionais. Mais do que nunca, tomamos por verdadeira a premissa supracitada de Gramsci. Analisando comparativamente as trajetórias do PT e do PSCh, entretanto, avaliamos ser possível tratar as chamadas “famílias ideológicas” como *tipos ideais*, nos termos propostos por Max Weber. Se esta nova tipologia da esquerda latinoamericana à qual nos apegamos – a esquerda reformista social-democrática – é bem representada pelo PT e pelo PSCh, o seu confronto com as respectivas realidades partidárias e nacionais confirma o traço metodológico que Weber conferiu ao recurso do “tipo ideal”.

Esta tese está dividida em duas partes, uma parte teórica, composta pelos capítulos de um a quatro, e uma segunda parte empírica, nos dois últimos capítulos, dedicados à análise do PSCh e do PT, respectivamente. No primeiro capítulo, debatemos a vasta discussão teórica das ciências sociais sobre os partidos políticos. No capítulo dois, fazemos uma análise histórica e contemporânea dos sistemas partidários

do Chile e do Brasil. No capítulo três, nos debruçamos sobre dois problemas políticos e teóricos fundamentais para a transformação do PSCh e do PT, a globalização e a democracia. O capítulo quatro faz um balanço da esquerda no início do século XXI, após a queda do “Muro de Berlim” e, vinte anos após, a falência do capitalismo neoliberal, enfocando principalmente para a esquerda latinoamericana. Na conclusão, que se segue aos dois já citados capítulos cinco e seis, ambos de caráter puramente empírico, comparamos o PSCh com o PT.

CAPÍTULO 1 – OS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

O estudo dos partidos políticos é um dos ramos mais tradicionais das ciências sociais e, particularmente, da ciência política. Desde o início do século XX, autores hoje considerados clássicos das ciências sociais, como Moisei Ostrogorski, Max Weber e Robert Michels já apresentavam trabalhos específicos sobre o tema, a partir de uma abordagem organizacional. Na década de 1950 do século XX, o francês Maurice Duverger apresentou seu tratado sobre partidos políticos, adotando a mesma perspectiva organizacional, num estudo hoje considerado clássico. No final dos anos 1960, o alemão Otto Kirchheimer, dialogando com a obra de Duverger, retorna à abordagem organizacional dos partidos políticos. Após Duverger, o primeiro grande tratado sobre partidos políticos só veio a aparecer no início dos anos 1980, com o trabalho do italiano Angelo Panebianco.

Neste meio tempo, desenvolveu-se uma nova perspectiva do estudo dos partidos políticos que ressaltava os seus fatores competitivos e instrumentais, inspirada pela teoria dos jogos e pela escolha racional. Aqui, nos referimos à obra seminal de Anthony Downs e a autores que recebem sua influência direta, como Giovanni Sartori. Também naquele período, aumentou a preferência pelos estudos sobre os sistemas partidários. Já nos anos 1990, autores como Alan Ware, além de Peter Mair e Richard Katz, têm procurado atualizar o debate teórico numa época em que, como instituições, os partidos políticos enfrentam uma crise de representatividade.

Há de se considerar, ainda, que a maior parte desta literatura tem por objeto a realidade partidária das democracias desenvolvidas, principalmente, da Europa Ocidental. Sobre a democracia e os partidos latinoamericanos, há de se pensar de forma específica, considerando as particularidades dos diferentes sistemas políticos da região. Por exemplo, não se pode tratar de “famílias ideológicas” de partidos políticos na América Latina com a mesma desenvoltura que se trata na Europa Ocidental. Sobretudo se considerarmos que determinados partidos políticos populistas ou nacionalistas, típicos da história recente - e inclusive do presente - na América Latina, muitas vezes,

são “transversais” à tradicional clivagem direita-esquerda que hoje, mesmo na Europa Ocidental, está em crise. Neste capítulo, vamos começar discutindo estas diversas abordagens dos partidos políticos, entendidos como unidades de análise da ciência política. Em seguida, finalizaremos com uma análise dos sistemas partidários do Brasil e do Chile.

1.1 – PARTIDOS POLÍTICOS: AS DISCUSSÕES CLÁSSICAS

Os partidos políticos são os principais - mas não os únicos - instrumentos de representação política das democracias de massas. Quando nos referimos às “democracias de massas” - que também poderíamos tratar como “poliarquias”, conforme a tipologia de Robert Dahl - estamos tratando daqueles regimes políticos construídos após a universalização do sufrágio e dos demais direitos políticos e civis, num processo que se iniciou no final do século XIX, nas democracias tradicionais, e que se estendeu até o início dos anos 1990, no caso das democracias de “terceira onda”, para usar a terminologia de Samuel Huntington. Autores diversos, da linhagem iniciada por Weber e Duverger, associam o surgimento dos partidos políticos modernos à universalização do sufrágio e à conseqüente massificação da democracia. O fato é que, a despeito da crise de legitimidade atualmente enfrentada pelos partidos políticos, não existe regime democrático que funcione sem partidos políticos, e a institucionalização dos sistemas de partidos ainda é um requisito fundamental para a institucionalização da própria democracia².

Indo além, apesar de, como afirma Neumann (1965), seja própria da noção de partidos políticos a sua associação com regimes democráticos - já que o próprio termo pressupõe a existência de múltiplas “partes” competindo pelo poder num determinado regime político -, mesmo os regimes autoritários modernos se caracterizam pela existência de partidos políticos. No caso dos sistemas de partido único - e Neumann mais uma vez destaca a contradição de associar a idéia de “partido” a um regime político desta natureza, pela mesma razão que vimos acima - existem partidos opositores organizados ilegal e clandestinamente, cuja existência serve de legitimação para o discurso do próprio partido oficial, que normalmente trata seus opositores como “inimigos do povo”. A existência dos partidos políticos, portanto, seguindo a linhagem

² A este respeito, em termos de literatura mais recente, lembremos, por exemplo, de SAÉZ & FREIDENBERG (2002) e MAINWARING & TORCAL (2005).

de autores que anunciamos acima, pode ser vista como um sinal de modernização política, relacionada aos regimes políticos com um mínimo de complexidade.

Numa democracia, os partidos políticos cumprem diversas funções, todas ligadas ao exercício da representação política, e que são associadas à essência deste regime político. Primeiro, a existência de partidos políticos, e a liberdade de organização partidária, é a principal garantia para o exercício do pluralismo político que caracteriza os ambientes poliárquicos. Mesmo em sistemas políticos bi-partidários, como nos Estados Unidos, existe a possibilidade de livre organização partidária distrital, e a existência de dois partidos efetivos está relacionada à dinâmica da competição eleitoral interpartidária, mas não a uma legislação restritiva. Depois, os partidos políticos cumprem a função - essencial em uma sociedade democrática, onde a alternância de poder é sempre uma possibilidade concreta – de expressar interesses, projetos políticos e, sobretudo, ideologias distintas. No caso dos partidos políticos, as suas ideologias e os seus projetos têm que assumir um caráter global, para o conjunto da sociedade – ao contrário da especialização e segmentação que caracteriza aos movimentos sociais –, haja vista que os partidos têm a função de administrar os governos, mas também de compor a oposição. Ocupando a oposição, o que se espera dos partidos é que apresentem propostas de políticas públicas alternativas às conduzidas pelos partidos governistas, que sirvam de opção para o povo em eleições futuras, mas também que fiscalizem e exponham publicamente aos governantes no que fazem exercendo sua função. Por isto, associado à identificação ideológica, dizemos que os partidos também cumprem uma função de socialização política.

Assim, poderíamos afirmar que, junto com a socialização política, tarefa dedicada às massas, os partidos recrutam a classe política, ou seja, selecionam a elite política, apresentando candidatos aos postos públicos. Nas poliárquias, a maioria das grandes lideranças políticas é filiada a partidos políticos, mesmo naqueles sistemas políticos que permitem a eleição de candidatos “independentes”. Nos sistemas presidencialistas das democracias institucionalizadas, são raros os casos de um político “independente” ser alçado à Presidência da República e, nos sistemas parlamentaristas, a possibilidade de se ter um primeiro-ministro independente é, na prática, inexistente – já que os principais sistemas parlamentaristas também são sistemas partidários institucionalizados. Há de se ressaltar que boa parte das funções acima enumeradas – salvo aquelas que são essenciais aos regimes democráticos – também são cumpridas pelos partidos políticos em regimes autoritários e, mesmo nas democracias, por partidos

de tipo “anti-sistema”, por exemplo. Por fim, no seu conhecido artigo “The origin and development of political parties”, LaPalombara e Weiner apontam como funções dos partidos políticos, tanto em regimes democráticos como totalitários, “to organize public opinion and to communicate demands to the Center of governmental power and decision” (LAPALOMBARA & WEINER: 1972, 03). Como dissemos, o fato de ter perdido o monopólio desta função anunciada por LaPalombara e Weiner, é um dos motivos que suscitam a crise contemporânea dos partidos políticos, como veremos.

Chegamos assim ao problema da definição dos partidos políticos, em torno do qual, tal como acontece com tantos outros conceitos das ciências sociais, há muitas controvérsias e pouco consenso. Também neste caso, os conceitos variam ao sabor das preferências teóricas e, inclusive, ideológicas de quem os constrói. Como bem tipifica Alan Ware (2004), via de regra, existem três tipos distintos de enfoques teóricos sobre os partidos políticos: os enfoques sociológico, institucional e competitivo. Se o enfoque sociológico procura explicar os fenômenos políticos a partir dos fenômenos sociais subjacentes, o enfoque institucional destaca a importância do cenário institucional no qual se desenrola a disputa política, e o enfoque competitivo centra foco na competição entre partidos no cenário eleitoral, e nos componentes racional-instrumentais desta competição, sendo aplicável, estritamente, aos regimes democrático-liberais.

O trabalho mais conhecido do enfoque sociológico é do norte-americano Seymour Martin Lipset que, no seu livro “O homem político”, formulou a já famosa premissa das eleições como a expressão democrática da luta de classes, procurando, assim, identificar os partidos políticos com os interesses de determinadas classes sociais. Segundo Lipset,

“em todas as democracias modernas, o conflito entre diferentes grupos é expresso através dos partidos políticos, que representam basicamente ‘uma tradução democrática da luta de classes’. Ainda que muitos partidos renunciem ao princípio de conflito ou lealdade de classes, uma análise de seus atrativos e do seu apoio sugere, em última instância, que eles representam os interesses de diferentes classes.” (Lipset: 1967, 231)

Mesmo assim, Lipset reconhece que “a classe é apenas uma das divisões estruturais possíveis da sociedade que se relaciona com o apoio partidário” (Idem, 231-2), e enumera outras clivagens, como a religião, as divisões étnicas e de nacionalidade, as diferenças de gênero e de geração, e a dimensão rural-urbana. No caso de países

como o Brasil e o Chile, mostra-se inviável uma identificação tão precisa entre partidos políticos e clivagens sociais, e o mesmo pode ser dito com relação aos sistemas partidários de quase todas as democracias contemporâneas. Em se tratando das classes sociais, entretanto, podemos afirmar que, no caso do Chile, sobretudo antes do golpe militar de 1973, havia uma maior identificação entre partidos políticos e classes sociais, reproduzindo-se assim, em termos aproximados, o que se verificava na Europa Ocidental do pós-II Guerra Mundial (VALENZUELA: 1989 e VALENZUELA, 1995). Atualmente, nestes dois países, a identidade entre partidos e classes sociais é tão difusa que, mesmo partidos como o PT brasileiro e o PS chileno, dificilmente podem ser classificados como “representantes dos interesses da classe trabalhadora na luta de classes democrática”, tal como seria se aplicássemos mecanicamente o modelo teórico proposto por Lipset.

Em se tratando de partidos profissional-eleitorais, de acordo com o modelo de Angelo Panebianco (2005), como veremos, estes dois partidos se propõem a representar muito mais o “povo” – com toda a carga de indeterminação e amplitude que este termo pode carregar -, como também afirma Przeworski (1989), do que uma classe social específica³. Mesmo assim, um importante sociólogo da política, como Leôncio Martins Rodrigues (2002 e 2006), procura sustentar que, no caso brasileiro, a composição social das bancadas parlamentares dos partidos políticos no Congresso Nacional têm uma identificação significativa com as bases sociais que as ideologias partidárias, supostamente, dizem representar. Por exemplo, Rodrigues demonstra como a bancada parlamentar do PT é formada, majoritariamente, por sindicalistas rurais e urbanos e por profissionais liberais, com pequena presença de empresários.

Voltando à tipologia de Ware, os dois exemplos fundadores do enfoque competitivo dos partidos políticos seriam os trabalhos de Joseph Schumpeter e Anthony Downs, seguidos, mais recentemente, pelo popular trabalho de Giovanni Sartori. De acordo com Schumpeter - para quem a democracia é apenas um acordo institucional para selecionar a liderança política, através da competição por votos no mercado eleitoral⁴ -, os partidos políticos cumprem uma única função em um ambiente democrático, a de fornecer a liderança. Assim, os partidos, de acordo com Schumpeter,

³ Por isso me parece pouco precisa uma constatação como a do cientista político brasileiro André Singer, feita a partir de uma análise do resultado das eleições municipais de 2008, de que o PT está consolidado, no Brasil, como “o partido do proletariado”, tanto em termos de ideologia como de base social, enquanto o PSDB seria “o partido da classe média”. Vide PULS, Maurício. “Parceria PSDB-PT é inviável, afirma cientista político”. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 de novembro de 2008.

⁴ Voltaremos a tratar da visão de Schumpeter sobre democracia no capítulo seguinte.

têm como “primeiro e principal objetivo (...) sobressair-se com relação aos outros para chegar ao poder ou se manter nele.” (Schumpeter: 1984, 348). Nestes termos, os temas políticos – as ideologias, inclusive – não são nunca os fins, mas os meios que os partidos usam para vencer a competição pelo poder. Desta forma, segue Schumpeter, os partidos não podem ser definidos pelos seus princípios declarados, da mesma forma que “uma loja não pode ser definida em termos de suas marcas”. Seguindo na sua analogia entre a disputa eleitoral e o mercado, Schumpeter afirma que o papel dos partidos num ambiente democrático é justamente o de liderança e de ordenamento:

“Partido e máquina política são simplesmente a resposta ao fato de a massa eleitoral ser incapaz de qualquer ação que não seja o ‘estouro da boiada’, e constituem uma tentativa de regular a competição política que é exatamente semelhante às práticas correspondentes de uma associação comercial” (Idem, 353)

Anthony Downs constrói sua definição de partidos políticos a partir de uma compreensão de democracia e de eleições que descende diretamente das formulações de Schumpeter: “a função política das eleições numa democracia (...) é selecionar um governo. Portanto, comportamento racional vinculado às eleições é comportamento orientado para esse fim e nenhum outro.” (Downs: 1999, 29) Nestes termos, os partidos políticos são enunciados por Downs como uma organização de indivíduos voluntariamente associados que, racionalmente, busca chegar ao governo, através das eleições, e que usa de diversos meios para este fim – principalmente, a ideologia: “O partido é (...) um grupo de homens, formado livremente, que coopera principalmente num esforço de conseguir que alguns deles sejam eleitos.” (Idem, 46) A livre associação e a cooperação racional em torno de um objetivo comum – chegar ao governo – é o que caracteriza os partidos políticos, segundo Downs, que são organizações estritamente vinculadas à competição democrático-eleitoral.

Segundo Downs, como apenas “estão interessados em ganhar o poder *per se*, não em promover uma sociedade melhor ou ideal” (Idem, 117), os partidos desenvolvem ideologias como armas para a melhor se posicionar na disputa pelo poder com os demais partidos. No mercado eleitoral, cada partido “modela uma ideologia que crê que atrairá o maior número de votos” (Idem, 121), sentencia Downs. Para o eleitor, segue Downs, as ideologias dos partidos cumprem uma função utilitária: informando-se sobre as ideologias, eles economizam esforços que despenderiam buscando informações mais detalhadas sobre os posicionamentos dos partidos com relação a todas áreas do

governo. O voto por ideologia, assim como a adoção de uma ideologia por um partido, segundo o modelo de Downs, é uma atitude racional.

Portanto, apesar de todos os partidos terem em comum a busca de aproximação com o que Downs classifica como “eleitor médio” – ou seja, os partidos tendem a aproximar suas ideologias e propostas políticas às preferências da maioria do eleitorado – cada partido procura assumir um traço ideológico distintivo, seja para lhe fazer mais atrativo à maior parte dos eleitores, seja porque, estrategicamente, tende a priorizar grupo(s) social(is) específico(s), que supõe ser(em) mais receptivo(s) às suas pretensões eleitorais. E, mais ainda, os partidos tendem a ser coerentes com a ideologia que apresentam nas eleições, porque a responsabilidade, a honestidade e a coerência política tendem a ser recompensadas pelos eleitores. A relação dos partidos com a ideologia que professam – assim como com a honestidade e a responsabilidade políticas, portanto -, segundo o modelo competitivo de Anthony Downs, é meramente instrumental, e analisar um partido tomando como ponto de partida a sua ideologia não seria um método teórico eficaz em termos de uma ciência política “positiva”.

Giovanni Sartori igualmente procura definir os partidos políticos ressaltando seus traços de competição eleitoral. Segundo a definição proposta por este autor, “um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos em cargos públicos” (SARTORI: 1982, 85). É a participação eleitoral o traço distintivo dos partidos na definição eleitoral, e a referência a eleições “livres ou não”, ao tempo que engloba tanto os partidos das poliarquias como os “partidos únicos” – que chegam ao poder em eleições de fachada – serve para diferenciar os partidos dos seus subgrupos.

Mainwaring e Scully, em importante contribuição, aprofundam a definição de Sartori, afirmando que “a political group that *would* present candidates for public office, but is unable to do so either because it is proscribed or because elections are not being held, is also a party. Although this definition is quite inclusive, it excludes vanguard revolutionary groups that do not compete in elections yet still call themselves parties” (MAINWARING & SCULLY: 1995, 02) As considerações de Mainwaring e Scully são importantes para a análise da posição de muitos partidos comunistas ocidentais no período da Guerra Fria, desfrutando de ilegalidade e semiclandestinidadade, mas nem por isso perdendo sua condição de organização de massa, ou deixando de ser atores políticos importantes, em países como o Brasil e o Chile, por exemplo. Mas

Mainwaring e Scully continuam tomando o elemento eleitoral como variável independente frente aos partidos políticos.

Sartori propõe que os partidos podem ser tomados por unidade de análise da ciência política, uma vez que, marcado pela existência e convivência de diversos subgrupos no seu interior, constituem-se, na verdade, em um sistema político próprio. Nestes termos, entendendo o “partido-como-sistema”, Sartori propõe uma muito útil tipologia das subunidades partidárias. Recusando o termo “facções” - associado a um conteúdo negativo pela literatura clássica, desde Burke aos Federalistas -, Sartori usa o termo “fração” para se referir às subunidades partidárias com maior organicidade e visibilidade, enquanto usa o termo “tendências” para nomear as subunidades mais difusas. Haveriam, ainda, os “partidários não-alinhados” a nenhuma subunidade partidária – tipo que, considerando-se os “partidos de massas” e/ou “profissional-eleitorais” modernos, se mostra o mais comum. Além do mais, o uso do termo “fração” transmite a sugestão de que um índice de fracionalização (...) pode funcionar igualmente bem para os sistemas partidários e para as frações partidárias” (Sartori: 1982, 69), afirma Sartori, abrindo uma boa possibilidade de investigação da organização dos partidos políticos. Indo além na sua tipologia, e aproximando-se da tipologia dos partidos políticos de Max Weber, Sartori distingue as frações partidárias entre “frações de princípio”, ideologicamente motivadas, e as frações que funcionam simplesmente como grupos orientados para o poder e/ou para cargos e proventos.

Max Weber, que dedicou aos partidos políticos, inclusive, um capítulo específico do seu clássico “Economia e sociedade”, procura associar os partidos políticos às disputas eleitorais, mas confere especial destaque à sua dimensão organizacional. Assim, Weber abre caminho para os estudos organizacionais dos partidos políticos, entendidos, sobretudo, a partir da sua teoria da burocratização. Para Weber, “partidos são (...) organizações voluntariamente criadas e baseadas no livre recrutamento (...). Seu objetivo é, hoje, sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto.” (Weber: 1999, 544) Ainda segundo Weber, os partidos políticos modernos são caracterizados pela existência de um líder ou de um núcleo dirigente, que controla uma burocracia desenvolvida, determina o programa do partido, a sua linha política, os candidatos do partido e, sobretudo, cuida do financiamento do partido, buscando captar recursos com o apoio de “mecenas”, de interessados econômicos ou na patronagem de determinados cargos, através da contribuição dos filiados, ou de todas estas formas sucessivamente.

Estabelecendo uma tipologia pioneira dos partidos políticos, Weber afirma serem dois os “princípios internos básicos” que fundamentam os “partidos políticos em Estados modernos”. Primeiro, estão os partidos, tais como nos Estados Unidos, cujo sentido está simplesmente na patronagem de cargos, ou seja, carentes de uma concepção política, limitam-se a buscar “colocar, mediante as eleições, seu chefe na posição de dirigente, para, em seguida, ocupar os cargos estatais com seu séquito” (Idem, 545-6). Estes seriam os “partidos de patronagem”. Em seguida, estariam os partidos representantes de ideologias, que pretendem realizar objetivos políticos. Coerente com os caracteres metodológicos dos seus “tipos ideais”, Weber afirma que

“em regra, porém, os partidos são ambas as coisas: têm fins políticos objetivos, transmitidos pela tradição e, devido a esta última, apenas lentamente modificáveis, mas aspiram também à patronagem de cargos. (...) Todas as lutas entre partidos não são apenas por fins objetivos, mas também, e sobretudo, lutas pela patronagem dos cargos (Idem, 546)

Aparecem, aqui, alguns elementos importantes da compreensão de Max Weber sobre os partidos políticos: a) os partidos constituem-se como uma organização complexa, com uma burocracia desenvolvida e com divisão vertical de funções, com uma concentração de poder nas mãos da liderança; b) os partidos competem pelo poder através de eleições e; c) a ideologia é parte importante da identidade organizativa dos partidos, tanto que, quando ela é modificada, isto se dá através de um lento processo. Não vemos em Weber, portanto, o uso exclusivamente instrumental das ideologias pelos partidos políticos, tal como vimos em Schumpeter e, principalmente, em Downs.

Em se tratando de uma organização que assiste a um progressivo processo de burocratização e de racionalização administrativa, tal como aconteceria nas empresas e na própria máquina estatal, segue Weber, aumenta nos partidos políticos a importância dos funcionários, sejam dos técnicos, seja dos líderes políticos. Cada vez mais, portanto, os partidos assumem uma função de “empresa política”, onde o líder político assume um papel de “*boss*”, um “empresário político capitalista que, por sua conta e sob seu risco, junta votos” (Idem, 555), competindo no mercado político da mesma forma como os empresários competem no mercado econômico. Os líderes políticos, ainda, têm sob seu controle um séquito ávido por cargos públicos. Nesta “empresa política” que são os partidos, o poder está nas mãos de políticos profissionais, indivíduos que, para usar outra terminologia weberiana, “vivem da política”. Controlando a burocracia partidária,

os funcionários têm controle, inclusive, sobre os parlamentares dos partidos, superando assim, os modernos partidos políticos, a condição de “clube de notáveis” ou de “grupo de parlamentares” que marcou os primórdios do fenômeno partidário, na Europa do século XIX, conclui Max Weber. A definição weberiana de partidos políticos abre caminho para as construções teóricas posteriores de “partidos de massas”, de Maurice Duverger, e de “partidos de integração social”, de Sigmund Neumann. Antes, porém, tratemos de outro autor clássico da matéria, Robert Michels.

Para Michels, o partido político moderno é uma organização de combate pelo poder que, justamente por causa desta característica, se organiza de forma cesarista. Assim, Michels afirma que a centralização do poder garante ao partido político uma “rapidez de resolução” e uma “prontidão estratégica” que não poderia ser observável em um ambiente organizativo democrático. Nestes termos, se justifica, segundo Michels, “a hostilidade do partido político, mesmo democrático com relação ao *referendum* e a todas as outras medidas de prevenção democrática: daí a necessidade de uma constituição (...) fortemente centralizada e oligárquica” (Michels: 1982, 278) que se impõe a todos os partidos políticos modernos. O que vemos, aqui, é mais uma afirmação de Michels em consonância com sua “lei de ferro das oligarquias”, segundo a qual a concentração de poder nas mãos de elites – a oligarquização – é a tendência inevitável de toda organização democrática, como conseqüência da burocratização, radicalizando as teses de Weber. Para Michels, os chefes são tecnicamente indispensáveis a toda organização: “quem diz organização diz oligarquia”. (Idem, 238)

Outra tese importante de Michels é a da “substituição dos fins” dos partidos políticos. Para Michels, os princípios ideológicos originais, à medida que os partidos políticos crescem e desenvolvem seus traços burocráticos, são progressivamente substituídos pelos objetivos relacionados à conservação do poder pela elite partidária. “A organização política conduz ao poder. Mas o poder é conservador o tempo todo” (Idem, 219), afirma Michels. Os interesses pessoais e financeiros dos burocratas fazem com que eles assumam como objetivo estratégico do partido a busca de preservação *per se* da própria organização e dos seus espaços de poder, em substituição aos objetivos ideológicos originários.

“A organização deixa, assim, de ser um meio, para tornar-se um fim, às instituições e às qualidades que no início eram destinadas simplesmente a assegurar o funcionamento da máquina do partido (...) acaba-se atribuindo mais importância que ao grau de rendimento da máquina.” (Idem, 223)

Como Michels destaca, esta substituição dos fins se faz mais evidente – e dramática – nos partidos revolucionários que, originalmente destinados a destruir a máquina do Estado, ao começarem a ocupar espaços de poder, se torna conservador, prestando-se, ao máximo, ao papel de “oposição constitucional”. É de se destacar que Michels faz suas afirmações a partir da análise, nos primeiros anos do século XX, do Partido Social Democrata alemão, que era, então, a maior e mais estruturada burocracia partidária européia.

Por fim, outro grande tratado da teoria organizacional dos partidos políticos é o livro “Os partidos políticos”, de Maurice Duverger. Para Duverger, os partidos são caracterizados por ser uma organização que tem um objetivo específico, a busca pelo poder “no terreno eleitoral e parlamentar, se não exclusivamente, pelo menos muito amplamente.” (Duverger: 1970, 29) São os traços organizativos, muito mais do que a orientação ideológica ou a classe dos seus adeptos, segue Duverger, que melhor caracterizam aos partidos políticos. Para se compreender a estrutura organizativa dos partidos políticos, portanto, se faz necessário mais do que estudar os seus programas e os seus estatutos, analisar as suas práticas e os seus “hábitos não-escritos”, afirmação que deixa clara a preferência metodológica qualitativa de Duverger.

Também segundo Duverger, a origem dos partidos está associada ao desenvolvimento da democracia e à extensão do sufrágio popular, tendo seus primórdios ligados aos grupos parlamentares e aos comitês eleitorais. Estes seriam os “partidos de origem interna”. Em outros casos, os partidos surgiriam fora da arena parlamentar e eleitoral, sendo considerados, por Duverger, como “partidos de origem externa”. Nesta última situação, estariam aqueles partidos que surgem para suprir as demandas políticas de sindicatos, como, por exemplo, o Partido Trabalhista britânico. A distinção sobre a origem dos partidos ocupa um lugar de relevo na análise de Duverger pois, para ele, o mecanismo de gênese específico de cada partido político será decisivo para o formato organizativo que o partido vai assumir: “o conjunto da vida do partido traz a marca do seu nascimento” (Idem, 32), acredita Duverger.

Outro elemento importante da análise de Duverger é a sua distinção entre os tipos ideais de “partidos de quadros” e “partidos de massas”. “A distinção dos partidos de quadros e dos partidos de massas”, afirma Duverger, “repousa numa infra-estrutura social e política” (Idem, 101). Assim, os partidos de quadros seriam partidos de personalidades notáveis e ilustres, com capacidade técnica e financeira para prepararem

e financiarem suas campanhas. É um partido de organização frouxa e descentralizada, cuja vida ativa resume-se, quase sempre, ao período eleitoral. Em contrário, o partido de massas seria o partido moderno “por excelência”, afirma Duverger baseado na experiência da Europa Ocidental. Fruto da massificação do sufrágio, o protótipo dos partidos de massas seriam os partidos socialistas europeus, de base classista, com uma forte identificação ideológica, com uma burocracia desenvolvida, com vida ativa para além das eleições, influenciando diversos segmentos da sociedade civil e, sobretudo, financiados pela contribuição regular dos seus adeptos.

“A técnica do partido de massas tem por efeito substituir o financiamento capitalista das eleições por um financiamento democrático. Ao invés de se dirigirem a alguns grandes doadores privados, industriais, banqueiros ou grandes comerciantes (...) os partidos maciços repartem o encargo por um número tão elevado quanto possível de adeptos, contribuindo cada um com uma soma modesta” (Idem, 99-100).

A contribuição financeira com o partido de massas, em se tratando de partidos socialistas, segue Duverger, não cumpre apenas um papel financeiro, mas assume também um efeito psicológico: vivendo das contribuições dos filiados, os partidos de massa passam uma impressão de independência de classe social que seria impensável se recorresse ao financiamento capitalista da sua atividade. Esta definição de “partidos de massas” de Duverger guarda estreita correspondência com o conceito de “partidos de integração social”, de Sigmund Neumann, para quem este tipo de partido, além de tudo, ainda seria caracterizado por um forte papel de socialização política da classe social com a qual se identifica, assumindo um formato de uma “subcultura” particular. É quase consensual a afirmação que praticamente nenhum partido político contemporâneo se aproxima, em termos organizativos, a estes tipos ideais apresentados por Duverger e Neumann.

A primeira e mais importante crítica ao conceito de “partidos de massas” foi formulada, no final dos anos 1960, por Otto Kirchheimer (1972). Segundo Kirchheimer, este tipo de partidos, fundado na politização e integração das massas no processo político, numa forte identificação ideológica e numa base social classista, àquele momento, já haviam sido relegados ao passado. No pós-II Guerra Mundial europeu, os “class-based integration parties” anunciados por Duverger e Neumann já haviam sido superados pelos “catch-all ‘people’s’ parties”.

Fruto do aumento da competitividade eleitoral nas democracias de massas, os partidos *catch-all* (ou “pega-tudo”, como mecanicamente traduzem ao português alguns livros publicados no Brasil) dariam maior atenção à cena eleitoral do que aos seus princípios ideológicos originais. A atenção do partido *catch-all*, portanto, estaria mais dedicada ao sucesso eleitoral e à tarefa política imediata e, sem abandonar sua identidade original de classe, procuraria atingir uma clientela mais variada, aproximando-se, assim, do modelo partidário dos Estados Unidos. As temáticas políticas dos partidos *catch-all*, portanto, assumem um conteúdo mais transversal a várias classes sociais, priorizando os grandes temas nacionais, por exemplo, do que os interesses de classe. A comunicação política do partido *catch-all* também seria inspirada pelos partidos norte-americanos, ou seja, priorizaria a propaganda e o apelo midiático associado aos modernos meios de comunicação de massas. Assim, os partidos *catch-all* estariam mais preocupados em formular grandes consensos, que lhes dessem acesso a uma grande massa eleitoral, do que a assumir posições de confronto ou identificações muito estreitas com classes sociais ou grupos de interesses determinados.

Assim, segundo Kirchheimer, a transformação dos partidos de massas em partidos *catch-all* envolve:

“a) Drastic reduction of the party’s ideological baggage (...) [and] the absolute reign of short-term tactical considerations; b) Further strengthening of top leadership groups (...); c) Downgrading of the role of the individual party member (...); d) Deemphasis of the *classe gardée*, specific social-class or denominational clientele, in favor of recruiting voters among the population at large; e) Securing access to a variety of interest groups” (Kirchheimer: 1972, 190).

Destaque-se que, quando da mudança organizativa do partido de massas para o partido *catch-all*, segundo os termos de Kirchheimer, não ocorre um processo de “substituição de fins”, como afirmava Michels, mas uma “drastic reduction” da carga ideológica do partido. O que não quer dizer que o partido *catch-all* seja, simplesmente, um partido de patronagem: em contrário, a identificação ideológica original, e mesmo a sua identificação de classe inicial, não são abandonadas por completo, ao contrário do que sugere Michels.

Diversos cientistas políticos dialogaram com as formulações de Kirchheimer. Destes, destacamos Angelo Panebianco (2005), que construiu o tipo ideal do “partido profissional-eleitoral” diretamente inspirado pelo modelo do “partido *catch-all*”, mas

também inspirados pela a teoria das organizações e, principalmente, com Max Weber. A variação terminológica, segundo Panebianco, se justifica pela iniciativa de “acentuar o aspecto da profissionalização, mas também para frisar que a dimensão fundamental [que identifica o fenômeno partidário] é a organizativa, e não a da representação social”. (Panebianco: 2005, 513)

Para Panebianco, é como resposta às mudanças ambientais que os partidos políticos efetuaram a mudança organizativa do tipo “partido de massas” para o “partido profissional-eleitoral”. Principalmente duas mudanças ambientais merecem destaque do autor: a) mudança a estratificação social, superando a antiga divisão de classes sociais que marcou a Europa Ocidental, tornando o eleitorado “social e culturalmente mais heterogêneo, menos controlado pelos partidos mediante a organização.” (Idem, 517) isto implica na diminuição, no partido profissional-eleitoral, do caráter de classe que caracterizava os partidos de massa e; b) a mudança tecnológica, com o aparecimento dos meios de comunicação de massas e das novas técnicas de comunicação política, neste segundo caso, impactando diretamente o monopólio dos partidos políticos sobre a função da representação política. Em termos organizativos, estas mudanças implicam em “um declínio do peso político dos dirigentes internos (...) enquanto cresce, na mesma proporção, o peso dos representantes públicos de nomeação eletiva” (Idem, 519).

O partido profissional-eleitoral é caracterizado, ainda, pelo seu caráter de partido essencialmente eleitoral, onde o apelo eleitoral é estendido a grandes estratos da população (enquanto os partidos de massas se dirigiam a um “eleitorado fiel” e de base classista), as direções são personalizadas e dominadas pelos representantes públicos e a ênfase do seu discurso político está nas discussões políticas pontuais e conjunturais, e não nos grandes embates ideológicos. Produto da “alta modernidade”, para usar um termo de Anthony Giddens, o partido profissional-eleitoral distingue a maioria dos partidos da esquerda eleitoral nas democracias contemporâneas e, a nosso juízo, é o tipo ideal mais aproximado do modelo organizativo observado em partidos como o PT e o PS do Chile. Voltaremos às sugestivas formulações de Panebianco em seguida.

Por fim, Peter Mair e Richard Katz (1997) buscam superar a noção de partido *catch all* com seu conceito de “partido cartel”. Segundo estes cientistas políticos, que mais uma vez tomam por caso as democracias ocidentais institucionalizadas, cada modelo de desenvolvimento partidário está associado a um correspondente modelo de desenvolvimento da democracia. Assim, o partido de quadros ou de elites, tal como

descrito por Weber e Duverger, está associado aos primórdios da democracia moderna, na sua fase liberal-censitária. Em seguida, a universalização do sufrágio e a massificação da democracia, fez surgir o partido de massas, tal como o tipo ideal de Duverger, igualmente prenunciado por Weber. Posteriormente, a “americanização da política europeia” associou-se ao tipo de partido *catch all*. Por fim, continuam Mair e Katz, desde os anos 1970 assistiríamos ao estágio do “partido cartel”, produto de uma época onde os “parties effectively become party of the state apparatus itself.” (MAIR & KATZ: 1997, 105)

O aparecimento do partido cartel, segundo Mair e Katz, é produto do desenvolvimento social, cultural e político contemporâneo. Com a tendência à diminuição dos graus de participação nos partidos políticos que, vistos como um aparato burocrático e elitista, perdem espaço na preferência dos cidadãos politicamente ativos para grupos de ação local ou específica, os partidos tendem a se voltar cada vez mais para o Estado, abandonando as suas antigas características ideológicas e de integração social, que pressupunham uma vinculação mais estreita com a sociedade civil.

“Contemporaneously, (...) parties are less the agents of civil society acting on and penetrating the state, and are rather more like brokers between civil society and state (...). On one hand, parties aggregate and present demands from civil society to the state bureaucracy, while on the other they are agents of that bureaucracy in defending policies to the public.” (Idem, 103)

Como agente do Estado, o partido cartel passa a assumir também o papel de procurar influenciar as organizações da sociedade civil organizada para que elas incorporem as demandas do Estado, invertendo a lógica de representação política que transparecia nos partidos de massas e mesmo nos partidos *catch all*. Neste processo, os partidos se tornam cada vez mais dependentes do subsídio e da regulação direta do Estado, e menos ligados à sociedade civil. A busca pelo acesso ao governo e aos recursos públicos, portanto, absorve por completo a existência partidária:

“The state (...) becomes a institutionalized structure of support, sustaining insiders while excluding outsiders. No longer simple brokers between civil society and the state, the parties now become absorbed by the state. (...) parties have now become semi-state agencies.” (Idem, 106)

Assim, o partido cartel se caracteriza por esta interpenetração completa entre partido e Estado, mas também pela total profissionalização da atividade política, por um padrão de competição baseado na patronagem, com pouca ênfase na comunicação intra-partidária, correspondendo ao fato de a atividade partidária ser cada vez mais elitizada e estratificada. No partido cartel, as campanhas políticas são uma atividade pessoal das elites partidárias, centralizadas, baseadas no uso intensivo de capital e na contratação de profissionais da mídia e da comunicação. Neste tipo de partido, portando, a militância partidária é menos enfatizada, mais atomizada – subtraindo a necessidade de os militantes participarem de um núcleo de base, como nos partidos de massas –, as relações líderes-militantes se tornam essencialmente verticais e menos responsivas do que nos partidos de massas e mesmo nos partidos *catch all*. Nestes termos, os líderes se comunicam tanto com seus eleitores como com os militantes, tornando “the distinction between members and non-members become blurred, with parties inviting all supporters, wheter formally enrolled or not, to participate in party activities and decisions” (Idem, 113)

Sem dúvida muito útil para a análise dos partidos políticos das democracias contemporâneas, e não apenas das democracias ocidentais institucionalizadas, o tipo do “partido cartel”, tomados os objetivos desta tese, tem uma desvantagem com relação ao modelo proposto por Angelo Panebianco. Mair e Katz dão pouca ênfase ao papel das ideologias no processo de institucionalização e de mudança partidária, que, em contrário, aparece como elemento central da análise de Panebianco. Nesta tese, portanto, tomaremos como modelo teórico dos partidos políticos o que foi proposto por Panebianco, fazendo as devidas ressalvas e comentários críticos.

1.2 – ANGELO PANEBIANCO E OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO ORGANIZAÇÃO

Angelo Panebianco assume uma postura associada à teoria das organizações e ao chamado “neoinstitucionalismo histórico”. Para ele, se é fundamental o retorno à tradição de análise das dinâmicas organizativas internas dos partidos políticos, focando nas alianças e conflitos de poder entre os seus agentes internos, não é menos importante a análise histórica das origens partidárias. Este enfoque histórico se justifica, haja vista que Panebianco acredita que “poucos aspectos da fisionomia atual e das tensões que se desenvolvem diante de nossos olhos em tantas organizações parecem compreensíveis se

não se retroceder à sua fase constitutiva.” (PANEBIANCO: 2005, XVII) Como veremos, o “modelo originário” do partido é uma variável determinante da análise proposta por Panebianco.

Panebianco insere os partidos políticos no rol das organizações complexas, fazendo a seguinte ressalva: “os partidos - como qualquer outra organização - se distinguem pelo ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica. Quaisquer que sejam as outras possíveis arenas em comum com outras organizações, somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos.” (Idem, 11) Se trata, portanto, de uma definição do tipo que até agora denominamos como “mínima”, que busca identificar os partidos políticos com a competição por votos em um ambiente democrático-liberal. A especificidade da conceituação de Panebianco, entretanto, está na sua filiação teórico organizacional.

Panebianco estabelece uma crítica aos dois “preconceitos” teóricos que, segundo ele, marcam negativamente o estudo dos partidos políticos. Primeiro, o “preconceito sociológico”, que acredita que os partidos são manifestações e reproduções das divisões sociais no âmbito político. Para Panebianco, além de falsa, esta assertiva escamoteia as desigualdades que são produzidas no interior dos próprios partidos, que não têm origem necessária no sistema de estratificação social, mas na distribuição do poder organizativo. Depois, Panebianco se refere ao “preconceito teleológico”, que atribui metas *a priori* aos partidos, tais como as metas ideológicas ou, numa segunda versão deste preconceito, as metas eleitorais - se referindo, neste último caso, a Downs. As ideologias, argumenta Panebianco, mesmo sendo um elemento fundamental para a compreensão da evolução organizativa partidária, no mais das vezes se limitam a evidenciar os “objetivos declarados” dos partidos. Por outro lado, Panebianco considera que leituras como a de Downs “não permitem explicar as situações freqüentes em que um partido parece evitar deliberadamente ações ou escolhas que poderiam conduzi-lo à vitória eleitoral ou parece contentar-se (...) em se situar na oposição.” (Idem, 09). A partir do enfoque organizativo, Panebianco argumenta que a análise dos partidos políticos deve se centrar nas suas relações de poder internas - particularmente, as alianças e conflitos de poder entre os agentes que o compõem -, mas também no relacionamento que o partido desenvolve com as outras organizações - inclusive, com os outros partidos.

O percurso metodológico anunciado por Panebianco é o de traçar um “mapa do poder” nos partidos políticos, privilegiando a sua história e o seu processo de evolução⁵. Assim, Panebianco enumera quatro dilemas organizativos enfrentados pelos partidos, que definem os rumos do seu desenvolvimento. O primeiro dilema se dá no confronto entre os chamados “modelo racional” e “modelo do sistema natural” de organização dos partidos. No modelo racional, o partido centra sua ação na realização dos seus objetivos organizativos “específicos e especificáveis”, como as metas ideológicas declaradas, por exemplo. Já no modelo do sistema natural, o partido político, como organização que é, responde e se adapta às demandas dos seus vários integrantes, buscando uma estratégia que faça a mediação entre estas demandas, partindo do princípio de que “o único objetivo que os diversos participantes têm em comum é a sobrevivência da organização” (Idem, 14). A teoria da “substituição dos fins”, de Robert Michels, segundo Panebianco, ilustraria a passagem da organização do modelo racional para o sistema natural. Entretanto, e ao contrário de Michels, Panebianco afirma que “os ‘objetivos oficiais’ não podem ser reduzidos a mera fachada nem a um produto contingente dos equilíbrios organizativos. Mesmo quando a organização está consolidada, esses objetivos continuam a exercer um peso efetivo na organização” (Idem, 16), sobretudo, no que diz respeito à construção da identidade organizativa.

O segundo dilema organizativo se dá no sistema interno de distribuição de incentivos, essencial a todo partido político, justamente por ser uma organização de participação voluntária. São dois os tipos de incentivos disponíveis para os partidos distribuírem: incentivos coletivos, distribuídos igualmente a todos os participantes da organização e; incentivos seletivos, distribuídos desigual e seletivamente a alguns membros da organização. “De acordo com o famoso paradigma de Olson, somente este segundo tipo de incentivo explicaria a participação organizativa.” (Idem, 18) Para Panebianco, são coletivos os incentivos de identidade, os incentivos ideológicos e os incentivos associados à solidariedade com os outros integrantes da organização. Já os incentivos seletivos seriam incentivos materiais, de status e de poder. Assim, segundo o autor, todo partido distribui, simultaneamente, os dois incentivos - o que se explica pelo seu interesse de manutenção de lealdades organizativas, inclusive, de caráter voluntário

⁵ No meu juízo, o tipo ideal de evolução partidária apresentado por Panebianco está relacionado com o seu modelo de “partido profissional-eleitoral”, que apresentamos mais acima. Em se tratando de tipos puros de partidos de patronagem, nos termos de Max Weber, o seu processo de evolução tende a se processar de forma distinta, sobretudo porque os incentivos coletivos – ou seja, os objetivos ideológicos – quase sempre inexistem ou são sempre periféricos nestes partidos.

-, mas o peso relativo de um ou de outro incentivo varia de acordo com cada tipo específico de partido. Assim, se

“a teoria dos incentivos seletivos explica muito bem o comportamento das elites que disputam entre si no interior do partido o controle dos cargos, dos *clientes* que trocam votos por benefícios materiais e de certos segmentos de militantes que buscam ascensão na carreira (...), uma teoria “utilitarista” centrada nos incentivos seletivos não explica o comportamento de *todos* os defensores da organização. A atividade de muitos militantes de base pode ser explicada mais convincentemente em termos de incentivos coletivos do que seletivos. (...) E, da mesma forma, a fidelidade do eleitorado fiel não parece interpretável em termos de incentivos seletivos” (Idem, 19).

É uma afirmação como esta que leva Panebianco a considerar que os objetivos oficiais e a ideologia dos partidos - esta última, a principal fonte dos incentivos coletivos - não podem ser tratados como “mera fachada”, tal como considera o modelo teórico de Downs e também a lógica da ação coletiva proposta por Olson. A ideologia partidária, assim, cumpre uma dupla função, segundo Panebianco: manter a identidade da organização perante seus seguidores e “*ocultar* a distribuição dos incentivos seletivos não só aos olhos daqueles que, dentro da organização, não se beneficiam deles, mas, frequentemente, também aos olhos dos próprios beneficiados.” (Idem, 20)⁶ A ideologia, por fim, ainda teria a função de definir o “território de caça” do partido, ou seja, o espaço delimitado na sociedade onde o partido vai buscar adeptos e votos. “Partidos operários” e “partidos católicos”, por exemplo, têm um território de caça mais preciso que partidos de patronagem, baseados apenas nos incentivos seletivos. Definido seu território de caça, os partidos passam a adotar estratégias de conflito ou de cooperação com outros partidos que disputam o mesmo espaço, e também com partidos com outras identidades. Buscar não se afastar radicalmente da sua ideologia original é uma forma de manter mais ou menos preservado o território de caça definido pelo partido.

O terceiro dilema organizativo anunciado por Panebianco diz respeito à forma de inserção do partido no “ambiente externo” - as arenas onde se processam as disputas

⁶ Alan Ware (2004), em sentido similar, também afirma que a dimensão ideológica é um componente essencial para a análise comparativa dos partidos políticos, considerando como teoricamente válidas, para o cenário político europeu ocidental, as chamadas “famílias espirituais” dos partidos políticos – tipologia construída por Klaus Von Beyme tomando por base as ideologias partidárias declaradas. Em se tratando da América Latina, entretanto, argumenta Ware, “las diferentes combinaciones de elementos ideológicos posibles generan “aires de familia” mucho más laxos entre los diferentes partidos, por lo que se podría argumentar que no merece la pena intentar diseñar un esquema clasificatorio del estilo de Von Beyme para América del Sur.” (WARE: 2004, 58)

nos quais o partido está envolvido. É de se considerar que, em se tratando de partidos de esquerda como o PT e o PS, com sua origem de partidos de massas, há também uma clara iniciativa de envolvimento em arenas que vão além dos espaços institucionais liberal-democráticos. Refiro-me, aqui, ao movimento sindical, estudantil e social em geral. Nestas relações com o mundo externo, portanto, os partidos se vêem frente ao dilema de adotar uma estratégia de domínio ou de adaptação. Em se tratando de dar prioridade a uma estratégia de sobrevivência organizativa, e de distribuição dos incentivos seletivos, os partidos tendem a se adaptar ao ambiente, embora de forma não inteiramente passiva, haja vista a necessidade de preservação dos próprios incentivos coletivos. Se o partido não tem perspectivas de poder em curto prazo, ou não privilegia a estratégia eleitoral, uma estratégia de domínio sobre o ambiente, que privilegie os incentivos coletivos, pode ser mais adequada.

Por fim, o quarto dilema organizativo anunciado por Panebianco confronta os partidos entre a liberdade de ação dos seus dirigentes e as ações condicionadas pelas coerções organizativas. Quando fala em “coerções organizativas” que limitam as ações dos dirigentes partidários, Panebianco está se referindo ao fato de os partidos, como organizações complexas, representarem coalizões de indivíduos, abrigando múltiplos interesses e demandas, e múltiplas possibilidades de jogos estratégicos. Num cenário desses, a liberdade de ação dos dirigentes é extremamente limitada, e as decisões são produto de negociações entre os diversos interesses internos divergentes.

É a partir deste quarto dilema que Panebianco lança o conceito de “coalizão dominante”, como alternativa à usual definição de “elite partidária”. O líder partidário, segue Panebianco, não toma decisões sozinho, mas sempre negociando com outros atores políticos internos à sua organização, estando “no centro de uma coalizão de forças internas do partido, com as quais deve, ao menos numa certa medida, estabelecer acordos.” (Idem, 72-73) A coalizão dominante, portanto, reúne lideranças nacionais mas também locais e intermediárias dos partidos, e é sempre produto de um equilíbrio precário, já que, sendo múltiplos os atores políticos, também múltiplos são os possíveis jogos estratégicos e as potenciais coalizões dominantes nos partidos políticos. Neste ponto, Panebianco apresenta uma tipologia alternativa dos subgrupos partidários, chamando de “facção” aqueles subgrupos de elevada organização e identidade, e de “tendência” os subgrupos de fraca organização, e que representam muitas vezes opiniões ligadas a conjunturas concretas. Nestes termos, quanto menos coesos e

organizados forem os subgrupos partidários, mais coesas e estáveis serão as suas coalizões dominantes.

Da mesma forma, a coalizão dominante será mais estável quanto mais legitimidade interna acumular, e será tanto mais legítima quanto maior for sua capacidade de distribuir “bens públicos” (incentivos coletivos) e “bens privados” (incentivos seletivos) entre os adeptos e seguidores do partido, segue Panebianco. Quando esta capacidade for bloqueada, haverá uma crise de legitimidade da liderança e, se tratar-se de um partido institucionalmente fraco, sua possibilidade de fragmentação ou extinção é real. Em contrário, se for um partido fortemente institucionalizado, o que ocorrerá será uma rearticulação das suas forças internas, impulsionando a emergência de uma nova coalizão dominante – como aconteceu no PT, a partir de 1995, como veremos. Sendo múltiplos os jogadores envolvidos em um partido político, múltiplas são as potenciais coalizões dominantes, já dissemos.

Finalmente, Panebianco argumenta que a linha política do partido – ou seja, a forma como o partido pretende buscar ou aplicar os seus objetivos oficiais – também é um fator decisivo de legitimação da liderança partidária, uma vez que está relacionada à distribuição dos incentivos coletivos. A alteração radical de linha política por um partido, sustenta Panebianco, só é uma estratégia viável se, no seu sistema de incentivos, prevalecerem os incentivos seletivos. Por isso, acredito, tendem a ser punidos pelos seus seguidores aqueles partidos originalmente “ideológicos” que apresentam mudanças tão bruscas de linha política, como se viu com o PPS no Brasil. Num caso destes, o partido pode também estar tomando a opção por mudar de ideologia e de território de caça, o que é um sinal de baixa institucionalização.

É sobre esta argumentação que Panebianco constrói seu tipo ideal da evolução partidária, apresentando o conceito de “institucionalização” dos partidos políticos. A institucionalização de um partido político representa a sua consolidação como organização, adquirindo um valor em si mesmo. Neste ponto, os seus objetivos organizativos são incorporados ao objetivo de sobrevivência da própria organização. Institucionalizada, a organização passa a dispor de maior controle sobre os processos de troca com o ambiente externo, desfrutando de maior autonomia frente a este ambiente. Por fim, os subgrupos dos partidos institucionalizados tendem a perder autonomia frente ao centro do poder partidário – ou seja, os partidos institucionalizados tendem a ser caracterizados pela organização em tendências, e não em facções.

Desta forma, Panebianco revisa a tese da “substituição dos fins” de Michels, processo que ocorreria, segundo aquele autor, justamente quando do processo de institucionalização dos partidos políticos. Para Panebianco, em *nenhum partido* haverá uma genuína “substituição dos fins”. Ao contrário, “nas organizações consolidadas⁷, pode-se assistir quase sempre a um processo diverso [de] *articulação dos fins*.” (Idem, 31). A articulação dos fins marca justamente o processo de institucionalização, quando há uma adaptação dos objetivos oficiais (a ideologia) do partido às exigências organizativas, de preservação da liderança, de manutenção da coalizão dominante e de adaptação ambiental. Com o processo de institucionalização, sustenta Panebianco, há uma “transformação da ideologia organizativa de manifesta (objetivos explícitos e coerentes) a latente (objetivos implícitos e contraditórios)” (Idem, 32). O partido, assim, abandona um tipo “movimento social” para consolidar-se como partido profissional-eleitoral.

Assim, Panebianco apresenta seu tipo ideal de evolução organizativa dos partidos políticos. Com a institucionalização, os partidos partem de uma organização de tipo “modelo racional” para o modelo do “sistema natural”; os incentivos seletivos tendem a predominar sobre os incentivos coletivos (que não são abandonados nem substituídos); a ideologia organizativa passa de manifesta a latente; a liberdade de escolha dos dirigentes tende a ser cada vez mais restrita e; a estratégia de domínio do ambiente tende a ser substituída por uma estratégia de adaptação ambiental. Nos partidos “profissional-eleitorais”, sendo organizações institucionalizadas, como o PT e o PS, tendem a predominar estas características organizacionais.

Fiel ao neoinstitucionalismo histórico, Panebianco considera que, junto com a institucionalização, a segunda variável a ser considerada na análise dos partidos é o seu “modelo originário”, partindo do princípio de que a história, a gênese e a consolidação de um partido “podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas.” (Idem, 92) Superando a tradicional definição de Duverger sobre a origem dos partidos⁸, Panebianco fala em três fatores que definem o modelo originário dos partidos políticos. Primeiro, os partidos podem ser construídos por “penetração territorial” (quando um “centro” dirige o desenvolvimento da “periferia” partidária) ou por “difusão territorial”, em processo inverso. Depois, a

⁷ Ou institucionalizadas, para usar o termo do próprio Panebianco.

⁸ Duverger fala em “origem interna” e “origem externa” aos Parlamentos pelos partidos políticos, como vimos.

origem de um partido pode ser marcada pela presença ou pela ausência de uma instituição patrocinadora externa (como os sindicatos, no caso do *Labour Party* britânico). Se existe este patrocínio, Panebianco fala em legitimação externa da liderança partidária; inexistindo, se tratariam de partidos de legitimação interna. Por fim, a formação de um partido pode ser marcada pela presença ou não de uma liderança carismática, fazendo, aqui, uma distinção entre o que chama de “carisma puro”, próximo do tipo ideal de Weber, e o “carisma situacional”, relacionado apenas àqueles “tempos difíceis”, quando emergem líderes carismáticos, mas sem traços messiânicos. “A diferença está no fato de que, enquanto no caso do carisma puro o partido não tem uma existência autônoma do líder, ficando inteiramente à sua mercê no caso do carisma situacional, apesar do enorme poder do líder, o partido não é simplesmente uma criatura sua, mas nasce de uma pluralidade de estímulos e impulsos e, portanto, outros agentes podem garantir para si um certo grau de controle” (Idem, 98-99) sobre a organização. Se Panebianco usa o presidente Roosevelt, nos Estados Unidos dos anos 1930, para exemplificar uma situação de carisma situacional, o recém fundado PSUV venezuelano nos parece um bom exemplo de influência de exercício de dominação carismática pura na formação de um partido político.

É evidente que Panebianco associa o modelo originário dos partidos políticos com seu processo de institucionalização. Segundo seu argumento, em geral, são os partidos de legitimação interna que tendem a apresentar processos de institucionalização mais fortes. No outro extremo estariam os partidos carismáticos que, tendo nos líderes carismáticos a única fonte de legitimação e unidade da coalizão dominante, dificilmente se institucionalizam, e tendem a ter dificuldade de sobreviver ao seu fundador.

Os argumentos e o tipo ideal de evolução partidária apresentados por Panebianco serão a principal inspiração teórica para a análise desenvolvida nesta tese.

1.3 – PARTIDOS POLÍTICOS: EM BUSCA DAS DEFINIÇÕES “AMPLIADAS”

Uma muito útil definição dos partidos políticos foi elaborada por LaPalombara e Weiner. No seu já citado artigo, estes autores apresentam seus conhecidos quatro critérios distintivos dos partidos políticos, que aqui igualmente adotamos. São eles:

“(1) continuity in organization – that is, an organization whose expected life span is not dependent on the life span of current leaders; (2) manifest and presumably permanent organization at the local level, with regularized communications and other relationships between local and national units; (3) self-conscious determination of leaders at both national and local levels to capture and to hold decision-making power alone or in coalition with others, not simply to influence the exercise of power; and (4) a concern on the part of organization for seeking followers at the polls or in some manner striving for popular support” (Idem, 06)

Como vemos, este é um conceito que tem uma base competitiva, que privilegia - mas sem se restringir -, a competição dos partidos políticos pelo apoio popular em ambientes democrático-eleitorais, ao tempo que também traz um forte apelo organizativo. A disposição de competir por e de dirigir os espaços de poder, construindo alianças, se necessário, e a capacidade de organizar-se permanentemente em diferentes níveis do Estado-nacional, são apresentados como características dos partidos políticos. LaPalombara e Weiner apontam, ainda, uma dimensão essencial para a compreensão dos partidos políticos, que seja, a sua capacidade de *institucionalização* – expressa num modelo de estabilidade organizativa que vai além da vida dos seus fundadores. Por outro lado, consideramos que um partido que não sobrevive aos seus líderes atuais ainda pode ser considerado um partido – poderia, nos termos de Panebianco, se tratar de um partido carismático. Mas é fundamental a afirmação de que os partidos buscam exercer, e não apenas influenciar, os espaços decisórios de poder, como afirmar os autores.

Nas análises contemporâneas dos partidos políticos, nem sempre os enfoques competitivos e institucionais aparecem como contraditórios, tal como visto também em Panebianco. Da mesma forma, a disputa estritamente eleitoral pelo poder nem sempre parece como o conteúdo definidor dos partidos políticos, o que os faz uma organização muito associada às democracias liberais – vide a crítica feita por Mainwaring e Scully à definição de Sartori. Segundo Kenneth Janda (1993), por exemplo,

“a party can be defined as an organization that pursues a goal of placing its avowed representatives in government positions. (...) the term “placing” should be interpreted broadly to mean through the electoral process (when a party competes with one or more others in pursuing its goal) or by a direct administrative action (when a ruling party permits no electoral competition) or by forceful imposition (when a party seeks to subvert the system and thereby capture the government). Thus, parties can pursue, respectively, competitive, restrictive or subversive strategies to achieve their goal” (Janda: 1993)

Entendendo “governo” como sinônimo de “poder público”, tal como se usa correntemente este termos nos Estados Unidos, a importância deste conceito de Janda está em afirmar que os partidos são organizações cujo sentido específico está na competição pelo poder, não necessariamente, através das eleições.

Alan Ware (2004) formula uma interessante crítica ao que chama de definições “usuais” de partidos políticos. Para ele, definições que consideram simplesmente que “o propósito dos partidos é exercer o poder do Estado” desconsideram que alguns partidos podem querer dissolver um Estado. Por outro lado, os que se contentam em afirmar que “os partidos usam meios legítimos para atingir seus objetivos”, desconhecem os casos de partidos, como o PC chinês, que evoluem de uma organização civil para um comando armado, ou mesmo, partidos que mantêm braços armados, como fazia o PC chileno na década de 1980. Afirmações restritivas de que os partidos se definem por “lançar candidatos em eleições”, sempre segundo Ware, excluem a possibilidade de determinados partidos escolherem não lançar candidatos em eleições específicas, como fez a oposição venezuelana nas eleições parlamentares de 2005. Por fim, conclui o autor, conceitos do tipo “os partidos agrupam pessoas que têm crenças, atitudes e valores similares” não servem para partidos como o peronista argentino, organização que se constituiu em torno de um líder carismático, congregando, por isso mesmo, pessoas com opiniões políticas as mais distintas, unidas apenas no séquito ao líder.

Nestes termos, Ware propõe a seguinte definição de partidos políticos:

“Un partido político es una institución que (a) busca influencia en el seno de un Estado, a menudo intentando ocupar posiciones en el gobierno y (b) puesto que normalmente defiende más de un interés social intenta, hasta cierto punto, ‘agregar intereses’” (WARE: 2004, 32).

A meu ver, definições “ampliadas” de partidos políticos, como estas apresentadas por LaPalombara e Weiner, Janda e Ware, em contraposição às definições “restritivas”, que supõem ser sua característica essencial apenas a competição eleitoral, são mais adequadas para identificar os partidos políticos na amplitude e variedade que este tipo de organização representa.

1.4 – “MAL-ESTAR” E CRISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS: OS CASOS DO BRASIL E DO CHILE

Os partidos políticos contemporâneos, em todo o mundo democrático, vêm enfrentando um esvaziamento das suas funções tradicionais de representação política, e sofrendo uma conseqüente de crise de legitimidade. Os problemas relacionados à qualidade do exercício da política parecem decisivos para se compreender esta crise dos partidos políticos que, às vistas dos cidadãos, cada vez mais parecem “caixas pretas” corruptas e pouco transparentes, dominadas por oligarquias que, mais do que representar idéias, buscam desesperadamente agarrar-se ao poder. Passemos à análise de alguns dados empíricos que evidenciam esta crise.

Segundo o *World Values Survey*, 26,9% dos chilenos (dados de 2000) confiavam nos partidos políticos, contra 31,2% dos brasileiros (dados de 1997). Estudos mais recentes mostram uma franca depreciação destes resultados. De acordo com o Informe do Latinobarômetro, a porcentagem de latinoamericanos que julgam os partidos políticos uma instituição confiável caiu de 22% para 20% entre 2006 e 2007, subindo para 21% em 2008, um patamar ainda distante dos 28% observados, pelo mesmo Informe, em 1997. Em 2008, os partidos ocupam a posição inferior de uma lista de confiança dos latinoamericanos em instituições que inclui as Forças Armadas, a Polícia, o Judiciário e o Legislativo, respectivamente. Desmembrando estes dados por país, 20% dos chilenos e 16% dos brasileiros se disseram confiantes com relação aos partidos políticos em 2007, e os dados se inverteram em 2008, quando 20% dos brasileiros e 16% dos chilenos se mostraram confiantes com relação aos partidos políticos, segundo o Latinobarómetro.

A “*Encuesta nacional de opinión pública*” realizada em 2006 pela Universidade Diego Portales, de Santiago, confirmando esta tendência, apontava os partidos políticos como a instituição menos confiável pelos chilenos: só 11,1% dos chilenos entrevistados responderam que confiam nos partidos políticos. Já a “*Encuesta nacional*” do CERC, (*Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea*), de setembro de 2008, apontou que 10% dos chilenos confiavam nos partidos políticos, que apareciam, mais uma vez, como a instituição menos acreditada pelos chilenos. Por fim, o “*Estudio nacional sobre partidos políticos y sistema electoral*”, realizado em 2008 pelo CEP (*Centro de Estudios Públicos*), trouxe dados ainda mais pessimistas: perguntados a respeito da confiança nos partidos políticos, apenas 6% dos chilenos entrevistados responderam positivamente, ante 91% de entrevistados que disseram não confiar neles. Também nesta pesquisa, os partidos políticos figuraram como a instituição que menor confiança despertava nos chilenos.

Procurando analisar esta tendência de baixa confiança dos chilenos nos partidos políticos, o “*Estudio nacional de opinión pública*” realizado pelo CEP em novembro e dezembro de 2007 inquiriu sobre os “principais defeitos dos partidos políticos”, chegando aos seguintes resultados: 36% dos chilenos entrevistados consideram os partidos pouco transparentes; 33% acreditam que não há renovação, e os partidos são “sempre os mesmos”; 30% consideram que os partidos não se responsabilizam pelos seus erros e; 27% julgam que os partidos são corruptos; enquanto 17% dos entrevistados acreditam que faltam idéias aos partidos e apenas 10% julgam que os partidos não respeitam as minorias. Os “defeitos” mais populares, portanto, são aqueles relacionados à qualidade do exercício da política, figurando como negativas tendências como a corrupção e a falta de transparência e de responsabilização dos partidos. Por outro lado, se 33% dos entrevistados se consideram incomodados com a falta de alternância dos partidos no poder - dado que parece menor quando se considera que, desde 1990, a mesma coalizão de partidos permanece no poder no Chile, e que este percentual é inferior à votação recebida pelos partidos da oposição nas eleições nacionais realizadas nesta década -, é significativo que apenas 17% julguem faltar idéias aos partidos, o que parece um indicador positivo.

No Brasil, a situação do eleitorado com relação aos partidos políticos também não se mostra muito diferente. A “Pesquisa de opinião pública” apresentada pelo Instituto Vox Populi, em maio de 2009, indicava que os eleitores que não têm preferência partidária é alto, apesar de estar em queda, oscilando de 64% em março de 2004 para 68% em junho de 2006 e caindo para 54% em junho de 2008 e, finalmente, para 49% em maio de 2009. Esta queda se dá ao sabor do crescimento dos índices dos três maiores partidos mais preferidos, o PT (que apresentou índices, respectivamente, de 19%, 17%, 25% e 29% nestes três anos), o PMDB (6%, 4%, 7% e 8%, respectivamente) e o PSDB (3%, 5%, 6% e 7%, respectivamente). Na pesquisa de 2009, o DEM, o PDT, o PTB e o PSOL aparecem com 1% das preferências partidárias, e todos os demais partidos somam 4% das preferências. Merece destaque o crescimento da preferência pelo PT, e sua disparidade com relação às demais preferências partidárias. Por outro lado, quando inquiridos, em 2006, sobre o que julgam mais importante na hora de votar, “a imagem pessoal e as qualidades dos candidatos” foi a resposta dada por 19% dos entrevistados quando se tratava de eleições executivas, e por 17% dos entrevistados, em se tratando das eleições legislativas. Para esta pergunta, apenas 4% dos entrevistados responderam considerar mais importante o partido dos candidatos, tanto para eleições

executivas como para eleições legislativas. Esta pesquisa demonstra algo que, a senso comum, é facilmente observável no Brasil: os partidos políticos pouco influenciam na decisão do voto, com raríssimas exceções. Uma das exceções apresentadas por esta pesquisa é justamente o PT, como discutiremos mais adiante.

Se os partidos políticos, como canal de representação política, estão desprestigiados, a forma de participar da política democrática passa por mudanças. Além de gerar apatia política e abstenção eleitoral, o enfraquecimento dos partidos tem servido para fazer crescer a participação em movimentos sociais e em ações coletivas tão diversas como ONGs ecologistas, feministas, de defensores dos direitos humanos ou de proteção aos animais, movimentos culturais, religiosos ou associações filantrópicas, por exemplo. Em comum, estas novas formas de participação têm a especialização e a fragmentação da ação política, e o não comprometimento com um projeto global de sociedade - o que, em tese, seria patrimônio dos partidos políticos. O aparecimento das novas formas de comunicação política de massas, da televisão aos blogs e movimentos políticos em rede, também esvaziam o monopólio dos partidos como canal de representação política, como vimos, e suscitam o aparecimento de formas inovadoras de organização e mobilização política, pondo fim à capacidade dos partidos de funcionarem como agentes de “integração social de massas”.

Por fim, não mais se sentindo representados pelos partidos, os eleitores também podem canalizar suas expectativas políticas para lideranças carismáticas, *outsiders* de direita e de esquerda, com um discurso neo-populista que pouco contribui para a institucionalização da democracia, como afirmou O’Donnell (1991). No continente sul-americano, estes tipos ploriferaram aos montes em quase todos os países nas últimas décadas, desde Fernando Collor e Alberto Fujimori, nos anos 1990, até lideranças tão díspares como Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e Álvaro Uribe, atualmente.

A despeito do espetacular crescimento e institucionalização que o PT vem experimentando, particularmente, desde a segunda metade da década de 1990 – que faz dele um partido profissional-eleitoral, e não um partido carismático, de acordo com a tipologia de Panebianco (2005) -, é inegável o traço carismático da liderança de Lula, de tal forma que é possível falar em um “lulismo”, cujo capital político e eleitoral em muito supera o “petismo”. Da mesma forma, o posicionamento ideológico do “lulismo” é muito mais difuso, centrista e, portanto, menos coerente com uma posição de “esquerda clássica” do que o “petismo”. Entretanto, não há como se considerar Lula como um *outsider*, haja vista sua trajetória de militância no PT. O “lulismo” é que está

para além do PT, e seu fortalecimento está diretamente ligado ao exercício pessoal da Presidência da República por Lula, e às opções de políticas públicas redistributivas assumidas pelo seu governo. Em termos concretos, segundo pesquisa CNT/Sensus de fevereiro de 2009, a avaliação positiva do Governo Lula é de 72,5%, contra 21,7% de avaliação regular e, apenas, 5% de avaliação negativa. De acordo com a mesma pesquisa, 84% dos entrevistados aprovam o desempenho pessoal do presidente Lula, contra apenas 12,2% que desaprovam. É a maior aprovação alcançada por um presidente da República brasileiro. Lula tem usado este capital político, associado ao seu “carisma situacional”, mais uma vez recorrendo a Panebianco (2005), para tentar influir nos rumos do PT, como quando buscou alçar seu assessor Marco Aurélio Garcia à presidência nacional do partido nas últimas eleições internas, em 2007 – e esteve disposto a apoiar uma candidatura do seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, à presidência do PT nas eleições internas de 2009. Em maio de 2009, após Lula ter se definido por ter Gilberto Carvalho ao seu lado até o final do seu mandato, a fração majoritária do PT, a chamada “Construindo um Novo Brasil” (CNB), optou por indicar José Eduardo Dutra como seu candidato à presidência nacional do partido. Dutra também é próximo de Lula, tendo sido por ele indicado para ocupar a presidência da BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobrás. Do seu lado, o PT tem procurado resistir a esta influência mais direta, procurando fortalecer sua autonomia frente ao governo federal – que é conformado por ampla coalizão de partidos - e os espaços de poder da sua burocracia interna.

No continente sul-americano, assim, o Chile destaca-se por não ter produzido, desde a sua redemocratização, em 1990, uma liderança carismática com condições de, descolada da institucionalidade política impulsada pelo sistema de partidos, promover sua carreira política e chegar à Presidência da República⁹. Em contrário, o Chile institucionalizou uma coalizão de partidos governante, a *Concertación de Partidos por la Democracia*, único canal institucional pelo qual se elegeram Presidentes da República desde 1990. Da mesma forma, as principais lideranças da oposição de direita, como Joaquín Lavín e Sebastián Piñera, só conseguiram viabilizar suas carreiras políticas dentro de uma coalizão de partidos opositora, a *Alianza por Chile*¹⁰. Até

⁹ No Brasil, quando pensamos em uma liderança deste tipo, não estamos pensando em Lula, que construiu sua carreira política no PT, como já afirmamos, mas no ex-presidente Fernando Collor.

¹⁰ Coalizão formada pelos partidos UDI (União Democrática Independente), de direita, e RN (Renovação Nacional), de centro-direita.

mesmo na carreira parlamentar, a participação em uma destas duas coalizões de partidos foi, quase sempre, condição *sine qua non* para a chegada ao Congresso Nacional¹¹.

Se, no processo de transição à democracia chilena, algum político personalizou a insatisfação popular com a ditadura militar, buscando, assim, reforçar o seu capital político pessoal, esta personagem foi Ricardo Lagos. A famosa passagem em que, em debate televisivo realizado em 1998, Lagos cobrou, com o dedo em riste, a saída de Pinochet do poder, foi um dos muitos episódios que ajudaram a construir a sua imagem pública e o seu carisma político. Por isto, mesmo filiado ao PS, Lagos sempre foi visto muito mais como uma liderança “transversal” da “esquerda da Concertación” (o bloco PS-PPD) do que como um “socialista histórico”, coisa que nunca foi. Durante o período da Unidade Popular, por exemplo, Lagos estava totalmente dedicado à vida acadêmica na Universidade do Chile, tendo, inclusive, muito jovem, disputado e vencido eleições para postos diretivos nesta universidade. Esta “transversalidade” atribuída a Lagos pode ser observada até hoje, quando o PPD defendeu a pré-candidatura de Lagos para as eleições presidenciais chilenas de 2009, enquanto a elite do PS, majoritariamente, não escondia suas simpatias pela pré-candidatura do atual presidente da OEA, José Miguel Insulza.¹²

Mesmo desfrutando deste carisma, Lagos abriu mão de sair candidato presidencial em 1989, em favor de um nome de consenso para a Concertación, o democrata-cristão Patricio Aylwin. Disputando eleições senatoriais, foi derrotado naquele mesmo ano mesmo tendo obtido votação expressiva, em virtude das artimanhas do sistema eleitoral binomial chileno, um legado da ditadura militar, como veremos. Em 1993, disposto a concorrer à presidência, Lagos foi derrotado em prévias internas à Concertación pelo futuro Presidente da República Eduardo Frei¹³, da Democracia Cristã, de quem foi ministro. Só em 1999, Ricardo Lagos foi eleito presidente do Chile, após vencer eleições primárias da Concertación. Ou seja, a institucionalidade da

¹¹ Uma rara exceção foi a eleição do senador independente Carlos Bianchi, pela XII Região, de Punta Arenas, em 2005.

¹² Em 04 de dezembro de 2008, Ricardo Lagos apresentou uma carta pública retirando-se da disputa presidencial de 2009, apesar do apoio declarado do PPD e de setores minoritários do PS, mas sem anunciar apoio a nenhuma pré-candidatura específica. Carecendo de respaldo nos outros partidos da Concertación, sofrendo alguma contestação, inclusive, dentro da própria legenda socialista, e mal avaliado nas pesquisas de opinião, em 05 de janeiro de 2009 foi a vez de José Miguel Insulza renunciar à pré-candidatura presidencial, prestando apoio total à postulação presidencial do senador e ex-Presidente da República Eduardo Frei Ruiz-Tagle que, dias depois, foi ungido como pré-candidato do PS.

¹³ Eduardo Frei Ruiz-Tagle, atualmente, é senador, presidiu o Senado chileno no período 2007-2008 e, mais uma vez, é pré-candidato às eleições presidenciais de 2009, concorrendo pela DC à indicação da Concertación.

Concertación foi um obstáculo real para o projeto presidencial de Ricardo Lagos, apesar da sua ampla popularidade e carisma. Em 2005, ao sair do governo, Ricardo Lagos desfrutava da aprovação de 59% dos chilenos, segundo a “*Encuesta nacional de opinión pública*” do CEP, de outubro e novembro de 2005.

Mesmo em se tratando de uma personalidade cuja trajetória política está diretamente vinculada ao PS, ao contrário do seu antecessor Ricardo Lagos, não deixa de ser paradigmática a apresentação da candidatura de Michelle Bachelet à presidência do Chile, em 2005, como uma candidatura que surgia diretamente “da cidadania”, e não dos quadros tradicionais dos partidos da *Concertación*. Militante socialista desde os anos 1970, quando era estudante universitária, integrante da “*Nueva Izquierda*”, principal fração da esquerda socialista após a reunificação do PS, em 1990, Michelle Bachelet ganhou projeção pública nacional no governo de Ricardo Lagos, onde assumiu o Ministério da Saúde e, depois, o Ministério da Defesa, cargos que lhe credenciaram às posições mais elevadas das pesquisas pré-eleitorais à Presidência da República. Segundo afirmou a então candidata na apresentação do seu programa de governo, “*mi candidatura surgió espontáneamente del apoyo de los ciudadanos. No surgió de una negociación a puertas cerradas ni de un cónclave partidista.*” (Bachelet, 2005) Nesta frase, Bachelet se reporta ao mecanismo de seleção de sua candidatura, as pesquisas de opinião, que sempre lhe deram ampla vantagem sobre as demais pré-candidaturas do seu campo político, mesmo quando ela ainda não era a candidata preferida das cúpulas partidárias da *Concertación*. Ora, apresentar candidaturas, numa democracia representativa, é uma função por excelência dos partidos políticos, ou das coalizões de partidos. O discurso de uma candidatura surgida “espontaneamente do apoio dos cidadãos” pode parecer uma resposta a um eventual “cansaço” do eleitorado com os partidos, que a *Concertación*, já àquela época, parecia enfrentar – e que é comprovado, inclusive, pelas pesquisas de opinião pública, como já vimos. Nada mais conveniente, num cenário de crise de partidos, portanto, do que o lançamento de uma candidatura surgida do “apelo da cidadania”.

Mesmo reconhecendo, como já apontavam Kirchheimer (1972), Panebianco (2005) e Mair e Katz (1997), que as campanhas eleitorais nas atuais democracias de massas tendem a ser cada vez mais personalizadas, o que se pode perceber é que a crise e a des-institucionalização dos partidos políticos tem potencial para, igualmente, provocar uma des-institucionalização da própria democracia. Não é este o caso chileno, mesmo com o apelo “pessoal” da campanha de Bachelet, nem mesmo o brasileiro, onde

o “lulismo” não tem ainda parece ameaçar o processo de institucionalização do sistema partidário¹⁴. Mas foi exatamente isto que foi visto em países como a Venezuela e o Equador, cujos sistemas partidários enfrentaram processos de des-institucionalização, após o desmoronamento dos seus sistemas políticos, com a crise social e econômica que decorreu da aplicação de experimentos neoliberais. A ascensão de presidentes *outsiders*, populistas e carismáticos tem conduzido estes países a um processo constituinte cuja marca é o hiper-presidencialismo. A crise dos partidos está, assim, diretamente entrelaçada a uma crise da democracia representativa, e têm, ambas, influência sobre a organização dos partidos políticos contemporâneos, como o PT e o PS chileno.

¹⁴ Ao que tudo indica até agora, PT e PSDB tendem a continuar polarizando as eleições presidenciais em 2010, tal como ocorre desde 1994, estruturando a competição inter-partidária na escala esquerda-direita, respectivamente, com um centro pragmático e incapaz de competir nacionalmente oscilando entre um ou outro pólo, ao sabor da conjuntura.

CAPÍTULO 2 - SISTEMAS PARTIDÁRIOS: OS CASOS DO CHILE E DO BRASIL

INTRODUÇÃO

O sistema partidário é um elemento central dos sistemas políticos democráticos, no sentido em que organiza o padrão de competição política, conferindo-lhe - ou não - coerência e estabilidade, uma vez que são os partidos políticos o principal mecanismo de representação política nas democracias modernas. Assim, podemos dizer que “um sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas.” (MAINWARING & TORCAL: 2005) Tradicionalmente, os sistemas partidários foram classificados segundo critérios numéricos pouco precisos, tal como fazia Duverger (1970), que falava em sistemas de partido único, em sistemas bipartidários e em sistemas multipartidários. Posteriormente, Blondel (1968) falou em sistemas bipartidários, em sistemas de dois partidos e meio, em sistemas multipartidários com um partido dominante e em sistemas multipartidários sem partidos dominantes. Para sair da imprecisão de classificações como estas, Douglas Rae (1977) propôs o Índice de Fragmentação que, com rigor estatístico, procura medir a dispersão partidária em um parlamento.

Inspirado pela idéia da fragmentação dos sistemas partidários, Giovanni Sartori (1982) trabalha com um critério do número de partidos relevantes combinado com a variável ideologia para classificar os sistemas partidários. Relevante, segundo Sartori, é todo aquele partido que, independente do seu tamanho, é capaz de tomar parte de uma possível coalizão majoritária de partidos – ou seja, que dispõe de potencial de coalizão. Em sentido inverso, todo partido que não tem tal capacidade seria irrelevante para o sistema partidário. Por outro lado, partidos oposicionistas que dispõem de força eleitoral significativa, sem disposição de coalizionar-se, seriam partidos com potencial de chantagem. Os potenciais relacionados aos principais partidos envolvidos em um sistema partidário, portanto, segundo Sartori, determinam a direção da competição política – ou seja, se ela tem efeitos centrífugos ou centrípetos sobre o sistema político. Neste sentido, Sartori distingue os sistemas pluripartidários em duas classes: do pluralismo polarizado (com efeitos centrífugos sobre o sistema político) ao pluralismo moderado (com efeitos centrípetos). As classes de sistemas de partidos propostas por Sartori, portanto, “não podem ser identificadas e sustentadas apenas em bases

numéricas. É a esta altura que a variável número-de-partidos se torna secundária e a variável ideologia adquire procedência.” (SARTORI: 1982, 149) A polarização ou a moderação de um sistema partidário pluripartidário, segundo Sartori, são determinadas pela orientação ideológicas dos partidos relevantes, que incidem sobre suas capacidades de formar coalizões.

Mainwaring e Scully (1995) agregaram, à definição de Sartori, outra variável para o estudo dos sistemas partidários, que seja, a noção de institucionalização, seguindo a noção apresentada por Samuel Huntington (1975). Partindo do princípio de que “institutionalizing a party system is important to the process of democratic consolidation” (MAINWARING & SCULLY: 1995, 01), tratam esta variável como particularmente importante para o estudo do sistema partidário das democracias recentes e de baixo desenvolvimento, relegando os critérios apontados por Sartori como mais adequados para democracias desenvolvidas e institucionalizadas. Na América Latina, seguem Mainwaring e Scully, portanto, a variável institucionalização seria central para o estudo dos sistemas partidários. Neste sentido, afirmam que

“For a democratic party system to be institutionalized, four conditions must be obtained. First and most important is stability in the rules and the nature of inter-party competition. (...) Second, the major parties must have somewhat stable roots in society; otherwise, they do not structure political preferences over time and there is limited regularity in how people vote. (...) Third, in an institutionalized party system, the major political actors accord legitimacy to the electoral process and to parties. (...) Finally, in an institutionalized party system, party organizations matter. They are not subordinated to the interests of ambitious leaders; they acquire an independent status and value of their own. The party becomes autonomous vis-à-vis movements or organizations that initially may have created it for instrumental purposes.” (Idem, 04-05)

Considerando estes quatro critérios, Mainwaring e Scully (1995) classificavam os sistemas partidários latinoamericanos daquela época como institucionalizados (Venezuela, Costa Rica, Chile, Uruguai, Colômbia e Argentina), hegemônicos em transição (México e Paraguai) e frágeis ou pouco institucionalizados (Peru, Bolívia, Equador e Brasil). É evidente que algumas situações mudaram desde 1995, e se sistemas partidários como o venezuelano, que Mainwaring e Scully chamavam de institucionalizado enfrentou franco processo de institucionalização, o Brasil caminha – em passos lentos – rumo à institucionalização, principalmente, nas disputas presidenciais.

Em sentido similar, mas trabalhando com conceitos como “tradições partidárias sólidas” que, por analogia, podemos identificar com o que Mainwaring e Scully chamam de “sistema partidário institucionalizado”, Saéz e Freidenberg (2002) afirmam que

“No início dos processos de transição democrática (1978-1980), a América Latina contava com quatro cenários muito diferentes. O primeiro cobria os países com tradições partidárias sólidas, tanto em termos da existência de máquinas partidárias como de capacidade dessas máquinas para mobilizar o apoio de importantes setores da população. O segundo contemplava um modelo misto em que partidos antigos iriam coabitar com partidos novos surgidos do próprio processo de transição. O terceiro enquadrava os casos definidos pela manutenção da existência de organizações, mas historicamente vazias do ponto de vista político e social. Finalmente, o quarto estava presente nos países em que, somando-se a debilidade histórica partidária aos efeitos dos últimos tempos dos governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos.” (SAÉZ & FREIDENBERG: 2002, 140)

Assim, tomando parte do primeiro grupo anunciado por Saéz e Freidenberg estariam a Argentina, o Chile, o Uruguai e Peru; no segundo grupo, estariam a Bolívia, o Brasil e o Equador; no terceiro grupo figurariam o Paraguai, a Honduras, a Nicarágua e o Panamá e; por fim, o quarto grupo seria formado por El Salvador, pela República Dominicana e pela Guatemala. Ficariam ausentes da classificação de Saéz e Freidenberg a Venezuela e a Costa Rica, por terem transições democráticas anteriores, e o México e Cuba, por serem sistemas de partido único. Está claro que, também neste caso, houve mudanças significativas, particularmente, no caso mexicano. Partindo desta prévia teórica, passemos agora a uma análise dos sistemas partidários do Chile e do Brasil.

2.1 – O SISTEMA PARTIDÁRIO CHILENO

O Chile tem um sistema político que, se é sempre considerado como excepcional na América Latina, tanto em termos históricos como contemporâneos, também é exemplar do traço elitista da construção da ordem na nossa região.

Evidenciando a primeira afirmação, inicialmente, destaca-se o largo período de estabilidade democrática vivenciado naquele país durante boa parte do século XX, amparado por um presidencialismo forte e por um Estado Unitário e centralizador, herança da construção republicana que se seguiu à independência chilena no século

XIX. No Chile como nos demais países latinoamericanos, a construção do Estado esteve nas mãos das elites econômicas e sociais, notadamente, latifundiárias ou mercantis. Iniciada com a Constituição de 1925, esta experiência democrática chilena foi vivenciada, sem atropelos¹⁵, até o golpe militar de 11 de setembro de 1973, que derrubou o presidente Salvador Allende. Após 1925, ampliaram-se as possibilidades de participação política no Chile, que experimentou uma temporã experiência de incorporação das classes trabalhadoras no processo político, através da organização autônoma das classes trabalhadoras urbanas e mineiras, em partidos políticos de massas. Amparados por esta nova base política classista, dois partidos políticos de esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista, se destacaram e conquistaram espaços políticos no Chile cuja magnitude, à época, não era encontrada em nenhum país sul-americano.

Naquelas quase cinco décadas, o Chile viu se sucederem presidentes e parlamentares democraticamente eleitos; foi marcado por um forte protagonismo político de três correntes políticas social, orgânica e ideologicamente bem definidas, da esquerda à direita, passando pelo centro; assistiu a um experimento político de “Frente Popular”, iniciado ainda nos anos 1930, praticamente em simultâneo à França e à Espanha, hegemônico pelo centrista Partido Radical e com apoio dos partidos Socialista e Comunista; foi palco da criação do único partido de massas exclusivamente orientado pelo pensamento social-cristão na América Latina, a Democracia Cristã, partido que, elegendo o Presidente da República Eduardo Frei menos de dez anos após o seu surgimento, fez um governo de reformas sociais moderadas, sem assumir uma plataforma classista e mantendo bom diálogo com os Estados Unidos e; elegeu o primeiro presidente marxista latinoamericano, Salvador Allende, em aliança liderada pelos partidos Socialista e Comunista – a “Unidad Popular”; dentre outras experiências.

Na sua tentativa de construir uma sociedade socialista com “democracia y libertad” – ou seja, sem romper com a institucionalidade do Estado de Direito -, o presidente Salvador Allende e seu governo provocaram a ira das elites econômicas e sociais chilenas. Allende se propunha a reorganizar a sociedade e a economia chilenas sob bases socialistas, com um projeto fundado, principalmente, na propriedade estatal

¹⁵ Salvo breve período de turbulência institucional em princípios dos anos 1930, quando chegou a ser promulgada, inclusive, uma “República Socialista”, durante 14 dias de 1932, liderada, entre outros, pelos fundadores do Partido Socialista chileno, Oscar Schnake e Marmaduke Grove. Ainda em 1932, Marmaduke Grove foi candidato a presidente do Chile, chegando em segundo lugar, posição expressiva, considerando-se que disputou as eleições logo após amargar breve exílio na Ilha de Páscoa, como penalidade à sua participação na conjura socialista.

dos meios de produção – isto, numa sociedade subdesenvolvida, exportadora de produtos primários e, portanto, profundamente dependente dos mercados e dos capitais estrangeiros. Assim inspirado, o governo Allende tratou de “nacionalizar” setores estratégicos da economia, como os latifúndios e as empresas mineradoras de cobre – estas últimas, sob intenso controle do capital estrangeiro, principalmente, estadunidense. Neste ambiente, e sob inspiração da Revolução Cubana, expressivos setores da esquerda chilena animavam-se a romper com a institucionalidade democrática e propor a criação do “poder popular”, ou seja, uma nova institucionalidade, fundada nos princípios do autogoverno, dos conselhos de trabalhadores e da participação popular direta, inspirada pelos “soviets” russos e por uma clássica rejeição de esquerda à democracia representativa. Propugnavam, ainda, a tese da inevitabilidade da insurreição armada contra a burguesia no processo revolucionário. Entre os promotores desta estratégia figuravam, precisamente, o “Movimiento de la Izquierda Revolucionária” (MIR) - em cujos quadros militavam o genro cubano e a própria filha do presidente Salvador Allende, Beatriz – além de setores majoritários do Partido Socialista, notadamente aquelas frações lideradas pelo então secretário-geral socialista, Carlos Altamirano.

Tudo isto estava em franca oposição ao discurso e à formação legalista de Salvador Allende que, além de socialista e marxista, era maçom, formado na tradição do liberalismo político laico e radical do Chile. A esta formação política e intelectual, Allende agregava um espírito de negociador, maturado por anos a fio de exercício da atividade parlamentar. Allende encarnava, assim, uma excepcionalidade na esquerda latinoamericana e mundial: defendia a revolução socialista, de cujo projeto a estatização da economia era elemento central, sem abrir mão do legado do liberalismo político expresso pela democracia representativa e pelo Estado de Direito. Distanciava-se, assim, da esquerda armada pró-Cuba, dos Partidos Comunistas pró-soviéticos e também da social-democracia reformista da Europa Ocidental. Allende talvez antecipasse um tipo de marxismo que veio a surgir na Europa Ocidental no final dos anos 1970, em muito influenciado pelas lições da própria experiência da UP no Chile, o chamado “eurocomunismo”, cujo principal matiz intelectual era o pensamento de Gramsci. Como bem afirmou o sociólogo chileno Ant3nio Cort3s Terzi, Allende parecia expressar um “gramscismo inconsciente”¹⁶.

¹⁶ “Creio que o essencial da “via chilena” residia na id3ia de um processo revolucion3rio capaz de aglutinar a maioria em torno das mudan3as e fazer pesar esta maioria atrav3s dos canais institucionais democr3ticos. Naquele tempo, Gramsci era um desconhecido na esquerda chilena. At3 mesmo a

Num cenário geopolítico de Guerra Fria, a proposta revolucionária de Allende também incomodou, como não poderia deixar de ser, elites e nações estrangeiras, notadamente, os Estados Unidos, mas também a ditaduras sul-americanas, como o Uruguai e o Brasil. O incômodo principal residia na possibilidade de o Chile vir a se constituir em mais uma experiência socialista viável na América Latina – só que, ao contrário de Cuba, conquistada pela via democrática. Uma transição democrática ao socialismo bem-sucedida podia servir de exemplo para outros países ocidentais, principalmente, a Itália, detentora de um Partido Comunista de ampla base social e eleitoral. Salvador Allende foi derrubado do poder por um violento golpe militar, ao qual resistiu heroicamente, em armas, sendo martirizado em combate na defesa das suas prerrogativas constitucionais. O golpe militar de 11 de setembro de 1973, apoiado pela elite civil chilena e também pelo governo dos Estados Unidos, principalmente através da CIA, foi recebido com surpresa por diversos observadores internacionais e chilenos, inclusive o próprio presidente Allende, que acreditavam na fortaleza institucional da democracia chilena e, inclusive, na formação legalista das suas Forças Armadas.

Atualmente, muitos analistas identificam a adesão de parcela significativa da sociedade chilena, inclusive dos seus estratos médios, ao golpe militar de 1973, como um sinal de reforço de um elemento central da cultura política chilena: a defesa da ordem e o temor do caos. Como afirmou o PNUD, “la especificidad del imaginario chileno parece radicar en la sacralización del orden como una unidad determinada desde su origen, a la vez que constantemente amenazada por el desorden.” (PNUD, 2002: 59) Se a imagem da ordem está expressa numa tradição republicana autoritária, materializada em um Estado forte e centralizador, capaz de assegurar uma pretensa unidade que mascare aos conflitos sociais, segue o PNUD, o período da Unidad Popular significaria, segundo este próprio imaginário, a materialização do caos, para cuja contenção se justifica o golpismo militar.

Neste mesmo sentido, e apresentando uma revisão historiográfica radical, o historiador chileno Gabriel Salazar (2005) afirma que a categoria da “ordem em si” é central na formação política do Chile, o que “ha terminado por dar vida al más celebre mito de la memoria política chilena: aquel que dice que el orden constitucional ha

intelectualidade mais sofisticada pouca sabia e falava dele. Apesar disso, poder-se-ia dizer que no “allendismo” existe uma espécie de “gramscismo inconsciente”, dada sua preocupação de gerar uma hegemonia político-cultural que desse sustentação a um processo revolucionário com/na democracia.” (TERZI: 2008).

tenido em Chile uma *estabilidad y duración ejemplares*, configurando un caso excepcional com relación a cualquier outro país de América Latina.” (SALAZAR: 2005, 14) Este mito, segundo o historiador, mascara o traço elitista presente na construção do Estado no Chile, e dá vida a uma cultura política igualmente elitista e autoritária. Assim, segue Salazar, “el panteón de los heroes políticos chilenos está formado exclusivamente por aquellos individuos que inventaron, crearon o contribuyeron decisivamente a imponer, en distintas coyunturas históricas, el dicho ‘orden’.” (Idem, 15) Dentre estes heróis, aparece como patrono a figura de Diego Portales, ministro do Interior que foi o principal articulador da ordem política expressa na Constituição chilena de 1830. Esta ordem constitucional se estendeu até 1925, quando foi promulgada uma nova Constituição. Portales, defensor de “un gobierno fuerte, centralizador, cuyos hombres sean verdaderos modelos de virtud y patriotismo” (PORTALES; *apud* COLLIER: 2005, 58), bem encarnou este republicanismo autoritário, que é observado, inclusive, no escudo nacional e “lema pátrio” chileno: “*por la razón o por la fuerza*”.

As duas constituições chilenas que se seguem à de 1830¹⁷, advoga Salazar, trazem em si a missão de restaurar o espírito portaliano de ordem, expressa num Estado forte e centralizado. Ainda segundo Salazar, a tese da “genialidade” fundacional de Portales e de sua obra¹⁸ ignora a total ausência da sociedade civil, como expressão da soberania popular, na construção dos projetos políticos expressos pelas constituições chilenas. Naquelas engenharias constitucionais, a capacidade soberana dos chilenos, conclui Salazar, foi substituída pela ação das elites. Isto resultou que, na elaboração das três constituições chilenas, o poder constituinte foi sempre exercido por líderes “autoritarios, arbitrarios y represivos, (...) violadores de los derechos cívicos y humanos de sus conciudadanos [y] el orden que establecieron fue impuesto destruyendo violenta y desconsideradamente el proyecto de orden que esgrimían sus adversarios políticos” (SALAZAR: 2005, 19)

Visto aos olhos de hoje, e fazendo um jogo de palavras, não parece improvável, como muitos acreditavam em 1973, inclusive, Allende, que elites nacionais obcecadas

¹⁷ A terceira Constituição do Chile foi promulgada em 1980, por Pinochet.

¹⁸ É curioso que esta tese é incorporada, inclusive, por setores da esquerda chilena. Camilo Escalona, atual presidente do Partido Socialista de Chile, em discurso intitulado “Por que somos socialistas”, proferido na Conferência Nacional de Organização do seu partido, em 2003, criticou a direita chilena por, segundo ele, ter esquecido a “Diego Portales y el proceso de vertebración del Estado Nacional, que hizo que Chile siendo un país pequeño y aislado pudiera construir una identidad nacional y sortear las décadas de anarquía y cuartelazos que asolaron los países hermanos de América Latina” (ESCALONA: 2003, 56)

pelo mito da “ordem” estivessem dispostas a restaurar a *sua ordem* pela *força* de um golpe militar violento, após julgarem que a *razão* “se havia perdido” numa experiência política como a da Unidad Popular, cuja centralidade estava no protagonismo das classes populares. Principalmente, se estas elites contassem com o apoio estratégico de potências estrangeiras – inclusive, a maior das potências capitalistas, os Estados Unidos, detentoras de históricas pretensões imperialistas na América Latina.

Outra característica, entretanto, expressa uma excepcionalidade chilena, que seja, a centralidade histórica ocupada pelos partidos no seu sistema político. Em nenhum outro país da América do Sul se organizou um sistema partidário como o chileno que, sobretudo no período democrático de 1925-1973, se assemelhava ao padrão europeu, com partidos de massas organicamente fortes, com base social consolidada e ideologicamente coerentes com clivagens de classe social, conforme o modelo proposto por Lipset (1967). Àquele período, os partidos chilenos se constituíam como verdadeiras subculturas políticas. (GARRETÓN: 1989; SCULLY: 1995; VALENZUELA: 1995) Nas palavras de Federico Gil, “Chile is the only Latin American country where political forces are clearly and distinctly aligned, as in many European countries, into three great blocs: the Right, the Center, and the Left.” (GIL: 1966, 244)

A tese da evolução do sistema partidário chileno a partir de clivagens religiosas e sociais é defendida por Scully (1995). Para este autor, duas oposições de clivagens estruturaram o sistema partidário chileno, nos séculos XIX e XX, entre posições de esquerda, centro e direita. No século XIX, segundo Scully, o sistema partidário chileno foi organizado a partir da oposição entre as clivagens “clericalismo” X “anticlericalismo”. Assim, enquanto o Partido Conservador estaria situado à direita do espectro político chileno, defendendo as posições da ortodoxia católica e tendo como base social principal a elite rural, o Partido Radical, defensor do liberalismo laico, estaria à esquerda, apoiado nos segmentos médios urbanos, com o centro ocupado pelo Partido Liberal. A incorporação das classes trabalhadoras urbanas no processo político, nas primeiras décadas do século XX, conforme Scully, redefine o sistema partidário chileno, agora, a partir de clivagens de classe social. Assim, os recém-criados partidos Socialista e Comunista passaram a ocupar a esquerda do sistema partidário, representando as classes trabalhadoras, enquanto os partidos Liberal e Conservador ocupavam a direita, com base nas elites, e o Partido Radical, com sua vocação de classe média urbana, passou a ocupar o centro.

Atualmente, o uso das clivagens sociais e/ou religiosas como elemento definidor do sistema de partidos chileno está em desuso. Para Mainwaring e Torcal (2003), a principal clivagem que estrutura o sistema partidário chileno pós-redemocratização é de natureza política, que seja, a oposição entre autoritarismo e democracia. Isto estaria relacionado, segundo estes autores, à polarização experimentada na sociedade chilena após o fim da ditadura de Pinochet que, também ao contrário das suas congêneres no Cone Sul, cumpriu a transição à democracia desfrutando de expressiva popularidade, inclusive, entre as camadas populares da população que, no cenário partidário anterior, eram tradicionais aliados da esquerda. De acordo com Cláudio Fuentes (1995), a divisão do sistema partidário chileno contemporâneo vai além da divisão “democráticos X autoritários”, incorporando, ainda, uma polarização com respeito às responsabilidades da ditadura em matéria de violação dos direitos humanos (entre posições defensoras do “esquecimento”; da reparação simbólica e; do castigo aos violadores) e, por fim, um dissenso sobre questões valóricas, como o aborto, o divórcio, a união entre homossexuais etc.. Também é importante na análise de Fuentes a constatação de que estas posições, atualmente, se fazem transversais aos diversos blocos ideológicos chilenos.

No processo democrático chileno de 1925 a 1973, como agora, o Chile caracterizava-se por uma condição multipartidária que, antes de ser um produto mecânico de um sistema eleitoral proporcional, como afirmaria certa tradição da ciência política, refletia bem o pluralismo social à que se referiu Scully¹⁹. Àquele período, a divisão do sistema partidário chileno entre posições políticas de esquerda, de centro e de direita guardava fina sintonia com a estrutura de classes, e cada um destes blocos políticos detinha cerca de um terço do eleitorado, e todos eram de conformação multipartidária. À esquerda, estavam o PS e o PC e, à direita, o Partido Liberal e o Partido Conservador. O centro, até o final dos anos 1950, foi ocupado exclusivamente pelo Partido Radical. A Democracia Cristã, após sua criação em 1957, passou a hegemonizar o espaço central da política chilena, relegando os radicais a votações mínimas, até o golpe de 1973.

Para Moulian (2002), se tal disposição das correntes partidárias, segundo critérios ideológicos e de classe social, de fato distinguem o Chile dos seus vizinhos latinoamericanos, uma diferença central com a Europa Ocidental estaria no fato de, no

¹⁹ Não estamos desconsiderando, entretanto, os efeitos dos sistemas eleitorais para as escolhas dos atores políticos e a conseqüente conformação do sistema partidário.

Chile, os dois partidos da esquerda assumiram perspectivas revolucionárias. No caso dos comunistas, a identificação era com a tradição soviética e, dos socialistas, houve uma evolução do nacionalismo radical latinoamericano (inspirado, entre outros, pelo aprismo peruano de Haya de La Torre, como veremos) para a influência da Revolução Cubana. Esta evolução do socialismo chileno teve conseqüências fundamentais para a desestabilização do sistema político chileno, a partir da segunda metade dos anos 1960.

Com a arena eleitoral chilena dividida em “três terços”, a estabilidade do sistema partidário foi favorecida, até princípios da década de 1950, pela existência de um centro político com capacidade de coalizão, representado pelo Partido Radical, o que conferia efeitos centrípetos ao sistema político. Ainda no final dos anos 1930, o Partido Radical, junto com os comunistas e os socialistas, formaram a Frente Popular, que elegeu três presidentes chilenos, os radicais Pedro Aguirre Cerda (1938), Juan Antonio Ríos (1942) e Gabriel González Videla (1946). Nas eleições de 1945, entretanto, a surpreendente votação individual de 16,5% dos votos atingida pelo PC, num cenário de Guerra Fria, pôs em tensão a Frente Popular chilena (SCULLY: 1995). Pressionado pelos Estados Unidos, González Videla sancionou uma lei que prescrevia o PC, a chamada “Lei de Defesa da Democracia”²⁰, rompeu com seus aliados de esquerda e aproximou-se do Partido Liberal, de direita. Chegava ao fim a Frente Popular chilena. Posteriormente, desgastados frente ao eleitorado, após sucessivos mandatos presidenciais, e vistos como “excessivamente pragmáticos” pela sua disposição de construir alianças que iam da esquerda à direita, os radicais progressivamente foram perdendo votos e, com isso, perdendo a hegemonia sobre o centro. Abria-se o caminho para que o sistema partidário do Chile assumisse feições de “pluralismo polarizado”, nos termos de Sartori (1982), evidenciando efeitos claramente centrífugos que se radicalizaram a partir da segunda metade dos anos 1960, até ser resolvido, à força, pelo golpe de 1973.

A partir de 1952, a esquerda chilena assumiu a estratégia de “frentes de esquerda”, sempre apresentando a candidatura presidencial de Salvador Allende, e rejeitando alianças com a burguesia. Nas eleições de 1958 e 1964, a candidatura de Allende, apoiada pelos comunistas, já se mostrou eleitoralmente viável, até que, em 1970, ele foi eleito presidente do Chile. Seu governo, inegavelmente, cumpriu um papel desestabilizador do sistema político chileno, sob uma coalizão multipartidária de

²⁰ Para os comunistas chilenos, esta lei ficou conhecida como a “Lei Maldita”. Após sua promulgação, o PC chileno passou a sofrer perseguição sistemática - como também ocorria naquele momento em diversos países do “mundo livre” ocidental, inclusive o Brasil e os Estados Unidos -, e muitos dos seus militantes foram condenados aos cárceres ou ao exílio, como o poeta Pablo Neruda.

esquerda cuja estratégia contribuía para a radicalização do processo político – mesmo que à revelia do que defendia o presidente da República que, a muito custo, buscou construir pontes com a oposição democrata-cristã e, inclusive, com as Forças Armadas.

Outro fator decisivo para acentuar a polarização do sistema partidário chileno foi o aparecimento da Democracia Cristã, em 1957, rapidamente ocupando o espaço do centro, relegando um já desgastado Partido Radical, ao final do período democrático, a posições eleitoralmente marginais. Em poucos anos, a DC apresentou um crescimento eleitoral vertiginoso – parte de já expressivos 9,4% dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1957 para, em 1963, atingir 22,8% dos votos nas eleições municipais. Em 1964, a DC elegeu Eduardo Frei Presidente da República e, por fim, nas eleições de 1965 para a Câmara dos Deputados, obteve 42,2% dos votos (SCULLY: 1995). Ao contrário dos radicais, entretanto, a DC rejeitava alianças com outras forças políticas, a ponto tal de o gabinete de Frei ser monopartidário. Apesar das suas origens no pensamento social-cristão, e de o governo de Frei ter tido um perfil reformista (inclusive, promovendo a reforma agrária), a DC estava completamente distanciada da esquerda, particularmente, dos comunistas (MOULIAN: 2002). Quando o governo de Allende começou a aprofundar o processo de reformas, a DC aproximou-se da oposição de direita²¹ e se envolveu, mesmo que mais discretamente que a direita, com as articulações do golpe de 1973. É evidente que a direita, sobretudo após a radicalização política experimentada no governo de Allende, também não tinha uma postura aliancista e, mais ainda, tinha uma vocação para o quebre institucional.

Uma das críticas mais comuns ao sistema partidário chileno daquelas décadas, proferida pelos seus adversários, foca no seu multipartidarismo excessivamente fragmentado, que teria sido uma das causas principais para a inviabilidade funcional do sistema, ocasionando a crise política que levou ao golpe militar de 1973. Para esta crítica, o principal elemento impulsor da radicalização política era a fragmentação partidária, e esta era decorrente, principalmente, do sistema eleitoral proporcional, usado para a eleição de deputados e senadores.

²¹ Por causa desta aproximação da DC com a direita, algumas das suas frações de esquerda romperam com sua militância original e criaram partidos como o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitaria) e a IC (Izquierda Cristiana), que se incorporaram à UP. Após o restabelecimento da democracia no Chile, o MAPU foi definitivamente dissolvido e boa parte dos seus antigos militantes e dirigentes se incorporou ao PS, como o sociólogo Manuel Antonio Garretón, o atual presidente da OEA José Miguel Insulza e o ex-líder máximo do MAPU, Oscar Guillermo Garretón. A IC sobrevive como um pequeno partido da oposição de ultra-esquerda no Chile, já que boa parte dos seus militantes também ingressou no PS nos anos 1990, como o senador Jaime Naranjo, o deputado Sergio Aguiló e o embaixador do Chile na Argentina, Luis Maira, que era presidente da IC quando liderou o grupo que se incorporou ao PS.

O Chile usava, à época, o método D'Hondt nas eleições proporcionais. Nas eleições para deputados, o país era subdividido em 26 distritos, cuja magnitude variava de 1 a 18 deputados, totalizando 147 eleitos. Já nas eleições para o Senado, eram eleitos 45 senadores, em 9 distritos de magnitude igual a 5. Reformas eleitorais operadas em 1958 e 1962 proibiram as alianças entre partidos ao nível provincial, respectivamente, para deputados e senadores. (GIL: 1966) A possibilidade de alianças ao nível provincial favorecia ainda mais a proliferação de partidos e também de alianças esdrúxulas, motivadas estritamente pelo resultado eleitoral. As reformas de 1958 e 1962 serviram para consolidar o sistema partidário em 6 grandes partidos, dois de cada bloco político: socialistas e comunistas à esquerda, radicais e democrata-cristãos ao centro, liberais e conservadores, à direita. Entretanto, nas eleições parlamentares de 1965, os dois partidos de direita obtiveram, juntos, apenas 12,5% dos votos. Assim, em 1966, liberais e conservadores decidiram por sua unificação sob o Partido Nacional, estratégia coerente com um sistema eleitoral que, agora, proibia que as coligações em eleições proporcionais fossem executadas a varejo. Nas eleições parlamentares seguintes, em 1969 e 1973, o direitista PN obteve 20% e 21,3%, respectivamente. (SCULLY: 1995) A crítica ao sistema proporcional como responsável pela fragmentação partidária, e a esta como responsável pela radicalização do processo político, foi utilizada pelos militares como argumento para a criação do novo sistema eleitoral após a redemocratização do Chile em 1990, como veremos.

A ditadura militar perseguiu duramente os partidos de oposição, particularmente, os de esquerda. O PC e o PS, assim como as demais forças de esquerda de dentro ou de fora da UP, foram prescritos, muitos dos seus militantes foram torturados, mortos ou se retiraram ao exílio. A Democracia Cristã foi decretada apenas “em recesso” pelo regime militar, funcionando sem perseguição direta até o plebiscito sobre a Constituição de 1980. A partir daí, e cada vez mais crítica aos militares, a DC se renova ideologicamente e inicia uma aproximação com a oposição de esquerda moderada, continuando a recusar alianças com os comunistas (GARRETÓN: 1990). A direita se aproximou dos militares desde os primeiros momentos do golpe, passando a ocupar cargos importantes no governo, e algumas de suas lideranças – com destaque para o jurista conservador Jaime Guzmán - figuraram no papel de ideólogos do regime. Foram civis de direita, também, que operaram a principal transformação da sociedade chilena no regime militar, o processo de liberalização econômica e de privatização dos serviços e de boa parte das empresas públicas. Os chamados “Chicago Boys”, geração de jovens

economistas formados na Universidade de Chicago, sob a influência intelectual de Milton Friedman, fizeram do Chile o primeiro experimento neoliberal do Ocidente, abrindo caminho para as experiências posteriores de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha (personalidade que veio a manter, inclusive, proximidade pessoal com Pinochet) e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Considerando o que se assistiu no Chile a partir dos anos 1980, mostra-se consistente a afirmação de Manuel Antonio Garretón de que Pinochet não conseguiu refundar o sistema partidário chileno, mesmo que tenha tido sucesso em transformá-lo. (Idem) Como seu deu esta transformação? Em outras palavras, como a experiência ditatorial chilena dos anos 1970 e 1980, e o processo de transição à democracia que se abriu a partir da segunda metade dos anos 1980, impactaram ao sistema de partidos daquele país?

A década de 1980 iniciou-se no Chile com uma busca de institucionalização por parte da ditadura militar, expressa no projeto de Constituição que foi elaborado por um grupo de juristas civis, colaboradores dos militares, como o já citado Jaime Guzmán. A proposta era de um Estado autoritário, de forte concentração de poderes no Executivo e conferindo particular importância e autonomia aos comandos das Forças Armadas, que não podiam ser removidos pelo presidente, sem a anuência do Conselho Nacional de Segurança²² – fugindo do princípio democrático do controle civil sobre os militares -, radicalizando a herança portaliana a que se referiu Salazar (2005). Buscando legitimação popular, a proposta constitucional foi submetida a um plebiscito em 11 de setembro de 1980, em um processo de total exclusão da oposição e de ausência de registros eleitorais confiáveis (GARRETÓN: 1989), resultando numa previsível aprovação e na outorga da Constituição chilena de 1980. A partir de 1983, entretanto, com a crise econômica que atingiu a América Latina no início daquela década, manifestações de insatisfação popular contra o governo começaram a se organizar no Chile. Foi o período das chamadas “*protestas*”, passeatas que envolviam milhares de chilenos pelas ruas das principais cidades. A repressão foi violenta: os militares atiravam aleatoriamente contra a multidão, matando ao léu. O esvaziamento das “*protestas*” fez surgir novas formas de luta oposicionista no Chile.

²² Composto pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado, pelo Controlador Geral da República, pelo Presidente da Suprema Corte e pelos comandantes das quatro armas (Exército, Marinha, Aeronáutica e Carabineros).

Do lado da esquerda mais radicalizada, reapareceram as alternativas militaristas, merecendo destaque a surpreendente adesão do antes realista PC à luta armada. Inspirado pela então recente experiência centro-americana, particularmente pela Revolução Nicaragüense, o PC – que ainda em 1973 havia clamado a UP e a DC a formarem uma “unidad antifascista” -, passa a adotar, no início dos anos 1980, uma nova linha política, a da “rebelión popular”. Com esta política, o PC chamava os chilenos a desempenharem toda forma de luta contra a “ditadura fascista”, usando de meios pacíficos ou violentos. Em consequência, em 1983, o PC criou um braço armado, a “Frente Patriótica Manuel Rodríguez”, formada por militantes treinados em países como Cuba e Nicarágua. No mesmo ano, a FPMR realizou sua primeira ação de forma espetacular, explodindo torres de alta tensão. Em 1987, a FPMR foi responsável pelo frustrado atentado contra Pinochet, iniciativa que acabou por resultar do desligamento dos “frentistas” do PC. Desde então, a FPMR atua em faixa própria²³, mas atualmente ocupa posição extremamente marginal na política chilena²⁴.

Entre os socialistas, entretanto, o que se assistiu, a partir do final dos anos 1970, foi uma divisão em dois grandes grupos que, mantendo a sigla “PS”, se distinguiam pela referência aos seus respectivos secretários-gerais. Representando a defesa da ortodoxia marxista-leninista estava o PS-Almeyda, liderado por Clodomiro Almeyda. Na outra ponta, estava o PS-Núñez (referência a Ricardo Núñez) e, depois, PS-Briones (referência a Carlos Briones) e PS-Arrate (referência a Jorge Arrate). Este último agrupava os setores que, críticos à experiência da UP e, sobretudo, do papel desempenhado pelo PS naquele período, vivenciavam o processo de “renovação socialista”, incorporando as influências do chamado “eurocomunismo” e da própria social-democracia européia, influências que vivenciavam no exílio. A estes se juntaram setores importantes da esquerda chilena, como o próprio Ricardo Lagos, que estavam no

²³ SALVO, Manuel S. **El fracaso de la vía armada para terminar con Pinochet**. La Nación. Domingo, 31 de Diciembre de 2006.

²⁴ Faz parte da FPMR Mauricio Hernández Norambuena, o “Comandante Ramiro”, que liderou, junto com outros chilenos ligados à própria FPMR e ao que remanesce do MIR, o seqüestro do publicitário brasileiro Washington Olivetto, em 2001. Por este crime, Hernández foi condenado no Brasil e está preso na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Catanduvas, no Paraná. Hernández participou, como fuzileiro, do atentado contra Pinochet em 1987, foi preso, condenado à prisão perpétua no Chile e resgatado, por seus companheiros, através de um helicóptero que se posicionou sobre o pátio da prisão onde ele se encontrava detido. Atualmente, há uma campanha para que o Brasil extradite Hernández para o Chile. Em dezembro de 2008, uma carta formal, de diversos signatários ligados à ultra-esquerda chilena, foi enviada ao presidente Lula, apelando por esta extradição, amparando-se em argumentos humanitários. Esta carta encontra-se disponível no sítio da FPMR na internet <http://www.fpmr-chile.org/ramicarta.html>

Chile e que igualmente se interessavam por uma renovação da prática política da esquerda a partir de perspectivas democráticas. Com o fim das “protestas”, e com o atentado a Pinochet evidenciando o fracasso da tentativa insurrecional de combate à ditadura, este setor do socialismo chileno chegou à conclusão definitiva de que a única alternativa possível para derrotar a ditadura era através da institucionalidade criada por ela mesma. Este mesmo juízo era compartilhado pela DC, que passa a se unir aos socialistas renovados em ações abertas de combate à ditadura.

Ainda na década de 1980, a direita chilena se dividiu na formação de dois partidos. A União Democrática Independente (UDI), ligada ao conservadorismo católico e fortemente comprometida com o legado pinochetista, e a Renovação Nacional (RN), partido que, ao tempo em que incorporou a tradição e a militância do antigo Partido Nacional, procurava (e ainda procura) posicionar-se como uma direita moderna, democrática e laica. O grande ideólogo da UDI foi o próprio Jaime Guzmán que, eleito senador em 1990, foi assassinado em uma ação da FPMR. Na RN, estão empresários neoliberais como o presidente da empresa de aviação chilena LAN, Sebastián Piñera.

A Constituição chilena de 1980 previa que, em 1988, deveria ser realizado um plebiscito nacional para confirmar se Pinochet deveria permanecer ou não por mais oito anos à frente da Presidência da República. Para a oposição moderada, portanto, esta foi vista como a grande alternativa para afastar o ditador do poder, usando da sua própria institucionalidade. Em 1987, inspirados pela trajetória do MDB no Brasil, os socialistas renovados fundaram o “Partido por la Democracia” (PPD), um partido instrumental visando a participação no plebiscito de 1988. Progressivamente, os socialistas e a DC conseguiram reunir outras correntes de centro-esquerda chilena (como radicais, verdes, humanistas, comunistas, Izquierda Cristiana, MIR, entre outros) na “Concertación por el NO”, com uma forte campanha publicitária pelo voto “NO” no plebiscito. Desde o rompimento da “Frente Popular” nos anos 1950, era a primeira vez que a esquerda e o centro chilenos se encontravam politicamente. Mais ainda, era a primeira vez que a DC decidia aliar-se com a esquerda e com os radicais. Este novo efeito centrípeto – aproximando o centro e a esquerda - foi a primeira grande transformação produzida pela ditadura militar sobre o sistema partidário do Chile. Assim, em 05 de outubro de 1988 – no mesmo dia em que o Brasil promulgava sua nova Constituição democrática -, foi realizado o plebiscito no Chile, com o “SI” recebendo 44% e o “NO” 56% dos votos válidos. Se o plebiscito encerrava as possibilidades de Pinochet continuar no poder,

merece destaque a alta votação recebida pelo “SI”, que expressa a média histórica aproximada de votos da direita chilena a partir de então.

O que se seguiu, a partir de então, foi uma estratégia de negociação entre a oposição e o governo, com vistas à realização das eleições presidenciais e parlamentares de 1989. O que houve no Chile, como no Brasil, portanto, foi uma transição pactuada à democracia, onde as oposições moderadas tiveram que jogar por dentro das regras do jogo estabelecidas pela ditadura. Entretanto, se, no Brasil, os militares saíram do poder bastante enfraquecidos quanto ao apoio popular, o que abriu caminho para a proclamação de uma nova Constituição e para a consolidação da democracia como regime político, no Chile os militares contavam com o respaldo de 44% dos eleitores que compareceram ao plebiscito de 1988, e puderam pactuar a transição de forma mais vantajosa aos seus interesses do que os seus pares brasileiros. O resultado foi que a democracia foi retomada no Chile a partir de 1990 sem se desfazer da principal herança institucional dos militares, a Constituição de 1980. A partir de 1990, o Chile passou a vivenciar a ambígua situação de ser o único país democrático do mundo que tem uma Constituição autoritária, cujo poder constituinte originário esteve nas mãos de militares ditadores, não expressando a soberania popular, como se espera numa democracia. A Constituição de 1980, seus institutos – como a já referida falta de controle civil sobre os militares e a existência de senadores vitalícios e designados²⁵ - e outras leis infraconstitucionais formam o que, no Chile, convencionou-se chamar de “enclaves autoritários”.

O mais popular destes enclaves foi o sistema eleitoral legado pelos militares, o chamado “sistema binominal”, que tem sido um dos mais eficientes instrumentos para a preservação do *status quo* institucional promovido pelos militares. De acordo com este sistema eleitoral, o Chile foi dividido em 60 circunscrições eleitorais para as eleições de deputados e em 19 circunscrições eleitorais para as eleições de senadores. Cada circunscrição elege dois representantes, através da fórmula eleitoral D’Hondt (SIAVELIS: 2005). Trata-se, portanto, da aplicação de um sistema eleitoral de representação proporcional em distritos com a menor magnitude (M) possível para um sistema desta natureza (ou seja, em distritos onde $M=2$). A principal consequência, portanto, é que basta um partido ou coligação de partidos – possibilidade que é permitida pela legislação chilena - atingir 33,4% dos votos de um distrito eleitoral para

²⁵ Estes dois institutos foram finalmente suprimidos pela Reforma Constitucional de 2005, no governo do Presidente Ricardo Lagos.

eleger um representante por aquele distrito. Ou seja, 33,4% dos votos bastam para um partido ou coligação de partidos conseguir 50% das vagas de um distrito eleitoral. Em uma conta inversa, um partido ou lista de partidos precisa obter aproximadamente 66,7% dos votos do distrito para eleger os dois representantes do distrito (ou seja, 100% das vagas). Conforme o linguajar chileno, esta última situação é chamada de “doblar” no distrito.

Além disso, o sistema eleitoral chileno confere a cada eleitor o direito a um voto nominal, num candidato da sua preferência, mesmo que cada partido ou coalizão apresente dois candidatos. A soma dos votos dos dois candidatos apresentados pelo partido ou pela coalizão num distrito eleitoral é que determina o montante de candidatos que o partido ou a coalizão elegerá naquele distrito. O binominal chileno trata-se, portanto, de um sistema eleitoral proporcional com lista partidária aberta, que se diferencia do sistema eleitoral brasileiro pela baixa e fixa magnitude dos distritos. O incentivo do sistema binominal à formação de coalizões de partidos, assim, é alto, uma vez que a fragmentação de candidaturas do mesmo campo político pode resultar na eleição de um candidato - minoritário - de um bloco político adversário. Em suma, o sistema binominal é um sistema altamente desproporcional, que estimula as coalizões, favorece a segunda maioria e alija de representação os partidos e/ou coalizões que ocuparem as terceiras e seguintes posições nos distritos eleitorais. Mais ainda, no momento em que estabelece a lista partidária aberta, e que dificulta a eleição por um mesmo partido ou coalizão das duas vagas em disputa em cada distrito, o sistema binominal estabelece uma situação em que a disputa real se dá mais intra-partidos ou intra-blocos políticos do que entre posições políticas diferentes. Uma disputa entre iguais ou semelhantes, portanto, é nociva ao sistema partidário, e favorece campanhas eleitorais cada vez mais personalizadas, como alertou Carlos Huneeus²⁶.

Uma boa descrição sobre a origem do sistema binominal é apresentada por Pastor (2004). Segundo este autor, o sistema binominal não consta da Constituição de 1980, que se refere apenas ao número de senadores e deputados a serem eleitos, e não seria incoerente com ela, portanto, a adoção de uma outra fórmula eleitoral. Na mesma linha, Pastor rememora que a Lei 18.700,

²⁶ “Carlos Huneeus: ‘Entre Sebastián Piñera y Ricardo Lagos, gana Piñera’”. Radio Universidad de Chile. Publicado em 15 de Outubro de 2008. Disponível na internet no sítio <http://www.radio.uchile.cl/notas2.asp?idNota=47900>

“approved by the Military Junta on 6 May 1988, set forth the regulations governing future democratic elections and the formula for electing the President of the Republic to be used in 1989 and thereafter. Curiously, as promulgated in May of 1988, it failed to include the formula for electing members of the Chamber of Deputies and members of the Senate. The missing formula for congressional elections made its way into Law 18,700 over a year later, only after Pinochet’s defeat in the October 1988 plebiscite, when the Junta approved Law 18,799, which inserted the binominal system into Law 18,700 through Article 109 bis. Article 109 bis formally adopted two-member districts for all legislative elections—both for the Chamber of Deputies and the Senate.” (PASTOR: 2004, 44-45)

A interpretação de Pastor para a inclusão do binominal no ordenamento jurídico chileno apenas em maio de 1989, com a Lei 18.799, não podia ser mais direta: já conhecendo o resultado do plebiscito de 1988, os militares e seus aliados civis manobraram no sentido de impor um sistema eleitoral que sobre-representasse a direita, garantindo-lhe poder de veto contra eventuais reformas políticas e constitucionais dos governos democráticos; que criasse um sistema bipartidário, forçando a DC a posicionar-se junto à esquerda ou à direita e; que impedisse a representação parlamentar do PC e dos demais partidos da extrema-esquerda. Considerando a eleição para a Câmara dos Deputados, Pastor afirma ainda que a distribuição das 60 circunscrições eleitorais, legada pelo regime Pinochet, promove uma sobre-representação das áreas rurais e uma sub-representação da Região Metropolitana de Santiago, onde haveria uma tendência ao voto contrário aos militares. Conforme dados mais recentes de Fuentes & Ríos (2007), enquanto na eleição de deputados no distrito 20, da Região Metropolitana de Santiago, a razão entre o número de inscritos e o montante de cadeiras em disputa é superior a 144 mil, no distrito 06, da Terceira Região (Atacama), tal razão é de pouco mais de 28 mil.

Outros autores, como Carlos Huneeus, concordam com o julgamento de Pastor, de que a intenção dos militares ao criarem o sistema binominal era favorecer a direita, prejudicando a direita e o centro. Para Huneeus, que é partidário do sistema proporcional, no Chile “el sistema electoral no es neutral en su origen y en sus objetivos, pues (...) fue establecido por el régimen autoritario del general Pinochet con la finalidad de conseguir ventajas políticas para sus partidarios y neutralizar y/o perjudicar a sus adversarios” (HUNEEUS: 2006) Da mesma forma, Manuel Antonio Garretón afirma que, em torno do sistema binominal, “se estructura todo el sistema de empate político institucional consagrado por la dictadura para permitir a su bloque civil,

es decir, la derecha gestada bajo esa dictadura, tener en democracia un poder de veto, que no guarda relación con su condición de minoría social, política y electoral.” (GARRETÓN: 2007, 171)

Este poder de veto da direita chilena se mantém efetivo até hoje, mesmo após a reforma constitucional de 2005. Um projeto de lei apresentado pelo governo chileno em 2008 previa a eliminação do número fixo de parlamentares por distrito, sendo considerado como um primeiro passo para a reforma do sistema binominal. Submetido à Câmara dos Deputados, foi rejeitado após receber 37 votos em contrário. Todos os deputados da UDI votaram contra o projeto, e apenas uma deputada da RN votou a favor²⁷.

Para Navia e Cabezas, entretanto, “más que buscar dañar a los partidos de izquierda o sobre-representar a los partidos de derecha, el gobierno militar buscó hacer particularmente difícil la posibilidad de transformar una mayoría electoral en un control mayoritario en el número de escaños en cada distrito. Así, el sistema fue diseñado como un seguro contra las mayorías.” (NAVIA & CABEZAS: 2005, 09) Para esta conclusão, os autores se apóiam, inclusive, na mensagem de Pinochet à Junta Militar expondo a proposta da lei que criou o binominal: “la iniciativa tiene por finalidad establecer un sistema electoral mayoritario, que de expresión, fundamentalmente, a las grandes corrientes de opinión, que tenga un cierto efecto reductivo em el número de partidos, que no reitere la nefasta experiencia electoral y partidista del pasado (...). Es indiferente para el país tropezar nuevamente con las situaciones electorales y partidistas de la década anterior a 1973, caracterizada por una competencia absurda por ser y parecer cada vez más extremista?” (Historia de la Ley 18799; *apud* NAVIA & CABEZAS: 2005)

Como consequência do sistema binominal, duas grandes coalizões de partidos foram criadas no Chile já nas eleições de 1989, a “Concertación de partidos por la democracia”, ou simplesmente “Concertación”, atualmente formada pelos partidos DC, PS, PPD e Partido Radical Social-Democrata (PRSD)²⁸, e a agora chamada “Alianza por Chile”, o bloco de direita formado pela UDI e pela RN. Nas eleições parlamentares de 2005, surgiu um novo pacto eleitoral, formado pelos partidos da chamada “izquierda extra-parlamentaria”, o “Juntos podemos más”, hegemonizado pelo PC e pelo Partido

²⁷ TORO A., Ivonne. “**Ajuste al binominal sucumbe en medio de división de RN**”. La Nación. Santiago, 08 de maio de 2008.

²⁸ Produto da fusão do Partido Radical com o Partido Social Democracia de Chile, em 1994.

Humanista. A Concertación elegeu todos os quatro Presidentes da República²⁹ e fez todas as maiorias parlamentares após a volta da democracia. Também elegeu o maior número de prefeitos (“alcaldes”) e de “conselheiros municipais”. A Tabela 1 mostra o desempenho eleitoral dos diversos partidos políticos do Chile nas eleições para a Câmara dos Deputados desde 1989, e a porcentagem de cadeiras conseguidas neste parlamento.

Tabela 1 – Resultados eleitorais (E) e cadeiras (C) por partido na Câmara dos Deputados do Chile, 1989 – 2005 (%)

	1989		1993		1997		2001		2005	
	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
DC	26,6	31,6	27,1	30,8	23	31,6	18,9	19,2	21,4	16,6
PPD	11,5	13,3	11,8	12,5	12,9	13,3	12,7	16,6	16,5	17,5
PS	9,1	9,2	12,5	12,5	11,9	9,2	10	8,3	10,4	12,5
PRSD	3,9	4,1	3	1,6	3,1	3,3	4,1	5	3,5	5,8
RN	19,5	24,2	17,5	24,2	17,6	19,2	13,8	15	15,9	15,8
UDI	14,5	9,2	15	12,5	17,2	14,2	25,1	25,8	22,8	27,5
Independentes de direita	0,2	6,7	0,7	3,3	1,1	5	5,3	6,6	-	1,6
UCC³⁰	-	-	3,2	1,6	1,2	1,6	-	-	-	-
Verdes	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Humanistas	0,8	0,8	1,1	-	2,9	-	1,1	-	1,5	-
PC	5,3	-	5	-	6,9	-	5,2	-	5,1	-
Outros	7,1	0,8	1,5	0,8	1,6	2,5	3,7	3,3	2,9	2,5

Fontes: HUNEEUS: 2006 e Ministerio del Interior de Chile. <http://www.elecciones.gov.cl/>

Comparando os resultados eleitorais e as cadeiras conquistadas por cada partido, no decorrer das cinco eleições realizadas desde 1989, chama a atenção o fato de o Partido Comunista, apesar de ter obtido uma votação média de 5,5%, com destaque para a marca de 6,9% em 1997, nunca ter conseguido eleger nenhum deputado. Por outro lado, verifica-se que o PRSD, parceiro menor da Concertación, apesar de ter recebido uma votação média de 3,5%, tendo seu ponto alto nas eleições de 1989, quando obteve apenas 3,9% dos votos, vem elegendo deputados em todas as eleições, tendo, em média, obtido 4% das cadeiras da Câmara dos Deputados, com um patamar máximo de eleger 5,8% dos deputados em 2005. Participar de um bloco político, portanto, como decidiram fazer os radicais, é um fator fundamental para atingir um posto na Câmara

²⁹ Respectivamente, Patricio Aylwin (1989), Eduardo Frei (1993), democratas-cristãos e; Ricardo Lagos (1999) e Michelle Bachelet (2005), socialistas.

³⁰ UCC – União de Centro Centro (direita)

dos Deputados. Na medida em que os comunistas se excluíram do jogo das grandes alianças, acabaram por pagar o preço da não-representação parlamentar, mesmo que obtendo votação significativa.

Outro fator que merece destaque: a volatilidade eleitoral é baixa no Chile, e a votação dos partidos vem se mantendo relativamente estável. Dentro da Concertación, merece destaque a redução dos votos da DC, acompanhada por um crescimento do PPD em patamares praticamente semelhantes (aproximadamente 5% dos votos para menos e para mais, respectivamente). Na Alianza, a RN progressivamente foi superada pela UDI como principal partido parlamentar. Curiosamente, estes dois partidos fizeram o caminho inverso nas eleições presidenciais. Disputando separadamente o primeiro turno das eleições presidenciais de 2005, foi o candidato da RN, Sebastián Piñera, quem foi para o segundo turno, papel ocupado pela UDI em eleições anteriores.

Tabela 2 – Número de Partidos Efetivos (N) e Número de Partidos Parlamentares Efetivos (NP) no Chile³¹

Ano	N	NP
1953	6,782	5,444
1957	6,811	5,915
1961	6,824	5,892
1965	4,182	2,796
1969	5,15	4,083
1973	4,874	4,368
Média	5,7705	4,749667
1989	7,111	5,073
1993	6,657	4,948
1997	7,199	5,333
2001	6,562	5,94
2005	6,573	5,594
Média	6,8204	5,3776

Analisando comparativamente os resultados eleitorais do Chile no período pré-golpe militar (eleições para deputado entre 1953 e 1973) e no período democrático (eleições para deputado entre 1989 e 2005), verificamos que o sistema binominal não provocou um “efeito redutivo sobre o número de partidos” no Chile, como previam e queriam os “engenheiros eleitorais” do regime militar. Mais ainda, usando o conhecido

³¹ Cálculo próprio, com base em dados de:
 1953 – 1973: Embassy of Chile(USA). Acessado em 30 de janeiro de 2009. Disponível no sítio <http://www.chile-usa.org/histelections.htm>
 1989 – 2005: Ministerio del Interior de Chile. <http://www.elecciones.gov.cl/>

índice do “número de partidos efetivos” (TAAGEPERA & SHUGART: 1989), chegamos à conclusão que não houve uma variação significativa na fragmentação do sistema partidário do Chile antes e depois do regime militar. Pelo contrário: ao invés de diminuir, este índice sofreu um discreto aumento. Se considerarmos, sobretudo, as três últimas eleições antes de 1973, ou seja, após a reforma eleitoral que proibiu coligações para a disputa parlamentar, vemos que tanto o número de partidos efetivos como o número de partidos parlamentares efetivos verificados àquela época eram inferiores aos registrados após o retorno da democracia. A Tabela 2 evidencia esta constatação.

Por outro lado, se deixarmos de lado as votações individuais de cada partido, e considerarmos as votações das coalizões de partidos que polarizam o processo político chileno desde o retorno da democracia, encontramos números bem mais modestos. Assim, optamos por trabalhar com dois índices, adaptando a proposta de Taagepera e Shugart para o que denominamos “número de coalizões efetivas” e “número de coalizões parlamentares efetivas”. Chegamos aos resultados apresentados pela Tabela 3.

Tabela 3 – Número de Coalizões Efetivas (N) e Número de Coalizões Parlamentares Efetivas (NP) no Chile³²

Ano	N	NP
1989	2,618	1,923
1993	2,265	1,945
1997	2,586	2,065
2001	2,333	2,029
2005	2,361	2,016
Média	2,4326	1,9956

Neste caso, o que se nota é uma relativa estabilidade em torno de um cenário muito próximo a um sistema bipartidário perfeito (N=2), que se faz ainda mais evidente ao nível parlamentar, como efeito da exclusão das terceiras maiorias, provocado pelo sistema binominal. Não se trata, portanto, de uma bipolarização entre partidos políticos, já que o pluripartidarismo chileno vem mantendo-se nos mesmos padrões do período pré-1973, mas de uma bipolarização entre blocos políticos, num cenário que vem se mantendo estável no decorrer dos anos. Esta situação, de elevado número de partidos e de baixo número de coalizões está diretamente associada ao próprio sistema binomial.

Algumas considerações merecem destaque. Primeiro, retomemos a afirmação de Garretón de que os militares não conseguiram destruir, como pretendiam, o sistema

³² Cálculo próprio, com base em dados do Ministerio del Interior de Chile. <http://www.elecciones.gov.cl/>

partidário chileno, mas foram eficazes em transformá-lo. De fato, chama a atenção que a maioria dos partidos relevantes no Chile contemporâneo já existia no período pré-1973, o que, de acordo com os critérios estabelecidos por Mainwaring e Scully (1995), é um sinal de institucionalização do sistema partidário. Dos partidos novos, além do PPD – que, criado como “partido instrumental”, seguiu vivo, abrigando aquele setor da “centro-esquerda” que não se dispõe a carregar o peso da tradição socialista chilena – e do pequeno Partido Humanista – que abandonou a Concertación no início dos anos 1990, e ganhou um novo destaque nas últimas eleições presidenciais, quando lançou o candidato presidencial do bloco “Juntos podemos más”, Tomas Hirsch -, existem os partidos da direita, a UDI e a RN. Podemos afirmar que a direita chilena, com estes dois partidos, buscou uma renovação, a partir da incorporação do legado da ditadura militar, mas sem abrir mão das suas tradições, como o clericalismo e a defesa dos tradicionais valores familiares. A transformação da direita chilena, portanto, foi um processo muito mais formal – a criação de novos partidos – do que ideológico. Uma novidade é que, sobretudo, a UDI tem encontrado uma nova base social entre as classes populares, que tradicionalmente votavam com a esquerda. Mas a elite política dos partidos da direita continua se originando nas classes sociais mais elevadas.

A grande novidade que se assistiu após o fim da ditadura, portanto, foi a construção e a estabilidade da aliança de centro-esquerda “Concertación”, unindo as antigas tradições democrata-cristã, socialista e radical que, antes de 1973, eram rivais. Há de se destacar que, apesar dos incentivos que o sistema binominal apresenta para a manutenção de alianças deste porte, a mudança ideológica da DC e do PS rumo à moderação, resultado de fatores ambientais endógenos e exógenos à política chilena (como o golpe militar chileno e a crise da esquerda mundial a partir dos anos 1970, por exemplo), foram fundamentais para a criação e manutenção da Concertación. É evidente, entretanto, que os partidos que compõem os diversos blocos políticos chilenos, além das motivações ideológicas, também estão à procura de incentivos seletivos, nos termos de Panebianco – ou seja, de ocupar espaços públicos, eletivos ou não. A distribuição dos incentivos seletivos entre os partidos políticos aliados é uma engenharia política complicada, considerando não apenas os múltiplos interesses envolvidos, tendencialmente conflitantes, como também as particularidades do sistema binominal chileno.

O sucesso da Concertación em encontrar uma medida adequada para esta engenharia política vem sendo estimulado não apenas pela busca de eleição de

parlamentares, como também pela própria disputa da Presidência da República. Os partidos grandes – por exemplo, a DC – estão sempre dispostos a negociar com os partidos menores – como o PRSD – a apresentação de candidaturas parlamentares prioritárias em determinados distritos eleitorais, em troca do apoio destes últimos partidos à manutenção das alianças e das suas postulações presidenciais. Se considerarmos, mais além, que o sistema eleitoral chileno determina maioria absoluta para a eleição do Presidente da República, podemos afirmar que o presidencialismo também se constitui como um incentivo institucional para a formação e manutenção das coalizões (SIAVELIS: 2004 e 2005). O apoio dos pequenos partidos – inclusive, da esquerda extra-parlamentar, nas disputas de segundo turno - foi fundamental para que a Concertación elegeisse os dois últimos presidentes do Chile. Esta disposição e os estímulos recebidos pelos partidos para a manutenção das alianças pode esclarecer as diferenças que observamos entre os números de partidos efetivos e de partidos parlamentares efetivos e os números de coalizões efetivas e de coalizões parlamentares efetivas no Chile pós-Pinochet.

Por fim, tratemos de um tema que é central no debate sobre a institucionalização do sistema de partidos, que seja, a sua base social e a percepção que os cidadãos têm sobre os partidos. Como vimos mais acima, os partidos chilenos, como em quase todas as democracias contemporâneas, vêm passando por um processo de descrédito que pode esvaziar sua própria função representativa. Por outro lado, em matéria da localização ideológica dos partidos, parece haver uma percepção cidadã no Chile que guarda uma forte coerência com a auto-identificação ideológica dos partidos políticos nacionais. Isto foi percebido pela pesquisa de opinião realizada pelo “Centro de Estudios Públicos” (CEP) sobre partidos e sistemas eleitorais, em 2008. Se os partidos políticos têm nos seus posicionamentos ideológicos uma forma de orientar o eleitorado, para melhor desempenharem sua função representativa, esta identificação entre ideologia partidária e percepção cidadã é um sinal de institucionalização do sistema partidário chileno. A Tabela 4 mostra como os entrevistados desta pesquisa posicionaram os partidos chilenos na escala esquerda-direita.

Centrando o foco naqueles entrevistados que tinham preferências partidárias, esta mesma pesquisa apresentou resultados que reforçam esta idéia de coerência ideológica dos partidos e coalizões políticas no Chile. Tomemos as coalizões “Juntos podemos más” (a partir de agora, JPM) e “Alianza” como pontos extremos da escala de preferência ideológica esquerda-direita, na qual a “Concertación” figura em posição de

“centro-esquerda”, como demonstra a Tabela 4. Os adeptos da JPM dão mais importância à igualdade de renda do que à premiação do esforço individual, enquanto os da “Alianza” privilegiam o esforço individual. Os adeptos da JPM valorizam mais as empresas estatais, e os da Alianza as empresas públicas. Os adeptos da JPM estão mais propensos a acreditar que a responsabilidade pelo sustento individual é do Estado, enquanto que os da Alianza acham que esta responsabilidade é das pessoas. Os adeptos da JPM acreditam mais na justificativa do aborto, da eutanásia e do casamento homossexual do que os da Alianza. Os adeptos da JPM priorizam o cuidado com o meio ambiente ao desenvolvimento econômico, enquanto os da Alianza priorizam o desenvolvimento econômico sobre a preservação ambiental. Por fim, para os adeptos da JPM, em uma democracia, as liberdades públicas e privadas estão acima da ordem pública e da segurança cidadã, enquanto que para a Alianza é o inverso. Ou seja, nas matérias econômica, valórica e ambiental, os adeptos das correntes políticas chilenas guardam coerência com o que se espera em termos ideológicos da esquerda e da direita contemporâneas.

Tabela 4 - Localização dos Partidos e Coalizões chilenos na escala Esquerda (1) Direita (10)

Partido / Coalizão	Média
PC	2,54
PS	3,25
Juntos Podemos Más	3,67
PH	3,83
PRSD	4,21
PPD	4,36
Concertación	4,39
PDC	4,83
Alianza	7,49
RN	7,55
UDI	7,67
Média Entrevistados	5,45

Fonte: CEP. *Estudio Nacional sobre partidos políticos y sistema electoral*. Chile: marzo – abril de 2008

Passados vinte anos desde o retorno das eleições democráticas, o esquema de três blocos políticos chilenos está em crise, e enfrenta um processo de reconstrução. Para isto contribuiu em muito o desempenho cada vez mais positivo dos candidatos de direita nas eleições presidenciais. No segundo turno das eleições presidenciais de 2005, o candidato da RN, Sebastián Piñera, atingiu expressivos 46,5% dos votos, contra

53,5% da então candidata concertacionista, Michelle Bachelet, para cuja eleição em muito contribuiu o apoio do PC no segundo turno. Em se tratando das próximas eleições presidenciais, numa pesquisa de opinião realizada em novembro e dezembro de 2008 pelo CEP, quando perguntados sobre “quem você acredita que será o próximo presidente do Chile”, 51% responderam por Sebastián Piñera, contra 11% de Ricardo Lagos, 5% de Eduardo Frei e 5% de José Miguel Insulza, então pré-candidatos da Concertación. É confortável, até este momento, a situação do postulante presidencial da direita chilena.

Por outro lado, os partidos da Concertación vêm sofrendo baixas expressivas os últimos anos. Primeiro, entre o final de 2006 e o início de 2007, o PPD passou por um processo de fracionamento, perdendo lideranças como o senador Fernando Flores – ex-ministro de Allende -, o deputado Esteban Valenzuela e o ex-deputado Jorge Schaulsohn, que acusaram a Concertación de assumir uma nova “ideologia da corrupção”, e criaram o partido “Chile Primero”. Em março de 2009, apesar da sua originalmente anunciada posição de independência à Concertación e à Alianza, o Chile Primero decidiu apoiar a candidatura presidencial de Sebastián Piñera. Esteban Valenzuela, entretanto, saiu do seu novo partido e passou a atuar como independente, apoiando a candidatura presidencial do seu colega deputado Marco Enríquez-Ominami, como veremos. No segundo semestre de 2007, foi aberta uma crise na DC. Um grupo de parlamentares integrantes da corrente partidária de direita chamada “colorines”, liderada pelo senador e ex-presidente da DC Adolfo Zaldívar, lançou críticas sistemáticas ao governo de Bachelet, que acusou de “neoliberal”. No ponto alto das críticas, Zaldívar votou no Senado em contrário a um projeto governamental de transporte público para a Região Metropolitana de Santiago – o chamado “Transantiago” -, divergindo dos seus pares da Concertación e juntando-se aos senadores da Alianza e do Chile Primero. Como resultado, foi expulso da DC em dezembro de 2007, após quase cinco décadas de militância. Em solidariedade a Zaldívar, se retiraram da DC cinco deputados “colorines”. Em 2008, este grupo de parlamentares colorines ingressou no minúsculo “Partido Regionalista de los Independientes” (PRI) e, junto com o Chile Primero e com o também recém-criado “Partido Ecologista”, disputou as eleições municipais de 2008 sob o “Pacto por un Chile Limpio”.

Por fim, a crise atingiu o Partido Socialista, na sua facção mais à esquerda. Após o 28º Congresso do PS, um grupo liderado pelo senador Alejandro Navarro e pelo antigo sub-secretário geral socialista Francisco Bucat, retirou-se das fileiras socialistas,

a quem qualificavam de “neoliberal”³³. A partir de então, este grupo aproximou-se da chamada “esquerda extra-parlamentaria”, fundando um novo partido, o MAS, sob cuja sigla Navarro disputa a indicação presidencial da esquerda para as eleições de 2009. Em continuidade, em janeiro de 2009, o ex-ministro dos governos Allende, Aylwin e Frei, ex-presidente do PS e ex-dirigente do processo de “renovación socialista” dos anos 1980, Jorge Arrate, abandonou a militância socialista, passando a figurar como candidato presidencial do grupo que se intitula “socialistas allendistas”. Arrate, assim como Navarro, o presidente do PC, Guillermo Tellier, e o humanista Tomas Hirsch, disputaram a indicação para a candidatura presidencial da esquerda. Para os “socialistas allendistas”, é momento de “unir fuerzas” de esquerda e de centro em torno de um novo projeto político, que supere a Concertación, ampliando as conquistas democráticas e pondo fim ao modelo econômico “neoliberal”. Em abril de 2009, a esquerda, reunida em “Assembléia Nacional”, decidiu pela indicação de Arrate como candidato à Presidência da República, com defecção, apenas, do personalista Navajo.

A última novidade a abalar o Partido Socialista – e, com ele, toda a Concertación – foi a decisão do deputado socialista Marco Enríquez-Ominami de se auto-lançar candidato a Presidente da República em lista própria, renunciando à sua militância partidária. Marco é um jovem cineasta, casado com uma apresentadora popular da TV chilena, e sempre manteve uma postura independente com relação ao governo de Bachelet, e de críticas internas ao seu partido e à sua coalizão dominante. É filho do mítico fundador e secretário-geral do MIR, Miguel Enríquez, assassinado nos primeiros momentos da ditadura. No exílio na França, sua mãe se casou com outro ex-militante mirista, Carlos Ominami, que adotou Marco como seu filho. Marco agregou o sobrenome “Ominami” ao que herdara do seu pai biológico. Economista de formação, Carlos Ominami, ao regressar ao Chile, foi coordenador da área econômica da campanha de Patricio Aylwin, de quem foi, posteriormente, Ministro da Economia. Muito ligado a Ricardo Lagos, coordenou sua pré-campanha presidencial em 1993, derrotada por Eduardo Frei. Atualmente senador e eleito vice-presidente do OS em 2009, Carlos Ominami, que também mantinha uma disputa interna antiga com o presidente do PS, o senador Camilo Escalona, declarou apoio à campanha do seu filho,

³³ Em entrevista ao autor, em 28 de fevereiro de 2008, quando perguntado se qualificava ao PS como um partido socialista ou social-democrata, Francisco Bucat, então sub-secretário geral socialista, disse que o PS era um partido “neoliberal”, e que preferia continuar resistindo internamente, mesmo que em minoria, para transformá-lo, de novo, em um partido de esquerda. Nesta mesma entrevista, Bucat mostrou francas simpatias pela “revolução bolivariana” de Hugo Chávez.

e sem conseguir garantias da direção do PS para sua candidatura ao Senado, também renunciou ao PS, após 25 anos de militância partidária.

Com um discurso modernizante, onde abundam os temas valóricos e de apoio midiático – como o apoio ao aborto e à união civil homossexual -, e também se destacam receitas neoliberais – como a abertura do capital de estatais como a CODELCO -, Marco Enríquez-Ominami vem empolgando expressivo setor da opinião pública chilena, e atingindo marcas surpreendentes de intenção de votos, conseguindo sinais de apoio³⁴ tanto de militantes humanistas como ecologistas. Tem obtido profunda simpatia da mídia chilena, sobretudo, de jornais identificados com a oposição de direita, como o conservador periódico santiaguino “El Mercurio”. Em pesquisa divulgada pelo instituto TNS-Time em abril de 2009, Marco atingiu 14%, contra 37% de Piñera, 27% de Frei, 4% de Navajo e 3% de Zaldívar. Na pesquisa nacional apresentada pelo Centro de Estudios Públicos (CEP) em maio/junho de 2009, Piñera marcou 37%, contra 28% de Frei e 15% de Marco, enquanto Navajo, Zaldívar e Arrate receberam 1% das intenções de voto cada um. Apesar da dianteira de Piñera, merece destaque o leque de candidatos oriundos da Concertación em ambas as pesquisas³⁵. Mesmo que o candidato oficial da Concertación ainda seja o mais votado do pólo de centro-esquerda, a multiplicidade de candidaturas de ex-concertacionistas mostra que há um leque amplo de conjugações políticas em aberto no Chile, a partir das forças que compõem (ou compunham) a Concertación. A pesquisa demonstra, também, um evidente sinal de cansaço com relação à Concertación e à sua incapacidade de inovar, seja no seu discurso ou nas lideranças que apresenta ao eleitorado. A candidatura de Eduardo Frei, mesmo que amparada por uma coordenação de campanha formada por jovens com idade média de 30 anos, representa a mesma Concertación dos anos 1990. Agora, a sociedade chilena, transformada por força da iniciativa política da própria Concertación, parece esperar algo de novo da política, sem que isto necessariamente implique uma volta da direita ao poder. Por outro lado, o “fenômeno Marco” também mostra o papel decisivo cumprido pela mídia para fazer inflar uma candidatura, um filme antigo por estas bandas sul-americanas, e prato cheio para políticos populistas.

Neste sentido, restou à Concertación ampliar suas perspectivas políticas, e ela o fez em direção à esquerda. Nas eleições municipais de 2008, a Concertación e o JPM firmou um “pacto por omisión”, onde ambas forças políticas omitiram-se de lançar

³⁴ Quando escrevo este texto, em junho de 2009.

³⁵ Jorge Arrate não figurou entre o rol de alternativas apresentadas pelo TNS-Time.

candidaturas em distritos eleitorais pré-definidos, visando derrotar a direita e ampliar suas representações políticas. A já citada recusa da direita em votar, na Câmara dos Deputados, a favor de um projeto de lei que visava modificar o sistema binominal, foi um estímulo importante para este pacto, que foi bem-recebido por um cada vez mais pragmático PC, ansioso por superar a exclusão parlamentar. Já em 2009, estes dois grupos políticos comprometeram-se a prorrogar o “pacto por omisión” para as eleições parlamentares deste ano, tendo como objetivo a derrota da direita e o fortalecimento de uma bancada parlamentar de centro-esquerda, que tenha disposição política para reformar o sistema binominal. Após demoradas negociações, os humanistas alijaram-se deste pacto. Da mesma forma, o candidato presidencial da Concertación, o ex-Presidente da República Eduardo Frei, da DC, tem apresentado uma plataforma política cada vez mais à esquerda, encampando temas como a convocação de uma nova assembléia constituinte, um papel mais ativo do Estado na gestão econômica e, até, o apoio ao chamado “aborto terapêutico”, tema polêmico nas fileiras de um partido cristão. É de se lembrar, como vimos, que a DC sempre se constituiu como um empecilho para que o PC pudesse formar parte da Concertación.

Em aparente contradição, pesquisa de opinião apresentada pelo instituto Adimark GSK em maio de 2009 mostrou que o governo da presidenta Michelle Bachelet atingiu um índice de aprovação de 69%, o mais alto desde sua alçada ao poder. A mesma pesquisa mostrou que 25% dos entrevistados se identificavam com a Concertación, contra 20% de identificados com a Alianza, 10% com outros e 45% se dizendo independentes ou não-identificados com nenhum bloco político. Em linha semelhante, a pesquisa nacional apresentada pelo CEP em maio/junho de 2009, a aprovação ao governo de Bachelet atingiu a cifra de 67%, a mais alta conseguida por um governo no Chile.

Ou seja, se a dinâmica política chilena, baseada em uma institucionalidade herdada pelos militares, tem servido de um estímulo importante para que a Concertación – movida por interesses seletivos e coletivos –posicione- se cada vez mais à esquerda, as pesquisas mostram que, como bloco político e de governo, a Concertación ainda tem um forte apelo popular. Apesar disto, as pesquisas de opinião começam a dar indícios que surpresas políticas não estão descartadas em 2009, como estiveram em todas as eleições nacionais anteriores desde 1989. Esta é a grande novidade no ambiente político chileno destes últimos anos, e pode representar transformações importantes para o *status quo* da política chilena pós-pinochetista.

2.2 – O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

A ciência política que se dedica ao estudo do sistema partidário e eleitoral brasileiro dos últimos anos tem se dividido em duas posições. Uma primeira, extremamente popular entre os chamados “brasilianistas”, identifica o sistema partidário brasileiro como extremamente frágil em termos institucionais. Uma segunda posição é menos rigorosa, e enxerga sinais de institucionalização no sistema político brasileiro.

O cientista político estadunidense Scott Mainwaring (2001) é rigoroso na sua caracterização do sistema partidário brasileiro, por ele tido como sendo pouco institucionalizado *vis a vis* outras democracias contemporâneas, inclusive, da América Latina, como o Uruguai, a Argentina e o Chile. Como algumas características desta baixa institucionalização, Mainwaring ressalta a baixa identificação dos eleitores com os partidos políticos, a falta de uma definição ideológica destes e a possibilidade de troca de partidos por políticos no exercício de mandatos – que só passou a ser proibida após o aparecimento de resoluções normativas do TSE sobre a matéria, em 2007. Outra variável por ele considerada para definir a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro é a alta volatilidade eleitoral, que seja, a diferença entre as votações dos partidos em uma eleição com relação à eleição anterior. Com uma declarada postura teórica neoinstitucionalista, Mainwaring coloca uma boa parcela de responsabilidade deste cenário partidário brasileiro sobre o sistema eleitoral. Para ele, a fragmentação partidária excessiva apareceu no cenário brasileiro com a reforma político-eleitoral de 1985, que retirou a cláusula de exclusão para representação parlamentar até então existente na legislação eleitoral brasileira, combinando tal exclusão com magnitudes eleitorais altas, quocientes eleitorais baixos e possibilidade de coligações partidárias para eleições proporcionais.

Mainwaring, num comentário que consideramos muito apropriado, identifica a representação proporcional com lista aberta como mais um elemento que produz uma baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro, uma vez que favorece o surgimento de padrões individuais de campanhas, onde os candidatos terão como principais adversários os seus próprios companheiros de lista partidária. Tais padrões desestimulariam campanhas de candidatos aos parlamentos centradas na defesa de plataformas partidárias, além de estimular o uso de um grande volume de dinheiro, o que, seguramente, favorece a corrupção no financiamento da campanha. O resultado

seria o prevalecimento de partidos fracos e pouco disciplinados, de formato *catch all*, mas, sobretudo, sem nenhuma orientação ideológica mais definida.

Outro autor extremamente crítico na sua avaliação do sistema político brasileiro é o cientista político estadunidense Barry Ames. Ames, na sua “visão geral da política brasileira”, aponta o excessivo número de *veto players* como uma situação inerente à estrutura institucional brasileira. Este excesso é considerado por ele como um fator fundamental para a impossibilidade de introdução de políticas inovadoras, de consolidação da democracia, e o conseqüente aprisionamento às tradicionais práticas políticas clientelistas e fisiológicas no Brasil.

“O drama do sistema brasileiro não está no fato de beneficiar as elites; o problema é que o sistema beneficia antes de tudo ele mesmo – isto é, os políticos e os funcionários públicos que o administram. (...) No caso brasileiro, as instituições políticas criam incentivos que estimulam os políticos a maximizar seus ganhos pessoais e a se concentrar em cavar projetos de obras públicas para eleitorados localizados ou para seus próprios patrocinadores políticos.” (AMES: 2003, 18)

O sistema eleitoral, e a condição federalista, seriam os principais responsáveis por este atraso institucional no Brasil, na avaliação de Barry Ames. Com a manutenção do Estado como principal arena política e eleitoral para a eleição de parlamentares, com um sistema partidário frágil, fragmentado e pouco disciplinado, e com a disseminação da prática do *empreguismo*, o Presidente da República brasileiro, de acordo com Ames, fica refém dos interesses individuais dos parlamentares. Num ambiente em que qualquer medida da realização de políticas inovadoras depende de iniciativa legislativa, o Presidente está permanentemente sob o dilema de ter de construir uma base parlamentar a partir de parâmetros fisiológicos, num círculo vicioso que compromete a institucionalização da democracia no Brasil.

A tese do subdesenvolvimento partidário brasileiro, entretanto, é mais antiga do que as análises destes dois brasilianistas estadunidenses. Lamounier e Meneguello (1986), considerando que a existência de um sistema partidário sólido é fundamental para o fortalecimento da democracia representativa, mostravam como os diferentes sistemas partidários vivenciados no país desde o Império foram resultado de construções das elites e da intervenção do Estado no processo político. Daí resulta que, “no Brasil, a instituição partidária é de certa forma tardia, e não se vincula estritamente a agrupamentos sociais ou culturais bem definidos, como em geral ocorreu na história

européia” (LAMOUNIER & MENEGUELLO: 1986, 118). A falta de base social, e a forma de criação elitista e estatizante, portanto, comprometeriam o enraizamento e a institucionalização do sistema de partidos no Brasil.

Na direção oposta, o trabalho pioneiro foi o de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2001), que sustentam, baseados em exaustiva pesquisa no histórico de votações nominais da Câmara dos Deputados, que os partidos políticos brasileiros têm um poder decisivo na elaboração da agenda legislativa federal brasileira, através do encaminhamento de voto pelos líderes partidários. Isto não faria daquela casa legislativa um “reino do parlamentar individual”, como sugere a literatura mais crítica. Mais ainda, Figueiredo e Limongi constataam uma surpreendente configuração ideológica nas votações realizadas no plenário da Câmara. Em conclusão, argumentam que, no período em que fizeram sua pesquisa,

“os partidos apresentaram considerável coesão média (...), muito acima do aceitável, visto que encaminhamentos dos líderes permitem antever o resultado da votação. Além disso, o quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda.” (FIGUEIREDO & LIMONGI: 2001, 75)

Trabalhos mais recentes de outros cientistas políticos seguem em linha parecida. A própria Rachel Meneguello (1998), na trilha teórica aberta por Sérgio Abranches (1988), demonstrou como a estratégia de construção de ministérios compostos por filiados aos principais partidos parlamentares representou um padrão de governança estável para os presidentes brasileiros, desde 1989. Atualizando estes dados apresentados por Meneguello, Figueiredo e Limongi reafirmaram seus antigos argumentos, agora, sob dados recolhidos nas votações nominais realizados na Câmara dos Deputados entre 1988 e 2007:

“a aprovação dos projetos presidenciais [na Câmara dos Deputados] é fruto do apoio sistemático e disciplinado de uma coalizão partidária. Em contraposição às visões folclóricas vigentes, mostramos que parlamentares seguem as orientações de seus líderes. O governo governa com apoio parlamentar estruturado e disciplinado. As votações nominais do período 1988-2007 mostram que os partidos da coalizão de governo, ou seja, os que têm pastas ministeriais, apoiaram os projetos do governo. (MELO & SAÉZ: 2007, 186)

Mais uma vez Rachel Meneguello, junto com brasilianistas críticos do sistema partidário brasileiro, como Scott Mainwaring e Timothy Power (2000), estudando os partidos conservadores brasileiros a partir das votações nominais dos seus parlamentares na Câmara dos Deputados, encontraram forte correspondência ideológica com os pressupostos neoliberais, em termos econômicos, e conservadores, em matéria valórica, que caracterizam os partidos da direita contemporânea. Ora, se as bancadas parlamentares de partidos de direita votam de acordo com posicionamentos que podem ser considerados como típicos da “família ideológica” à qual estão vinculados seus partidos, a tese de que os partidos brasileiros não têm nenhuma densidade ideológica, como sustentou o próprio Mainwaring, em trabalho anteriormente citado, passa a perder força. Na mesma linha, André Singer (2000) sustenta que as escolhas eleitorais nas eleições presidenciais de 1989 e de 1994 guardaram forte componente ideológico, seguindo a clássica divisão política entre esquerda e direita. Para citar um último exemplo, o sociólogo da política Leôncio Martins Rodrigues (2002 e 2006), em dois trabalhos de pesquisa empírica sobre a biografia dos deputados, encontra forte identificação entre a composição social das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados e o que se esperaria da orientação ideológica dos partidos políticos, segundo o que sustenta a sociologia política de autores como Seymour Martin Lipset (1967). Por exemplo, Rodrigues demonstra que, enquanto os empresários tendem a ser eleitos por partidos de centro e de direita, nos partidos de esquerda estão representadas, principalmente, categorias como trabalhadores e profissionais liberais.

Avalio que o Brasil é um típico caso de um sistema partidário historicamente pouco institucionalizado que, no decorrer do atual período democrático, vem experimentando sinais de institucionalização. A fragilidade institucional do sistema partidário brasileiro é produto direto das características estruturais do seu sistema político, do processo de construção do seu Estado-nacional e das conseqüentes intervenções que sofreu das elites políticas nacionais. Entretanto, a experiência democrática que atualmente o Brasil vivencia, historicamente inédita, tem servido para, paulatinamente, criar padrões cada vez mais estáveis de preferências partidárias e eleitorais, observáveis, principalmente, nas disputas eleitorais pela Presidência da República e nos partidos que vêm se fazendo majoritários no Congresso Nacional desde 1994.

A idade dos partidos políticos brasileiros atuais, salvo raríssimas exceções³⁶, é baixa, comparada a países que têm sistemas partidários institucionalizados, como seus vizinhos Argentina, Uruguai e Chile. Neste sentido, considerados os partidos que figuram com as cinco maiores representações na Câmara dos Deputados desde 1994, dois são herdeiros diretos do bi-partidarismo imposto pela ditadura militar (o PMDB e o PP, fundados, portanto, em 1965), um foi criado no processo de abertura política iniciado pela ditadura militar no final dos anos 1970 (o PT, fundado em 1980) e dois são produtos do ambiente político que caracterizou os primeiros momentos da transição à democracia no Brasil (o DEM, ex-PFL, criado como uma dissidência da base política dos militares, em 1985, e o PSDB, fundado pela “ala esquerda” do PMDB na Assembléia Constituinte, em 1988). Para não nos afastarmos do Cone Sul das Américas, e considerados partidos como a União Cívica Radical argentina, o Partido Radical chileno e os partidos Blanco e Colorado uruguaios, todos fundados no século XIX, e ainda politicamente relevantes nos seus respectivos países, observa-se facilmente a juventude dos partidos brasileiros.

Há de se considerar, entretanto, que, enquanto Argentina, Chile e Uruguai tiveram sua vida eleitoral-partidária congelada nos seus respectivos períodos ditatoriais, no Brasil, a ditadura militar patrocinou eleições parlamentares e para prefeitos – mesmo que em pleitos de pouca segurança quanto à suas lisuras e em total ausência de liberdades políticas – e permitiu a existência de partidos políticos, em todo o seu longo período histórico de 21 anos. Este fato foi fundamental para reestruturar a cultura partidária brasileira, suplantando quase que totalmente as antigas lealdades partidárias existentes entre o eleitorado – as exceções, mais uma vez, são os dois partidos comunistas e, de forma bem mais remota, o trabalhismo radicalizado de Leonel Brizola, agora, não mais alojado no PTB, mas no novo PDT.

Desde o período imperial, os sistemas partidários brasileiros têm sido criados e recriados à mercê da vontade das elites políticas, e da sua intervenção sobre a

³⁶ As exceções são os dois partidos comunistas - o PCB e o PCdoB, herdeiros diretos e frações desprendidas do antigo Partido Comunista do Brasil - PCB, criado em 1922 - e o Partido Socialista Brasileiro, criado, no final dos anos 1940, a partir de uma fração da UDN, conhecida como “Esquerda Democrática”. O PPS, apesar de ter sido criado, em 1992, com a auto-dissolução do antigo PCB, no seu X Congresso, passou por um processo de reinvenção nos últimos cinco anos, incorporando lideranças, práticas e posições políticas que dificilmente podem fazer dele um partido identificado com a sua original tradição de esquerda, apesar da manutenção do “socialismo” no seu nome, o que nos leva a considerá-lo como um partido novo. Da mesma forma, o atual PTB, criado em 1979, pouco tem – ou tinha já àquela época – a ver com a antiga legenda trabalhista de Vargas, com a qual era mais identificado o PDT, também fundado, em 1979, pelo caudilho trabalhista Leonel Brizola.

organização do Estado. Este fenômeno pode ser associado ao próprio surgimento do Estado-nacional no Brasil, onde os acordos de elites, por sobre a participação popular, foi o principal traço distintivo. A famosa expressão de Aristides Lobo, resgatada pelo historiador José Murilo de Carvalho, de que “o povo assistiu bestializado” à proclamação da República, é exemplar desta situação. Neste sentido, historicamente assistimos a sistemas partidários construídos e reconstruídos no Brasil, ao sabor dos interesses das elites que ocupavam o poder a cada momento. O fervor federalista que se sucedeu à República enterrou o sistema bi-partidário do Império, criando uma situação em que os partidos eram regionais, controlados pelas oligarquias no poder em cada estado. Ainda no período conhecido por “República Velha”, foi criado o primeiro partido brasileiro com dimensão nacional na República, o Partido Comunista. Em seguida, e nos primeiros anos que se seguiram à chamada “Revolução de 30”, começaram a surgir outros partidos com dimensão nacional, apesar da manutenção, ainda, do caráter regional da organização política – por exemplo, em listas eleitorais de caráter estadual. Com o advento do chamado “Estado Novo”, foram prescritos todos os partidos políticos nacionais.

Posteriormente, o primeiro período democrático-liberal vivenciado no Brasil, entre 1945 e 1964³⁷, teve como característica um sistema partidário fragmentado, mas em vias de institucionalização, como sustentam autores como Lavareda (1991), Souza (1990) e Soares (2001), onde as lealdades partidárias se tornavam mais consistentes, assim como se fazia mais consistente a relação entre resultados eleitorais e o processo partidário. Esta situação, que começava a fazer dos partidos políticos brasileiros atores decisivos do processo democrático, foi abruptamente interrompida com o Golpe Militar de 1964. Em 1965, os militares acabaram com o pluripartidarismo e instituíram, por decreto, o bipartidarismo no Brasil, mesmo que fossem permitidas a apresentação de sub-listas, que tornavam a disputa eleitoral dividida, de fato, para além da situação bipolar. Dois partidos foram criados, o MDB, de oposição, e a ARENA, de situação. Como dissemos, seus herdeiros diretos, atualmente, são o PMDB e o PP, respectivamente. Após o MDB ter obtido resultados extremamente favoráveis nas eleições parlamentares de 1974 e 1978, e ter começado a criar uma empatia com determinada base social urbana de classe média, que podia resultar em uma identificação partidária estável, os engenheiros institucionais do regime militar

³⁷ Se quisermos imprimir uma maior precisão teórica, seria mais correto tratarmos o período em questão como uma “semi-poliarquia”, nos termos de Dahl (1997).

decidiram pela dissolução do bipartidarismo e pela possibilidade de pluripartidarismo, no contexto de distensão política que resultou na redemocratização do país. Como afirmou David Fleischer, “en 1978 a nivel nacional, la ARENA solamente alcanzó una mayoría de votos en municipios que tenían entre 50.000 y 100.000 habitantes, perdiendo para el MDB en los 138 municipios con más de 100.000. Esta relación fue más acentuada en la región sudeste, donde la ARENA perdió en los 157 municipios con más de 50.000 habitantes. Sin embargo, esta relación fue más favorable para la ARENA en el nordeste (su tradicional reducto), donde solamente perdió en los 3 municipios con más de 50.000 habitantes.” (FLEISCHER: 1995, 67) Com a reforma partidária de 1979, surgiram, a princípio, cinco partidos: PMDB, PDS (atual PP), PTB, PDT e PT.

A chamada “Nova República”, no afã de corrigir amarras institucionais herdadas da ditadura – como a fidelidade partidária, que servia para impedir que parlamentares da base do governo se aproximassem da oposição, e o rigor para a criação de novos partidos – instituiu uma regulamentação extremamente permissiva em se tratando de partidos políticos (SCHMITT: 2000). O resultado foi a fragmentação partidária excessiva, com o aparecimento dos chamados “partidos de aluguel”, e o abusivo “troca-troca” de partidos por parlamentares. A Assembléia Constituinte de 1987-1988 não apenas não modificou esta permissividade, como consagrou outros mecanismos institucionais que favorecem as campanhas eleitorais personalizadas e a fragmentação partidária no Congresso, como o sistema de listas partidárias abertas e a possibilidade de coligação entre partidos nas eleições proporcionais (FLEISCHER: 1995).

Tabela 5 - Número de partidos parlamentares (NP) e Número efetivo de partidos (NE) na Câmara dos Deputados do Brasil (1986 – 2006)

	NP	NE
1986	12	2,8
1990	19	8,7
1994	18	8,1
1998	18	7,1
2002	19	8,5
2006	21	9,3
Média	17,8	7,4

Fonte: UCAM / LEEX - <http://www.ucam.edu.br/leex>

A Tabela 5 demonstra a magnitude da fragmentação partidária da Câmara dos Deputados após a redemocratização. A eleição de 1986 é um caso a parte, pois foi

realizada no auge do chamado “Plano Cruzado”, cuja excessiva popularidade foi eleitoralmente agregada ao PMDB, possibilitando a este partido uma vitória eleitoral esmagadora nas eleições parlamentares e também para os governos dos estados. Com a falência deste plano econômico e a conseqüente crise enfrentada pelo PMDB, o movimento de abandono do partido foi estrondoso, tendo como principal efeito a criação do PSDB, como vimos. Nas eleições de 1990, portanto, a inflação artificial do PMDB, em 1986, não foi mais observada, e tanto o Número de Partidos Parlamentares (NP) como o Número de Partidos Efetivos (NE) tiveram crescimento significativo, aproximando-se da média do período. Desconsiderada a eleição de 1986, NP e NE seriam, respectivamente³⁸, 19 e 8,34.

A Tabela 6, entretanto, já nos mostra dados mais otimistas, no que diz respeito à institucionalização do sistema partidário. Considerados os cinco partidos com maior representação na Câmara dos Deputados entre o período de 1986 e 2006 – que poderíamos chamar de “partidos parlamentares relevantes” -, algumas observações podem ser identificadas. Primeiro, a constância dos partidos que se fazem presentes nesta “elite parlamentar”, por assim dizer.

Tabela 6 - Cinco maiores partidos representados na Câmara dos Deputados do Brasil - por % de cadeiras ocupadas (1986 – 2006)

ANO	LISTA DOS 5 MAIORES PARTIDOS	% CADEIRAS CÂMARA
1986	PMDB / PFL / PDS / PDT / PTB	92,8
1990	PMDB / PFL / PDT / PDS / PRN	63,4
1994	PMDB / PFL / PSDB / PPR / PT	70
1998	PFL / PSDB / PMDB / PPB / PT	79
2002	PT / PFL / PMDB / PSDB / PPB	71,9
2006	PMDB / PT / PSDB / PFL / PP	67,1

Fonte – Jairo Nicolau - **Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006)** <http://jaironicolau.iuperj.br/>

O PMDB, o PFL e o PDS/PPR/PPB/PP estiveram entre os cinco maiores da Câmara em todos os momentos em questão. O PDT, a partir de 1994, perdeu definitivamente para o PT a condição de maior partido da esquerda brasileira, e isto se fez sentir não apenas na representação partidária-parlamentar, mas também nas disputas eleitorais majoritárias e, principalmente, nos movimentos sociais. Por fim, dois partidos de direita, de pouca ou nenhuma densidade ideológica, o PTB e o PRN, que figuraram entre os cinco maiores da Câmara em 1986 e 1990, respectivamente, foram

³⁸ Cálculo do autor.

definitivamente substituídos pelo PSDB - um partido de forte identificação ideológica que, chegando ao governo federal, assumiu um perfil de centro-direita - a partir de 1994. Passemos, entretanto, para uma situação hipotética. Se considerássemos que todos os partidos políticos que figuraram a partir da sexta maior representação na Câmara dos Deputados, entre 1986 e 2006, como um único partido político, teríamos os NE hipotéticos representados pela Tabela 7. Como é possível observar, em todos os anos - salvo em 1986, pelas razões já expostas - teríamos NE próximos a cinco, o que pode ser entendido como sinal de força eleitoral dos “partidos parlamentares relevantes” da Câmara dos Deputados.

Tabela 7 – Número de Partidos Efetivos Hipotéticos na Câmara dos Deputados do Brasil (1986 – 2006)

ANO	NE
1986	2,79
1990	4,36
1994	5,05
1998	5,67
2002	5,37
2006	4,91
Média	4,69

Fonte: Cálculo do autor, a partir de dados de Nicolau (op. cit.)

Em termos de eleições para a Presidência da República, entretanto, encontramos padrões partidários muito mais constantes, seja em termos de disputa eleitoral, seja em termos de identificação ideológica. Salvo as primeiras eleições para a Presidência da República, realizadas em 1989, quando um cenário de grave instabilidade política e econômica favoreceu a eleição de um político *outsider* (O'DONNELL: 1991 e LANZARO: 2007), Fernando Collor de Melo, as eleições presidenciais brasileiras têm sido polarizadas por dois partidos políticos, o PSDB e o PT, que têm uma orientação programática clara, subsidiada por posicionamentos ideológicos próprios e distintos, e que elegeram políticos fortemente identificados com suas respectivas histórias e estruturas partidárias, no caso, Fernando Henrique Cardoso e Lula. Ao que tudo indica até agora, as eleições presidenciais de 2010 serão polarizadas por candidatos destes dois partidos.

Como vimos no capítulo anterior, a pesquisa apresentada pelo Instituto Vox Populi em maio de 2009 mostrava o PT como o primeiro partido político brasileiro em

termos de preferência do eleitorado, com 29%, seguido à distância pelo PMDB, com 8%, e pelo PSDB, com 7%, ficando em quarto lugar o DEM, com 1% de preferência. Ou seja, os partidos mais bem votados, e que definem as eleições presidenciais, são justamente os preferidos pelo eleitorado brasileiro. Esta pesquisa apontou, ainda, que 49% dos entrevistados não tinham preferência partidária, número ainda alto, mas bastante destoante dos 64% de brasileiros entrevistados que não tinham preferência partidária em 2004, segundo pesquisa realizada pelo mesmo instituto. Estes são índices que não diferem substancialmente do que atualmente se observa, em matéria de identificação partidária, em democracias desenvolvidas.

Em conclusão, corroboramos com a tese que sustenta que o sistema partidário brasileiro está longe de ser caótico. Por outro lado, dificilmente poderíamos argumentar que se trata de um ambiente de alta institucionalização, inclusive, se comparado com seus vizinhos de Cone Sul. Mas acreditamos que a argumentação mais prudente é que, após o trauma causado pela eleição de Fernando Collor e pelo seu posterior impedimento, o Brasil entrou em uma trilha de estabilidade política, e não apenas econômica, podendo ser considerado, portanto, como uma democracia que está em vias de institucionalização.

CAPÍTULO 3 - A TEORIA POLÍTICA NUM MUNDO EM MUDANÇA: PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS DA DEMOCRACIA E DA GLOBALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A transformação ambiental, tal como definiu Angelo Panebianco (2005), é um fator fundamental para a mudança organizativa dos partidos políticos, que promovem alterações na sua linha política original, e renovam sua elite dirigente - ou sua “coalizão dominante”, nos termos daquele autor -, visando uma adaptação estratégica a um novo ambiente político, institucional, econômico, cultural, e/ou social. Partindo desta perspectiva, podemos compreender como os partidos políticos têm contribuído para o reposicionamento do panorama ideológico contemporâneo, impactando a tradicional clivagem política “esquerda-direita”. As transformações no campo das ideologias, portanto, sob uma perspectiva dos partidos políticos, devem ser entendidas como uma tentativa de adequação estratégica a uma precedente transformação estrutural.

Nas últimas décadas, temos assistido a transformações estruturais radicais. Alteram-se a organização econômica, a institucionalidade política, as formas de comunicação, o comportamento e os valores individuais e coletivos, ao tempo que surgem novos grupos e desenrolam-se interesses e problemas originais. Como sempre na história da humanidade, o desenvolvimento de um novo paradigma tecnológico, o da micro-informática digital, tem sido um importante vetor para estas transformações amplas, mesmo sem desconsiderarmos a importância e autonomia das variáveis políticas. Correndo certo risco, poderíamos afirmar que a sensação corrente é de que a “história se acelerou”, aproximando pessoas e realidades sociais díspares e, até, milenarmente excludentes. Por vivermos agora em uma “aldeia global” - tese tão contestada quanto popular -, as transformações estruturais têm avançado a passos largos, e o mundo contemporâneo seria inimaginável para qualquer observador que ousasse, há três ou quatro décadas, imaginar o futuro sem abrir mão dos seus olhos de “personagem da Guerra Fria”. Sobre o Estado-nação, a forma típica de organização política da modernidade, os impactos globalizantes desta nova ordem social se fazem evidentes, já que boa parte dos novos problemas vivenciados pela humanidade contemporânea tem dimensão global – por exemplo, a questão ecológica, os direitos humanos e, até mesmo,

a economia e as relações de trabalho. Da mesma forma, estes problemas impactam a democracia, ao mesmo tempo, um regime político e um projeto de sociedade fundado em bases nacionais. No plano global, onde se situam as novas relações sociais e onde emerge uma pungente “sociedade civil” (o que, também há algumas décadas, pareceria conceitualmente contraditório para as ciências sociais, que opunham dicotomicamente “sociedade civil” a “Estado”), há um déficit tremendo de mecanismos de governança democrática.

No campo da política propriamente dita, e dentro do mesmo processo social, assistimos a um momento de profunda redefinição. Há 20 anos, testemunhamos a falência do paradigma clássico da esquerda do século XX, originário na União Soviética, e fundado no controle central da economia e da sociedade. A ineficiência, a falta de participação democrática, de possibilidades de escolha individual e de competição e, até, a corrupção, qualificativos associados ao modelo econômico do “socialismo real” (NOVE: 1989; SINGER: 1998), são incompatíveis com a flexibilidade e a inovação permanente características deste novo paradigma tecnológico. Da mesma forma, o controle central da informação, do pensamento e da atividade política e cultural, típicas do “socialismo real”, são praticamente impossíveis em épocas de internet e de cultura digital, com suas redes sociais virtuais de alcance inimaginável e improvável. Considerando-se a outra forte tradição da esquerda do século passado, a social-democracia europeia ocidental, sua crise está associada à crise do keynesianismo, paradigma econômico que também se baseia na forte intervenção do Estado-nacional na economia, mesmo que sem o grau de controle que se assistia no caso soviético. Tudo isto pôs em cheque a esquerda política, que teve que se reinventar no final do século XX, buscando incorporar estas demandas democráticas e globalizantes, bem como as novas temáticas valóricas que inspiraram os chamados “novos movimentos sociais”, como os direitos humanos, o feminismo e a ecologia.

Na União Soviética, o aparecimento de uma nova coalizão dominante, liderada por Mikhail Gorbatchev, disposta a radicalizar no processo de *glasnost*, foi fundamental para a definição dos caminhos percorridos pelo trem da história mundial nos últimos vinte e cinco anos. Igualmente, na China pós-maoísta, o aparecimento de uma coalizão dominante disposta a radicalizar na *perestroika*, associando-se ao livre mercado global de acordo com seus interesses nacionais, e sem abrir mão do controle político da sociedade, contribuiu decisivamente para dar o tom dos novos tempos. O que hoje assistimos na Rússia pós-soviética, na China pós-maoísta e, inclusive, na Cuba de Raul

Castro, está longe de representar o clássico paradigma do socialismo real do século XX no seu conjunto.

Por outro lado, a resposta que a direita procurou dar à crise da esquerda - o neoliberalismo que, associado à democracia liberal “clássica”, desprovida de obrigações sociais, resultou na filosofia hobbesiana do “fim da História” - entrou em crise neste final da primeira década do século XXI. A tese do “fim da História” entra em crise após se fazer hegemônica por três décadas, incorporando, inclusive, parte significativa da esquerda que, como veremos, surfou nesta onda e passou a fazer do livre mercado sua orientação estratégica. Nos dois últimos anos, estamos vivenciando uma crise econômica de proporção global, cujo epicentro foi o sistema financeiro dos países hegemônicos do sistema capitalista – justo o setor da economia que os experimentos neoliberais, desde Thatcher e Reagan, esforçaram-se por desregular, criando um novo ambiente econômico virtual que, agora, se mostra completamente etéreo, mas que tem imposto conseqüências profundas no mundo da economia “real”, o setor produtivo. Como conseqüência desta crise econômica, a produção e o consumo se desaceleraram, e aumentaram ainda mais os níveis de desemprego, que já eram altos desde o começo da onda neoliberal. Surpreendentemente, como resposta à crise, ressurgem as políticas keynesianas, as estatizações e o protecionismo nacional – justo elas que tanto a direita como as esquerdas (desde a “nova social-democracia”, como diz Giddens, aos remanescentes do marxismo, como Negri e Meszáros) proclamavam como mortas e enterradas.

A compreensão deste cenário global de transformações é fundamental para o bom entendimento, portanto, das mudanças organizativas (PANEBIANCO: 2005) que vêm enfrentando os partidos políticos. Para os partidos políticos da esquerda contemporânea, portanto, enfrentar os dilemas impostos pela globalização e pela democracia é o ponto central para sua renovação. Neste capítulo, portanto, vamos fazer uma apreciação do atual estágio do debate teórico sobre estes dois temas. Julgamos esta tarefa fundamental para nossa tentativa de compreensão da esquerda contemporânea.

3.1 - A TEORIA DEMOCRÁTICA E OS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DA DEMOCRACIA

A teoria democrática é uma das áreas mais tradicionais e prolíferas das ciências sociais. A democracia, nas suas múltiplas interpretações, é um objeto popular entre os cientistas

políticos *stricto sensu*, mas também é um tema sempre presente nos estudos de sociólogos, filósofos e historiadores da política, desde a Antiguidade. Como é recorrente afirmar, em termos de democracia, há teorias “para todos os gostos”, e isto acontece não apenas por causa deste saudável caráter multi-disciplinar conferido ao debate sobre o tema, mas também por ser este um assunto sujeito às intempéries das ideologias.

Por exemplo, mesmo que protegidos sob o argumento do providencial guarda-chuva de uma ciência política “positiva” e “não-normativa”, é inevitável perceber o conservadorismo e o pouco apego à participação popular na política que marcam o pensamento de certos teóricos da democracia, que buscam caracterizá-la como uma simples “competição entre elites pelo poder”. Como, nestes casos, não reconhecer uma mal-disfarçada postura normativa, da qual estes mesmos teóricos dizem estar apartados? Mais ainda, consideramos que a democracia precisa estar sujeita a uma abordagem multidisciplinar das ciências sociais. Mais um exemplo: a democracia - como regime político - e a teoria democrática - assim como os principais conceitos das ciências sociais - têm sido pensados, até as últimas décadas do século XX, pelo menos, em base nacionais. Como entender o impacto da globalização sobre a democracia e a teoria democrática, portanto, senão através de uma abordagem multidisciplinar?

Um motivo primeiro nos impulsiona para esta inicial discussão sobre a democracia: o recente movimento histórico de “reconciliação” da maior parte da esquerda mundial com a tradição democrática do liberalismo político. A deposição das armas e a disposição de participar da disputa política democrática pela esquerda latinoamericana foi o motivo inspirador do seminal livro do mexicano Jorge Castañeda, “Utopia desarmada” (1994). Em termos mais globais, quem faz uma boa descrição deste movimento é o inglês Eric Hobsbawn. Segundo este grande historiador, a tradição política da esquerda teria se formado e adquirido coerência a partir da Revolução Inglesa, seguindo as revoluções subsequentes (Revoluções Americana, Francesa e Russa). Tratando da Europa de fins do século XIX, Hobsbawn afirma que “a combinação das demandas por direitos civis, políticos e sociais foi o que caracterizou esta fase específica da esquerda, tendo sido sustentada, sobretudo, pelos movimentos da classe trabalhadora.” (Hobsbawn: 2000, 105-6.)

Com a hegemonia política do leninismo, após a Revolução Russa, a esquerda revolucionária deixou de centrar sua agenda política nos temas clássicos da esquerda liberal do século XIX (como constitucionalismo, direitos civis e cidadania). A adesão

do movimento revolucionário de esquerda a estes temas do liberalismo político, e a pressão que este movimento passou a exercer sobre os governos, sustenta Hobsbawn, teria contribuído para a extensão dos direitos civis e políticos à classe trabalhadora européia, fazendo surgir a moderna democracia de massas, baseada na concepção de cidadania social que é detalhada por T. H. Marshall (1988). Por outro lado, sob a influência do leninismo, a esquerda passou a tratar a revolução como um evento essencialmente violento, associado à tomada armada do poder. Revolução e política democrática, portanto, estavam dissociados, para esta tradição da esquerda, e o uso político da democracia era meramente instrumental - a democracia era um “meio” ou um “instrumento” de acumulação de forças, prévio ao momento revolucionário.

A falência do “socialismo real” e do aparato estatal totalitário por ele criado, sob a pressão irresistível do clamor popular nas revoluções pacíficas do leste europeu, finalmente conduziu à reconciliação da esquerda com a sua tradição democrática, bem conclui Hobsbawn. A partir de então, a renovação da esquerda pós-comunista se dá *a partir* do pensamento democrático. A ênfase na “radicalidade democrática”, que caracteriza a esquerda renovada contemporânea, simboliza o abandono definitivo de uma visão “negativa” e “instrumental” da democracia, típica da velha esquerda marxista-leninista. A partir de então, a democracia - incorporando conceitualmente o rol de direitos da tradição do liberalismo político - passa a ocupar papel central no projeto da esquerda. Democracia não é mais entendida como um “meio” para se atingir o socialismo, mas parte fundamental da idéia de socialismo sustentada por esta esquerda, da qual o PT e o PS do Chile são alguns dos representantes mais legítimos na América Latina, como veremos mais adiante.

Debater a teoria democrática, buscando compreender os dilemas contemporâneos da democracia, portanto, é uma tarefa fundamental para este trabalho, que se propõe a discutir comparativamente a trajetória de dois partidos políticos da esquerda latinoamericana contemporânea - além do mais, por se tratarem os partidos um canal fundamental de representação política nas democracias representativas. Tomando os tipos teóricos definidos por David Held (2006), faremos uma apresentação crítica das posições defendidas por algumas das mais expressivas correntes contemporâneas da teoria democrática. Nosso objetivo é perceber, mais adiante, como o debate da democracia influencia na atual formulação ideológica sobre o tema feita pelos partidos que são objeto desta pesquisa.

A partir da compreensão de que a democracia vem se prestando a usos conceituais distintos por correntes teóricas diversas, Held cria uma tipologia dos “modelos de democracia”. Dentre estes, o mais forte no ambiente acadêmico da ciência política - ou o “modelo hegemônico”, como prefere chamar Boaventura de Sousa Santos -, inegavelmente, é aquele que tem origens no modelo que Held chama de “elitismo competitivo”, cujos teóricos fundadores são Max Weber e Joseph Schumpeter. O traço comum a estes dois teóricos, que justifica percebê-los como parte de um mesmo “modelo”, na perspectiva proposta por Held, é a compreensão da democracia como um método político de seleção de elites para a ocupação do poder, onde é mínimo o espaço para a participação política para as massas.

3.1.1 - Uma concepção elitista de democracia

Ao contrário de Schumpeter, não há na obra de Max Weber uma definição clara de democracia. Este tema aparece em Weber dentro de uma discussão mais ampla sobre a sociologia do Estado e da política. Seguindo uma tradição individualista e racionalista próxima a Maquiavel, Weber entende ser o sentido da política a luta por poder pessoal. A política, portanto, não poderia nunca ser associada à realização de objetivos éticos, como, por exemplo, o ideal de “boa sociedade” que está relacionado à “teoria clássica da democracia” - para usar um termo de Schumpeter -, desde Platão até Rousseau. A luta política, assim entendida por Weber, se reduz a uma luta pela liderança política, onde o espaço de participação popular, para além da posição de “séquito” dos líderes, é praticamente inexistente. Segundo suas próprias palavras, “sempre domina as ações políticas o ‘princípio do pequeno’ número, isto é, a superior capacidade de manobra política de pequenos grupos com liderança.” (Weber: 1999, 562-563).

O parlamentarismo é visto por Weber como a melhor escola para o político moderno, já que o Parlamento é o espaço por excelência da disputa política, mas também da conquista de seguidores e da realização de acordos. O grande mérito do Parlamento, ainda segundo Weber, seria a possibilidade de proporcionar formação política aos verdadeiros líderes, aqueles indivíduos com “qualidade de liderança”, capazes de impor um freio à tendência percebida por ele como inevitável nos Estados modernos, a dominação dos funcionários, ou a burocratização. Só o “desenvolvimento de um grupo de parlamentares capazes” (Idem, 567), com qualidades de líderes, pode capacitar o Parlamento ao exercício do poder,

sobrepondo-se ao poder da burocracia. As eleições seriam o momento da participação popular num regime parlamentar, e o mais adequado, segundo Weber, seria um sistema eleitoral majoritário, mais coerente com o princípio da “seleção de líderes” que está relacionado com este regime. Weber deixa transparecer, assim, sua inegável simpatia pelo regime parlamentar inglês.

Entretanto, “a parlamentarização e a democratização não se encontram necessariamente em uma relação de reciprocidade, mas com freqüência se opõem uma à outra” (Idem, 568). Para Weber, a democracia de massas teria um caráter essencialmente cesarista e plebiscitário que não lhe possibilitaria cumprir aquela que é a principal virtude do regime parlamentar, a seleção de líderes com qualidades de liderança. Em contrário, a democratização resulta na ascensão de demagogos ao poder, políticos pródigos por sua capacidade de conquistar a confiança e iludir as massas: “A democratização e a demagogia formam um par. (...) Basta que as massas já não possam ser tratadas meramente como objeto passivo da administração, mas interfiram ativamente, de alguma forma, com sua opinião.” (Idem, 572).

A desvantagem da democracia, portanto, para Weber, reside justamente na participação ativa das massas nas tarefas de administração dos negócios públicos, tarefa que entende exclusiva aos líderes. A democracia, nestes termos, seria um regime com forte tendência cesarista. Segundo Weber, “cesarismo” é “toda forma de eleição popular direta do detentor do poder supremo e, além disso, todo tipo de posição de poder política que se fundamenta no fato da confiança das massas, e não dos Parlamentos” (Idem, 573).

A sua desconfiança com relação à influência das massas na seleção dos líderes políticos, segundo Weber, é plenamente justificável: “O perigo político da democracia de massas reside, em primeiro lugar, na possibilidade de uma forte preponderância de elementos *emocionais* na política. As ‘massas’ (...) sempre estão expostas (...) à influência (...) puramente emocional e irracional” (Idem, 579) dos demagogos. Como conseqüência lógica, com o fortalecimento do componente emocional, a democracia de massas transfere a luta política para o nível da propaganda de massas, comprometendo definitivamente a boa seleção dos líderes.

Weber enxerga, ainda, outra dimensão da democracia que é prejudicial ao bom exercício da política: a sua vinculação com o fortalecimento da burocracia. Como afirma Anthony Giddens, se para Weber “em todo Estado moderno, (...) o problema central em relação à formação de uma liderança política era o de controlar o

‘despotismo burocrático’” (Giddens: 1998, 36), a democracia de massas estaria em desvantagem em relação ao regime parlamentar, já que “o desenvolvimento do governo democrático dependeria necessariamente dos avanços futuros da organização burocrática” (Idem, 33). Uma democracia puramente plebiscitária, portanto, onde seria reduzido ou inexistente o papel dos Parlamentos, seria uma democracia marcada pela dominação incontrolada dos funcionários, dado que o demagogo cesarista não possui qualidades de líder. Para Weber, “o antagonismo entre a *seleção plebiscitária* e a *parlamentar* dos líderes” (Weber: 1999, 573), seria a medida da contenção do poder dos burocratas. Com essas características, nas democracias de massas a influência do dinheiro na campanha eleitoral seria ainda mais exponenciada, acredita Weber.

Dos teóricos do “elitismo competitivo”, Joseph Schumpeter não só é o mais influente, como também o mais explícito na sua definição de democracia. Schumpeter faz questão de ressaltar o caráter prático e, portanto, “não-normativo” da sua teoria democrática. Para isso, contrapõe-se ao que chama de “teoria clássica da democracia”, centrada na concepção de democracia como regime da representação da vontade popular. Reconhecendo que a aceitação da liderança “é o mecanismo dominante de qualquer ação coletiva” (SCHUMPETER: 1984, 337) - frase que revela o traço elitista da sua perspectiva teórica -, Schumpeter compreende a democracia como um método de competição pela liderança política, com mecanismo de funcionamento semelhante à competição no mercado econômico.

Para Schumpeter, “o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população”. (Idem, 336) A liberdade individual, assim, seria fundamental na democracia, onde os indivíduos deveriam ter a mesma liberdade de escolher e de competir entre si que existe no mercado livre: “restringimos o tipo de competição pela liderança que deverá definir a democracia à livre competição pelo voto livre.” (Idem, 338) O ator político decisivo no modelo de democracia de Schumpeter, portanto, é sempre o indivíduo, seja cumprindo o papel de eleitor, seja no papel elitista do líder no exercício do governo. Sendo um sistema de seleção de elites, a democracia de Schumpeter não é o “governo do povo”, princípio que associa à teoria clássica da democracia. Para ele, a idéia de “povo” seria normativa; prática seria a noção de eleitorado, “população” (termo cuidadosamente escolhido por ele, por se associar à idéia de “quantidade”, distanciando-se da concepção de “corpo político”

subjacente ao conceito de “povo”) de indivíduos com capacidade eleitoral. Conceitualmente, “população” é um termo mais adequado, portanto, à perspectiva individualista de ação política de Schumpeter.

Seguindo com sua analogia entre democracia e mercado, Schumpeter entende a atividade política como própria de políticos profissionais, que negociam e competem por votos da mesma forma como os empresários negociam mercadorias e competem pela maximização dos seus lucros. Em Schumpeter como em Weber, o sistema eleitoral de representação majoritária é visto como o mais favorável à formação de governos eficientes, por ser mais coerente com a “lógica” elitista do método democrático, sendo “a aceitação da liderança a verdadeira função do voto do eleitorado.” Em contrário, Schumpeter sustenta que “a representação proporcional oferecerá oportunidades para que se afirmem todos os tipos de indiossincracias”, impedindo “a democracia de produzir governos eficientes.” (Idem, 340). Com o sistema proporcional, portanto, as eleições não cumpririam, com eficiência, sua função de produção de governo, de acordo com o método de Schumpeter, para quem “a produção do governo significa, na prática, decidir quem será a liderança” (Idem, 341). E produzir e desapossar governos, segue Schumpeter, é a função *exclusiva* do eleitorado na democracia, sendo a não-reeleição o único controle disponível para os eleitores em uma democracia. Nestas formulações, portanto, aparece uma maior preocupação com um sistema político que garanta a governabilidade, mesmo que à custa da sua representatividade.

Entre as condições apontadas por Schumpeter para o êxito do método democrático, destacamos duas. Primeiro, o alcance efetivo limitado da decisão política. Para Schumpeter, o método democrático não deve incidir “sobre questões que o povo em geral [não] possa compreender perfeitamente.” (Idem, 363). Nestes casos, aconselha Schumpeter, para que seja garantido um tratamento racional, e não emocional, de certas questões do Estado, o poder de decisão deve ser restrito aos especialistas, e excluída a decisão pelo método democrático. Como faz questão de ressaltar, “a democracia não exige que qualquer função de Estado esteja sujeita a seu método político” (Idem, 364), o que guarda coerência com sua concepção de método para seleção de elites.

O segundo ponto que gostaria de destacar é a preocupação de Schumpeter com o que ele chama de “autocontrole democrático”, posicionamento que deveria levar os eleitores e políticos, inclusive da oposição, a tomar por inquestionável a liderança do governo. Sendo o governo uma atividade de líderes, legitimados nas eleições - único espaço de participação política do cidadão comum -, os governantes devem estar livres

de todas as pressões, para que possam governar livremente, sustenta Schumpeter. No intervalo entre duas eleições, portanto, o povo não deve tentar dar instruções aos governantes, nem sequer tentar “restringir” a liberdade de ação dos parlamentares, afinal, o controle do eleitorado sobre o poder político deve ser exercido apenas nas eleições.

Ao limitar a democracia a um método de seleção de elites, às quais estaria exclusivamente reservada a tarefa de governar, Schumpeter reduz ao mínimo o espaço de participação política do povo, subvertendo completamente o ideal da teoria clássica da democracia. Em Schumpeter como em Weber, a democracia deixa de ser “governo do povo” para se transformar em “governo de elites”, com baixa participação popular, e a “soberania popular” é estigmatizada como um ideal inatingível, substituída pela livre escolha dos indivíduos-eleitores. Isto se justifica pela “competência técnica” das elites, contraposta aos “impulsos emocionais” que orientam a ação do povo.

Como dissemos, o “elitismo competitivo” é uma teoria muito prestigiada pela ciência política contemporânea, e alguns cientistas políticos que hoje já são considerados clássicos, como Anthony Downs e Samuel Huntington, são seus exemplares seguidores. Este prestígio, ao invés de ser ocasional, se justifica pelo fato de o “elitismo competitivo” tomar o modelo anglo-americano de democracia liberal como o ponto alto da vasta experiência humana de construção da democracia. Não estamos tratando, portanto, de um modelo simplesmente “positivo”: dentre as diversas experiências históricas e possibilidades de exercício da democracia, a maioria da ciência política, *prescritivamente*, optou por uma. Esta não deixa de ser uma opção legítima, mas há que se perceber que a história não parou, nem a experiência humana de construção de democracia se esgota com este modelo de democracia - em contrário, o exercício da soberania popular pode resultar em inovações institucionais dentro do próprio regime democrático, como já se observou historicamente - sendo sempre útil recordar-se que o próprio modelo democrático-liberal é bastante jovem, em termos históricos. Tampouco se deve deixar sem questionamento o porquê de ter sido justo o modelo anglo-americano de democracia - e não outro - que se fez hegemônico. Se compreendermos “hegemonia” a partir de uma perspectiva gramsciana, como a capacidade de exercício de uma liderança política, moral e intelectual em uma determinada formação social, percebemos este fenômeno como uma expressão da hegemonia anglo-americana sobre a ciência política contemporânea.

O livro “Uma teoria econômica da democracia”, de Anthony Downs, é um dos grandes clássicos da ciência política, sendo pioneiro da escola de pensamento conhecida como “escolha racional”. Nele, Downs apresenta seu paradigma da racionalidade instrumental, transpondo para as ciências sociais elementos da teoria microeconômica neoclássica. O conceito de democracia trabalhado por Downs neste livro sofre influência direta de Schumpeter, a quem o autor inclusive cita textualmente. O paradigma da racionalidade instrumental de Downs parte do pressuposto de que os indivíduos racionais buscam seus interesses diretamente, e escolhem o caminho mais razoável para atingir suas metas. Utilizando o vocabulário econômico, Downs considera a ação política como própria de indivíduos racionais, ou seja, de indivíduos que buscam maximizar seus lucros, reduzindo os custos da sua ação ao mínimo possível. O “homem racional”, portanto, é aquele que consegue decidir estrategicamente quando confrontado com um leque de alternativas possíveis, ordenando-as em um “ranking” de preferências e escolhendo para figurar em primeiro lugar neste “ranking” aquela que julgar menos dispendiosa e mais lucrativa para seus interesses individuais.

O termo “racional”, conforme empregado por Downs, refere-se sempre a processos de ação: a “meios”, e não a “fins”. Para Downs, reproduzindo o discurso dos seus citados predecessores, sua teoria é de “base puramente positiva, sem postulados éticos” (Downs: 1999, 45). Em contrário à sua ciência positiva, argumenta Downs, os modelos normativos se baseiam nas “boas metas”, e em como “deveria ser” o comportamento dos cidadãos para atingir estas metas, desconsiderando a eficiência ou a racionalidade de suas prescrições. Esta ausência de “fins” ou de “boas metas” está presente no conceito de “governo democrático” elaborado por Downs.

O governo democrático, como instituição, “é o *locus* de poder último na sua sociedade”, argumenta Downs. Ou seja, este governo “pode coagir todos os outros grupos a obedecer suas decisões, ao passo que esses não podem coagi-lo da mesma forma.” (Idem, 44). Como se forma o governo democrático? Através de eleições, sustenta Downs, para quem “a função política das eleições, numa democracia, (...) é selecionar um governo.” (Idem, 29). As condições sociais necessárias para um governo democrático não se resumem apenas à existência de eleições, segue Downs, que aponta um conjunto de requisitos institucionais para um governo ser considerado democrático:

- 1) escolha de um partido (ou coalizão de partidos) por eleição para assumir o governo;
- 2) eleições periódicas, com duração não alterada pelo partido governante;
- 3) todos os adultos normais votam;
- 4) cada eleitor tem direito a apenas um voto;
- 5) o(s) partido(s)

vencedores assumem o poder até a próxima eleição; 6) os partidos perdedores não podem impedir a posse dos vitoriosos; 7) o partido governante não restringe a ação dos cidadãos ou de outros partidos, desde que estes respeitem as leis; 8) há dois ou mais partidos competindo em eleição.

A observância deste conjunto de requisitos, sem dúvida, é fundamental para a institucionalização de uma democracia representativa e, como vemos, se trata de um postulado exclusivamente institucional, sem nenhum requisito ético ou “normativo”, em coerência ao que Downs já vinha afirmando. Entretanto, ao enumerar *apenas* estes postulados, Downs evidencia seu pouco apreço à participação popular na política para além das eleições. Para ele, as eleições são o momento exclusivo da escolha dos “atores fundamentais” do processo político democrático, que seja, os *partidos políticos*, e não os *cidadãos*. Coerente com esta observação, Downs ratifica a interpretação elitista de democracia, dissociando-a de qualquer influência da participação popular direta. Referindo-se ao governo democrático, afirma:

“o governo é um agente que toma decisões, *separado dos seus cidadãos* [o grifo é meu]. Naturalmente, não é separado de *todos* os seus cidadãos, já que alguns deles constituem o partido governante. Contudo, podemos razoavelmente supor que a grande maioria dos cidadãos não pertence nem à equipe governante nem às outras equipes que competem com ela pelo poder. Portanto, podemos tratar os cidadãos e os partidos como dois grupos mutuamente exclusivos sem distorcer indevidamente a realidade” (Idem, 48).

Estão evidentes, nesta citação, os principais pressupostos da concepção elitista de democracia: o governo, como atividade de elites, é exercido pelos partidos políticos, que o fazem em separado dos demais cidadãos. Por suas posturas, respectivamente, ativa e passiva frente às funções de governo, partidos e cidadãos não-filiados ao(s) partido(s) político(s) governante(s) são “grupos mutuamente exclusivos”. Ser cidadão, portanto, não pressupõe nem implica direito de participação ativa no governo democrático: significa tomar parte da população de eleitores que, periodicamente, seleciona as elites governantes, sustenta Downs. Reduzindo o exercício da cidadania à participação em eleições, e fazendo da tarefa de selecionar elites a única forma institucional disponível aos eleitores para influenciar os governos, Downs mostra sua identidade com o postulado teórico de Schumpeter. Postulado que, ademais, radicaliza, como bem afirma José Luis Fiori:

“ao aprofundar e sistematizar a metáfora de Schumpeter sobre a política enquanto mercado e o *cálculo do interesse individual* como fundamento último do comportamento dos eleitores, das burocracias e da *classe política*, [Downs] acaba por reduzir o Estado, os governos e os sistemas políticos a uma soma de indivíduos que, basicamente, se orientam pela busca de vantagens individuais através do acesso seletivo e do manejo arbitrário dos recursos e das políticas públicas.” (Fiori: s/d, 04.)

Esta identidade com Schumpeter - mesmo que sob argumentos distintos dos apresentados por Downs -, também pode ser percebida em Samuel Huntington, cientista político norte-americano recém-falecido, autor de diversos estudos hoje considerados clássicos do pensamento político. Em pelo menos dois livros, Huntington discute com detalhes a teoria democrática: seu tratado de teoria política comparada, “A ordem política nas sociedades em mudança”, e o mais recente “A terceira onda”, sobre o processo recente de transição à democracia nos países do Sul e Leste Europeus, e da América Latina.

A concepção de democracia sustentada por Huntington está relacionada ao seu conceito de “institucionalização”, apresentado naquele primeiro livro. Este conceito é central para a preocupação de Huntington com a “estabilidade política” e com a “preservação da ordem”, que fizeram dele um prócer do pensamento neo-conservador contemporâneo. Huntington entende por “institucionalização” o “processo através do qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade” (Huntington: 1975, 24), sendo medido pelo seu nível de adaptabilidade às novas situações, pela sua complexidade, pela sua autonomia e pelo seu grau de coesão. Quanto mais forte for uma determinada instituição em cada um destes níveis, seja ela um partido político ou um sistema político, maior grau de institucionalização ela apresenta.

Do conceito de institucionalização, Huntington elabora sua compreensão de “interesse público”. Para Huntington, como o interesse público não existe “*a priori* na lei natural ou na vontade do povo” - uma afirmação que, por si só, já mostra uma leitura schumpeteriana da teoria democrática -, pode ser observado em “tudo aquilo que fortalece as instituições governamentais.” (Idem, 37) Assim, segue Huntington, as instituições governamentais têm interesses próprios, distintos dos interesses do povo e dos indivíduos que as ocupam, sendo interesses de longo prazo, identificados com o seu auto-fortalecimento - ou seja, com a sua “institucionalização”. Nestes termos, Huntington postula que, ao contrário do que afirma a teoria democrática clássica, a

legitimidade da ação governamental não está na realização da vontade do povo, mas na realização dos interesses das instituições: “a existência de instituições políticas (como a Presidência ou o Comitê Central) capazes de darem substância aos interesses públicos, distingue as sociedades politicamente desenvolvidas das subdesenvolvidas. (...) Um governo com um baixo nível de institucionalização não é apenas um governo fraco, é um mau governo.” (Idem, 40)

Para Huntington, a participação popular na política pode se constituir num empecilho para a institucionalização e o conseqüente desenvolvimento de um sistema político. Partindo da teoria da modernização, Huntington entende que os processos de modernização social e econômica tendem a solapar as bases de autoridade de uma ordem política tradicional sem, ao mesmo tempo, apresentar uma alternativa de ordem política estável: “A urbanização e os aumentos nos índices de alfabetização, educação e exposição aos meios de massa provocam um incremento das aspirações e expectativas, as quais, se não satisfeitas, galvanizam os indivíduos e os grupos para a política.” (Idem, 60). Não por acaso, afirma Huntington, “Cuba era o quarto país com maior índice de alfabetização da América Latina quando se tornou comunista. O único estado da Índia a eleger um governo comunista, Kerala, é também o que possui o maior índice de alfabetizados. (...) A participação política dos analfabetos pode ser, como ocorre na Índia, menos perigosas para as instituições políticas democráticas que a participação dos alfabetizados.” (Idem, 62)

Da mesma forma, o crescimento econômico, em sociedades de desenvolvimento econômico baixo, pode conduzir à instabilidade política, através da ação daqueles segmentos da sociedade que não vêm atendidas suas expectativas de bem-estar. Em contrário, segue Huntington, “a pobreza em si mesma é uma barreira à instabilidade. Os que estão preocupados com o objetivo imediato da próxima refeição não estão propensos a se preocuparem com a grande transformação da sociedade.” (Idem, 66). Este conjunto de variáveis, segundo postula Huntington, forma a “hipótese do hiato”: o hiato entre o aumento de expectativas proporcionado pela modernização social e econômica, correlacionado à incapacidade da sociedade de satisfazer estas expectativas, gera instabilidade política.

Distinguindo os sistemas políticos pelos seus níveis de institucionalização política e de participação política, Huntington apresenta uma tipologia dicotômica de: a) “comunidades políticas cívicas” e b) “comunidades políticas pretorianas”. Considerando que “a estabilidade política depende do quociente de institucionalização sobre

participação” (Idem, 93), classifica como pretorianas as comunidades políticas onde há níveis baixos de institucionalização e níveis altos de participação. Por sua vez, cívicas são as comunidades políticas onde o índice de institucionalização é mais elevado que o de participação.

No seu livro “A Terceira Onda”, Huntington reafirma sua identidade com Schumpeter, nominalmente citado, ao referir-se à sua preferência por uma definição de democracia que seja empírica, descritiva, institucional e processual - portanto, não-normativa:

“Como forma de governo, a democracia foi definida em termos de fontes de autoridade de governo, propósitos de governo e procedimentos para a constituição do governo. Existem problemas sérios de ambigüidade e de imprecisão quando a democracia é definida em termos de fontes de autoridade, quanto de propósitos, e a definição utilizada nesse estudo é a processual. (...) O processo central da democracia é a seleção de líderes, através de eleições competitivas, pelo povo que governam.” (Huntington: 1994, 16)

Como se percebe, esta é a clássica definição schumpeteriana. Com base nesta definição, Huntington afirma, por exemplo, que “democratização” é o processo de transição de um Estado autoritário para um Estado democrático, onde o governo é escolhido através de eleições livres.

A grande inovação do seu pensamento sobre democracia, entretanto, está na sua obra anterior. Curiosíssima é sua concepção de “civismo”: para Huntington, comunidade cívica é aquela onde a participação política do povo é baixa ao ponto de não exercer nenhum poder de criação ou transformação na ordem política. A melhor maneira, portanto, de garantir a estabilidade política é diminuindo a participação popular, de tal forma que ela não exerça nenhuma influência sobre o formato das instituições que, numa democracia, deveriam representar ao próprio povo!

Ainda na mesma linha, a consequência lógica a se inferir da sua “hipótese do hiato” é: em sociedades politicamente subdesenvolvidas - ou seja, com níveis baixos de institucionalização política -, deve-se frear a modernização social e econômica, como única forma de se atingir a institucionalização. Portanto, considerando-se que a estabilidade política é produto do quociente entre institucionalização e participação, como afirma Huntington, deve-se frear a modernização social em nome do “civismo”, pois só com um nível de institucionalização maior do que o nível de participação

popular, se constitui uma comunidade política “cívica”. Huntington, conseqüentemente, desconsidera a possibilidade de criação institucional e de educação para a cidadania que pode partir da participação popular e do associativismo. Democracia “cívica”, assim, é aquela onde são baixos os níveis de participação popular. Mais ainda, destaca-se o julgamento de Huntington sobre a “democratização” de uma “comunidade política pretoriana”: para se tornar “cívica”, o ideal é que esta “comunidade política” apresente baixos níveis de participação popular, e que a maioria dos seus cidadãos seja analfabeta e pobre!

Concluimos, portanto, que a preocupação central de Huntington não é apenas de apresentar a democracia como um conceito “processual”. Huntington vai mais adiante, dissociando a democracia da tradição teórica que compreende “civismo democrático” como sinônimo de participação popular na política, de associativismo, de vocação republicana, de igualdade e de educação dos cidadãos para o exercício da cidadania democrática. Esta é uma tradição representada, por exemplo, por Montesquieu e Tocqueville, e que mais recentemente incorpora autores como Robert Putnam. Difícil deixar de perceber “normatividade”, ou ideologia, no pensamento de Huntington, tal como nos outros pensadores que apresentamos até aqui.

3.1.2 - Os pluralistas

O segundo “modelo” de teoria democrática que pretendemos discutir, seguindo a tipologia de Held (2006), são os chamados “pluralistas”, destacando, particularmente, Robert Dahl e Norberto Bobbio, que igualmente figuram entre os mais importantes teóricos contemporâneos da democracia, com vasta obra publicada. Nos pluralistas, também é direta a influência de Schumpeter, no que se refere à apresentação da democracia como “método de seleção de governos”. Entretanto, a própria denominação de “pluralistas” está relacionada ao fato destes autores apontarem e explorarem as “interconnections between electoral competition and the activities of organized interest groups”, o que faz da moderna política democrática, ainda de acordo com os pluralistas, “far more competitive, and policy outcomes are far more satisfactory to all parties, than Schumpeter’s model suggested.” (Held: 2006, 158)

Assim, os pluralistas percebem a política democrática como uma atividade onde são perceptíveis múltiplos centros de poder, o que faz a competição política se dar entre grupos de interesses distintos, e entre partidos que mantêm alguma identificação com

estes grupos. Não há nenhuma ilusão dos pluralistas, entretanto, quanto a uma possível “reprodução natural” dos grupos de interesse nos partidos políticos. Coerente com esta perspectiva, os pluralistas consideram a democracia direta - salvo se praticada como exceção à regra, em situações específicas - como impraticável nos Estados modernos, sobretudo quando aparece associada ao ideal rousseauiano do corpo político unitário, da vontade geral indivisível e infalível. Igualmente afirmando se pautar pelo realismo e pela objetividade científica, mais do que por uma perspectiva ideal de democracia, os pluralistas acentuam a importância das regras liberais do Estado de Direito para o bom desenvolvimento da competição democrática eleitoral.

Robert Dahl, no seu livro “Poliarquia” (1997), relega a democracia a um plano “ideal”. A democracia é por ele apresentada, portanto, como um “sistema hipotético”, caracterizada pela “contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.” (Dahl: 1997, 25). Assim, Dahl acredita que a democracia é aquele governo que garante três oportunidades *plenas* aos seus cidadãos: a) de formular preferências; b) de expressar suas preferências aos seus concidadãos e aos governos através da ação individual e coletiva e; c) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo.

Nestes termos, Dahl estabelece o que chama de “duas dimensões da democratização”, as possibilidades de contestação pública e de participação política, consideradas como variáveis independentes para efeito de comparação dos regimes políticos. Assim, propõe a seguinte tipologia dos regimes políticos, numa escala que varia do distanciamento à maior proximidade ao ideal democrático: hegemonias fechadas (baixos níveis de contestação e de participação), oligarquias competitivas (alta contestação e baixa participação), hegemonias inclusivas (baixa contestação e alta participação) e poliarquias (altos níveis de contestação e de participação). Considerando que “nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado”, Dahl afirma preferir “chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto [do ideal democrático] (...) de poliarquias.” As poliarquias, portanto, seriam “regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, (...) regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública.” (Idem, 31) Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos (1998), para quem o conceito de poliarquia é minimalista, mas eficiente, em se tratando da sua diferenciação com os regimes autoritários, Dahl estabelece uma “distinção entre

democracia, como ideal regulador, e poliarquias, como exemplares empíricos da descrição ideal-típica.”

No mundo dos regimes políticos reais, segundo Dahl, as poliarquias seriam aqueles que se identificam com oito garantias institucionais:

- “1 - liberdade de formar e aderir a organizações;
- 2 - liberdade de expressão;
- 3 - direito de voto;
- 4 - elegibilidade para cargos públicos;
- 5 - direito de líderes políticos disputarem apoio;
- 5a - direito de líderes políticos disputarem votos;
- 6 - fontes alternativas de informação;
- 7 - eleições livres e idôneas;
- 8 - instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.” (Idem, 27)

Por isso mesmo, sob uma perspectiva democrática, as poliarquias apresentariam uma série de vantagens com relação aos demais tipos de regimes políticos. Dentre estas vantagens, Dahl aponta a não-cristalização de oligarquias no poder, e a renovação da composição social da elite política. Este último fator está associado ao componente de inclusividade que caracteriza as poliarquias: com a extensão do direito de participação a novos grupos sociais, não apenas os políticos tradicionais começam a buscar apoio nestes novos grupos sociais, como elementos destes próprios grupos começam a se fazer representar politicamente. Este fenômeno é facilmente observável em diversos contextos históricos. Não é por outro motivo, por exemplo, que o Parlamento brasileiro tem assumido uma composição cada vez mais pluriclassista desde a redemocratização do país, sobretudo a Câmara dos Deputados, que é a mais democrática das duas casas legislativas brasileiras.

Uma das teses mais conhecidas de Dahl é a que de conferir nível “indubitável” de significância à relação entre o nível socioeconômico de um país e o seu desenvolvimento político. Dahl desconsidera a doutrina liberal clássica, que conecta “ordem social pluralista” com “economia competitiva com propriedade privada” e “ordem social hegemônica” com “economia socialista centralizada”. Para Dahl, a Suécia pode ser percebida como um claro exemplo de uma poliarquia que convive com uma economia capitalista mista, e não estritamente “competitiva”, segundo os termos liberais do livre mercado. Assumindo outra equação, Dahl considera que “quanto maior

o nível socioeconômico de um país, maior a probabilidade de que seu regime seja uma poliarquia inclusiva ou quase-poliarquia” (Idem, 77):

“As chances de um país desenvolver-se e manter um regime político competitivo (e, mais ainda, uma poliarquia) dependem da medida com que a sociedade e a economia do país a) forneçam alfabetização, educação e comunicação, b) criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada, c) impeçam desigualdades extremas entre as camadas politicamente relevantes do país.” (Idem, 85)

Para Dahl, portanto, uma distribuição extremamente desigual dos recursos sócio-econômicos tem como consequência uma distribuição também desigual dos recursos políticos, o que inviabiliza as poliarquias. Apesar de controversa - sobretudo por, após a “terceira onda de democratização” à qual se refere Huntington, as poliarquias terem se expandido nas regiões menos desenvolvidas e mais desiguais do planeta -, esta advertência feita por Dahl é atual no que se refere à relação que estabelece entre concentração de recursos e qualidade da política democrática.

Em um livro mais recente, “Um prefácio à democracia econômica”, Dahl questiona “que tipo de ordem econômica promoveria melhor os *valores* [o grifo é meu] de democracia, igualdade política e liberdade?” Como vemos, também aqui Dahl segue afirmando a democracia como um “valor”, ideal que não encontra correspondência perfeita nos regimes políticos reais. Respondendo a sua questão, Dahl afirma que estes valores seriam mais bem afirmados em uma ordem econômica que contribuísse para “promover uma distribuição de recursos políticos favorável às metas de igualdade no voto, participação efetiva, entendimento esclarecido e controle final da agenda política por todos os adultos sujeitos às leis.” (Dahl, 1985, 73) Dahl enumera como recursos políticos: dinheiro, cultura, qualificação, autoridade dos funcionários públicos para governar. Com esta premissa, que associa o bom exercício dos direitos liberais clássicos a uma ordem econômica que garanta os direitos sociais elementares ao conjunto de cidadãos, Dahl assume a tradicional discussão sobre democracia e desigualdade. Mais ainda, contribui com a reflexão sobre a qualidade da política democrática em países socialmente tão desiguais, como os países latinoamericanos, tema que foi destacado no informe do PNUD sobre a democracia na América Latina (2004), como veremos ainda neste capítulo.

Ainda no livro “Poliarquia”, Dahl associa outras variáveis ao bom funcionamento das poliarquias, como a cultura política, as crenças políticas dos

indivíduos e, principalmente, dos líderes políticos, e o nível de confiança existente na sociedade - sobretudo, de confiança nas instituições. Em se tratando do número de partidos políticos significativos de um sistema partidário - uma variável central para o seu paradigma pluralista -, Dahl acredita que ele não é determinante para definir um regime político como poliárquico. Considerando, na linha de Douglas Rae, que a manipulação da engenharia eleitoral tem efeitos para a conformação do sistema partidário, Dahl não percebe os partidos políticos como uma identificação “natural” das clivagens presentes na sociedade, da mesma forma que não acredita ser um sistema eleitoral proporcional mais ou menos “democrático” do que um sistema majoritário.

“Poliarquia”, este conceito elaborado por Dahl para se referir às “democracias do mundo real”, parte de uma perspectiva principalmente institucional, tendo um papel central para o exercício da comparação de regimes políticos. A tese schumpeteriana de “método para seleção dos governos” é sua influência direta. Entretanto, ao contrário de Schumpeter e de outros dos seus seguidores, como os citados Downs e Huntington, Dahl afirma que as poliarquias são favorecidas por um tipo determinado de ordem social e econômica, de natureza pluralista e distributiva. Assim, Dahl coloca em destaque a variável “impedimento de desigualdade extremas entre os cidadãos” - ou “distribuição de recursos políticos”, como fez mais recentemente -, na sua definição de poliarquia. Isto se justifica na medida em que ele identifica as poliarquias como os regimes políticos mais aproximados da democracia, um “sistema hipotético”, ou um “valor”, associado à igualdade de condições entre os cidadãos, assim como às liberdades civis. Assumindo tais pressupostos, Dahl finda por também conferir uma dimensão *ética* - e não apenas institucional - ao seu conceito de poliarquia, assumindo uma postura que dificilmente não seria percebida como “normativa”, se considerada pela perspectiva dos teóricos do “elitismo competitivo”.

O italiano Norberto Bobbio, um pensador “liberal-socialista”, no dizer de Perry Anderson (1989), dentre os teóricos do “pluralismo”, é o que desfruta de maior popularidade no Brasil, principalmente, fora dos ambientes mais estritos da ciência política. A sua compreensão da democracia como o regime do “respeito às regras do jogo” se tornou muito difundida em diversos círculos intelectuais, particularmente, de esquerda e de centro-esquerda. Como Dahl, a preocupação de Bobbio é de apresentar uma definição, principalmente, procedimental e realista da democracia, baseando-se na perspectiva de Schumpeter, que é por ele ampliada.

No seu livro “O futuro da democracia”, Bobbio, tal como os autores até aqui trabalhados, também busca diferenciar o “ideal democrático” das democracias entendidas enquanto regime político real, onde a permanência de elites no poder, e competindo por ele, não diminuem suas diferenças substanciais com os regimes políticos autoritários. Para Bobbio, “a existência de grupos de poder que se sucedem mediante eleições livres permanece, ao menos até agora, como a única forma na qual a democracia encontrou a sua concreta atuação.” (Bobbio: 2001, 21). Percebendo a democracia como competição entre elites, Bobbio descarta a viabilidade contemporânea do ideal democrático clássico como projeto político, já que ele “foi idealizado para uma sociedade muito menos complexa do que a de hoje.” (Idem, 40) A economia de mercado, as demandas técnicas e tecnocráticas e a necessidade do aumento do aparato burocrático, que caracterizam a sociedade contemporânea, são usados como argumentos por Bobbio para - seguindo o que pioneiramente argumentou Weber - demonstrar a inviabilidade política do “ideal democrático”.

Assim, Bobbio prefere uma definição mínima de democracia, de teor institucionalista e procedimental: “por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que se está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (Idem, 22), ou seja, dos cidadãos. O próprio Bobbio reconhece que estas são “considerações mais formais do que substanciais”, e que partem do princípio de que “direito e poder são as duas faces de uma mesma moeda: só o poder pode criar direito e só o direito pode limitar o poder” (Idem, 23).

Portanto, a democracia é entendida como um conjunto de regras de direito que, no geral, baseia-se nos seguintes princípios: os indivíduos que tomam decisões políticas são autorizados a isto por procedimentos coletivamente estabelecidos; um número muito elevado de pessoas, ou o conjunto de membros adultos da sociedade, é chamado a atribuir este poder a tais indivíduos; as liberdades fundamentais são condições preliminares e; a vontade da maioria é a medida da tomada de decisões políticas. Por outro lado, afirmando o traço *social* de todo direito, percebido como uma construção humana, e não como um dado “natural”, tal como pretendiam os filósofos jusnaturalistas (Bobbio: 1992), Bobbio (2001) sustenta que, numa democracia, até mesmo as regras do jogo podem ser modificadas, desde que seguindo os procedimentos estabelecidos pela Constituição para tais casos.

A questão que se coloca, portanto, é a de que esta regra da maioria não pode ser nunca utilizada, numa democracia, para modificar todas as regras de procedimento político. Para Bobbio, algumas regras, são imutáveis: são estas as “regras constitutivas” ou “preliminares” do regime democrático. Nestes termos, Bobbio afirma que “o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas jurídico, do Estado democrático” (Bobbio: 2001, 32), acreditando ser “pouco provável que um Estado não-liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte, é pouco provável que um estado não-democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais”. (Idem, 33) A identidade com o liberalismo político, portanto, é uma característica preliminar e constitutiva das democracias contemporâneas. “Liberalismo político” e “democracia”, entende Bobbio, sendo ideais originalmente distintos, se encontraram historicamente em tais democracias (Bobbio: 1994).

O pluralismo é um traço igualmente muito característico do conceito de democracia como método político de Norberto Bobbio. Isto se evidencia na sua crítica à noção de “comunidade política” associada ao “ideal democrático” tal como difundido, principalmente, por Rousseau. Para Bobbio, nas democracias contemporâneas “não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas apenas *o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes* [o grifo é meu], com sua relativa autonomia diante do governo central.” (Bobbio: 2001, 35). Assim, Bobbio afirma que “o modelo de Estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma sociedade monística. A sociedade real, subjacente aos governos democráticos, é pluralista.” (Idem, 36)

Além de Bobbio, outros teóricos identificados com a esquerda ressaltam os traços procedimentais da definição de democracia, mesmo sem perder a perspectiva ética que o conceito traz embutido. O sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón, figura central do processo de renovação do Partido Socialista chileno nas décadas de 1980 e 1990, é um destes. Em diversos trabalhos, Garretón classifica a democracia como um “regime político”, distinguindo-a da sua interessante perspectiva do conceito de “democratização”, que teria um conteúdo mais ético e social. Para Garretón, um regime político é um sistema de mediação institucional que

“resuelve dos problemas: el de cómo se gobierna a la sociedad, y el de la ciudadanía, es decir, cuáles son las relaciones que hay entre la gente y el Estado. (...) La democracia es un tipo de régimen político que resuelve estos dos problemas através de características “englobadas” en el concepto

clásico de soberanía del pueblo, concepto que, al hablar de régimen, no tiene sentido sino si le entiende en su dimensión institucional” (Garretón: 1989,03)

Em trabalho mais recente, Garretón conceituou a democracia, insistindo na dimensão institucional/procedimental, como um regime político baseado em “principios como el de soberanía popular, el del Estado de derecho, el de vigencia de las libertades públicas y los derechos humanos, el de pluralismo político, el de alternancia de poder. Mecanismos como el voto, la existencia de partidos, las Constituciones políticas que fijan las atribuciones de cada autoridad, la separación de poderes etcétera.” (Garretón: 1999: 16) Por outro lado, e ao contrário de Huntington - para quem “democratização” representa apenas a transição de um regime político autoritário para um regime político democrático, baseado nas eleições livres -, Garretón defende um conceito mais sofisticado de “democratização”, distinto da “democracia”, e associado à teoria da modernização e também a uma inspiração ética, identificada com a universalização dos direitos sociais e dos demais benefícios do processo modernizador.

Assim, se a democracia é um conceito institucional, referido a um regime político, “democratização”, segundo argumenta Garretón, é um conceito que “incluye el proceso creciente de incorporación de la gente a los bienes, servicios, modos de vida de la sociedad moderna, y el proceso de participación en las tomas de decisión individual y colectivas que afectan a la vida. Es decir, el proceso creciente de igualación de oportunidades de participación, que supone cambios en la estructura social.” Baseado nesta distinção conceitual, Garretón segue afirmando, portanto, que “muchas sociedades latinoamericanas vivieron estos procesos de democratización social sin democracia política clásica”, ao contrário do que se verificou no Chile: “el caso chileno es exactamente al revés, donde la democratización está asociada al proceso de democracia política.” (Garretón: 1989, 04) Em outro trabalho, Garretón resolve esta relação entre “democracia” e “democratização” da seguinte forma:

“La democracia es siempre una tensión entre una dimensión institucional y una dimensión valórica y ética, que sobrepasa las instituciones y que apunta a un ideal de sociedad. Por ello, no tiene sentido la discusión en torno a la definición “minimalista” o “procedural” de la democracia versus una dimensión “sustantiva”, sea esta participativa, socioeconómica o deliberativa” (PNUD: 2004b, 75)

No seu livro mais recente, Garretón (2007) sustenta que, em avançado processo de consolidação dos regimes democráticos, os países da América Latina precisam avançar nas tarefas da democratização. Este avanço, ele entende, inclusive, como um requisito para conferir estabilidade - e, portanto, maior institucionalização - a estas democracias políticas. Atualizando o pensamento socialista, Garretón entende que a construção de uma sociedade “social-democrata”, parte da democracia para chegar a um nível elevado de democratização.

3.1.3 - Teorias da democracia participativa

A base primeira dos teóricos da democracia participativa, ou dos participativistas, como reconhece a própria Carole Pateman (1992), está em Rousseau. Dentre os autores do moderno “contratualismo”, Rousseau é aquele que radicaliza a visão de democracia como regime da soberania popular, identificada com a participação direta do povo nos negócios públicos - desacreditando, explicitamente, qualquer traço democrático da noção de representação política, a partir do princípio de que “a vontade não se representa” - e com uma “vontade geral” inalienável, infalível e indivisível, justamente, por ser a vontade do povo, expressa diretamente. Rousseau enxerga na democracia, portanto, uma comunidade política unitária, fruto do pacto social que aliena a todos os indivíduos dos seus direitos naturais em favor do soberano que surge de tal pacto, o povo. Não há limites ao exercício da soberania pelo povo, numa democracia, uma vez que as leis do Estado “são atos da vontade geral”. Às liberdades naturais dos indivíduos, após o pacto social, Rousseau sobrepõe a vontade geral, invertendo a lógica de Locke, teórico do individualismo liberal.

É conhecido, entretanto, o descrédito do próprio Rousseau quanto à viabilidade política deste seu projeto de democracia, mais adequado aos pequenos Estados, onde os costumes fossem simples, os cidadãos se conhecessem, e fosse muita a igualdade entre riquezas e fortunas, elemento fundamental para a sobrevivência da igualdade de direitos e da autoridade. Saudoso das antigas Cidades-Estado, ou inspirado pela realidade dos pequenos cantões suíços dos quais provinha, Rousseau relegava a democracia plena a um “povo de deuses”.

Para os teóricos da democracia participativa, entretanto, esta total oposição entre representação e participação - que está em Rousseau, mas também, sob outra perspectiva, nos teóricos do elitismo competitivo, como vimos - desaparece. A

inspiração de Rousseau para os “participativistas” se faz presente na ênfase dedicada à igualdade entre os cidadãos e à participação popular, entendidos como expressões da soberania popular nas democracias. As eleições periódicas, para estes autores, não conseguem abarcar, numa democracia, a dimensão da soberania popular em sua totalidade.

Carole Pateman, no seu livro “Participação e teoria democrática” (1992), faz uma dura crítica ao que identifica como a “teoria democrática mais aceita” na ciência política contemporânea, ou a “teoria contemporânea da democracia”, justamente, aquela teoria que Held chama de “elitismo competitivo”. A crítica se justifica porque, nesta teoria, tributária da teoria das elites de Mosca e Michels, segundo Pateman, “o conceito de participação assume um papel menor” (Pateman: 1992, 11), passando a ser identificado com totalitarismo ou com uma tentativa de conferir conteúdo normativo a um conceito - democracia - que deveria ser essencialmente científico e empírico. Para os autores identificados com esta perspectiva, segue Pateman, como Schumpeter, Dahl e Giovanni Sartori, dentre outros, a preocupação central se transfere da participação popular em direção à estabilidade política, e “os critérios pelos quais um sistema político pode ser considerado ‘democrático’ (...) são aquelas inerentes ao sistema democrático anglo-americano existente”, o que os leva a acreditar que “com o desenvolvimento desse sistema já temos o Estado democrático ideal.” (Idem, 27) Para Pateman, a participação popular, associada às práticas concretas da democracia, traria em si a possibilidade de educação para a cidadania, perspectiva que, se era popular na teoria clássica da democracia, foi totalmente abandonada pelos teóricos do elitismo competitivo.

Resumindo, Pateman considera que,

“a teoria democrática não está mais centrada na participação ‘do povo’, na participação do homem comum, nem se considera mais que a principal virtude de um sistema político democrático reside no desenvolvimento das qualidades relevantes e necessárias, do ponto de vista político, no indivíduo comum; na teoria da democracia contemporânea, o que importa é a participação da elite minoritária, e a não participação do homem comum, apático, com pouco senso de eficácia política, é vista como a principal salvaguarda contra a instabilidade. (...) Contudo - segue Pateman -, aprendemos a participar, participando, e (...) o sentimento de eficácia tem mais probabilidades de se desenvolver em um ambiente participativo” (Idem, 138-139)

O cientista político canadense Crawford Brough Macpherson é outro teórico que sustenta teses de democracia participativa a partir de uma crítica do modelo do elitismo competitivo, dialogando, principalmente, com Schumpeter. Para Macpherson, este modelo elitista, apoiado na teoria econômica clássica e neoclássica, ao fazer uma analogia entre mercado político e mercado econômico, compreende a democracia como um sistema político “que mantém certo equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos” (Macpherson: 1978, 81). A ideia de democracia, esvaziada de “conteúdo moral”, é reduzida por este modelo “a tão somente um mecanismo de mercado; os votantes são os consumidores; os políticos são os empresários.” (Idem: 83)

Assim, os cientistas políticos adeptos deste modelo, segue Macpherson, abandonam a ideia de “soberania popular” e incorporam à democracia o conceito de “soberania do consumidor”, retirado, justamente, daquelas teorias econômicas. O que esquecem, ou parecem esquecer, segue Macpherson, é o que o livre mercado, ao invés de proporcionar uma situação de concorrência pura, produz oligopólios e, portanto, concorrência imperfeita. Assim, num mercado político onde “há apenas uns poucos vendedores, uns poucos fornecedores de bens políticos, em outras palavras, apenas uns poucos partidos políticos (...)”, os partidos políticos, mesmo sendo o principal instrumento de representação política, “não precisam e de fato não correspondem às demandas dos compradores como deveriam fazer num sistema plenamente concorrencial. Eles podem estabelecer os preços e a gama de mercadorias que serão oferecidas. Mais do que isso, eles podem, em considerável grau, criar a demanda.” (Idem, 92) Há, assim, uma inversão no processo democrático, uma vez que os partidos oligopolistas têm a capacidade exclusiva, seguido este modelo, de criar as demandas de bens políticos, estabelecendo tutela à participação popular e fazendo da democracia, portanto, um jogo de elites.

Tal tutela, entretanto, segundo Macpherson, é prevista pelo modelo elitista que, pretendendo-se “realista”, parte do princípio ideológico de que “a unidade básica e irreduzível do processo democrático *não* é o indivíduo como um conjunto autônomo e independente de demandas” (Idem, 93), mas, sim, as elites. Em conclusão, Macpherson sustenta que, “em uma sociedade como a nossa, em que há considerável desigualdade de riqueza e chances de adquirir riqueza (...), a soberania de um conjunto de consumidores, em condições tão desiguais, evidentemente não pode ser considerada democrática.” (Idem: 90) O modelo elitista de democracia, portanto, não apenas se

presta a justificar estas desigualdades tão evidenciadas: ele “é ótima coisa para o mercado.” (Idem, 90)

Por outro lado, Macpherson não acredita, assim como os demais teóricos da democracia participativa, na viabilidade contemporânea da democracia direta: nas sociedades modernas, “parece claro que, em nível nacional, deve haver certo tipo de sistema representativo, e não democracia completamente direta.” (Idem, 99) Da mesma forma, Macpherson não se mostra entusiasmado com a idéia de uma democracia direta “completa” associada aos computadores e às novas tecnologias da comunicação. Mesmo sendo atraente, esta idéia “não presta atenção a uma exigência irrecusável de qualquer processo decisório: alguém deve formular as questões.” (Idem)

A grande questão política contemporânea, defende Macpherson, que não é contemplada pela democracia indireta, é tornar responsáveis os políticos, prerrogativa que seria exclusiva de uma democracia participativa. A democracia participativa, segundo Macpherson, prescinde de dois requisitos: a) mudança de consciência do povo, passando de consumidor para executor de políticas e; b) diminuição da desigualdade econômica e social, que apenas beneficia um modelo elitista de política. Considerando ser igualmente impraticável estender ao nível nacional um modelo de democracia participativa de base - onde o ponto máximo de representação estaria em delegados escolhidos por assembleias ou conselhos populares -, sem partidos políticos, Macpherson defende que a democracia participativa deve conjugar elementos de democracia direta com a representação política baseada em partidos políticos. Em uma democracia participativa, acredita Macpherson, os partidos não são apenas inevitáveis como são desejáveis, uma vez que toda sociedade pluralista é tendente a favorecer a organização política em grupos de opinião.

Nestes termos, Macpherson enxerga apenas duas possibilidades de democracia participativa: a) uma democracia de tipo soviética, o que parece mais improvável de se realizar ou; b) a manutenção da atual estrutura de governo e parlamentos, mas ampliada por mecanismos de participação direta. Neste último caso, seria confiada aos partidos políticos esta tarefa de tornar o regime político mais participativo e responsivo frente ao povo. Esta é a possibilidade preferida de Macpherson, que sustenta que o modelo de democracia participativa, portanto, é um modelo liberal de democracia, já que preserva as garantias liberais, ao passo que se aproxima do ideal democrático clássico ao ampliar a participação popular.

Assumindo tom semelhante aos de Pateman e de Macpherson, Peter Bachrach argumenta que o que se verifica na ciência política contemporânea é uma incorporação da teoria democrática pela teoria das elites, criando o que ele identifica como “elitismo democrático”, que eleva as elites à condição de “núcleo da teoria democrática”. Entretanto, os pressupostos das duas teorias são radicalmente distintos, segue Bachrach: enquanto os elitistas acreditam na incompetência política das massas, na sua natureza influenciável - em demérito da preservação das liberdades -, e na existência de uma elite criativa dominante, a teoria democrática sustenta as teses da igualdade comum entre os homens e da incapacidade de categorização hierárquica da humanidade, ao contrário do que faz a teoria das elites. Ainda para a teoria democrática, segue Bachrach, a participação política, ao invés de apenas expor as massas à manipulação dos demagogos, é um momento para a formação política dos indivíduos e para o desenvolvimento das aptidões humanas.

Bachrach contesta a perspectiva estritamente “positiva” que o debate sobre a teoria democrática assumiu na “ciência política contemporânea” ou, utilizando a terminologia de Held, entre os teóricos do “elitismo competitivo”. Assim, sustenta a necessidade de se pensar a democracia não apenas como método - por mais útil que seja este tipo de classificação para fins de investigação empírica -, mas também como ideal, de maneira tal que a teoria democrática seja útil também para orientar eticamente a ação política: “si se despoja a la teoría política - inclusive la teoría democrática - de fines normativos, [a teoría política] no podrá cumplir con su función crucial de orientar las acciones humanas” (Bachrach: 1973,156). O modelo da democracia como poliarquia, segue Bachrach, ao se pretender estritamente explicativo, afasta a realidade das vistas da teorização política, e “nos deja sin metas, dirección si perspectiva, y sin el fuego inspirador imprescindible para llegar hasta lo que no se puede llegar em el presente.” (Idem, 26) De acordo com sua perspectiva, a teoria política tem que ser explicativa, mas também, ética.

Indo além, Bachrach recusa-se de perceber esta teoria democrática “dominante nas ciências sociais” como de inspiração exclusivamente positiva, e não normativa. Para ele, tal teoria

“pretende estar por encima de la ideología pero está, en verdad, profundamente enraizada en una ideología, que se funda a su vez en un hondo recelo hacia la mayoría de los hombres y mujeres corrientes y en la

confiada creencia de que las élites establecidas preservarán los valores de la civilidad y las ‘reglas del juego’ democrático” (Idem: 146)

Nesta mesma linha, Bachrach sustenta que, ao restringir o escopo do político exclusivamente às decisões governamentais, os elitistas não o fazem por acaso, nem sem propósitos ideológicos. Agindo assim, os elitistas se permitem “descartar sin más como irrelevante el argumento em favor de la expansión de la democracia para abarcar una parte del sector económico.” Portanto, “ese estrecho concepto legitima el proceso decisional de la élite dentro de las grandes empresas y otras importantes instituciones privadas.” (Idem, 152)

Este questionamento do estilo decisório centralizado e vertical - não-democrático, portanto - que caracteriza as empresas capitalistas é caro aos participativistas. Pateman, por exemplo, mostrava-se entusiasmada com as experiências autogestionárias da Iugoslávia comunista de Tito. Mais recentemente, Boaventura de Sousa Santos incorporou esta dimensão à sua proposta emancipatória da teoria democrática, como veremos mais adiante. Até mesmo um liberal como Robert Dahl, principalmente na sua produção mais recente (Dahl: 1985), assume este debate. É evidente que ampliar a democracia a tal ponto não está nos planos teóricos do elitismo competitivo, adepto do *status quo*, nem, menos ainda, dos capitalistas ou da maior parte da atual elite política.

Por fim, Bachrach, mesmo identificando “una sólida posición ética” na teoria clássica da democracia, reconhece que ela “no llega a constituirse en una teoría política viable para la sociedad moderna, ya que si bien subraya la importancia de una amplia participación en la toma de decisiones políticas, no ofrece pautas realistas en cuanto a la manera de cumplir con sus preceptos en las grandes sociedades urbanas.” (Idem, 154). Assim, frente ao dilema de confrontar-se com “una teoría normativamente sólida pero carente de realismo, o una teoría realista pero fuertemente inclinada hacia el elitismo” (Idem), Bachrach propõe o abandono de ambas, em favor de uma reconstrução da teoria democrática. Esta deve ser uma teoria que compreenda a democracia como método político, mas também, como finalidade ética; que defenda a igualdade de poder entre os cidadãos e; que se incline por “la ampliación y enriquecimiento del proceso democrático” (Idem, 155), percebendo que a configuração institucional da sociedade democrática, antes de ser imutável, pode ser alterada pela participação popular.

Buscando enfrentar este mesmo desafio proposto por Bachrach e Macpherson, a cientista política brasileira Maria Victoria Benevides, mais recentemente, propôs uma construção teórica que denomina de “democracia semidireta”, onde as dimensões da representação e da participação, ao invés de se fazerem excludentes, aparecem como complementares. A democracia semidireta seria aquela onde as insuficiências da representação política seriam “corrigidas” por mecanismos institucionais de participação direta, como os plebiscitos, referendos e iniciativas populares, já previstos pela atual Constituição Federal brasileira. Há de se considerar, entretanto, que a convocação de plebiscitos e de referendos não é possibilitada aos cidadãos comuns, o que os esvaziam, na prática, como mecanismo de participação popular direta. Ao tempo em que também aponta a inviabilidade política contemporânea de uma democracia direta, Benevides identifica no descrédito da representação política como um dos principais fatores que contribuem para a crise de legitimidade enfrentada pelas democracias atualmente, no momento em que a representação apenas parcialmente se mostra capaz de exprimir a soberania popular.

Assim, ao tempo em que considera “que qualquer aperfeiçoamento nos sistemas de representação - partidos, eleições, legislação e justiça eleitoral - será positivo no sentido de melhor exprimir a soberania popular” (Benevides: 2002, 14), Benevides advoga a relação de “*complementaridade* entre formas de representação e de participação - isto é, o aperfeiçoamento da democracia pelo ingresso direto do povo no exercício da *função legislativa e na produção de políticas governamentais.*” (Idem: 15) Para esta autora, como para Bachrach, a democracia semidireta não pode prescindir das “conquistas liberais da democracia representativa: pluralismo de opiniões e de partidos políticos, amplas liberdades individuais e coletivas, com especial destaque para igualdade no direito à informação e no acesso à justiça” (Idem, 19). Em contrário, o aumento da participação popular, na democracia semidireta, será instrumento para a “consolidação” destas liberdades. Assim, a democracia semidireta, segundo a apresenta Benevides, parte do princípio da “cidadania ativa”, efetivada através da participação popular direta no processo político, fenômeno “mais importante do que a atividade eleitoral, que se esgota na escolha para cargos executivos e legislativos” (Idem, 20), justamente por assumir um caráter de educação política.

Seguindo com os pensadores contemporâneos da democracia participativa, chegamos, por fim, a Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, que aparecem como críticos das, por eles chamadas, “formas hegemônicas” de se pensar a democracia

no século XX, ou seja, as teorias do elitismo competitivo. Para Boaventura e Avritzer, tal solução elitista, associada ao pensamento liberal, ao compreender a democracia apenas a partir de uma dimensão formal, contenta-se com uma “democracia de baixa intensidade”, onde é curto o espaço da participação popular. Esta “baixa intensidade”, segundo Boaventura e Avritzer, seria a principal responsável pela “dupla patologia” que, atualmente, acomete as democracias liberais: baixa participação eleitoral (abstencionismo) e descrença dos cidadãos na representatividade dos representantes.

Boaventura e Avritzer agregam ainda outra dimensão à sua crítica à democracia representativa, que seja, sua “dificuldade de representar agendas e identidades específicas” (Santos e Avritzer: 2002, 50). Nestes termos, fazem uma crítica à construção identitária unificada em torno da “cidadania nacional”, própria da moderna tradição política liberal. Em contrário, propõem que a representação das “múltiplas identidades” nacionais, ou das “identidades minoritárias” de uma nação, não apenas seja considerada pelas democracias, como também que estas identidades são mais bem representadas através da participação política direta. Seria, nos seus termos, uma nova forma de democracia, de feição “pós-moderna”, justamente, por ampliar a moderna concepção de cidadania.

Para Boaventura e Avritzer, mais do que como conjunto de procedimentos, a democracia deve ser entendida como “uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade” (Idem, 50-51), ou seja, além dos procedimentos, a idéia democrática deve substanciar uma “forma de aperfeiçoamento da convivência humana.” (Idem, 50) Também associada ao ideal da “boa sociedade”, para Boaventura e Avritzer, “a democracia é uma forma sócio-histórica e (...) tais formas não são determinadas por quaisquer tipos de leis naturais” (Idem, 51). Como forma sócio-histórica, a democracia traz em si um conteúdo de indeterminação que, segundo Boaventura e Avritzer, não se limita apenas ao fato de “não saber quem será o novo ocupante de uma posição de poder” (Idem, 52). Na democracia, a indeterminação está associada à “ruptura com tradições estabelecidas e, portanto, [à] tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis.” (Idem, 50). Ao contrário de Benevides, portanto, que enxerga as conquistas liberais da democracia representativa como limite e, ao mesmo tempo, incentivo à participação popular direta, a premissa anunciada por Boaventura e Avritzer parece não estabelecer limites às possibilidades de inovação que estariam embutidas na participação política direta. Assim, a proposta

“pós-moderna” de democracia destes autores pode deixar em aberto a questão dos riscos da tirania da maioria, ou do cesarismo plebiscitário.

Com esta compreensão da democracia como “gramática do social”, onde os procedimentos aparecem associados a uma dimensão ética, os participativistas fazem a passagem de Rousseau para um importante pensador liberal do século XIX, que não faz parte da tradição contratualista: o francês Alexis de Tocqueville. Curiosamente, Tocqueville, que era um ferrenho opositor da esquerda da sua época, é resgatado por parte significativa da “nova esquerda” de pós-anos 1960 como fonte de inspiração do seu reencontro com a teoria democrática. Para Tocqueville, se a democracia era uma condição social, a sociedade democrática se destacava por sua tradição de cultura cívica.

3.1.4 - Democracia e cultura cívica

Pode-se afirmar que o resgate de Tocqueville por esta “nova esquerda” não se deu por acaso, ou que foi sem propósito. No dizer de Claude Lefort (1991), ele mesmo uma das maiores expressões da “nova esquerda”, Tocqueville percebia a democracia como uma forma de sociedade originada na irreversível subversão da sociedade aristocrática. Assim, se o princípio gerador da democracia está “no estado social - a igualdade de condições”, Tocqueville entende a democracia como um amplo processo de mudança, estendido a “todas as direções” do social, constituindo o que ele trata por “revolução democrática”. (Lefort: 1991, 29)

Em seu livro clássico “A democracia na América”, Tocqueville afirma que foram as condições históricas desfrutadas pelos ex-colonos ingleses na América que possibilitaram esta condição social democrática, fundada na igualdade. A democracia na América, portanto, foi uma revolução realizada com calma, conseqüência do historicamente inédito grau de liberdade desfrutado por estes ex-colonos, que possibilitou: a) um tipo de organização sócio-econômica essencialmente igualitária, baseada na pequena propriedade familiar da terra e; b) um nível elevado de participação política e conseqüente aprendizado político dos indivíduos, com o auto-governo das localidades na colônia. Esta condição social foi transposta para a política, com a igualação dos direitos civis e políticos, num processo que partiu dos costumes para chegar às leis. Avançado o processo histórico, segue Tocqueville, e “eclodida a Revolução Americana, a doutrina da soberania do povo saiu das *townships*, e tomou posse do Estado.” (Tocqueville: 1969, 68) A auto-organização política também gerou,

entre os americanos, uma tendência ao associativismo, que se mostrou muito bem sucedida, seja na criação de associações permanentes, como o Estado, seja de associações privadas dos cidadãos. A ampla participação política na esfera local, e a igualdade social, portanto, foram fundamentais para o desenvolvimento da institucionalidade democrática dos Estados Unidos, afirmava Tocqueville, numa lógica antagônica ao que enunciou, posteriormente, Samuel Huntington, como vimos.

Em Tocqueville, outros dos temas que posteriormente seriam basilares do elitismo competitivo aparecem subvertidos. Por exemplo, não encontra ressonância, no seu pensamento, a discussão teórica sobre a contradição entre a democracia representativa e a democracia direta, como formas antagônicas de expressão da soberania popular. Nestes termos, Tocqueville afirma que, nos Estados Unidos, “algumas vezes, as leis são feitas pelo próprio povo, reunido como um corpo, a exemplo de Atenas; e outras, seus representantes, escolhidos por sufrágio universal, transacionam o negócio em seu nome e sob a sua supervisão imediata.” (Idem, 69) Em outra passagem, mas tratando do mesmo tema, Tocqueville afirma: “a grande agitação política dos corpos legislativos americanos, a única que atrai a atenção de estrangeiros, é um mero episódio, ou uma espécie de continuação do movimento universal que tem origem nas classes mais baixas do povo, e se estende, sucessivamente, a todas as categorias da sociedade.” (Idem, 127). Ao invés de antagônicas, portanto, Tocqueville parece enxergar a representação política e a participação popular direta como possibilidades complementares e simultâneas de exercício da soberania popular.

Outra questão cara aos elitistas, a incompetência do povo para tratar dos negócios públicos, é da seguinte forma tratada por Tocqueville:

“É incontestável que o povo conduz, frequentemente, muito mal os negócios públicos; mas é impossível que as camadas sociais mais baixas tomem parte nos negócios públicos sem ampliarem o círculo de suas idéias e abandonarem a rotina comum de seus pensamentos. O indivíduo mais humilde, que coopere no governo da sociedade, adquire um certo grau de respeito próprio (...). É cabalado por uma multidão de solicitantes que, ao procurarem enganá-lo de mil maneiras, na realidade o esclarecem. (...) Diariamente lhe são apontados novos melhoramentos na propriedade comum, e isso dá-lhe o desejo de melhorar a sua própria” (Idem, 128)

Assim, a participação popular direta nos negócios públicos é vista como um instrumento não apenas de realização da soberania popular e de educação política, que capacita o indivíduo para o exercício da cidadania, mas também é contribui com o seu

auto-desenvolvimento. A democracia, portanto, sem abrir mão de procedimentos, abarca também um projeto ético de boa sociedade: “o meio mais poderoso e, talvez, o único que ainda possuímos para interessar o homem no progresso social de seu país, é fazê-lo compartilhar do governo.” (Idem, 122) Assim, a democracia, nos termos de Tocqueville, sendo uma forma de organização do social, traz também embutida o ideal da boa sociedade, já que conduz ao progresso material da sociedade e, conseqüentemente, dos indivíduos.

Por outro lado, é certo que Tocqueville trata da democracia em uma sociedade de alta tradição cívica. Conforme nos narra Tocqueville, a existência de altos índices de participação política é um elemento constitutivo da sociedade estadunidense. Como, portanto, tratar de participação política - e de educação para a cidadania e auto-desenvolvimento dos indivíduos pela política - em sociedades sem tradição de cultura cívica?

O debate teórico sobre a relação entre mudança institucional e cultura cívica é muito bem explorado por Robert Putnam, no seu livro “Comunidade e democracia” (2005). Baseado numa exaustiva investigação empírica sobre a mudança institucional na Itália contemporânea, Putnam discute os impactos desta mudança para a cultura política daquele país. A partir de uma identificação teórica anunciada com o neoinstitucionalismo histórico, Putnam elabora uma explicação tripartite das instituições políticas: a) como variáveis independentes, as instituições moldam a ação política; b) como variáveis dependentes, são influenciadas pela história e; c) por fim, Putnam considera que o desempenho das instituições “é moldado pelo contexto social em que elas atuam.” Nestes termos, Putnam afirma que, “assim como um indivíduo pode definir e defender seus interesses diferentemente em diferentes contextos institucionais, também uma instituição formal pode atuar diferentemente em diferentes contextos.” (Putnam: 2005, 24) É isso que explica, segundo Putnam, que instituições políticas idênticas, adotadas por sociedades nacionais com culturas cívicas distintas, apresentem um desempenho diverso. Esta é a sua hipótese para explicar o fato de a reforma institucional pesquisada ter apresentado resultados tão diversos no Norte e no Sul da Itália: o bom desempenho das instituições democráticas tem como pressuposto a existência de uma “comunidade cívica”.

Segundo Putnam, uma “comunidade cívica” pode ser entendida como aquela comunidade onde: a) “a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos.” Entendendo que “nem toda atividade política merece ser qualificada

como “virtuosa” ou contribui para o bem geral” (Idem, 101), Putnam identifica a virtude cívica como a busca do bem público, à custa do interesse individual ou particular. O cidadão virtuoso, portanto, mira apenas “o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros.” (Idem, 102); b) a cidadania tem bases igualitárias, donde se conclui que “tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência.” (Idem) Mesmo sem prescindir de divisão do trabalho e da liderança política, uma comunidade “será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem regras de reciprocidade e participam do governo.” (Idem); c) prevalecem os valores morais da solidariedade, da confiança e da tolerância, associados à moralidade cívica, e opostos ao individualismo e à desconfiança e; d) há forte tendência ao associativismo, e se desenvolvem estruturas sociais de cooperação, cujos membros são marcados pelos hábitos de solidariedade e pelo espírito público, formando associações e redes de associações.

Putnam identifica dois padrões de comunidade política na Itália: um Norte cívico e um Sul não-cívico. Para Putnam, esta dicotomia contribuiu decisivamente para que uma instituição idêntica - os governos regionais, criados pela reforma do Estado italiano nos anos 1970 - apresentasse desempenhos tão distintos nestas duas regiões do país. Assim, Putnam acredita que o grau padrão “de participação na vida social e política da região” (Idem, 112) tem relação significativa com o seu desempenho institucional. Nestes termos, os cidadãos das regiões mais cívicas não apenas participam mais, como mantêm uma relação com seus representantes políticos pautada pelo debate político. Em contrário, nas regiões menos cívicas, o grau de participação dos cidadãos é baixo, e sua relação com seus representantes é de clientelismo e de dependência. “Em suma - segue Putnam -, o civismo tem a ver com igualdade e também com engajamento”, e a dimensão civismo / não-civismo “está estreitamente relacionada com o grau em que o intercâmbio entre elite e massa na vida da região se organiza horizontal ou hierarquicamente.” (Idem, 118) Como consequência lógica, “a coisa pública é mais bem administrada nas regiões mais cívicas” (Idem, 126), o que faz com que as instituições destas regiões sejam mais eficientes e os seus cidadãos sejam mais satisfeitos com a vida, segue Putnam.

Concluindo, Putnam afirma que, uma vez que “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições (...), a existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das

virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de se enfraquecer” (Idem, 191). Estaríamos, assim, frente a um caso de determinismo histórico e, portanto, o fato de não possuir uma cultura cívica condenaria uma comunidade política ao eterno subdesenvolvimento político? Não me parece o caso, pois Putnam, ainda que considere que “a história institucional costuma evoluir lentamente” (Idem, 193), sustenta que “mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política” (Idem, 192). Ou seja, gerando “aprendizado na prática” (Idem), uma reforma institucional pode contribuir para o desenvolvimento de uma tradição cívica em uma comunidade política não-cívica, mesmo que isto se processe muito lentamente.

Por fim, Maria Victória Benevides (2002), cujo trabalho está empiricamente centrado no Brasil, também enfrenta esta questão, propondo soluções parecidas as de Putnam. Partindo do reconhecimento da “importância dos costumes políticos (enfocados na tradição de Aristóteles, Montesquieu e Tocqueville) para o êxito de qualquer prática e organização nas sociedades” (Benevides: 2002, 21), sustenta que modificações institucionais que favoreçam a “cidadania ativa”, nos seus termos, podem cumprir um papel de educação política, ajudando a fomentar uma cultura cívica em sociedades onde esta tradição política não é desenvolvida. “A introdução do princípio da participação popular no governo da coisa pública é, sem dúvida, um remédio contra aquela arraigada tradição oligárquica e patrimonialista” (Idem, 194) do Brasil. A criação de novos espaços institucionais, ou a multiplicação dos espaços públicos onde seja possível o exercício da participação política direta do povo seja possível, sustenta Benevides, pode ter implicações positivas na educação política dos cidadãos, e no desenvolvimento de uma cultura cívica em sociedades onde tal cultura não é tradicional.

3.1.5 - A democracia na América Latina: uma avaliação contemporânea

A América Latina vive uma excepcional fase de disseminação de regimes políticos democrático-liberais. Desde o início da chamada “terceira onda democrática” (HUNTINGTON: 1994), praticamente todos os países do continente, progressivamente, adotaram regimes democráticos que, via de regra, estão em franco processos de institucionalização. É verdade que as recentes crises econômicas e sociais, produtos dos experimentos neoliberais vivenciados na região nos anos 1990, foram responsáveis, em determinados casos nacionais, pelo aparecimento de processos políticos turbulentos,

com quedas sucessivas de presidentes democraticamente eleitos – como na Argentina, no Equador e na Bolívia. Em outras situações, sistemas partidários estáveis foram totalmente refundados após tais crises, como no caso do próprio Equador e, mais significativamente, da Venezuela. Em situações como estas, são comuns o aparecimento de lideranças populistas e caudilhescas, que desprezam a mediação institucional, que é característica das democracias representativas, e procuram relacionar-se diretamente com o povo, fortalecendo o seu poder pessoal. Exemplar desta tendência é o caso do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Na Venezuela, na Bolívia e no Equador, reformas constitucionais “bolivarianas” têm feito emergir constituições hiper-presidencialistas. Por outro lado, a boa novidade do constitucionalismo “bolivariano” são os elementos de democracia direta, que podem ser considerados como “facas de dois gumes”: se parecem adequados para estratégias bonapartistas, também podem representar oportunidades para o exercício do protagonismo popular, ao ampliarem os canais de participação política, trazendo mais qualidade à combalida democracia representativa. Como se viu no caso do referendo de dezembro de 2007 na Venezuela, o povo venezuelano, que vinha apoiando sistematicamente o projeto chavista, inclusive, em referendos anteriores, mudou de tendência quando percebeu que se tratava de um projeto que derrubava as limitações à reeleição presidencial.

No início da década passada, com um verniz ideológico distinto, presidentes latinoamericanos como Alberto Fujimori e Fernando Collor também se apresentaram com um discurso *outsider* e de fortalecimento do poder presidencial, mas, em contrário aos casos anteriormente citados, para conduzirem um processo de reformas econômicas e políticas de cunho neoliberal. Sua emergência ao poder foi uma resposta populista de direita à crise inflacionária que acometeu a região nos anos 1980, apoiada no receituário do “Consenso de Washington”. Nestes dois casos, a marca comum era o desligamento do sistema partidário tradicional e a tentativa de utilizar as prerrogativas do poder presidencial - como a edição de decretos - como estratégia de governabilidade, descolada da negociação com o Legislativo (AMORIM NETO, 2006). Mesmo alguns presidentes que não eram *outsiders* utilizaram as possibilidades de reforma constitucional, mas, neste caso, negociadas com o Legislativo, para a ampliação do poder presidencial, beneficiando-se diretamente destas reformas, o que lhes conferia um traço fisiológico. Agora, estou me referindo a personalidades bastante díspares na sua

trajetória política, mas associadas no seu reformismo neoliberal, como Carlos Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Álvaro Uribe, na Colômbia.

Para Guillermo O'Donnell (1991), este padrão de regime político verificado na América Latina – e em outras partes do mundo, de baixa modernização política –, se é efetivamente democrático, por cumprir os critérios do modelo poliárquico de Dahl, não é representativo, mas se constitui num novo tipo teórico, que ele define como “democracia delegativa”. Este tipo democrático seria marcado por um baixo padrão de institucionalização e pelo personalismo que é típico da cultura política regional, de corte caudilhista, fisiológico e patrimonialista, ao contrário das democracias dos países industriais.

“As democracias delegativas se fundamentam em uma premissa básica: o (ou, eventualmente, a, isto é, Corazón Aquino, Indira Ghandi e, em certa medida, Isabel Perón) que ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente e, na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final de seu mandato. O presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional, o qual cabe a ele definir. O que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral — ele foi autorizado a governar como achar conveniente. Como essa figura paternal tem de cuidar do conjunto da nação, é quase óbvio que sua sustentação não pode advir de um partido; sua base política tem de ser um *movimento*, a superação supostamente vibrante do facciosismo e dos conflitos que caracterizam os partidos. Tipicamente, os candidatos presidenciais vitoriosos nas democracias delegativas se apresentam como estando acima de todas *as partes*; isto é, dos partidos políticos e dos interesses organizados.” (O'DONNELL: 1991, 30)

“Além do mais, a democracia delegativa é fortemente individualista, porém com um corte mais hobbesiano do que lockiano: pressupõe-se que os eleitores escolhem, independentemente de suas identidades e filiações, a pessoa que é mais adequada para cuidar dos destinos do país. As eleições em democracias delegativas são um processo muito emocional e que envolve altas apostas: vários candidatos concorrem para saber quem será o ganhador, num jogo absolutamente soma zero, da delegação para governar o país sem quaisquer outras (mas não menos do que com elas, como veremos) restrições a não ser aquelas impostas pelas relações de poder nuas — isto é, não institucionalizadas. Depois da eleição, espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz.” (Idem, 31)

As exceções na América Latina, segue O'Donnell, são o Chile e o Uruguai que, quando das suas reconstruções democráticas, e num sinal de institucionalização política,

recuperaram quase que por completo os sistemas políticos que haviam sido derrubados pelos golpes de Estado, inclusive, seus sistemas de partidos.

Em se tratando do caso do Brasil, eu diria que a leitura pessimista da sua institucionalização democrática apresentada por O'Donnell, se tinha consistência em princípios dos anos 1990, já está em caducidade. Isto se verifica, por exemplo, se tomarmos o sistema de partidos como um critério de institucionalização democrática, tal como o fez O'Donnell ao falar do Chile e do Uruguai. É fato que não se alterou muito, nestes mais de 20 anos que se passaram desde o fim da ditadura militar, o comportamento dos brasileiros com relação aos partidos políticos. Em contrário, os partidos brasileiros, na sua maioria, contam com uma baixa identificação da cidadania (KINZO: 2005), e são frágeis ao ponto de a troca de partidos ser uma prática corrente entre a classe política. Vários estudos têm mostrado, entretanto, que o sistema partidário brasileiro passa por um processo de institucionalização, ganhando mais coerência e assumindo peso considerável na estruturação das relações Executivo-Legislativo³⁹. Se tomarmos as quatro últimas eleições presidenciais como exemplo, o que se verifica é um padrão bi-polar de competição partidária, onde o PSDB e o PT cumprem um papel central na ordenação do sistema, seja aglutinando, em torno de si, os demais partidos, seja, inclusive, distribuindo as preferências ideológicas na escala direita-esquerda (SINGER: 2000). Neste caso, o PMDB, pela sua dimensão, e pela sua orientação ideológica ao centro, vem cumprindo o papel de estabilizador do sistema político, segundo os critérios de Sartori (1982), ou de “termômetro” da conjuntura, como recentemente ironizou André Singer, ao lembrar que o PMDB pode estar o lado do candidato que estiver melhor nas pesquisas, em 2010, independente do seu partido.

Conforme demonstram Mainwaring e Torcal (2005), o índice de volatilidade eleitoral média, para a Câmara dos Deputados brasileira, entre 1986 e 2002, foi de 24,1. É um índice alto, se comparado com as democracias de primeira onda, com alto nível de institucionalização, mas que se assemelha ao índice de volatilidade de outras democracias de segunda onda, como a Itália (22,1). O Chile, com justeza considerado por O'Donnell como um exemplo de institucionalização democrática no continente, apresentou volatilidade eleitoral de 16,7 entre 1989 e 2001, o que lhe aproxima também de democracias de segunda onda como a França (17,5) e o Japão (18,6). O Chile, assim, estaria no meio caminho entre o Brasil e um país com sistema multipartidário

³⁹ Vide Figueiredo & Limongi (2001); Meneguello (1998); Rodrigues (2002); Mainwaring, Meneguello & Power (2000); Singer (2000) e; Melo (2004).

institucionalizado, como a Alemanha, que apresentou volatilidade eleitoral de 8,2 entre 1980 e 2001. Mas tanto Brasil como Chile estão bem distantes do padrão de volatilidade eleitoral apresentados por boa parte das democracias de terceira onda, menos institucionalizadas, principalmente, do Leste Europeu.

Depois que O'Donnell escreveu o seu artigo, o Brasil vivenciou uma série de crises políticas que nem resultaram em rupturas institucionais nem, sequer, reconstruíram o seu sistema partidário, como sucedeu em vários dos seus vizinhos sul-americanos, como vimos anteriormente. Dentre estas crises, destacamos o impeachment do presidente Fernando Collor, apenas quatro anos após a promulgação da Constituição de 1988. Para Kinzo, outro evento decisivo para a consolidação da democracia brasileira foi a eleição do presidente Lula em 2002.

“A eleição presidencial de 2002 foi certamente um marco no processo de consolidação da democracia. Isso, não apenas pelo que representou a eleição de Lula para presidente da República (um líder político de esquerda, oriundo das camadas populares), como também pelo fato de ter ascendido ao poder um partido de peso na arena política que ainda não havia sido eleito para o poder executivo em âmbito nacional. Completa-se, portanto, o ciclo de consolidação democrática no Brasil ao se ultrapassar todos os possíveis obstáculos à livre e efetiva alternância no poder. Desse modo, podemos afirmar com segurança que eleições e democracia estão asseguradas no Brasil.” (KINZO: 2004, 35)

Sendo um caso de democratização recente, já é prudente afirmar-se que o Brasil está enfrentando bem os desafios da institucionalização democrática.

A leitura mais interessante sobre a democracia na América Latina contemporânea foi apresentada pelo PNUD, em um informe apresentado em 2004. Neste documento, o PNUD retoma a idéia da democracia não apenas como um conjunto de procedimentos, mas como uma forma específica de sociedade, na melhor tradição de Tocqueville. A democracia, assim, é uma sociedade histórica por natureza, e combina procedimentos e instituições com uma dimensão ética, associada à “búsqueda histórica de libertad, justicia y progreso material y espiritual. Por eso es una experiencia permanentemente inconclusa.” (PNUD: 2004, 33) Tratando especificamente da América Latina, o PNUD estabelece uma distinção, de profunda validade para a teoria democrática, entre a democracia eleitoral e a “democracia de cidadania”, sendo esta última aquela que utiliza as liberdades políticas para construir uma cidadania civil e social.

“Gran parte de la teoría contemporánea de la democracia se restringe a caracterizarla como un régimen político. Esta restricción refleja, y refuerza, una concepción general de lo que la política, específicamente la política democrática, trata. Tales visiones expulsan la democracia y, en general, la política, de cualquier relación activa frente a la gran injusticia social expresada en la carencia extendida de derechos sociales y también civiles, así como por la anemia de un Estado que se muestra ineficaz y, como tal, pierde credibilidad ante mayorías fluctuantes de sus respectivas sociedades.” (Idem, 47)

A democracia latinoamericana, assim, se está cada vez mais distanciada dos perigos dos golpes de Estado, e se universalizou os direitos políticos, evidenciando seu processo de institucionalização, enfrenta outros dilemas, como a desconfiança das pessoas com relação aos partidos e à capacidade das próprias democracias de melhorarem suas vidas. Viveríamos, portanto, uma situação triangular, bem específica das sociedades latinoamericanas, de combinação entre democracia eleitoral, pobreza e altos níveis de desigualdades sociais. Para o PNUD, a América Latina se defronta com uma dubiedade: se o avanço da institucionalização democrática depende de se “construir bases sólidas de una economía que permita atacar la pobreza y la desigualdad (...), sólo con más y mejor democracia las sociedades latinoamericanas podrán ser más igualitarias y desarrolladas. La razón es que sólo en democracia, quienes carecen de niveles mínimos de bienestar y sufren las injusticias de la desigualdad pueden reclamar, movilizarse y elegir en defensa de sus derechos.” (Idem, 37-38)

Para o fortalecimento desta situação triangular na América Latina, segue o PNUD, contribuiu a agenda de reformas “estruturantes” de liberalização dos mercados, que dominou a década de 1990.

“Mientras que durante los últimos veinte años el énfasis fue puesto en cuestiones tales como las privatizaciones, el tamaño y gasto del Estado y la modernización de sus burocracias, fueron dejados de lado dos temas principales: el poder efectivo del Estado para aplicar el mandato electoral y el poder para democratizar, es decir, su capacidad para alcanzar de manera universal en todo su territorio a todas las clases sociales.” (Idem, 187)

Portanto, para o aprofundamento da democracia, acredita o PNUD, faz-se necessário avançar nos níveis de desenvolvimento humano, o que não é o objetivo primeiro dos mercados livres. Assim, a América Latina carece não de “Estado mínimo”, mas de mais “estatalidade”. Por “estatalidade”, o PNUD entende “la capacidad del

Estado para cumplir con sus funciones y objetivos independientemente del tamaño y la forma de organización de sus burocracias.” (Idem, 49) A democracia, segundo o PNUD, é uma “promessa civilizatória” fundada na dignidade humana, o que torna imprescindível a existencia de uma agenda política económica e social associada à agenda democrática. É a ausência de estatalidade que faz com que a cidadania na região seja de baixa intensidade, criando uma massa de indivíduos que, se desfrutam dos “derechos políticos y las libertades que corresponden al régimen democrático (...) carecen de derechos sociales básicos. (...) Estos sectores no son sólo materialmente pobres, sino también legalmente pobres.” (Idem, 63)

Um Estado forte, mas não necessariamente pesado, que garanta a cidadania universal, este imperativo democrático, se faz ainda mais urgente na América Latina em épocas de globalização:

“Algunos han intentado explicar el debilitamiento de los Estados en América Latina como una consecuencia ineludible de la globalización, frente a la cual sólo sería posible y deseable una adaptación pasiva. Esto es equivocado y, en ocasiones, interesado. Debido a que los vientos de la globalización son tan fuertes, los países necesitan más que nunca Estados-para-sus-naciones.” (Idem, 64)

Só o Estado, portanto, pode cumprir um papel decisivo para o fortalecimento da democracia latinoamericana, que seja, garantir a “igualación básica” dos direitos de cidadania para todos os indivíduos. Nestes termos, o PNUD conclui que, na América Latina, “el desarrollo de la democracia está íntimamente vinculado a la búsqueda de mayor igualdad social, la lucha eficaz contra la pobreza y la expansión de los derechos de los ciudadanos” (Idem, 179), o que prescinde a construção de uma nova estatalidade.

“No existe democracia sin Estado y no existe desarrollo de la democracia sin un Estado para todos, capaz de garantizar y promover universalmente la ciudadanía. Recuperar un Estado para la ciudadanía es un desafío central del desarrollo de la democracia en América Latina. Con Estados débiles y mínimos sólo puede aspirarse a conservar democracias electorales. La democracia de ciudadanía requiere una estatalidad que asegure la universalidad de los derechos.” (Idem, 187)

Para tanto, se faz necessário um debate sobre o modelo de economia mais adequado à dotação de um conteúdo civil e social à democracia latinoamericana. Assim, acredita o PNUD, a economia deve estar sempre sujeita aos procesos políticos democráticos, e ser regulada pelo Estado, haja vista que os mercados livres se

constituem num impedimento à cidadania em situações de consolidação democrática. Isto não implica no abandono da economia de mercado, mas na crença de que os mercados devem ser regulados de acordo com os imperativos políticos e sociais da democracia. Democracia e mercado, assim, não são vistos como mecanismos antagônicos pelo PNUD mas, antes, complementares: “La democracia, en su búsqueda por limitar las exclusiones que provoca el mercado, aumenta la legitimidad del sistema económico; el mercado, al limitar el poder del Estado y la política sobre la vida de los ciudadanos, permite una mayor adhesión a la democracia.” (Idem, 194)

Segundo o PNUD, a democracia da cidadania social necessita uma política econômica caracterizada por: distribuir renda sem distorcer o funcionamento dos mercados; crescimento econômico sustentado, com políticas redistributivas capazes de gerar um padrão elevado de bem-estar social; investir em capital humano, para desenvolver padrões de competitividade no mercado internacional; limitar a propriedade e a empresa privada a termos compatíveis com um nível “socialmente tolerável” de desigualdade, diminuindo a influência dos proprietários na política e; regular o tamanho dos gastos públicos a partir de um pacto social consistente.

A nosso juízo, esta leitura feita pelo PNUD sobre o estado atual da democracia na América latina é importante por preocupar-se com a superação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, com o abandono da agenda neo-liberal. Por outro lado, está longe de ser uma leitura anti-mercado nem, muito menos, anti-globalização. Em contrário, defende as virtudes da economia de mercado e da integração na economia mundial para a superação das desigualdades e da pobreza, desde com o Estado cumprindo um efetivo papel regulador. A agenda política que o PNUD apresenta neste seu informe sobre a democracia na América Latina, portanto, tem um conteúdo claramente progressista, ou social-democrata, que também se fez presente no seu relatório mundial sobre a globalização, lançado em 1999, como veremos. Neste sentido, a agenda do PNUD em muito dialoga com o que propugnam os partidos da esquerda democrática da região, como o PT e o PS do Chile.

3.1.6 - Dilemas contemporâneos da teoria democrática

Algumas conclusões podem ser tiradas desta discussão sobre a teoria democrática. Primeiro, que a polarização radical que se verificou anteriormente entre elitistas e participativistas está superada. Atualmente, em um cenário de crise da democracia

representativa, a sua complementaridade com mecanismos de participação popular direto é um consenso entre teóricos tão díspares como Boaventura de Sousa Santos e Anthony Giddens. Se a democracia representativa é uma necessidade inescapável, haja vista a completa inviabilidade da democracia direta pura nos Estados modernos, é justamente por enfrentar a acusação de elitismo que ela padece de crise de legitimidade, cuja maior expressão é o alto índice de abstenção eleitoral em várias democracias desenvolvidas. Por outro lado, também me parecem superadas visões mais idealistas sobre as virtudes da democracia participativa para a construção do “cidadão educado”: mesmos quando os canais de participação popular direta na política estão abertos, não é incomum o abstencionismo.

Por outro lado, quando a participação política apresenta-se como um espaço para grandes mudanças sociais, as eleições e o processo político em geral se tornam eventos de massas, como foi visto no Brasil na primeira eleição de Lula, em 2002, ou, mais recentemente, na eleição de Barack Obama como presidente dos EUA. Tal como alertou o PNUD, se faz necessário dotar de mais qualidade a democracia representativa e, para isto, não bastam os mecanismos de participação popular direta, mas que os cidadãos entendam que a política democrática pode ser um instrumento de mudanças e de efetiva melhoria de suas qualidades de vida. Por isso que se faz tão importante a retomada de uma agenda econômica comprometida com a cidadania, e não com o livre mercado, como defendeu o PNUD.

Por fim, destacamos o fato de a teoria democrática ser fundada no Estado-nacional como comunidade política. Assim como o tipo “puro” de democracia de Rousseau estava relacionado com a pequena cidade-estado, a democracia-liberal foi teorizada para ser aplicada em Estados-nacionais. A emergência do processo conhecido por “globalização” - ao qual nos reportaremos mais detalhadamente a seguir - e, com ele, de novas formas de relações sociais e de poder que transpassam o Estado-nacional, colocam sob questionamento esta teoria democrática, cujos atores e estruturas de poder são estritamente nacionais. A construção de espaços democráticos transnacionais, e a re-politização de determinados organismos internacionais, por exemplo, entraram na ordem do dia do debate político. A democracia, assim, passa a ter uma perspectiva inovadora e *cosmopolita*.

David Held (2006) lembra que, muitas das decisões democraticamente tomadas em Estados-nacionais, “affect (or potentially affect) not only their communities, but citizens in other communities as well.” (HELD: 2006, 297) Por exemplo, questões sobre

política nuclear, ecologia, políticas para a AIDS, ou até a definição do local de construção de um aeroporto nacional, nacionalmente tomadas, têm impactos transfronteiriços. Consequentemente, “the idea of a community that rightly governs itself and determines its own future - an idea at the very heart of the democratic polity - is today, accordingly, problematic.” (Idem, 291-2)

Vivemos, assim, um déficit democrático que está associado ao caráter de novidade que envolve o processo de globalização, ou seja, ao desenvolvimento de relações sociais transnacionais. Com a globalização, segue Held, aumenta a especulação financeira global, o peso das corporações multinacionais no comércio internacional e na difusão de tecnologias se faz maior e, se a soberania do Estado-nacional se mantém intacta, este diminui sua autonomia para tomar decisões, sobretudo, de política econômica. Muitas das decisões tomadas ao nível dos organismos internacionais - como o FMI, mas também blocos regionais de participação voluntária, como a União Européia -, o aumento da cooperação internacional em políticas de defesa e de segurança e o sistema de direito internacional, por exemplo, têm condicionado e diminuído a margem de determinação política dos Estados. Tudo isto leva Held a concluir que a idéia de comunidades políticas nacionais, democráticas e soberanas, governando-se sozinhas, é uma idéia que se perdeu com o atual padrão de interconexões globais. Surge a necessidade de se repensar o significado da democracia sob novas bases. Held sustenta, assim, a tese da

“democratic autonomy on a cosmopolitan basis - or a ‘cosmopolitan democracy’ for short. This would involve the development of administrative capacity and independent political resources at regional and global levels as a necessary complement to those in local and national polities” (Idem, 305)

Não se trata, portanto, de diminuir a capacidade de os Estados-nacionais atuarem como atores autônomos no cenário global, mas sim, o desenvolvimento de instituições democráticas nos níveis global e regional, que abram novos espaços transnacionais de participação democrática. Por exemplo, a criação de novos parlamentos regionais, ou aumento das capacidades políticas e do conteúdo democrático dos já existentes. Estes organismos políticos transnacionais se preocupariam em tratar de temas de interesse global, como a produção e a distribuição de alimentos, a dívida externa dos países em desenvolvimento, a instabilidade do fluxo de capitais especulativos e os riscos trazidos pelas armas químicas e nucleares, planteia Held. Este debate sobre a democracia

cosmopolita abre espaço para abrimos a discussão sobre este outro problema fundamental para a teoria política contemporânea, que seja, a teoria da globalização.

3.2 - A GLOBALIZAÇÃO VISTA PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A democracia, tal como foi apresentada e discutida no item anterior deste capítulo, é um projeto associado à idéia de uma comunidade política nacional, como já argumentamos. O Estado-nacional, com as suas prerrogativas de soberania, de territorialidade e de monopólio da violência - como assim o definiu Max Weber -, com a sua tentativa - poucas vezes bem sucedida - de construção de uma identidade *nacional* comum, é a comunidade política por excelência da modernidade. A própria noção de “sistema internacional de direitos” prescinde do Estado-nacional soberano como elemento legitimador. Para os indivíduos, têm pouca eficácia as declarações “universais” de direitos, se elas não forem internalizadas no ordenamento jurídico do seu Estado-nacional. As próprias noções de cidadania e de direito, a rigor, têm uma base nacional, como bem argumenta Bobbio (1992).

A tentativa de construção de uma instituição política de inovadora base transnacional e fundada no compartilhamento de soberanias, como a União Européia, à qual se associa uma igualmente nova concepção transnacional de cidadania e de direito, recentemente tem encontrado obstáculos para o seu desenvolvimento nos referendos confirmatórios votados nos seus países-membros. Tais referendos são procedimentos obrigatórios, uma vez que, acima de toda soberania compartilhada, permanecem as soberanias nacionais. Mesmo em países fortemente identificados com o projeto de unificação européia, como a França, os cidadãos negaram confirmação ao projeto constitucional da União Européia, em referendo de 2005. Assim, o projeto de unificação européia, a mais bem sucedida experiência de institucionalização política transnacional, vem acumulado baixas, nos últimos anos.

Da mesma forma, todas as ideologias que se fizeram influentes nos séculos XIX e XX - com exceção do anarquismo que, desde as primeiras décadas do século passado, foi relegado a uma condição de total marginalidade na arena política - se fundamentavam em um projeto político de base estatal e nacional. Exemplar é o caso do socialismo, ao qual dedicaremos um item específico deste capítulo mais adiante. Mesmo com uma declarada e nunca renegada vocação internacionalista, desde que Marx e Engels, no “Manifesto Comunista”, conclamaram os proletários de todo o mundo à

união contra a burguesia, todos os experimentos políticos concretos inspirados pelas mais variadas vertentes do socialismo tiveram por base o Estado-nacional. A social-democracia europeia, como relata Adam Przeworski (1989), após assumir uma original orientação de capitalismo de Estado desenvolvimentista, com medidas de “nacionalização” (estatização) de empresas privadas - como, por exemplo, no governo do socialista Léon Blum, na Frente Popular francesa da década de 1930 -, passou a adotar, após a II Guerra Mundial e até os anos 1970, uma orientação keynesiana de política econômica, cuja base era uma política de pleno emprego e de estímulo à demanda, sempre em bases nacionais. Associadas ao keynesianismo, as políticas sociais de caráter redistributivo e a tributação de caráter progressivo constituíram a base do que se convencionou chamar de “Estado de Bem-Estar Social”, que representava o padrão de governança da social-democracia europeia até a década de 1970, quando entrou em crise. Nos Estados Unidos, após a crise econômica de 1929, as políticas keynesianas de desenvolvimento se fizeram presentes até o início da década de 1980.

Rivais dos social-democratas, os comunistas, orientados pelo “marxismo-leninismo”, sempre fizeram questão de afirmar seu internacionalismo. Entretanto, nos países do socialismo real, de maneira semelhante aos governos social-democratas da Europa Ocidental, a opção foi por um modelo econômico de base nacional, fundado no planejamento econômico central, operado pelas elites que controlavam o partido e, conseqüentemente, o governo e o conjunto do aparato estatal (NOVE: 1989; HOBBSAWN, 1995). A vitória de Stálin sobre Trotsky, na disputa pelo comando político soviético, após a morte de Lênin, consagra a premissa de “construção do socialismo em um só país”. Com o início da Guerra Fria, os soviéticos abandonaram definitivamente as tentativas de “exportar” a revolução socialista, num acordo tácito com os Estados Unidos para que cada superpotência não se intrometesse diretamente nas “zonas de influência” da sua rival. Salvo o financiamento de partidos comunistas⁴⁰ e a inevitável - mas imprevista - ajuda a Cuba após a década de 1960, não houve envolvimento direto da União Soviética para além da “Cortina de Ferro” na Guerra Fria, nem mesmo no governo socialista de Salvador Allende, raciocínio que pode, em grande medida, ser adotado com relação aos Estados Unidos. O Estado-nacional, portanto, foi um elemento central para os principais projetos políticos do século XX, após a crise econômica mundial de 1929.

⁴⁰ O chamado “ouro de Moscou”, agora, após a abertura dos arquivos da antiga União Soviética, já bem analisados em artigos de autores como Uliánova & Fediakova (1998)

Conclusão semelhante pode ser relacionada ao desenvolvimento das ciências sociais, cujas principais categorias e dicotomias clássicas fincam raízes no questionamento à sociedade nacional. Como afirmou Octavio Ianni, “as principais teorias da sociedade, tais como a evolucionista, positivista, funcionalista, marxista, weberiana, estruturalista e sistêmica, entre outras, tomam por base relações, processos e estruturas próprios da sociedade nacional, como um todo ou em algum dos seus aspectos.” (IANNI: 1999, 79-80) É nestes termos que se pode falar que vivemos em uma época de *crise de paradigmas* que, ao tempo que coloca em xeque as antigas estruturas sociais, opções políticas e ideologias baseadas no Estado-nacional, também coloca sob tensão as ciências sociais.

Isto se deve, principalmente, à emergência, nas últimas décadas, do processo social conhecido como *globalização*. Palavra que se presta a vários usos, no feliz comentário de Zygmunt Baumann (1999), o conceito de globalização diz respeito a um conjunto de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que extrapolam as dimensões nacionais ou regionais e impactam o globo, ou boa parte dele. Para David Held,

“Globalization denotes a shift in the spatial form of human organization and activity to transcontinental or inter-regional patterns of activity, interaction and the exercise of power. It involves a stretching and deepening of social relations and institutions across space and time such, on the one hand, day-to-day activities are increasingly influenced by events happening on the other side of the globe and, on the other, the practices and decisions of local groups or communities can have significant global reverberations.” (HELD: 2006, 293)

Em perspectiva similar, Anthony Giddens (1991) argumenta que a globalização “alonga” as relações sociais e os eventos locais através da redefinição das dimensões “tempo-espço”, conectando diferentes regiões e contextos sociais.

“A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” (GIDDENS: 1991, 70)

Esta intensificação das relações sociais teve como principal impulsionador o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, particularmente, a micro-informática. Entretanto, ao tempo em que integra e aproxima determinados povos e

sociedades, a globalização segrega a outros, criando novas assimetrias entre e internamente aos Estados-nacionais. O acesso às novas tecnologias de comunicação - a possibilidade de conectar-se à rede global -, e aos recursos para desenvolver tais tecnologias, é um importante definidor desta segregação. Não é contraditório, portanto, que, simultaneamente ao processo de globalização, reapareçam antigos sentimentos nacionalistas e xenófobos - inclusive, no mundo “desenvolvido”.

Por outro lado, se a idéia de globalização se prestava, nos anos 1990, a um uso “triumfalista”, diversos acontecimentos recentes comprovam que não só o mundo está muito distante de se converter em uma “aldeia global”, como o Estado-nacional continua exercendo influência política determinante no cenário internacional. Bem ao contrário do que afirmavam aqueles que viam, na década passada, o Estado-nacional como fadado ao desaparecimento, assistimos, nos últimos anos, à ascensão, na arena internacional, de Estados-nacionais com condições de impor nova(s) hegemonia(s) (tal como esse conceito é tratado por ARRIGHI: 1996), ou mesmo de, em um prazo alongado, suplantar as antigas. Referimo-nos, sobretudo, a alguns dos grandes países “em desenvolvimento”, como a China e a Índia. É de se destacar, também, a surpreendente re-emergência da Rússia, após a situação de anomia imposta pela abertura neoliberal da economia nos anos 1990. A recuperação russa foi baseada, sobretudo, em políticas de fortalecimento do Estado e da sua capacidade de intervenção econômica. Se não se converteu em uma “aldeia global”, onde os Estados-nacionais seriam reduzidos a atores coadjuvantes, o mundo contemporâneo tampouco é unipolar, hegemonizado por um só país - no caso, os Estados Unidos, como previram diversos analistas após a falência do “socialismo real”.

No campo das ciências sociais, a literatura sobre globalização se popularizou desde o início dos anos 1990 e, hoje, já é bastante extensa. Como não poderia deixar de ser, também são diversos os enfoques e os matizes teóricos e ideológicos que inspiram esta literatura. Autores como Luís Felipe Miguel (2005) e Held e McGrew (2001) tentaram criar “tipos ideais” para classificar as diversas teorias da globalização.

Para Held e McGrew, como

“nenhuma explicação singular da globalização atingiu o *status* de uma ortodoxia (...) é viável identificar um conjunto de argumentos em torno de uma fissura emergente entre os que consideram que a globalização contemporânea é um acontecimento real e significativo - os globalistas - e aqueles que a concebem como uma construção primordialmente ideológica

ou mítica de valor explicativo marginal - os céticos.” (HELD & MCGREW: 2001, 09)

Held e McGrew ainda diferenciam os globalistas “neoliberais” - para quem a globalização está criando um único mercado global, que gera modernização, desenvolvimento e diminuição da pobreza à medida que as economias nacionais são abertas e integradas -, dos globalistas “de orientação social-democrata”. Estes enfatizam o aumento das disparidades e da pobreza, em determinadas regiões do planeta, como consequência visível da globalização, e se propõem a enfrentar esta “globalização da pobreza” através da “reconstrução de um projeto social democrático” que reconheça as limitações da “democracia social como um projeto puramente nacional”, e se pautem pela “busca coordenada de programas nacionais, regionais e globais e que regulem as forças da globalização econômica.” (Idem, 73) Em um mundo em crise econômica global, preocupações como estas estiveram na ordem do dia do encontro do G-20 realizado em abril de 2009.

Luís Felipe Miguel (2005), por seu turno, distingue quatro “tipos ideais” de teóricos da globalização: os “globalistas triunfalistas”, dos quais a maior expressão seria o japonês Kenichi Ohmae; os “globalistas moderados ou normativistas”, como Manuel Castells e David Held; os “globalistas críticos”, como Zygmunt Baumann e; os “antiglobalistas teóricos”, como Paul Hirst e Grahame Thompson. É sob a inspiração destas duas tipologias que seguimos a partir de agora.

3.2.1 - O triunfalismo da globalização e o fim do Estado-nacional

Tido como “guru” por muitos dos estrategistas do mercado, o japonês Kenichi Ohmae consagrou-se, nos anos 1990, como um grande apologista da ideologia da globalização como sinônimo de livre-mercado global. Para Ohmae, finalmente assistiríamos ao triunfo de um mundo sem fronteiras para os investimentos e o fluxo de capital privado, um mercado integrado que serve de lastro para uma “aldeia global”. Neste cenário, as grandes corporações se tornam transnacionais, sem nacionalidade definida e, com o uso das novas tecnologias da informação, operam em diferentes partes do mundo através de redes, tanto nos seus arranjos produtivos como administrativos e estratégicos. Para além da economia, a globalização estaria produzindo, sempre segundo Ohmae, uma nova “civilização global”, baseada no idioma inglês, onde os indivíduos estariam convertidos em “consumidores globais”, com um gosto globalmente padronizado. Assim como as

corporações que os produzem, as marcas e as mercadorias são transnacionais, e representam esta cultura globalizada pelo consumo.

A nacionalidade e as razões dos Estados-nacionais, portanto, passam a pouco importar para estas empresas transnacionais, preocupadas em “servir a mercados atraentes onde quer que existam e de explorar concentrações de recursos atraentes onde quer que estejam.” (OHMAE: 1996, XIX) O livre-mercado, portanto, e as vantagens oferecidas pelas múltiplas regiões do mundo onde possam se instalar, são os únicos referentes estratégicos para as corporações transnacionais. O mercado e as empresas nacionais, nestes termos, são instituições atualmente limitadas às operações de pequena escala: “A barbearia da esquina é, sem dúvida, parte integrante da economia doméstica norte-americana. Contudo, simplesmente não é possível fazer a mesma afirmação, com o mesmo grau de certeza, sobre as empresas que atuam no cenário global” (Idem, 07).

Frente a esta economia global, segue Ohmae, os Estados-nacionais - “aquele artefato dos séculos XVIII e XIX” (Idem, 02) - começam a ruir, reduzindo-se a “atores coadjuvantes”, a quem não resta nenhuma possibilidade de impor controles sobre o fluxo de capitais, ou de controlar suas taxas de câmbio. Para Ohmae, “o Estado-nação é cada vez mais uma ficção nostálgica.” (Idem, 06). Sem as limitações impostas pelo Estado, nesta nova economia global, “a ação da “mão invisível” do mercado tem um alcance e uma força além de qualquer coisa que Adam Smith pudesse ter imaginado” (Idem, 35), o que inviabiliza por completo qualquer reminiscência keynesiana, haja vista que “numa economia sem fronteiras, o aumento da demanda num país pode impulsionar a oferta - e, com ela, o nível de emprego - em outro.” (Idem, 36) Portanto, a defesa do “interesse nacional” se converteu em total anacronismo, já que

“o crescimento depende de abrir as portas à economia global, e não de mantê-la do lado de fora. Depende de criar e fortalecer vínculos econômicos agregadores de valor que ignorem as fronteiras políticas (...). Empunhar uma indústria ultrapassada sob o manto do interesse nacional é o último refúgio dos economicamente destruídos. Em termos econômicos, defender os interesses nacionais é a escaramuça do declínio dos que foram preteridos pela economia global” (Idem, 56)

Ohmae estende sua crítica do nacionalismo econômico à democracia-liberal, e ao fornecimento de benefícios sociais aos cidadãos, por ele entendidos como uma consequência natural das exigências dos eleitores sobre os políticos em cenários de competição democrática pelo poder. Na sua concepção ultra-liberal de política, o Estado

deve pautar seus gastos da mesma forma que as empresas privadas, e os cidadãos devem ser tratados pelo Estado - e, da mesma forma, tratá-lo - tal como fazem os consumidores em uma economia de mercado. Da política, portanto, Ohmae extrai qualquer dimensão ética, reduzindo-a à lógica do livre-mercado, e procurando adaptá-la ao seu individualismo liberal, antidemocrático e anti-republicano.

Por exemplo, Ohmae critica a política japonesa de subsidiar a pesca e a agricultura nacionais, em benefício da preservação dos empregos gerados por estas atividades: “Como assalariado e consumidor - segue Ohmae - não vejo sentido nisso. Afinal, o que os agricultores e pescadores têm feito por mim ultimamente? Por que devo pagar o custo excessivo dos alimentos que poderíamos importar com a mesma facilidade - e a preços bem menores?” (Idem, 44). Para ele, não há outro motivo para a manutenção destes subsídios senão a arregimentação de votos para os atuais governantes. O problema, então, estaria na própria democracia que, ao preço da soberania popular, se vê aferrada a uma política de irracionalidade econômica e de prejuízo para os consumidores individuais.

“A tirania da democracia moderna está na sua tendência de conceder pesos iguais aos votos *antes* que sejam levadas em conta as contribuições para a manutenção da sociedade como um todo. (...) [Assim], as autoridades eleitas (...) focalizam sua atenção e seu discurso em uma igualdade de resultados prometida, e não numa igualdade de contribuição” (Idem, 47).

Não poderia haver uma sentença mais apropriada à demonstração da incompatibilidade teórica entre os ideais do ultra-liberalismo econômico e do republicanismo democrático.

Os gastos públicos com programas sociais têm ainda impactos negativos sobre a saúde financeira do Estado, sustenta Ohmae, e sobre a competitividade econômica das sociedades, quando praticadas em níveis elevados:

“qualquer que seja a forma pela qual são financiados, benefícios e custos sociais (...) reduzem inevitavelmente a motivação das pessoas para trabalhar em seus empregos, de tornar esse trabalho mais produtivo e, mesmo - quando necessário - de aceitar empregos alternativos com salários menores.” (Idem, 50).

Assim, “o fato trágico é que, na maioria das nações modernas, o governo (...) tornou-se um inimigo do público em geral”, ao parecer “não se importar que o livre

comércio e o fluxo de livre atividade econômica funcionem, equilibradamente, para aumentar o padrão de vida de todos” (Idem, 50-51). Como conclusão, Ohmae afirma que o Estado-nação moderno “é um mecanismo inadequado para lidar com as ameaças e as oportunidades de uma economia global” (Idem, 53-54), generalização que estende à democracia-liberal.

Se afirmações como estas se faziam influentes em meados dos anos 1990, hoje poucas evidências empíricas existem para sustentá-las. O fracasso da chamada “Rodada de Doha” da OMC, a maior iniciativa em prol da liberalização do comércio mundial, demonstra que a economia internacional contemporânea está longe de se caracterizar pelo “livre comércio” que seria natural em uma “aldeia global”. Foi justamente a recusa dos governos dos países desenvolvidos de abrir mão das medidas protecionistas que mantêm em favor da sua agricultura doméstica, o principal empecilho ao sucesso desta “Rodada”. Do seu lado, os países “em desenvolvimento” recusaram-se a firmar este acordo sem terem acesso aos mercados de *commodities* agrícolas dos países desenvolvidos. O papel decisivo assumido pelos países “em desenvolvimento” para o fracasso da Rodada de Doha mais uma vez evidencia a multipolaridade do mundo contemporâneo. A associação entre desenvolvimento e livre-comércio, tal como sustentada por Ohmae, se revela frágil frente a esta situação: países desenvolvidos, historicamente protecionistas (como demonstra a brilhante descrição histórica de CHANG: 2004), mostraram-se duros na recusa à liberalização de sua economia. Em contrário, os países “em desenvolvimento” que têm atuado com mais sucesso no mercado global são aqueles que se recusam a adotar medidas liberalizantes das suas economias (tal como sustenta STIGLITZ: 2002).

Logo em seguida ao fracasso da Rodada de Doha, o mundo assistiu a outro fato surpreendente, inimaginável nos anos 1990, e igualmente decisivo para demonstrar o ocaso dos argumentos dos triunfalistas da globalização. Diante da mais grave crise do seu sistema financeiro - e, conseqüentemente, do sistema financeiro internacional - desde 1929, o governo dos Estados Unidos decidiu pelo óbvio: interveio no mercado, comprando ativos das instituições financeiras em bancarrota, numa clássica iniciativa de estatização de segmentos do mercado financeiro. Justo no governo do republicano George W. Bush, legítimo representante dos neoliberais norte-americanos, da mesma estirpe republicana iniciada por Ronald Reagan em 1980. Ironicamente, vários articulistas se apressaram em anunciar a conversão de Bush ao “socialismo do século XXI”, comprovando que os arroubos midiáticos do fanfarrão presidente venezuelano

Hugo Chávez escondem mais uma clássica iniciativa de “capitalismo de Estado”, mesmo que com um viés redistributivo, sob o nome de “socialismo”. Mas foi o próprio presidente Bush quem se desculpou: apesar de acreditar na livre-regulação dos mercados, jurou, este seria o momento da intervenção estatal na economia. O resultado foi a socialização dos prejuízos gerados pela especulação financeira com o Estado e os contribuintes norte-americanos.

Ato contínuo, o Congresso dos Estados Unidos aprovou um pacote de socorro econômico às instituições financeiras, apresentado pelo Executivo Federal, que prevê a transferência, dos cofres públicos para tais instituições, de algo próximo a um trilhão de dólares - valores que se equiparam ao PIB do México (CEPAL: 2008). Alguns dias depois, os líderes da União Européia anunciaram uma série de medidas visando oferecer regulação - e estabilidade - ao sistema financeiro do seu continente, pregaram a “reconstrução do FMI” e “uma nova forma de capitalismo, baseada em valores que coloquem as finanças a serviço das empresas e dos cidadãos, e não o contrário⁴¹”, como afirmou o conservador presidente francês, Nicolas Sarkozy. Nos dias que se seguiram a estes dois fatos, governos de todo o mundo, e até organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, passaram a adotar e recomendar medidas econômicas heterodoxas e anticíclicas, na contramão do discurso dominante até há pouco.

Mas não seria o momento - tal como pregavam os ultra-liberais dos anos 1990, como Ohmae - de deixar o mercado se auto-regular, e assistir às empresas mais competitivas suplantarem as inoperantes? Não seria mais prudente preocupar-se com a contenção dos gastos públicos, sobretudo em se tratando da nação mais endividada do mundo, titular dos “déficits gêmeos”? Não eram desta ordem as recomendações do “Consenso de Washington”? As negativas a questionamentos desta natureza nos levam a concluir que o Estado-nacional continua sendo um ator fundamental, e complementar ao mercado, para a promoção do desenvolvimento econômico e social, nesta época de economia global. A situação atual do Estado-nacional está longe da coadjuvação, como afirmou (ou afirmava) Ohmae.

3.2.2 - O ceticismo com a globalização

Uma das mais influentes críticas à idéia de globalização partiu dos cientistas sociais Paul Hirst e Grahame Thompson. Em uma frase que se fez célebre, Hirst e Thompson

⁴¹ “Europa quer recriar FMI”. Correio Braziliense, Brasília, quinta-feira, 16 de outubro de 2008.

afirmam que “a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é basicamente um mito.” (HIRST & THOMPSON: 2002, 14) Contrariando a idéia de “globalização da economia”, Hirst e Thompson sustentam que viveríamos uma nova fase áurea de internacionalização da economia que, antes de ser uma novidade, tem precedentes na história do moderno capitalismo industrial. “Em certos aspectos - continuam -, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada de que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914.” (Idem, 15)

Hirst e Thompson trazem à tona algumas evidências - de base econômica - para sustentar seu argumento. Primeiro, o fato de serem raras as empresas “genuinamente transnacionais”. Em contrário, as empresas contemporâneas continuam a se caracterizar pela sua forte base nacional, seja por trazerem uma particular cultura nacional de negócios, seja por continuarem se beneficiando das políticas dos Estados-nacionais, que igualmente permanecem protegendo as “suas” empresas nacionais. “Um sistema econômico nacional oferece formas de tranquilizar as empresas em relação aos choques e aos riscos da economia internacional.” Nos Estados Unidos, por exemplo, o governo federal vem se mostrando “um fornecedor de subsídios em massa para P&D e também um forte protetor de interesses das empresas americanas no exterior.” (Idem, 290)

Da mesma forma, Hirst e Thompson argumentam que a atual economia mundial não se caracteriza pela maciça transferência de investimentos e empregos do mundo desenvolvido para os países em desenvolvimento. “Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Tríade da Europa, Japão e América do Norte”, o que os leva à conclusão de que “essas grandes potências econômicas (...) têm então capacidade de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas.” (Idem, 15) O mundo contemporâneo, portanto, estaria longe de se caracterizar por uma situação de “anarco-capitalismo”, onde a governabilidade dos Estados-nacionais teria desmoronado face ao poder irresistível do livre fluxo de capitais. Ademais, “apesar dos altos níveis de comércio e de investimento internacional, processos nacionalmente localizados e ações econômicas ainda continuam centrais.” (Idem, 287)

Assim, seguem Hirst e Thompson, mesmo que seja inegável que o Estado-nacional viu diminuir parcelas da sua capacidade de governabilidade, sobretudo no que diz respeito à administração macro-econômica, ele permanece uma instituição crucial na promoção do desenvolvimento. Não se observa mais, entretanto, a mesma proeminência que os Estados desempenhavam na “era keynesiana”. Agora, “os Estados são menos

autônomos, têm menos controle exclusivo sobre os processos econômicos e sociais dentro de seus territórios, e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural.” (Idem, 274) Para isto, contribuíram as novas tecnologias da informação: como pensar em homogeneidade cultural nacional, frente às novas possibilidades de comunicação entre os povos, argumentam Hirst e Thompson. Para eles, a era da política como atividade exclusivamente nacional também já passou. “A política está se tornando mais policêntrica, sendo os Estados meramente um nível, em um sistema complexo de agências de governabilidade sobrepostas e freqüentemente competentes. (...) Mas essa complexidade e multiplicidade de níveis e de tipos de governabilidade implica em um mundo bem diferente daquele da retórica da ‘globalização’” (Idem, 283-4)

Assumindo um novo papel, os Estados passam “a funcionar menos como entidades ‘soberanas’ e mais como componentes de um ‘sistema de governo’ internacional. As funções centrais do Estado-nação tornar-se-ão as de prover legitimidade aos mecanismos de governabilidade supranacionais e subnacionais e garantir a responsabilidade por eles.” (Idem, 264) A centralidade do Estado permanece, portanto, e os “Estados continuam ‘soberanos’ (...) porque policiam os limites de um território e, à medida que são convincentemente democráticos, são representativos dos cidadãos dentro de suas fronteiras.” (Idem, 294) Mantendo-se soberanos e representativos perante os seus cidadãos, os Estados são a principal fonte de autoridade e de legitimidade democrática para as diversas regras de direito internacional, que compõem a iniciativa de construção de uma governabilidade internacional.

Para Hirst e Thompson, a retórica política da globalização e da falência do Estado-nação “é baseada em um liberalismo antipolítico”, como pudemos observar na argumentação de Kenichi Ohmae. “Para a direita dos países industriais avançados” - seguem Hirst e Thompson -, “a retórica da globalização é uma dádiva celeste. (...) Para a esquerda radical, o conceito de globalização também dá possibilidades de se livrar de um diferente tipo de impasse político”, que seja, a ação pró-ativa do Estado no sentido das políticas de bem-estar social e de conciliação democrática entre classes sociais. Com o discurso da globalização, continuam, “a esquerda e a direita podem, assim, celebrar o fim da era keynesiana”, que criava “condições que favoreciam a influência política do trabalhador organizado e confinavam os planos de ação políticos possíveis em uma trilha centrista e reformista.” (Idem, 272-3) Neste ambiente, “a política nacional torna-se, como a política municipal, uma questão de oferecer serviços triviais.

(...) A política flui em direção à política da moralidade - em questões como aborto, direitos dos homossexuais, direitos dos animais e o meio ambiente.” (Idem, 273-4) Não por acaso, são estes temas morais que provocam os principais confrontos ideológicos entre a esquerda e a direita no mundo contemporâneo - principalmente, nos países desenvolvidos.

Mesmo que tragam contribuições importantes para a compreensão da realidade econômica contemporânea, e para a desmistificação do discurso dos “globalistas triunfalistas”, Hirst e Thompson se equivocam em não perceber a novidade do processo de globalização - inclusive, de globalização da economia. E, como sustentam autores como John Gray (1999), assim o fazem por centrarem suas análises em apenas um aspecto da globalização: a economia.

3.2.3 - A originalidade do processo de globalização

Se a globalização é um processo social inovador e de múltiplas dimensões, ao contrário do que afirmam Hirst e Thompson, os rumos que ela vem assumindo não sustentam a tese de que caminhamos para uma “aldeia global” baseada no livre mercado, como sustenta Ohmae. Esta é uma opinião comum a uma grande variedade de economistas e cientistas sociais que, tal como tipifica Miguel (2005), defendem a normatização da globalização, ou fazem uma crítica direta a ela, mesmo cientes da sua originalidade. São a alguns autores de tal opinião que vamos dedicar-nos agora.

Desde o final dos anos 1980, a produção acadêmica de Anthony Giddens tem dedicado especial foco aos desafios empíricos e teóricos que a globalização tem apresentado às ciências sociais. No livro “As conseqüências da modernidade” (1991), Giddens procurava contrapor à idéia do “pós-modernismo” a sua tese da “alta modernidade”, como momento não de superação, mas de aprofundamento e transformação da modernidade. Passaríamos, assim, da “modernidade tradicional” à “modernidade reflexiva”, onde se perderiam boa parte dos marcos de certeza que caracterizavam o período anterior, face aos novos “riscos” produzidos pela globalização do capitalismo e pelo desenvolvimento tecnológico, principalmente.

Para Giddens, o capitalismo, como dimensão institucional da modernidade, “desde suas origens (...) é internacional em escopo” (GIDDENS: 1991, 63), e “a modernidade é inerentemente globalizante” (Idem, 69). Entretanto, Giddens não considera que estaríamos agora apenas assistindo a um aprofundamento da

internacionalização do capitalismo, tal como racionariam Hirst e Thompson. Em contrário, como já vimos acima, Giddens vai além, e considera a globalização como um momento inovador de intensificação das relações sociais para além das fronteiras nacionais, associado às novas tecnologias da informação e ao desenvolvimento dos meios de transporte de massas. Dentre os processos que identificam esta intensificação, pode ser compreendido o aumento da internacionalização do capitalismo, característico do novo capitalismo globalizado que, por sua vez, tipificaria a “alta modernidade”.

Nem por isto, entretanto, Giddens relega o Estado-nacional a um papel secundário, sob a globalização. O sistema de Estados-nação é uma das quatro dimensões institucionais da globalização anunciadas por Giddens. As demais três dimensões seriam a economia capitalista, a ordem militar mundial e o desenvolvimento industrial. Os Estados-nação continuam como “os principais centros de poder na economia mundial” (Idem, 75), afirma Giddens, justamente por dispor das prerrogativas de soberania - como o monopólio da violência e a territorialidade -, que não estão sob o controle de nenhuma corporação mundial. Entretanto, o crescimento do poder econômico das empresas, e a interdependência econômica global, são algumas das “principais razões para o impacto declinante das políticas econômicas keynesianas”, centradas no Estado-nacional (Idem, 80). No mundo de incertezas da “alta modernidade”, torna-se inviável a total planificação da economia sob marcos nacionais, considera Giddens. Ainda negando a hipótese de “pós-modernidade”, Giddens associa o desenvolvimento contemporâneo do “industrialismo” - uma das dimensões da modernidade - à “nossa própria sensação de ‘viver em um mundo’”. Pois um dos mais importantes efeitos do industrialismo foi a transformação das tecnologias da informação.” (Idem, 81) O momento atual, de globalização das relações sociais, seria produto da radicalização da modernidade - da “alta modernidade” -, portanto, e não da sua superação, acredita Giddens.

O sociólogo catalão Manuel Castells, tal qual Giddens, vem desenvolvendo uma linha de argumentação em torno da idéia da originalidade do processo de globalização, a partir de uma expressiva análise de material empírico. Na obra de Castells, a globalização aparece como um processo multifacetado, que impacta múltiplas dimensões das relações sociais, bem como, das relações entre os Estados-nacionais. Agora, argumenta Castells, vivemos uma nova fase da economia capitalista, informacional e global, que altera e supera a antiga ordem econômica industrial. Neste ambiente, a produtividade e a competitividade dos agentes econômicos dependem da

sua capacidade de processar informação. As principais atividades produtivas, de consumo e de circulação, estão organizadas em nível global, particularmente, sob forma de redes, cujo funcionamento está relacionado ao uso do novo paradigma tecnológico das novas tecnologias da informação. Assim, Castells sugere que

“Estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias de informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo.” (CASTELLS: 1999, 87)

Assim, a partir do uso das novas tecnologias, a sociedade capitalista - e a sua super-estrutura - passa por um processo de reinvenção.

“O que mudou não foi o tipo de atividades em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos” (Idem, 110-111)

Para Castells, entretanto, nada indica que os Estados-nacionais tenham sido suplantados como organização política nem, sequer, que eles tenham perdido por completo sua capacidade de intervenção econômica. Em contrário, Castells afirma que “empresas e nações (ou entidades políticas de diferentes níveis, tais como regiões ou a União Européia) são os verdadeiros agentes do crescimento econômico.” (Idem, 100) Motivados pela lucratividade (as empresas) e pela promoção da competitividade das suas economias (os organismos políticos), se associam no incentivo à inovação tecnológica e ao crescimento da produtividade nos seus países. Ao induzir “políticas de competitividade” (de inovação tecnológica e de reestruturação administrativa), segue Castells, os governos do Japão, dos Tigres Asiáticos e da China cumpriram um papel-chave na dinamização econômica da região do Pacífico Asiático.

O Estado-nacional, portanto, é visto por Castells como um elemento adicional e decisivo na economia informacional. O “novo Estado desenvolvimentista”, previsto por Castells, tem o papel de apoiar o desenvolvimento tecnológico das suas indústrias, investir em capital humano e restringir a penetração da concorrência externa em seus mercados, visando promover a competitividade e a produtividade das suas empresas, visando fortalecer o mercado interno e disputar o mercado internacional. Assim, as

políticas de privatização e desregulamentação econômica, se geram crescimento econômico no novo capitalismo global, não trazem desenvolvimento para os países onde são empregadas:

“os países que são expostos exclusivamente aos impulsos das forças de mercado, em um mundo em que as relações de poder já estabelecidas entre os governos e as empresas multinacionais direcionam e dão forma às tendências de mercado, ficam muito vulneráveis aos fluxos financeiros voláteis e à dependência tecnológica.” (Idem, 108)

Ao contrário da antiga tese da “economia mundial” (sustentada por autores como Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein), a atual economia global é específica na medida em que “é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária” (Idem, 111), para o que são definidoras as novas tecnologias da comunicação. Assim, assiste-se ao crescimento dos fluxos de capitais financeiros e também a uma nova divisão global do trabalho, com o aparecimento dos *NICs* (novos países industrializados, na sigla em inglês).

Por outro lado, sustenta Castells, é irreal a tese de que vivemos em uma economia globalizada totalmente integrada. Da mesma forma, as grandes empresas continuam sendo multinacionais, e não transnacionais, e mantém a maior parte dos seus ativos e seus centros de comandos e pesquisas nos seus países de origem, cujos Estados as protegem, com políticas neo-desenvolvimentistas. Da mesma forma, Castells argumenta que a economia global é segmentada: “Embora os segmentos predominantes de todas as economias nacionais estejam ligados à rede global, segmentos de países, regiões, setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global.” (Idem, 120) Sendo segmentada, é uma economia fundamentalmente assimétrica: há concentração de poder na tríade EUA / UE / Pacífico Asiático, e são vários os “centros” e as “periferias”, agora, distribuídas entre o Norte e o Sul do planeta. Consequentemente, a nova economia global é excludente, por natureza.

Por outro lado, Castells reconhece que, se a influência do Estado-nacional é decisiva para o desenvolvimento social em tempos de globalização, seu poder foi sensivelmente diminuído, face às suas origens e até algumas décadas, e isto é resultado do aumento dos fluxos globais de capital, bens, serviços, tecnologias e comunicação. Com a interdependência dos mercados financeiros e das moedas de todo o mundo, os

“estados-nacionales individuales están perdiendo y perderán el control sobre elementos fundamentales de sus políticas económicas” (CASTELLS: 2000, 273), mesmo que ainda conte com “cierta capacidad regulatória y un control relativo sobre sus súbditos.” (Idem, 282)

Em paralelo à dimensão econômica, o Estado-nacional também vê diminuir sua capacidade de controle sobre o fluxo de informações, e sucumbe frente à globalização do crime. Ademais, muitos dos atuais desafios enfrentados pela humanidade só podem ser enfrentados através da ação coordenada transnacional, como na questão ecológica. Para enfrentar estas questões, está em pleno desenvolvimento uma sociedade civil global, que se expressa em organizações que, tal como o Greenpeace, por exemplo, assumem uma bandeira política global. Em face deste cenário de enfraquecimento, a associação de Estados-nacionais em blocos regionais é considerada por Castells como uma alternativa conseqüente. Como discutimos anteriormente, Castells está entre os que planejam a reconstrução da democracia sobre bases transnacionais, para dar conta, através de mecanismos de representação, da nova política transnacional.

Em livro que discute o impacto da globalização sobre as identidades culturais, Stuart Hall assume uma linha de argumentação semelhante à de Giddens, no que se refere à definição da globalização, conferindo especial atenção às “novas combinações de espaço-tempo” que tornam “o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.” (HALL: 2002, 67) Para Hall, assim como para Giddens, a tendência à globalização, inerente à modernidade, é reforçada a partir dos anos 1970, aumentando os fluxos e os laços entre as nações. Entretanto, Hall acredita que o nível de interdependência entre as nações, proporcionado pela globalização, conduz a um novo marco civilizatório, que ele chama de “pós-moderno global”. Entre as principais conseqüências do “pós-moderno global”, tal como o percebe Hall, está o surgimento de novas “identidades partilhadas ou híbridas”, superando as identidades nacionais e colapsando as “identidades fortes”, como conseqüência dos fluxos culturais globais e do “consumismo global”.

John Gray (1999) constrói sua argumentação sobre globalização dialogando diretamente com Hirst e Thompson, mas também se contrapondo fortemente ao discurso triunfalista dos globalistas neoliberais. Para Gray, a globalização é um processo histórico, e não um estágio final para o qual todas as economias convergem. Como tal, ela não produz uma integração econômica equitativa em sentido global, mas, em contrário, acentua a dependência entre periferia e centro do capitalismo. Esta

acentuação está associada ao fato de a globalização não produzir homogeneidade. Neste caso, dos resultados da globalização, a ausência de homogeneidade é negativa, por (re)produzir assimetrias. Mas é justamente a heterogeneidade - e não a homogeneidade - a responsável pelo avanço da globalização *econômica*: “os mercados globais nos quais o capital e produção transitam livremente através das fronteiras funcionam precisamente devido às *diferenças* entre localidades, nações e regiões” (GRAY: 1999, 80)

Para Gray, a globalização econômica é um processo novo, distinto do movimento globalizador do capitalismo anterior a 1914, em velocidade, extensão e interconexão dos mercados e das informações. Agora, as transações nos mercados financeiros atingem níveis muitas vezes superiores aos níveis de comércio mundial, fazendo surgir uma nova economia, de caráter virtual. Gray destaca, igualmente, o novo papel assumido pelas empresas multinacionais, com a divisão global do trabalho e da produção, tornando-se menos dependentes das condições nacionais do que eram em estágios anteriores da industrialização capitalista. O que “não quer dizer que as multinacionais são instituições transnacionais sem pátria, que se movimentam através das fronteiras sem custo e não expressam qualquer cultura mercantil nacional em particular. Quase sempre elas são empresas que mantêm fortes raízes em suas economias e culturas originais.” (Idem, 88) A montadora de veículos estadunidense General Motors (GM), assim como sua concorrente japonesa Toyota, são bons exemplos desta afirmação.

Por tudo isto, a globalização da economia se faz irresistível: “sociedades tradicionais e socialistas que no passado permaneceram foram do mercado mundial já não podem mais fazê-lo.” (Idem: 79) Assim, as opções de política econômica de base eminentemente nacional, segue Gray, estão cada vez mais limitadas. “A promessa de investimento interno direto e a ameaça de sua retirada têm grande influência nas opções políticas dos governos nacionais. As empresas podem agora limitar as políticas dos Estados.” (Idem, 88) O ambiente no qual se processa a globalização, portanto, é de incertezas, onde o comportamento pouco previsível das forças do mercado global limita o poder dos Estados. Da mesma forma, ao tempo em que a classe trabalhadora industrial diminui em tamanho, as clássicas instituições de segurança e proteção ao trabalhador estão reduzidas a uma minoria, e diminuiu a influência dos sindicatos.

Mesmo assim, Gray considera que os Estados soberanos, ao invés de se tornarem obsoletos, permanecerão como estruturas mediadoras decisivas, o que desmente a afirmação hiperglobalista de que está com as empresas multinacionais o

governo do mundo. Além da função de proteger os seus cidadãos contra as incertezas do capitalismo global, os Estados têm a função de controlar os recursos naturais necessários ao crescimento econômico. Nestes termos, considerando que os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, os Estados continuam assumindo um papel central, inclusive, militarmente, afirmava Gray já no fim dos anos 1990, com a pertinente conclusão de que o futuro projetava um cenário de multipolaridade, sendo efêmera a sensação de unipolaridade àquela época produzida pelos Estados Unidos.

3.2.4 - Reinventando o keynesianismo no plano global?

Joseph Stiglitz é um economista norte-americano, ex-consultor econômico do presidente Bill Clinton, e ex-presidente do Banco Mundial, que se notabilizou, desde os anos 1990, pela sua dura crítica à eficácia do neoliberalismo e das suas políticas de desregulamentação e abertura econômica na promoção do desenvolvimento. Para ele, entretanto, não há relação essencial entre globalização e neoliberalismo, o que faz da globalização, de fato, um processo inovador, mesmo que não esteja associado às políticas de livre-mercado. Na definição de Stiglitz, a globalização,

“fundamentalmente, é a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) das pessoas através das fronteiras. (...) A globalização é impulsionada pelas corporações internacionais, que não só movimentam capital e mercadorias através das fronteiras como também movimentam tecnologia.” (STIGLITZ: 2002, 36);

Para Stiglitz, se a globalização e a intensificação dos níveis mundiais de comércio são processos positivos - se analisados pelo ponto de vista da melhora do padrão de vida de estratos significativos da população mundial -, eles não garantiram progresso para muitas das regiões subdesenvolvidas do planeta. Com a globalização, o número de pobres aumentou, mesmo em um cenário de elevação da renda total do mundo, e o planeta foi sacudido por crises econômicas sucessivas, que “trouxeram em seu rastro o desemprego em massa, [e] têm sido acompanhadas por problemas de desintegração social de maior prazo.” (Idem, 35) Isso, é consequência direta da condução neoliberal da globalização, acredita Stiglitz.

Processo conduzido pelos países desenvolvidos, e por três organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC) sob os quais os países desenvolvidos têm majoritária incidência, o discurso dos entusiastas da globalização tem disparidades evidentes com sua prática política. Enquanto clamam pela eliminação das barreiras comerciais pelos países pobres, segue Stiglitz, os países ricos mantêm as suas próprias barreiras, sobretudo, protegendo e subsidiando sua agricultura. Da mesma forma contraditória, os países desenvolvidos impõem, via OMC, um regime de propriedade intelectual que “reflete os interesses e pontos de vista dos produtores, não dos usuários, quer em países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento” (Idem, 34), o que impacta a geração de capital humano, sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Para Stiglitz, são exemplares de uma boa estratégia de inserção das economias nacionais na globalização as políticas que compõem o chamado “modelo asiático”, no qual, ao tempo em que os governos assumiram “papel ativo na criação, formação e orientação de mercados, incluindo a promoção de novas tecnologias”, as empresas assumiram “considerável responsabilidade pelo bem-estar de seus funcionários.” (Idem, 37) Em contraste, segue Stiglitz, “foram muitas das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, em especial quanto à liberalização prematura do mercado de capitais, que contribuíram para a instabilidade global.” (Idem, 43) Por outro lado, “a maior parte dos países industrialmente avançados - incluindo Estados Unidos e Japão” construíram “suas economias protegendo alguns de seus setores com sabedoria e seletividade até que estivessem fortes o bastante para concorrer com as empresas estrangeiras.” (Idem, 43)

Para Stiglitz, nada justifica a retração do crescimento econômico, via medidas macro-econômicas ortodoxas. As políticas monetárias arrochadas impulsionam altas taxas de juros, impossibilitando a criação de novos empregos. Da mesma forma, a liberalização do mercado de capitais - a ausência de controle do câmbio - e o fluxo de capital volátil nos países em desenvolvimentos pode arrastá-los, como tem feito, a situações de crise e instabilidade. Países como a Malásia e a China, acredita Stiglitz, reagiram melhor à Crise Asiática do final dos anos 1990, justamente, por subverterem esta agenda. Na Malásia, mesmo com um novo imposto sobre a saída de capitais no país, o investimento estrangeiro aumentou. Da mesma forma, a China vem conseguido crescimento expressivo da sua economia com controle de capitais e uma política macroeconômica expansiva. Para Stiglitz, é necessária uma agenda alternativa ao globalismo neoliberal, apoiada no compromisso de “manter a economia o mais próximo

possível do pleno emprego (...), [o que] requer políticas fiscais e monetárias expansionistas (ou, pelo menos, não restritivas).” (Idem, 169)

Seguindo a mesma linha argumentativa de Joseph Stiglitz, o economista sul-coreano Ha-Joon Chang apóia-se na história econômica para demonstrar que as instituições e políticas de inspiração liberal que os organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, recomendam aos “países em desenvolvimento”, não foram as políticas que os “países atualmente desenvolvidos” (PADs) adotaram para se desenvolver.

“(…) o pacote de ‘boas políticas’ atualmente recomendado, que enfatiza os benefícios do livre-comércio (...), parece conflitar com a experiência histórica. Com uma ou duas exceções (por exemplo, Holanda e Suíça), os PADs não tiveram sucesso com base neste pacote de políticas. As que usaram para chegar ao lugar em que estão hoje (...) são precisamente aquelas que eles mandam os países em desenvolvimento não usarem, por causa de seu efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico.” (Chang: 2004, p. 211)

Para Chang, a pressão desempenhada pelos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento apliquem estas “boas políticas” é conseqüência da certeza de que elas, pelo seu teor liberalizante, não produzem desenvolvimento. Sem desenvolvimento, os países pobres mantêm-se na condição de dependência. Como vimos acima, a recente falência do capitalismo neoliberal sustenta afirmações como as desenvolvidas por estes dois autores.

3.2.5 - Globalização, incerteza e insegurança

A globalização reduziu os marcos de certeza que eram típicos da modernidade - ou da “baixa modernidade”, na feliz construção de Giddens. Isto se faz evidente, sobretudo, no mundo desenvolvido, que desfrutou, até meados dos anos 1970, de um nível de estabilidade e de segurança nunca antes comparáveis na história da humanidade. A temática da “segurança”, contraposta à atual sensação de “incerteza” e de “risco”, está presente no trabalho de diversos pensadores europeus contemporâneos. Discutiremos, agora, um pouco das teses de dois destes autores, Ulrich Beck e Zygmunt Bauman.

É do alemão Ulrich Beck a hoje conhecida definição da sociedade contemporânea como uma “sociedade de risco”. Parece-nos claro que, em se tratando de um alemão ocidental que escrevia no final da década de 1990, a idéia de “risco” trazida

por Beck pode ser vista como uma certa nostalgia do *welfare state*, acompanhada por uma sensação de impotência e questionamento frente à nova realidade que se configurara nas décadas anteriores, e que ainda estava se processando. Os riscos contemporâneos anunciados por Beck, associados ao desenvolvimento técnico econômico, se diferenciavam dos riscos que eram próprios das épocas anteriores, sobretudo, pela “globalidade” da ameaça que representavam. Por outro lado, se faz necessária a ação de especialistas para perceber muitos destes novos riscos contemporâneos, uma vez que eles se subtraem da percepção humana e necessitam da mediação da ciência. Neste caso, Beck se refere aos problemas de radioatividade ou de poluição atmosférica, das águas ou dos alimentos, por exemplo.

Outros riscos, entretanto, são mais visíveis, como as novas situações sociais de perigo - associadas, por exemplo, ao desemprego estrutural. Este tipo de risco transpõe as classes sociais e pode ter um “efeito bumerangue”, já que “tampoco los ricos y poderosos están seguros ante ellos.” Por exemplo, o desemprego pode aumentar a violência ou, com a criação de um exército de desempregados, os salários e as condições de trabalho das classes médias podem se precarizar. “Al mismo tiempo - segue Beck -, los riesgos producen *nuevas desigualdades internacionales*, por otra parte entre el Tercer Mundo y los Estados industrializados, por otra parte entre los mismos Estados industrializados. (BECK: 1998, 29) Ou seja, estes novos riscos não respeitam os limites do Estado-nacional.

Por outro lado, os riscos contemporâneos trazem embutidos em si um componente de futuro, associados, sobretudo, às catastróficas possibilidades de prolongamento destes riscos.

“los riesgos tienen que ver esencialmente con la previsión, con destrucciones que aún no han tenido lugar, pero que son inminentes, y que precisamente, en este significado ya son reales hoy. (...) En contraposición con la evidencia palpable de las riquezas, los riesgos tienen algo de irreal. Em un sentido central, son al mismo tiempo reales y irreales”. (Idem, 39)

O debate sobre o futuro se converte, assim, em uma “variável projetada” da ação presente, pessoal e política.

Se muitos dos riscos contemporâneos transpõem as classes sociais, eles não deixam de se projetar diversamente na estrutura de classes atual. Se a riqueza se concentra acima, os riscos se concentram na parte baixa da pirâmide social. Se as

populações pobres moram em zonas residenciais mais próximas dos centros produtores, estando mais expostas a substâncias nocivas, os ricos podem morar em casas e lugares melhores, comprar alimentos melhores e pagar por uma educação melhor. Assim, os novos ricos “parecen fortalecer y no suprimir la sociedad de clases.” (Idem, 41) Entretanto, a medida em que se disseminam, os riscos atuais transpassam cada vez mais as classes sociais, de forma que, se é possível contrapor classes de proprietários e de não-proprietários, o mesmo não pode se fazer com afetados e não-afetados pelos riscos globais. Da mesma forma, os riscos transpassam os Estados-nacionais: “a la inmanejabilidad supranacional de los riesgos de la modernización, le coresponde el modo de su difusión.” (Idem, 46) Assim, se muitas das indústrias poluidoras são transferidas para países em desenvolvimento, por “efeito bumerangue”, os riscos a ela associados voltam aos países desenvolvidos sob forma de alimentos, por exemplo.

Para Beck, há de se criar uma nova ética relacionada à nova sociedade de risco, que questione tanto a forma de sociabilidade a ela associada, como a questão do trato com a natureza. Para tanto, há que se considerar que, da sociedade de classes à sociedade do risco, houve uma quebra de paradigmas. Se a primeira possuía um sistema axiológico identificado com a igualdade (da “igualdade de oportunidades” do liberalismo, ao socialismo), a sociedade do risco se baseia no ideal da segurança. Há uma diferença substancial:

“Mientras que la utopia de la igualdad contiene una multitud de fines positivos de los cambios sociales, la utopia de la seguridad resta peculiarmente negativa y defensiva: en el fondo, aquí ya no se trata de alcanzar algo ‘bueno’, sino ya sólo de evitar lo peor” (Idem, 55)

Parece claro que este tipo de afirmação está fortemente associado à realidade europeia, haja vista que a sensação de “segurança” que pode ser resultados das antigas políticas de *welfare state* não tem correspondente na América Latina, nem na maioria dos lugares ao sul do planeta.

Zygmunt Bauman, em sua obra de sociologia política, mostra-se preocupado com as “conseqüências humanas” da globalização. Para ele, a globalização se caracteriza não pela homogeneização, mas pela *polarização* da condição humana, reforçando e recriando as estratificações sociais que são próprias do capitalismo. Para Bauman, com a globalização, ao invés de assistirmos ao “fim da história” propalado pelos globalistas liberais, vivenciamos um momento de “fim da geografia”: as

distâncias, construção social, foram “encurtadas”, e o “espaço tornou-se (...) emancipado das restrições naturais do corpo humano.” (BAUMAN: 1999, 24) Com as novas tecnologias de comunicação, e as novas possibilidades de transporte, as pessoas passam a experimentar uma sensação de liberdade *vis a vis* as limitações do espaço nunca antes vista na história. Mas a possibilidade de mobilidade não é desfrutada igualmente. No mundo global, conclui Bauman, “a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e cobiçado” (Idem, 16).

Enquanto, para algumas pessoas, a possibilidade de mobilidade é real e imediata, a maioria das pessoas tem poucas chances de mover-se pelo planeta, tornando-se, assim, presos à localidade, tal como se vivessem em períodos anteriores. Assiste-se, assim, à emergência de uma elite móvel e extraterritorial, isolada da localidade e buscando “segurança” na “imunidade face a interferências locais” (Idem, 27), como os shoppings centers e condomínios fechados, espaços de produção privada, onde o acesso se dá pela capacidade individual de pagar-se por ele. Apartadas dos espaços públicos, “as elites escolheram o *isolamento* e pagam por ele prodigamente e *de boa vontade*.” (Idem, 29) Mais do que os indivíduos, o capital e as corporações também tornam-se móveis com a globalização, desprendendo-se, assim, não apenas das regulações do Estado e das políticas econômicas tradicionais, como também de quaisquer compromissos éticos e solidários que estivesse associados ao pertencimento a uma comunidade nacional.

Assim, com o esvaziamento de poderes do Estado-nacional, verifica-se

“a separação e o iminente divórcio entre o poder e a política (...). Grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta em direção a um espaço global (...) politicamente descontrolado, enquanto a política - a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação - é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece no local” (BAUMAN: 2007, 08)

Dada a livre circulação de capital e mercadorias, e o aumento de possibilidades para a mobilidade de pessoas, a globalização produziu uma “sociedade aberta”, onde todos os lugares se comunicam e se influenciam. O problema está no fato de estas sociedades, por serem abertas, serem impotentes para “decidir o próprio curso com algum grau de certeza” (Idem, 13), certeza esta que é fundamental para proporcionar algum grau de justiça e, conseqüentemente, de paz e de segurança para a sociedade mundial e os indivíduos. Para Bauman, portanto, retomando a discussão da democracia

cosmopolita, “a democracia e a liberdade não podem mais estar plena e verdadeiramente seguras num único país, ou mesmo num grupo de países (...). O futuro da democracia e da liberdade só pode se tornar seguro numa escala planetária - ou talvez nem assim.” (Idem, 32)

3.2.6 - A globalização vista pelo Banco Mundial e pelo PNUD

Procuraremos, agora, sintetizar as opiniões que dois organismos internacionais sobre o processo de globalização, o Banco Mundial e o PNUD. Apesar de os dois admitirem que, em tese, a globalização é um processo positivo, as leituras específicas de cada organismo são bastante divergentes. Se o otimismo dá a tônica do discurso do Banco Mundial, o PNUD assume uma argumentação muito mais crítica, acentuando preocupações com a igualdade e o desenvolvimento humano, com um teor muito similar ao seu já citado “Informe sobre a Democracia na América Latina”. Esta divergência não é surpreendente. Se o trabalho do PNUD traz a marca do “desenvolvimento humano”, o Banco Mundial foi um dos entusiastas do chamado “Consenso de Washington”, conforme a insuspeita opinião de Joseph Stiglitz (2002), um dos seus ex-presidentes. Se o Banco Mundial expressa leitura liberal da globalização, portanto, o PNUD assume, em oposto, uma argumentação que chamaríamos de social-democrática.

No seu documento, o Banco Mundial afirma que:

“de maneira geral, a globalização reduz a pobreza porque economias mais integradas tendem a crescer mais rapidamente, e esse crescimento é, na maioria das vezes, bastante difundido. À medida que países de baixa renda entram no mercado global com seus produtos manufaturados e sua prestação de serviços, os indivíduos mais pobres têm a possibilidade de deixar de ser vulneráveis em consequência da opressiva situação de pobreza rural e conseguir empregos melhores, geralmente em cidades grandes ou médias.” (BANCO MUNDIAL: 2003, 15-16)

O crescimento econômico, portanto, é resultado direto do processo de abertura da economia nacional e, por si só, é o ingrediente mais eficiente à eliminação da pobreza, segundo o Banco Mundial. Por outro lado, não basta, aos países em desenvolvimento, a abertura dos mercados. Junto a esta abertura, se fazem necessárias reformas políticas e institucionais, que melhorem o seu “ambiente de investimentos”. Assim, devem ser reduzidas as restrições aos investimentos estrangeiros, uma vez que “os fluxos de capitais privados para as nações em desenvolvimento (...) trazem vários

benefícios: maior oferta de capitais e acesso à tecnologia, à administração e aos mercados.” (Idem, 26) A abertura da economia, portanto, resulta em maior concorrência para as empresas domésticas, o que aumenta a sua produtividade, uma vez que a chegada de empresas externas ocasiona transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Para o Banco Mundial, um “ambiente de investimentos sólidos não é aquele cheio de incentivos fiscais e subsídios para as organizações. É justamente aquele ambiente com uma boa governança econômica - controle da corrupção, regulamentação e burocracia funcionando bem, cumprimento de contratos e proteção aos direitos de propriedade.” (Idem, 209) Ou seja, tal como afirma Chang (2004), o que o Banco Mundial propõe é justamente a disseminação do modelo institucional anglo-saxão, que os países atualmente desenvolvidos *não* adotaram quando estavam em vias de desenvolvimento.

O PNUD (1999) assume uma leitura mais crítica da globalização, ou da “mundialização”, conforme o termo que prefere adotar no seu relatório, ao considerar que sua contrapartida tem sido o aumento das desigualdades, seja entre os indivíduos, seja entre os países ricos e pobres. Segundo sua definição, se “la mundialización es un proceso que integra no sólo la economía, sino además la cultura, la tecnología y la estructura de gobierno” (PNUD: 1999, 01), ela atualmente

“es impulsada por la expansión de los mercados - la apertura de las fronteras nacionales al comercio, el capital, la información - superando el control gubernamental de esos mercados y sus repercusiones sobre la gente. Se ha progresado más en materia de normas, estándares, políticas e instituciones relativos a los mercados mundiales que respecto de la gente y sus derechos. Y se necesita un nuevo compromiso con la ética del universalismo enunciada en la Declaración Universal de Derechos Humanos. Los mercados competitivos pueden ser la mejor garantía de la eficiencia, pero no necesariamente de equidad. La liberalización y la privatización pueden constituir un paso hacia los mercados competitivos, pero no una garantía de lograrlos. Y los mercados no son ni la primera palabra del desarrollo humano ni la última. Muchas actividades y muchos bienes que son fundamentales para el desarrollo humano se suministran fuera del mercado.” (Idem, 02)

Para o PNUD, entretanto, não se trata de deter a expansão dos mercados mundiais já que ela, de fato, pode impulsionar o desenvolvimento. Se fazem necessárias, entretanto, estruturas de governo mais fortes - nos planos local, nacional,

regional e mundial - para garantir alguma regulação aos mercados, para proteger os recursos humanos, comunitários e ambientais e, sobretudo, “a fin de asegurar que la mundialización funcione para la gente, no sólo para las utilidades.” (Idem) O aprofundamento da globalização, segundo o PNUD, deve orientar-se pelos princípios éticos do respeito aos direitos humanos; da igualdade dentro e entre as nações; da inclusão; da sustentabilidade; do desenvolvimento, para reduzir a pobreza e a privação e; da segurança humana, visando combater a “inestabilidad de las sociedades” e diminuir a “vulnerabilidad de la gente” (Idem), assumindo aqui o tema levantado por autores como Beck e Bauman, como vimos.

Dentre estas novas ameaças às seguranças das pessoas e dos países, o PNUD destaca a “volatilidade financeira e insegurança econômica”, a “insegurança dos empregos e dos salários”, a “insegurança em matéria de saúde”, a “insegurança cultural” - acesso desigual à internet, ameaça a determinadas culturas nacionais -, a “insegurança ambiental” e a “insegurança pessoal” - associada ao aumento do comércio ilícito.

Mesmo assim, o PNUD conclui que

“Ninguna de estas tendencias perniciosas - marginación en aumento, inseguridad humana en aumento, desigualdad en aumento - es inevitable. Con la voluntad y el empeño políticos de la comunidad mundial pueden echarse atrás. Con una estructura de gobierno más fuerte - local, nacional, regional y mundial - pueden mantenerse los beneficios de los mercados competitivos con normas y límites claros, y pueden adoptarse medidas más decididas para satisfacer las necesidades del desarrollo humano.” (Idem, 08)

Um programa de governo orientado pelo desenvolvimento humano, para o PNUD, deve procurar, nos planos nacional e internacional, reduzir as ameaças da volatilidade financeira, e de todo os custos humanos a ela associada, e criar novas instituições para a estrutura de governo mundial, que assumam um caráter mais democrático e inclusivo que as atualmente existentes.

A diferença de opinião entre o Banco Mundial e o PNUD bem retrata a dicotomia que envolve as leituras da globalização que seguem a inspiração dita “globalista”, para usarmos as expressões de Miguel e de Held e McGrew. De um lado, está o triunfalismo liberal, expresso pelo Banco Mundial, que enxerga na emergência de um mercado global desregulado as potencialidades necessárias à redução da pobreza e à expansão econômica continuada do capitalismo. Em posição oposta, estão aqueles que, tal como este informe do PNUD, acreditam que a expansão da globalização econômica

deve ser regulada por organismos democráticos nacionais e transnacionais, que se atentem, sobretudo, às conseqüências sociais deste processo. Para estes, o mercado desregulado causa, apenas, iniquidades, e é necessária a construção de uma nova ordem global social-democrática. Este debate transpassou da academia para o ambiente político-partidário. A evolução da esquerda nas últimas décadas não fugiu do confronto com o tema da globalização que, como vimos, põe em xeque as ideologias fundadas apenas no espaço nacional. O PT e o PS chileno não fugiram deste debate, como veremos, e o processo de globalização influenciou decisivamente às mudanças que estes partidos enfrentaram desde os anos 1990, que são o objeto central desta tese. Alguns questionamentos se impõem: a) como este duplo processo contemporâneo de globalização e de democratização – a “terceira onda democrática” à que se referiu Samuel Huntington – transformou as estratégias políticas e eleitorais do PT e do PS chileno? e; b) Como o PT e o PS, chegando ao governo, adaptaram à nova situação de globalização as economias do Brasil e do Chile?

CAPÍTULO 4 – A ESQUERDA EM TRANSFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, as ideologias estão em crise. Afirmar isto não é o mesmo que sustentarmos, como faziam os neoliberais há poucas décadas, que as ideologias e, com elas, a própria História, chegaram ao fim. Naquele cenário, nos restaria um mundo sem alternativas ao modelo de sociedade que tais apologistas julgavam ideal: o livre mercado, combinado com a democracia-liberal clássica, sem direitos sociais. Tampouco acreditamos, como Downs (1999), que as ideologias são simplesmente construções utilitárias dos partidos políticos para conquistar mais votos no mercado eleitoral, tal como os empresários que associam apelos de marketing aos produtos que vendem aos consumidores. Entretanto, no mundo de transformações permanentes em que vivemos, que a cada dia nos exige respostas e tomadas de posição frente a questionamentos que antes não tínhamos que enfrentar, as ideologias, que entendemos como um projeto alternativo de sociedade assumido por forças políticas distintas, também estão em redefinição. As ideologias estariam enfrentando um momento de crise criativa, portanto.

Se permanecem as ideologias, “esquerda *versus* direita”, como dois eixos definidores da arena política mundial, é uma díade que sobrevive, como bem afirma Bobbio (2001). Entretanto, os projetos políticos da esquerda e da direita do século XXI são bem distintos do que eram nas décadas passadas. Isto se relaciona com a transformação estrutural da sociedade. Tomemos um exemplo que, às vistas de hoje, é bem remoto: a divergência entre a esquerda social-democrata e a esquerda comunista europeias, antes de 1917. Naquele momento, esses dois grupos cindiram sobre que posicionamento tomar frente à questão nacional, entre apoiar ou não os governos dos seus países no conflito beligerante. Se esta era uma questão urgente naquele momento, e se marcava identidades no campo da esquerda, não faz mais nenhum sentido hoje em dia.

Por outro lado, não estavam presentes no debate político de cem anos passados questões que hoje se fazem decisivas, e que podem ser definidoras para o estabelecimento de um corte contemporâneo entre identidades de esquerda e de direita. Estamos pensando, por exemplo, na regulação social sobre a pesquisa em biotecnologia. O problema é que, em matéria de biotecnologia, militantes ditos “de esquerda” (como

os agricultores da chamada “Via Campesina”, que são contrários aos alimentos geneticamente modificados) se juntam à chamada “direita cristã” (que é contra a pesquisa com células-tronco) em uma frente conservadora de oposição ao avanço das pesquisas nesta área. Uma frente com esta exata composição social foi vista no Congresso Nacional brasileiro em 2005, quando dos debates e posterior aprovação da Lei de Biosegurança no país. Mas, como pensar em uma “esquerda” que assume posições conservadoras sobre o avanço científico, como a “Via Campesina”, e que, mesmo assim, ainda se diz marxista? Quando assistimos seguidores de José Bové e de Bento XVI dando as mãos em um mesmo grupo de pressão, movidos pela defesa dos “desígnios da natureza” e/ou da “vontade de Deus”, percebemos o quão caledoscópica se tornou a arena política contemporânea, e compreendemos que a esquerda, no século XXI, enfrenta problemas que as faz bem distinta do que politicamente projetava Karl Marx, um século e meio atrás.

Entretanto, se relativizarmos por completo a diferença entre “esquerda” e “direita”, dotando-lhes de um conteúdo exclusivamente conjuntural, corremos o risco de tornar-lhes dois conceitos absolutamente vazios. Haveria algum ponto de comum entre a esquerda do século XVIII, quando a díade surgiu na Assembléia Constituinte da França revolucionária, e a esquerda do século XXI? Norberto Bobbio (2001), em livro clássico, afirma que sim, e que a essência da esquerda está na busca da igualdade, com o que estamos de acordo. A esquerda, segundo Bobbio, parte do princípio de que a maioria das desigualdades é socialmente construída e, portanto, pode ser eliminada pela ação política da humanidade. Em contrário, de direita, para Bobbio, seriam aqueles que acreditam que as desigualdades são naturais e funcionais para a boa convivência e para o desenvolvimento social.

Ser de esquerda, de acordo com esta perspectiva, não necessariamente implicaria na defesa da “igualdade absoluta”, podendo significar a aceitação da “diversidade de status” em situações onde o máximo de igualdade social seria perseguido. Para Bobbio, portanto, se “a esquerda é tendencialmente inclusiva, a direita é tendencialmente exclusiva” (BOBBIO: 2001, 140), e esta idéia de inclusão está diretamente associada à busca por maior igualdade social. Defender políticas de livre mercado, que historicamente levam à concentração de riquezas e ao aumento das desigualdades social, portanto, se aos olhos de um liberal pode parecer uma busca por maior funcionalidade, sob a perspectiva anunciada por Bobbio, nos parece que deveria ser sempre encarada como uma posição necessariamente de direita.

A dotação de um *ethos* igualitário para a esquerda, como faz Bobbio, nos permite exercícios conjunturais sobre posições de esquerda e de direita, que não esvaziam de conteúdo os dois pólos da díade. Por exemplo, acabamos de afirmar, pouco acima, que uma bandeira da esquerda contemporânea está no apoio às pesquisas, desde que movidas pelo interesse público, na área de biotecnologia. Outras leituras são possíveis, dentro do mesmo *ethos*. Segundo afirmou Wanderley Guilherme dos Santos, em entrevista publicada na revista “Caros Amigos”⁴², “no contexto brasileiro, hoje, são personalidades e partidos de esquerda as pessoas comprometidas com a alteração da distribuição de renda, com a retomada de crescimento econômico, com a criação de graus de liberdade no comportamento internacional do país, com um aumento das oportunidades de participação política dos grupos menos favorecidos.” Em termos mais diretos, na mesma edição desta revista, o jornalista Paulo Henrique Amorim tocou em questão central: “esquerda pra mim hoje, no Brasil, são as pessoas que diante da pergunta básica que se impõe à sociedade brasileira – o que é mais importante, reduzir os impostos ou distribuir a renda?, e não vale responder os dois – acham que a prioridade é distribuir a renda.”

Estes dois analistas coincidem em afirmar que, num país de profundas e diversas desigualdades sociais como o Brasil, a defesa de um projeto de desenvolvimento nacional que se pautar pela desconcentração da renda em favor dos setores populares, financiada pela tributação das classes privilegiadas, estaria necessariamente comprometida com posições de esquerda. O mesmo pode ser dito com relação ao Chile. Por outro lado, se considerarmos países fortemente igualitários, como os países nórdicos, a temática da desigualdade de renda certamente não será tão evidenciada pelas suas esquerdas contemporâneas. Merece destaque, ainda, na definição de Wanderley Guilherme, a associação da esquerda contemporânea brasileira com a defesa do aumento dos níveis de participação política democrática. A grande inovação presente nesta afirmação está em centrar-se num elemento que não estava presente na agenda da maior parte da esquerda brasileira há algumas décadas, a política democrática.

A ênfase dada por Bobbio na questão da igualdade o faz considerar que a diferença entre “liberdade” e “autoridade” não seria distintiva da díade esquerda-direita, pois, historicamente, existiram libertários e autoritários posicionados nos dois pólos da díade. “Liberdade” e “autoridade” seriam eficazes, segundo a tipologia de Bobbio, para

⁴² Revista Caros Amigos. Edição 121. Abril de 2007.

distinguir as alas extremistas e moderadas de cada pólo da díade, que seria, assim, dividida em quatro grandes blocos:

Extrema-esquerda (igualitários e autoritários)	Extrema-direita (inigualitários e autoritários)
Centro-Esquerda (igualitários e libertários)	Centro-direita (inigualitários e libertários)

Esta é uma tipologia extremamente útil, tanto em termos teóricos como práticos, uma vez que ela, com toda propriedade, aponta as intersecções entre os setores extremistas dos dois pólos da díade: o autoritarismo associado aos seus projetos políticos.

Autores como Ronald Inglehart sustentam que, nas sociedades industriais avançadas, a emergência de valores “pós-materialistas”, como as questões ambientais e de gênero, além dos direitos humanos, fizeram aparecer novos conflitos sociais e novas visões de mundo, tornou os conflitos econômicos e as disputas entre interesses de classes sociais, tais como enfatizados pela teoria política marxista, “less central to political life”. (INGLEHART: 1990, 248) Neste sentido, e associado ao enfraquecimento das políticas econômicas baseadas na forte intervenção do Estado na economia, a esquerda daquelas sociedades teria ficado cada vez mais associada à defesa destes novos valores, juntando-se à crítica do conservadorismo cultural e religioso, sobretudo porque os políticos neoliberais que se fortaleceram a partir dos anos 1970 são contraditória e tendencialmente conservadores no plano moral. Para esta esquerda pós-materialista a que se refere Inglehart, concluímos, a defesa da *diversidade* é um ponto central. Mesmo assim, a afirmação da diversidade, nestes casos, está associada à busca de uma condição igualitária entre grupos de indivíduos de características distintas.

Na Europa contemporânea, portanto, com um setor expressivo da antiga esquerda social-democrata vinculando-se ao liberalismo econômico, a batalha pelo *relativismo cultural* – e pela conseqüente defesa do laicismo, da diversidade sexual, dos direitos reprodutivos das mulheres e dos direitos dos imigrantes, por exemplo – tem pautado a esquerda e marcado a validade da permanência da díade esquerda-direita muito mais do que o determinismo econômico que discursivamente caracterizava a esquerda marxista. A cultura, e não mais a economia, fomentaria esta díade na Europa. Tomemos por exemplo a batalha do governo socialista de José Luiz Zapatero pela

introdução de mecanismos laicos na institucionalidade do Estado espanhol, que enfrenta forte oposição da Igreja Católica e dos partidos de direita, situação vivenciada também no Chile, onde os partidos de direita têm forte identificação com o conservadorismo católico, a despeito do seu liberalismo no plano da economia. Mesmo assim, em todo o mundo persiste uma esquerda social-cristã que, muitas vezes, ainda não se desprende do conservadorismo em matéria de costume e comportamento.

No Brasil, temos o caso da política de “ultra-esquerda” Heloísa Helena, ferrenha opositora do Governo Lula no plano econômico, que se mostra conservadora em temas como o do aborto. Em 2007, no III Congresso do PT, um partido de expressiva base católica, a ex-deputada federal Ângela Guadagnin fez um contundente discurso contra a legalização do aborto, sob o forte protesto das petistas de inspiração feminista, majoritárias no partido e no plenário daquele Congresso. Do mesmo PT, os deputados federais Luiz Bussuma e Henrique Afonso foram alvos de uma representação no Conselho de Ética partidário, impetrado pela Secretaria Nacional de Mulheres petista, por defenderem posições contrárias ao aborto. Luiz Bussuma integra a “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto”, grupo que se notabilizou pela defesa da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a prática do aborto clandestino no país. De religião espírita kardecista, teve sua defesa nas instâncias partidárias auxiliada por um advogado filiado ao Opus Dei, grupo ultraconservador católico que comunga com todos os fundamentalistas cristãos o princípio de “defesa da vida” (ou, em outros termos, a oposição ao aborto). Já Henrique Afonso apresentou projeto de lei que propunha a responsabilização criminal das mulheres que praticassem aborto. Tais posturas se chocam com a resolução sobre o tema aprovada pelo III Congresso do PT, e mesmo com as orientações do Governo Lula em políticas de saúde pública, ambas mais sintonizadas com as posições das feministas sobre o tema. Manifestações como estas demonstram que, mesmo em temas valóricos, a esquerda contemporânea não encontra consenso, mesmo que haja tendências liberais predominantes.

Se nos apegarmos à questão ecológica, dificilmente poderemos associá-la à direita ou à esquerda, sobretudo se partirmos da constatação de que, considerando a história do século XX, os modelos de desenvolvimento praticados nos mundos capitalista e socialista pouco ou nada levaram em consideração a pauta ecológica. Da mesma forma, a defesa do “desenvolvimento sustentável” tem sido contemporaneamente feita tanto pela esquerda como pela direita, e modelos de

desenvolvimento não-sustentáveis também vêm sendo praticado por governos identificados com os dois pólos da díade. Entretanto, como a direita, como grupo político, está associada à defesa do capital, e como são as grandes corporações, atualmente, as maiores responsáveis pela degradação ambiental, os ecologistas, geralmente, tendem a se posicionar à esquerda. O que não quer dizer que não existam ambientalistas de direita e, principalmente, ambientalistas de centro, posição que parece a mais adequada para políticos como Al Gore.

As duas principais correntes da esquerda no século XX – os comunistas (nas suas diversas matizes) e a social-democracia europeia - tinham como ponto de contato a origem na tradição marxista. Seja incorporando o leninismo, no primeiro caso, ou assumindo o reformismo, a partir da recusa da perspectiva revolucionária, no caso dos social-democratas, o determinismo econômico que é próprio do marxismo nunca foi abandonado por completo por estas duas correntes, até a sua crise no final da década de 1960. A base deste determinismo estava na crença de que as estruturas econômicas determinam o conjunto da existência social, definindo, inclusive, as identidades dos sujeitos históricos. Tais identidades seriam unificadas, portanto, em torno da estrutura de classes sociais, cujo principal ponto de clivagem estava na propriedade ou na não-propriedade dos chamados “meios de produção”. O exercício da cidadania, os diferentes padrões de consumo e o caráter multifacetado da existência social, principalmente, nas democracias de massas, abrem espaço para múltiplas formas de identificação dos sujeitos, tornando difícil uma compreensão identitária unificada, como propunha o marxismo. O aparecimento dos chamados “novos movimentos sociais” evidenciou esta defasagem do pensamento marxista. Assim, tal compreensão da construção das identidades e, conseqüentemente, a consagração da classe operária como “sujeito histórico privilegiado” e “vanguarda do futuro” inviabiliza a permanência do marxismo como um projeto político progressista. A crise da esquerda, portanto, se constitui também como uma crise das identidades e dos sujeitos históricos classicamente defendidos por esta esquerda.

Como afirmam Laclau e Mouffe (1987), desvencilhando-nos da hipótese da identidade classista dos sujeitos políticos propugnada pelo marxismo, percebemos que “las formas originales de sobredeterminación que han asumido las luchas sociales” estão contribuindo com uma “construcción de identidades políticas que tienen poco que ver con estrictos límites de clase”, fazendo emergir “nuevos tipos de subjetividad política que cortan transversalmente las categorías de la estructura económica y social”.

(LACLAU & MOUFFE: 1987, 27) Tal revisão do marxismo, feitas por autores comprometidos com a reconstrução da “estratégia socialista” a partir de uma perspectiva democrática-radical de disputa hegemônica, como a sustentada por Laclau e Mouffe, teve ressonância fundamental no processo de renovação da esquerda a partir dos anos 1970. Esta renovação foi importante para a revisão das estratégias da esquerda e, sobretudo, para a definição dos grupos sociais aos quais ela deveria preferencialmente se dirigir. Influenciados pelo determinismo econômico marxista, comunistas e social-democratas elegeram a classe operária como a sua principal base social, mesmo que, como sustenta Przeworski (1989), a social-democracia europeia, ao fazer sua opção pelo reformismo e pela conseqüente busca do poder pela via eleitoral, tenha buscado ampliar sua base social, dirigindo-se, genericamente, ao “povo”, como veremos. Entrando em crise, esta esquerda clássica progressivamente abandonou o economicismo, e passou a incorporar a temática da pluralidade das identidades à qual se referem Laclau e Mouffe no seu projeto político. A classe operária e, conseqüentemente, a propriedade privada, perderam a centralidade que ocupavam no projeto das esquerdas.

A defesa do papel do Estado no planejamento da economia era outro elemento que unificava comunistas e social-democratas até os anos 1960. É claro que, em se tratando de uma corrente que optou pela defesa estratégica da democracia-liberal, a social-democracia europeia praticou um modelo econômico, o keynesianismo, que, em termos de intervencionismo estatal sobre a economia, estava a léguas de distância do modelo econômico soviético. O pacto keynesiano que caracterizou a social-democracia europeia da segunda metade do século XX, e o chamado Estado do Bem-Estar Social por ela construído, estava fundado num pacto político pluriclassista, cujos termos eram consensuados sob bases democráticas.

Em sentido oposto, a economia soviética era centralmente planejada pela elite estatal comunista, que agia sob bases autocráticas. Alec Nove (1989), em sua importante defesa do “socialismo possível”, vinculava o sistema econômico aos aspectos políticos e sociais soviéticos, onde a centralização – ao mesmo tempo, do planejamento econômico e da autoridade, “numa hierarquia de funcionários do Partido e do Estado” (NOVE: 1989, 176) – era a principal característica e, ademais, a responsável pela escassez e pela ineficiência econômicas vivenciadas na sociedade soviética, bem como, pela sua pequena capacidade de inovação. “Incluir *toda* a economia num só plano central, abrangente e desagregado, é impossível, ineficiente e, a meu ver, indesejável” (Idem, 311), segue Nove, que enxerga na centralização e na planificação econômica de

longo prazo uma associação imprescindível com uma liderança política igualmente longeva, o que só pode ser conseguido em um sistema unipartidário e sem competição democrática. Centralismo político e econômico, portanto, eram elementos inseparáveis no modelo soviético, bem argumenta Nove, o que nos leva a concluir que a abertura levada a cabo por Gorbachev não poderia ter outro resultado senão a dissolução completa do regime.

O cenário de crise econômica mundial que se instalou na década de 1970 colocou em cheque os modelos econômicos marcados pela forte intervenção estatal. Assim, o Estado do Bem-Estar Social entrou em crise, principalmente, pela incapacidade estatal de financiar as altas despesas públicas que demandavam as suas políticas sociais. A crítica neoliberal que se instaurou a partir de então centrava suas baterias justamente nas despesas com políticas sociais, mas também no fortalecimento dos sindicatos com as políticas de pleno emprego praticadas pelos governos social-democratas. Os neoliberais defendiam que o mercado era o *locus* ideal para a busca de serviços individuais que antes tinham prestação pública, e eram considerados como direitos sociais pelo Estado do Bem-Estar.

Privatização e desregulamentação da economia passaram a ser as palavras de ordem dos programas dos governos que se instalaram em quase todo o mundo a partir dos anos 1980, numa onda que se iniciou com Pinochet no Chile, e que ganhou força, sobretudo, a partir das eleições de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Progressivamente, governos de partidos de esquerda ou centro-esquerda passaram a implantar programas com esta mesma inspiração liberalizante, a começar por Felipe Gonzalez na Espanha, numa onda que, nos anos 1980 e 1990, atingiu toda a América Latina. Com a globalização da economia e o aumento da integração dos mercados, a temática da liberalização passou a fazer parte definitivamente do repertório da esquerda renovada.

No final dos anos 1980, entretanto, outra crise atingiu a esquerda mundial, desta vez, associada ao seu modelo político clássico, centrado no partido único. A demanda por democracia e abertura política nos países do Leste Europeu, que ganhou impulso com as políticas de *glasnost* implementadas por Gorbachev, atingiram níveis insustentáveis, desembocando em revoluções populares que puseram fim aos regimes políticos do chamado “socialismo real”. Em paralelo, as esquerdas na América Latina vinham acumulando décadas de luta pela democracia nos seus países, contra as ditaduras militares de direita que se instauraram na região desde a década de 1960.

Somadas, estas duas influências foram decisivas para a incorporação, pela esquerda renovada dos anos 1990, da democracia no seu programa.

Conforme afirma o latino-americanista estadunidense Kenneth Roberts (1998), mesmo as esquerdas que criticavam o modelo soviético e que, em tese, não teriam “contas a prestar” sobre a falência deste modelo, se viram sob forte questionamento àquele momento, porque mesmo elas herdaram dos soviéticos a experiência de dirigismo econômico – como comprova a própria experiência chilena do governo da *Unidad Popular*. Sob o manto da globalização e da “terceira onda democrática”, nos termos de Huntington (1994), portanto, as esquerdas passaram a se renovar incorporando definitivamente temas que, até os anos 1980, eram considerados heréticos no seu meio, como a democracia representativa, a economia de mercado, a livre iniciativa econômica e a propriedade privada. A questão da economia política, portanto, central no programa da esquerda desde o marxismo, deixou definitivamente de fazer parte do repertório desta parcela majoritária da esquerda que decide se renovar a partir de então. O lema desta esquerda renovada foi bem expresso pela frase disseminada pela Internacional Socialista: “sim à economia de mercado, não à sociedade de mercado”.

É importante lembrar que a premissa de Bobbio sobre a pluralidade no campo da esquerda continua atual. Assim, segue mais indicado nos referirmos sempre às “esquerdas”, no plural. Uma boa mostra do cenário atual de pluralismo no campo da esquerda aparece na definição de Pascal Lamy:

“A esquerda é um conceito muito amplo. Vai desde a centro-esquerda até a antiglobalização furiosa. Não dá para classificar em uma só categoria, porque o espectro é imenso. Quando converso com Michelle Bachelet, com Lula, com o primeiro-ministro Gordon Brown, com José Luiz Zapatero, todos têm a mesma idéia que precisam de um sistema multilateral sólido para beneficiar as populações dos seus países. Há alguns com posições mais críticas. Mas, se eu comparar a situação atual com a de cinco anos atrás, vejo uma mudança significativa. Muitos interlocutores àquele tempo me diziam: “Você tem que matar a OMC, porque a organização mata as pessoas.” Hoje, há um discurso mais equilibrado. Muitos da esquerda admitem que a globalização veio para ficar, gostemos ou não.”⁴³”

O autor desta frase, Pascal Lamy, é militante do Partido Socialista Francês e, hoje, preside a Organização Mundial do Comércio, organismo criado, em sucessão ao GATT, para regular as normas de comércio entre as nações, baseada no princípio do

⁴³ PINHEIRO: 2008

livre comércio. O fato de um socialista ser o presidente da OMC não poderia ser mais simbólico do que passa atualmente com as esquerdas. Também não é à toa a citação, por Lamy, de Bachelet e de Lula: ambos estiveram comprometidos com o avanço da fracassada Rodada de Doha, que visava justamente criar uma nova normativa internacional baseada no livre comércio. Usando a tipologia de Bobbio, poderíamos classificar a posição de Lamy como sendo de “centro-esquerda”.

Por outro lado, também se prestam ao tipo bobbiano de “centro-esquerda” afirmações como a seguinte, dada pelo secretário de relações internacionais do PT, o marxista Valter Pomar⁴⁴: “O que caracteriza a esquerda é a luta pela igualdade e pela liberdade. Neste sentido, a esquerda mais consequente é aquela que luta contra o capitalismo, por uma sociedade onde não haja exploração nem opressão de nenhum tipo.” Pomar associa, portanto, a temática da igualdade e da liberdade *essencialmente* a uma condição pós-capitalista, em total desacordo com a posição de Lamy. Tal divergência só demonstra o quão rica e caleidoscópica é a situação em que vive a esquerda contemporânea.

Para nos situarmos nesta citada pluralidade da esquerda contemporânea, iniciamos agora uma discussão sobre algumas perspectivas teóricas distintas e contemporâneas do campo da esquerda.

4.1 – O DEBATE TEÓRICO DA ESQUERDA DO SÉCULO XXI

Dentro da história da esquerda, a social-democracia aparece como uma ala eminentemente reformista. A social-democracia - desde quando Eduard Bernstein propôs-se a revisar o pensamento marxista e passou a sustentar a tese do “socialismo evolucionário” - é marcada pela defesa destas reformas e também pela escolha de participar do processo democrático. Segundo Przeworski (1989), a decisão de disputar eleições impôs aos partidos social-democratas a diluição do seu caráter de partido da classe operária, já que a vitória nas eleições demandaria o recebimento dos votos de integrantes de outras classes sociais. A partir daí, os social-democratas passaram a dirigir-se ao “povo”, genericamente, mesmo que ainda mantivessem base social importante no seio da classe trabalhadora industrial sindicalizada da Europa ocidental.

A história da social-democracia, como tendência política de esquerda de corte essencialmente europeu, pode ser dividida em três fases (FIORI: 2004 e ANDERSON

⁴⁴ Em entrevista ao autor, em 08 de maio de 2006.

& CAMILLER: 1996). Na primeira delas, os social-democratas acreditavam que a revolução socialista poderia ser conseguida pelo reformismo eleitoral e defendiam programas de “nacionalização” de empresas capitalistas. A segunda fase é marcada pela “revolução keynesiana”, quando os social-democratas abandonam a pretensão da “transformação do sistema” capitalista, passando a se dedicar “unicamente à correção dos efeitos do seu funcionamento”. (PRZEWORSKI: 1989, p. 58) Nesta fase, as marcas da social-democracia ficaram sendo o planejamento econômico, a busca do pleno emprego e o Estado do Bem-Estar Social. A terceira fase seria a atual, após a crise do Estado do Bem-Estar Social, quando os social-democratas teriam se renovado buscando dar uma resposta ao ideário neoliberal que se fez hegemônico no mundo desenvolvido nos anos 1980. Seria o momento da emergência da “Terceira Via”.

A “Terceira Via” foi mais importante movimento de renovação da esquerda na década de 1990, sendo liderada politicamente por personalidades destacadas da social-democracia européia, principalmente, Tony Blair e Gerhard Schröder, mas também por personagens estranhos ao mundo da esquerda, como Bill Clinton. Concluindo a primeira década do século XXI, podemos afirmar que o trajeto destes citados políticos europeus atingiu um fim lamentável, e que a “Terceira Via” como movimento político está cada vez mais desprestigiada. O curioso é que, na última versão do colóquio internacional organizado por este movimento, tanto sua “marca de fantasia” foi alterada – agora, o termo preferido é “Governança Progressista” –, como também se alteraram o ambiente e os líderes em destaque. Em 2009, o encontro da “Governança Progressista” foi realizado no Chile, e as lideranças de destaque foram, justamente, a presidenta anfitriã, Michelle Bachelet, e Lula, o presidente brasileiro. Sinais de que a esquerda latinoamericana, mesmo na sua versão mais moderada, tem muito mais a mostrar de positivo, atualmente, do que a desgastada social-democracia liberalizante européia.

Da “Terceira Via”, o mais importante ideólogo foi o sociólogo inglês Anthony Giddens (1996, 2001(a) e 2001(b)) que, na segunda metade da década de 1990, procurou ditar as bases de um pensamento e de um programa político social-democrata renovado, para atender às demandas da globalização. Segundo Giddens, o socialismo – nas suas variantes comunista e *keynesiana* – caracteriza-se pelo seu “modelo cibernético” de subordinação da economia e dos cidadãos ao planejamento burocrático do Estado. No atual ambiente de globalização, a impossibilidade do “modelo cibernético” torna o socialismo um projeto esgotado: “pelo menos como um sistema de administração econômica, o socialismo não existe mais” (GIDDENS: 2001[a], 12).

Partindo desta constatação de que não existem mais alternativas ao capitalismo, restaria à social-democracia, segundo o autor, buscar uma “terceira via” entre a “social-democracia de velho estilo” (a social-democracia *keynesiana*) e o neoliberalismo.

De acordo com Giddens, seguindo a já citada definição de Bobbio, a identidade da esquerda está na busca da igualdade; entretanto, na sociedade globalizada, onde as identidades e projetos baseados em classes sociais perderam ressonância, a esquerda deve preocupar-se em garantir *igualdade de oportunidades* para os cidadãos na economia de mercado: “a esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social” (GIDDENS: 2001[b], 42). Assim, Giddens afirma que as novas demandas políticas “pós-materialistas” que marcam as sociedades democráticas atuais devem levar a esquerda para o *centro* do espectro político, sem que este movimento signifique uma opção pela moderação de posições, mas sim que as aspirações efetivamente radicais da sociedade global não se identificam mais com as aspirações socialistas, defende Giddens. “Em praticamente todos os países ocidentais, a votação não mais se encaixa em linhas de classe, e passou de uma polarização esquerda/direita para um quadro mais complexo.” (GIDDENS: 2001[a], 33). É evidente, portanto, a identificação do projeto da “Terceira Via”, anunciado por Giddens, com a realidade específica da esquerda social-democrática europeia da década de 1990.

As posições da política da “terceira via”, segundo Giddens, podem ainda ser resumidas como as que seguem: a) “Democratização da democracia”, introduzindo mecanismos de democracia direta na democracia representativa, com o fim de garantir transparência, descentralização e maior eficiência à administração pública, que deve se inspirar na prática administrativa do mercado. b) Substituição do “Estado do Bem-Estar Social” por uma “nova economia mista”, onde a sociedade civil (partindo do princípio de que “não há direitos sem responsabilidades”) tem um papel decisivo junto ao Estado na promoção de políticas de desenvolvimento e de competitividade. O novo Estado social-democrata não deve fornecer sustento econômico direto aos cidadãos, mas estimular o surgimento de uma “cultura empresarial” e de um espírito empreendedor entre os indivíduos. A perspectiva redistributiva da social-democracia deve ser redefinida como “redistribuição de possibilidades” para os indivíduos no mercado, para qual cumpre um papel decisivo o investimento público em educação e treinamento, visto como investimento em “capital humano”. c) A nova “nação cosmopolita” deve partir do princípio de que, como os “processos globalizantes retiraram poderes das

nações e os transferiram para o espaço global despolitizado” (GIDDENS: 2001 [a], 153), iniciativas de “soberania compartilhada” devem ser estimuladas, assim como a criação de espaços de poder e regulação global, nos padrões da ONU e da OCDE.

Dentre as várias opiniões críticas à proposta de Giddens, destacamos Oskar Lafontaine, que classifica a “modernização” proposta pela Terceira Via como um “endosso ao capitalismo global de livre mercado”, lembrando que “a esquerda deve lutar contra a intrusão do mercado e contra as inseguranças que traz consigo a economia global”. (GIDDENS: 2001 (b), p. 23) Lafontaine identifica a proposta da Terceira Via como uma tentativa de transpor para a realidade europeia elementos próprios da cultura política norte-americana, como uma concepção “anárquica e individualista”, de base liberal, da economia de mercado, que “does little to encourage social cohesion and a general feeling of social well-being.” (LAFONTAINE: 2000, 189)

Para Lafontaine, com a falência do comunismo europeu-oriental, a direita passou a ter como alvo preferencial a “economia social de mercado” que caracterizava o Estado do Bem-Estar Social, numa ofensiva que foi incorporada pelos setores majoritários da própria social-democracia europeia, agora, identificados com a Terceira Via. Recuperando o “senso de comunidade e de pertencimento” que estava associado à social-democracia clássica, Lafontaine defende uma reforma do Estado do Bem-Estar Social em termos regionais europeus, sem perder de vista a necessidade de forte regulação social sobre a economia de mercado, com fins redistributivos:

“There is a urgent need for a greater sense of community spirit, above all economic life. This is precisely the objective and the commitment of democratic left-wing parties. (...) What is really required is the introduction of an element of regulation into the system. And the enforcement of the regulation in a global market can undoubtedly only be carried out from a position of strength. No individual european country has that power, but the European Union certainly does. (...) A commitment to the adoption of a European Social Chapter as a means of combating unemployment is only the first step towards the establishment of a model of European welfare state” (Idem, 199)

As dificuldades de construção de uma identidade europeia, segundo Lafontaine, estão diretamente associadas à falta de um senso de pertencimento à Europa como comunidade política. Para ele, esta situação se justifica pelo fato de a Europa ter se constituído “little more than a common market-place” (Idem, 200), dissociada de uma política de construção de direitos sociais comunitários. A reconstrução da social-

democracia europeia em tempos de globalização e de construção de uma comunidade europeia, segundo Lafontaine, deve se dar sob estes patamares solidários, e não transpondo os valores de livre-mercado, estranhos à sua tradição e cultura política, como querem os adeptos da “Terceira Via”. Da teoria à prática, Lafontaine rompeu com o Partido Social Democrata (SPD) alemão, do qual foi presidente, e fundou, em 2005, o partido “Die Link” (“A Esquerda”), juntando alemães ocidentais críticos dos rumos do SPD com o sucessor do antigo Partido Comunista alemão-oriental, anos após ter renunciado ao Ministério das Finanças do gabinete de Schröder.

Com rápido crescimento eleitoral, o “Die Link” teve como mérito introduzir mudanças na “semântica política” alemã, afirma Peter Linden: “os jornais não mais se referem aos “socialmente fracos” e voltaram a falar dos “pobres”. Ninguém mais se torna suspeito de ser “invejoso” ao pedir por “justiça”. “Solidariedade” não é mais um palavão e “socialismo” deixou de ser assimilado ao “stalinismo”.” (LINDEN: 2008) Tanto a proposta de Anthony Giddens e da sua “Terceira Via”, como a importante crítica social-democrática de esquerda que lhe oferece Oskar Lafontaine, têm em comum o fato de serem excessivamente centradas na realidade política europeia.

O filósofo brasileiro Roberto Mangabeira Unger também faz uma crítica incisiva à Terceira Via. Para ele, “os autodeclarados progressistas aparecem no palco da história contemporânea como humanizadores do inevitável: seu programa tornou-se o programa de seus adversários conservadores, com um pequeno desconto. (...) Suas ‘terceiras vias’ são a primeira via com açúcar: o adoçante da política social compensatória e da seguridade social, substituindo a ampliação fundamental de oportunidades”. (UNGER: 1998, 10) Unger, assim, assume uma posição original no campo da esquerda, pois, ao tempo que não tem nenhuma vinculação com os esquemas teóricos próprios do marxismo, nem se mostra comprometido com qualquer perspectiva socialista, se distancia da social-democracia contemporânea, na sua adesão aos mecanismos de livre mercado e, também, da social-democracia clássica, ao rejeitar as políticas sociais compensatórias. Para ele, se a social-democracia clássica teve a virtude de proporcionar “uma alternativa às asperezas do modelo norte-americano”, atualmente, ela “abandonou, um a um, muitos dos seus traços tradicionais – e se refugiou na última trincheira: a defesa de um nível elevado de benefícios e direitos sociais.” (Idem: 13)

Para Unger, há a necessidade premente, no campo da esquerda, de assumir a defesa de uma nova institucionalidade democrática, que promova o desenvolvimento de forma compatível com o respeito às diferenças nacionais. Ao contrário dos neoliberais e

dos adeptos da “terceira via”, portanto, Unger não acredita que a democracia liberal e a economia de mercado, a cuja defesa políticos de centro dos dois pólos da díade parecem totalmente adaptados, devam ser tomadas como soluções institucionais uniformes e autosuficientes para todas as nações. Em contrário, defende a necessidade de experimentos criativos nestas áreas, sempre de base nacional. “O pequeno repertório de soluções institucionais hoje à disposição da humanidade – as formas existentes de democracia política, da economia de mercado e de sociedades civis livres – falha em promover os instrumentos de que necessitamos para desenvolver a diferença nacional de forma compatível com os ideais democráticos.” (Idem, 17)

Da mesma forma, e mais uma vez afastando-se da social-democracia clássica, Unger defende que uma política de “dirigismo” governamental sobre a economia é, atualmente, uma idéia desacreditada e irrelevante numa economia baseada no conhecimento. Também não se mostram suficientes, acredita Unger, as políticas de redistribuição compensatória. O problema da esquerda democrática contemporânea, portanto, estaria em se mostrar desorientada o suficiente para não conseguir escapar destas duas grandes ações políticas. Um dos motivos desta desorientação, segue Unger, está na perda da sua base social e eleitorado tradicional, “a força de trabalho organizada, coagida na indústria de capital intensivo – o ‘proletariado’ de Marx.” (Idem, 25)

Segundo o filósofo, faz-se necessário que, no seu esforço de reorientação, a esquerda democrática retome sua capacidade criativa, abandonada pela social-democracia que, quando estabeleceu seu compromisso keynesiano, desengajou-se de qualquer “esforço para redesenhar a produção e a política”, abrindo mão de “tomar as formas institucionais familiares da economia de mercado, da democracia representativa e da sociedade civil livre como subconjunto de um conjunto muito mais amplo de possibilidades institucionais.” (Idem, 29). A disposição de propor estas novas possibilidades institucionais, sem abrir mão da defesa da democracia e da economia de mercado, é um traço original do pensamento de Unger, que parte do princípio que, se a esquerda não pode abrir mão de agir globalmente, tem que se dispor a construir alternativas que correspondam às distintas particularidades nacionais. Mesmo recusando o “dirigismo econômico”, o Estado-nação, portanto, continua como ator central no seu pensamento. Uma solução “à chinesa”, mas apenas no sentido de procurar um caminho próprio de desenvolvimento dentro do mundo global, parece ser simpática a Unger.

Neste sentido, Unger apresenta cinco idéias institucionais para a renovação da esquerda contemporânea. Primeiro, defende o que chama de uma “rebelião nacional

contra a ortodoxia política e econômica global”, baseada em “níveis mais altos de poupança doméstica” e em “novos arranjos que estreitam a relação entre poupança e produção.” (Idem, 32) Está delimitado o espaço de Unger, assim, contra o neoliberalismo. Em seguida, defende uma nova forma de política social, mais coerente com uma economia baseada no conhecimento, que se baseie no fortalecimento e na capacitação do indivíduo, e não na redistribuição compensatória. O Estado deve basear sua política social na prestação de uma “educação inicial e vitalícia” ao indivíduo, “dirigida ao desenvolvimento de um núcleo inicial de habilidades práticas e conceituais genéricas”. Este modelo de educação proporcionada pelo Estado ao indivíduo deve ter como objetivo o alargamento das possibilidades de “dissolução” da atual estrutura de “classe, através da radicalização da meritocracia.” (Idem, 33) As propostas de Unger, como vemos até aqui, assumem um traço não-liberal de fortalecimento das capacidades individuais.

Como terceira idéia, defende a democratização da economia de mercado, usando o poder do Estado como instrumento para a criação de condições de organização de novos mercados, baseados em formas múltiplas de propriedade e de contrato, coexistindo em uma mesma economia nacional. Em seguida, apresenta o estímulo a uma cultura de solidariedade social, baseada não em transferências monetárias, mas num princípio de responsabilidade universal sobre todos. Por fim, sustenta que a democracia deva ser ampliada no sentido de uma “democracia de alta energia”, fundamental para o avanço dos quatro temas anteriores, cujos requisitos seriam a “elevação sustentada e organizada no nível de engajamento civil” e o “avanço contínuo no esforço de combinar traços de democracia representativa e democracia direta.” (Idem, 37)

Ao apontar as forças sociais reais que podem protagonizar este projeto, Unger mais uma vez se afasta do paradigma clássico da esquerda, indicando a classe trabalhadora – que não é o “proletariado industrial” – e o Estado-nação. A classe trabalhadora se unifica em torno de interesses individuais que, bem afirma Unger, estão mais identificados com uma perspectiva “pequeno burguesa do que proletária” (Idem, 40), o que justifica o enfoque nas políticas meritocráticas. Fazer prevalecer a meritocracia individual, acredita Unger, é uma medida revolucionária, no sentido de solapar um princípio fundamental da atual estrutura de classes sociais, baseado na renda e que, ao projetar “sombras sobre as chances individuais”, mina “as promessas da democracia” (Idem, 50), de fazer com que homens e mulheres comuns tenham

oportunidades iguais de progresso individual. Qualquer privilégio de classe herdado, afirma Unger, é inconciliável com a democracia, e o papel das forças progressistas deve ser o de buscar sua superação, numa perspectiva de anulação de toda desigualdade extrema, sem se comprometer com qualquer forma de igualitarismo rígido, que comprometa as políticas meritocráticas. Já o papel do Estado-nação seria o de mobilizar seus recursos de poupança e os excedentes fiscais no sentido de reagir à globalização “tal como se apresenta agora” (Idem, 43), buscando uma reforma dos arranjos econômicos globais, particularmente, do sistema de Bretton Woods.

Por fim, Unger centra questão em torno da superação de duas dicotomias que são tomadas como verdades incontestáveis. Para ele, ao contrário do que afirma o debate ideológico tradicional, mercado e comando não são contrastantes. Em contrário, “economias de mercado – assim como democracias representativas e sociedades civis livres – podem assumir formas institucionais diferentes daquelas que vieram a prevalecer no mundo do Atlântico Norte.” (Idem, 66) Ou seja, a crença de que dirigismo econômico ou livre mercado, como alternativas possíveis e excludentes, são as únicas que dispõem os governantes democráticos, soa falsa sob a perspectiva de Unger que, ao mesmo tempo, recusa a validade da tese de exclusão entre globalização e políticas de desenvolvimento baseadas no fortalecimento dos mercados nacionais.

Em resumo, podemos afirmar que Unger apresenta uma proposta de esquerda que não toca no tema clássico do pensamento socialista, de superação estrutural da economia de mercado, e em cujo cerne estão: a democracia; a busca de projetos de desenvolvimento que se baseiem em alternativas nacionais de inserção na economia globalizada e; a ampliação das capacidades e liberdades dos indivíduos, em superação a uma estrutura de classes baseada na herança de privilégios de renda e nas desigualdades extremas.

Com uma postura muito mais à esquerda, o filósofo húngaro István Mészáros tem se apegado à tarefa de renovação do marxismo, a partir de uma crítica do socialismo real, sem abrir mão da perspectiva revolucionária, nem se seduzir pela democracia liberal. Trata-se, portanto, de uma crítica renovada e radical à sociedade capitalista, em patamares bem distantes do que vimos até agora. Para Mészáros, o socialismo tem que ser concebido sempre como “uma alternativa radical ao modo de reprodução do metabolismo social do capital” (MÉSZÁROS: 2006, 88), e a transformação socialista somente pode ser entendida como “a derrubada do poder do capital e a superação da divisão social do trabalho.” (ARTHUR & McCARNEY: 1995,

132). Tratando, portanto, de definir o socialismo nos marcos da economia política, como o faz a tradição marxista, Mészáros considera “a idéia de socialismo de mercado uma contradição nos próprios termos”, por pretender, “numa concepção esperançosa, unir as duas modalidades: a extração econômica com a extração politicamente regulada de trabalho excedente - daí porque seria sempre um ponto de partida impossível.” (Idem, 130-131)

Ridicularizando a “Terceira Via” como “uma espécie de socialismo Mickey Mouse” (Idem, 133), Mészáros considera que “a única força capaz de introduzir a mudança [socialista] e fazê-la funcionar são os produtores da sociedade, que têm as potencialidades e as energias reprimidas por meio das quais todos esses problemas e contradições podem ser resolvidos.” (Idem, 135) A classe operária, portanto, permanece como o único sujeito revolucionário, na sua concepção. Entretanto, Mészáros se mostra desiludido com toda organização revolucionária que se baseie em partidos políticos, pela tendência ao parlamentarismo que está inerente a eles. Da mesma forma, critica os sindicatos, que setorializam o movimento operário, em prejuízo do movimento socialista, transformando o trabalhador num interlocutor do capital, seu “antagonista estrutural” (MÉSZÁROS: 2006, 90), o que resulta em uma posição defensiva em torno de “algumas vantagens para uns poucos setores do operariado” (Idem), que só são obtidas sob condições conjunturais favoráveis.

O keynesianismo e o Estado do Bem-Estar Social foram exemplos de tais condições favoráveis, segundo Mészáros. Entretanto, a incorporação do keynesianismo por parcela importante da esquerda tolheu a expansão do socialismo e esterilizou o movimento operário. Para Mészáros, o keynesianismo “sempre aceitou sem contestação as premissas necessárias do capital como estrutura orientadora de sua própria estratégia” (Idem, 96), não sendo, portanto, uma estratégia adequada para qualquer esquerda que se pretenda radical – ou seja, socialista. Continuando sua crítica, Mészáros afirma que “o keynesianismo, mesmo a variante chamada “keynesianismo de esquerda”, está necessariamente contido na “lógica *stop-go*” do capital, e por ela é restringido.” (Idem) Este caráter conjuntural que lhe é associado é justamente o que faz do keynesianismo uma estratégia inadequada para a esquerda, principalmente porque, no momento de “stop” do capitalismo, o monetarismo se converte como a estratégia hegemônica, sepultando os ganhos obtidos pelos trabalhadores no momento “go” keynesiano. Para Mészáros, a “atual” longa fase neoliberal do capital evidencia a “crise estrutural (não mais a crise cíclica tradicional) do capital.” (Idem, 97). Escrita no início dos anos 2000,

esta frase soa datada neste momento em que uma nova crise conjuntural do capitalismo faz ressurgirem as alternativas keynesianas, sem implicar em nenhuma falência sistêmica definitiva. Alertando para os perigos que estão associados à manutenção do sistema capitalista – como o uso da biotecnologia para fins estritamente comerciais, dissociado de compromissos éticos e humanitários – Mészáros retoma a velha insigne de “socialismo ou barbárie”:

“A verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa (...) também não haverá futuro para a própria humanidade. (...) o *extermínio da humanidade* é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. E o mundo dessa terceira possibilidade, além das alternativas de “socialismo ou barbárie”, só abrigaria baratas, que suportam níveis letais de radiação nuclear. É esse o único significado racional da *terceira via do capital*.” (Idem, 108-109)

No campo do que Mészáros chama de “socialismo de mercado”, destacamos o trabalho recente do renomado economista marxista brasileiro, Paul Singer. Singer, assim como Mészáros, também recoloca o socialismo no campo da economia política. Na sua perspectiva, entretanto, o socialismo deve ser construído processualmente, como uma disputa hegemônica, conduzida pela classe trabalhadora, dentro da formação social capitalista. Neste sentido, não haveria nenhuma distinção essencial entre socialismo e economia de mercado. Criticando, portando, a experiência do “socialismo realmente existente”, Singer afirma que

“a essência do socialismo, como modo de produção, é a organização democrática da produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. Organizações como essas não podem ser formadas de cima para baixo, por decretos de algum poder pseudo-socialista, desconhecendo os anseios e os propósitos dos produtores/consumidores” (SINGER: 1998, 09-10)

Sem abrir mão da sua crença, forjada na sua origem na tradição marxista, de que o socialismo é um modo de produção distinto do capitalismo, Singer faz aqui uma dura crítica ao “socialismo realmente existente” por ter, com sua estratégia de centralização econômica e política, tolhido as características democráticas, descentralizadoras e

participativas associadas ao que chama de “utopia socialista”, em análise semelhante à de Alec Nove (1989).

Neste sentido, a principal tarefa do movimento socialista, segundo Singer, é de fomentar a disputa hegemônica com os capitalistas, dentro da mesma formação social, buscando sempre que o prevailecimento dos *valores* associados ao socialismo.

“O comunismo (...) é o oposto simétrico do capitalismo. Ao individualismo deste último, que funciona como explicação e justificativa da competição enquanto valor e modo de comportamento universal, o comunismo opõe o coletivismo, apresentado como ambiente necessário para o surgimento de um “novo mundo moral” (na expressão de Owen) baseado na solidariedade, na cooperação e na fraternidade entre os homens.” (Idem, 73-74)

A luta socialista, portanto, é uma disputa hegemônica em torno de valores. Entretanto, fazendo tal afirmação, Singer não está se referindo apenas aos valores “pós-materialistas” aos quais se referiu Ronald Inglehart, mas a valores que são aplicáveis também ao campo econômico. Em acordo com a definição de Bobbio, os valores aos quais se refere Singer são todos também essencialmente igualitários, ou seja, de esquerda.

Para Singer, colocando a “revolução política” - baseada na tomada e na centralização do poder do Estado - como eixo central da sua estratégia de revolução, os comunistas de inspiração soviética findaram por desconhecer que a construção do socialismo deve se dar por uma “revolução social”, ou seja, através da transformação de uma formação social para outra, que não precisa ser violenta, mas necessariamente processual. A revolução, portanto, não é o “momento decisivo” e violento de “tomada do Palácio de Inverno”. Na concepção de Singer, a violência em si não é essencial ao processo revolucionário socialista. A revolução socialista compreendida por Singer, dentro da melhor tradição marxista, é um processo cumulativo de transformação das estruturas capitalistas, que pode se dar de forma lenta e pacífica.

“a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes da luta do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a “destruição criadora” de postos de trabalho” (SINGER: 1998, 19)

A principal tarefa de uma estratégia política centrada na perspectiva de uma revolução social socialista, segundo Singer, é a de disseminar “implantes socialistas” na formação social hegemônica pelo capital, buscando sua superação processual. Esta tarefa, destaca Singer, já está em curso desde o século XIX. Dentre estes implantes socialistas, Singer destaca a democracia política e o sufrágio universal – com seu nítido “caráter anticapitalista”. Singer assume, assim, uma posição bem distinta dos comunistas de tipo soviético, mas também de Mészáros.

“A democracia conquistada pelo movimento operário é o implante socialista mais importante e até o momento não foi abalada pela voga neoliberal, que está atingindo fortemente os outros implantes socialistas, como o sindicalismo e a seguridade social. O capitalismo democrático é uma contradição em termos: à medida que o capitalismo desencadeia concentração da renda e da propriedade, exclusão social e destruição de empresas e empregos tornados tecnicamente obsoletos, as vítimas destas tendências sempre têm a possibilidade de usar de seu *status* de cidadão para mobilizar o poder do Estado em seu favor” (Idem, 116-17)

Para Singer, o cooperativismo, como forma de associação de indivíduos livres para a produção e para o consumo sob patamares democráticos e participativos, é outro importante implante socialista, que pode ser estimulado pelos sindicatos. A empresa cooperativa, na qual todos os sócios têm o mesmo poder de decisão, é essencialmente distinta da empresa capitalista, cujo poder de decisão está no volume de capital empregado por cada sócio. Sendo gerida pelos trabalhadores a ela associados, a empresa cooperativa estabelece relações de trabalho democráticas e horizontais, realizando “todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção.” (Idem, 128)

A lição do cooperativismo para a renovação do socialismo, portanto, é de que a empresa não necessariamente precisa ser o espaço da autocracia do grande capital, mas também um local para a realização do princípio democrático e socialista do autogoverno. A partir desta leitura da experiência histórica do cooperativismo, Singer afirma que “o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas por princípios totalmente diferentes dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominadas ‘socialistas’.” Portanto, conclui que “não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (Idem, 112).

Nestes termos, Singer conclui que “a revolução socialista começou na terceira década do século XIX”, implantando, no capitalismo “ainda em constituição, instituições destinadas a enfrentar e/ou compensar tendências de concentração da renda e da propriedade, de exclusão social e de destruição criadora, inerentes à dinâmica do capital” (Idem, 132). Assim, o grande “desafio ideológico” que se apresenta à esquerda contemporânea, disposta a renovar o socialismo a partir da leitura crítica da experiência soviética, sob novas bases democráticas, é o de

“formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação das decisões que afetam seus destinos também ao nível da empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão “normal” de vida.” (Idem, 110)

Atualmente, portanto, dois devem ser os principais movimentos táticos, segundo Singer, dentro da disputa hegemônica pelo socialismo: fomentar o que chama de “economia solidária” – vinculada às experiências de empreendimentos cooperativos, familiares e autogeridos, por exemplo – e desenvolver a “democracia participativa”, ampliando a democracia representativa com mecanismos de democracia direta, fortalecendo ainda mais o caráter de “implante socialista” que ele atribui à democracia como regime político. Esta tática encontra ressonância dentro de amplos segmentos da esquerda, estando presentes nos trabalhos de autores como Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002), e também nas formulações de grupos políticos de esquerda - sobretudo ex-marxistas que não querem se incorporar à social-democracia da Internacional Socialista -, como a fração petista “Democracia Socialista”, com a qual, inclusive, Paul Singer tem proximidade política.

4.2 – A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI

4.2.1 – Considerações teóricas

Ser de esquerda na América Latina tem, na prática, um significado peculiar com relação ao que discutimos até aqui. Vimos como o projeto da “Terceira Via”, e mesmo a contra-argumentação de boa parte dos seus críticos, não à toa, guardam um conteúdo estritamente euro-centrado. Como formação histórica e social, a América Latina assume

particularidades estruturais e de cultura política que destoam do que se observa na Europa Ocidental, cuja realidade serviu de base para a construção do projeto político clássico da esquerda, por Marx e Engels e, depois, por Kautsky e Lênin. Nunca se reproduziu na América Latina, por exemplo, uma estrutura de classes como a europeia que, ao tempo em que subsidiava a utopia da revolução proletária, sustentou eleitoralmente e dotou de base social a social-democracia, como vimos, possibilitando a firmação do pacto keynesiano.

O que não quer dizer que tentativas múltiplas de transposição das teses eurocentradas da esquerda clássica para a realidade latinoamericana não tenham sido executadas. Foram, e acabaram por resultar em fracassos retumbantes. Destes fracassos, os mais exemplares foram as iniciativas da Internacional Comunista, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, de classificar os países latinoamericanos como “semi-colônias” do imperialismo norte-americano, o que implicava em uma estratégia de revoluções “antiimperialistas” e “antifeudais” contra o latifúndio exportador “semi-feudal”. Dotadas de um esquematismo mais positivista que propriamente marxista, as teses do *Commintern* equivocadamente equiparavam a América Latina a países como a Índia, a China e a Rússia czarista, mas firmaram raízes na esquerda do nosso continente. Por exemplo, ainda no seu IV Congresso, realizado em 1954, o Partido Comunista Brasileiro defendia a formação de uma “frente de libertação nacional” no Brasil, cujo caráter político deveria ser “antiimperialista” e “antifeudal”. (SILVA: 2002) Autores seminiais, como o peruano José Carlos Mariátegui, tentaram adequar o pensamento marxista à realidade latinoamericana ainda no período do *Commintern*, tendo obtido mais popularidade contemporaneamente do que à sua época, entretanto.

Como em toda parte do mundo, a marca fundamental da esquerda latinoamericana é sua pluralidade. A existência de correntes e linhas políticas distintas sempre lhe foi característica, e é possível verificar a evolução de tal pluralidade acompanhando alguns momentos históricos definitivos, como: a chegada de uma nova onda de imigrantes europeus no início do século XX, influenciados pelo anarquismo; a Revolução Russa e a criação dos partidos comunistas na região; o surgimento do nacionalismo populista, desde a Revolução Mexicana até o aparecimento dos caudilhos na América do Sul, já no final dos anos 1930; a Revolução Cubana; a morte de Che Guevara e a derrubada de Salvador Allende; a Revolução Nicaragüense; o fim das ditaduras militares, a redemocratização e a queda do Muro de Berlim, no final dos anos 1980. Uma boa tipologia da esquerda latinoamericana foi apresentada pelo cientista

político mexicano Jorge Castañeda, no seu livro “Utopia desarmada” (1994). Para Castañeda,

“A esquerda latinoamericana pode ser classificada segundo dois critérios determinantes (...). O primeiro implica uma classificação ideológica e política; o segundo é funcional. Ideológica e politicamente, a esquerda latinoamericana pode ser dividida em quatro grupos: os partidos comunistas tradicionais, a esquerda nacionalista ou populista, as organizações político-militares e os reformistas. Funcionalmente, podem ser acrescentados outros dois grupos: o esquerda social e a esquerda intelectual” (CASTAÑEDA: 1994, 32-33)

Quando se refere às “organizações político-militares”, Castañeda está tratando do expressivo número de grupos políticos que, influenciados pela experiência da Revolução Cubana e pela tese guevarista do “foquismo”, tentaram transpor a experiência cubana para outros países do continente. Aqui, tratamos de um leque amplo organizações, que vai do MIR chileno e da ALN de Carlos Marighela às FARC colombianas, sobrevivente anacrônica, desmoralizada e desmoralizadora – para a esquerda contemporânea, pelas suas ligações com o narcotráfico e suas práticas de violência injustificada - de uma estratégia política que mostrou sua inviabilidade há quarenta anos. Um grande erro das organizações político-militares foi o mesmo dos seus antecessores “comunistas tradicionais”: desconhecer a pluralidade da América Latina, com suas diferenças nacionais evidentes.

Interessa-nos aqui, entretanto, desenvolver a identificação de dois desses grupos destacados por Castañeda, os “reformistas” e a “esquerda social”. Em constatação importante, Castañeda afirma que ser reformista na América Latina não é o mesmo que ser “social-democrata”, segundo o conceito europeu do termo, como afirmamos acima.

“embora a social-democracia em princípio se enquadre perfeitamente nas necessidades latinoamericanas, ela não se adapta necessariamente a suas estruturas (...). Não se encontra na América Latina aquela classe operária – numerosa, organizada e homogênea – que, do início do século [XX] aos anos 60, quase se transformou na maioria eleitoral em grande parte dos países da Europa Ocidental (...) e terminou constituindo a base de massas da social-democracia.” (Idem, 117)

A esquerda reformista latinoamericana, portanto, politicamente situada à centro-esquerda, inclui partidos de inspiração direta na social-democracia européia e na Internacional Socialista, segue Castañeda, mas vai além dela. Boa parte desta esquerda

reformista atual teria origem na esquerda armada – como setores da Frente Ampla uruguaia e do PT brasileiro –, além de outros tantos com raízes no nacionalismo populista, como “Cárdenas no México, Brizola no Brasil e Torrijos no Panamá.” (Idem, 120) Em geral, as características que unem esta esquerda reformista, segundo Castañeda, são: seu traço exclusivamente eleitoral, expresso no seu compromisso essencial “com o processo democrático, com o respeito aos direitos humanos e com a liberdade de expressão e associação” (Idem); sua recusa à “concepção leninista vertical de partido único de governo ou de organização política” (Idem); sua “preocupação, retórica e de fato, com a ‘questão social’: justiça social, redução das desigualdades, implementação de políticas econômicas e sociais redistributivas, promoção da igualdade, do desenvolvimento social etc.” (CASTAÑEDA: 1994, 121) e; “durante os últimos quinze anos e sobre os principais temas de política exterior (...), os reformistas latinoamericanos - no poder ou fora dele – mantiveram posturas nacionalistas e antiintervencionistas, muitas vezes traduzidas em posições contrárias às dos Estados Unidos.” (Idem, 123) Em relação ao último ponto, mesmo a Internacional Socialista, segundo Castañeda, teria assumido postura semelhantes para a América Latina, desde os anos 1980.

Por fim, o conceito de “esquerda social”, tal como o trabalha Castañeda, é fundamental para compreender o desenvolvimento da esquerda latinoamericana, nos anos 1970 e 1980, por abarcar um grupo que se fez forte em todo o continente, e que teve influência decisiva, principalmente, na organização de partidos como o PT, no Brasil, ou mesmo o MAS boliviano, de Evo Morales. Diretamente inspirada pelo método desenvolvido pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, a “esquerda social” abarca aquele conjunto de novos movimentos sociais, transcendentais das linhas clássicas de classe, cuja principal origem social está na nova pobreza urbana latinoamericana, ou na classe média, o que lhe confere um caráter essencialmente popular. São os movimentos pela moradia, de mulheres, contra a carestia, ecológicos, em defesa dos direitos humanos e, principalmente em se tratando do caso brasileiro, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, ideologicamente formadas pela Teologia da Libertação. Esta “esquerda social” deitou raízes profundas na formação da cultura política do PT, se constituindo, nos termos de Panebianco (2005), em parte fundamental do seu “modelo originário”, que até hoje não foi abandonada pelo partido, uma vez que tal abandono poderia resultar na sua crise definitiva.

A “esquerda social”, como afirma Roberts (1998), cumpriu um papel decisivo na renovação da esquerda latinoamericana nos anos 1980, quando do processo de redemocratização da maioria do continente, após o fim das ditaduras militares, e após a crise vivenciada pela esquerda com a falência do “socialismo real”. Naquele período, segundo Roberts, a esquerda latinoamericana se renovou sob novas bases democráticas, abandonando de vez as visões instrumentais ou preconceituosas – “desvio burguês” – sobre a democracia política. A partir de então, a esquerda latinoamericana passou a incorporar a tese de “aprofundamento da democracia”, em aliança com os setores populares e os novos movimentos sociais. Esta esquerda renovada, segue Roberts, começou a enxergar a democracia não apenas como um conjunto de normas de procedimento, mas também como uma possibilidade de empoderamento e de representação política dos setores populares, seja através da incorporação de práticas políticas diretas à institucionalidade democrática, seja elegendo representantes provenientes deste grupo social. A democracia, portanto, passa a ocupar posição central no projeto da esquerda latinoamericana.

Entretanto, segue Roberts, “if there is broad consensus within the Latin American Left on the need to “revalue” political democracy, there is no unanimity on precisely what it is that is being revalued.” (ROBERTS: 1998, 19) Neste sentido, a esquerda democrática renovada latinoamericana se dividiria entre: uma primeira corrente, cuja ênfase está no “aprofundamento” das normas e práticas democráticas, no sentido de criação de mecanismos mais diretos de governo, o que a colocaria em posição de maior identificação com a clássica idéia de auto-governo, característica da esquerda pré-leninista e; uma segunda posição, que dedicaria maior atenção à democracia como regime político/conjunto de instituições destinadas a manejar o pluralismo político e social, regulando conflitos e construindo uma ordem baseada na coexistência pacífica de projetos conflitantes de sociedade, o que faria desta corrente mais radical na postura renovadora do pensamento da esquerda, por se postar na defesa da democracia representativa. Esta segunda posição teria maior influência do trauma causado pelos regimes autoritários, conclui Roberts.

Independente de qual visão de democracia esteja subjacente, a esquerda renovada latinoamericana abandonou o clássico paradigma marxista, continua Roberts, passando a compreender o socialismo como um processo aberto de transformação social, e a revolução socialista como um processo permanente de transformações reformistas e radicais, dentro de ambientes democráticos. Há aqui, uma influência

direta, sobre esta esquerda, do pensamento de Gramsci, e da sua concepção de luta pela hegemonia socialista a partir da construção de um bloco histórico pluriclassista. O sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón, figura proeminente da renovação do Partido Socialista do seu país nos anos 1980 e 1990, assume posições similares quando fala em socialismo. Para Garretón (1990b), a derrocada do socialismo real permitiu à esquerda uma renovação ideológica, no sentido de se pensar o “socialismo possível”. O chamado “socialismo real”, segue Garretón, nada mais representou do que um fenômeno de apropriação do nome “socialismo” por uma corrente autoritária, alojada no aparelho estatal-partidário da URSS, que se apropriou do direito de definir quem era “socialista”. Definindo as sociedades do “socialismo real”, afirma Garretón:

“Yo las llamaría sociedades no-capitalistas, si pienso en sus economías; autoritarias con dictadura de partido, si las defino por su régimen político; de Estado absorbente, si pienso en un tipo de Estado; y de ideología marxista, si me refiero a parte de su modelo cultural. Y todo esto no tiene que ver con socialismo, salvo (...) que se agote la realidad y la posibilidad del socialismo en ese modo particular o concreto de definir lo real y lo posible del socialismo” (GARRETÓN: 1990b, 03)

Como não lhe interessa tal esgotamento, Garretón segue sua crítica ao “socialismo real”, afirmando, por exemplo, que podem ser observados elementos socialistas, no sentido da igualdade, em sociedades que o “socialismo real” viu apenas como “desvios”, por serem menos estatizadas e não terem partidos únicos, como as experiências social-democratas europeias. A tese do “socialismo possível” apresentada por Garretón se baseia em quatro princípios: a) socialismo não é o mesmo que revolução proletária, fórmula considerada esgotada para a América Latina; b) o regime político do socialismo é a democracia, que se associa, junto com o ideal dos direitos humanos, ao projeto socialista; c) o socialismo não é o mesmo que estatizar a economia, mas sim, a convivência de uma economia mista, que parta do princípio que a propriedade privada pode ser um elemento dinamizador da atividade econômica, e que não necessariamente precisa ser identificada com a exploração do homem pelo homem, desde que seja submetida a determinadas regras de “bem comum”, socialmente negociadas e; d) o abandono da idéia de que o socialismo é um modelo de sociedade definido para sempre.

Assim, Garretón afirma que o socialismo não é um modelo de sociedade, mas sim “la cristalización ética e institucional en cada sociedad de los principios de

igualdad, libertad, fraternidad o solidaridad, que articulen la relación entre economía, política y cultura, y permitan la superación de las contradicciones más flagrantes que sufre esa sociedad determinada. Este es el socialismo posible.” (Idem, 07) A tese de Garretón trata-se, portanto, de uma proposta de socialismo radicalmente dissociada da tradição do marxismo-leninismo, e que se fez muito popular na esquerda latinoamericana desde então.

4.2.2 – A nova esquerda latinoamericana no governo

No início do século XXI, a esquerda se fez governo na América Latina, pela via democrática. Mais apropriado seríamos falarmos da América do Sul em particular, que é o *locus* principal desta chamada “onda vermelha”, apesar de existirem exceções à regra, como os governos do centrista Alan Garcia no Peru e do direitista Álvaro Uribe na Colômbia, e também o novo governo de Daniel Ortega na Nicarágua e a recente eleição de Mauricio Funes, da FMLN, como presidente de El Salvador, ambos alinhados à centro-esquerda, apesar de substancialmente diferentes nas suas escolhas políticas. Via de regra, entretanto, a América Central e o México seguem alinhados política e economicamente com os Estados Unidos, principalmente, pelos tratados de livre comércio – o que abre espaço para mais uma exceção, pois o Chile de Bachelet, que consideramos aqui como integrante desta “onda vermelha”, é o país que mais firmou tratados de livre comércio no continente, inclusive, com os Estados Unidos. É evidente que não podemos nos esquecer de Cuba, que não nos interessa aqui, por não se tratar de um regime democrático.

Como afirma José Natanson, a América do Sul vive um novo tempo político que não pode ser encarado como um fenômeno nacionalmente isolado – como o foram a Revolução Cubana e a eleição de Salvador Allende no Chile, por exemplo -, mas antes como “una tendencia profunda que recorre casi toda la región y que ya asoma tan clara como el ciclo autoritario de los 60 y 70, la recuperación democrática de los 80 y el neoliberalismo de los 90.” (NATANSON: 2008, 16) Trata-se, portanto, de um fenômeno político de resposta ao anterior ciclo neoliberal, mas que reúne um grupo de governos e de lideranças com trajetórias e estilos diferentes, cujas orientações políticas muitas vezes não são convergentes, mas que têm em comum a preocupação com o enfrentamento da pobreza e a busca por maior igualdade social, através de amplos programas de política social.

Nas palavras de José Luís Fiori, estes novos caminhos da esquerda latinoamericana, no século XXI, estão sendo abertos por “homens que não pertencem às elites intelectualizadas e que não estão, em geral, familiarizados com os debates clássicos da esquerda socialista ou marxista européia. São homens que defendem valores éticos, sociais e políticos populares, nacionais e igualitários, e que criticam as políticas neoliberais (pelo menos no plano retórico) e o intervencionismo imperial dos EUA. Ao mesmo tempo, defendem um projeto político e econômico sul-americanista.” (FIORI: 2007, 99) Natanson complementa esta definição, reforçando a originalidade desta esquerda com relação às esquerdas clássicas européia e latinoamericana: “se trata, con todo, de una izquierda distinta, flexible, pragmática y reformista, que busca avanzar lentamente en la construcción de sociedades más justas y que para ello asume formas institucionales muy distintas, que no es revolucionaria, aunque em algunos casos se proclame como tal, y que es bastante democrática, por más que a veces insista com el canto de sirena de la democracia participativa.” (NATANSON: 2008, 21-22)

Dialogando com estes argumentos apresentados por Fiori e Natanson, percebemos que, mesmo que se trate de um ciclo político, a diversidade entre os atores envolvidos é muito maior do que observado em ciclos anteriores, o que reforça a tese de que a América Latina, como identidade política regional, foi construída sobre bases nacionais muito particulares. Por exemplo, tem se tornado muito popular a argumentação de que assistiríamos à emergência de “duas esquerdas” na América Latina. Com algumas variações, os adeptos desta tese convergem em argumentar que, em um primeiro grupo, se postariam os presidentes “pragmáticos”, como Lula, Michelle Bachelet, Tabaré Vázquez e, a depender do autor, o casal Kirchner. No segundo grupo, estariam os presidentes da esquerda “ideológica”, que forma o grupo autodenominado “bolivariano”, como Evo Morales, Rafael Correa e Hugo Chávez. Se incorporarmos os presidentes da América Central, o argumento mais popular colocaria Daniel Ortega no segundo grupo, e Mauricio Funes no primeiro. Fernando Lugo, pelo seu alinhamento com os bolivarianos, tenderia a ser classificado também junto a este grupo, apesar de o pouco tempo e as dificuldades que seu governo está enfrentando, sobretudo por causa da heterogeneidade da sua base aliada, ainda impossibilitarem uma caracterização mais precisa.

Acreditamos que esta dicotomia carece de precisão. Em primeiro lugar, por não considerarmos que, em ambientes democráticos e competitivos, “pragmatismo” e “ideologia” sejam posturas essencialmente antagônicas. Exatamente por isso, ambas são

atitudes perceptíveis – em graus diversos, é verdade – em lideranças dos “dois lados” da esquerda na América Latina. Avançando na argumentação, tomemos o fato de que Brasil, Uruguai e Chile vêm vivenciando, nos últimos anos, um processo de evidente institucionalização dos seus sistemas partidários, o que faz dos seus partidos políticos, e dos políticos filiados aos grandes e médios partidos nacionais, os principais agentes políticos contemporâneos. Nestes três países, os governos vêm sendo formados sob bases consociadas, e a existência de ministérios pluripartidários têm sido a medida para uma governança estável, desde o retorno da democracia. No caso chileno, a decisão dos setores majoritários da esquerda de formarem uma coalizão partidária, eleitoral e de governo com o centro garantiu a estabilidade da transição à democracia e do ambiente econômico.

No Uruguai e no Brasil, os partidos majoritários da esquerda – a Frente Ampla e o PT, respectivamente – foram atores de um longo processo de ampliação da sua presença nos espaços institucionais da democracia reconstruída após os anos 1980, principalmente, nas prefeituras e no legislativo, num *continuum* que os levou à Presidência da República. No governo, as esquerdas destes três países optaram por dar continuidade à política, já em curso, de rigor em matéria fiscal, monetária e macroeconômica, tendo como marca distintiva, entretanto, o forte investimento na ampliação das políticas sociais focalizadas no combate à pobreza. A Frente Ampla, como o próprio nome afirma, reúne uma larga gama de partidos políticos de centro e de esquerda, dos democratas cristãos aos comunistas, passando pelos ex-guerrilheiros Tupamaros. Um líder tupamaro, José Mujica, será o candidato frente-amplista às próximas eleições presidenciais. No Brasil, o PT optou por uma estratégia de aliança com o centro desde 1995, após a eleição de José Dirceu como seu presidente nacional e, no governo federal a partir de 2003, incorporou ao seu arco de alianças, inclusive, partidos de direita, em nome da construção de uma base parlamentar sólida. O ambiente de estabilidade institucional que antecipou as suas alçadas ao poder, no Uruguai e no Brasil, possibilitou à Frente Ampla e ao PT fazerem tais escolhas econômicas e institucionais.

Em sentido contrário, a chegada da esquerda ao poder no Equador, na Bolívia e na Venezuela foi marcada por uma prévia situação de grave crise econômica e institucional, onde o sistema partidário tradicional foi dilacerado. Mesmo considerando que cada um desses novos líderes da esquerda latinoamericana tem seu estilo próprio, podemos argumentar que, no ambiente institucional de um país como o Chile, por exemplo, não há espaço para uma liderança *outsider* e com tal grau de autonomia frente

aos partidos como Hugo Chávez. Da mesma forma, uma coalizão que reunisse os principais partidos de centro e de esquerda do século XX em torno de um programa reformista, tal como tem sido a *Concertación* chilena, com sua ampla adesão popular, teria poucas chances de sucesso na Venezuela dos dez últimos anos.

Há uma clara constatação, entretanto, como sustenta Francisco Paniza (2008), de que observamos na América Latina dois estilos diferentes de governos de esquerda. Um primeiro, representado por Bachelet, Lula, Vázquez - e, agora, Mauricio Funes, segundo seus pronunciamentos iniciais - que optou por uma estratégia mais rigorosa - e, em alguns momentos, até mesmo ortodoxa - de política macro-econômica, fiscal e monetária, combinada com políticas sociais ambiciosas, com resultados positivos na redução da pobreza. Em termos de política externa, este grupo se preocupa em bem posicionar-se no mercado global, defendendo políticas de livre mercado, ao tempo em que se orienta para a conquista de novos mercados, fora do eixo Estados Unidos-Europa (principalmente, no caso do Brasil), e privilegia a integração da América do Sul (com exceção de Vázquez⁴⁵). Em termos de padrão de governo, optou por construir amplas alianças com partidos políticos de centro, a partir dos tradicionais partidos de esquerda aos quais são filiados. Este grupo, chamamos de “social-democrata”.

O segundo grupo seria o dos autodenominados “bolivarianos”, cuja estratégia econômica é mais próxima da tradição estatizante e intervencionista do clássico padrão nacional-populismo latinoamericano. Em termos políticos, é formado por *outsiders* - com exceção de Daniel Ortega -, de personalidade carismática e quase histriônica (particularmente, no caso de Hugo Chávez), e tem uma postura mais ofensiva – muitas vezes, apenas retórica, como lembrou Fiori – em matéria de relações internacionais, particularmente, no seu anti-americanismo. Procura estabelecer relações diretas com os movimentos sociais, que são seus principais sustentáculos na tarefa de reconstrução do Estado, a partir de reformas constitucionais profundas e de traço hiper-presidencialista. Assumimos a tese de que a tais diferenças são resultado, principalmente, das particularidades de cada processo político nacional, particularmente, no que se refere a distintos padrões de competição política, e também ao estilo dos partidos ou movimentos políticos que protagonizam cada experiência, sendo pouco frutífero, em termos analíticos, o apego às hipóteses axiológicas.

⁴⁵ E também do governo de Ricardo Lagos, no Chile que, apesar de ser do mesmo Partido Socialista de Michelle Bachelet, dificilmente pode ser considerado como integrante desta “onda vermelha” latinoamericana, por razões que veremos a seguir.

Nesta linha, Paniza argumenta que o principal contraste entre o que chama de governos “social-democratas” e de governos “populistas” na América Latina contemporânea está relacionado com

“la fortaleza de las instituciones políticas y los efectos de las reformas de mercado sobre las respectivas sociedades. En común, el Partido Socialista chileno, el Frente Amplio uruguayo y el Partido de los Trabajadores brasileño han llegado al gobierno en países en los cuales las instituciones políticas (entendidas como tal el Estado, el Parlamento y los partidos políticos) tienen una estabilidad y capacidad relativamente alta de articular relaciones sociales complejas en juegos de pesos y contrapesos que impiden la concentración de poder en el Ejecutivo y dificultan la simplificación del capo social en el antagonismo entre los excluidos y los poderosos, característico del modo de identificación populista. (PANIZA: 2008, 28-29)

Atualmente, o principal defensor da tese de que existem duas esquerdas na América Latina, e que esta divisão deve ser feita sobre critérios axiológicos - onde o que determina a valoração é a adesão ou não à economia de mercado e à democracia liberal -, é justamente Jorge Castañeda. Com origem na esquerda mexicana, Castañeda foi um dos muitos intelectuais de esquerda que, nos anos 1990, aderiram ao neoliberalismo. A partir de 2000, Castañeda tomou parte do governo de centro-direita de Vicente Fox, que se seguiu ao longo do controle do PRI sob o cenário político mexicano, tendo renunciado após três anos no posto de chanceler. Em artigo lançado em 2006, Castañeda falava na existência de duas esquerdas na América Latina, uma esquerda “positiva” e uma esquerda “negativa”:

“There is not one Latin American left today; there are two. One is modern, open-minded, reformist, and internationalist, and it springs, paradoxically, from the hard-core left of the past. The other, born of the great tradition of Latin American populism, is nationalist, strident, and close-minded. The first is well aware of its past mistakes (as well as those of its erstwhile role models in Cuba and the Soviet Union) and has changed accordingly. The second, unfortunately, has not.” (CASTAÑEDA: 2006)

Para Castañeda, duas foram as principais razões para o surgimento da chamada “onda vermelha” na América Latina contemporânea. Primeiro, o fim da Guerra Fria, que desestigmatizou a esquerda do continente, permitindo sua aproximação com os Estados Unidos que, com o novo cenário geopolítico global, passou a orientar sua atenção estratégica para outras regiões, como o Oriente Médio, a Ásia Central e a

Europa do Leste. Depois, Castañeda afirma que, a despeito do “sucesso” do programa de reformas econômicas dos anos 1990, a persistência da pobreza e das desigualdades econômicas extremas fizeram da América Latina uma região que “would have to be governed from the left of center.” (Idem) Por fim, Castañeda considera a combinação entre democracia, desigualdades sociais e uma virada estratégia na esquerda, que passou a considerar a democracia como única via ao poder, como elemento decisivo para esta onda de esquerda.

Neste cenário, a América Latina tornou-se terreno fértil para a proliferação tanto de uma esquerda comprometida com o ambiente de reformas implementado nos anos 1990, como também para o surgimento de experiências neo-populistas. São estas últimas, afeitas ao nacionalismo econômico e desapegadas aos imperativos da institucionalidade democrática, que Castañeda classifica como negativas. Os líderes da esquerda negativa seriam lideranças carismáticas como Hugo Chávez, Néstor Kirchner, Evo Morales e López Obrador. Para estas lideranças, segundo Castañeda, “rhetoric is more important than substance, and the fact of power is more important than its responsible exercise.” (Idem) Na sua irresponsabilidade personalista, estes líderes consideram que “economic performance, democratic values, programmatic achievements, and good relations with the United States are not imperatives but bothersome constraints that miss the real point. They are more intent on maintaining popularity at any cost, picking as many fights as possible with Washington, and getting as much control as they can over sources of revenue, including oil, gas, and suspended foreign-debt payments.” (Idem)

Castañeda não está sozinho, entretanto. Patricio Navia (2006), jovem e conhecido cientista político chileno, escreveu artigo onde procurou diferenciar a “esquerda de Lagos” da “esquerda de Chávez”, partindo de premissas semelhantes às do seu colega mexicano. Para Navia, Chávez superou Fidel Castro no seu posto de esquerdista mais influente da América Latina, com uma trajetória política espetacular que - insiste em reconhecer - logrou ascensão ao poder recorrendo a eleições livres. Entretanto, Navia também destaca que o estilo personalista de Chávez foi decisivo para que seu governo não tenha contribuído para construir instituições democráticas sólidas na Venezuela.

O modelo econômico “populista” praticado pelo chavismo, ao tempo que é insustentável, compromete as suas principais conquistas redistributivas, segue Navia. Assim, conclui o autor, os ganhos do crescimento econômico elevado observado em

2004 e 2005 foram minorados para a população venezuelana graças à inflação elevada, que seria consequência direta do “populismo econômico”. A redistribuição das riquezas conseguidas com o petróleo, se parece positiva para Navia, é fragilizada pela excessiva dependência da economia venezuelana à economia do petróleo, o que a torna vulnerável às oscilações dos preços praticados no mercado internacional. Chávez, por fim, com seu discurso antiglobalização, desconhece “los beneficios que produce el avance del libre comercio mundial” (NAVIA: 2006).

Em contrário, Ricardo Lagos, acredita Navia, com sua disposição ao conservadorismo fiscal, à realização de parcerias com a iniciativa privada e aos gastos sociais focalizados nos mais pobres e, principalmente, com sua adesão aos princípios do livre comércio, consagrada nos diversos Tratados de Livre Comércio firmados pelo Chile durante sua gestão, representa um modelo de governança muito mais promissor para a esquerda latinoamericana. Nada disso impede que Chávez seja mais popular, neste ambiente político, do que Lagos, o que parece, para Navia, um desvio da esquerda latinoamericana contemporânea.

“A la luz de los resultados, resulta evidente que Ricardo Lagos ha sido un presidente más exitoso que Hugo Chávez, pero el mandatario venezolano parecería generar más entusiasmo y provocar más interés en la izquierda de América Latina que el presidente saliente de Chile. Si bien todos los indicadores macroeconómicos y de pobreza señalan que Chile ha avanzado más decididamente que Venezuela en pos del desarrollo económico y de la justicia social, el fervor que produce en muchos izquierdistas la figura de Chávez es sustancialmente mayor que la aprobación que provoca Lagos. (...) Aunque Lagos sea el modelo a seguir, Chávez parecería seguir siendo el modelo a admirar por muchos idealistas de izquierda de la región.” (Idem)

Na mesma linha, o político venezuelano Teodoro Petkoff – assim como Castañeda, também um ex-esquerdista que, nos anos 1990, fez uma inflexão ideológica e findou por participar do governo neoliberal de Rafael Caldera – enxerga como muito evidente a existência de duas esquerdas na América Latina. Com nomenclatura similar à usada por Castañeda, Petkoff contrapõe uma esquerda “moderna” a uma esquerda “arcaica”, grupos políticos que, ainda que pertencentes a uma mesma “família” ideológica, têm contradições evidentes. A esquerda latinoamericana “moderna” a que se refere Petkoff seria justamente a esquerda “democrática, que metabolizou a experiência da luta armada e a crise do modelo soviético, assim como as desventuras do allendismo

e do sandinismo, que não se assoma ao espelho cubano.” (PETKOFF: 2007, 186) Em oposição, a esquerda arcaica estaria ainda comprometida com os ícones da esquerda clássica do século XX e, por isso, seria arcaica e anti-democrática.

Ao meu juízo, tal análise bipolar e estanque da esquerda latinoamericana torna-se superficial ao insistir em desconsiderar as distintas realidades nacionais em questão, com seus diferentes estágios de vivência democrática; de institucionalização política; de autonomia e intervenção dos movimentos sociais no cenário político e; de desenvolvimento econômico, tomando a América Latina como se fosse uma região totalmente homogênea. Mais ainda, axiologicamente estabelece sua tipologia baseando-se na sua preferência ideológica neoliberal. Implicitamente, o que subjaz é a tese do “fim da História”, tal como a formulou Francis Fukuyama. Como bem afirmou Marco Aurélio Garcia, “os dilemas que vive a região não são o resultado de visões “realistas”, de um lado, contra posições “ideológicas” e “voluntaristas”, de outro. Simplesmente refletem percepções e, sobretudo, interesses diferenciados. Para quem se acostumou com uma América do Sul monócórdia, isso pode chocar.” (GARCIA: 2008) Castañeda e Petkoff são exemplos de intelectuais que, ao trocar a esquerda por seus novos compromissos ideológicos, deixaram de acreditar que, como afirma Mangabeira Unger, são múltiplas as possibilidades de experimentos de economia de mercado e de democracia representativa.

Mais importante nos parece envidar esforços em torno de uma discussão à qual já nos referimos, a partir de citação de Castañeda (1994): com esta nova esquerda, é possível pensarmos no surgimento de uma social-democracia latinoamericana, representada, particularmente, pelos governos de Lula, Bachelet e de Vázquez? Vamos dialogar aqui com o cientista político uruguaio Jorge Lanzaro (2007 e 2008) e com Kenneth Roberts (2008).

Lanzaro, partindo de pressupostos antes analíticos do que valorativos, propõe uma classificação tripartite dos novos governos de esquerda da América Latina, em:

- “a) Los gobiernos de carácter populista de nuevo cuño: Hugo Chávez en Venezuela, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador.
- b) Los gobiernos que provienen de partidos de raigambre nacional-popular existentes con anterioridad, especialmente el de Néstor Kirchner en Argentina, con su recreación del peronismo.
- c) En fin y como gran novedad de la temporada, tenemos los gobiernos de tipo social democrático, que despuntan con Lula da Silva en Brasil, Ricardo Lagos en Chile y Tabaré Vázquez en Uruguay. A caballo, entre los dos últimos renglones, podríamos

ubicar el caso de Nicaragua, puesto que el segundo gobierno sandinista muestra signos del nacionalismo revolucionario anterior. (LANZARO: 2007, 02)

Coerente com o que sustentamos até aqui, Lanzaro recorda que o “fundamento primário” do populismo está no seu nascimento “en estructuras nacionales carentes de equilibrio de poderes y de vigor competitivo, con sistemas de partidos débiles o en descomposición”, (Idem, 05), como foi observado nos casos da Bolívia, do Equador e da Venezuela. Em termos estratégicos, segue Lanzaro, as estratégias populistas são hegemônicas e voltadas à ruptura institucional, baseadas em uma atitude anti-política e anti-partido, que resultam em uma relação direta entre o líder e as massas. Com relação à experiência venezuelana, Lanzaro bem avalia que o estilo ultra-centralizador e personalista de Hugo Chávez tem tido implicações negativas sobre a democracia representativa daquele país, no que se refere aos mecanismos de contra-pesos. “Con estas trazas, el régimen de Chávez podría ser caracterizado como una democracia plebiscitaria, con un fuerte sesgo de democracia “delegativa” (O’Donnell 1992), en un régimen “híbrido” o “semi-democrático”, dado que el gobierno tiene un origen legítimo, con triunfos electorales reiterados, pero ejerce la “tiranía de la mayoría”, con un presidencialismo plenipotenciario, sin equilibrios políticos e institucionales. (LANZARO: 2007, 10-11)

Em contraposição, Lanzaro se refere ao nascimento de uma “socialdemocracia criolla”, representada pelos novos governos de esquerda do Brasil, do Chile e do Uruguai, países onde existem sistemas partidários tradicionais (Chile e Uruguai) ou em processo de estabilização (Brasil). Nas três situações, os partidos envolvidos estão integrados ao ambiente institucional da democracia representativa, contribuíram para consolidá-lo, no processo de transição à democracia e, por isso mesmo, “em términos generales, son izquierdas que – en función de la competencia y de los parámetros institucionales que la encuadran - afirman la condición de partidos *catch-all*, de tipo electoral.” (Idem, 12)

Consideradas as particularidades próprias da América Latina, Lanzaro avalia que estes três governos acumulam as características do que se convencionou a identificar como o “modelo social-democrata”. Para Lanzaro, social-democratas são aqueles governos “compuestos por partidos de izquierda, de origen socialista, reformista o revolucionario, que asumen las reglas y el sistema de restricciones – políticas y económicas – de la democracia liberal y de la economía de mercado. Pero al mismo

tiempo – en virtud de su ideología y movidos por la competencia política inter e intra partidaria – tratan de impulsar orientaciones distintivas, sobre todo en las políticas sociales, pero también en el rubro de los derechos democráticos y eventualmente, en líneas de política económica, aun cuando acaten los requerimientos de la época en materia de disciplina macroeconómica.” (Idem, 14) Trata-se de uma definição de “social-democracia” que se apega às variáveis mais propriamente políticas, secundarizando as variáveis sociais, particularmente, aquelas relacionadas à estrutura de classes sociais. Nos termos propostos por Lanzaro, portanto, os governos do Chile, do Uruguai e do Brasil, mesmo que envolvidos num ambiente distinto dos padrões estruturais da Europa Ocidental, podem ser caracterizados como social-democratas.

Kenneth Roberts (2008) segue em caminho semelhante, ao identificar que a busca de redução das desigualdades sociais e da ampliação dos direitos sociais em ambiente de democracia representativa e de economia de mercado, faz a esquerda latinoamericana se mover no campo da social-democracia. Considerando, entretanto, que a social-democracia surgiu em um local e em um tempo muito determinados – a Europa Ocidental do século XX – Roberts questiona: “¿No se incurre entonces en un «estiramiento conceptual» al aplicar actualmente el término «socialdemocracia» a experimentos políticos que se producen en circunstancias históricas y geográficas radicalmente distintas?” (ROBERTS: 2008, 88) A resposta que formula ao seu questionamento, portanto, segue um caminho generalista: “Reducida a sus rasgos básicos, la esencia de la socialdemocracia es la reforma democrática del capitalismo en provecho de la justicia social o la igualdad. Y con seguridad ese es el eje de la lucha de buena parte de la izquierda de América Latina en la actualidad.” (Idem: 88-89)

Roberts adiciona as variáveis sociais à sua análise: a América Latina, por ser uma região de industrialização tardia, não dispõe de um proletariado industrial numeroso, que sirva de base para a sua social-democracia, sendo mais pungente o setor de serviços urbanos, na sua maior parte movendo-se na economia informal. Assim, “cualquier proyecto socialdemócrata en América Latina tendrá necesariamente un sujeto histórico diferente, más diverso, que el de Europa occidental: una coalición o un bloque de grupos subalternos en lugar de una clase social.” (Idem, 91) Esta realidade está expressa na baixa taxa de sindicalização observada na América Latina. Por fim, o fato de terem de lidar com um ambiente de globalização da economia, faz com que os social-democratas latinoamericanos não disponham das mesmas condições de autonomia

nacional que dispuseram seus congêneres europeus, quando criaram o “Estado do Bem-Estar Social”.

Roberts agrega uma variável importante na sua análise: a esquerda social-democrata contemporânea da América Latina se organiza em partidos políticos institucionalizados e de ideologia democrática, diferenciando-se, portanto, do populismo latinoamericano, que também tentou reformar o capitalismo, mas pela ação de líderes carismáticos, na maioria das vezes, pouco afeitos à uma defesa radical das regras do jogo da institucionalidade democrática. Esta nova esquerda social-democrática, portanto, segundo Roberts, está representada diretamente pelo PS do Chile, pelo PT e pela Frente Ampla, que “son fuerzas o coaliciones relativamente institucionalizadas que operan en regímenes democráticos que se encuentran entre los más consolidados de América Latina, y en sistemas de partidos que los enfrentan a serios oponentes de centro o de derecha.” (Idem, 94) São partidos com raízes profundas na tradição socialista latinoamericana, que chegaram ao poder pela via da alternância democrática, o que entendem como um limite institucional às suas ambições reformistas, cada vez mais moderadas. No governo e antes dele, estes três são partidos que “atenuaron sus críticas al neoliberalismo y reconocieron que la integración global de los mercados reduce las alternativas viables. Representan, de hecho, una izquierda posmarxista que tiene sorprendentes similitudes con la izquierda socialdemócrata europea.” (Idem)

Esta semelhança com a esquerda européia faz que, em amplos setores destes partidos, estejam representados autênticos defensores do pensamento neoliberal, como o ex-ministro da Fazenda brasileiro Antônio Palocci. Os governos desta nova social-democracia latinoamericana, portanto, também são espaços de embate entre o que se convencionou chamar de “social-democratas de esquerda”, mais identificados com um discurso desenvolvimentista e intervencionista, e os neoliberais. Garretón (2007) mostra como esta dicotomia está presente também na Concertación chilena.

Neste sentido, como Kenneth Roberts e Jorge Lanzaro, acreditamos que, dentro do campo mais largo da esquerda reformista latinoamericana, surgiu esta novidade que é uma esquerda social-democrata, que pretende impulsionar reformas no sistema capitalista através de políticas sociais executadas por governos eleitos sob os moldes democrático-liberais e, se preciso, em coalizão com partidos de centro. É uma esquerda que, ademais, tem como princípio a defesa de uma inserção dos seus países no mercado global, não raro defendendo os princípios do livre mercado, mas, sobretudo, assumindo

uma posição autônoma em matéria de política externa, o que é sinal da resposta que ela pretende dar aos desafios impostos pela globalização e, sobretudo, às ambições hegemônicas dos Estados Unidos para o continente.

A nova esquerda social-democrata latinoamericana se constitui sob bases sociais distintas do tradicional esquema de classes proposto pelo marxismo – mais ainda, é uma esquerda que abandonou os esquemas marxistas de pensar a política -, tendo forte inserção junto à chamada “esquerda social”, mas também aos trabalhadores, aos setores médios e, em alguns casos, até ao *lumpen* proletariado – como no caso do PT, com sua base nos movimentos de trabalhadores rurais sem terra. Para esta esquerda social-democrata, a democracia deixa de ser vista como um instrumento para a realização dos fins revolucionários últimos, sendo incorporada como um valor indissociado, portanto, do ideal socialista. O socialismo, por sua vez, não é mais representado, nos termos da economia política, como um modelo de sociedade baseado na planificação e no controle estatal da economia, mas, antes, visto como um “conjunto de valores” humanistas, laicos e igualitários, que não são antagônicos à economia de mercado, e sim, à sociedade de livre mercado. Nestes termos, esta esquerda social-democrata, ao tempo em que se distancia da esquerda marxista clássica do século XX, também se assume como anti-neoliberal, mesmo que incorpore determinadas orientações políticas neoliberais nos seus governos. Por fim, é uma esquerda que incorporou as preocupações políticas “pós-materialistas”, nos termos de Inglehart, incorporando a defesa das diversidades, da ecologia e dos direitos humanos à essência do projeto socialista.

Nosso objetivo, agora, é estender nossa análise a dois destes partidos da nova esquerda social-democrata latinoamericana, o Partido Socialista do Chile e o Partido dos Trabalhadores. A opção da exclusão da Frente Ampla uruguaia desta análise está no fato de ela representar antes uma coalizão de partidos, enquanto nossa opção está na análise organizacional comparativa, nos termos propostos por Panebianco (2005), de realidades partidárias distintas.

CAPÍTULO 5 - PARTIDO SOCIALISTA DO CHILE (PSCh): DA REVOLUÇÃO À RENOVAÇÃO SOCIALISTA

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, vamos fazer uma análise do Partido Socialista do Chile, partido que vem se constituindo, desde a sua fundação nos anos 1930, como um dos mais importantes referentes da esquerda latinoamericana. Nas últimas décadas, o PS passou por uma profunda renovação que, se não foi singular, representou um processo rico e de muita valia para a compreensão da esquerda contemporânea, principalmente, na América Latina. Nos termos teóricos que propõem Lanzaro (2007) e Roberts (2008), estaríamos diante de um autêntico partido social-democrata, o que é uma novidade no nosso continente.

Este capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, discutiremos a história do Partido Socialista, da sua origem, nos anos 1930, até a sua reunificação, em 1990. Depois, faremos uma análise da ideologia e da oferta programática do Partido Socialista no século XXI, buscando traçar seu perfil ideológico. Na terceira seção, analisaremos o desempenho do PS na arena eleitoral e parlamentar. Na quarta seção, abordaremos o Partido Socialista como um sistema político próprio, enfocando na sua organização e na sua disputa de frações. Por fim, na quinta e última seção, discutiremos as políticas públicas executadas pelo PS no governo, buscando identificar eventuais contrastes com sua oferta programática.

5.1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PARTIDO SOCIALISTA

O Partido Socialista é um dos partidos mais antigos em atividade do Chile. Fundado em 1933, só perde em antiguidade para o Partido Comunista, fundado em 1912, e para o Partido Radical, fundado em 1863 pela “ala esquerda” do extinto Partido Liberal. A permanência de partidos tão antigos – a estes três, agregue-se a própria Democracia Cristã, fundada em 1957 – como relevantes no cenário político atual, é um fator que demonstra o grau elevado de institucionalização do sistema de partidos chileno, como discutimos no capítulo 2. Entretanto, o Partido Socialista enfrentou uma série de mudanças nestes seus 76 anos de história, como é típico de todo partido que caminha

para a institucionalização, respondendo e procurando se adaptar às contingências do ambiente político nacional e internacional. Mudar sem abrir mão da sua identidade, como afirma Angelo Panebianco (2005), é um sinal de institucionalização para um partido político, e isto se observou no PS. Passemos agora a uma breve narrativa da evolução histórica do Partido Socialista do Chile.

Quando surgiu em 1933, o Partido Socialista representou um fato novo na política chilena. Ao tempo em que procurava se constituir como um partido de esquerda revolucionário e de base na classe trabalhadora – distante, portanto, dos tradicionais partidos da direita chilena e também dos radicais, que se constituíam fundamentalmente como um partido da pequena-burguesia urbana -, mostrava independência com relação aos cânones soviéticos e à Internacional Comunista, identificando-se como uma alternativa democrática ao tradicionalismo do Partido Comunista. Tomaram parte da fundação do PS quatro grupos de orientação socialista que, em geral, estiverem envolvidos na experiência da “República Socialista” de 1932, uma tentativa de golpe de Estado civil-militar, a qual teve entre seus líderes dois dos principais fundadores do PS, o médico Óscar Schnake Vergara e o brigadeiro Marmaduke Grove, respectivamente, primeiro e segundo Secretários-Gerais da história do Partido Socialista. Derrotada esta intentona, seus principais líderes foram deportados para a Ilha de Páscoa, onde passaram alguns meses, o que não impediu que Grove disputasse as eleições presidenciais de outubro de 1932, obtendo uma impressionante segunda colocação. Esta capacidade de mobilização popular, expressa nas eleições, foi decisiva para a decisão de se criar o Partido Socialista, no ano seguinte.

Em termos ideológicos, o PS aceitava “como método de interpretación de la realidad el marxismo enriquecido y rectificado por todos los aportes científicos y revolucionarios del constante devenir social”, segundo sua declaração de princípios apresentada em 1933, o que fazia do PS um partido marxista “heterodoxo”, num cenário político mundial onde a ortodoxia soviética hegemonizava a esquerda marxista. Ao mesmo tempo, esta declaração identificava o PS como um partido da “classe trabalhadora”, antiimperialista e latinoamericanista. Este latinoamericanismo está expresso, inclusive, no símbolo adotado pelo PS: uma machadinha dentro de um mapa da América Latina. Segundo a importante análise de Ignacio Walker sobre a história do socialismo chileno, apesar de intitular-se como marxista, o PS dos anos 1930 deve antes ser entendido como um partido “nacional e popular”. Neste sentido, afirma Walker, “fue la oposición pueblo/oligarquía y no la oposición proletariado/burguesía lo que

caracterizó al socialismo chileno en ese período, imprimiéndole una orientación más nacionalista y latinoamericanista que clasista.” (WALKER: 1990, 118) A principal influência dos socialistas chilenos àquele momento, como bem identifica Walker, estava no aprismo peruano de Haya de la Torre, para quem um projeto nacionalista peruano só poderia ser bem sucedido se inspirado no latinoamericanismo de Simon Bolívar.

Mais ainda, como os apristas, os socialistas chilenos se dirigiam, genericamente, à classe trabalhadora, e não à “classe operária”, como o fazia o marxismo ortodoxo. O seu surgimento, e o apoio eleitoral importante que os socialistas chilenos conseguiram desde os primeiros anos, devem ser entendidos, tal como o fez Tomás Moulian⁴⁶, como uma consequência do processo de urbanização do Chile, e da ascensão da classe trabalhadora urbana como ator político importante, particularmente, após a Constituição de 1925. É de se lembrar que o Chile teve um movimento sindical importante desde o século XIX, principalmente no caso dos sindicatos dos mineradores, mas a urbanização também fez crescer o sindicalismo das profissões próprias da cidade, ligado à manufatura, ao comércio etc. Em termos de base social, portanto, o Partido Socialista dos anos 1930 foi a confluência de militares nacionalistas, profissionais de classe média e trabalhadores urbanos, agrupando, ainda, maçons (como o próprio Salvador Allende), ex-militantes da ala esquerda do Partido Radical, ex-anarquistas e, posteriormente, os trotskistas, todos unanimemente entusiasmados com o novo formato partidário que caracterizava o PS *vis a vis* os comunistas. Era, portanto, um partido de esquerda típico do ambiente político latinoamericano dos anos 1930, quando a região assistia a um acelerado processo de urbanização e emergiam novos atores políticos, notadamente ligados às grandes cidades. Mais ainda, é também produto do ambiente de democracia eleitoral que se instalara no Chile desde a Constituição de 1925. É de se destacar que, ao tempo em que procurava marcar diferença com relação ao Partido Comunista, o PS também fazia questão de distinguir-se da social-democracia européia, sobretudo, porque se identificava como revolucionário e, mais ainda, por procurar se inserir na tradição bolivariana. Entretanto, e aparentemente de forma contraditória com esta postura revolucionária, o PS cada vez mais se envolvia com o jogo eleitoral e parlamentar, como o havia sido desde a sua origem.

Ainda no final dos anos 1930, o Partido Socialista participou da experiência da Frente Popular chilena, da qual participou até sua dissolução no final dos anos 1940

⁴⁶ Vide Capítulo 2.

(vide capítulo 2). A estratégia de “frentes populares”, assumida como linha oficial da Internacional Comunista no seu sétimo congresso, em 1935, foi uma experiência praticada com êxitos eleitorais em outros países europeus, como a França, com a eleição presidencial do socialista Luis Blum, e na Espanha republicana. No Brasil, em 1935, o Partido Comunista liderou uma tentativa de formação de uma “frente popular”, a intitulada “Aliança Nacional Libertadora” (ANL). No Chile, esta experiência teve início em 1938, quando Marmaduke Grove renunciou à sua postulação presidencial em favor da candidatura do radical Pedro Aguirre Cerda, que também contava com o apoio dos comunistas. Eleito Cerda, seu ministério contou com a participação de Salvador Allende, à frente da pasta da saúde. Entretanto, a participação dos socialistas na Frente Popular foi marcada por idas e vindas, e resultou, inclusive, em dissidências de setores do partido que discordavam desta participação. Primeiro, em 1944, Marmaduke Grove criou o “PS-Autêntico”, provocando fissura na base eleitoral socialista. Em seguida, em 1948, uma nova dissidência contrária à colaboração com os radicais cria o Partido Socialista Popular, liderado por Raúl Ampuero, que contou com a participação, inclusive, de Salvador Allende. Nas eleições de 1952, contraditoriamente, o PSP apoiou a candidatura presidencial vitoriosa do radical Carlos Ibañez, chegando, posteriormente, a compor seu ministério. Setores do PSP contrários a esta aliança retornaram ao PS que, junto com os comunistas, lançaram a candidatura presidencial de Salvador Allende, dando início à nova política socialista de formação de uma “frente de trabalhadores”, exclusivamente de esquerda. Só em 1957 se reunificaram as duas facções que haviam cindido o Partido Socialista.

Em 1947, entretanto, o Partido Socialista deu um importante passo ideológico, definidor para a construção da sua identidade, com a apresentação do documento intitulado “Fundamentación teórica del programa del Partido Socialista”, redigido por Eugenio González, um intelectual fundador do Partido Socialista que, posteriormente, chegou a reitor da Universidade do Chile. Este documento trazia uma importante crítica aos partidos comunistas e à União Soviética, a quem acertadamente acusava de estar promovendo uma política de estatização autoritária da economia, conduzida por uma burocracia partidária que, apropriando-se do protagonismo que deveria estar com a classe trabalhadora, estava impondo um modelo de capitalismo de Estado, antes de construir o socialismo. Assim, estabelecia uma diferença entre o matiz soviético-comunista de esquerda e a postura “socialista revolucionária” do PS: “el socialismo revolucionario lucha fundamentalmente por el establecimiento de un nuevo régimen de

vida y de trabajo en el que se den las mayores posibilidades de expansión de la personalidad humana. Medio indispensable para alcanzarlo es la socialización de los instrumentos de producción, de cambio. Pero en ningún caso acepta la estatización burocrática del poder económico, porque ello conduce necesariamente a la esclavitud política de la clase trabajadora.”

Sendo o seu princípio básico a valorização da pessoa humana, a essência do socialismo revolucionário está no humanismo, segue o Programa de 1947. Reconhecendo a importância do humanismo no pensamento revolucionário burguês, este documento fala da construção de um novo humanismo, ampliado sob uma perspectiva socialista: “el humanismo de la revolución burguesa ha tenido que limitarse a las formas políticas y jurídicas, y, aún dentro de ellas, se ha manifestado más en las leyes que en los hechos. El humanismo de la revolución socialista, que ha de eliminar la división de la sociedad en clases de intereses contrapuestos, tiene, en cambio, un carácter total.”

A proposta do PS do Chile, expressa de forma original pelo Programa de 1947, trata-se, portanto, de uma concepção de socialismo que partia da ampliação, para o campo econômico e social, do conjunto de direitos e liberdades individuais que compunham o repertório do liberalismo político. Era, assim, uma visão inovadora do socialismo, sobretudo, para o contexto latinoamericano, por incorporar a democracia política e o humanismo como parte do seu projeto estratégico. Ao mesmo tempo, o Programa de 1947 reafirmava a vocação latino-americanista e antiimperialista do PS, conclamando os povos da América Latina a se unirem “en una comunidad de naciones socialistas.” O Programa de 1947 do Partido Socialista do Chile, portanto, é um documento fundamental na história da esquerda latinoamericana, que transcende o seu tempo e, por isso mesmo, demonstra a importância assumida por este partido no cenário político nacional e regional. A ideia de “revolução socialista democrática” que lhe está subjacente só veio a se tornar popular regional e internacionalmente após o final dos anos 1970, como vimos. Mas era, naquele momento, a proposta mais adequada para um partido que se pretendia revolucionário e de esquerda, sem abrir mão da participação no processo eleitoral. Com o Programa de 1947, o Partido Socialista definitivamente abria o caminho que lhe possibilitou chegar ao governo com Salvador Allende. A falência da experiência da “Frente Popular”, entretanto, contribuiu decisivamente para que o PS alterasse sua tática eleitoral, assumindo a tese da “Frente dos Trabalhadores” ou “Frente

da Esquerda”, que, posteriormente, lhe criou embaraços institucionais, em virtude da chamada “lei dos três terços” que marcava a política chilena daquele período.

Esta estratégia do PS, entretanto, sofreu uma mudança importante a partir dos anos 1960. Dois fatores foram decisivos para tal mudança, a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e a terceira derrota consecutiva de Allende na eleição presidencial de 1964. A Revolução Cubana foi um marco para a esquerda latinoamericana, no sentido em que se constituiu na primeira experiência revolucionária socialista vitoriosa no continente, inspirando muitas outras organizações, novas e tradicionais, a seguirem seu exemplo. A teoria do “foquismo”, difundida por Che Guevara, e apoiada por autores como Régis Debray, levou estas organizações de esquerda a abandonarem e criticarem a tradicional política “etapista”, que preconizava a “acumulação de forças” através da “revolução democrático-burguesa”, característica dos Partidos Comunistas da região. Com o exemplo de Cuba na vizinhança, a perspectiva da revolução socialista tornava-se muito mais presente para os revolucionários latinoamericanos. No Chile, a terceira derrota consecutiva do seu então senador Salvador Allende em eleições à presidência do Chile levou muitos setores do Partido Socialista a contestarem a validade da “via eleitoral” que, até então, havia estado entre prioridades do partido. Igualmente inspirados na Revolução Cubana, estes setores começaram a tomar corpo até conquistar a hegemonia do Partido Socialista.

No seu Congresso realizado na cidade de Chillán, em novembro de 1967, o Partido Socialista sofreu uma alteração radical da sua orientação política, passando-se a intitular-se como um partido “marxista-leninista”, organizado segundo os moldes do “centralismo democrático”. Nas Resoluções deste Congresso, estava escrito que “el Partido Socialista, de acuerdo con su doctrina, sus principios marxista-leninistas y su programa, expresa y representa los intereses de la clase obrera y de las masas explotadas de Chile en su lucha histórica por derribar el régimen capitalista vigente y construir una sociedad socialista. En esta condición, es la vanguardia revolucionaria de los trabajadores, su instrumento fundamental de lucha y su destacamento más avanzado, resuelto, dinámico y consciente en la conducción y desarrollo de las luchas diarias y permanentes contra el sistema actual.” Tratava-se, agora, de um partido que, inspirado no “vanguardismo” marxista-leninista que sempre condenara, assumia uma nova condição de “partido anti-sistema” (SARTORI: 1982) e, mais ainda, que passava a adotar uma estratégia de domínio, e não de adaptação, ao ambiente político no qual estava inserido. (PANEBIANCO: 2005) Sobre este momento da história do PS, é

interessante a lúcida avaliação do dirigente socialista Jorge Arrate: “el Congreso de Chillán no puede ser juzgado como una “anormalidad” en la vida del Partido. Él corresponde a un momento particular de la izquierda latinoamericana (...). Se trata del impacto político sobre toda una generación de dirigentes producido por la histórica Revolución cubana. Son los días de la gesta heroica de Ernesto Guevara en las tierras latinoamericanas de Bolivia. Nadie de mi generación permaneció ajeno a esta acción de proyecciones trascendentes que, al margen del fracaso, significó un impulso soberbio al desarrollo de la idea socialista en América Latina y -sin pretensión- en el mundo entero.” (ARRATE: 2004) A tradicional importância dada pelos socialistas chilenos à participação eleitoral, portanto, estava abandonada a partir de Chillán.

Entretanto, chegadas as eleições presidenciais de 1970, o Partido Socialista tornou a apresentar a candidatura de Salvador Allende, formando, em aliança com os comunistas e com outros setores de esquerda, a “Unidad Popular”, que reproduzia a tática da “Frente de Esquerda” que adotava desde o final dos anos 1950. O programa da Unidad Popular era um programa revolucionário, mas que se propunha a construir o socialismo a partir dos espaços institucionais da assim chamada “democracia burguesa”. Isto era tido como uma “ilusão” pela linha oficial do Partido Socialista, adotada desde o Congresso de Chillán. O próprio Salvador Allende, entretanto, estava em desacordo com a linha política oficial do seu partido. Fiel à sua formação pessoal, de representante de uma terceira geração familiar de maçons, e de fundador do Partido Socialista, com experiência política forjada, principalmente, na arena parlamentar⁴⁷, Allende personificava a linha defendida no “Programa de 1947” do Partido Socialista. Internamente à UP, portanto, conviviam três posições distintas: a) o Partido Socialista, com sua crítica revolucionária ao “ilusionismo eleitoral”; b) o Partido Comunista, mais próximo das posições de Allende, mas para quem a democracia se constituía numa etapa e num instrumento da construção do socialismo e; c) a posição de Salvador Allende, que acreditava ser possível construir o socialismo pela via democrática, eleitoral e parlamentar.

De acordo com as regras da democracia chilena de então, Salvador Allende foi eleito Presidente da República com apenas 1/3 dos votos, sendo ratificado pela maioria do Congresso Nacional, após acordo com os parlamentares da Democracia Cristã.

⁴⁷ Salvador Allende foi eleito deputado pela primeira vez em 1937, foi nomeado ministro da saúde de Pedro Aguirre Cerda, presidente radical da Frente Popular, em 1939, e foi eleito senador por Valparaíso em mandatos sucessivos a partir de 1945, até ser eleito Presidente do Chile. Antes disso, Allende foi presidente do Senado, entre 1966 e 1969.

Estava assim oficializada a grande contradição que resultou no fracasso da “via chilena ao socialismo”, como vimos no capítulo 2: como fazer a revolução socialista, através da institucionalidade democrática, obtendo apenas 1/3 dos votos? É certo que transformações estruturais da magnitude de uma revolução socialista, se obtidas pela via democrática, prescindem de maiorias eleitorais consolidadas, as quais não dispunham os revolucionários chilenos da UP. Num ambiente de Guerra Fria, onde a América Latina era considerada uma região estratégica para o projeto imperialista dos Estados Unidos, a ausência de tal apoio popular fez do governo da UP um candidato forte a golpe de Estado, que finalmente aconteceu em 1973, conduzido pelas elites civis e militares do Chile, contando com o apoio decisivo da CIA, como vimos no capítulo 2.

Em 1971, entretanto, o Partido Socialista realizou um novo Congresso, desta vez na cidade de La Serena, onde ratificou a linha política inaugurada em Chillán, assumindo a estranha posição de ser um “partido anti-sistema” mesmo após chegar ao governo pela via da democracia eleitoral. Sobre sua nova realidade de partido governista, o PS posicionou-se da seguinte maneira em La Serena:

“La presencia obrera en el gobierno no puede significar dependencia del movimiento de masas respecto del aparato gubernamental. El Partido Socialista mantiene su criterio de que las organizaciones sindicales y populares deben desarrollar su propia personalidad. Más aún, los trabajadores organizados deben prepararse e irse incorporando al ejercicio real del poder, a través del manejo directo de las instituciones y organismos directos del Estado. El Partido Socialista luchará por revitalizar los comités de Unidad Popular y convertirlos en instrumentos del poder político de las masas trabajadoras en el nuevo Estado. (..) Sólo cumpliendo estas premisas, el Partido Socialista podrá prepararse a sí mismo y a las masas para el decisivo enfrentamiento con la burguesía y el imperialismo. Reconocemos que este enfrentamiento forma parte del cuadro general de la lucha revolucionaria en América latina y en el mundo entero, y nuestra línea de acción estará encuadrada dentro de estas perspectivas generales.

Merecem destaque nesta passagem das Resoluções do Congresso de La Serena do PS as seguintes inferências: a) a crença de que a chegada ao governo, pelas vias democráticas, não representa a conquista do poder político, o que é uma afirmação típica das organizações revolucionárias de corte marxista; b) a disposição para, a despeito de ter um militante socialista ocupando a Chefia de Governo e de Estado, continuar lutando pela destruição do aparato estatal e pela construção de um “novo Estado” no Chile; c) uma identidade com as formas de exercício direto do poder político, no formato dos “soviets”, contrariando e desvalorizando, portanto, a

institucionalidade própria da democracia representativa; d) uma disposição evidente para a ação revolucionária violenta, a partir de uma instrumentalização do governo da UP para a radicalização da luta de classes e; e) a compreensão de que a “Revolução Chilena” é um momento do processo revolucionário latinoamericano, supostamente iniciado com a Revolução Cubana.

Neste mesmo congresso, o senador Carlos Altamirano foi eleito secretário-geral do Partido Socialista, eleição que representava a hegemonia interna dos setores radicalizados na estrutura partidária, a despeito da posição constitucionalista de Salvador Allende. A partir de então, Altamirano conduziu o PS, junto com outras organizações de ultra-esquerda, como o MIR, a uma situação de dura crítica ao governo da UP e ao seu “ilusionismo democrático”, chamando os trabalhadores a se prepararem para o “inevitável” confronto armado com a burguesia e para organizarem o “poder popular”, o aparato para-estatal “soviético” ao qual se referem as Resoluções do Congresso de La Serena. As declarações de Altamirano neste Congresso⁴⁸ exemplificam bem a posição que ele veio a assumir a partir de então:

“Puesto que la historia no ha conocido hasta hoy revoluciones pacíficas y que el capital no renunciará a su poder voluntariamente, el enfrentamiento armado en términos continentales sigue manteniendo la misma vigencia de siempre. (...) No es con acuerdos políticos al margen de las bases, ni sobre una masa espectadora de la lucha que libran los partidos de izquierda contra la reacción armada, como será posible vencer a la reacción y construir el socialismo, sino entregando el poder a las masas de campesinos y obreros que, organizados en sus vanguardias, serán las únicas capaces de construir el socialismo chileno. (...) Los partidos de izquierda han vivido toda una existencia política aceptando sin protestas el juego electoralista, parlamentario y burgués. La nueva coyuntura histórica nos plantea un extraordinario desafío, que debemos aceptar y resolver exitosamente: la revolución chilena sólo será posible en la medida que las vanguardias de la clase trabajadora sepan revolucionarse a sí mismas, se incorporen sin temores a las masas populares y encuentren en ellas el dinamismo, la orientación y la fuerza que harán posible la conducción del pueblo chileno hacia la construcción del socialismo. El sectarismo partidista y el apego a las tradiciones del orden burgués son los grandes enemigos de la revolución.”

Ainda no início dos anos 1970, se incorporaram ao PS uma série de militantes chilenos egressos do “ELN” (Ejército de Liberación Nacional) dirigido por Che

⁴⁸ Carlos Altamirano. **El Partido Socialista y la Revolución Chilena**. La Serena, enero de 1971. Disponível na internet no sítio <http://www.salvador-allende.cl/Biblioteca/Altamirano/>

Guevara na Bolívia. Derrotados na luta guerrilheira no país vizinho, os chamados “elenos” passaram a se constituir como o braço armado do PS liderado por Altamirano (PEREZ: 2003). Pela sua experiência militar, os “elenos” assumiram um papel decisivo, inclusive, à frente do “GAP” (Grupo de Amigos del Presidente), grupo que, informalmente, se responsabilizava pela segurança pessoal do presidente Salvador Allende. Fizeram parte do GAP, originalmente, militantes do MIR, que foram sucedidos pelos “elenos”. (PEREZ: 2000)

Poucos meses depois, em 21 de maio de 1971, Salvador Allende apresentou, em mensagem presidencial anual enviada ao Congresso Nacional do Chile, o documento intitulado “A via chilena para o socialismo”, que veio a se tornar um clássico do pensamento de esquerda latinoamericano. Neste documento, Allende afirmava, fundamentalmente, que o Chile vivenciava um “segundo modelo de transição à sociedade socialista”. Enquanto o primeiro seria o modelo revolucionário, do assalto ao Estado, bem representado pelas Revoluções Russa, Chinesa e Cubana, por exemplo, o que se via no Chile, segundo Allende, era a construção de “la primera sociedad socialista edificada según un modelo democrático, pluralista y libertario.” Inspirados pela “fidelidad al humanismo de todas las épocas -particularmente al humanismo marxista”, a tarefa que Allende delegava aos chilenos era de “instaurar las libertades sociales mediante el ejercicio de las libertades políticas, lo que requiere como base establecer la igualdad económica.”

A proposta de Allende buscava a transformação da estrutura econômica capitalista, superando a economia de mercado, a partir da redefinição das relações de produção, e instalando um novo regime socialista baseado na “propriedade social”, o que requereria do Estado um papel ativo de planificação econômica. Mesmo assim, Allende reconhecia “que cambiar el sistema capitalista respetando la legalidad, institucionalidad y libertades políticas, exige adecuar nuestra acción en lo económico, político y social a ciertos límites. Éstos son perfectamente conocidos por todos los chilenos.” Ou seja, Allende se mostrava como um revolucionário que estava disposto a “respeitar limites”, que devem ser entendidos como as tradições políticas e constitucionais do seu país.

A revolução com “empanada y vino tinto” anunciada por Allende confrontava diretamente o que defendia o Partido Socialista desde Chillán e La Serena, mas estava em conformidade com as tradições partidárias e, notadamente, com o seu “Programa de 1947”. No governo, Allende pautou sua atuação pela busca infrutífera de diálogo com o

centro político chileno - particularmente, com os radicais e com os democrata-cristãos - e pelo respeito estrito à Constituição. O confronto de Allende com o seu partido, e com as forças mais radicais da esquerda chilena - notadamente, com o MIR - foi inevitável. Carlos Altamirano e o MIR, com suas posturas de confronto, foram apontados como alguns dos principais responsáveis pelo clima de polarização política que resultou no golpe militar de 1973. Acreditamos que esta posição não deve ser valorizada a ponto de ocultar as responsabilidades e as disposições golpistas que, desde o momento inicial da vitória da UP, estavam nas cabeças da direita política e das elites civis e militares chilenas. Hoje, está confirmado que tais disposições também estavam presentes nas articulações do governo dos Estados Unidos, notadamente, operadas pelo Secretário de Estado Henry Kissinger e pelo próprio Presidente da República, Richard Nixon⁴⁹.

O Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 colocou em crise o Partido Socialista do Chile. Primeiro, pela violenta perseguição da qual este partido foi vítima, em conjunto com as outras organizações da esquerda chilena. Milhares de militantes socialistas constam na lista de mortos e de “desaparecidos”, vitimados pelo regime de Pinochet. Atualmente, os nomes destes mártires estão solenemente expostos em um monumento na sede do Partido Socialista, em Santiago. A crise mais grave foi de natureza política, envolvendo a avaliação do fracasso da UP e do conseqüente Golpe Militar. Tratou-se de uma derrota política ou de uma derrota militar? - questionam-se, até hoje, os socialistas chilenos. Os setores mais radicalizados, como não poderia deixar de ser, preferem a segunda opção, atribuindo à incapacidade do partido de organizar militarmente a si e ao povo, na defesa do processo revolucionário chileno, a principal causa do Golpe de Estado. Desarmada e despreparada militarmente, a “vanguarda revolucionária” chilena mostrou-se incapaz de conduzir o povo na resistência armada aos militares golpistas, avaliam. Segundo esta lógica, o PS teria errado justamente por insistir num ponto que caracterizava sua própria cultura política, o “ilusionismo eleitoral”. Por acreditar na “institucionalidade burguesa”, portanto, o PS teria acabado por assistir impotente ao desenrolar trágico da experiência da UP, defendem os que tratam a questão por este viés militar.

A leitura mais lúcida daquele processo político foi a assumida pelos setores “moderados” dos socialistas, que passaram a defender que a derrota da UP se deu justamente como consequência das escolhas políticas feitas pela esquerda chilena,

⁴⁹ Conforme revelam diversos documentos políticos, daquele período, do governo estadunidense, que tinham como assunto o Chile, recentemente tornados públicos. Vide MONIZ BANDEIRA: 2008.

notadamente, quando optou por não oferecer o apoio necessário ao governo do presidente Salvador Allende e também quando, optando por uma postura “anti-sistema”, de *domínio* do ambiente político no qual estavam inseridos, não fez a leitura correta da correlação de forças nacionais e internacionais. Esta leitura incorreta foi o que subsidiou as posturas voluntaristas de muitos dirigentes e organizações da esquerda chilena daquele período - principalmente, do PS e do MIR -, que chegaram ao ponto de acreditar ser possível uma resistência armada contra um exército profissional e moderno, como o Exército chileno, com suas relações e financiamento direto dos militares dos Estados Unidos. Curiosamente, um dos dirigentes que protagonizaram esta segunda avaliação, no final dos anos 1970, foi justamente o secretário-geral socialista, Carlos Altamirano que, a partir daí, passou a assumir uma postura de auto-crítica que foi de contribuição decisiva para o processo de renovação do socialismo chileno.

A partir do final dos anos 1970, com a maior parte da sua direção no exílio, o Partido Socialista do Chile se viu cindido em duas facções, igualmente expressivas. A primeira, que representava o conservadorismo marxista-leninista, era liderada pelo veterano líder socialista Clodomiro Almeyda, formando, assim, o PS-Almeyda. A segunda representava a renovação do pensamento e da prática socialista, a partir de uma leitura crítica do processo vivenciado durante o governo da UP e também de uma aproximação com as teses da social-democracia europeia. Estes eram os “renovados”, que conduziram o importante processo de “renovación socialista”. Dentre os principais dirigentes dos socialistas renovados, estavam o próprio Carlos Altamirano, Ricardo Núñez, Carlos Briones, Jorge Arrate, entre outros. Recebendo o nome dos seus sucessivos secretários-gerais, desde 1979, este grupo foi conhecido como o PS-Altamirano, PS-Briones, PS-Núñez e, finalmente, PS-Arrate. Mais do que duas orientações ideológicas, estas duas grandes facções socialistas diferenciavam-se nas suas táticas distintas com relação à inserção no processo político e na conseqüente resistência à ditadura militar, como veremos mais adiante. Passemos, agora, a discutir o processo conhecido como “renovación socialista”.

Como afirmou Jorge Arrate (2004) no título do seu conhecido livro, o processo conhecido por “renovación socialista” representou, ao mesmo tempo, um movimento de “resgate e renovação” do Partido Socialista. Resgate das tradições democráticas do socialismo chileno, praticadas desde a sua fundação nos anos 1930, afirmadas no Programa de 1947, mas abandonadas e tratadas como “ilusionismo burguês” a partir de 1967, a despeito das posições que, minoritariamente, Salvador Allende sustentava

internamente ao partido. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma renovação, por inserir o Partido Socialista no processo global de conversão democrática que a esquerda passou a vivenciar a partir dos anos 1960 e 1970 - com os novos movimentos sociais, a crise do Welfare State e, posteriormente, do “socialismo real” - e, principalmente, por aproximá-lo da social-democracia europeia. A “renovación socialista” tem seu início no princípio dos anos 1980, quando uma série de intelectuais e políticos de esquerda chilenos, no interior do país ou no exílio, começou a questionar, principalmente, o papel que foi cumprido pelo PS no governo da UP, bem como, a própria idéia de “revolução” que estava subjacente àquele processo como um todo. Nestes termos, começou-se a valorizar a democracia, inclusive no seu conteúdo procedimental, como um elemento indissociável do socialismo. Dentre os intelectuais que haviam ficado no Chile e que contribuíram com o processo de “renovación socialista”, destaque-se o papel decisivo de Manuel Antônio Garretón, com origem política na esquerda cristã do MAPU, cujas teses sobre socialismo e democracia, apresentadas no capítulo 2, exemplificam bem aquele processo político.

Dentre os fatores que podem ser elencados como definidores para a deflagração da “renovação socialista”, a derrota da UP aparece como fundamental, conduzindo este setor da esquerda chilena a uma auto-crítica profunda. Entretanto, a experiência dos exilados na Europa também foi decisiva para o processo de “renovación socialista”. Em contato direto com o socialismo real, sobretudo, na antiga RDA, muitos militantes chilenos se surpreenderam negativamente com aquela experiência totalitária de esquerda, como o próprio Carlos Altamirano, que se revelou incomodado com o controle ao qual era submetido, na condição de exilado, pela polícia política alemã-oriental (POLITZER: 1990). Por outro lado, em exílio na Suécia - país que mantém relações estreitas com o Chile, onde os suecos constituem uma das mais expressivas colônias de imigrantes - os chilenos se aproximaram dos social-democratas, de quem receberam ampla solidariedade, sendo diretamente influenciados pelo modelo do Welfare State. Já na Itália, outros militantes da esquerda chilena, como Jorge Arrate, mantiveram contato com as teses do chamado “eurocomunismo”⁵⁰ e com o pensamento de Antônio Gramsci, feito que, até então, era original no Chile. Por fim, as sucessivas vitórias de governos socialistas no sul da Europa - desde a vitória da Revolução dos Cravos, em Portugal, passando pelas eleições de François Mitterrand na França e de

⁵⁰ Conforme afirmou TERZI (2009).

Felipe González na Espanha, até a chegada de Andreas Papandréu ao poder na Grécia - completaram a série de influências européias para o processo de renovação do socialismo chileno. Pela primeira vez, portanto, os socialistas chilenos, cuja cultura política estava marcada pelo latino-americanismo, voltavam seriamente suas atenções para a esquerda social-democrata européia. (WALKER: 1990 e Ricardo Núñez, em entrevista ao autor)

A “renovación socialista”, entretanto, foi um processo que transcendeu a militância do Partido Socialista, tendo incorporado, também, militantes egressos de outras organizações de esquerda, como o MIR - por exemplo, Carlos Altamirano -, os cristãos do MAPU - como José Miguel Insulza, Manuel Garretón e Tomás Moulian -, da Izquierda Cristiana - como Luis Maira - e intelectuais independentes - como José Joaquín Bruner e Eugenio Tironi, além dos chamados “suiços” - intelectuais que, pese suas vinculações pouco orgânicas com o socialismo na época da UP, assumiam uma postura de “neutralidade” frente ao conturbado caleidoscópio em que se tornou a esquerda chilena pós-ditadura, como Ricardo Lagos e Enzo Falleto. Deste grupo, surgiram o organismo intitulado “Convergência Socialista”, em 1982, e, deste, o “Bloco Socialista”, que intentaram reunificar mas, sobretudo, renovar o socialismo chileno. Em termos de prática política, os envolvidos com a “renovación socialista” buscaram também distanciar-se do isolamento da esquerda socialista do período da UP, procedendo pela aproximação com o centro político que, desde o final dos anos 1970, já estava seriamente envolvido na oposição a Pinochet. Assim, o “Bloco Socialista” juntou-se à chamada “Alianza Democrática”, formada, em 1983, por partidos democráticos de centro - como a DC, o Partido Social Democracia e o Partido Radical - e de direita - como o Partido Liberal. Apoiada pelos setores progressistas da Igreja Católica, a estratégia da Alianza Democrática era de constituir uma transição para a democracia baseada no diálogo e na mobilização popular pacífica. Embrião da posterior “Concertación de Partidos por el NO”, que se organizou para o plebiscito de 1988, a “Alianza Democrática” também pode ser considerada como um ponto de origem da “Concertación de Partidos por la Democracia”.

Do outro lado do mundo socialista chileno, estava o PS-Almeyda que, em conjunto com a defesa da ortodoxia marxista-leninista, representava, nos anos 1980, uma estratégia oposicionista de confronto à ditadura militar. Para isso, buscou associar-se com outros grupos mais à esquerda do espectro político chileno, como o PC e o MIR. Se os “renovados” estavam entusiasmados com a experiência socialista da Europa,

pode-se dizer que os “almeydistas” estavam mais interessados no que ocorria, àquele momento, na América Central, particularmente, na Nicarágua e em El Salvador Este grupo, portanto, esteve envolvido diretamente na organização das “protestas callejeras”, que ocorreram no Chile a partir de 1983, e em ações violentas, praticadas, sobretudo, pelo MIR e pela Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), braço armado do Partido Comunista. Em 1983, estas organizações estiveram à frente da organização do “Movimiento Democrático Popular”, que durou até 1987. A violência da repressão da ditadura às “protestas” e o fracasso do atentado contra Pinochet, executado pela FPMR em 1987, foram alguns dos sinais que levaram os almeydistas a, progressivamente, abandonarem a tática do confronto direto, assumindo a estratégia da negociação que, ao menos em termos da prática política, os tornou mais próximos dos socialistas “renovados”. Para esta mudança estratégica, cumpriram papel decisivo os almeydistas que, posteriormente, vieram a fundar a fração “tercerista” do Partido Socialista, como Ricardo Solari e Luciano Valle. A partir de então decididos a enfrentar a ditadura dentro dos marcos institucionais que ela mesma criara, o PS-Almeyda - e, posteriormente, também o PC - passou a buscar aproximação com os partidos que formavam a antiga “Alianza Democrática” e, em 1988, decidiram incorporar-se à “Concertación de Partidos por el NO”, que organizava a oposição à continuidade de Pinochet no poder.

Com a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988, começaram os preparativos para a organização das eleições gerais de 1989, como vimos no capítulo 2. Os socialistas chilenos, assim como os comunistas, não tiveram a permissão para se inscrever na disputa eleitoral. Se formaram, então, dois partidos de caráter “instrumental”, visando a apresentação das candidaturas de esquerda. Sob a liderança de Ricardo Lagos - que havia se tornado, nos últimos anos da ditadura, a figura de maior apelo midiático dentro da oposição democrática - os socialistas renovados se reuniram e apresentaram candidaturas no “Partido por la Democracia” (PPD). Apesar do seu caráter instrumental, o PPD permaneceu ativo após a reunificação do PS, em 1990, agrupando os social-democratas que não quiseram assumir o legado do socialismo chileno. No outro pólo da esquerda chilena, o Partido Comunista, a Izquierda Cristiana e o MAPU se juntaram ao PS-Almeyda e criaram outro partido instrumental, o “Partido Amplio de Izquierda Socialista” - PAIS, cujo presidente era o líder da Izquierda Cristiana, Luis Maira, e o secretário geral o almeydista - da corrente “tercerista” Ricardo Solari. Nas eleições de 1989, o PPD, junto com a DC, liderou a ampla frente de partidos que à época compunham a “Concertación de Partidos por la Democracia”. O

PAIS, apesar de ter apresentado uma lista eleitoral própria, fez um acordo eleitoral com a Concertación, onde ambos se omitiam de apresentar candidatos em distritos onde o outro apresentasse candidatos fortes. Ambos, entretanto, apoiaram a candidatura presidencial do Democrata Cristão Patricio Aylwin.

Retornando a democracia, as duas facções que polarizavam o mundo socialista chileno iniciaram um processo de reunificação. A este processo, entretanto, se incorporaram expressivas lideranças de outras correntes da esquerda chilena, principalmente, o MAPU e a IC. A chegada de militantes da esquerda cristã tratava-se de um fato original no Partido Socialista que, historicamente, sempre esteve caracterizado pelo seu laicismo. Em novembro de 1990 o Partido Socialista do Chile, finalmente, se reunificou, incorporando, a partir de então, estes novos militantes com origens políticas distintas do chamado “socialismo histórico”. Na sua Declaração de Princípios de 1991, o PS buscava definir sua nova conformação política desta forma:

“En el Partido Socialista de Chile confluyen distintas expresiones del pensamiento emancipador y transformador del mundo contemporáneo, insertas todas en la matriz crítica de la sociedad capitalista. Es así que convergen en su seno el pensamiento marxista enriquecido y rectificado por todos los avances científicos y el devenir social, con las mejores tradiciones humanistas y con los valores solidarios y libertadores del mensaje cristiano.”

Trata-se, portanto, de um partido pluralista que passou a incorporar o chamado pensamento “social cristão” de esquerda, cuja origem, no Chile, está na Democracia Cristã. Em termos ideológicos, o Partido Socialista reunificado afirmou sua vocação democrática, associando diretamente o socialismo com a democracia procedimental. Como afirmava a Declaração de Princípios de 1991, “para los socialistas de Chile, la unidad del socialismo y la democracia se funda en su permanente y suprema aspiración a lograr la igualdad y la libertad de todos los seres humanos, considerando ilegítimo sacrificar una en función de la otra.” É evidente que a noção de “democracia” é sempre passível de adjetivação e, portanto, passível a diversos fins, como vimos nos capítulos anteriores. Entretanto, uma afirmação desta natureza tratava-se seguramente de um primeiro movimento de ampliação do processo de “renovación socialista” para o conjunto do Partido Socialista, o que, hoje, é absolutamente majoritário dentro das suas fileiras, como veremos mais adiante. Nos anos que se seguiram, o PS seguiu como membro fiel da Concertación, dividindo a liderança desta coalizão com a DC.

5.2 – *PARTIDO SOCIALISTA DO CHILE: IDEOLOGIA E OFERTA PROGRAMÁTICA NO SÉCULO XXI*

No primeiro capítulo, discutimos o modelo teórico proposto por Angelo Panebianco para a análise dos partidos políticos. Como organização de associação voluntária, sustenta Panebianco, os partidos políticos têm na sua ideologia um incentivo coletivo fundamental para a conquista e a manutenção de militantes e simpatizantes, para a delimitação do seu “território de caça” - ou seja, o espaço social determinado no qual vai disputar votos nas eleições - e, principal e conseqüentemente, para a construção da sua própria identidade. Mesmo nos partidos institucionalizados, onde o organismo partidário passa a ter um fim em si mesmo, a busca do atendimento às demandas particulares dos seus dirigentes, e a conseqüente busca pela ocupação de espaços público-eleitorais, articulam-se com os objetivos ideológicos dos partidos que, pelos motivos elencados, não são abandonados por completo, sob pena de o partido ter que construir uma nova identidade e se orientar por um novo “território de caça”. Uma análise como esta tem pouca valia, entretanto, para os partidos políticos de “patronagem”, segundo a tipologia de Max Weber. Mas a exceção termina por aí, o que implica afirmar que os modernos partidos de tipo “profissional-eleitoral” (PANEBIANCO: 2005) ou “catch all” (KIRCHEIMER: 1972) não abandonam por completo sua ideologia *vis a vis* os “partidos de massas” (DUVERGER: 1970), mas apenas abrandam o papel que ela cumpre na sua esfera organizativa.

Esta argumentação teórica, portanto, é válida para compreender o atual estágio ideológico do Partido Socialista do Chile. Se é evidente que este partido não sustenta mais as orientações ideológicas inspiradas pelo marxismo, pelas razões que já discutimos mais acima, é justamente por fazer um esforço pela preservação da sua identidade que ele segue definindo-se ideologicamente como “socialista” e opondo-se ao neoliberalismo, em defesa de um rol mais ativo do Estado na regulação da economia. Há de se ressaltar, entretanto, que as “ofertas programáticas” dos partidos políticos não mantêm uma relação automática com as políticas públicas implementadas por eles quando chegam ao governo. É evidente, entretanto, que tais “ofertas” servem de orientação geral para suas políticas de governo, sob pena de os partidos serem punidos pelos eleitores nas próximas eleições. Por outro lado, os governos são espaços de disputas e, quase sempre na América Latina, construídos em torno de coalizões amplas, onde a coexistência de múltiplos interesses coletivos e seletivos, somada à influência do

ambiente externo, não permitem que uma única identidade programática seja fielmente contemplada. Por isso, em termos ideológicos, não raro os partidos e os seus governos assumem uma relação de tensão e de questionamento. Um exemplo dramático deste tensionamento foi o papel exercido pelo PS durante o governo de Salvador Allende, como vimos. Por isso mesmo, desde o retorno à democracia, o Partido Socialista do Chile tem buscado se equilibrar na linha que divide a sustentação dos governos e dos programas de governo da Concertación e a busca de manutenção da sua identidade política, em termos de ideologia e de base social. A prioridade dada à variável “sustentação da Concertación” pelas distintas direções socialistas desde 1990, entretanto, tem contribuído para uma situação de tensão do partido com sua militância e, sobretudo, com a sociedade civil organizada.

Nesta seção, discutiremos a “oferta programática” do Partido Socialista do Chile tomando por base alguns dos seus principais documentos oficiais lançados no século XXI: as resoluções da Conferência Nacional de Organização realizada em 2002; o “Documento Político Marco” do 27º Congresso do PS, realizado em 2004 e; o documento para discussão intitulado “Chile y su futuro: proposiciones para el debate programático de los socialistas”, divulgado, em janeiro de 2009, pelo “Instituto Igualdad”, um “think tank” patrocinado pela direção do PS. Procuraremos ampliar a análise destes documentos com entrevistas e declarações de dirigentes socialistas. Enfocaremos cinco temas: a) o socialismo; b) a democracia; c) o papel do Estado e do mercado para as políticas de desenvolvimento; d) a globalização e as relações internacionais e; e) as questões valóricas.

As perguntas centrais que subjazem esta análise são: por que o Partido Socialista do Chile mudou a sua oferta programática, com relação ao seu posicionamento durante o governo da UP e, mais ainda, por que continua a identificar-se como um partido socialista? A mudança ideológica por que passou o PS é resultado de fatores endógenos e exógenos ao Chile. Com relação aos fatores endógenos, a revisão feita pelos socialistas sobre o papel cumprido pelo seu partido durante o governo Allende foi decisiva para esta mudança. A partir de então, os socialistas perceberam que uma estratégia de adaptação – e não de domínio, como anteriormente se pretendia - ao ambiente político chileno seria a mais adequada para um país como o Chile, dotado de forte tradição democrática e de uma cultura política pluralista, onde diversas “famílias políticas” – os radicais, os comunistas, os democrata-cristãos e a direita, principalmente – encontravam respaldo de segmentos importantes da sociedade. Este pluralismo exige

dos partidos políticos chilenos uma disposição para posturas consociativas, como requisito para a conquista e a permanência estável no poder. A própria ditadura militar, com seu histórico de violenta violação dos direitos civis, foi um fator endógeno que permitiu aos socialistas chilenos valorizarem mais a democracia como *valor em si*, restaurando, assim, sua postura programática original, abandonada pelos seus congressos “marxista-leninistas” do período da UP.

Dentre os fatores exógenos para esta mudança, destacamos, sobretudo, a crise do socialismo real, e o contato, como vimos, que militantes socialistas chilenos tiveram, na Europa, tanto com a realidade social-democrática ocidental, como com a experiência totalitária do lado oriental da “Cortina de Ferro”, particularmente, na RDA. A influência das teses de Gramsci e do “eurocomunismo” fizeram que os socialistas chilenos fossem pioneiros no processo de *aggiornamento* por que passou a esquerda mundial nos anos 1980, cujo ponto alto foi a política da *glasnost*, na antiga União Soviética. Mais ainda, o processo de globalização da economia e a falência dos modelos estatizantes e nacionalistas de políticas de desenvolvimento contribuíram para que o PS mudasse suas posições com relação ao papel do Estado na economia e sobre o grau de abertura econômica do Chile. Trata-se, portanto, de uma tomada de posição racional, visando adequar-se às demandas impostas pela nova realidade mundial e, sobretudo, mostrar-se capaz de ocupar espaços no novo ambiente político-institucional que se desenhava no Chile. A decisão do PS de se manter fiel à tradição “socialista”, por outro lado, mesmo que sob estes novos signos de renovação, deve ser entendida como uma estratégia de preservação, sob seu controle, de um espaço próprio no interior de uma tradição política que segue muito expressiva no Chile “postpinochetista”, a esquerda.

Seguindo fiel à sua tradição política e à legenda que carrega no próprio nome, o Partido Socialista do Chile continua se afirmando como um partido “socialista”. Tal afirmação, entretanto, não é unânime no partido. Setores relevantes do espectro partidário, com destaque para o próprio ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, já defenderam que o PS se auto-dissolvesse num novo “partido progressista”, que reunisse os quatro partidos integrantes da Concertación. Uma proposta como esta implicaria na renúncia à tradição política socialista – e também às antigas tradições radical e democrata-cristã chilenas –, razão que a faz ser rechaçada pela maioria da militância partidária, ao tempo em que implicaria em uma vitória daqueles setores que pensam a Concertación como um “partido transversal”. Destes setores, Lagos é a figura mais

expressiva, ele mesmo tendo uma vinculação tão ou mais estreita com o PPD do que com o PS.

No século XXI, o socialismo defendido pelo PS chileno continua seguindo a tradição do processo da “renovação socialista”, e cada vez mais distanciado do PS do período da UP. O socialismo, portanto, é entendido pelos socialistas chilenos como um *conjunto de valores* mais associado à tradição humanista iniciada com a revolução francesa, cujo ponto alto é a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, de 1948, do que com o matiz marxista – e, menos ainda, leninista. Não se trata, portanto, de uma concepção de socialismo que se baseia nos marcos da economia política, como se o socialismo fosse um modo de produção distinto do capitalismo. Pelo contrário, o socialismo, tal como o entendem os chilenos, convive com a economia de mercado, sob a regulação do Estado, que cumpriria uma função de garantia dos direitos sociais. Para o PS, principalmente, o socialismo é indissociável da democracia política – inclusive, na sua forma representativa.

A declaração de princípios do Partido Socialista do Chile, aprovada na Conferência de Organização de 2002, merece um destaque inicial.

“El Partido Socialista de Chile es la expresión política de los trabajadores manuales e intelectuales, de la técnica, de la ciencia y de la cultura y de todos los hombres y mujeres que aspiran a una sociedad socialista, es decir, igualitaria, libertaria y fraternal. El Partido Socialista de Chile se inspira en el humanismo socialista, que se nutre de las diversas expresiones del pensamiento crítico del capitalismo. Asume como método de interpretación de la realidad el marxismo crítico, enriquecido y rectificado por el avance de la cultura, la ciencia y el devenir social, recogiendo particularmente los aportes del pensamiento democrático radical, el cristianismo de izquierda y el racionalismo laico. Así también, hace suya la doctrina internacional de los derechos humanos.”

A primeira iniciativa tomada por esta “declaração de princípios” foi delimitar o “território de caça” do Partido Socialista, ou seja, a base social onde ele procura votos. Buscou-se, portanto, uma definição ampliada, de partido de “trabalhadores manuais e intelectuais”, o que afasta o PS de um compromisso classista, nos termos teórico-ideológicos do marxismo, colocando-o, ainda, ao ponto de buscar influência em um setor da sociedade amplo o suficiente para garantir que, nos marcos da Concertación, consiga manter seu desempenho eleitoral dos últimos anos e, principalmente, figure como o “pólo esquerdo” desta aliança. Por isto mesmo, o PS fez questão de manter sua

histórica identidade de esquerda, sinalizando para as distintas tradições que, desde sua reunificação dos anos 1990, conseguiu incorporar: o marxismo heterodoxo do “socialismo histórico”; a “radicalidade democrática” da “renovação socialista”; a esquerda cristã (do MAPU e da IC) e; o racionalismo laico da tradição liberal-radical chilena, origem de dirigentes históricos importantes, como o próprio Salvador Allende, um maçom⁵¹. O socialismo, nesta declaração, aparece como sinônimo de uma sociedade “igualitaria, libertaria y fraternal”. Não temos dúvida que tal definição do socialismo encontra lugar próprio na tradição da esquerda, segundo a definição precisa de Norberto Bobbio. Entretanto, está há léguas de distância de uma definição própria do marxismo, para quem o socialismo é a expressão de uma ditadura de uma classe social – o proletariado - sobre as demais. Em contrário, tal como define o PS do Chile, os valores que regeriam a sociedade socialista seriam universais e, portanto, transversais às classes sociais.

No “documento político marco” do seu 27º Congresso, o PS voltou a apresentar uma definição parecida da sociedade socialista, entendida como “una sociedad justa, en la que prevalezca una plena democracia política, social y económica, que garantice a los ciudadanos igualdad en dignidad, oportunidades y derechos. El proyecto socialista es el de construir una sociedad que permita a todos desarrollar fraternalmente sus proyectos de vida, acceder a las diversas expresiones de la cultura y a medios de vida dignos.” O projeto do PS do Chile não se baseia, portanto, no aprofundamento da luta de classes como requisito para a construção do socialismo. Em contrário, o socialismo, tal como defende o PS, representaria a radicalização e universalização dos direitos da cidadania já existentes na sociedade capitalista.

O sujeito histórico que se beneficiaria das transformações do socialismo, portanto, seria o “cidadão”, conceito herdado da tradição do liberalismo político e que guarda um conteúdo universalizante, bem oposto ao sujeito histórico “classe operária”, de conteúdo estratificado, adotado como “vanguarda revolucionária” do socialismo pela tradição marxista. Antes de ser sinônimo de ruptura, o socialismo que professam os socialistas chilenos é um processo de radicalização da democracia e do Estado de

⁵¹ A Maçonaria chilena, ao contrário da sua congênere brasileira – que surgiu inspirada pelo conservadorismo de José de Bonifácio - mantinha fortes vínculos ideológicos com a tradição laica e com o liberalismo político radical da Revolução Francesa. Não à toa, os maçons chilenos sempre estiveram mais próximos do Partido Radical – e, a partir do século XX, também do Partido Socialista – do que do conservadorismo de Diego Portales, que está para o Chile como Bonifácio está para o Brasil. A filiação de Salvador Allende - filho e neto de maçons, vindo de uma família de militantes do radicalismo - no Partido Socialista deve ser entendida como parte desta tradição política chilena.

Direito, o que também denota um distanciamento da concepção de revolução que é própria do marxismo. Como afirmou o deputado Marcelo Schilling, secretário-geral do PS⁵², “hay gente que piensa que el socialismo es como un instante mágico en que una sociedad cambia por otra. Para nosotros no, es un proceso de largo aliento, donde todas las conquistas son valiosas. No existe este momento heroico, espectacular de cambio social.” Nas resoluções da Conferência de Organização de 2002, o PS sintetizou bem a questão: “el núcleo duro de la identidad del socialismo y de la izquierda es su adscripción a los *valores* [o grifo é meu] de la libertad, la igualdad, la solidaridad y la lucha por construir un orden social – nacional e internacional – basado en ellos.” Ou seja, antes de ser um “modo de produção”, o socialismo defendido pelo PS é um *conjunto de valores*.

Voltemos à “declaração de princípios” do PS:

“El Partido Socialista de Chile es un partido popular y de izquierda, autónomo, democrático y revolucionario, en tanto persigue un cambio social profundo. El socialismo es la respuesta al neoliberalismo y al capitalismo globalizado. Luchamos por una radical profundización de la democracia, haciéndola participativa, por una economía solidaria al servicio de la satisfacción de las necesidades de los seres humanos, una cultura de la libertad y una proyección de Chile en el mundo a partir de su condición latinoamericanista e internacionalista.”

Mais uma vez, neste trecho, observamos uma definição – de “partido popular” – que, se foge da clássica tipologia marxista do partido revolucionário, aproxima-se da caracterização feita por Adam Przeworski (1989) sobre o destino dos partidos social-democráticos que assumiram o reformismo eleitoral como estratégia de alçada ao poder: buscar adesão com amplos setores da sociedade, potencializando, assim, o número dos seus potenciais eleitores – ou, em outros termos, potencializando o seu “território de caça”. O socialismo, na declaração do PS chileno, aparece como sinônimo de uma “democracia participativa” e de uma economia a serviço da “satisfação das necessidades humanas”, conceito este que tanto pode estar associado à tradição revolucionária marxista, como também ao Estado de Bem-Estar Social, última opção que parece a mais adequada, haja vista que se trata de um partido que não rejeita a economia de mercado e que está mais preocupado com uma política afirmativa de direitos universais. Seguindo na defesa da sua tradição, o PS assume-se como um partido “latinoamericanista e

⁵² Em entrevista ao autor, em 13 de fevereiro de 2008.

internacionalista”, condição que é cara aos militantes de esquerda de todo o continente. Por fim, ao tempo em que se afirma de esquerda, o PS assume-se contrário ao neoliberalismo – tão característico da direita chilena pós-Pinochet. Nada mais adequado para um partido da esquerda chilena na sociedade “postpinochetista” (GARRETÓN: 2007), em se tratando da demarcação do seu “território de caça”, do que se afastar do neoliberalismo - principalmente, no plano discursivo.

O Partido Socialista do Chile acredita ser a democracia política indissociável do socialismo, como vimos. De maneira clara, ao afirmar isto no século XXI, o PS está retomando sua tradição original, e afastando-se definitivamente do seu interstício “marxista-leninista” do período da UP. Trata-se, portanto, de um partido que abandonou as tradicionais interpretações feitas pela esquerda, que tratavam a democracia com preconceitos instrumentais – “um instrumento para a chegada ao governo e a posterior construção do socialismo” – ou negativos – “um instrumento da burguesia para impor sua dominação de classe”. A democratização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, portanto, é vista pelo PS como uma parte essencial do projeto socialista. Em se tratando da democracia, o PS se mostra insatisfeito com as limitações impostas pela democracia representativa chilena ao exercício da soberania popular, e defende a sua ampliação com mecanismos participativos. Isto está claro na própria declaração de princípios do Partido Socialista, aprovada em 2002. Neste sentido, e coerente com sua defesa da democracia como parte essencial do projeto de construção do socialismo, o PS tem se mostrado extremamente preocupado com a qualidade da democracia chilena, sobretudo no que se refere aos baixos níveis de participação política, de associativismo e capital social observados desde o retorno da democracia, como discutimos no segundo capítulo.

Em sintonia com esta preocupação, o documento programático apresentado pelo Instituto Igualdad, em janeiro de 2009, apresentou o conceito de “democracia de proximidade”. Partindo do princípio de que “sufragio universal sigue siendo la energía suprema de legitimación sobre la cual descansa la relación de representación”, mas reconhecendo que “entre una y otra elección, la distancia entre representantes y gobernados es demasiado amplia, en sí misma generadora de desconfianza”, o Partido Socialista propõe um redesenho institucional da democracia representativa chilena, buscando “reducir la distancia, política y psicológica, entre gobernantes y gobernados, sin socavar las exigencias institucionales que hacen posible gobernar a millones de personas en toda su complejidad.” Este redesenho seria justamente o escopo da

“democracia de proximidade”, cuja base está no “equilíbrio entre las condiciones de eficacia institucional de un gobierno democrático y las necesidades populares de participación y control de las instituciones del Estado.”

Entre as principais reformas políticas apresentadas como propulsoras da “democracia de proximidade”, os socialistas chilenos apresentaram a adoção de quotas de gênero para a representação parlamentar, a limitação da possibilidade de reeleição para cargos públicos, a inscrição eleitoral automática, com voto voluntário, e a concessão de permissão de votar aos chilenos no exterior. Ademais, os socialistas defendem a descentralização do poder político no país, com vistas a um regime semipresidencial, e a abertura da possibilidade dos cidadãos proporem, diretamente, projetos de lei. Tudo isto a partir da constatação de que uma democracia estritamente representativa não é condizente com as demandas contemporâneas de participação política e, menos ainda, com as aspirações democráticas de um projeto socialista. “La reducción de la ciudadanía a su participación en actos electorales no da cuenta de la diversidad de campos en los que esta es necesaria y determina la calidad del dominio público”, afirmam os socialistas chilenos no documento de 2009.

O curioso da tese de “democracia de proximidade”, entretanto, é que, apesar de ela estar inspirada na pretensa vocação democrático-participativa do PS, todas as propostas concretas que lhe servem de subsídio estão estritamente relacionadas com a melhoria da qualidade do traço *representativo* da democracia chilena, e não do seu exercício direto. A única exceção a esta regra é a proposta de iniciativa popular legislativa, que se situa claramente no rol do exercício direto da democracia. Mais do que com participação popular direta no processo decisório, portanto, o PS parece estar mais preocupado com o nível de *accountability* da democracia chilena. A tese proposta pelo Partido Socialista para a democracia chilena, assim, é de inspiração claramente procedimental, apesar de não estar situada nos marcos do que David Held (2006) chama de “elitismo competitivo”. Em contrário, ao apontar o distanciamento entre o eleitor e seus representantes no intervalo entre as eleições como um dos fatores que contribuem para a crise contemporânea da democracia chilena, o PS está assumindo uma crítica justamente ao traço elitista da democracia como regime político. Nestes termos, poderíamos dizer que o PS assume uma leitura *pluralista*, ainda nos termos de Held, da democracia. A valorização da democracia como um conjunto de procedimentos, portanto, pode ser entendida também como uma repercussão persistente, na sua oferta programática, do trauma vivenciado pelos socialistas durante a ditadura militar.

A existência de uma economia de mercado não é antagônica ao socialismo, segundo o Partido Socialista do Chile. Entendendo, como vimos, o socialismo como um conjunto de valores, a sua construção está associada à hegemonia destes valores sobre o conjunto da sociedade. Com relação à economia, portanto, a tarefa política dos socialistas é de buscar a democratização das relações de mercado, fazendo com que o conjunto dos cidadãos tenha acesso aos seus benefícios e que elas se transformem num objeto de garantia de qualidade de vida para os homens, e não em um instrumento de dominação e de concentração de riquezas. A própria leitura do fracasso da experiência soviética, baseada na planificação central da economia, subsidia este tipo de análise. Por outro lado, há uma aparente contradição de fundo a ser resolvida. A defesa religiosa do livre-mercado é um elemento essencial da ideologia neoliberal professada pelos “Chicago Boys”. Como, portanto, podem os socialistas defenderem a economia de mercado sem se comprometerem discursivamente com a ideologia neoliberal?

As palavras do deputado Marcelo Schilling⁵³ demonstram bem como o Partido Socialista sintetizou esta equação:

“en la Unión Soviética se intentó eliminar la existencia del mercado y lo fue definido por una planificación central que no dio cuenta de las necesidades de lo consumidor, no introdujo el dinamismo y el desarrollo científico y tecnológico que es alentado por la competencia y por el capitalismo. En este sentido lo que quedó demostrado con la Unión Soviética es que el socialismo necesita un espacio de mercado, para poder tener una economía dinámica y que responda a las necesidades de las personas. Pero también hay que tener claro que el mercado produce concentración de la riqueza, produce pobreza, arruina sectores de la economía completos, y en consecuencia necesita de una fuerte regulación estatal.”

Conforme vemos na argumentação de Schilling, a posição do PS acerca da economia de mercado trata-se, portanto, de um rompimento com a clássica tradição marxista de planificação econômica centralizada, cujo ápice foi a União Soviética e seus satélites, mas que esteve presente também no experimento da Unidad Popular no Chile, sob a liderança do socialista Salvador Allende⁵⁴. Entretanto, os socialistas reconhecem as imperfeições da economia de mercado no sentido da busca da equidade, e defendem que o mercado deve ser submetido, portanto, a uma “forte regulación estatal”, em prol do objetivo da construção da nova sociedade socialista. Porém, o questionamento ao

⁵³ Em entrevista ao autor, em 13 de fevereiro de 2008.

⁵⁴ Marcelo Schilling, inclusive, fez parte do chamado “GAP – Grupo de Amigos del Presidente”.

capitalismo tal como era feito pelo marxismo – como sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção – desaparece por completo no panorama discursivo do PS. O que os socialistas chilenos questionam é a sociedade de livre mercado idealizada pelo neoliberalismo, e não a economia de mercado em si. Como afirma Mireya Dávila, a relação do PS com a economia de livre mercado é da mais pura ambigüidade: “El PS ha vivido un proceso complejo, pues há terminado por aceptar el modelo de la economía de libre mercado, al menos em su posición oficial, pero no se siente del todo cómodo em el. Como podemos observar al analizar los documentos partidarios, en algunas declaraciones lo acepta, luego lo critica. Además, existe diversidad de opinión al interior del propio partido, lo que genera matices, e incluso a veces contradicciones.” (FUENTES & DÁVILA: 2002, 129)

Conforme afirmado no documento apresentado pelo Instituto Igualdad, os socialistas chilenos acreditam que, sendo o socialismo “uma forma de régimen de naturaleza cooperativa”, seu “proyecto no consiste en eliminar al mercado (algo tan absurdo como erradicar una relación de intercambio de favores entre personas libres), sino en emancipar a los derechos de las personas de su dependencia respecto del mercado.” Na mesma linha, o presidente do PS, senador Camilo Escalona⁵⁵, afirmou:

“El mercado no tiene como propósito la equidad y la justicia social; el mercado tiene como propósito la producción de bienes y servicios con una alta rentabilidad y asigna los recursos en función de ese criterio. Democracia y mercado son dos actores que muchas veces pueden ser contradictorios, pero que hoy son factores esenciales del desarrollo humano y de la civilización que nos toca vivir. La democracia puede actuar sobre la base de la previsión, de la promoción, de la participación. La democracia expresa la racionalidad del ser humano para operar sobre la irracionalidad de las fuerzas del mercado. No es el mercado el llamado a corregir las injusticias, sino es el sistema democrático el que debe corregirlas. Por este motivo es que todo lo que los socialistas hacemos, día a día, tiene como gran propósito fortalecer y consolidar la democracia, porque a través de ella se posibilita la corrección de las injusticias del mercado”.

Ou seja, o objetivo dos socialistas é, através da política democrática, ampliar a ação do Estado, no sentido da garantia de direitos sociais de cidadania e do exercício de um efetivo papel regulador sobre a economia, visando corrigir as injustiças promovidas pelo mercado. Não se trata, portanto, de suplantar o mercado, já que ele é visto como um elemento de dinamização, eficiência e, até, de bom atendimento às necessidades

⁵⁵ Revista Posición. Nº 1. Santiago, abril de 2007.

básicas dos cidadãos. O projeto socialista, portanto, é de uma economia de mercado socialmente regulada por um Estado forte, participativo e democrático. Sintetizando a questão, voltemos ao que afirmam os socialistas na sua Declaração de Princípios de 2002: “proponemos que el socialismo de mayorías encamine a Chile hacia cambios y avances que (...) subordinen el poder económico a un Estado Social Solidario y Democrático.”

São baseados nesta percepção que os socialistas defendem uma reforma do Estado chileno, visando o seu fortalecimento, a ampliação da sua capacidade de regulação e de intervenção na economia, e a extensão dos direitos sociais da cidadania, dentro do objetivo da construção de um “Estado Social Solidário e Democrático” – segundo a Declaração de Princípios de 2002 -, ou um “Estado Democrático e Social de Direito” - como afirmaram no documento político marco do seu 27º Congresso, em 2004 -, ou ainda, de um “Estado de Bienestar moderno”, segundo os termos do documento do Instituto Igualdad. Para os socialistas chilenos, mesmo que não deva ser ampliado o seu papel empresarial, o Estado deve manter a propriedade das empresas que estão sob seu controle, notadamente, a CODELCO, a estatal que explora o cobre.

No documento do Instituto Igualdad, foi formulado um projeto de Estado mais detalhado. Acreditando que a tarefa de provisão de bem-estar das pessoas deve ser compartilhada pelo Estado, pelo mercado e pelas famílias, o PS acredita como algo essencial para um projeto progressista de sociedade definir o quanto de responsabilidade terá cada um destes três setores. Um problema de fundo da sociedade chilena, legado da ditadura e que ainda não foi solucionado pelos governos democráticos, segundo os socialistas, é o fato de estar nas mãos do mercado uma importante parcela de responsabilidade na prestação de serviços ligados ao bem-estar dos cidadãos. Assim, o modelo chileno “postpinochetista” de prestação de bem-estar social seria “híbrido”, segundo a leitura do PS, uma vez que aumentaram as responsabilidades do Estado com educação e saúde *vis a vis* o período ditatorial.

Mesmo assim, os socialistas defendem a reorientação do “sistema de protección social desde la actual preponderancia de políticas focalizadas hacia políticas universales más inclusivas”, o que implica na construção de um novo Sistema de Proteção Social, que incorpore um sistema de pensões estatais, na contra-mão do modelo privatista imposto por Pinochet na década de 1980. Indo além, os socialistas defendem uma ampla reforma educacional, que supere a administração municipal da educação pública por um novo sistema baseado no Ministério da Educação, e que o Estado tenha um papel mais

ativo no incentivo e na planificação de políticas de P&D e de inovação tecnológica. “Debemos aprender, creativamente, de experiencias internacionales (Nueva Zelandia, Irlanda, Finlandia y otras) em que el Estado impulsa la planificación estratégica”, continua o documento do Instituto Igualdad. Tudo isto, naturalmente, dentro de um “compromiso férreo con la estabilidad macroeconómica.” A referência positiva a estes três países mostra que não está mais no horizonte dos socialistas chilenos a defesa de um “Estado empresário”, mas sim, de um Estado que encare a tarefa de desenvolvimento em parceria estreita com a iniciativa privada: “una reforma del Estado debe a entregarle a éste los instrumentos necesarios para fijar los marcos dentro de los cuales debe operar el mercado, a fin de enfrentar con mayores posibilidades de éxito los desafíos que surgen de una economía internacional en crisis (...). No se trata de volver al estado empresario, pero cabe reconocer que la experiencia nacional e internacional deja en evidencia la precariedad de los mecanismos autocorrectivos del mercado.”

Neste sentido, portanto, a visão do Partido Socialista sobre o papel que deve ser cumprido pelo Estado em termos de política de desenvolvimento está diretamente ligada, como não poderia deixar de ser, à sua visão sobre o processo de globalização. Conforme afirmado na Conferência de Organização do PS em 2002, os socialistas consideram a globalização como um processo político, econômico, social e cultural, representando “el fenómeno histórico más significativo de nuestro tiempo.” A tarefa dos socialistas, portanto, seria de romper com os rumos liberal-conservadores que este processo vem assumindo até agora, dotando-lhe de um “sentido progresista”. Para que esta meta seja cumprida, o PS defende mais “governabilidad y gobierno” para o proceso de globalização, o que, na prática, implicaria na “adopción de una mayor regulación de los mercados internacionales y la construcción de una arquitectura política internacional que permita que los intereses de los ciudadanos y el bien común de los pueblos y naciones, prevalezcan por sobre los intereses privados y comerciales.” Baseado nesta compreensão da globalização, o PS defende como correta a busca dos governos democráticos do Chile por uma maior integração econômica mundial, através dos acordos de livre comércio, que consolidaram o acesso dos produtos chilenos aos principais mercados do mundo.

Uma crítica recorrente nos documentos recentes do PS à política exterior do Chile é a pouca atenção dada à integração latinoamericana. Fiel à sua tradição latinoamericanista, o PS não apenas defende tal integração, como a situa dentro de um projeto realista de inserção nos mercados globais e, mais ainda, de busca por dotar de

governabilidade o processo de globalização. “La integración no es una aspiración idealista, ni un anacronismo romántico. Tampoco es cierto que insertarse con éxito en el mundo global implica hacerlo exclusivamente en el plano comercial. Sólo los actores globales participan en la toma de las grandes decisiones y pueden hacer prevalecer sus intereses, por lo cual la integración es una necesidad para el desarrollo”, afirma o documento apresentado pelo Instituto Igualdad. Neste sentido, os socialistas chilenos afirmam que “las transformaciones en el escenario internacional y el progreso de Chile, demandan un cambio en la política exterior, desde posiciones que privilegian el comercio (...) a otras que demuestren un liderazgo regional activo.” A UNASUL, portanto, é vista pelos socialistas chilenos como uma possibilidade de institucionalização de um ator político de caráter regional com potencial de transformar a América Latina “en el cuarto actor global”. Para os socialistas chilenos, a prioridade do Chile, a partir de agora, deve ser a de consolidar sua posição como um ator central no cenário regional latinoamericano.

Considerando a tipologia apresentada por Held e McGrew (2001), a visão de globalização apresentada pelo PS tem uma orientação claramente social-democrática. Se considerarmos a tipologia proposta por Miguel (2005), poderíamos situar as posições do PS entre os “globalistas moderados ou normativistas”. O PS, com relação às suas posições sobre a globalização, está, portanto, entre aqueles que acreditam que a globalização é um processo original e progressista, distanciando-se, assim, dos “antiglobalistas” - que são expressivos dentro de um setor da esquerda de inspiração no marxismo. Entretanto, o PS sustenta que a globalização também tende a gerar assimetrias, injustificáveis para uma perspectiva de esquerda e que, por isso, precisa de governo e regulação – ao contrário do que defendem os “ultra-globalistas” neoliberais, que acreditam no livre mercado global como gerador de desenvolvimento. Neste sentido, se considerássemos os organismos internacionais, tenderíamos a afirmar que as posições do PS sobre globalização estão mais próximas das teses sustentadas pelo PNUD do que das posições do Banco Mundial, por exemplo.

Por fim, poderíamos afirmar que o PS é um partido que está preocupado em discutir uma política orientada à afirmação dos valores “pós-materialistas”, nos termos de Inglehart (1990). Temas como a defesa da universalização do acesso à internet banda larga pelos cidadãos chilenos aparece em destaque nas propostas de reengenharia estatal apresentadas pelos socialistas chilenos, preocupados com o fomento de capital humano, capacitado a operar as novas tecnologias e a desempenhar bem trabalhos de inovação

tecnológica. Da mesma forma, o PS esteve na linha de frente da defesa de uma nova lei do divórcio, apenas aprovada no Chile durante o governo de Ricardo Lagos, em 2004, e assume a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mesmo que não vá muito longe em se tratando de temas como o aborto, inclusive, pela sua base cristã. Mesmo assim, Sadi Melo, “alcalde” da comuna de “El Bosque”, na Região Metropolitana de Santiago, e importante dirigente socialista, deu grande publicidade, no seu município, a uma política de distribuição pública da chamada “píldora del día después”. Já em se tratando do chamado “aborto terapêutico”, para situações onde a permanência da gravidez põe em risco a vida da mulher, o PPD tem assumido posições muito mais ofensivas, perante a opinião pública, do que o próprio PS⁵⁶.

Estaríamos, portanto, tratando de um partido socialista ou social-democrata? Esta é uma questão controversa para diversos setores do Partido Socialista. Como não poderia deixar de ser, suas tendências mais à esquerda dificilmente aceitam uma condição social-democrata para o PS, apesar de reconhecerem que existem setores do socialismo chileno claramente inspirados por esta corrente política. Francisco Bucat, representante dos “socialistas allendistas” que encabeçou uma lista de esquerda nas eleições internas do partido de 2007, por exemplo, quando exercia a função de sub-secretário geral do partido, afirmou⁵⁷ que considera o PS de tempos da Concertación como um partido “neoliberal”. Mesmo assim, mostrou sua disposição de continuar lutando para que ele reencontrasse sua tradição socialista, anticapitalista, latinoamericanista e antiimperialista, como o fora na época de Allende. Simpático ao experimento de Hugo Chávez na Venezuela, posteriormente, Francisco Bucat incorporou-se a uma dissidência de esquerda do PS que criou um novo partido político, o MAS (Movimiento Amplio Socialista), liderado pelo senador também ex-socialista Alejandro Navarro.

Para outros setores mais moderados, identificados com a fração “Renovación Socialista”, mas igualmente do grupo dos “socialistas históricos”, a questão parece de mais simples solução. Segundo o deputado Marcelo Schilling⁵⁸, “si se entiende por socialista aquél que piensa que en el camino al socialismo hay un momento de ruptura revolucionaria, con insurrección, violencia, un golpe de Estado revolucionario, el Partido Socialista ya no es esto. Y bajo esto punto de vista se le podría cualificar como

⁵⁶ “Aborto terapéutico adelanta polémica valórica en campaña presidencial”. La Nación. Santiago, 22 de janeiro de 2009.

⁵⁷ Em entrevista ao autor, em 28 de fevereiro de 2008.

⁵⁸ Em entrevista ao autor, em 13 de fevereiro de 2008.

socialdemócrata.” Integrante da mesma fração, o senador Ricardo Núñez⁵⁹, histórico dirigente socialista, assim definiu a questão:

“si me dices que un partido socialista está más cerca de lo que se llama ‘estalinismo’ por cierto este no es el Partido Socialista [de Chile]. Tampoco es un partido socialista o socialdemócrata con visión europea. (...) De monta de que somos una expresión autónoma y autentica de una manera particular e nacional de entenderse el socialismo y nuestra naturaleza es ser un partido progresista. Creo que la condición de socialista, o de socialdemócrata o de progresista se construye diariamente, en la realidad misma más allá que en la teoría, como había dicho el propio Lenin. De monta que ser socialista o socialdemócrata es una tarea de construcción permanente a partir de nuestra propia realidad, y no a partir de la realidad que nos impone algún centro hegemónico, algún Vaticano ideológico que exista en el mundo como existió en el tiempo de la Unión Soviética.”

Da fração conhecida como “Terceiristas”, que hoje igualmente assume uma posição moderada no espectro partidário do socialismo chileno, o cientista político e secretário nacional de organização do PS Luciano Valle⁶⁰ também se mostrou reticente em afirmar que o PS era um partido social-democrata. De acordo com a explicação de Valle,

“el Partido Socialista es, efectivamente, un partido socialista, que recoge a elementos de la socialdemocracia. De hecho que el Partido Socialista yo te diría que es un partido socialista dotado de una gran diversidad cultural y política interna, incorporando, sin grandes problemas, los sectores tributarios del marxismo. Yo creo que los partidos latinoamericanos tenemos que tener siempre la cautela que la realidad nuestra es diversa, e que la tenemos que construir. La socialdemocracia es un referente muy importante, pero adecuado a la realidad europea.”

Em comum, as considerações feitas por Ricardo Núñez e Luciano Valle têm o importante destaque dado ao caráter nacional e latinoamericano da tradição socialista chilena, o que a faria distinta da social-democracia, movimento político mais adequado às tradições e às estruturas sociais européias, segundo afirmam. Afirmando que “nuestra naturaleza es ser un partido progresista”, entretanto, Ricardo Núñez, vice-presidente da Internacional Socialista, explicita o processo de “social-democratização”, ou de identificação política com a social-democracia européia, por que passa o Partido Socialista, processo incorporado naturalmente, e de forma

⁵⁹ Em entrevista ao autor, em 06 de março de 2008.

⁶⁰ Em entrevista ao autor, em 04 de março de 2008.

transversal às suas principais frações e tendências, pela sua atual coalizão dominante, da qual Schilling, Núñez e Valle são expressões importantes.

Buscando uma precisão teórica, estou de acordo com a tese de Kenneth Roberts (2008) e de Jorge Lanzaro (2007) de que, defendendo a construção de um “Estado de Bem-Estar”, baseado nos direitos da cidadania, pela via da reforma democrática do capitalismo, o Partido Socialista do Chile se constitui em um partido da esquerda reformista latinoamericana que assumiu uma feição social-democrática no seu processo de reformulação posterior à década de 1980.

5.3 - O PARTIDO SOCIALISTA NA ARENA ELEITORAL E REPRESENTATIVA

O Partido Socialista do Chile pode ser caracterizado como um partido profissional-eleitoral, nos termos de Panebianco (2005), ou seja, como um partido político com alto nível de institucionalização, cuja estratégia de conquista do poder está exclusivamente relacionada à disputa eleitoral, pela via democrática. As eleições e, conseqüentemente, o exercício da atividade representativa, seja nos parlamentos, seja nos governos nacional e municipais, estão no centro das preocupações e ocupam boa parte das energias despendidas pelos socialistas chilenos. Entretanto, sendo um partido que leva a sério sua vocação eleitoral, o Partido Socialista do Chile procura adaptar-se ao conjunto de regras que caracterizam o sistema político do seu país e também fazer alianças com outros partidos políticos, adotando, portando, uma estratégia antes de adaptação do que de domínio (PANEBIANCO: 2005) do ambiente político do seu país. Na prática, isto resultou no ingresso e na permanência, até hoje, do Partido Socialista na Concertación.

No capítulo 2, discutimos o sistema eleitoral binominal chileno e as implicações que ele tem para o conjunto de atores envolvidos naquele sistema político. Como vimos, a decisão de participar de uma ampla aliança eleitoral, desde o retorno da democracia ao Chile, acabou sendo decisiva para que um partido garantisse representação parlamentar, uma vez que o sistema eleitoral chileno pune as terceiras maiorias, mesmo que elas se façam expressivas. Os casos contrastantes do Partido Radical Social Democrata e do Partido Comunista são emblemáticos dos efeitos do sistema binominal sobre a representação parlamentar, como vimos na Tabela 1. Apesar de ter obtido resultados eleitorais, na média do período democrático, menores do que o PC, o PRSD, por fazer parte da Concertación, garantiu representação parlamentar em todas as eleições

disputadas no Chile desde 1990, enquanto os comunistas mantiveram-se excluídos do Parlamento exclusivamente porque se recusaram a fazer parte de uma grande aliança eleitoral, disputando as eleições sozinhos, ou aliados com outras legendas de esquerda ainda menos expressivas do que eles, em termos eleitorais.

O Partido Socialista do Chile, ainda quando da transição à democracia, optou, majoritariamente, por uma atitude de cooperação com outras agremiações partidárias, ao centro do processo político. Esta atitude cooperativa se tornou definitiva após sua reunificação, em 1990, quando passou a ter adesão das antigas facções mais à esquerda do espectro socialista (os “almeydistas”). Falar da trajetória eleitoral do PS chileno após os anos 1990, portanto, é tratar de uma história diretamente vinculada à Concertación, uma coalizão de partidos políticos de centro-esquerda que figura entre as mais exitosas do mundo, por ter conseguido cumprir a maior parte dos seus objetivos eleitorais e políticos – que sejam, garantir o retorno do Chile à democracia, consolidar as estabilidades democrática e econômica, inserir o Chile na economia global, preservando o crescimento médio da economia, e diminuir os índices nacionais de pobreza. Para este sucesso, contribuiu decisivamente a postura de cooperação assumida pelos partidos que integram a Concertación.

Ao decidir cooperar política e eleitoralmente com o centro político chileno, o PS rompeu com a atitude de isolamento político à esquerda que vinha mantendo desde os anos 1950, quando do esgotamento da experiência de “Frente Popular” que havia promovido junto com comunistas e radicais. A partir do final dos anos 1960, o PS havia radicalizado este isolamento eleitoral, com uma postura revolucionária e anti-sistema que contrariava a vontade, inclusive, de Salvador Allende. Nada mais contraditório para um presidente da República do que seu partido político ter uma postura anti-sistema, mas isto era resultado da avaliação que o PS fazia do momento político chileno e latinoamericano desde a segunda metade dos anos 1960, como vimos, influenciado pela experiência revolucionária de Cuba. Aquela estratégia revolucionária do PS, portanto, guardava uma racionalidade distinta da que seria própria de um partido de massas (DUVERGER: 1970) e, principalmente, de um partido *catch all* e de um partido profissional-eleitoral, cujo foco central está na disputa e na vitória de eleições democráticas, em ambiente poliárquico. Tudo isto foi definitivamente rompido pelos socialistas chilenos quando do seu ingresso na Concertación, que só pode ser entendido como um movimento típico de um partido profissional-eleitoral. Com o PS tomando parte da Concertación, rompeu-se também a tradicional “lei dos três terços” que

caracterizou a política chilena nas décadas anteriores ao golpe militar, e que dividia a política chilena em três grupos bem definidos, a esquerda, o centro e a direita.

O que levou o PS a decidir-se por tomar parte e, sobretudo, manter-se na Concertación no decorrer dos últimos 19 anos? Precisamente, um cálculo político racional, de um partido profissional-eleitoral que encontrou na Concertación a melhor fórmula política para se manter no poder. Para isso, o Partido Socialista realizou as inflexões ideológicas que já discutimos; manteve sob controle eventuais divergências internas, a partir do trabalho de uma direção partidária centralizadora, que não relutou em permitir que eventuais dissidências contrárias à estratégia concertacionista abandonassem a militância socialista e; distanciou-se significativamente, com relação ao período prévio à ditadura, da intelectualidade de esquerda e do movimento social e sindical, particularmente, da CUT, mesmo que ainda mantenha um expressivo número de militantes dirigindo aquela central sindical. Esta nova *política de consensos* fez o Partido Socialista assumir uma aliança estratégica com a Democracia Cristã, com quem divide o comando da Concertación, aliança cuja solidez exemplar garante a estes dois partidos a divisão dos principais espaços de poder no Chile contemporâneo.

Em se tratando o Chile de um país que também adota a fórmula do “presidencialismo de coalizão”, a decisão de manter uma aliança ampla de partidos é fundamental não apenas para a chegada ao poder, mas também para a manutenção da governabilidade. Por isso mesmo, os partidos maiores da Concertación não relutam em fazer alianças que resultam, para os sócios menores como o PRSD, em espaços no parlamento que eles não conseguiriam se disputassem as eleições por faixa própria, como vimos. Em se tratando especificamente da Concertación, portanto, o que se observa é que seus partidos maiores, como o PS e a DC, *abrem mão* de cargos no parlamento em favor, principalmente, do PRSD. Isto não se trata de um comportamento irracional, mas, pelo contrário, exemplifica uma estratégia adequada aos termos do presidencialismo de coalizão chileno.

Por exemplo, tomemos o fato de as eleições presidenciais chilenas serem decididas por maiorias absolutas. Nos dois últimos pleitos presidenciais, quando a Concertación apresentou candidatos socialistas – respectivamente, Ricardo Lagos, em 1999 e Michelle Bachelet, em 2005 -, a disputa foi para o segundo turno, e os eleitos venceram com margem apertada de votos. Ricardo Lagos foi eleito em segundo turno, nas eleições de 1999, com minguados 51,3% dos votos, contra 48,7% obtidos pelo candidato da UDI, Joaquín Lavín. Em 2005, Michelle Bachelet conseguiu uma

vantagem um pouco mais confortável, atingindo 53,5% dos votos, contra 46,5% de Sebastian Piñera, da RN⁶¹. Ou seja, o apoio dos pequenos partidos – inclusive, dos que estão de fora da Concertación, como os comunistas - foi fundamental para a vitória dos candidatos presidenciais concertacionistas nos dois últimos pleitos e, ao que tudo indica no momento em que escrevo esta tese⁶², também o será nas eleições presidenciais de 2009. Há de se considerar, ainda, que são sempre múltiplas as possibilidades de alianças partidárias em um sistema pluripartidário com um grau razoável de fragmentação, como o caso chileno, onde as forças políticas se distribuem espacialmente da esquerda à direita, com um centro expressivo social e politicamente que pode se posicionar, em tese, ao lado de qualquer um dos pólos ideológicos. Considerando-se que o sistema binominal pune as terceiras minorias, uma estratégia eleitoral que desconsidere os partidos menores como parceiros de aliança pode resultar em derrota em determinados distritos eleitorais, o que poderia ser fatal para a manutenção da governabilidade a nível parlamentar. Ainda em se tratando das eleições presidenciais, uma prática da Concertación, utilizada nas eleições de 1993 e 1999, a realização de prévias internas para a escolha dos candidatos presidenciais, revelou-se como um mecanismo fundamental para alcançar o consenso entre os seus partidos-membros. Mais ainda, o respeito ao resultado destas prévias pelos partidos que saíram derrotados destas disputas⁶³ mostrou um sinal de unidade da coalizão.

A escolha dos dois candidatos ao parlamento da Concertación em cada distrito eleitoral, portanto, é resultado de um paciente exercício de negociação entre os seus partidos membros, onde cada partido apresenta suas candidaturas e o consenso vai sendo construído de forma a beneficiar, proporcionalmente, a todos. Naturalmente, o objetivo principal é o de maximizar o número de parlamentares eleitos pela Concertación. Como em cada distrito eleitoral podem ser apresentados dois candidatos por partido ou aliança, e a possibilidade de “doblar” é sempre muito difícil – ou seja, são poucos os casos onde uma só aliança de partidos elege os dois representantes de um distrito -, normalmente a fórmula concertacionista é de posicionar os candidatos mais fortes de cada partido em distritos onde estejam acompanhados por outros candidatos

⁶¹ Fonte: Ministério do Interior do Chile, no endereço <http://www.elecciones.gov.cl/>

⁶² Em junho de 2009.

⁶³ Em 1993, Eduardo Frei (DC) derrotou Ricardo Lagos (PS) nas prévias internas da Concertación para a escolha do seu candidato presidencial. Já em 1999, Ricardo Lagos derrotou Andrés Zaldívar (DC). As candidaturas de Patricio Aylwin (DC), em 1989 e de Michelle Bachelet (PS) em 2005, assim como a atual candidatura de Eduardo Frei (DC), que disputará as eleições de 2009, foram decididas de forma consensual pelos partidos da Concertación.

concertacionistas de menor peso político. Estes últimos candidatos que, em tese, aceitariam “ir para o sacrifício” de disputar eleições em um distrito onde têm a companhia de um forte aliado concertacionista, tendem a ser recompensados com postos importantes nos seus respectivos partidos, ou no governo nacional. Por exemplo, o próprio Ricardo Lagos, como vimos no capítulo 2, que perdeu por pequena margem de votos a eleição para senador em 1989 – quando era considerado favorito -, foi prontamente conduzido ao Ministério da Educação no governo do presidente Patricio Aylwin.

A busca de “doblaje”, entretanto, não é abandonada por completo, mesmo que não seja a estratégia principal. Por exemplo, nas eleições de 2009, o presidente da Juventude Socialista, o sociólogo Daniel Melo – filho de Sadi Melo, “alcalde” socialista da comuna de “El Bosque”, na periferia da Região Metropolitana de Santiago - foi lançado candidato a deputado pelo distrito eleitoral 27. É deputado e disputa a reeleição por este mesmo distrito o concertacionista Tucapel Jiménez, do PPD. Ciente deste fato, o slogan da campanha eleitoral de Daniel Melo é: “Vamos por el doblaje”. O distrito 27 das eleições para deputado, não por acaso, envolve as comunas de “La Cisterna”, “San Ramón” e “El Bosque”. O que o PS e a Concertación esperam, portanto, é que o prestígio político de Sadi Melo, já reeleito quatro vezes, ocupando a prefeitura desde 1993, seja transferido para seu filho Daniel, de maneira que ele seja eleito sem colocar em risco a reeleição de Jiménez, que é detentor capital político próprio. Por outro lado, no caso do insucesso de Daniel Melo, um candidato sem experiência eleitoral prévia, ele provavelmente continuaria ocupando postos de destaque na direção socialista, ou poderia ser chamado ao governo.

Nas eleições de 2009, e reproduzindo uma estratégia já adotada, com sucesso, nas eleições municipais do ano anterior, a Concertación firmou um “pacto por omisión” com legendas da chamada “esquerda extra-parlamentar”, notadamente, o PC, a “Izquierda Cristiana” e o grupo conhecido como “socialistas allendistas”, uma fração recém-desprendida do PS, liderada por Jorge Arrate, que é o candidato presidencial destas três forças políticas⁶⁴. Este pacto consiste em combinar distritos onde os dois blocos políticos envolvidos - a Concertación e os partidos da frente de esquerda – se omitem de apresentar candidatos, em prol do apoio a uma candidatura apresentada pelo seu aliado, evitando, assim, a vitória da direita e favorecendo a possibilidade de

⁶⁴ O Partido Humanista, que havia participado do pacto com a Concertación em 2008, ausentou-se este ano, e apoiou a candidatura presidencial de Marco Enríquez-Ominami.

“doblaje”. Desta forma, os partidos de esquerda que, a despeito da boa votação de alguns candidatos comunistas, por exemplo, sempre estiveram ausentes do parlamento, poderão garantir representação parlamentar. Ademais, a proposta também visa a maximização do espaço parlamentar ocupado por este novo bloco Concertación-esquerda extra-parlamentar, e a conseqüente minimização do peso parlamentar da direita, propiciando, assim, um cenário mais favorável a uma eventual mudança do sistema eleitoral binominal. Para a Concertación, a perda de mais espaços parlamentares em favor dos seus novos aliados de esquerda também é um movimento racional, que visa, sobretudo, a aproximação de um setor político que vem crescendo nos últimos anos e que é decisivo para garantir a vitória do candidato presidencial concertacionista em eventual segundo turno, sobretudo, nesta eleição, onde as pesquisas indicam – como vimos no capítulo 2 – que a candidatura de Sebastian Piñera está mais competitiva que em 2005.

Considerando os resultados eleitorais da Câmara dos Deputados, desde o retorno à democracia, observamos que a DC segue sendo o partido mais forte da Concertación, em número de votos e em tamanho da bancada. O PS, por sua vez, vem mantendo uma votação estável, cuja média das cinco eleições ficou em torno dos 10,5% dos votos. Se nos concentrarmos na eleição de 2005, entretanto, e comparando as votações com o tamanho das bancadas parlamentares do PS e da DC, observamos claramente os efeitos do sistema binominal na transformação de votos em cadeiras parlamentares. Enquanto o PS obteve 10,4% dos votos e 12,5% das cadeiras, a DC ficou com 16,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados em 2005, apesar de ter recebido 21,4% dos votos. A Tabela 8 mostra o número de cadeiras obtidas pelo PS na Câmara dos Deputados do Chile desde o retorno da democracia.

Tabela 8 - PS – Bancada na Câmara dos Deputados

Ano	1989	1993	1997	2001	2005
Bancada	11 cadeiras	15 cadeiras	11 cadeiras	10 cadeiras	15 cadeiras
Votos	9,2%	12,5%	9,2%	8,3%	12,5%

Fonte: Ministerio del Interior de Chile. <http://www.elecciones.gov.cl/>

A bancada de senadores do Partido Socialista, após quatro eleições sem grandes alterações no seu tamanho, dobrou em 2005, atingindo a marca de 8 senadores, como

mostra a tabela 9. No Senado, portanto, o PS deixou de ser considerado um partido médio para figurar na lista dos maiores partidos. Em comparação com a DC, que em 1989 elegeu 34% do Senado, e em 2005 elegeu apenas 20%⁶⁵, ou 4 senadores, podemos afirmar que o sistema binominal, associado à estratégia da Concertación, tem favorecido o crescimento da representação do PS no Senado.

Tabela 9 - PS – Bancada no Senado

Ano	1989	1993	1997	2001	2005
Bancada	4 cadeiras	5 cadeiras	4 cadeiras	4 cadeiras	8 cadeiras
Votos	10,52%	27,77%	20%	22,22%	40%

Fontes: VERDEJO (2003), RODRÍGUEZ (2008) e Ministerio del Interior de Chile.
<http://www.elecciones.gov.cl/>

O Partido Socialista, portanto, trata-se de um partido profissional-eleitoral que estrategicamente decidiu, desde o retorno da democracia, optar por uma adaptação ao sistema político chileno, aceitando suas regras e buscando uma cooperação com outros atores políticos, notadamente localizados ao centro do espectro ideológico, que seriam seus potenciais adversários, se ele houvesse decidido retomar a estratégia de dominação ambiental que lhe caracterizou no período da UP. Esta mudança, como vimos, foi decorrente de uma avaliação crítica da sua história, e também do novo cenário geopolítico global. Os movimentos do Partido Socialista, no plano eleitoral, devem ser compreendidos, portanto, como parte da história eleitoral da Concertación. Por outro lado, o fato de dar exclusividade à estratégia eleitoral como mecanismo de alçada ao poder, coloca o PS definitivamente no rol da “esquerda reformista” latinoamericana (CASTAÑEDA: 1994). Quando somamos esta estratégia à sua nova oferta programática, como vimos, podemos classificar o PS como um exemplar da nova esquerda social-democrata latinoamericana (LANZARO: 2007 e ROBERTS: 2008).

5.4 – O PARTIDO SOCIALISTA COMO SISTEMA POLÍTICO

O Partido Socialista do Chile pode ser caracterizado como um partido dotado de uma estrutura organizativa fortemente institucionalizada (PANEBIANCO: 2005). Tal institucionalização se verifica na existência de: a) um estatuto detalhado, aprovado e

⁶⁵ Nas eleições de 1989, foram eleitos todos os 38 senadores. Em 1993, foram eleitos 18 senadores, em 1997 foram eleitos 20 senadores, e assim sucessivamente.

regulamentado em Congressos e Conferências Partidárias; b) uma burocracia partidária de estrutura verticalizada, controlada por dirigentes partidários eleitos pelo voto direto dos seus filiados e gerenciada por funcionários profissionalizados e especializados e; c) na existência de uma forte disciplina partidária, preservada com rigor pela sua direção. Como partido da esquerda democrática, o PS não adota mais o princípio do centralismo democrático, permitindo a existência de múltiplas frações internas (SARTORI: 1982), que prefere chamar de “correntes de opinião”. As frações se organizam de forma própria, mas não autônoma – sem nunca perderem, portanto, sua característica de frações do PS, ou seja, de seguidoras do sistema político do partido -, opinam livremente sobre o cotidiano partidário e disputam as eleições internas. Nesta seção, vamos discutir o funcionamento do Partido Socialista como um sistema político próprio, atentando tanto para as suas regras internas, como também para uma caracterização das suas principais frações e disputas internas mais recentes.

5.4.1 – A estrutura interna do Partido Socialista

Começamos com a apresentação da estrutura do Partido Socialista, conforme define seu estatuto. Cumprindo a legislação eleitoral chilena, o PS distingue seus adeptos entre “militantes” e “aderentes”, sendo os primeiros os que, sendo maiores de 18 anos e registrados no Serviço Eleitoral, desfrutam plenos direitos partidários, como o de votar e de ser votado para as direções partidárias. Dentre os deveres dos militantes, está a contribuição financeira ao partido, seguindo o princípio do “autofinanciamento” que se tornou clássico entre os partidos de massas de esquerda desde a sua origem, na Europa do século XIX. É evidente que, tal como no Brasil e em todas as grandes democracias do mundo, o financiamento dos partidos profissional-eleitorais nunca se dá exclusivamente pela contribuição dos seus militantes, sendo antes dependente de contribuições de empresários e do próprio Estado. (PANEBIANCO: 2005 e também MAIR & KATZ: 1997) Ainda por se tratar de um partido profissional-eleitoral, observa-se no PS o descenso da atividade militante e o aumento do trabalho profissionalizado. Pesquisa apresentada pelo FONDECYT (2009) mostra que o número médio de horas que os militantes socialistas dedicam ao trabalho partidário representa apenas um terço do que dedicam os militantes comunistas no Chile. Como não poderia deixar de ser, este número de horas dobra no período eleitoral, para todos os partidos comparados naquela pesquisa. Esta é mais uma característica relacionada com a

institucionalização do PS, tornando-o uma organização complexa na estruturação da sua burocracia, que prescinde, portanto, de funcionários especializados, com dedicação elevada e, portanto, remunerados.

Com relação à sua direção política, os próprios estatutos do PS a definem como descentralizada, correspondendo “a la división político-administrativa del país.”⁶⁶ Na prática, isto implica na existência de direções socialistas nos níveis comunais, regionais e nacional. Também de acordo com a tradição dos partidos de massas de esquerda, o Partido Socialista funcionalmente define o “núcleo de base” como sua célula primeira de vinculação com a sociedade, podendo ser organizada por base territorial, por “frentes sociales específicos” (como o sindicato, o movimento estudantil, os locais de trabalho etc.) e por temas, “como: ecología, derechos humanos, cultura, empresarios, artistas, derechos del consumidor etc.”⁶⁷ Trata-se, portanto, de um partido político que não rompe com a forma de inserção social que é clássica da esquerda, baseada em uma política de massas e em um tipo de militância que está preocupada em participar e em influenciar os movimentos sociais organizados. A novidade com relação ao clássico partido da esquerda marxista está na preocupação com os chamados “novos movimientos sociales” e suas preocupações “pós-materialistas”, e na busca de aproximação com os empresários – abandonando uma restrita identificação classista com a classe trabalhadora, como num partido marxista - e na sua preocupação com temas ligados ao mundo do mercado, como os direitos do consumidor.

Ainda tratando da militância socialista, o PS contava, segundo dados da sua Secretaria Nacional de Organização, em 24 de março de 2007, com 113.270 filiados entre militantes e aderentes, sendo que, destes, 109.594 eram de militantes, inscritos no Serviço Eleitoral, portanto. Merece destaque o número de menores de 18 anos e maiores de 14 anos filiados ao PS, que somavam 1.115 aderentes, provavelmente, militantes do movimento juvenil. Considerando-se que a maioria e também os 1.889 filiados socialistas no exterior, dentre os quais figuram 37 filiados no Brasil, 220 na França, 143 na Venezuela e 122 na Suécia – os três últimos, tradicionais destinos de exilados chilenos na ditadura de Pinochet.⁶⁸

Guardando um tributo à tradição da esquerda marxista, o PS segue denominando ao seu organismo de direção nacional como “Comitê Central”, um termo mais utilizado

⁶⁶ Estatutos do Partido Socialista do Chile, artigo 11.

⁶⁷ Idem, artigo 12.

⁶⁸ Como magistralmente narra a romancista Isabel Allende (2006).

nos partidos de corte “marxista-leninista”. Isto, entretanto, não compromete o caráter democrático e pluralista daquele organismo. Eleito pelos votos diretos dos seus militantes, como veremos, o Comitê Central é o organismo político superior do PS, se submetendo, apenas, ao “Conselho Geral”⁶⁹ e aos Congressos do Partido, que ordinariamente se realizam a cada três anos, podendo ser convocados de forma extraordinária. O Comitê Central é formado por noventa e cinco membros, sendo sessenta deles eleitos pelas regiões - de forma proporcional ao número de militantes socialistas inscritos em cada uma delas, sendo considerado, ainda, os militantes residentes no exterior como uma “XV Região” -, trinta eleitos em eleição nacional e cinco representantes da Juventude Socialista.⁷⁰ Por fim, o Comitê Central escolhe, indiretamente, uma “Mesa Executiva”, formada por sete integrantes: Presidente, dois Vice-Presidentes, uma Vice-Presidente de Assuntos da Mulher, Secretário-Geral, um Vice-Presidente para Assuntos Indígenas e o Presidente da Juventude Socialista.⁷¹ Merece consideração o destaque dado à Juventude Socialista – organização tradicional em qualquer organização de massas de esquerda -, à Vice-Presidência para Assuntos da Mulher – uma temática fundamental para qualquer partido da esquerda democrática contemporânea, que traz para si a temática pós-materialista – e à Vice-Presidência para Assuntos Indígenas – o que é natural em um país onde ainda há uma expressiva comunidade de “pueblos originários”, sobretudo se comparada à vizinha Argentina, apesar de bem menor do que em outros vizinhos ao norte, como Peru, Bolívia e Equador. Nota-se a ausência, na Mesa Executiva, de uma representação sindical permanente, que existe apenas no comitê central e nas direções inferiores.⁷² Isto caracteriza bem o descenso da militância socialista nos movimentos sociais, notadamente, no movimento sindical.

Ainda seguindo a tradição da esquerda, o Partido Socialista busca regular e manter sob seu controle a atividade dos seus parlamentares e demais representantes. O seu estatuto proíbe que militantes socialistas exerçam cargos públicos eletivos por mais de dois mandatos consecutivos, contados a partir do seu 26º Congresso, de 2001, o que explica o fato de alcaldes socialistas, como o já citado Sadi Melo, exercer mandatos consecutivos desde 1992. Os representantes eleitos pelo Partido Socialista, assim como

⁶⁹ Que se reúne duas vezes ao ano, sendo composto por: a) os membros do Comitê Central; b) os presidentes regionais e comunais; c) os parlamentares; d) os dez principais dirigentes da Juventude Socialista e; os membros do Tribunal Supremo do OS, estes últimos, apenas com direito a voz.

⁷⁰ Estatutos do Partido Socialista do Chile, artigo 18.

⁷¹ Idem, artigo 19.

⁷² Idem, artigo 23.

o conjunto dos seus militantes, têm que se submeter às regras impostas pelos estatutos e pelo Comitê Central. Nos dois últimos anos, dois senadores abandonaram o Partido Socialista, por não concordarem com os rumos das suas direções partidárias: Alejandro Navarro e Carlos Ominami. Ominami, como vimos, não tinha sua candidatura à reeleição garantida por divergir da maioria da Mesa Executiva, e achou mais oportuno abandonar sua militância partidária de 25 anos.

O Partido Socialista do Chile adota um sistema eleitoral proporcional para a eleição de suas direções, com eleições ocorrendo a cada dois anos. Os candidatos se reúnem em “listas” - ou chapas - em geral, correspondentes à diversidade de correntes de opinião existentes no PS. As listas que se apresentam à eleição interna do Partido Socialistas são obrigadas a apresentar uma plataforma eleitoral. Em geral, o que se observa, como veremos, é que as listas tendem a ter posicionamentos cada vez mais similares em termos ideológicos, com as disputas se restringindo às questões de repartição de parcelas do poder interno ou de gestão do Partido Socialista. Cada militante socialista com direito a voto tem a opção de votar ou numa lista eleitoral, ou num candidato individual, integrante de uma lista, tal como acontece no sistema eleitoral proporcional brasileiro. Por fim, o Partido Socialista afirma seu caráter pluralista ao permitir a existência de frações internas (SARTORI: 1982), que prefere denominar como “corrientes de opinión”, para denotar que não se tratam de organizações políticas autônomas, mas, antes, de associações de socialistas dotadas de caráter transitório. Esta característica mostra uma ruptura definitiva com a tradição do centralismo democrático, o que também está evidenciado pelo caráter da escolha dos seus dirigentes e, notadamente, pelo seu sistema eleitoral.

5.4.2 – Partido Socialista: frações e fracionamento interno

No início da década de 1990, quando da sua reunificação, o Partido Socialista do Chile contava com três grandes frações, a “Renovación Socialista” - também conhecida como “Megatendencia” -, a “Nueva Izquierda” e os “Terceristas” (VERDEJO: 2003 e ORTIZ: 2007). Estas três frações correspondiam ao momento político vivido pelo Partido Socialista nos anos 1980 e 1990.

A Renovación, àquele momento, era formada pelos socialistas moderados - como Ricardo Núñez, Jorge Arrate, Marcelo Schilling, Isabel Allende, Carlos Ominami

e Carlos Altamirano⁷³ -, que foram responsáveis pela aproximação dos socialistas chilenos dos paradigmas da social-democracia europeia. A “Nueva Izquierda” representava os antigos membros do PS-Almeyda, podendo ser chamada, assim, da “ala esquerda” do Partido Socialista. Fazem parte, ainda hoje, da Nueva Izquierda, a Presidenta da República Michelle Bachelet, o ex-Ministro do Trabalho Osvaldo Torres e o senador Camilo Escalona, presidente do PS, a maior referência pessoal desta fração socialista. Por fim, os “Terceristas”, como o próprio nome indica, eram ex-militantes do PS-Almeyda que procuraram construir pontes entre “almeydistas” e “renovados” ainda nos anos 1980, fugindo da bipolarização que marcava o campo socialista e assumindo uma postura, portanto, de “terceira via”. Entre os “terceristas”, figuravam nomes como os senadores Alejandro Navarro e Juan Pablo Leterier e os cientistas sociais Luciano Valle e Eolo Díaz-Tendero, sendo a principal liderança “tercerista” o atual vice-presidente socialista, Ricardo Solari.

Estas se tratavam de três frações com posições bem definidas, e com visões distintas do processo político chileno, internacional e do papel que deveria ser cumprido pelo próprio Partido Socialista. Por exemplo, a posição de Camilo Escalona, em 1990, denotava bem esta situação. Considerando “a ultrarenovación del socialismo” como uma “expresión del neoliberalismo em la política” Escalona concluía que “esa renovación, que ya no es renovación, es neoliberalismo puro.” (Citado em ORTÍZ: 2007, 372-373) Este é um claro exemplo de uma crítica típica de uma esquerda ortodoxa marxista a uma outra esquerda que se renovava no diálogo com a social-democracia. Hoje, entretanto, estas três frações convergem na defesa da experiência política da Concertación, e também na defesa de um modelo de socialismo democrático identificado com a social-democracia europeia. Poderíamos afirmar, portanto, que a própria experiência da renovação do socialismo chileno, hoje, transcende a fração que esteve à frente deste processo histórico, e também é transversal às principais lideranças e grupos do socialismo chileno.

Ainda nos anos 1990, entretanto, o fracionamento do PS começou a aumentar. No Congresso partidário de 1998 surgiu o “Colectivo de Identidad Socialista” (CIS), uma fração – cujas principais lideranças são a ativista dos direitos humanos Pamela Pereira e o alcalde Sadi Melo – crítica ao “caudilhismo” que identificavam nas principais frações e na direção do Partido Socialista – notadamente, na prática política

⁷³ Este, após a profunda auto-crítica do final dos anos 1970, como vimos.

de Camilo Escalona como presidente nacional do partido (ORTIZ: 2007). Entretanto, nos anos que se seguiram, o fracionamento dos socialistas chilenos se tornou ainda maior. A estas quatro frações se somaram novas no decorrer dos anos 2000. O que se assiste no cenário eleitoral interno dos socialistas chilenos, atualmente, além do alto fracionamento *vis a vis* a década anterior, são listas eleitorais com conformação transversal às principais frações, cujas plataformas políticas estão principalmente relacionadas a críticas ao *estilo de gestão* da elite que dirige o partido nos últimos anos. A exceção está com as pequenas frações da esquerda partidária, que ainda se diferenciam no seu discurso ideológico, com muitas críticas ao caráter “neoliberal” da Concertación. Para discutir o panorama ideológico das frações do PS, faremos uma análise de algumas teses apresentadas ao 28º Congresso partidário, realizado em março de 2008. Passemos agora, entretanto, à análise dos resultados das duas últimas eleições internas para o Comitê Central do PS, realizadas em 2006 e 2008, para verificarmos o cenário de fracionamento interno.

Nas eleições de 2006, cinco listas se apresentaram aos militantes socialistas: Lista A - “Mega de los pobres”; Lista B - “Más socialismo e más democracia para Chile”; Lista C - “Socialistas de izquierda, socialistas como Allende”; Lista D - “Aquí está la izquierda” e; Lista F - “Grandes Alamedas”. As listas A, B e D representavam a nova crítica de esquerda à Concertación e à direção do PS, que se tornou mais popular, sobretudo, após o governo de Ricardo Lagos. Em todas estas listas, entretanto, figuravam integrantes ou ex-integrantes das quatro grandes frações que dividiam os socialistas até o final dos anos 1990. As listas “A” e “D” eram compostas, principalmente, por ex-integrantes da “Renovación” que assumiram um discurso mais à esquerda à medida que se sucederam os governos da Concertación. O nome “Mega de los pobres” é uma referência direta à “Megatendencia”. A lista D representava a fração “Los Socialistas”, da veterana militante socialista Carmen Lazo. A lista “C” era liderada por um militante do antigo PS-Almeyda, depois incorporado à “Nueva Izquierda”, Francisco Bucat. A partir destas eleições, estas três frações socialistas passaram a atuar unitariamente como uma tendência (PANEBIANCO: 2005) partidária, que intitularam de “Mesa de Izquierda”.

Nas duas listas majoritárias, a lista B e a “Grandes Alamedas”, entretanto, o caráter transversal às três frações originárias da década de 1990 aparece claramente. A lista B representa a elite partidária socialista que, estando envolvida na disputa fracionária nos anos 1990, unificou-se nos anos 2000 em torno de um projeto de

controle da máquina partidária, formando uma nova coalizão dominante do PS. Nela, figuravam militantes da “Nueva Izquierda”, como Camilo Escalona, “renovados” como Marcelo Schilling e Ricardo Núñez, “terceristas” como Ricardo Solari e militantes do CIS, como Sadi Melo. Ou seja, esta lista era composta pelos principais nomes da elite socialista do período “postpinochetista”. Superando as divergências ideológicas que lhes cindiam na década anterior, a necessidade de controlar o ambiente partidário e a conseqüente distribuição dos incentivos seletivos levou estas frações socialistas a formarem a atual coalizão dominante, que segue estável na direção partidária e no apoio conferido pelos socialistas à Concertación e ao governo da Presidenta Bachelet. Por fim, a lista “Grande Alamedas”, apesar da hegemonia dos renovados, como a sua principal liderança, a deputada Isabel Allende⁷⁴, também tinha um caráter de transversalidade às frações socialistas dos anos 1990, tendo entre seus integrantes, por exemplo, a fundadora do CIS, Pamela Pereira. A formação destas duas grandes listas trata-se, portanto, de mais um sinal de institucionalização do Partido Socialista do Chile, onde as frações partidárias tendem a se constituir como tendências (Idem), grupos caracterizados por traços organizativos e ideológicos mais fluidos.

Juntas, as duas maiores listas obtiveram, nestas eleições internas de 2006, mais de 85% dos votos válidos, conforme mostra a Tabela 10. O “Índice de Fracionalização”, proposto por Douglas Rae (1977)⁷⁵, calculado sobre os dados desta eleição socialista de 2006, é de 0,62, denotando um nível de fracionalização mediana, justamente por causa da concentração dos votos nas duas maiores listas. Chama a atenção que, considerado o já citado número de filiados em 2007, apresentado pela Secretaria Nacional de Organização do PS, a taxa de participação dos filiados nestas eleições internas de 2006 girou em torno dos 28%, o que denota um claro traço dos partidos profissional-eleitorais contemporâneos, a discrepância entre o número de filiados e o número real de militantes.

Após as eleições de 2006, novas frações surgiram no Partido Socialista. Primeiro, surgiu a fração denominada de “Nuevo Socialismo”, cuja principal liderança foi o ex-presidente do PS Gonzalo Martner, também ex-integrante da “Nueva Izquierda”. No cenário de tendências do PS, a “Nuevo Socialismo” passou a figurar junto da “Grandes Alamedas”.

⁷⁴ Filha do Presidente Salvador Allende.

⁷⁵ Do qual varia o índice “Número de Partidos Efetivos”, já trabalhado no Capítulo 2.

Tabela 10 – Resultado das Eleições Internas do PS - 2006

Lista	Votos	%
LISTA A "MEGA DE LOS POBRES"	1.158	3,72%
LISTA B "MÁS SOCIALISMO Y MÁS DEMOCRACIA PARA CHILE"	14.963	48,08%
LISTA C "SOCIALISTAS DE IZQUIERDA, SOCIALISTAS COMO ALLENDE"	2.106	6,77%
LISTA D "AQUÍ ESTÁ LA IZQUIERDA"	1.324	4,25%
LISTA F "GRANDES ALAMEDAS"	11.568	37,17%
Total Votos Válidos	31.119	95,55%
Votos Objetados	57	0,18%
Votos Nulos	592	1,82%
Votos Blancos	801	2,46%
Total Votos Escrutados	32.569	100%

Fonte: Tribunal Supremo do PS. Disponível na internet no sítio www.pschile.cl, acessado em 04 de junho de 2006.

Posteriormente, no 28º Congresso do PS, realizado em março de 2008, surgiu a fração chamada “Movimiento Amplio Socialista – MAS”, agrupando lideranças da “Mesa de Izquierda”, sob a liderança do senador Alejandro Navarro, ex-tercerista, um admirador de Hugo Chávez e do seu “socialismo do século XXI”. Ao MAS juntaram-se antigos integrantes dos “Socialistas como Allende”, como Francisco Bucat e Esteban Silva. A plataforma eleitoral apresentada pelo MAS afirmava sua orientação política nos seguintes termos:

“Buscamos recuperar y construir un Partido Socialista democrático, plural y tolerante, en donde los trabajadores, las y los dirigentes sociales, los movimientos sociales y populares no sean ajenos ni se sientan extranjeros en él. Se trata de revolucionar nuestra propia práctica y acción. Un Partido no de una nueva aristocracia ni de funcionarios grises incomunicados con los ciudadanos y atrapados en sus escritorios y la lógica arcaica del aparato del Estado, sino un Partido expresión de los intereses de los sueños y las rebeldías de nuestro pueblo, de los subordinados y explotados y de todas y todos aquellos que luchan y sueñan en una sociedad más justa.”

Trata-se, portanto, de uma crítica direta tanto à orientação política que o Partido Socialista se auto-imprimiu, em tempos de Concertación, mas também a um processo de burocratização que poderia ser identificada com a “lei de ferro” anunciada por Robert Michels (1982).

Tabela 11 – Resultado das Eleições Internas do PS - 2008

Lista	Votos	%
LISTA A – “MÁS IGUALDAD PARA CHILE”	22338	57,714
LISTA B – “MESA DE IZQUIERDA, SOCIALISTAS COMO ALLENDE”	2497	6,451
LISTA C – “MOVIMIENTO AMPLIO SOCIALISTA – MAS”	2804	7,244
LISTA D – “GRANDES ALAMEDAS”	11065	28,588
Total Votos Válidos	38704	94,837
Votos Objetados	134	0,328
Votos Nulos	836	2,048
Votos Blancos	1137	2,786
Total Votos Escrutados	40811	100%

Fonte: Tribunal Supremo do PS. Disponível na internet no sítio www.pschile.cl, acessado em 13 de maio de 2008.

Nas eleições internas do Partido Socialista realizadas em 2008, quatro listas foram apresentadas: Lista A – “Más igualdad para Chile” (correspondente à lista B das eleições de 2006, ou seja, era a lista da coalizão dominante do PS); Lista B – “Mesa de Izquierda, Socialistas como Allende” (que congregava as frações marxistas “Los Socialistas”, de Carmen Lazo, e “Socialistas como Allende”, de Carlos Moya); Lista C – “Movimiento Amplio Socialista – MAS” (apoiado, também, pela “Mega de los pobres”) e; Lista D – “Grandes Alamedas”. A novidade nestas eleições foi que, à exceção da “Grandes Alamedas”, todas as outras listas se organizaram em “subpactos”, onde deixavam clara sua conformação de múltiplas frações. A maior das listas, a lista A, se organizou em quatro subpactos, correspondentes à “Nueva Izquierda”, aos “Terceristas”, ao “CIS” e à “Renovación”, o que mostra que as elites destas frações estavam todas identificadas com a coalizão dominante do PS. Por fim, o aparecimento do MAS representou uma aglutinação das frações de esquerda, que disputaram as

eleições de 2006 em três listas próprias. Em 2008, as frações de esquerda disputaram em duas listas, cada qual com dois subpactos.

Como podemos observar na Tabela 11, a lista apresentada pela coalizão dominante do PS aumentou em 9% o seu capital eleitoral interno, enquanto que sua principal concorrente, a “Grande Alamedas”, diminuiu em 9%. Isto teve implicação direta no Índice de Fracionalização do PS nas eleições de 2008, que se reduziu para 0,58, aproximando-se de um cenário hipotético de uma bipolarização perfeita, a despeito do real cenário das frações do PS. Considerando-se o número de votantes, ainda de acordo com os dados apresentados pela Secretaria Nacional de Organização do PS em 2007, houve um aumento da participação eleitoral socialista em 2008, atingindo índices aproximados de 36% dos filiados.

O 28º Congresso do Partido Socialista, realizado em março de 2008, trouxe alguns exemplos importantes para identificarmos a conformação ideológica de algumas das principais “correntes de opinião” existentes, atualmente, no interior do Partido Socialista. Também serve de exemplo de como a disputa em torno de temas ideológicos não mais desperta grandes atenções do conjunto da militância partidária. Frações fundamentais na história recente do socialismo chileno, como a “Nueva Izquierda” e os “Terceristas”, não apresentaram teses próprias a este Congresso. Por outro lado, apresentaram documentos as novas tendências socialistas, que se colocam de forma transversal às frações, como a “Mesa de Izquierda” e a “Grandes Alamedas”. Além destes, também foram tornados públicos documentos assinados por personalidades socialistas de origem distintas, unidos apenas pela sua divergência aos rumos partidários, como o documento “El Partido Socialista como fuerza popular”, firmado, entre outros, por dois ex-militantes socialistas que, atualmente, apresentam-se como candidatos independentes à Presidência do Chile, Marco Enríquez-Ominami e Jorge Arrate. Das tradicionais frações socialistas, apenas o CIS e a “Renovación Socialista” apresentaram documentos programáticos ao 28º Congresso.

Tomamos a opção de analisar três documentos apresentados ao 28º Congresso do PS. Primeiro, o documento intitulado “El socialismo hoy”, apresentado pela fração “Renovación Socialista”. Pelas suas opiniões, este documento é bem representativo do que defende a atual coalizão dominante do PS. Afinal, como afirmamos, o processo de “renovación socialista” que, nos anos 1980, estava bem identificado com a fração homônima, hoje transcende as principais frações partidárias. Segundo afirma este documento: “las ideas matrices de este proceso [de “renovación socialista”] las

comparten hoy la mayoría de los socialistas chilenos. Todos hemos abandonado definitivamente las visiones ortodoxas y maniqueas que tanto daño le hicieron a la izquierda chilena y mundial.”

Em seguida, analisaremos o documento “La lucha por la democracia y el socialismo”, apresentado pela tendência “Mesa de Izquierda”, que representa as frações da ultra-esquerda marxista do PS. Finalizaremos com a análise do documento “Las grandes alamedas”, apresentado pela tendência homônima.

O documento da “Renovación Socialista” expressa bem sua identidade ideológica com a social-democracia, bem como se associa à defesa incondicional do legado da Concertación. Por outro lado, respondendo à crise que enfrenta esta aliança de partidos, que não consegue agregar para seu capital político o apoio popular emprestado à presidenta Bachelet, a “Renovación Socialista” soma-se à defesa de necessidade de sua reconstrução, a partir da sua ampliação à esquerda.

Fiel às suas origens nos anos 1980, a “Renovación” segue preocupada com sustentar a tese da associação indissolúvel entre o socialismo e a democracia. Mais ainda, identifica nesta associação um traço distintivo do “imaginário” – ou da cultura política – do próprio PS do Chile. Para isto, a “Renovación” continua recorrendo, neste documento, à sua tradicional revisão crítica da história do PS, que identifica no seu período “marxista-leninista” um hiato que contraria a real vocação democrática e libertária dos socialistas chilenos. Mais ainda, neste período crítico, segundo interpreta a “Renovación”, os socialistas também teriam incorrido em erro ao sustentar um programa econômico estatizante. A democracia e a liberdade, como seus “componentes essenciais”, conduzem o PS a entender o socialismo, segundo sustenta a “Renovación”, como “la instalación de la democracia, su profundización y ensanchamiento en todos los ámbitos de la vida económica, social y política. Por ello la democracia, para los socialistas, es un valor en sí. La democracia es el camino y el fin de los socialistas.”

A “Renovación” não esconde seu ufanismo na defesa da experiência da Concertación: “la Concertación Democrática cambió radicalmente al país”, afirma seu documento. Dentre estas mudanças, a “Renovación” destaca a capacidade de associar políticas exitosas de crescimento econômico com a drástica redução da pobreza, além da inserção internacional do Chile, das ações de “verdad y justicia” em matéria das violações dos direitos humanos na ditadura e na ampliação do acesso aos direitos sociais, notadamente, em educação e saúde. “Sobre todo – afirma a “Renovación” - restablecimos la democracia y la libertad.”

Entretanto, a necessidade de aprofundamento do processo político iniciado e desenvolvido pela Concertación implica na sua própria avaliação crítica, julgam os “renovados”. Dentre os “errores e insuficiencias” da Concertación, segundo apontam os “renovados”, está a ausência de uma real integração regional latinoamericana, bem como, assuntos pendentes, como a desigualdade, a pobreza, a modernização da capacidade de gestão do Estado e do sistema representativo chilenos. Para o cumprimento destas tarefas, os “renovados” defendem a construção de um novo arco de forças, que, partindo “de la actual Concertación, (...) debe ampliarse hacia las fuerzas políticas y sociales de izquierda, de vocación popular y democrática, al igual que hacia fuerzas de centro que critican la concentración económica.” O fundamental para o programa político desta nova aliança é reconhecer a necessidade de se “fortalecer el papel del Estado en la construcción del país, entendiendo que aquel es el garante de la equidad social.”

Posição bem distinta à “Renovación Socialista” é defendida pela “Mesa de Izquierda”, tendência que reúne as principais frações atualmente mais à esquerda do PS, a “Mesa de los pobres”, a “Los Socialistas” e os “Socialistas de Izquierda”, inspiradas pelo marxismo. Para os esquerdistas do PS, o legado da Concertación é negativo, e não corresponde aos ideais históricos do socialismo chileno: “El país sigue siendo el mismo, los problemas pendientes de la transición siguen siendo los mismos: una institucionalidad oligárquica, una economía cimentada en la especulación financiera y la usura, deuda histórica con las víctimas de la represión y de las violaciones a los derechos humanos, impunidad y sacralización de los privilegios de castas, nula participación social, exclusión económica, cultural y social, aumento creciente en las desigualdades económicas, sociales y culturales.”

Tudo isto, acreditam os esquerdistas, é resultado da adesão da Concertación ao programa econômico neoliberal herdado de Pinochet, e do “co-governo” que vem sendo exercido, de fato no Chile, com a direita e com o FMI. Os esquerdistas seguem além, atribuindo estes resultados à estratégia de aliança com a Democracia Cristã, colocando o problema, assim, na origem e na essência do próprio projeto concertacionista. A aliança com a DC, seguem os esquerdistas, é meramente eleitoreira e fisiológica e, portanto, é uma “alianza que no se preocupa de democratizar Chile, que no comparte una misma visión latinoamericanista y que sirve a propósitos e intereses políticos internacionales antagónicos a los principios e intereses de los socialistas.” Como resultado, restou aos socialista “ser algo así como el brazo izquierdo de los liberales.” O legado da

Concertación leva os esquerdistas a afirmar que, se é certo que os chilenos não experimentam mais uma ditadura, “tampoco vivimos en una Democracia, al menos no la democracia que creemos legítima y republicana.”

Atribuindo à Concertación, e a estratégia de tomar parte deste bloco, como as responsáveis pela adesão do PS às “políticas neoliberais”, o documento da “Mesa de Izquierda” conclui assumindo a defesa do resgate da antiga política de “frente de esquerda”, praticada pelo partido até o período da UP:

“Tenemos que volver a la razón de ser de los socialistas. A los principios y valores históricos que nos hacen ser herederos legítimos de Salvador Allende. Nuestra historia es una historia heroica y no está allí para venderla al mejor postor liberal. Somos lo que somos, marxistas críticos, defensores de su carácter de partido de izquierda, popular, autónomo, democrático, latino-americanista y revolucionario. Nuestro sentido en la política es representar y defender los intereses populares desde la izquierda. Somos socialismo, somos pueblo y somos izquierdas.”

Por fim, chegamos ao manifesto apresentado por “Grandes Alamedas”, que assume uma postura intermediária aos dois outros documentos acima analisados. Neste sentido, a “Grandes Alamedas” avalia positivamente o legado da Concertación, mesmo que, como os “renovados”, sustente que é necessário avançar no combate das desigualdades. Nestes “17 años de Concertación” – seguem os socialistas de “Grandes Alamedas” – “nos han visto empeñados en asegurar y expandir libertades, en brindar estabilidad, paz y progreso, un legado inédito en la historia republicana” do Chile. Assim, a “Grandes Alamedas” não faz nenhuma crítica mais séria ao modelo econômico da Concertación, como duramente fazem os socialistas esquerdistas.

“Gran parte de la tarea de la Concertación ha consistido en (...) impregnar de sensibilidad social la gestión pública, en construir las bases de un sistema de protección social que sustraiga al ciudadano, en la provisión de sus derechos esenciales, de la condición de rehén de la lógica de mercado y de la precariedad en que hunde a los asalariados y a los excluidos, junto a disciplinarlos mediante el endeudamiento generalizado. Todo esto sin abjurar de la necesidad del rigor fiscal o amenazando los equilibrios macroeconómicos, que permiten mantener la casa ordenada para abordar sus necesarias transformaciones. Es un camino en marcha, que hoy avanza, en planos tan relevantes como la previsión, la salud, la educación, en rumbo claro, no sin dificultades cotidianas.”

Mesmo que avalie que, no geral, o modelo econômico praticado pela Concertación segue uma orientação progressista, os socialistas de “Grandes Alamedas” não se furtam de criticar uma postura “neoliberal” que seria transversal a determinados setores dos partidos e dos governos da Concertación. Sustentam, portanto, a necessidade de se disputar *por dentro* os rumos da Concertación, buscando a sua renovação e também a hegemonia, no seu meio, das orientações políticas progressistas. Ao contraste dos esquerdistas, portanto, não acreditam que o momento seja de romper com a Concertación, mas, antes, renová-la a partir do resgate mesmo dos seus princípios originários. A crítica à influência do neoliberalismo no interior da coalizão, tal como a faz os socialistas de “Grandes Alamedas”, pode ser entendida como uma referência direta à coalizão dominante do PS.

“incluso en las filas concertacionistas, y con frecuencia exasperante entre aquellos que ocupan espacios de responsabilidad en la conducción económica, pero también en dirigentes relevantes de la coalición y de nuestro propio partido, impera por acción u omisión una racionalidad tecnocrática neoliberal, que enfoca las políticas públicas desde la noción que los actores centrales son sólo el mercado y los grandes empresarios y que la acción contra las desigualdades debe permanecer con un alcance marginal. Para la gran mayoría de quienes constituimos la Concertación esa es una situación inaceptable, que contrasta contra los acuerdos básicos que nos vieron emerger como coalición y confrontan el compromiso a los ciudadanos que hemos hecho a través de nuestros programas de gobierno.”

A Concertación teria tido o mérito de fazer o Chile ingressar em um novo “ciclo histórico”, de caráter democrático e progressista, com as características acima descritas. Entretanto, este ciclo, segundo defende “Grandes Alamedas”, já teria sido vencido. O momento, portanto, seria de renovar a Concertación, seu programa e as forças políticas que o compõem, visando avançar nas tarefas democráticas e no combate das desigualdades. “El Chile que emergió de los gobiernos democráticos reclama, a la luz de sus éxitos y dificultades, un nuevo contrato” social, conclui “Grandes Alamedas”.

As bases deste novo contrato social estariam, principalmente, na convocação de uma Asamblea Constituyente, e na construção de um novo modelo de desenvolvimento. “Cuando hablamos de nuevo modelo de desarrollo”, segue o manifesto de “Grandes Alamedas”, “decimos economía abierta pero donde el capital nacional y extranjero se ciñan a estándares laborales, medioambientales, tributarios y comerciales” determinados pela própria sociedade chilena, através da regulação estatal. “Cuando hablamos de

nuevo modelo de desarrollo no invocamos el autismo frente a la evidencia de la globalización, pero tampoco renunciamos al potencial de la política y nos empeñamos en que Chile (...) contribuya al esfuerzo de dotar al mundo de los urgentes y remozados instrumentos reguladores que permitan gobernar el mercado.” A essência do modelo concertacionista, a abertura unilateral da economia chilena como estratégia de desenvolvimento, não é contestada por “Grandes Alamedas”.

Podemos afirmar, portanto, que este é um manifesto que, em termos ideológicos, de compreensão do papel do Estado na economia e da defesa da democracia, portanto, em nada difere do que sustentam as resoluções oficiais mais recentes do Partido Socialista, o que mostra uma convergência com a “coalizão dominante” do partido que não é observada nas posições da “Mesa de Izquierda”. Não é à toa, portanto, que os esquerdistas assumam uma posição tão minoritária nas eleições internas dos socialistas.

A crítica da “Grandes Alamedas”, portanto, se dirige apenas ao estilo de gestão partidária impresso pela atual “coalizão dominante”.

“No está en duda la vigencia de nuestras convicciones. Hoy más que nunca estas demuestran su vitalidad en el foro público. (...) Lo que esta en duda es si podemos hacer más y con más eficacia. Y detener el deterioro del instrumento partidario en nombre del pragmatismo y su transformación en instrumento de poder grupal e individual. De un Partido en debate permanente, crítico a la realidad, hemos transitado a un partido pragmático, manejado por oligarquías partidarias. (...) Esta conducta ha propiciado, en los hechos, un quiebre interno que reclama urgente corrección. Tras el impulso unitario que acompañó la recuperación democrática no se había vivido nunca en nuestro seno una situación de tan aguda polarización y distancia. Nunca se había marginado a sectores tan amplios de la responsabilidad colectiva de dirección.”

Neste sentido, portanto, observando a realidade fracional do Partido Socialista, podemos caracterizá-lo como um partido de esquerda que se estrutura de forma democrática, no sentido pluralista do termo, e que, por isto mesmo, não está imune às pressões elitistas às quais estão expostas todas as organizações de tal natureza. A prática centralizadora da direção partidária, ou da sua coalizão dominante, tem sido um fator preponderante para explicar as defecções que o PS vem sofrendo nos últimos anos, mesmo que não tenhamos como desconhecer que, em boa parte dos casos, abandonar o PS também pode ser resultado de um cálculo racional e personalista de determinados atores políticos, como Alejandro Navarro e Marco Enríquez-Ominami. Entretanto, há de se reconhecer que a direção socialista vive sob o fantasma do papel cumprido pelo seu

partido durante o governo de Allende, quando o então secretário-geral do PS, Carlos Altamirano, assumiu uma postura de confronto com o Presidente da República, seu companheiro de partido. Agora, a coalizão dominante socialista tem “aversão ao risco”, como afirma Eolo Díaz-Tendero (2004). Evitar a todo custo que o PS repita aquela postura, parece ser a obsessão da sua direção política que, por isso, tem pagado o preço do isolamento político com relação aos movimentos sociais e à intelectualidade de esquerda, ao abrir mão de qualquer crítica à Concertación.

Um dado importante, apresentado na pesquisa de opinião nacional no Chile apresentada pelo instituto CERC⁷⁶ em julho de 2009, evidencia o que pode ser um resultado perigoso para o futuro do PS. Consultados sobre sua opção presidencial para as eleições de dezembro de 2009, 59% dos entrevistados que se declaravam simpáticos ao PS responderam por Marco Enríquez-Ominami, ante apenas 18% de simpatizantes do PS que declararam votar em Eduardo Frei. Outro dado importante: 6% dos simpatizantes do PS entrevistados por esta pesquisa disseram apoiar Jorge Arrate, sendo que *todos* os apoiadores da candidatura de Arrate disseram simpatizar com o PS, o que mostra a identidade de Arrate com o socialismo chileno. Por fim, 4% dos simpatizantes do PS disseram preferir a candidatura de Alejandro Navarro, que também foi apontado como candidato preferido por simpatizantes do PPD e da DC. Considerando que o apoio a Eduardo Frei foi a decisão da coalizão dominante do Partido Socialista, que abdicou de realizar uma prévia interna para a escolha do candidato presidencial do partido, podemos aferir que a “aversão ao risco” da direção socialista, se representa a segurança dos espaços de poder ocupados pelo partido, pode, na verdade, estar conduzindo o PS a uma condição de isolamento frente ao chamado “povo socialista”. Tal situação implicaria na vitória da “lei de ferro” anunciada por Michels.

Concluindo, e mudando o viés da análise, se observarmos a orientação ideológica das duas principais tendências do Partido Socialista – a coalizão dominante e a “Grandes Alamedas” – dificilmente poderíamos deixar de caracterizá-lo, em termos programáticos, como um partido social-democrata.

5.5 – O PARTIDO SOCIALISTA NO GOVERNO

⁷⁶ Disponível no sítio da internet <http://www.cerc.cl/Encuestas/09JUL.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2009.

Após o Golpe Militar de 1973, que derrubou o Presidente constitucional do Chile, o socialista Salvador Allende, e frustrou definitivamente a experiência de governo da Unidad Popular, o Partido Socialista chileno só voltou a eleger um Presidente da República em 1999, com a vitoriosa candidatura de Ricardo Lagos, como vimos. Em 2005, outra militante socialista foi eleita Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, que entrou para a história como a primeira mulher a presidir o seu país. A presença de socialistas no governo chileno, entretanto, remonta a 1990, quando do retorno da democracia.

Como já vimos, o PS foi um ator central do processo de negociação com os militares para a transição democrática, ocupando sempre lugar de destaque na Concertación, o que contribuiu para que ele assumisse um papel decisivo já nos dois primeiros governos desta composição política, presididos pelos democratas-cristãos Patricio Aylwin e Eduardo Frei Ruiz-Tagle. Ainda no governo Aylwin, um socialista, Carlos Ominami, atual senador, ocupou o Ministério da Economia. Falar do modelo econômico praticado pela Concertación nos seus 19 anos de governos democráticos, portanto, é falar de como os socialistas, na prática, manejaram as suas ofertas programáticas. Mais ainda, é saber que os socialistas compartilham suas opções de políticas públicas com outras forças políticas chilenas, de centro e de esquerda, o que faz do modelo econômico da Concertación um programa de desenvolvimento e de políticas públicas transversal aos partidos que a compõem, já que todos eles foram responsáveis pela sua formulação. Por si só, esta capacidade de transigir é uma característica importante desta nova face renovada do Partido Socialista do Chile. Há de se considerar que entre as ofertas pragmáticas dos partidos políticos e as políticas públicas que eles executam quando estão nos governos há uma diferença considerável, o que, em alguns casos, pode resultar em relações conflitantes entre os militantes do partido e foram para o governo e aqueles que permaneceram na burocracia ou na militância partidária.

A Concertación assumiu uma posição de continuidade com relação à principal inovação trazida, em matéria econômica, pela ditadura de Pinochet, que seja, a liberalização e a abertura da economia chilena. No governo, os militares transformaram o Chile em um laboratório de experimentos neoliberais, em aliança com intelectuais neoliberais, alçados à condição de principais tecnocratas do governo (os chamados “Chicago Boys”), e com a elite empresarial. Foi abandonado por completo qualquer resquício de estratégias de substituição de importações (ou de “crescimento endógeno”),

foi posto em prática um amplo programa de privatizações, os sindicatos foram duramente reprimidos e esvaziados – e com eles a legislação trabalhista – e aumentaram os índices de concentração de renda e de pobreza e indigência, apesar da conjuntura de crescimento econômico a níveis importantes para os padrões regionais, brutalmente submetidos às flutuações cíclicas do mercado internacional.

Chegando ao governo, a Concertación avaliou que as políticas econômicas de conteúdo liberalizante implementadas pelos militares tinham uma característica “modernizadora”, e que precisavam, portanto, ser mantidas. A estratégia de “crescimento com equidade” que passou a ser adotada pelos novos governos democráticos, entretanto, partiu do princípio de que a economia de mercado não é auto-regulável, como pressupunham os neoliberais, sendo, pelo contrário, marcada por falhas e imperfeições, estas últimas, vinculadas justamente à desproteção a que submetem os seus elos mais frágeis, que seja, os trabalhadores e o povo pobre em geral. Neste sentido, mesmo que mantendo uma orientação econômica pró-mercado, os governos da Concertación optaram por dotar o Estado de um papel regulador e, principalmente, ampliaram os gastos sociais focalizados nos setores mais pobres da sociedade.

Na sua importante análise da recente economia chilena, Oscar Muñoz Gomá afirma que são três os eixos centrais do modelo econômico praticado pela Concertación:

- “governabilidad política basada en una coalición de partidos políticos de centro e izquierda para constituir un gran bloque político mayoritario que le diera estabilidad democrática al país;
- aceptación de las reglas del mercado para organizar la economía, profundizándolas mediante una política activa de integración comercial con el resto del mundo, el desarrollo de una institucionalidad reguladora de los mercados e impulsora del emprendimiento, todo ello en un marco de estabilidad macroeconómica y financiera; y,
- alta prioridad política al pago de la deuda social con los sectores más empobrecidos de la sociedad, para avanzar hacia una mayor igualdad de oportunidades.” (MUÑOZ: 2007, 88-89)

Partindo destes três eixos, identifiquemos, portanto, as principais orientações em matéria de política econômica, social e de relações exteriores praticada pelos governos da Concertación, bem como, verifiquemos os mais importantes indicadores econômicos e sociais do Chile democrático.

Segundo o Banco Central do Chile (2008), instituição que desfruta de autonomia desde 1989, a busca da disciplina fiscal e da estabilidade dos preços são seus principais

objetivos políticos. Para isto, promove a regulação e supervisão do mercado financeiro, e conduz uma política monetária pautada num esquema de livre flutuação cambial e de metas de inflação, dentro do objetivo explícito de manter uma inflação anual, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ao redor de 3%, com uma margem de tolerância de 1%. Para a garantia da estabilidade dos preços, o Banco Central chileno ainda segue uma “política fiscal responsable y predecible”, baseada em um superávit estrutural de 0,5% do PIB desde 2007 (entre 2000 e 2007, o superávit estrutural chileno foi de 1%) e na manipulação das taxas de juros. Visando a maior integração aos mercados internacionais, o Banco Central do Chile pratica uma política de estímulo à “libre movilidad de capitales desde y hacia el país”, além de praticar a livre flutuação cambial desde 1999. Até então, a política do Banco Central para os capitais voláteis e de curto prazo (“golondrinos”) era de estabelecer um “encaje”, que os taxava financeiramente. Eficaz para conter os efeitos negativos que os capitais voláteis impuseram, nos anos 1990, para economias como a mexicana e a argentina, o “encaje” chileno foi substituído pela flutuação cambial em 1999, quando a chamada “crise asiática” forçou uma nova situação, onde o que interessava era atrair capitais externos, pouco importando o período que esses capitais permaneceriam no país.

Em se tratando do controle da inflação, os governos da Concertación têm sido amplamente exitosos. A inflação, na média histórica, tem se mantido menor do que durante a ditadura, desde o retorno da democracia. Em oito anos de governo concertacionista, a inflação caiu de 27,3%, em 1990, para 4,7% em 1998. (CASTELLS: 2005) A Tabela 12 traz dados mais atualizados.

Tabela 12 - Taxas de Variação da Inflação (Índice de Preços ao Consumidor) - Chile (%)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
4,5	2,6	2,8	1,1	2,4	3,7	2,6	7,8	8,9

Fonte: CEPAL - Balance Preliminar de Economias de América Latina - 2008

Podemos concluir, portanto, que, desde 2000, o regime de metas de inflação tem sido cumprido à risca, salvo em 2007 e mais fortemente em 2008, um ano marcado pela crise econômica mundial, o que evidencia um traço da economia chilena ao qual voltaremos a nos reportar mais adiante, que seja, a sua vulnerabilidade externa. Este traço se confirma quando considerado outro importante indicador econômico, a taxa de variação do PIB, conforme observamos na Tabela 13.

Tabela 13 - Taxas de Variação do PIB - Chile (%)

1995	2000	2004	2005	2006	2007	2008
10,6	4,5	6	5,6	4,3	5,1	3,8

Fonte: CEPAL - Balance Preliminar de Economias de América Latina – 2008

O que se pode constatar, portanto, é que o Chile vem crescendo a níveis altos e sustentados – principalmente, para os padrões latinoamericanos -, e que sua economia resistiu bem à crise econômica global em 2008, - mesmo com a taxa de crescimento mais baixa no período - apesar do seu alto nível de internacionalização e, conseqüentemente, da sua vulnerabilidade externa.

Mas é justamente sua integração à economia mundial que sustenta o crescimento econômico chileno. Segundo dados da Secretaria Geral de Governo do Chile (2005), “más del 65% del producto de Chile está compuesto por el comercio exterior.” (MINISTÉRIO SECRETARIA GENERAL DE GOBIERNO: 2005, 15) Isto é o resultado de uma política externa ofensiva de abertura e integração de mercados, que faz do Chile o país mais globalizado da América Latina contemporânea. Desde o retorno à democracia, o Chile tem optado por uma política de baixa unilateral das suas tarifas de importação e, particularmente desde os anos 2000, tem firmado uma série de tratados econômicos com as mais distintas nações do mundo. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores do Chile⁷⁷, o país tem em vigor, atualmente, 20 acordos comerciais com 56 países, entre Acordos de Associação Econômica (AAE), Acordos de Complementação Econômica (ACE) e Tratados de Livre Comércio (TLC), sendo os mais recentes os TLCs firmados com a Austrália e a Colômbia. Merecem destaque, ainda, acordos comerciais firmados com os Estados Unidos, União Européia, Canadá, América Central, China, Japão, Coréia do Sul, Austrália, México e MERCOSUL, entre outros.

Aqui, algumas considerações devem ser feitas. Primeiro, a América do Sul esteve ausente das prioridades da política exterior chilena até o governo de Michelle Bachelet. Enquanto eram firmados apenas ACEs com o MERCOSUL e com países como o Equador e a Bolívia, o Chile assinava TLCs com países da América do Norte, América Central e o Pacífico Asiático. Depois, foi evidente a aproximação e sintonia

⁷⁷ Disponíveis no sítio da DIRECON http://www.direcon.cl/cuadro_resumen.html Acessado em 30 de maio de 2009.

que o Chile manteve com os Estados Unidos, em termos de política exterior, nos três primeiros governos da Concertación. O símbolo maior desta sintonia foi a assinatura de um TLC com aquele país no momento em que seus vizinhos de América do Sul, liderados pelo Brasil, resistiam à ALCA, projeto do qual a chancelaria chilena sempre foi entusiasta. Por fim, ao optar por uma política exterior aberta, se o resultado mais imediato tem sido o crescimento econômico continuado e a melhoria do padrão de vida da população, pode-se considerar que o Chile fez uma opção definitiva pela condição de país exportador de *commodities*, ou de manufaturados de baixo valor agregado, e de importador de tecnologia o que, no longo prazo, vai implicar na sua total submissão ao mercado externo.

O principal destaque da pauta de exportações chilena é o cobre, que representou 46% das exportações chilenas em 2004 (MINISTÉRIO SECRETARIA GENERAL DE GOBIERNO: 2005), seguido dos pescados, das frutas e dos vinhos que, apesar de ser um produto tradicional, cada vez mais agrega tecnologia na sua manufatura – sendo evidente que não tratamos, aqui, de uma indústria *high tech*. Mesmo assim, é cada vez mais diversificado o portfólio de parceiros comerciais chilenos, como produto direto da sua própria iniciativa política. A Tabela 14 mostra esta diversidade.

Tabela 14 – Parceiros Comerciais – Chile (2008)

Europa (exceto Reino Unido)	26,4%
América Latina	16,8%
China	15,2%
América do Norte	14,5%
Ásia (exceto China e Japão)	13,4%
Japão	10,3%
Outros	2,2%
Reino Unido	1,1%

Fonte: Banco Central de Chile (2008)

Uma novidade do governo de Michelle Bachelet, em matéria de política externa, é a prioridade conferida à América do Sul, o que não se via, nem de longe, no governo de Ricardo Lagos. Mesmo que não tenha tomado parte do Banco do Sul, o Chile desempenha papel ativo na criação da UNASUL. Na plenária de abertura da XXI Cúpula do MERCOSUL, Bachelet ratificou “el compromiso y (...) el entusiasmo de

Chile com la integración regional” (BACHELET: 2007, 153), aprofundando interesse em avançar nas dimensões políticas e sociais da integração sul-americana, para além da esfera económica e comercial. Sem dúvida, esta é uma postura mais compatível com a tradição latino-americanista do Partido Socialista, esquecida pelo governo de Lagos. Na mesma linha, a convocatória para o 28º Congresso do PS, documento lançado em 24 de novembro de 2007 pela sua “Mesa Directiva Nacional”, afirmava que na “nueva realidad internacional es imprescindible realizar los máximos esfuerzos por producir una mayor unidad latinoamericana e ir avanzando hacia formas de integración política, económica y cultural superiores. Si América Latina no logra articular y presentar un bloque unitario y compacto no tendrá posibilidades de hacer oír su voz en el concierto internacional.”

É interessante o depoimento do deputado Marcelo Schilling, secretário geral do PS⁷⁸, sobre a política comercial exterior chilena:

“En esto, no hay receta. Nosotros somos un país pequeño, 15 millones de habitantes, cuando Aylwin asumió al gobierno (...) el mercado interno era mucho pequeño para dinamizar por se mismo el desarrollo de nuestra industria y de nuestra economía, y la estrategia era de abertura al exterior, incluso nosotros bajamos los aranceles sin buscar reciprocidad. Y lo resto del camino fue la construcción de los acuerdos de libre comercio, lo cual fue una lucha política, porque en general las grandes economías son más bien proteccionistas, incluidos los Estados Unidos y Europa (...), y partimos para acuerdos de libre comercio con México, Canadá (...). Y esta abertura para los acuerdos de libre comercio tiene que ver (...) con la realidad de nuestro país. Nosotros no podríamos pedir a Brasil, por ejemplo, que tiene otro tamaño, otra talla, que haga lo mismo. Brasil tiene ciento setenta millones de habitantes y un desarrollo industrial propio que busca preservar y apoyar y por lo tanto no puede abrir las fronteras como abrimos nosotros, porque cada punto, seguramente, que baja el Brasil de sus tasas de impuesto a las importaciones significa la reducción de cuantos miles de empleos? De modo que esto no es una receta universal, esto es adecuado a la realidad de Chile. Y para nosotros (...) el resultado es que partimos de 3 mil Dólares per capita y hoy en día estamos alrededor de 15 mil Dólares per capita.”

Ou seja, se a intenção, a partir de agora é priorizar o “barrio” latinoamericano, como ironiza a direita chilena, os socialistas chilenos – ou, ao menos, suas elites dirigentes - não parecem ter dúvidas quanto à correção da política comercial externa que os governos concertacionistas desempenharam desde que chegaram ao poder. Mesmo

⁷⁸ Em entrevista concedida ao autor, em Santiago, em 13 de fevereiro de 2008.

que esta política represente a negação do que foi praticado pelo governo da Unidad Popular, sob a liderança de Salvador Allende. Esta mudança de orientação com relação ao que praticou o governo da UP demonstra uma tentativa dos socialistas chilenos de se adaptarem ao novo ambiente de globalização da economia, e o fazem sem abrir mão por completo da herança de Pinochet.

A principal ruptura dos governos da Concertación com o legado de Pinochet está relacionada com o que Muñoz (2007) identificou como o terceiro eixo do modelo econômico da Concertación, que seja, sua disposição de buscar atingir níveis de equidade compatíveis com os países desenvolvidos, através da ampliação dos gastos sociais públicos, focalizados nos setores mais pobres da população. Neste sentido, a política de “crecimiento con equidad” praticada pela Concertación se mostrou também exitosa, tendo impacto decisivo na redução da pobreza.

Como afirmou o Ministério da Fazenda do Chile (2008), o gasto social público cresceu a uma média real anual de 6,4% no período 1990-2007, o que, em termos *per cápita*, representa um aumento médio real anual de 5%. Entre 1990-2000, o gasto social público representou uma média de 64,8% do gasto total, porcentagem que subiu para 67,3% no período de 2001-2007. Para o Ministério da Fazenda chileno, o gasto social público focalizado deve ser encarado não apenas como uma iniciativa para diminuir a pobreza e aumentar o bem-estar social, mas também como um instrumento contracíclico, na medida em que compensa os riscos aos quais são expostos os setores mais carentes da população nos momentos de “ciclos econômicos desfavoráveis”. Segundo dados da CEPAL, o gasto social público no Chile vem experimentando crescimento continuado desde o retorno da democracia, como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 - Gasto Social Público - Chile

	1990-1991	1995-1996	2000-2001	2005-2006
Per Capita (em dolares de 2000)	340	543	741	719
% do Gasto Público Total	61,2	64,9	67,3	66,4

Fonte: Cepal - Panorama Social de America Latina. 2008

O aumento do gasto social público focalizado teve um impacto decisivo para a redução da pobreza no Chile após a redemocratização. Segundo a Encuesta CASEN 2006, divulgada pelo Ministério do Planejamento chileno, a pobreza foi reduzida de 38,6% da população, em 1990, para 13,7% em 2006, índice ainda considerado alto, se

tomados os padrões dos países desenvolvidos, mas extremamente significativo para a realidade latinoamericana. Apesar do valor do índice, o que chama positivamente a atenção é a magnitude da redução da pobreza no Chile após a chegada da Concertación ao governo. Combinada esta redução com a estabilidade econômica – representada pelo índice de preços ao consumidor –, com o crescimento da economia e com o grau de inserção atingido pelo Chile na economia global, não há como não afirmar que a Concertación não foi exitosa no seu projeto de “crescimento com equidade”. Por outro lado, o montante de recursos destinados para o gasto social público dificilmente poderia ser identificado como sendo parte de um projeto de governo “neoliberal”, como afirmam seus críticos. Portanto, é temerário afirmar que a Concertación deu continuidade à obra da ditadura militar. Em contrário, adotando os mecanismos macroeconômicos liberais que se fazem usuais na maior parte do mundo, a Concertación deu uma guinada na orientação da política pública chilena, no sentido da equidade. Assim, poderíamos afirmar que a Concertación deu passos importantes no sentido da construção de um Estado Social Democrático de Direito no Chile, mesmo que esta construção ainda seja uma tarefa pendente e longe de ser concluída.

Tabela 16 - Distribuição da população segundo estrato social – Chile (%)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006
População Indigente	13	9	7,6	5,7	5,6	5,6	4,7	3,2
População Pobre Não-Indigente	25,6	23,8	20,1	17,5	16	14,6	14	10,5
População Não-Pobre	61,4	67,2	72,3	76,8	78,4	79,8	81,3	86,3

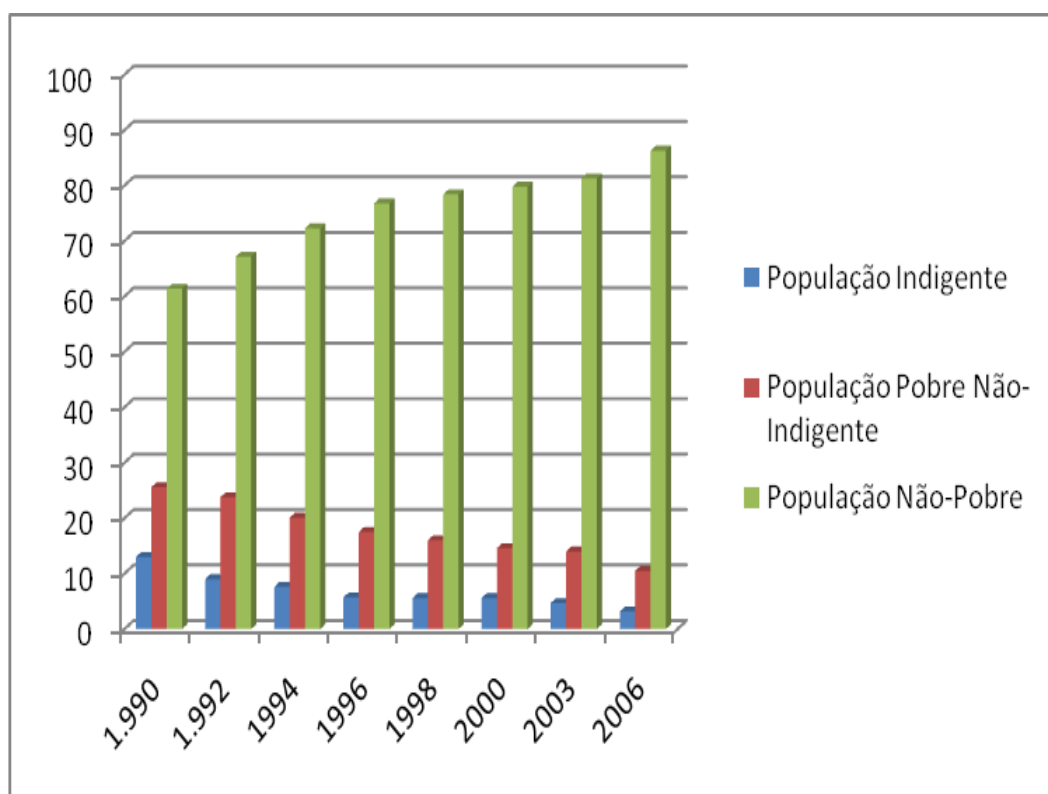
Ministerio de Planificación de Chile. **CASEN 2006**. 2006.

Ainda no governo de Ricardo Lagos, o Chile passou a ser dotado de um sistema que garante o acesso gratuito ou subvencionado à saúde aos setores mais pobres da população, o chamado “Plano AUGE”, e a obrigatoriedade da educação foi estendida para 12 anos. Isto não impediu que o sistema educacional chileno fosse classificado pela OCDE, em informe de 2003, como extremamente desigual, e criado para segmentar (GARRETÓN: 2007). Herança da ditadura, a educação pública no Chile é de responsabilidade das Municipalidades, justamente, o elo mais frágil da estrutura estatal chilena, e que, portanto, enfrentam sérias debilidades para sustentar as escolas públicas (ÁGUILA: 2008). A defesa da transferência para o Governo Nacional da educação

pública foi uma das principais bandeiras do movimento estudantil secundarista chileno que foi o destaque de 2006 – as chamadas “marchas de los pingüinos”. Existem ainda deficiências no acesso à educação infantil, e problemas de qualidade, sobretudo, no ensino superior privado (GARRETÓN: 2007). Uma reforma ampla do sistema educacional chileno, portanto, é uma tarefa pendente da Concertación. Outra política de importante impacto social do Governo Lagos, também baseada na estratégia da focalização, foi o chamado “Chile Solidário”, um “programa de transferência condicionada de renda” (SOARES: 2007), focalizado nas famílias indigentes da sociedade chilena. O fundamento do “Chile Solidário” é um subsídio monetário destinado a cada família inscrita, mas ele também envolve apoio de assistentes sociais e acesso privilegiado a outros programas sociais (Idem). Segundo conclui documento apresentado pelo IPEA, entretanto, em virtude do baixo número de beneficiários e do baixo valor das transferências do Chile Solidário, o programa tem tido impacto quase nulo na diminuição das desigualdades, medida pelo Índice de Gini, desde que foi implantado. No Chile, o principal fator de redução das desigualdades, em matéria de renda, ainda de acordo com o relatório do IPEA, tem sido a ampliação do seu programa de seguridade social (Idem).

O novo desafio que se impõe para a Concertación, portanto, é: como fazer avançar o seu programa de reformas sociais, agora, sob as novas bases que ela mesma construiu? No governo de Michelle Bachelet, uma medida de forte impacto sobre a melhoria dos níveis de renda dos setores mais pobres da sociedade chilena foi tomada. Estamos nos referindo à reforma do sistema previdenciário, que criou um “Sistema de Pensões Solidárias”, no final de 2007. Este sistema engloba dois tipos distintos de benefícios, a “Pensão Básica Solidária”, focalizada nas pessoas que não têm acesso a nenhum tipo de pensão, e o “Aporte Previdencial Solidário”, focado nas pessoas que têm uma pensão de muito baixo valor. A intenção desta reforma previdenciária não foi fiscalista, como o são as reformas neoliberais, pois, em contrário, ela resulta numa ampliação dos gastos sociais públicos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de reparação efeitos perversos, sobre a pobreza, do sistema neoliberal de pensões instituído por Pinochet na década de 1980, cujo princípio de contribuição voluntária findou por desproteger muitas pessoas de uma geração de chilenos que, agora, está na velhice, além dos incapacitados. Esta reforma previdenciária, portanto, é uma iniciativa que vem a complementar o movimento de melhoria do padrão de vida dos setores mais pobres da sociedade chilena.

Gráfico 1 - Distribuição da população segundo estrato social – Chile (%)



A despeito da diminuição da pobreza, foi discreto o movimento de distribuição de renda observado após a chegada da Concertación ao governo. Isto faz o Chile permanecer exibindo uma concentração de renda das mais altas do mundo, o que parece uma evidência de que, para o modelo econômico praticado pela Concertación, a perseguição dos objetivos associados à “racionalidade econômica” tem primazia sobre os objetivos sociais de conteúdo igualitário. A Tabela 17 mostra a evolução da distribuição de renda no Chile democrático.

Tabela 17 - Distribuição de renda entre a população - Chile (%)

Ano	Quintil 1		Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	
	Decil 1	Decil 2				Decil 9	Decil 10
1990	1,2	2,3	7	11	17,9	15,5	45,1
2000	1,2	2,2	6,9	10,7	17,6	15,2	46,3
2006	1,5	2,6	7,8	11,8	18,7	15,5	42,2

Fonte: CEPAL - Anuário Estatístico de América Latina y Caribe – 2007

Se usarmos o índice de Gini como indicador desta concentração de renda, colocamos o Chile em uma posição muito distante de Estados Social-Democráticos desenvolvidos, como a Suécia e a Finlândia, mesmo que o cenário do período da Concertación seja de melhora dos níveis de concentração de renda.

Tabela 18 - Desigualdade no Chile – Índice de Gini

Ano	Gini
1990	0,554
2000	0,559
2006	0,522

Fonte: CEPAL - Anuário Estatístico de América Latina y Caribe – 2007

Por outro lado, se diminuem rapidamente os índices de pobreza, sem haver uma distribuição de renda com velocidade similar, o que podemos concluir é que, se a ampliação dos gastos sociais públicos tem forte responsabilidade na diminuição da pobreza e na conseqüente melhoria dos padrões de vida no Chile, os elementos essenciais do modelo econômico da Concertación não permitem um movimento de desconcentração de riquezas. Como afirmou Patricio Meller (1999), no final da década de 1990, o crescimento econômico havia sido responsável por 60% das taxas de redução da pobreza observadas nos governos da Concertación de até então, enquanto os demais 40% seriam resultado direto das novas políticas sociais. “Los subsidios a la salud y a la educación proporcionan un complemento de un 50% al ingreso del quintil más bajo. Cabe señalar que el gasto social en salud y en educación es bastante focalizado; casi el 50% del gasto en salud y el 35% del gasto en educación están orientados al quintil más bajo.” (MELLER: 1999, 50) Conseqüentemente, considerada a política social, o quociente entre a renda do quintil superior / renda do quintil inferior caía, segundo dados do final dos anos 1990, de 12,6 para 8,6. (MELLER: 1999) Meller conclui que a política social foi decisiva para melhorar a situação distributiva no Chile naquela década, uma vez que a distribuição de renda sofreu uma alteração discreta desde o fim da ditadura. Esta observação permanece atual após 10 anos, e depois de dois governos socialistas da Concertación. Portanto, avaliamos que a melhoraria do padrão de distribuição de renda do Chile é uma tarefa inconclusa da Concertación, de fundamental importância para o real cumprimento do seu projeto político-social de fundamento democratizador. Talvez seja o momento de se operarem reformas econômicas no Chile,

visando a desconcentração das riquezas no país. Ressalte-se que o próprio PS, em sua oferta programática, tem clamado por uma reforma tributária de caráter redistributivo.

Em matéria de qualidade da política, um importante avanço observado no governo de Ricardo Lagos foi a reforma constitucional de 2005. Mesmo que ainda deixe pendente a tarefa de elaborar uma nova constituição, sob bases democráticas, com o poder constituinte sendo exercido pela soberania popular, a reforma de 2005 foi representativa no sentido de suprimir diversos enclaves autoritários, como os senadores vitalícios e designados, ficando o Senado composto apenas pelos 38 senadores eleitos pelo voto popular. Também foi suprimida a inamovibilidade dos Comandantes Militares e dos Carabineros que, agora, são nomeados de acordo com a chancela presidencial, garantindo o princípio democrático do controle civil sobre os militares. Destaque-se, ainda, a política de direitos humanos desenvolvida pelos governos da Concertación que, ao contrário do que vergonhosamente se passa no Brasil, se pauta pela identificação e punição dos culpados dos crimes cometidos por militares durante a ditadura de Pinochet. Como afirmou a presidenta Bachelet, em recente visita ao Brasil:

“A construção do futuro tem necessariamente de basear-se nas lições do passado. Não há futuro para os que não são capazes de fechar e curar as feridas adequadamente. É importante que as pessoas possam conhecer a verdade, fazer justiça e reparar as vítimas. Mas isso deve ser feito de um jeito sério, equilibrado e responsável. Jogar terra em cima não é a solução. Sendo médica, eu acredito que as feridas só cicatrizam quando realmente estão limpas.”⁷⁹

Por outro lado, no Chile há um déficit de participação política da cidadania, que se agrava pela inscrição voluntária nas eleições. Como é grande o número de não-inscritos, as eleições, no mais das vezes, acabam sendo um jogo de minorias, o que deslegitima os governos e torna a democracia chilena ainda mais carente de qualidade. Há de se considerar, ainda, que os governos da Concertación pouco fizeram para dotar o Chile de mecanismos de participação democrática direta e para promover a descentralização do poder político. Pelo contrário, a excessiva centralização do poder é a principal marca da organização do Estado do Chile, uma herança portaliana que foi obviamente radicalizada pela Constituição ditatorial de 1980. Apesar do que defende o Partido Socialista, o governo da Concertación pouco fez no sentido de criar mecanismos

⁷⁹ Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 31 de julho de 2009.

que possibilitassem um exercício participativo da democracia no Chile, o que garantiria uma ampliação dos espaços públicos da cidadania, apesar de haverem inovações no sentido da transparência da gestão pública, sobretudo, com a adoção das tecnologias digitais. Considerando o sistema político do Chile após 18 anos de Concertación, portanto, poderíamos afirmar que se trata de uma democracia representativa, com baixos níveis de participação popular, e alta centralização de poderes nas mãos do Poder Executivo nacional, o que está bem distante do projeto “democrático-participativo” anunciado pelo PS.

Como o modelo chileno tem sido avaliado pelas ciências sociais? Vamos, aqui, destacar duas posições: uma crítica radical de esquerda, que acentua as continuidades neoliberais e; uma posição social-democrática que, se reconhece os avanços em termos sociais, cobra mais velocidade na superação do legado dos militares. Há, ainda, a posição dos neoliberais, que, aproximando-se da crítica da esquerda radical, destacam os elementos liberalizantes do modelo chileno como continuidades de Pinochet, para afirmar que a condição vivida pelo Chile contemporâneo é um produto direto do legado ditatorial. Estes fazem questão de desconhecer os indicadores sociais e econômicos e a guinada na orientação das políticas públicas chilenas, sob o governo da Concertación, que apresentamos aqui. Por isso, vamos nos concentrar nas duas primeiras posições.

A mais importante crítica de esquerda ao modelo econômico da Concertación foi formulada pelo brilhante sociólogo chileno Tomás Moulian, no seu livro “Chile Actual: anatomía de un mito” (2002). Para Moulian, o “Chile Actual” é uma produção da ditadura militar, mais particularmente, do vitorioso processo de “revolução capitalista” operado pelos militares, que fez do Chile um verdadeiro “paraíso do consumidor”. A vitória do projeto revolucionário dos militares, segundo Moulian, se expressa numa “sociedad de mercados desregulados, de indiferencia política de individuos competitivos realizados o bien compensados a través del placer de consumir o más bien de exhibirse consumiendo.” (MOULIAN: 2002, 28) Trata-se, portanto, de uma situação de anarquia de mercado, onde a cidadania se esvai no ambiente de consumo

A transição à democracia no Chile é avaliada por Moulian como um sistema de trocas, entre uma elite militar que saía do poder e a nova elite civil que chegava, de forma consensuada. As moedas usadas neste sistema de troca seriam a garantia da estabilidade política, da parte dos militares, e o silêncio, o esquecimento e a cumplicidade com a revolução capitalista, por parte dos novos dirigentes civis. Operou-se, então, uma nova política do consenso, onde a oposição civil de centro-esquerda

renunciou às críticas que, durante as duas décadas anteriores, havia feito ao neoliberalismo imposto pelos militares, e limitou-se a operar uma transição a uma “democracia protegida” que, na verdade, opera como uma “jaula de ferro”, aprisionando as possibilidades de inovação política para além do neoliberalismo. “La política del consenso (...) es un esfuerzo”, por parte dos dirigentes da Concertación, “por conseguir de los empresarios y de la derecha certificados de buena conducta” (Idem, 45), segue Moulian.

O “Chile Actual”, dirigido pela Concertación, seria o ponto alto do que Moulian define como “transformismo”, que seja, o “largo proceso de preparación, durante la dictadura, de una salida de la dictadura, destinada a permitir la continuidad de sus estructuras básicas bajo otros ropajes políticos, las vestimentas democráticas. El objetivo es el “gatopardismo”, cambiar para permanecer.” (Idem, 141) A Concertación seria, portanto, o “gatopardo” da ditadura militar chilena.

Outros autores têm posições distintas, e mais próximas da avaliação que sustentamos até aqui. Manuel Castells (2005), por exemplo, estabelece a seguinte tipologia para tratar dos dois modelos de desenvolvimento postos em prática no Chile desde 1973: a) o modelo “autoritário liberal excludente” e; b) o modelo “democrático liberal includente”.

“El calificativo liberal se funda en el énfasis que ambos modelos ponen en el mercado y en la apertura económica internacional como elementos esenciales de crecimiento económico. Pero, naturalmente, las otras dos dicotomías que caracterizan los modelos (autoritario / democrático y excluyente / incluyente), los hacen profundamente distintos, no sólo política o éticamente, sino también económicamente y operativamente” (CASTELLS: 2005, 58)

Assim, o modelo autoritário liberal excludente caracteriza-se por afastar a maior parte da população dos benefícios do crescimento econômico, priorizando os mecanismos de mercado sobre os valores de solidariedade social. Por outro lado, o modelo democrático liberal includente é baseado em um governo democraticamente eleito, que mantém os mecanismos de mercado, mas implementa políticas públicas com efeitos inclusivos sobre a maioria da população, além de políticas fiscais redistributivas. Considerando indicadores sociais e econômicos semelhantes aos que apresentamos mais acima, Castells conclui que “hay, en lo esencial, ruptura de tendencia entre los dos

períodos (...), aunque el modelo democrático se construya sobre las bases de algunas de las políticas liberales anteriores.” (Idem, 63)

Por fim, Manuel Garretón (2007), distingue o modelo econômico da Concertación de um projeto tipicamente neoliberal, classificando-o, antes, de “liberal corrigido”. Para Garretón, se inexistem atualmente modelos econômicos alternativos ao atual, existem sim alternativas ao neoliberalismo, “lo que significa que ambas dimensiones no están esencialmente identificadas.”

“Lo que se llama de economía de mercado en los días actuales conoce tres submodelos diferentes: el neoliberal, el liberal corregido, y el social progresista, dependiendo básicamente del nivel de penetración en la sociedad de los mecanismos de mercado y del papel interventor, protector y regulador del Estado. El paso de un modelo liberal corregido a uno social progresista, sin duda presente en formulaciones y medidas parciales de los gobiernos de la Concertación, obliga a darle prioridad a las tareas de regulación y control político y social de la economía.” (GARRETÓN: 2007, 92)

Para Garretón, a passagem para um modelo social progressista não implica subordinar completamente a economia à política, como se tentou fazer no passado, o que se mostraria atualmente impossível. Renovando-se o projeto de desenvolvimento da esquerda, o modelo social progressista atuará no sentido de introduzir princípios éticos e democráticos na economia de mercado, através da política da democracia. Sua base será um mercado socialmente regulado, pela ação do Estado, subsidiado por mecanismos participativos, buscando uma situação de bem-estar social que é impossível de ser atingida apenas pela livre atuação das forças do mercado, como pretendem os neoliberais. A mim, só resta concordar com esta posição de Garretón.

CAPÍTULO 6 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO GOVERNO FEDERAL

INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores é um dos principais partidos da esquerda democrática contemporânea. Fundado num momento de profundas transformações políticas e econômicas no Brasil e no mundo, o PT é um exemplo de um partido da esquerda pós-marxista, com forte enraizamento nos movimentos sociais e populares que, nem por isso, deixou de disputar a institucionalidade. Em contrário, a partir dos anos 1990, a disputa institucional passou a se constituir uma prioridade para o PT que, chegando ao Governo Federal, passou a desenvolver uma relação contraditória com os movimentos sociais, de conflito e de referência mútuas.

Neste capítulo, nossa intenção é discutir o PT sobre uma perspectiva organizacional, enfocando, sobretudo, sua história e o porquê das mudanças que ele progressivamente foi experimentando.

6.1 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Comparado com outros partidos que ocupam um lugar de destaque na esquerda latinoamericana, pode ser considerado um partido jovem, já que apenas em 2010 completará 30 anos. Mesmo assim, cumpre um papel importante na história recente do Brasil, despertando a atenção permanente dos seus parceiros da esquerda mundial e, principalmente, do continente latinoamericano. Esta atenção está relacionada, sobretudo, ao fato de o PT ter uma trajetória marcada pela sua consolidação progressiva como um partido profissional-eleitoral que, a despeito do seu peso crescente na ocupação dos espaços institucionais, conseguiu manter relativamente inalterada uma sólida base nos movimentos sociais.

Além disso, ao chegar ao Governo Federal, o PT conseguiu realizar um governo que, a despeito de ter enfrentado crises políticas importantes – principalmente, a chamada “crise do mensalão”, em 2005 – segue ostentando índices de popularidade significativos. Apoiados no carisma pessoal do Presidente Lula, estes índices refletem,

também, uma orientação política que conseguiu combinar a estabilidade da economia e das contas públicas com políticas sociais focalizadas, que tiveram um impacto decisivo na diminuição das desigualdades no país, objetivo de qualquer governo da esquerda democrática contemporânea. Por exemplo, no seu discurso de posse em 2009, o presidente de El Salvador, Mauricio Funes, casado com uma brasileira militante do PT, filiado à tradicional Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) – que abandonou a guerrilha e se reorganizou como partido político democrático – afirmou buscar no governo de Lula inspiração para o seu próprio governo, uma vez que, segundo ele, Lula “demonstrou que se pode fazer um governo popular, democrático, com economia forte e distribuição justa de riqueza.”⁸⁰

Quando surgiu, o PT se constituiu como um fato novo na política brasileira. Com um enfoque teórico que privilegiava a dimensão institucional, Raquel Meneguello acredita que o surgimento do PT deve ser entendido como uma novidade, na medida em que representou uma “ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país.” (MENEGUELLO: 1989, 15) Valendo-se do modelo teórico construído por Maurice Duverger para a análise organizacional dos partidos políticos, Meneguello aprofunda esta constatação, afirmando que

“a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil: o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia ‘integralista’ de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (...). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais.” (Idem, 36)

Para a brasilianista Margareth Keck, o PT também representava um fato novo na política brasileira, rompendo com a tradição elitista que marcava o sistema político nacional, impactando, inclusive, os partidos políticos. Assim, de acordo com Keck, a afirmação de uma “lógica da diferença” foi fundamental para o PT construir uma identidade política própria e ocupar um espaço único no ambiente político brasileiro.

⁸⁰ O Estado de São Paulo, 01 de junho de 2009.

“Afirmar que o Partido dos Trabalhadores constituiu um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera pública; segunda, porque ele procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação.” (KECK: 1991, 271)

Afirmações como estas, que tinham lugar no final dos anos 1980, continuam a ser reproduzidas em análises contemporâneas. Na sua pesquisa sobre o sistema partidário brasileiro, a partir de dados da primeira metade da década de 1990, Scott Mainwaring (1995) concluiu que a maioria dos partidos políticos nacionais eram institucionalmente frágeis, tinham baixa disciplina, nenhum poder de controle sobre seus parlamentos e eram pouco coerentes ideologicamente. Entre os partidos parlamentares, as únicas exceções eram, de acordo com Mainwaring, o PCdoB, o PPS e o PT, o que corrobora a tese da “lógica da diferença” anunciada por Keck. Por fim, a também brasilianista Wendy Hunter afirmou, seguindo a mesma linha de Mainwaring: “the PT is the most ideologically coherent and disciplined party in a field dotted with parties whose politicians possess few principled commitments.” (HUNTER: 2003, 152)

O surgimento do PT está relacionado com o ambiente político nacional e internacional da segunda metade dos anos 1970. No plano internacional, ao tempo em que o “Welfare State” social-democrata europeu já mostrava sinais de derrocada frente ao neoliberalismo, e o “socialismo real” começava a enfrentar a crise política que, na década seguinte, conduziu ao seu desaparecimento como sistema político, na América Central, as esquerdas revolucionárias davam seu último sinal de sucesso, com a vitória da Revolução Nicaragüense e ascensão da guerrilha em El Salvador. No Brasil, vivia-se o momento inicial da transição democrática, da luta pela Anistia e da retomada dos movimentos sociais.

O movimento que resultou na fundação do PT foi a confluência, portanto, de diversas forças políticas de esquerda, de origens distintas, mas todas envolvidas no momento político dos anos 1970. Primeiro, estava o grupo do chamado “novo sindicalismo”, formado pelos sindicalistas que estiveram à frente da retomada das greves por melhorias salariais na segunda metade dos anos 1970. Tendo à frente nomes como Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar e Djalma Bom, este grupo era composto por

pessoas que tinham pouca ou nenhuma familiaridade com os paradigmas clássicos da esquerda, tendo uma formação mais pragmática, forjada na luta sindical reivindicativa que, posteriormente, se ampliou para questões políticas mais gerais. Outro grupo importante era dos intelectuais de esquerda, de formação acadêmica, como Francisco Weffort, Antônio Cândido, Maria Victória Benevides, Marilena Chauí, Eder Sader e Marco Aurélio Garcia, dentre outros. Um terceiro grupo era formado pelas organizações marxistas, a maioria egressa da luta armada, como o PCBR, além dos trotskistas, que em geral eram grupos de formação então mais recente, e de militantes que, havendo participado da luta armada, assumiam então uma postura de autocrítica e independência, como Apolônio de Carvalho. Por fim, confluíram para o PT as organizações do movimento popular que tinham influência da Igreja Católica progressista e da Teologia da Libertação.

É evidente que esta relação não foi sempre harmônica, sobretudo por se tratarem de experiências políticas e formações ideológicas distintas, que resultavam em expectativas igualmente diversas sobre o PT. Irma Passoni, ex-deputada e fundadora do PT de formação católica, prestou um depoimento interessante sobre o confronto entre os militantes católicos e os marxistas no PT:

“A gente fazia os encontros, tinha as músicas, tinha as histórias bíblicas, Mas o debate teórico a gente não conseguia compreender, nós não tínhamos estrutura teórica para compreender aqueles textos difíceis. A linguagem era inacessível. A gente compreendia muito bem os profetas, as mulheres da Bíblia, a Judite que mata Holofernes... Mas entender a teoria econômica, os documentos das organizações... Ah! Para nós, era inconcebível!” (FERREIRA & FORTES: 2008, 319)

Por mais de alegoria que possa existir neste depoimento, o que Passoni retrata é um exemplo do conflito entre as culturas políticas distintas que conviviam dentro do PT. Apesar da influência dos marxistas na formação do discurso dos primeiros anos do PT, que assumia um tom claramente classista e revolucionário, é certo que a prática política partidária foi muito mais influenciada pela cultura dos católicos progressistas, particularmente, no que se refere ao diálogo com método participativista de Paulo Freire, incorporado pelos adeptos da Teologia da Libertação, como lembra Frei Betto (2006). O certo é que objetivo do movimento que conduziu à fundação do PT era, como afirmou Luiz Dulci, “ter um instrumento político próprio. A questão de chegar ao governo, de exercer o poder, não estava então colocada, o principal era o direito de ter

representação, informação, de poder denunciar, propor, acumular, e não ser mera platéia, ou coadjuvante secundário do projeto das elites.” (FERREIRA & FORTES: 2008, 203) De todos estes grupos, seguramente o que mostrou maior capacidade de sobrevivência e de influência interna no PT foi o dos sindicalistas. Como afirmou Irma Passoni, “os sindicalistas conseguiram se estruturar, se fortalecer e se manter. Mas o movimento popular se perdeu. Ele não tem expressão no partido. Assim como os intelectuais. Eu acho que eles ficaram sem papel, especialmente na hora do poder, do governo...” (Idem, 320) Na hora do poder e do governo, como veremos, valeu o peso do pragmatismo que movia os sindicalistas, e que serviu de influência posterior para outros segmentos do partido.

Entretanto, apesar das interpretações coincidentes sobre o PT que apresentamos mais acima - de Meneguello, Keck, Mainwaring e Hunter - terem sido feitas em épocas distintas, é evidente que o PT mudou muito com relação ao seu período fundacional, dos anos 1980. Sem desconsiderar a validade da adequação da interpretação de Meneguello para aquele momento histórico específico do PT, a segunda metade da década de 1980, é certo que o modelo teórico proposto por Duverger *não é mais* o mais adequado para a interpretação do PT contemporâneo. Seguramente, o PT não pode mais ser caracterizado como o partido classista, de forte identidade ideológica, sustentado pela contribuição financeira dos seus militantes e que confere mais importância à participação nos movimentos sociais do que à ocupação dos espaços públicos institucionais ao qual se referiu Meneguello no final dos anos 1980. Da mesma forma, diminuiu a influência dos núcleos de base e o poder de decisão das assembleias nos rumos do PT, à medida que aumentou a importância das direções e dos detentores de mandatos eletivos. Por outro lado, como analisa Hunter, por ter mudado seu posicionamento, na segunda metade dos anos 1990, para uma “vote-maximizing orientation”, o PT e suas lideranças passaram a assumir “practices typically used by its catchall competitors” (HUNTER: 2006, 17), ou seja, os demais partidos brasileiros, aos quais se referia Mainwaring.

Esta mudança do PT corresponde a uma ação estratégica do partido, conduzida pela sua coalizão dominante, no sentido de adaptar o partido a novas condições do ambiente político nacional e internacional, bem como, de buscar a maximização dos seus resultados eleitorais. Podemos afirmar, portanto, que esta mudança operada no PT está relacionada a fatores exógenos e endógenos à organização partidária, que procuraremos apresentar agora. Dentre os fatores exógenos, identificamos a crise do

socialismo real, a chamada “terceira onda da democratização” (HUNTINGTON: 1994) e a consolidação da globalização da economia. Para dar respostas adequadas a estes novos fenômenos políticos, o PT mudou o seu ideário, afastando-se dos paradigmas da esquerda clássica - que ostentava até o início dos anos 1990 -, aproximando-se, cada vez mais, dos setores moderados, reformistas e social-democráticos da esquerda contemporânea.

Dentre os fatores endógenos, destacamos o fato de, à medida que começou a ampliar sua participação nos espaços institucionais, em prefeituras, governos estaduais e parlamentos, o PT passou a vivenciar um processo de socialização política que, inevitavelmente, aproximou-lhe do centro da política, tal como Robert Putnam (2005) observou na sua investigação empírica sobre a política italiana. Wendy Hunter se refere a outros fatores, como a fadiga da oposição e a percepção que a “estratégia da diferenciação” à qual se referiu Keck tinha limites evidentes em se tratando de “consolidate a core following, (...) especially if it wanted to win the presidency any time in the near future.” (HUNTER: 2006, 14) Neste sentido, portanto, a série de derrotas acumuladas por Lula em disputas presidenciais foi decisiva para que o PT mudasse de estratégia, buscando adaptar-se ao ambiente político no qual estava inserido, cumprindo um percurso de institucionalização que lhe fez abandonar um tipo organizativo de “movimento social” para consolidar-se como partido profissional-eleitoral. (PANEBIANCO: 2005)

Consideradas, ainda, determinadas particularidades institucionais brasileiras, como o caráter excessivamente fragmentado e regionalizado do sistema de partidos, e a existência de um sistema eleitoral que, para as disputas proporcionais, se baseia na fórmula da lista partidária aberta, com possibilidades de coligação e que, para as disputas majoritárias, obriga a formação de maiorias absolutas, faz-se inevitável que qualquer partido político que almeje a Presidência da República do Brasil tenha que se abrir às alianças. Mais ainda, para chegar ao poder e garantir a governabilidade, no Brasil, todo partido político tem que se mostrar disposto a construir alianças com partidos que não fazem parte do seu bloco ideológico. Neste cenário, os partidos de centro tornam-se fiadores da estabilidade política. Sendo estes partidos notadamente pragmáticos e apegados à prática do clientelismo, os partidos que ocupam ou que se posicionam para ocupar o poder no Brasil tendem a se ver compelidos a executar uma política onde a patronagem aparece como elemento preponderante. Com o PT, a situação não foi diferente, e a moderação das estratégias eleitorais – se deve ser

entendida como um comportamento racional e estratégico do PT – também conduziu o partido a práticas que o aproximavam dos partidos de tipo *catch all*, como argumentou Wendy Hunter.

O momento da inflexão petista se deu após a segunda derrota de Lula em eleições presidenciais, em 1994. Naquela eleição, o PT estava sendo dirigido por uma coalizão dominante formada pelas suas frações mais à esquerda, que assumiram também a condução da campanha. Como consequência, o PT praticamente repetiu a estratégia de 1989, de aliança com partidos do chamado “campo democrático popular”, ou seja, construindo uma frente de esquerda que mostrou pouca capacidade de diálogo com os partidos de centro e, conseqüentemente, mostrou-se distanciada de parcela expressiva dos segmentos médios do eleitorado brasileiro. Mesmo que com um tom menos incisivo do que o adotado na campanha de 1989 – como veremos mais adiante – o programa de governo apresentado pelo PT na eleição de 1994 apresentava-se como defensor de um “projeto antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical”, que se articulava com os “objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.”

Em 1995, no seu 10º Encontro Nacional, o PT elegeu uma nova coalizão dominante para o diretório nacional, que associava a fração majoritária, a “Articulação Unidade na Luta”, de caráter centrista e pragmático, com a fração “Democracia Radical” que, àquele momento, se posicionava à direita do espectro partidário e já propunha o abandono semântico do “socialismo” nas resoluções do partido que, segundo esta fração, deveria ser substituído por uma plataforma democrática e republicana. Intitulada como “Campo Majoritário”, esta nova coalizão dominante mudou a face do PT, consolidando-o como partido profissional-eleitoral. Também neste Encontro, foi eleito Presidente Nacional do PT José Dirceu, um político pragmático que, a partir de então, tomou para si a tarefa de construir relações do PT com forças políticas que estavam posicionadas para além do campo da esquerda. Consolidado este cenário, o PT deu início à sua estratégia de formação de um bloco de “centro-esquerda” que, conseguindo a maioria eleitoral necessária para eleger Lula como Presidente da República, criasse também as condições de governabilidade indispensáveis para o sucesso deste governo. A partir de 1995, portanto, todos os movimentos políticos executados pelo PT foram no sentido do centro da política nacional e internacional.

Nas Resoluções do 10º Encontro Nacional, o PT reafirmava a política de alianças com os partidos que, em 1994, compuseram a “Frente Brasil Popular” que apoiou Lula (PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PCB e PV), mas se mostrava disposto a uma

maior aproximação com o PDT, e abria a possibilidade de “alianças pontuais” como setores do PMDB e do PSDB, desde que estas alianças tivessem como base “um programa de oposição a FHC e sua política neoliberal.” Estavam abertas as condições, portanto, para a renovação do PT. Em artigo simbólico daquele momento da vida do PT, o atual Ministro Luiz Dulci, um dirigente histórico da “Articulação Unidade na Luta”, argumentava em defesa da renovação do PT: “Se não tivermos uma *extraordinária* capacidade de auto-superação, de renovação programática, agregação social e contundência política, voltaremos a ser uma força lateral, marginal na disputa política do país.” (DULCI: 1997) O risco da marginalidade política do PT, de fato, era real naquele momento, sobretudo se considerados os resultados decepcionantes das eleições de 1994, que evidenciaram a limitação eleitoral da política de “frente democrático-popular”. Ademais, o Governo Federal era então ocupado por um bloco político conservador, cujos atores centrais eram o PSDB e o PFL, que desfrutava de organicidade e unidade ideológica, em torno de um projeto reformista, de conteúdo neoliberal, que, amparado pelo capital político acumulado pelo PSDB com o sucesso do Plano Real, estava em condição hegemônica na sociedade brasileira.

Ampliar a política de alianças, portanto, era uma questão central para que o PT voltasse a disputar as eleições presidenciais com condições de vitória. Junto com José Dirceu, o principal artífice desta renovação por que passou o PT a partir de 1995 foi, justamente, Lula, um político que, pela sua formação de sindicalista, sempre teve características pessoais de pragmatismo e de conciliação. Sem ter a formação clássica e doutrinária da esquerda marxista, Lula nunca abandonou o objetivo original que lhe acompanhava quando da fundação do PT, que seja, criar um partido político que representasse os interesses da classe trabalhadora e que apresentasse uma plataforma política que garantisse melhores condições de vida para esta classe.

Em 1998, esta nova política deu seu primeiro resultado prático, quando Lula foi candidato à Presidência da República tendo como vice Leonel Brizola, do PDT. O PDT passou a figurar como principal aliado de centro-esquerda do PT. A contrapartida desta aliança foi a intervenção do diretório nacional do PT no diretório regional do partido no Rio de Janeiro, que se viu obrigado a retirar a candidatura a governador do petista histórico Vladimir Palmeira, e a apoiar a candidatura do então pedetista Anthony Garotinho ao governo do estado. Considerando que a candidatura de Vladimir Palmeira havia sido aprovada pelas bases do partido, em eleição prévia interna, a intervenção foi uma demonstração de que o diretório nacional do PT estava disposto a exercer um papel

centralizador, e a passar por sobre as suas bases, para ver cumpridos seus objetivos eleitorais nacionais. Se era uma postura típica de um partido profissional-eleitoral, que concentra esforços na tarefa da vitória eleitoral, era também um contra-senso com a postura inicial do PT, anunciada por Rachel Meneguello, que se propunha a ser um partido de novo-tipo, democrático e fundado no poder de deliberação das bases. Nas Resoluções do seu Encontro Nacional Extraordinário, em 1998, o PT lançou as bases da política de alianças que pretendia por em prática naquele ano:

“Nosso objetivo será unificar o campo democrático-popular – PT, PCdoB, PSB, PDT – em torno de candidaturas comuns à Presidência e Vice e aos governos estaduais. O PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB e PCdoB, ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC. (...) A disputa do centro, de personalidades do PMDB e do PSDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das oposições, permitindo evoluir de acordos pontuais para um pacto programático de governo.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 2005)

Participando das eleições em condição desfavorável, com FHC disputando uma reeleição até então inédita no Brasil, e com os efeitos da primeira fase do Plano Real ainda se fazendo sentir, inflados pela política do “populismo cambial” que levou a economia brasileira a um cenário de crise logo após as eleições daquele ano⁸¹, a candidatura de Lula e de Brizola não teve chances de decolar. FHC foi reeleito com 53,1% dos votos, contra 31,7% de Lula e 11% de Ciro Gomes, do PPS. A partir deste resultado, o PT passou a vivenciar outro desafio: conseguir que a candidatura de Lula superasse o teto dos 30%.

Movido por este objetivo, o PT buscou ampliar ainda mais sua capacidade de diálogo com forças políticas do centro, que assumissem uma postura crítica com relação ao Governo FHC e que estivessem dispostas a construir um novo bloco político. Esta questão esteve no centro do debate do primeiro PED (Processo de Eleições Diretas) realizado pelo PT, em 2001, tendo sido posta, justamente, pelo Campo Majoritário. Reeleito José Dirceu, e com o Campo Majoritário reafirmando sua condição de coalizão dominante, estavam dadas as condições para que o PT seguisse se aproximando dos

⁸¹ O agravamento da crise resultou no descumprimento, por FHC, das suas propostas eleitorais para a economia logo após a realização das eleições, quando o Governo Federal firmou novo acordo com o FMI, desvalorizou o Real e adotou o câmbio flutuante.

partidos e forças políticas de centro. As resoluções do XII Encontro Nacional do PT, em 2001, ditaram as bases para a política de alianças executada no ano seguinte:

“devemos construir alianças para o primeiro turno com os partidos de esquerda e com as forças que se opõem ao governo FHC, à coalizão conservadora que o sustenta e ao modelo neoliberal. (...) Isso exige flexibilidade, abandono de práticas sectárias e, sobretudo, vocação hegemônica. O Partido dos Trabalhadores tem de estar consciente de que o que está em jogo é a criação de um novo bloco de forças sociais e políticas capaz de ganhar as eleições, governar o país e iniciar um programa de reformas que mudará a face do Brasil e terá enorme repercussão internacional, particularmente na América Latina.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 2005)

Com o PDT comprometido com a candidatura presidencial de Ciro Gomes (então no PPS), e com o PSB indicando Anthony Garotinho – o mais novo “socialista” de então - como seu candidato à presidência, o PT não construiu a ampla política de alianças que pretendia em 2002, atraindo para seu lado, pelo campo da esquerda, apenas o PCdoB e o PCB. Por outro lado, a grande novidade foi a aliança com o PL, um partido de centro-direita que, tendo apoiado a candidatura de Ciro Gomes em 1998, assumia um discurso de crítica ao governo FHC no Congresso Nacional. Este discurso era capitaneado, principalmente, pelo senador mineiro que veio a ser o candidato a vice na chapa de Lula, o empresário José Alencar. Pela primeira vez na sua história, o PT disputava as eleições presidenciais em companhia de um partido que não fazia parte do seu tradicional arco de alianças, o PL, ideologicamente posicionado no campo da centro-direita.

Mais ainda, era evidente o simbolismo do nome escolhido para a vice-presidência de Lula, o que demonstrava a disposição do PT de promover uma aliança entre o “mundo do trabalho” (representado por Lula) com o grande capital produtivo nacional (representado por José Alencar), contra o financismo neoliberal. Por fim, a última grande novidade da campanha de Lula à presidência em 2002 foi a importância conferida ao marketing político e eleitoral. À despeito da queixa dos setores à esquerda do PT, foi contratado para assumir o marketing da campanha o publicitário Duda Mendonça, que tinha um histórico de participação em campanhas de partidos e candidatos de direita – com destaque à campanha de Paulo Maluf na eleição municipal paulistana de 1992. Como resultado, a imagem de Lula foi apresentada de forma muito mais *light* e palatável ao eleitor médio, simbolizada pelo *slogan* “Lulinha paz e amor”.

Com esta engenharia política, o PT abandonava decididamente o conteúdo tático, sintonizado com o objetivo estratégico de construção do socialismo, que conferia às disputas eleitorais. O objetivo do PT, a partir de então, era ganhar a eleição para a Presidência da República, amparado por uma coalizão de partidos que lhe conferisse condições de governabilidade.

A guerra nas eleições, como lembra Wendy Hunter (2006), também tem seu “dark side”. Ao chegar ao governo, ainda de acordo com Hunter, o grande dilema enfrentado pelo PT foi construir uma sólida base de apoio parlamentar para Lula, num cenário onde o PT detinha menos de 20% dos assentos da Câmara dos Deputados. A solução encontrada foi a negociação com os parlamentares dos partidos médios da direita, como o PP e o PTB, além do próprio PL. A questão é que estes partidos não se contentavam com a ocupação de espaços na máquina pública, e a direção nacional do PT rapidamente se viu envolvida em um esquema de negociação para as eleições municipais de 2004, que incluía o financiamento, via “caixa dois”, das campanhas dos seus neo-aliados, além de esquemas de repasse de recursos a parlamentares – o chamado “esquema do mensalão”. Nada, portanto, que fosse estranho à prática política nacional, mas, seguramente, destoante da imagem política *ética* que o PT havia construído para si desde os anos 1980. Denunciado à imprensa, o “mensalão” virou um grande escândalo nacional, que abalou profundamente o PT em 2005. Como afirma Hunter, “the *caixa dois* scheme, together with the *mensalão*, has severely damaged the reputation for programmatic and ethical politics that the party built over the course of two decades.” (HUNTER: 2006, 23).

Apesar de a crise de 2005 ter tido um impacto decisivo sobre o PT e sua base de apoio, desgastando a imagem do partido, principalmente, entre um segmento do eleitorado onde o PT sempre se fez forte - a classe média -, os resultados positivos do Governo Lula, principalmente, no combate à pobreza, foram suficientes para garantir a reeleição de Lula em 2006. O próprio PT reconheceu o erro cometido pela sua direção nacional, que resultou na crise de 2005. O deputado federal José Genoíno, o presidente nacional do PT que foi obrigado a renunciar após a deflagração da crise de 2005, assumiu um tom de auto-crítica:

“Acredito que [chegando ao Governo Federal] nós descuidamos da defesa de algumas bandeiras históricas do PT e também da disputa política autônoma em relação à esfera institucional. (...) O que houve foi que nós não resistimos à enorme pressão institucional, ainda que nós tivéssemos

clareza da necessidade de reformar o país, a política e as instituições. O PT precisava de uma agenda própria, diferente daquela do governo. Nós relegamos nossa agenda para segundo plano, prejudicando nossos diálogos com os movimentos sociais organizados e passamos a dar prioridade às ações do campo institucional. (...) nosso debate partidário interno deveria ter sido mais amplo que as questões conjunturais de governo. (...) Foi um equívoco a nossa crença de que nosso governo estaria consolidado com a larga vitória eleitoral que conquistou em 2004. Nossa tática para a campanha eleitoral para 2004 foi a demonstração desse equívoco. Foi a absolutização da governabilidade institucional. (...) E foi justamente na preparação e realização da campanha eleitoral que o PT cometeu seu principal erro, aquele que está na origem de toda a crise: o financiamento das campanhas eleitorais.” (PARANÁ: 2006, 166-167)

Ao tempo em que recusa a tese da existência do “mensalão” – em consonância com a posição oficial do PT, que fala apenas na existência de “caixa dois”, apontado como um problema sistêmico da política brasileira -, José Genoíno assume uma crítica que diversos segmentos dirigiram à sua própria gestão na presidência do PT, que seja, o fato de o partido ter se tornado uma “correia de transmissão” do governo. Algumas vezes, Genoíno foi acusado de agir muito mais como um “ministro” do Governo Lula do que como presidente do PT. Para a esquerda do partido, entretanto, a crise do PT tem raízes mais profundas. Para o deputado estadual gaúcho Raul Pont, líder da fração Democracia Socialista, “o ‘mensalão’, ou os rolos do caixa dois, ou o nome que tiver, (...) foi a continuidade de uma política que é muito pragmática, que acha que é possível manter uma visão de que os nossos objetivos finais justificam qualquer coisa.” (FERREIRA & FORTES: 2008, 230) Segue na mesma linha de raciocínio Valter Pomar. Ao comentar a recente crise vivida pela bancada do PT no Senado, quando os senadores do PT foram compelidos a votar a favor da absolvição de José Sarney no Conselho de Ética do Senado em 2009, em nome da manutenção da governabilidade, Pomar afirmou: “A escolha de Sofia que tivemos que fazer, no Senado, é em grande medida produto de uma estratégia construída desde 1995, estratégia da qual Mercadante é um dos construtores. Sempre dissemos que esta estratégia tinha seus custos, inclusive eleitorais. O senador Mercadante, pelo visto, só descobriu isto agora”. Projetando o que espera do PED de 2009, Pomar disse desejar a eleição de uma nova direção partidária “disposta a construir outra estratégia, que liberte o Partido da dependência excessiva frente à institucionalidade e aos partidos de centro-direita.”⁸²

⁸² Entrevista inédita ao jornal “Brasil de Fato”. Gentilmente enviada ao autor, por Valter Pomar, por email de 25 de agosto de 2009.

A despeito das análises possíveis, é certo que a crise de 2005, tal como analisa Hunter, é produto das escolhas políticas do PT. Ao decidir participar do processo eleitoral em condições de igualdade com os demais partidos, o PT acabou por adotar comportamentos típicos dos partidos tradicionais. A capacidade de reagir a estes comportamentos – que, para o PT, só serão definitivamente superados com uma ampla reforma política, que enfrente a questão do financiamento de campanha – será decisiva para o futuro do PT como partido que se constitui a partir de uma “lógica da diferença”.

6.2 – PARTIDO DOS TRABALHADORES: IDEOLOGIA E OFERTA PROGRAMÁTICA NO SÉCULO XXI

O Partido dos Trabalhadores tem sido acusado, por críticos de esquerda e de direita, de ter abandonado seus compromissos partidários originais, que faziam dele um partido de esquerda. Diversos intelectuais historicamente identificados com o PT reproduzem esta crítica. Frei Betto (2006), por exemplo, se vale da teoria da “substituição dos fins”, de Robert Michels, para afirmar que o PT, ao chegar ao Governo Federal, confirmou a tese segundo a qual “todo partido de esquerda que insiste em disputar espaço na institucionalidade burguesa termina por ser cooptado por ela, em vez de transformá-la.” (BETTO: 2006, 87) Para Frei Betto, que foi assessor da Presidência da República nos primeiros anos do Governo Lula, “a dependência do dinheiro da elite, da mídia das grandes corporações e do marketing das agências de publicidade” resultou em um processo de desideologização que, “no caso do PT, significou o abandono da proposta socialista (...). Enquanto estive no Planalto – segue Frei Betto –, as palavras socialismo e socialista jamais foram pronunciadas.” (Idem, 99) Segundo Frei Betto, o comportamento do PT ao chegar ao Governo Federal, portanto, comprova a “lei de ferro das oligarquias” anunciada por Michels.

No Capítulo 2, discutimos a crítica que Angelo Panebianco faz à teoria da “substituição dos fins” proposta por Robert Michels. Para Panebianco, os partidos políticos nunca substituem por completo sua posição ideológica originária, sob pena de perderem um elemento importante da sua identidade e, por isso mesmo, serem obrigados a construir um novo “território de caça” onde vão disputar apoio e votos. Por outro lado, à medida que se institucionalizam e abandonam uma postura inicial de “movimento social”, substituindo-a por uma disposição de disputar e de ocupar os espaços institucionais, os partidos políticos passam a dedicar mais atenção à sua

adaptação ao ambiente político no qual estão inseridos e à distribuição de “incentivos seletivos” - que estão associados ao exercício do poder - entre os seus militantes. Estes novos procedimentos, portanto, os partidos políticos de tipo profissional-eleitoral, segue Panebianco, articulam com sua orientação ideológica original. Segundo esta tese, quando os partidos se institucionalizam, não há uma completa “substituição” da sua ideologia, como sugere Michels, mas uma “articulação” entre os seus objetivos ideológicos e a sua busca pragmática pela ocupação dos espaços de poder. É esta construção teórica proposta por Panebianco, portanto, que acreditamos melhor identificar a evolução vivida por partidos profissional-eleitorais como o PT. Neste sentido, enxergamos no PT um partido profissional-eleitoral com elevado grau de institucionalização, que não abandonou sua condição de partido de esquerda, mesmo que tenha “moderado” suas opções políticas para chegar/quando chegou ao poder.

Um bom exemplo desta mudança é a comparação entre as resoluções partidárias que apresentaram as candidaturas de Lula à Presidência da República em 1989 e em 2002. Se naquele primeiro enfrentamento eleitoral, a candidatura de Lula era apresentada como um recurso tático do PT para a construção estratégica do socialismo no Brasil, e a defesa do socialismo ocupava lugar central na plataforma eleitoral e no discurso do candidato, a disputa presidencial de 2002 se organizou programaticamente em torno da construção de um novo modelo de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro, fundado na produção e no incremento do mercado interno e das exportações, e que definitivamente superasse o neoliberalismo. O fato de um grande empresário figurar na chapa como candidato a vice-presidente afastava qualquer possibilidade de uma plataforma socialista para a candidatura. Nestes termos, o programa eleitoral apresentado por Lula em 2002 pode ser apresentado como um programa social-desenvolvimentista, na linha de um reformismo social-democrata, e nunca como socialista.

As resoluções do 6º Encontro Nacional do PT, realizado em 1989, que ditaram a base para o programa da candidatura presidencial de Lula naquele ano, assim expunha os objetivos do partido ao decidir disputar a eleição:

“Nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. (...) No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção

pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único. Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o País, realizar uma revolução política e social. (...) Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no País, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. (...) Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 2005)

Inspirado pelo princípio gramsciano de construção da hegemonia na sociedade, disputando os espaços públicos, o PT encarava a disputa e a vitória da eleição presidencial de 1989 não como um valor em si, mas como um movimento tático para a construção do socialismo. Este caráter tático que o partido conferia às disputas eleitorais, explicava o 6º Encontro do PT, deveria ser efetivado em um discurso de campanha abertamente socialista. Defender o socialismo em uma disputa eleitoral, num momento em que a esquerda atravessava sua mais grave crise de identidade, com a falência do “socialismo real”, bem evidenciava o caráter doutrinário do PT como partido político, e a pouca atenção dedicada às estratégias de marketing político e eleitoral. Por outro lado, o programa de governo do PT – o programa democrático e popular – era apresentado como uma plataforma tática de transição ao socialismo. O exercício da Presidência da República, portanto, era considerado pelo PT, em 1989, como um movimento de disputa da hegemonia na sociedade para, em condições mais vantajosas, iniciar um processo de transição ao socialismo.

No início da campanha eleitoral de 2002, o PT apresentou um documento intitulado “Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil” (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 2005). Neste documento, houve uma total resignificação do conteúdo da expressão “governo democrático popular”, que deixava de ser um governo de transição ao socialismo para adotar um conteúdo de “ruptura necessária” com o neoliberalismo. Em 2002, o objetivo do “governo democrático e popular” era a construção de “um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo.” (Idem) Em nenhum momento deste documento, este “novo modelo de desenvolvimento” que seria levado a cabo pelo “governo democrático e popular” aparece como sendo parte de uma transição ao socialismo. O governo democrático e popular, tal como apresentado em 2002, amparado em três eixos – o social, o nacional e o democrático -, atribui ao Estado um papel de

promotor do desenvolvimento econômico sustentável, da extensão e implementação de novos direitos sociais, da superação das desigualdades sociais e de realização de reformas democráticas, a partir de um princípio que concebe a democracia “como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e, portanto, muito mais que um regime político”. (Idem) Trata-se, portanto, de um programa de governo típico de uma esquerda social-democrática, que acredita no papel do Estado – e na importância da ocupação de governos democráticos – como ator de grandes transformações, e que trocou um programa de transição ao socialismo por um programa reformista e anti-neoliberal.

Entretanto, a despeito dos objetivos anunciados por este documento de 2002, o socialismo permanece como um objetivo estratégico para o PT. O socialismo, portanto, e as táticas de transição para o socialismo, continuam ocupando posição de destaque nos documentos ideológicos e programáticos do PT, como as resoluções do seu III Congresso, realizado em 2007. Primeiro, há que se considerar que, num partido profissional-eleitoral, há uma diferença fundamental entre a plataforma eleitoral – um documento conjuntural, que procura posicionar o partido em uma disputa eleitoral específica, observando a correlação de forças e as possibilidades de construção de alianças políticas existente naquele momento – e a sua ideologia, que cumpre um papel mais genérico de demarcação da própria identidade do partido. Para o PT, portanto, seguir-se afirmando como um partido socialista é guardar identidade com sua própria trajetória, preservando o seu “território de caça” e, sobretudo, é um sinal para a manutenção da identidade partidária. É evidente, entretanto, que a concepção de socialismo que o PT defende, atualmente, é bem distinta da que lhe orientou nos anos 1980, e isto deve ser entendido como um sinal de sua institucionalização.

Nesta seção, nosso objetivo é, a partir de uma análise de conteúdo das Resoluções apresentadas no III Congresso do PT (2007), identificar as posições que o PT defende sobre as seguintes questões: a) o socialismo; b) a democracia; c) o papel do Estado e do mercado para as políticas de desenvolvimento; d) a globalização e as relações internacionais e; e) as questões valóricas. A análise que faremos a partir de agora se baseia nestas Resoluções.

Quando fala em socialismo, o PT sempre faz questão de defender que, ao contrário da maioria das correntes de esquerda do século XX, sua concepção de socialismo não está orientada por nenhuma orientação doutrinária específica, em contrário, sendo pluralista e incorporando contribuições de distintas tradições da

esquerda. Isto não só é verdade, como guarda identidade com a própria história do PT, um partido que nasceu incorporando militantes e grupos de esquerda de origens distintas e, às vezes, contraditórias – como os movimentos populares católicos e as organizações marxistas altamente doutrinárias e centralizadas – e assumindo uma postura crítica tanto ao “socialismo real” como à “social-democracia europeia”. Mais ainda, este pluralismo do PT é um recurso importante para a preservação da sua unidade, numa situação onde o seu fracionamento interno, em determinados momentos da sua história, tinha as disputas ideológicas como seu principal fermento.

Nestes termos, o chamado “socialismo petista” - afirmado pela primeira vez no 7º Encontro Nacional do PT, em 1990, e reafirmado no III Congresso do PT – pode ser considerado como um projeto político de uma esquerda essencialmente pós-marxista, que se opõe a “todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que - segundo mostrou a experiência histórica - persistiram, e até mesmo se aprofundaram - nas sociedades ditas socialistas.” O socialismo, tal como entende o PT, é um projeto de conteúdo libertário, que se insurge “contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.” Para o PT, portanto, as formas de opressão transcendem a dimensão da classe social que lhes conferia o marxismo, o que demonstra sua identidade com o legado da agenda da esquerda pós-marxista que se construiu, desde o final dos anos 1960, na crítica ao marxismo e na esteira dos chamados “novos movimentos sociais”.

Da mesma forma, o PT incorporou no seu ideário a contribuição democrático-radical que inspirava as teorias da democracia participativa, às quais nos referimos no Capítulo 3. Assim como os adeptos destas teorias, o PT formulou uma crítica tanto ao centralismo que caracterizou a experiência do chamado “socialismo real”, como também às concepções elitistas e, até, pluralistas da democracia, que se centravam no seu conteúdo formalístico e normativo. Para o PT, portanto, o socialismo é indissociável da democracia. Para o PT, a construção do socialismo é uma tarefa, sobretudo, de socialização política, o que implica “na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas - individuais e coletivas - com os direitos econômicos e sociais”, e no respeito a um “Estado democrático de direito” que combine “democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade”. Este novo

espaço público socialista, democrático e republicano, segundo defende o PT, pressupõe a “criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta.” Por fim, o socialismo petista guarda profunda identidade com a doutrina dos direitos humanos. O socialismo petista, portanto, pode ser situado naquele movimento de defesa do “aprofundamento da democracia” que marcou a esquerda latinoamericana a partir dos anos 1980, ao qual se refere Kenneth Roberts (1998).

Por outro lado, para o PT, o socialismo não é antagônico à economia de mercado, nem muito menos sinônimo de planejamento centralizado da economia. Pelo contrário, o socialismo petista propugna “a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não-estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária.” A tarefa do socialismo, portanto, é a de estender a democracia da esfera política para a esfera econômica e social, o que faria o socialismo como o sinônimo de uma “democracia ampliada”. Igualmente distanciando-se das formulações teóricas do marxismo, o PT critica a clássica concepção de um sujeito histórico privilegiado, de onde sairia a vanguarda revolucionária, e afirma que, se o socialismo é um projeto pluralista e que transcende a dimensão de classe, a construção do socialismo é uma tarefa de “muitos sujeitos”, apesar de os trabalhadores serem, desta tarefa, uma “referência fundamental”.

Sendo democrático, para o PT, a construção do socialismo será resultado de um amplo processo de lutas sociais, e nunca resultado de um momento único, de “assalto aos céus”. Neste sentido, portanto, o PT rejeita a concepção vanguardista e explosiva de revolução que esteve na base da clássica esquerda marxista, do “Manifesto Comunista” até a falência das experiências revolucionárias centro-americanas já nos anos 1980. Mais uma vez aqui, portanto, o PT se apóia na tese do “aprofundamento da democracia”. Como afirma nas Resoluções do seu III Congresso, para o PT, o socialismo

“é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia-a-dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.”

O socialismo petista também toma para si a temática “pós-materialista” à qual se refere Ronald Inglehart (1990). Para o PT, sem dar respostas adequadas a questões como o meio ambiente e a sustentabilidade, a igualdade racial e de gênero e o respeito aos direitos humanos, não é possível se falar em socialismo. Como vimos, o PT acredita que o socialismo será produto de uma construção histórica democrática, que terá como base o combate a “todas as formas de opressão”, e não apenas a opressão de classe. Defendendo o papel do Estado como promotor das reformas estruturais que construirão o socialismo, o PT, seguindo a tradição da esquerda, declara-se internacionalista, defendendo a construção de um novo arcabouço institucional internacional que, em tempos de globalização, seja capaz de encontrar respostas para o processo de globalização conduzida pelo capitalismo. “As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Precisamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências”, afirma as Resoluções do III Congresso do PT, que sustenta, ainda, a defesa da “construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.” Também em matéria de relações internacionais, o PT segue a tradição da esquerda continental, de dedicar especial atenção à questão da unidade latinoamericana. Merece destaque, entretanto, a “ênfase na América do Sul”, o que mostra uma identidade do PT com a agenda de integração que o Brasil desenvolve desde os anos 1980. Esta ênfase, que também aparecia nas Resoluções do II Congresso do PT (1999), não estava presente nas Resoluções do I Congresso (1991), quando o PT falava apenas de “América Latina”, o que o tornava mais próximo do internacionalismo clássico da esquerda no continente.

Por fim, podemos afirmar que o Estado ocupa um lugar central na promoção do desenvolvimento, sobretudo, assumindo um papel financiador e planejador de políticas orientadas neste sentido. Nestes termos, o PT acredita que é papel do Estado brasileiro atuar pelo fortalecimento do mercado interno nacional, o que implica na defesa da sua integração com a América do Sul e do conseqüente estímulo a um forte mercado regional, construindo um modelo e desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo, que “dê dinamismo ao capitalismo brasileiro”. O PT ressalva, entretanto, que a construção de um mercado interno dinâmico “se faz com distribuição de renda. Se não houver uma revolução na distribuição de renda do país, vamos perpetuar a cruel desigualdade que conhecemos, principalmente com esse modelo econômico que cria empregos de baixa

qualidade e remuneração.” Também para esta tarefa, é preciso uma forte iniciativa estatal, acredita o PT.

Assim, o PT assume uma leitura muito positiva do Governo Lula, destacando, sobretudo, o que interpreta como uma política de fortalecimento do Estado brasileiro praticado por este governo. Seguem as Resoluções do III Congresso do PT: “O Governo Lula caminha no rumo do país que queremos, pois pratica uma política econômica que privilegia o crescimento comprometido com a distribuição de renda e da riqueza, com a recuperação do poder do Estado e da qualidade do serviço público e com um comportamento afirmativo do Brasil perante o mundo.” Nestes termos, a avaliação geral que o III Congresso do PT fez do Governo Lula foi muito otimista: “O Governo Lula é um governo de esquerda que constrói os fundamentos de uma verdadeira revolução democrática, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista.”

Como vemos, portanto, o chamado “socialismo petista” guarda pouca identidade com os distintos projetos socialistas, de base classista, que proliferaram pelo mundo no século XX. Seguramente, se constitui como uma ideologia difusa, de base democrática, “pós-marxista” e “pós-materialista”, decididamente preocupado em imprimir reformas sociais na sociedade capitalista, superando o neoliberalismo. Acredita que socialismo é sinônimo de “aprofundamento da democracia”, afastando desta ideologia a primazia da economia política que era conferida pela tradição marxista. O PT, portanto, pode ser entendido como um exemplo de um novo tipo de esquerda renovada latinoamericana, que tem se construído no continente após os anos 1990, a partir de uma reflexão sobre a experiência histórica da esquerda internacional e sobre as transições para a democracia que se processaram em diversos países latinoamericanos nos anos 1980.

6.3 - O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ARENA ELEITORAL E REPRESENTATIVA

O PT é um partido vocacionado para a disputa do poder pela via eleitoral. Independente de assumir uma postura revolucionária ou reformista, em nenhum momento da sua história, algum documento oficial do PT defendeu a adoção de métodos insurrecionais de tomada do poder, mesmo que algumas de suas frações minoritárias, eventual ou constantemente, tenham defendido uma estratégia desses moldes. Isto torna o PT essencialmente diferente daquele que, até a sua fundação, havia sido o principal partido de massas da esquerda no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No decorrer da

sua história, o PCB assumiu diversas linhas políticas, ao sabor das orientações emanadas da União Soviética – a quem sempre dedicou fidelidade - ao movimento comunista internacional. Assim, o PCB oscilou das estratégias insurrecionais à compreensão instrumental da democracia, que ostentou até os anos 1970, quando se aproximou do chamado “eurocomunismo”, adotando, enfim, uma maior autonomia com relação à linha política oficial dos soviéticos. Em 1992, o PCB finalmente se auto-extinguiu, em seu X Congresso Extraordinário, mudando o seu nome para “Partido Popular Socialista” e adotando uma linha socialista democrática, na linha do que havia feito o Partido Comunista Italiano no ano anterior. Após o governo Lula, entretanto, o PPS abandonou definitivamente seu perfil de esquerda, tornando-se num satélite da oposição de direita formada pelo PSDB e pelo DEM, com quem compartilha um velho discurso “udenista”.

Para o PT, as disputas eleitorais sempre fizeram parte do seu projeto estratégico de construção do socialismo, mesmo que, até o lançamento do documento “O socialismo petista”, no seu 7º Encontro Nacional (1990), o PT tivesse assumido uma posição ambígua sobre o papel da democracia na construção do socialismo, adotando uma visão tática e instrumental da democracia, como vimos mais acima. Baseado nesta concepção, o PT sempre disputou eleições e, com pouco tempo de fundado, começou a não apenas exercer mandatos parlamentares como também a ocupar postos no Executivo, principalmente, em prefeituras. Como só em 1994 o PT elegeu seus primeiros governadores, foi a experiência à frente das prefeituras que teve a primazia para que o PT começasse a fazer suas primeiras reflexões sobre o que é exercer a função de governo.

Na campanha de 1982, o PT apresentou uma plataforma eleitoral radical e classista (KECK: 1991), adotando *slogans* como “Trabalhador vota em trabalhador” ou “Vote no 3, o resto é burguês”⁸³. A imagem do Lula, candidato a governador de São Paulo naquele ano, era apresentada com um mau-humor que, em tese, seria inerente aos líderes sindicais. Criticando os resultados do processo de abertura política conduzido pela ditadura, o PT se isolava das demais forças políticas, assumindo um distanciamento do que identificava como a “oposição liberal” à ditadura (o PMDB e o PDT). A decisão de não fazer coligações também tinha uma lógica racional, de buscar marcar uma identidade própria na primeira eleição que disputava – a “lógica da diferença” à qual se

⁸³ O número do PT naquelas eleições era o 3. Posteriormente, o número do PT passou a ser 13.

refere Margareth Keck (1991). Esta lógica se justificava, ainda mais, pela regra eleitoral do “voto vinculado” que, ao tempo em que excluía a possibilidade de coligações nas disputas proporcionais, obrigava o eleitor a votar nos candidatos do mesmo partido do governador que havia escolhido. Por outro lado, esta decisão pelo isolamento acabou tendo efeitos eleitorais negativos para o PT, já que a maioria do eleitorado oposicionista decidiu-se pelo chamado “voto útil”, deixando de votar em candidatos do PT para votar em candidatos do PMDB ou do PDT com maiores chances eleitorais. Este posicionamento estratégico do eleitorado foi observado principalmente nos maiores estados, que então elegeram governadores do PMDB (como São Paulo, Minas Gerais e Paraná) e do PDT (Rio de Janeiro, que elegeu Leonel Brizola). O resultado final das eleições de 1982 findou por não ser positivo para o PT, que elegeu apenas oito deputados federais, sendo um por Minas Gerais, um pelo Rio de Janeiro e seis por São Paulo, o que fazia dele um partido essencialmente paulista.

A primeira grande cidade governada pelo PT foi Fortaleza, que elegeu a petista Maria Luiza Fontenelle como sua prefeita em 1985. A passagem de Fontenelle pela prefeitura de Fortaleza foi marcada por crises políticas com o partido, que dificultaram a condução da própria administração municipal, que terminou marcada pela baixa popularidade. Fontenelle, além de militante do PT, era militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC), grupo de ultra-esquerda que se organizava como um partido político autônomo, e que fazia do PT um uso meramente instrumental⁸⁴. O grande impacto que a experiência de gestão pública começou a exercer sobre o PT foi a partir de 1988, quando suas administrações passaram não apenas a gerar crises, mas, sobretudo, a produzir bons resultados e a transmitir ao eleitorado uma identidade particular do partido. Expressa no chamado “modo petista de governar”, esta identidade se caracterizava, principalmente, pelo estímulo à participação popular e pelas políticas públicas de combate à exclusão social. As administrações petistas de Porto Alegre e de Belo Horizonte contribuíram decisivamente para a construção desta marca.

As experiências pouco exitosas também tiveram um impacto decisivo sobre o destino do PT. O governo de Luíza Erundina, eleita prefeita de São Paulo pelo PT, em 1988, é um bom exemplo. Erundina foi eleita em primeiro turno, com maioria simples de 30% dos votos, como previa a legislação eleitoral da época, contando com uma base de apoio minoritária na Câmara dos Vereadores. Durante sua gestão, foi tensa a relação

⁸⁴ Voltaremos a esta discussão em outra seção deste capítulo.

da prefeitura com alguns vereadores do PT, com determinados segmentos do movimento sindical dos funcionários públicos municipais e, principalmente, com a própria direção partidária, de quem Luiza Erundina não era a candidata favorita para as eleições de 1988. (SINGER & KOVARICK: 1993). Outras gestões do PT no Executivo também foram marcadas pela tensão com a direção e com a base sindical do partido, como a de Victor Buaiz, que foi eleito governador do Espírito Santo pelo PT em 1994. Tanto Erundina como Buaiz, posteriormente, acabaram se desfiliando do PT.

Da mesma forma, no Rio Grande do Sul, o governo de Olívio Dutra foi marcado pela disputa interna no PT, sendo clara a hegemonia da fração petista “Democracia Socialista” na equipe de governo. A crise entre o governo do estado e um setor expressivo do partido foi levada às últimas conseqüências e, em 2002, Tarso Genro, representando os setores do PT que estavam descontentes com o governo, disputou e venceu Olívio Dutra em prévias internas que indicaram o candidato petista ao governo do Rio Grande do Sul naquele ano. A partir de então, Dutra viveu a estranha condição de ser governador do estado e não ser o candidato do PT à sua própria sucessão. Incapaz de defender, na campanha, um governo que ele próprio criticara duramente, a ponto de combater nas urnas, Tarso Genro acabou sendo derrotado por Germano Rigotto, do PMDB. Experiências como estas foram decisivas para que o PT assumisse uma postura cada vez mais cuidadosa na relação com seus ocupantes de cargos executivos, buscando sua preservação política. Após a experiência gaúcha, surgiu uma “regra tácita” no PT que torna os ocupantes petistas de cargos executivos como candidatos natos à sua própria reeleição.

Se os anos 1980 foram um período de construção da imagem do PT, distinguindo-o dos demais partidos, os anos 1990 consolidaram o PT como partido político preocupado com o sucesso eleitoral. Ocupando cada vez mais espaços políticos pela via eleitoral, o PT foi progressivamente abandonando sua estratégia original, de tipo “movimento social” e assumindo uma postura institucionalizada, onde as eleições passaram a ter um espaço central. Sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, após duas derrotas consecutivas de Lula em disputas pela Presidência da República, o PT foi tomando a consciência de que não bastava apenas disputar as eleições, era necessário vencê-las. Assim, o PT foi abandonando o discurso eleitoral radical dos anos 1980 e valorizando cada vez mais as estratégias de marketing político.

A construção de alianças eleitorais com outros partidos também começou a se fazer prioritária, e o PT começou a abrir diálogo com os partidos de centro. Se até o

final dos anos 1980 o PT fazia alianças apenas com os partidos do campo “democrático popular” (PCdoB, PSB, PCB e PV, segundo sua própria avaliação) - cuja maior expressão foi a recusa do apoio oferecido por Ulisses Guimarães a Lula no 2º Turno de 1989 - na segunda metade dos anos 1990 o PT começou a assumir alianças com os partidos de “centro-esquerda”, como o PDT e também com segmentos do PMDB e até do PSDB. Em 1998, Leonel Brizola, do PDT, foi candidato a vice-presidente de Lula. Em 2002, como vimos, a inflexão foi ainda maior, e o PT buscou diálogo com os partidos de “centro”, como o PL, que indicou o vice da chapa presidencial vitoriosa encabeçada por Lula, o empresário e então senador José Alencar. O resultado desta estratégia foi que o PT foi ficando cada vez mais “palatável” para o eleitorado de classe média, ampliando, assim, a ocupação de espaços institucionais e, sobretudo, se consolidando como um partido nacionalizado e com grau elevado de institucionalização.

A história eleitoral do PT mostra uma trajetória de evolução permanente, no sentido da nacionalização. A Tabela 19 mostra o número de prefeitos eleitos pelo PT em todas as eleições municipais que disputou, desde 1982.

Tabela 19 - PT – Prefeitos eleitos

1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008
2 prefeitos	1 prefeito	38 prefeitos	54 prefeitos	110 prefeitos	187 prefeitos	409 prefeitos	557 prefeitos
0,1%	0,5%	0,9%	1,1%	2%	3,4%	7%	10,3%

Fonte – Jairo Nicolau - **Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006)** <http://jairicolau.iuperj.br/>

Quatro tendências ou fases eleitorais podem ser observadas considerando-se os resultados do PT nas disputas majoritárias municipais. A primeira, nas eleições de 1982 e 1985, quando o PT era um micro-partido, considerado seu desempenho eleitoral nas disputas pelas prefeituras, e apresentava uma plataforma eleitoral classista e com pouca abertura para o diálogo com outras forças políticas. Neste período, portanto, o PT poderia facilmente ser identificado como um partido anti-sistema, nos termos de Sartori. (1982) Posteriormente, em 1988 e 1992, o PT obteve um crescimento expressivo com relação à fase anterior, conjugado com o abandono da retórica classista que marcou as primeiras eleições, substituída pela estratégia “democrático-popular”, de diálogo com outros partidos de esquerda. O sucesso das primeiras administrações petistas de expressão, eleitas em 1988, também pode ter tido um impacto para a melhora do seu desempenho, observado nas eleições de 1992. Em seguida, nas eleições de 1996 e 2000,

o PT começou a se firmar como um partido médio, consolidado em termos eleitorais e experimentado administrativamente, abrindo-se para alianças eleitorais mais amplas, com partidos de centro. Por fim, em 2004 e 2008, após a eleição de Lula para a Presidência da República, o PT passou a figurar entre os grandes partidos em termos de número de prefeitos eleitos.

Como demonstra Fleischer (2009), nas eleições de 2004 e 2008 o PT também apresentou outra “novidade” com relação às eleições passadas: o expressivo número de prefeitos eleitos nos chamados “grotões”, ou seja, os municípios com menos de 50 mil eleitores, reduto dos partidos “tradicionais”, como o PMDB, o PFL e o PP, herdeiros diretos, inclusive, do bi-partidarismo da ditadura militar. Este fator deve ser atribuído, entre outros fatores, ao fato de o PT, após a chegada ao Governo Federal, ter adotado uma postura mais flexível na sua política de recrutamento de novos militantes e, sobretudo, ter se tornado mais atrativo para lideranças municipais que tinham um perfil mais pragmático e que, em eleições passadas, estavam filiadas aos partidos que então ocupavam o governo. É evidente a importância, sobretudo para os pequenos municípios, da manutenção de uma boa relação política com o Governo Federal. Considerados este desempenho eleitoral, portanto, podemos identificar o PT como um partido de penetração nacional.

Movimento similar de progressiva nacionalização é identificado na bancada eleita pelo PT na Câmara dos Deputados. Como vimos, nas eleições de 1982, o PT elegeu 75% da sua pequena bancada de oito deputados em São Paulo, o estado que foi seu principal berço. Em 1986 a situação pouco variou, já que o PT elegeu oito dos seus dezesseis deputados federais (50% da bancada federal do partido, portanto) também pelo estado de São Paulo. Nas eleições que se seguiram, entretanto, apesar de manter-se sempre expressivo em São Paulo, o PT foi elegendo bancadas de deputados federais cada vez mais distribuídas pelas distintas regiões e estados do país. Nas eleições de 1990 e 1994, o PT expandiu sua bancada para o Sul do país e para os grandes estados das regiões Norte e Nordeste, como Bahia, Pernambuco, Amazonas e Pará. Já em 1994 o PT passou a figurar no rol dos cinco maiores partidos da Câmara dos Deputados, como vimos no Capítulo 2. Em 2002, o PT se consolidou como o maior partido da Câmara dos Deputados, elegendo 91 deputados, distribuídos por 23 unidades da federação. Em 2006, o PT experimentou uma leve diminuição da sua bancada de deputados federais, perdendo para o PMDB a condição de maior partido daquela casa parlamentar. Mesmo assim, o PT conseguiu eleger, em 2006, deputados federais em 24

unidades da federação. A Tabela 20 mostra a evolução da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Tabela 20 - PT – Bancada na Câmara dos Deputados

1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
8 cadeiras	16 cadeiras	35 cadeiras	49 cadeiras	58 cadeiras	91 cadeiras	83 cadeiras
1,7%	3,3%	7,0%	9,6%	11,3%	17,7%	16,2%

Fonte – Jairo Nicolau - **Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006)** <http://jairicolau.iuperj.br/>

Finalmente, a Tabela 21 mostra o desempenho do PT nas eleições para o governo dos estados. Um dado merece ser destacado: o PT nunca elegeu o governador de São Paulo, mesmo que, desde 1998, os candidatos indicados pelo partido tenham obtido votação expressiva. Naquele ano, o então candidato à reeleição, o governador Mário Covas, foi para a disputa do 2º turno com Paulo Maluf após ter obtido apenas 23% dos votos, contra 22,5% obtidos pela terceira colocada, a então deputada federal petista Marta Suplicy. O apoio do PT, inclusive, foi fundamental para que Covas derrotasse Maluf no 2º turno. Entretanto, o PT já elegeu por duas vezes prefeitas para a capital paulista: Luíza Erundina, em 1988, e Marta Suplicy, em 2000. Por outro lado, desde 1998 que o PT vem elegendo sucessivamente os governadores do Acre, mostrando uma particularidade do PT que se consolidou em 2006, quando todos os cinco governadores do PT foram eleitos em estados do Norte (Acre e Pará) e do Nordeste (Bahia, Piauí e Sergipe).

Tabela 21 - PT – Governadores eleitos

1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
-	-	-	2 governadores	3 governadores	3 governadores	5 governadores
-	-	-	7,4%	11,1%	11,1%	18,5%

Fonte – Jairo Nicolau - **Dados Eleitorais do Brasil (1982-2006)** <http://jairicolau.iuperj.br/>

Considerando sua trajetória eleitoral, podemos afirmar, portanto, que o PT tornou-se, no decorrer dos anos 1990, num típico partido profissional-eleitoral, que coloca a vitória eleitoral como seu principal objetivo e que, para isso, procura adaptar-se ao ambiente político no qual está inserido, construindo alianças onde a identidade ideológica e programática dos seus parceiros não figura como um condicionante prioritário. Em contrário, com o objetivo de ganhar eleições e de construir coalizões vitoriosas de governo, o PT foi progressivamente abandonando sua plataforma eleitoral

anti-sistema (SARTORI: 1982) do início dos anos 1980 – quando o comportamento eleitoral do PT poderia ser comparado ao que hoje sustentam partidos como o PSTU e o PCO – até chegar ao ponto de permitir alianças com partidos de direita, como o PP, o PTB e o PL. Considerados os traços distintivos do presidencialismo de coalizão brasileiro – alto número de partidos parlamentares efetivos, existência de sistemas partidários estaduais com características próprias etc. – a realização de alianças estritamente pragmáticas, com partidos que estão fora do seu campo ideológico, deve ser considerada como uma ação estratégica do PT, racionalmente orientada, e fundamental para a sua consolidação como partido governista. O que, segundo os argumentos de Panebianco (1995), pode ser considerados como um sinal de institucionalização do PT.

6.4 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES COMO SISTEMA POLÍTICO

Os partidos políticos são estruturas organizativas complexas, com ordenamento jurídico e burocracia próprios. Mais ainda, os partidos políticos não são entidades monolíticas, em contrário, se constituindo como espaços de disputa de poder. Disputando este poder, as distintas frações e tendências partidárias buscam formar uma coalizão dominante que, ao tempo que confira estabilidade organizativa, tenha controle sobre as estratégias partidárias. Quanto mais institucionalizados são os partidos, por outro lado, maior a sua estrutura burocrática e menores são as organicidades dos seus subgrupos internos. O PT, nestes termos, é um partido com alto grau de institucionalização. Nesta seção, vamos tratar do PT como um sistema político próprio, enfocando a sua estrutura organizativa, a sua realidade fracionária e as disputas entre suas frações e tendências pela conquista do poder interno.

6.4.1 – A estrutura interna do Partido dos Trabalhadores

O PT é regido por um estatuto interno extenso e detalhado, aprovado em 2001 pela Direção Nacional. Trata-se de um projeto organizativo ambicioso que, dentre suas principais inovações, trouxe a eleição direta para as direções partidárias de todos os níveis (o chamado PED – Processo de Eleições Diretas), e a transformação da contribuição financeira partidária individual de mensal em anual, com um valor mínimo

para filiados que recebam até três salários mínimos que, para o PED de 2009, foi fixado em 15 Reais pela Direção Nacional.

A esquerda partidária assume uma postura extremamente crítica a esta reforma estatutária. Segundo Raul Pont, afrouxando na questão dos núcleos e da sustentação material do partido, a reforma estatutária de 2001 findou por levar, para dentro do PT, “os inchaços, (...) essa coisa de carregar eleitor, para votar dentro do partido, em Kombi, em caminhonete, em ônibus... Nós nascemos contra isso, denunciávamos isso no velho MDB, no PTB, no PDT da segunda fase... E agora, nós entramos também.” (FERREIRA & FORTES: 2008) Sem dúvida, uma reforma deste tipo aumenta em muito os incentivos para campanhas de filiação em massa, onde o critério ideológico e o compromisso militante do filiado se perdem em práticas clientelísticas, quase sempre em benefício de quem controla a máquina partidária. Cargos como as Secretarias de Organização e as Secretaria de Finanças - o “cartório” o “cofre” partidários, portanto -, mais do que antes, passaram a ser fundamentais para qualquer tentativa de controle e de manutenção do poder no interior do partido. Não à toa, partiu justamente do antigo Campo Majoritário – a coalizão dominante que então estava à frente do PT – esta proposta de reforma estatutária.

A bem da verdade, entretanto, há de se considerar que, tal como em toda eleição democrática, o PED também pode reservar surpresas, ao sabor da conjuntura. Exemplar desta situação foi o PED de 2005, no auge da chamada “crise do mensalão”, quando, contrariando as expectativas, a esquerda petista conseguiu levar a disputa à presidência nacional ao segundo turno, com Raul Pont, além de retirar do “Campo Majoritário” a maioria absoluta que ele dispunha no Diretório Nacional desde 1995. Entretanto, neste mesmo PED, o “Campo” mostrou o seu peso institucional ao eleger a maioria dos presidentes estaduais do PT.

No artigo primeiro do estatuto, o PT se apresenta como um partido socialista. Segundo este artigo, é o objetivo do PT “lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.” Como vemos, é um conceito amplo de socialismo, que não está identificado com nenhum matiz em particular da esquerda mundial, fato que favorece a pluralidade de frações que convivem no seu interior.

Seguindo a tradição dos partidos de massa de esquerda, o PT busca controlar o ingresso de novos filiados, que deve ser aprovado pela direção partidária, dedicando atenção particular à filiação de “líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos ou dirigentes de outros partidos, [que] deverá ser confirmada pela Comissão Executiva Estadual e, no caso de mandatários federais, pela Comissão Executiva Nacional”, conforme o artigo 5º do seu estatuto. Em se tratando dos filiados comuns, entretanto, a confirmação das filiações pelas direções é quase sempre formalística, o que favorece e justifica a prática da filiação em massas, com fins de patronagem, denunciada por Raul Pont.

Por outro lado, em se tratando de lideranças políticas já consolidadas, o controle exercido pela direção partidária petista é maior, mesmo que, sobretudo após o Governo Lula, tenha aumentado a filiação de políticos com pouca identidade ideológica com a trajetória de militância do PT. Há de se ressaltar, entretanto, que não houve uma adesão em massa de lideranças políticas, principalmente, detentoras de mandatos eletivos, ao PT após a eleição de Lula, em contraste com o que aconteceu com o PSDB quando do período presidencial de Fernando Henrique Cardoso, e com o PMDB à época do governo de José Sarney. Isto se deve justamente a outro traço do PT que guarda coerência com a tradição dos partidos de massa de esquerda, o controle partidário sobre os parlamentares e demais detentores de mandatos eletivos. Reconhecendo as bancadas partidárias como instâncias partidárias, o artigo 63 do estatuto do PT afirma que elas “estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção”. Já no seu artigo 66, o estatuto do PT afirma conceber “o mandato [parlamentar] como partidário, e os integrantes das Bancadas nas Casas Legislativas deverão subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos, às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária”.

Colocando a direção partidária como instância superior à bancada partidária, o PT submete seus parlamentares à condição de subordinados aos burocratas do partido. Na maioria das vezes, estes burocratas são militantes profissionalizados para o serviço partidário, sem nenhuma experiência eleitoral e, portanto, com pouca expressão pública. Se isto é um traço distintivo dos partidos profissional-eleitorais, como já alertava Max Weber, nem sempre os parlamentares estão interessados a se submeter a tal nível de controle que, entretanto, já está bem segmentado na cultura política petista. Não raro, em situações de crise – como no Colégio Eleitoral de 1985 e na Reforma da Previdência de 2003 – a direção do PT não tergiversou em expulsar parlamentares, feito inédito

entre as principais legendas partidárias brasileiras. Além disso, os petistas detentores de mandato eletivo são obrigados a efetuar uma rigorosa contribuição financeira ao partido, o que se torna em mais um impeditivo para a adesão de políticos oriundos de outras tradições partidárias.

A instância máxima do PT é o seu Congresso Nacional – tal como ocorre nos partidos de massas da esquerda internacional -, cujos delegados são eleitos diretamente pela militância, em processo eleitoral específico. De estrutura verticalizada, a instância que se segue na estrutura de poder petista são os Encontros Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais. O Encontro Nacional, como segunda instância deliberativa do PT, tem seus delegados escolhidos pelos Encontros Estaduais, e assim sucessivamente segundo a estrutura federativa do país. Em seguida, figuram na estrutura de poder petista o Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais, Municipais, Zonais, e suas respectivas Comissões Executivas. Os diretórios são eleitos pelo voto direto, no PED, com composição proporcional aos votos obtidos por cada chapa que se apresentou à disputa. Guardando a mesma proporcionalidade, os membros das Comissões Executivas são eleitos indiretamente pelos seus respectivos diretórios. A composição dos diretórios e da executiva reflete, portanto, o peso que cada fração tem no partido, considerados o número de filiados que compareceram no PED. Com a prática da “filiação em massa” que denuncia Pont, entretanto, nem sempre o resultado do PED reflete o peso efetivo que cada fração tem na militância petista, mas sim, a capacidade de cada fração de arregimentar filiados ao local de votação. Como os parlamentares já têm uma estrutura própria a seu serviço, portanto, a criação do PED aumentou o seu peso nas disputas e nas direções partidárias, além de favorecer as direções atuais.

Por fim, é de se destacar que o estatuto do PT garante aos seus filiados o direito de se organizar em frações (SARTORI: 1982), chamadas pela terminologia petistas de “tendências”. Segundo define o artigo 233 deste estatuto, “tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.” As tendências são, portanto, grupos essencialmente petistas, não sendo permitidas a existência, dentro do PT, de organizações políticas autônomas que façam um uso instrumental do partido, como acontecia nos anos 1980. O PT exige que as tendências sejam registradas em uma instância partidária e proíbe que as deliberações das tendências se sobreponham ou se choquem com as decisões partidárias. Em termos organizativos, portanto, o PT é um partido pluralista e democrático, que garante às suas

“tendências” uma representação nas instâncias partidárias proporcional ao seu tamanho eleitoral, mas que não abre mão da unidade de ação e do centralismo das suas direções.

6.4.2 – Partido dos Trabalhadores: frações e fracionamento interno

O Partido dos Trabalhadores é um partido com alto grau de fracionamento interno, característica que está associada à sua própria origem. Quando surgiu, no início dos anos 1980, o PT foi a confluência, como vimos, de uma série de grupos políticos de esquerda, dos mais diversos matizes, com concepções distintas do socialismo, da democracia e, inclusive, alimentando expectativas particulares sobre o papel PT. O PT era um partido estratégico ou um partido tático? - questionavam estes grupos, envolvendo-se num dilema que estava associado à própria tradição da esquerda marxista, para quem o objetivo estratégico era a luta pelo socialismo, e táticos eram todos os movimentos conjunturais que fossem feitos no sentido de atingir tal objetivo. Assim, participaram da formação do PT os militantes do “novo sindicalismo”, a esquerda católica, parlamentares da ala esquerda do ex-MDB, intelectuais de esquerda, as novas organizações trotskistas - que se tornaram mais populares, no Brasil, a partir dos anos 1970 - e grupos e militantes egressos da luta armada. Em comum a todos estes grupos estava a crítica aos dois modelos de esquerda que predominaram no Brasil do pré-1964: o aliancismo do PCB pró-soviético e o nacional-populismo trabalhista do PTB. Mas está justamente nesta pluralidade original a razão da existência das distintas frações (SARTORI: 1982) do PT - ou das suas tendências, conforme o linguajar petista.

Os grupos da esquerda marxista que confluíram para a formação do PT contribuíram decisivamente para este dilema originário do partido. Como tinham uma estrutura orgânica centralizada e, não raro, consideravam a eles próprios a “vanguarda da revolução socialista”, o ingresso no PT era considerado como um movimento tático de acumulação de forças na luta contra a ditadura militar. Para estes, portanto, o PT era entendido como uma “frente de trabalhadores”, sendo um passo importante para a construção - ou para o fortalecimento - do futuro “partido revolucionário”. Representando esta linha política interna ao PT, na primeira metade dos anos 1980, estavam organizações como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Força Socialista e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), além das organizações trotskistas, como a Convergência Socialista (CS), a Causa Operária e O Trabalho.

Contrapondo-se a esta posição surgiu, em 1983, a tendência Articulação, que

imediatamente viria a se tornar a hegemônica do PT. Surgiu de um documento público, intitulado “Articulação dos 113”, agrupando uma série de lideranças petistas que recusava a idéia de o PT se constituir como uma “federação de partidos”, devendo antes ser considerado como um partido estratégico da classe trabalhadora na construção do socialismo. Apesar de fazerem parte da fundação da Articulação intelectuais - como Marco Aurélio Garcia e Eder Sader - e ativistas políticos - como José Dirceu e Wladimir Pomar - que tinham origem na tradição política marxista, predominavam nesta fração petista os sindicalistas, oriundos do “novo sindicalismo”, dentre os quais se destacava o próprio Lula. A Articulação sempre representou, portanto, o lado pragmático do PT, sendo formada majoritariamente por militantes experimentados na tarefa da negociação e da conciliação, como são os sindicalistas. Disputar a institucionalidade, para taticamente conseguir benefícios para a classe trabalhadora, sempre foi a disposição dos militantes da Articulação, uma vez que, nas suas origens, o socialismo era apresentado como um objetivo estratégico. Por isso mesmo, foi a Articulação a primeira fração a defender, sistematicamente, o papel estratégico do PT na construção do socialismo, o que está expresso no “Manifesto dos 113”⁸⁵.

“Defendemos (...) o PT como partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta “socialista” sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora. Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que, por conta própria, avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo a democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido.”

Como afirma Antônio Ozaí da Silva, portanto, “a *Articulação (ART)* é a face do PT. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a *ART* é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido.

⁸⁵ Disponível na página na internet da fração petista “Construindo um novo Brasil”. <http://www.construindounovobrasil.com.br/site/quemsomos.asp> Acessado em 13 de julho de 2009.

Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória.” (SILVA: 1998, 88)

A Articulação, seguindo sua orientação original, cumpriu papel decisivo para que o PT, no seu 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, aprovasse sua famosa “Resolução sobre as tendências”. O objetivo desta resolução era extinguir do PT a então usual prática das “duas camisas” - ou seja, a existência de petistas que faziam parte de organizações revolucionárias que, a despeito do seu formato organizativo de partido político, estavam inseridas no PT, fazendo, portanto, um uso instrumental desta inserção. Um dos mais famosos representantes desta prática era o deputado José Genoíno Neto, então líder do PRC e um dos expoentes da ultra-esquerda petista. Assim, a citada resolução, ao tempo em que reafirmava o caráter democrático e pluralista do PT, expresso pela possibilidade de existência de frações (denominadas como “tendências”) que fariam a disputa política ideológica interna ao partido em condições de igualdade, sustentava o caráter estratégico do Partido dos Trabalhadores na construção do socialismo, rejeitando e proibindo o uso instrumental do partido por qualquer tendência, tal como se fazia comum até então. Como consequência, foi apresentada uma rigorosa normatização do funcionamento das frações petistas. As seguintes citações da “Resolução sobre as tendências” mostram bem como o PT resolveu definitivamente o conflito que o acompanhou nos seus primeiros anos: ser um partido socialista que, ao tempo em que rejeitava o centralismo democrático e buscava um tipo de organização pluralista e democrática que permitia e até estimulava o debate político interno, buscava institucionalizar-se como um partido político - ou, no seu linguajar, trabalhava para afirmar-se como um partido “estratégico”.

“Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente — de qualquer tipo — ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente do seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil. (...) Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. (...) Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas

questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo.”

Considerando ser “rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT”, a “Resolução sobre as Tendências” definiu, com precisão, o que era uma tendência do PT:

- a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).
- b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.
- c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.
- d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.
- e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.
- f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).”

Usando a terminologia de Sartori (1982), as “tendências” do PT são exemplos típicos de frações partidárias, e o objetivo da “Resolução sobre as tendências” foi justamente evitar a existência de facções no interior do partido. Indo além na normatização das suas tendências, essa “Resolução” determinou que toda tendência deveria ser registrada em instância partidária, sendo a grande preocupação do PT, portanto, evitar que as tendências tivessem atuação externa ao partido, de qualquer natureza. Em concomitância com a “Resolução sobre as tendências”, foram expulsas do PT, no início dos anos 1990, as tendências “Causa Operária” - que fundou o PCO, Partido da Causa Operária - e a “Convergência Socialista”, ou, simplesmente, “CS” - que, junto com outras pequenas organizações de esquerda, fundou o PSTU.

Em 2009, as principais frações nacionais do Partido dos Trabalhadores são: 1) Construindo um Novo Brasil (CNB), herdeira direta da antiga Articulação e do antigo Campo Majoritário; 2) Democracia Socialista (DS) que, desde o III Congresso Nacional do PT, em 2007, integra o movimento - ou tendência, conforme a terminologia de Panebianco (2005) – partidário chamado Mensagem ao Partido; 3) Articulação de Esquerda (AE); 4) Movimento PT (MPT); 5) PT de Luta e de Massas (PTLM); 6) Novos Rumos (NR) e; 7) O Trabalho. Esta última é uma fração pequena e com pouca expressão nacional, representando a ultra-esquerda, internacionalmente identificada com um dos setores mais radicalizados do movimento trotskista internacional, a QI-CIR (Quarta Internacional – Centro Internacional de Reconstrução), fundada pelo francês Pierre Lambert (SILVA, 2001). Entretanto, além de ser uma das mais tradicionais frações do PT, O Trabalho segue apresentando chapa, tese e candidatura presidencial próprias em todas as disputas internas do PT.

As frações PTLM e NR têm funcionamento restrito, praticamente, ao estado de São Paulo, sendo composta, principalmente, por petistas identificados com a ex-prefeita Marta Suplicy. Seus principais líderes – respectivamente, os deputados Jilmar Tatto e Rui Falcão – têm forte vinculação com a ex-prefeita. Entretanto, sendo São Paulo o estado onde há o maior número de filiados, estas frações findaram por assumir um certo peso nas instâncias partidárias que as faz transcender o caráter regional. Por fim, o MPT é uma fração nacional, organizada em diversos estados da federação, porém assume um caráter ambíguo em virtude de posicionar-se, dentro do espectro ideológico partidário, de forma variável em cada estado. Portanto, se petistas como o ex-deputado estadual Frei Anastácio, do MPT na Paraíba, sempre se postou ao lado da esquerda petista, o dirigente do MPT em Brasília, deputado Geraldo Magela, sempre disputou o partido em campo próprio. Nestes termos, poderíamos classificar as frações PTLM, NR e MPT como frações estritamente pragmáticas e centristas, sem um posicionamento ideológico definido ao ponto de fazer-lhes distintas das demais frações e, sobretudo, dispostas a construir alianças à esquerda e à direita do espectro partidário, ao sabor das intempéries da conjuntura. Portanto, as frações que ainda demarcam espaços ideológicos próprios no PT são a CNB, a AE e a DS, além da tendência Mensagem ao Partido. A partir de agora, buscaremos analisar as orientações ideológicas destes quatro grupos internos ao PT.

A CNB, Construindo um Novo Brasil, é considerada como o “pólo direito” do PT. Ou seja, é sua fração nitidamente social-democrática. Mesmo assim, com sua

condição de maior fração petista, com ampla diversidade e com pouca organicidade e centralismo internos - ao contrário do que acontece com as frações de esquerda, como a DS e a AE -, assumindo mais um caráter de tendência (PANEBIANCO: 2005) do que de fração propriamente dita, a CNB segue defendendo o socialismo, apesar de abrigar internamente desde setores que guardam identidade com o neoliberalismo (como o ex-ministro Antônio Palocci e o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, que defendem, por exemplo, a autonomia operacional do Banco Central, tema caro aos neoliberais que é combatido pelo PT) até segmentos que mantêm alguma fidelidade à sua origem no marxismo, não se furtando a recorrer à retórica da “luta de classes”. Predominam na CNB, entretanto, os setores social-democratas, que assumem uma crítica “social-desenvolvimentista” ao neoliberalismo, e cobram do Estado uma presença mais ativa na regulação da economia e na distribuição das riquezas.

A origem mais remota da CNB está na antiga Articulação, fração da qual fizeram parte a maioria da liderança da CNB. Com a cisão da Articulação em 1993, os setores mais moderados e pragmáticos da antiga fração, que defendiam uma maior aproximação do PT com outras forças políticas de centro-esquerda, fundaram um novo grupo interno, identificado como Articulação Unidade na Luta (AUL). Naquele momento, estava localizada “à direita” da AUL no espectro político petista apenas a fração Democracia Radical (DR). Liderada por José Genoíno, a DR propunha já no início dos anos 1990 que a radicalidade democrática e a defesa do republicanismo deveriam permear as orientações do PT, superando em definitivo qualquer resquício da retórica marxista da luta de classes. Aliadas em 1995, a AUL e a DR elegeram José Dirceu presidente do PT no 10º Encontro Nacional do partido, realizado em 1995, conseguindo tomar a maioria do diretório nacional que, desde 1993, estava com a esquerda partidária. A partir daí, foi criado o chamado “Campo Majoritário”, coalizão dominante que, garantindo estabilidade organizativa ao PT, operou a série de mudanças internas que levou o partido a construir a estratégia de centro-esquerda que garantiu a eleição de Lula como Presidente da República em 2002.

Tamanha era a importância do Campo Majoritário que, quando Lula assumiu a Presidência, o chamado “núcleo duro” do seu governo – ou seja, os ministros que tinham um papel de condução política do governo - era composto, principalmente, por políticos petistas integrantes desta tendência: Antônio Palocci, da Fazenda; José Dirceu, da Casa Civil; Luís Gushiken, da Comunicação e; Luiz Dulci, da Secretaria Geral. Na presidência nacional do PT, em substituição a José Dirceu, ficou José Genoíno. Salvo

Genoíno, que havia sido candidato ao governo de São Paulo, todos estes petistas fizeram parte da coordenação de campanha de Lula em 2002, tendo Palocci figurado como coordenador geral. Na presidência do PT, José Genoíno cumpriu um papel de guardião das políticas do governo no interior do partido, tendo liderado o processo de expulsão, em dezembro de 2003, dos parlamentares petistas que insistiram em votar contra a proposta oficialista de reforma da Previdência Social. Em seguida, estes parlamentares expulsos - a senadora Heloísa Helena e os deputados federais Babá, Luciana Genro e João Fontes - estiveram à frente da criação do PSOL.

Os primeiros anos do Governo Lula, com sua agenda econômica fortemente ortodoxa – com elevação dos juros e do superávit primário, renovação do compromisso com o FMI e a reforma fiscalista da Previdência Social – tiveram impacto ideológico decisivo sobre o Campo Majoritário. No documento preliminar, intitulado “Bases de um projeto para o Brasil”, apresentado por esta tendência em março de 2005, e que serviria de base para sua tese no PED daquele ano, pela primeira vez na história partidária, o PT não era apresentado como um partido socialista, mas sim, como um partido “democrático de esquerda”. Afirmava, àquele momento, o Campo Majoritário:

“Ao completar 25 anos de existência, o PT reafirma sua tradição de partido democrático de esquerda, que luta por uma ampla reforma social e política, visando reduzir as desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. O principal compromisso do PT é democratizar a renda e a riqueza, o acesso à terra e o exercício do poder, o conhecimento, a informação e as oportunidades. (...) Pela sua história, pelos seus valores e pelos seus compromissos, os indivíduos associados no PT se propõem a lutar pela liberdade, democracia, pluralidade, por solidariedade e por transformações políticas, sociais, econômicas, institucionais, jurídicas e culturais destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, visando construir uma sociedade mais justa, livre e igualitária.”

Se tivesse sido aprovado este documento, o socialismo teria deixado de ser um “objetivo estratégico” para o PT. Entretanto, a chamada “crise do mensalão”, que atingiu o PT em junho de 2005, colocou em xeque também o Campo Majoritário, já que os métodos de direção que gestaram aquela crise foram produzidos no seu interior e por algumas de suas lideranças mais destacadas, como Delúbio Soares e Sílvio Pereira, além dos próprios José Genoíno e José Dirceu. Como consequência desta crise, José Genoíno renunciou simultaneamente à condição de Presidente do PT e de candidato à reeleição pelo Campo Majoritário, tendo sido substituído, nos dois postos, por Tarso

Genro. De natureza excessivamente independente nas disputas partidárias, Tarso Genro condicionou sua permanência como candidato do Campo Majoritário à exclusão dos envolvidos no caso do “mensalão” da chapa da tendência ao Diretório Nacional – o que incluía José Dirceu -, e levantou a bandeira da “refundação” do PT. “Refundar” o PT, nos termos propostos por Genro, representaria a negação do legado do Campo Majoritário, o que foi prontamente recusado pela cúpula desta tendência. Genro, assim, foi substituído como candidato a Presidente do PT por Ricardo Berzoini, ele próprio, um militante recente do Campo Majoritário, já que havia disputado o PED de 2001 pelo PTLM.

A eleição de Berzoini para a presidência do PT, com uma participação do Campo Majoritário na Direção Nacional do partido que não era mais hegemônica, levou o Campo a uma crise interna. Primeiro, porque ele não era mais “majoritário”, necessitando urgentemente de uma mudança de nomenclatura. Segundo, porque a ampliação dos espaços da esquerda e do centro partidários no DN impunha, agora, a necessidade de uma postura consociada na gestão maior do partido. Além do mais, o debate interno que se travou no PED pôs em sério questionamento o “flerte” do PT, sob a liderança do Campo Majoritário, com postulados políticos estranhos à tradição petista, sobretudo, relacionados com a gestão do ministro Palocci. A partir de 2006, portanto, o antigo Campo Majoritário se reorganizou com o novo nome de “Construindo um novo Brasil”. Desde então, a CNB vem assumindo a defesa da tradição petista do “socialismo democrático”, bem como, de uma plataforma econômica desenvolvimentista e anti-neoliberal. No XIII Encontro Nacional do PT, em 2006, a CNB apresentou uma resolução em conjunto com outras frações partidárias de centro e de esquerda, inclusive, a DS e a AE, fato inédito na história do partido e evidentemente contrastante com o hegemonismo do antigo Campo Majoritário. No III Congresso do PT, em 2007, a CNB assim apresentou a plataforma política do PT:

O PT representa a busca da superação do capitalismo pela combinação da luta institucional com a luta social, sobretudo pela acentuação de mecanismos de participação popular na condução da política e do Estado. Somos anticapitalistas por entendermos que o capitalismo, por sua natureza, gera miséria, fome, violência, guerra e destruição da natureza. É um sistema que trata o cidadão como consumidor e converte direitos em privilégios, negando sua participação política plena. Essa superação, porém, não se dará pela via da ruptura violenta, nem pela adoção de modelos já fracassados. Nos países do chamado socialismo real, a luta anticapitalista foi afetada por um retumbante fracasso político. A política não foi socializada e

não se criaram as condições para a autotransformação. Para o PT, a concepção de socialismo deve ser combinada com o conceito de Revolução Democrática e de socialização da política. (...) Socialismo, para o PT, não deve ser confundido com estatização, mas entendido como socialização da política. Essa noção deve ser cara ao PT, já que recupera a idéia de uma cidadania ativa, reconhece a democracia como espaço de explicitação de dissensos e propõe a ampliação da participação popular e controle social do Estado.

Bem em contrário ao documento apresentado pelo Campo Majoritário apenas dois anos antes, esta tese da CNB recoloca a questão do socialismo no centro do debate da tendência, e resgata a tradição socialista democrática da antiga Articulação, para quem a participação nos espaços institucionais deve ser combinada com a disputa dos movimentos sociais. A CNB segue sendo a tendência partidária mais identificada com uma defesa incondicional do Governo Lula, e com a construção de uma política de alianças ampla e identificada com a coalizão de centro-direita construída para o apoio parlamentar ao governo.

A fração Democracia Socialista (DS) é um dos grupos mais sólidos e tradicionais da esquerda petista. Sua origem está no final dos anos 1970, com a união de diversos grupos regionais de esquerda (principalmente, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, estados onde a DS permanece forte até hoje) que se reuniam em torno do jornal “Em Tempo”, que compunha a chamada “imprensa alternativa” contra a ditadura militar. Foi fundada com o nome de “Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista” (ORM-DS), o que lhe conferia um caráter de organização política autônoma, com direção e linha política próprias⁸⁶. Desde o seu início, entretanto, a DS optou por tomar parte da organização do PT, que considerava um partido estratégico⁸⁷. Ainda nos anos 1970, a DS entrou em contato com o chamado Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, facção do movimento trotskista internacional liderado pelo economista marxista belga Ernest Mandel, cuja principal filiada internacional era a Liga Comunista Revolucionária (LCR) francesa⁸⁸, e tendo como um dos seus líderes o filósofo Daniel Bensaid, líder do maio de 1968 francês. A partir de então, a DS passou a figurar como a “seção brasileira” do SU.

⁸⁶ Sobre a história da DS, vide ANGELO: 2008, SILVA:1998 e também a entrevista de Raul Pont em FERREIRA & FORTES: 2008.

⁸⁷ Segundo Raul Pont, op cit..

⁸⁸ Em fevereiro de 2009, a LCR decidiu pela sua dissolução no “Novo Partido Anticapitalista”, uma ampla frente de trotskistas, altermundialistas, ecossocialistas, feministas, entre outros. A principal liderança pública deste novo partido, que não se filiou ao SU, é o carteiro Olivier Besancenot, candidato presidencial da LCR em 2002 e 2007.

Nos anos 1980, a DS esteve junto à Articulação na defesa do direito de tendência do PT. Por isso mesmo, a partir de 1987, a DS decidiu deixar de caracterizar-se como uma “organização revolucionária”, assumindo-se simplesmente como uma “tendência do PT”, o que implicava que todos os militantes da DS *necessariamente* teriam que ser também petistas. Isto contrastava, por exemplo, com a posição do PRC que, nos seus primeiros anos, tinha militantes tanto no PT como no PMDB. Àquele tempo, o objetivo da DS, portanto, considerando o PT como um partido estratégico, era disputar seus rumos, visando transformá-lo num partido efetivamente revolucionário.

No final dos anos 1980, no contexto da crise do socialismo real, a DS reafirmou seu caráter marxista, apresentando ao conjunto do partido a chamada “estratégia da pinça”. Considerando que a ruptura com o Estado burguês era estratégica para o projeto socialista, a “estratégia da pinça” partia do princípio de que o ataque ao aparato estatal burguês deveria se dar através de um movimento articulado, em formato de pinça, onde a disputa dos espaços institucionais burgueses deveria ser combinada com a construção de um poder para-estatal, o “poder popular”. Bastante similar ao que defendia a ultra-esquerda chilena (do MIR e do PS) no período de governo da UP, esta estratégia, conforme discutia em um artigo um dos principais dirigentes da DS, o cientista político mineiro Juarez Guimarães, “estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique, onde as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas. Estabelece também um marco distinto dos modelos de guerra popular prolongada, em que a acumulação de forças se faz através da confrontação armada com a institucionalidade que se quer destruir.” (GUIMARÃES: 1990) A estratégia da pinça, portanto, é uma construção política que se situa no campo do marxismo-leninismo, mas que busca atualizar a estratégia revolucionária bolchevique para o contexto das democracias de massas urbanas como a que se construía no Brasil do final dos anos 1980, distinguindo-se, assim, também do maoísmo.

Nestes termos, a “estratégia da pinça” propunha ao PT o enfrentamento de cinco problemas fundamentais para a construção do socialismo, “a construção do partido revolucionário, a criação dos organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, a ocupação de posições na institucionalidade e o enfrentamento do problema militar.” (Idem). Considerando as dificuldades dos trabalhadores de resistirem, em um processo revolucionário contra o “Exército profissional burguês”, Guimarães propunha a necessidade de criação de uma política de resistência

democrática de massas “combinada desde já com (...) iniciativas do movimento operário e popular (táticas de massa contra a repressão, estruturas de autodefesa, criação de redes e estruturas ao abrigo da repressão policial etc.), que, em uma conjuntura de formação dos organismos de poder popular, podem e devem transformar-se em uma acumulação própria no campo militar.” (Idem) Tratava-se de uma estratégia que considerava a construção da hegemonia dos trabalhadores a partir de uma “dualidade de poderes”, para quem a democracia era apenas um instrumento de acumulação de forças para a revolução socialista.

Progressivamente, e principalmente como resultado da experiência de “socialização política” (PUTNAM: 2005) pelo qual passaram os seus militantes ao ocuparem espaços-chave em prefeituras (como Porto Alegre e Belo Horizonte) e em governos estaduais (como no Rio Grande do Sul) governadas por petistas, a DS passou a abandonar posicionamentos como a “estratégia da pinça”, que se situa na clássica tradição do marxismo, para assumir temas novos como a democracia participativa e a economia solidária, aproximando-se da tradição política do republicanismo. A construção de novos espaços públicos – e não mais a dualidade de poderes – passou ao centro da estratégia da DS no século XXI. Em artigo de 2007, intitulado “Socialismo democrático e republicanismo”, o mesmo Juarez Guimarães agora afirmava que

“o socialismo democrático do PT é uma construção histórica que se faz consultando a experiência do povo brasileiro e as tradições do socialismo internacional. Neste sentido, é preciso reconhecer que tanto na experiência social-democrata, nas suas variantes de origem, seja no reformismo de Berstein ou de Kautsky, como nas vertentes que se desdobraram na experiência russa, predominaram amplamente as concepções estatistas ou estatizantes do socialismo. Contra estas tradições e esta memória, inscrita nas culturas do socialismo com as quais nos relacionamos, é preciso colocar no centro a noção de esfera pública como alternativa à autocracia do Estado ou à heteronomia do mercado. A noção de esfera pública – definida como o Estado democratizado e submetido a controle social, a regulação do privado sob critérios universalistas e a expansão das formas associativas, comunitaristas, solidaristas, cooperativas da sociedade civil no plano econômico, político e cultural- é central para o PT lidar com as transformações necessárias do Estado brasileiro, na atualidade e em perspectiva. Ela permite trazer para o centro da vida do PT dilemas fundamentais como o da ética pública, da formação da opinião pública, da economia do setor público, esclarecendo o próprio sentido da relação do socialismo democrático com a construção interrompida da república brasileira.” (GUIMARÃES: 2007)

Trata-se de uma nova construção teórica que, seguramente distante do trotskismo, assume uma postura crítica ao marxismo, seja na sua vertente teórica – a defesa de um Estado submetido a critérios “universalistas” é absolutamente antagônica à concepção classista e negativa de Estado que subsidia o marxismo – seja na sua expressão política concreta – ao criticar o estatismo presente nas tradições do socialismo real e da social-democracia.

Antes disso, entretanto, a DS viveu um momento de crise, que coincide com a crise vivida pelo PT nos primeiros anos do Governo Lula. Ainda em 2003, uma facção mais radicalizada da DS, liderada pela senadora Heloísa Helena e pelo economista João Machado, passou a defender uma postura de oposição e ruptura com relação ao Governo Lula, enquanto o setor majoritário da DS – Raul Pont, Miguel Rosseto, Juarez Guimarães, Joaquim Soriano e outros - defendia a disputa “por dentro” dos rumos do governo. Este conflito se acirrou quando da expulsão de Heloísa Helena do PT em dezembro de 2003, junto com outros parlamentares petistas que haviam votado contra a Reforma da Previdência. A DS, que havia sido contra esta expulsão, entrou em confronto direto com Heloísa Helena quando esta se decidiu pela criação de um novo partido, o PSOL, o que significava um rompimento na prática com a DS, dado o seu caráter de tendência do PT. Em seguida, Heloísa Helena passou a dirigir uma facção intitulada “Liberdade Vermelha”, que se auto-denominava como uma “fração (sic) não-petista da DS”, integrando-se ao novo projeto de construção partidária. Em entrevista à revista “Caros Amigos”⁸⁹, Heloísa Helena assim explicou sua nova condição na DS: “a DS é uma corrente internacional articulada com a IV Internacional, então é evidente que milito na IV Internacional. (...) Dentro dessa corrente internacional tem uma fração (sic) chamada Liberdade Vermelha, dos que estão na construção do novo partido. E que, se a maioria da DS *aqui* [o grifo é meu] quiser, tem de nos expulsar.”

O que se verifica é que a então senadora construiu um raciocínio que era compatível com a estrutura da DS anterior a 1987, quando se apresentava como uma “organização revolucionária marxista” internacional que, no Brasil, militava no PT. Entretanto, desde 1987 a DS abandonou este caráter, assumindo-se como uma “tendência petista” que mantinha relações com o Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional. Em artigo de abril de 2004, intitulado “Questões para os militantes socialistas da DS”⁹⁰, João Machado, já assumindo sua condição de minoria dissidente

⁸⁹ Revista Caros Amigos. Número 88. Julho de 2004.

⁹⁰ Disponível no sítio na internet <http://www.palavracruzada.cjb.net/> Acessado em 26 de maio de 2005.

da DS, questionava: “depois da guinada que o PT deu com o Governo Lula, a DS, sendo uma corrente marxista-revolucionária, pode continuar construindo este partido?” A direção da DS foi clara na resposta – “nossa organização tem um só projeto partidário”⁹¹ – e seguiu na construção da sua 8ª Conferência, em 2005, confirmando sua condição de tendência do PT.

Em 2005, entretanto, irrompeu uma crise da DS com o SU, que passou a assumir a defesa da posição de Heloísa Helena e do grupo que seguiu para o PSOL. Em carta enviada pelos seus dirigentes Francisco Louçã (economista e deputado português), Daniel Bensaid e Michael Löwy (sociólogo franco-brasileiro), o SU afirmava que, cumprida a metade do Governo Lula, estava clara seu caráter “social-liberal”, nos mesmos termos de “Blair, Schröder ou Jospin”. “Nestas condições, a participação no governo torna-se cada vez mais problemática”, seguia a carta da SU, que ressaltava ainda as limitações do ministro Miguel Rosseto de pôr em prática um plano efetivo de reforma agrária, e mostrava simpatia pela iniciativa de construção do PSOL. Tomada como uma intromissão indevida do SU em questões internas da tendência, esta carta e o debate internacional que se seguiu a ela acabou por resultar no afastamento definitivo da DS da IV Internacional. Em documento de março de 2006, intitulado “Uma política internacionalista para o século XXI” a DS criticou o que chamou de “internacionalismo estreito” do SU, propondo-se a construir um “novo internacionalismo” que agregue todas as forças democráticas e anti-capitalistas.

Cada vez mais desprendida dos esquemas marxistas, e também sem a interferência dos seus setores mais radicais, agora abrigados no PSOL, a DS seguiu na sua formulação política onde a defesa da democracia participativa e da economia solidária aparece como elementos centrais da luta pelo socialismo. Na disputa interna do PT, a DS passou a formar um bloco, com pretensões de se tornar uma nova coalizão dominante, com dissidentes do antigo Campo Majoritário. Estava formado, a partir de então, a tendência (PANEBIANCO: 2005) intitulada “Mensagem ao Partido”, que une a DS a integrantes do centro petista, como Tarso Genro, e a intelectuais importantes, como Paul Singer e Maria Victória Benevides. Com forte identidade com as resoluções mais recentes da DS, as teses apresentadas pela Mensagem no III Congresso do PT e no

⁹¹ “Resolução da Coordenação Nacional da Democracia Socialista em relação aos militantes e às militantes que decidiram unilateralmente sair da Democracia Socialista para construir outros projetos partidários.”

<http://www.democraciasocialista.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=139&Itemid=36>
Acessado em 14 de dezembro de 2004.

último PED reforçam a necessidade de construção de uma nova esfera pública da cidadania, o caráter republicano e democrático do socialismo e a defesa da ética como necessárias não apenas para operar um processo de transformação radical no Brasil, como também para uma “refundação socialista” do PT, empreitada que se faria necessária, segundo os integrantes da Mensagem, após a crise vivida pelo partido em 2005.

A Articulação de Esquerda (AE) surgiu de um racha da antiga Articulação, em 1993. Naquele ano, o segmento majoritário e moderado da Articulação formou a Articulação Unidade na Luta (AUL), que a partir de então passou a defender com mais vigor a aliança do PT com os setores de centro. Por outro lado, os militantes da Articulação mais identificados com a ortodoxia marxista se agruparam em torno de um manifesto intitulado “Hora da Verdade”, formando um grupo que, no final daquele ano, veio a adotar o nome de AE. (POMAR: 2000) Reunindo inicialmente personalidades que, posteriormente, vieram a romper com a esquerda petista, como Arlindo Chinaglia e Rui Falcão, a AE conseguiu articular uma coalizão dominante, junto com a DS, que apresentou a chapa vitoriosa – intitulada “Uma opção de esquerda” - do 8º Encontro Nacional do PT, em 1993. Esta coalizão dominante foi quem conduziu o PT durante a campanha presidencial de 1994, tendo cumprido um papel decisivo para afastar o PT de alianças com partidos de centro-esquerda, como o PDT e o PSDB – possibilidade que se fez presente, pelo menos, até o início de 1994, antes da edição do “Plano Real”⁹².

O manifesto “A Hora da Verdade” iniciava alertando a militância petista do risco de o PT, a exemplo de outros “partidos de origem operária e popular” (Idem, 15), converter-se em um “partido da ordem”, baseado na burocratização, na baixa participação da militância e no privilégio conferido à disputa institucional. Em contrário, o manifesto defendia que o PT recuperasse “sua tradição radical, popular, democrática, socialista.” (Idem, 18) Três anos depois, em 1996, a AE defendeu, em outro documento, a necessidade de o PT reafirmar o socialismo como seu objetivo estratégico, em torno do qual o programa democrático-popular, que subsidiou as candidaturas presidenciais de Lula em 1989 e 1994, seria um movimento tático. Ao

⁹² Em 25 de fevereiro de 1994, Plínio de Arruda Sampaio, do PT, e Roberto Freire, do PPS, publicaram artigo na Folha de São Paulo defendendo a construção de um novo bloco político que envolvesse “a esquerda do PMDB, o PSDB, o PT, o PPS, o PSB e todas as demais forças democráticas e de esquerda sem nenhuma exclusão.” Este bloco deveria se unir em torno das candidaturas de Lula à Presidência da República e de Mário Covas ao governo de São Paulo. Curiosamente, uma década depois, Plínio de Arruda Sampaio liderou uma facção de ultra-esquerda petista que se retirou dos partidos para se incorporar ao PSOL logo após o PED de 2005.

mesmo tempo, a AE fazia um alerta das limitações da via eleitoral – um ponto-chave do programa democrático-popular – para a realização das transformações estruturais que levariam ao socialismo, sobretudo por considerar outras experiências eleitorais de esquerda que, originalmente destinadas à construção do socialismo, sucumbiram na derrota, como a França de Léon Blum e o Chile de Salvador Allende.

A questão para AE, até por coerência à tradição marxista, entretanto, não era de abandonar a tática eleitoral. “Entretanto – seguia a AE – enquanto prevalecerem condições minimamente democráticas, cabe à esquerda disputar eleições, como um momento de propagandear e submeter ao veredicto popular as reformas estruturais que almejamos realizar, disputando projetos e construindo nossa hegemonia. E, caso vencemos as eleições, cabe implementar as reformas (...). Mas com consciência dos limites deste caminho.” Esta tese é clássica na tradição da esquerda marxista, tendo aparecido, pela primeira vez, no prefácio feito por Engels, em 1895, ao livro *A Luta de Classes na França*, de Marx⁹³. Assim, a AE concluía que “a vitória da esquerda numa disputa presidencial não resolve o problema do poder e, portanto, não elimina a necessidade da ruptura revolucionária.” (Idem, 43) Aparece aqui, também, uma influência das concepções de Gramsci sobre a disputa da hegemonia na sociedade.

Ocupando, dentro do PT, o pretense espaço da “esquerda revolucionária”, a AE afirmava, em 1996: “Do ponto de vista estratégico, a direita do PT desistiu do socialismo. E o “centro” do PT desistiu da revolução. (...) Depositaram todas as suas perspectivas no processo eleitoral.” (Idem, 45) Ainda hoje, passados mais de 15 anos da sua fundação, a AE ainda se mantém neste mesmo espaço ideológico. Na sua apresentação, feita na sua página na internet, a AE se apresenta como “uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores [que] existe para a defesa de um PT de luta, de massa, democrático, socialista e revolucionário.”⁹⁴ Na sua X Conferência Nacional, realizada em maio de 2008, a AE apresentou uma distinção didática entre o que considera serem os “petistas social-democratas” e os “petistas socialistas”. Os primeiros, segundo a AE, seriam aquelas para quem “o “socialismo” deixava de ser uma organização social distinta do capitalismo e passava a ser um conjunto de “valores” que supostamente iluminariam a ação da esquerda, a quem caberia disciplinar o capitalismo, onde uma “economia de mercado” conviveria com um “Estado democrático”, a quem

⁹³ ENGELS: 1981

⁹⁴ Portal “Página 13”. Disponível no endereço http://www.pagina13.com.br/quem_somos.php Acessado em 10 de agosto de 2009.

caberia garantir o bem-estar da maioria da população.” Pior ainda, no primeiro momento do Governo Lula, seguia a AE, surgiu dentro do PT uma corrente “social-liberal”, encantada com o neoliberalismo e próxima do tucanato, que disputaria com os dois outros grupos de petistas os rumos do partido. A AE, segundo a resolução da sua X Conferência, ocuparia justamente o espaço dos “petistas socialistas”. Nestes termos, a citada resolução apresenta uma definição de socialismo que guarda identidade com a clássica tradição marxista, continuando a situar a AE como a guardiã, dentro do PT, da ortodoxia marxista, sendo a tendência ideologicamente mais à esquerda do PT contemporâneo.⁹⁵

“Para os *petistas socialistas*, o socialismo continua a ser uma forma distinta de organizar a produção, a distribuição, a circulação das riquezas e as relações de poder na sociedade. Para os petistas socialistas, o mundo e o Brasil precisam de um forte movimento socialista, assumidamente anticapitalista, que defenda a propriedade pública dos grandes meios de produção, o planejamento democrático e ambientalmente orientado, a mais profunda democratização política e a cooperação internacional para enfrentar os grandes problemas mundiais, a começar pela desigualdade.”

Nestes termos, a AE continua a defender um uso *instrumental* das eleições pelas organizações revolucionárias de esquerda, sem alimentar ilusões sobre o conteúdo da participação eleitoral. Para a AE, portanto, a chegada de um partido de esquerda ao governo pela via eleitoral, tal como aconteceu com o PT a partir de 2002, não pode nunca ser confundida com a conquista do poder pelos trabalhadores. Em contrário, em um Estado capitalista, e considerado o caráter de classe dos Estados, tal como proclama a teoria política marxista, os trabalhadores nunca terão o controle do poder. Segue a resolução da AE:

“A transição socialista tem um ponto de partida político (a conquista do poder pelo proletariado), um ponto de chegada político-social (a abolição das classes e do Estado) e um parâmetro (sem o qual não faz sentido falar em transição): a progressiva socialização da produção, da propriedade e do poder político. (...) Num sentido mais preciso, o processo de transição para uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção tem início quando os trabalhadores realizam uma revolução política e social, tomam o poder de Estado num país ou grupo de países, colocam sob controle social parte dos meios de produção e iniciam as transformações políticas,

⁹⁵ Com exceção dos pequenos grupo de ultra-esquerda, como O Trabalho e outros grupos regionais de matiz semelhante.

econômicas e sociais coerentes (mesmo que no longo prazo) com a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado.”

Seguindo a interpretação de Norberto Bobbio (1991; 2000), portanto, a concepção de Estado defendida pela AE assume um caráter essencialmente *negativo*, onde a política é vista sempre como um espaço de dominação, e não de realização das liberdades - o que só seria possível no “comunismo”, um estágio de organização social onde, segundo a lógica marxista, desapareceria a política na medida em que desapareceriam os próprios conflitos de classes sociais.

O socialismo tal como o defende a AE, entretanto, será uma sociedade radicalmente democrática. Na tese que apresentou ao III Congresso do PT, intitulada “A esperança é vermelha”, a AE sustentava que “só haverá real democracia no socialismo; e que não haverá socialismo sem democracia. Sempre lembrando que enquanto a sociedade estiver dividida em classes sociais, mesmo a mais ampla democracia não será universal, ainda não será para todos. O que confere à luta pela democracia um caráter prolongado.” Esta definição claramente situa a AE dentro da tradição petista da defesa do “socialismo democrático”. É evidente, entretanto, que “socialismo democrático” pode ser entendido como um “conceito guarda-chuva”, que abriga tanto a social-democracia da CNB, o altermundismo republicano e deliberativo da DS, como a perspectiva revolucionária da AE. “Socialismo” e “democracia” são conceitos que, historicamente, se prestaram a tantas adjetivações que a sua conjugação inevitavelmente está marcada por uma ambigüidade que é providencial para um partido pluralista como o PT.

Apesar da retórica revolucionária, a AE quase sempre é tão pragmática quanto qualquer outra fração petista na hora de negociar alianças e de fazer a disputa eleitoral no “Estado burguês”. Em Santa Catarina, por exemplo, estado onde a AE tem uma forte presença partidária, o PT não se furtou a firmar alianças com o direitista PP no 2º turno das eleições estaduais de 2006. Mesmo que Valter Pomar, um dos principais dirigentes da AE, tenha assim se posicionado quando questionado a respeito da política de alianças do Governo Lula: “Acho uma política equivocada, por dois motivos: secundarizou as alianças sociais e superestimou as alianças com partidos de centro-direita.”⁹⁶

Finalizada esta parte de análise da orientação ideológica das principais frações do PT, passemos a uma apresentação dos resultados dos três processos eleitorais

⁹⁶ Em entrevista ao autor, em 08 de maio de 2006.

internos para a escolha dos seus dirigentes realizados pelo PT. Neste caso, consideraremos como estas eleições influenciaram na composição de forças e no fracionamento interno do PT.

Desde 2001, o Partido dos Trabalhadores escolhe seus dirigentes de todos os níveis (nacional, regional, municipal e, onde existe, zonal) através de um mecanismo intitulado “Processo de Eleições Diretas” (PED), previsto no artigo 35 do seu novo estatuto de 2001. O PED trata-se de uma ampla eleição interna, da qual participam todos os filiados, seguindo o princípio democrático-liberal de “cada pessoa, um voto”. Em se tratando de um partido de massas, cujo número de filiados está em torno do primeiro milhão, o PED acaba envolvendo centenas de milhares de pessoas, após uma campanha eleitoral que costuma durar dois meses. No PED de 2005, por exemplo, o segundo da história do partido, pouco menos de 315 mil petistas - devidamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao partido - compareceram às urnas. Disputam o PED as diversas frações (SARTORI, 1982) do PT (ou “tendências”, conforme o linguajar petista,), que têm direito a inscrever chapa para os quatro níveis, e concorrem em um sistema eleitoral que combina a maioria absoluta (para escolha dos presidentes das instâncias) e a proporcionalidade (para a definição dos membros dos diversos diretórios).

Assim, o PT adota um regime presidencialista onde o presidente do partido governa em conjunto com o seu respectivo diretório e, se sua fração não detiver maioria absoluta no mesmo, terá que formar uma coalizão com outras forças partidárias com participação na instância. Exemplar da aplicação desta esta regra foi o período no qual José Dirceu esteve à frente da presidência nacional do PT. Dirceu era apoiado por um conjunto de frações que tinham a maioria absoluta do diretório nacional, e passaram a atuar em conjunto sob o nome de “Campo Majoritário”. Por outro lado, a incapacidade de formação destas coalizões partidárias - situação já observada em diversos diretórios estaduais e municipais do partido - inviabiliza ou, ao menos, dificulta sua governabilidade. Portanto, estes traços de democracia consociativa (LIJPHART, 2003), derivados do seu próprio caráter pluralista⁹⁷, aproximam o sistema político do PT da definição de “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988), originalmente

⁹⁷ O PT marca-se pela institucionalização de diversas frações partidárias, dos mais diversos matizes de esquerda. Mas a dimensão regional também pesa na hora de se costurarem os acordos nacionais de divisão do poder interno, o que é compreensível em se tratando de um partido político de um país federalista como o Brasil.

adotada por Sérgio Abranches para tratar do funcionamento do presidencialismo brasileiro em ambiente de democracia.

Os três PEDs realizados pelo PT têm, cada qual, uma marca particular, por terem ocorrido em momentos decisivos na história partidária. O primeiro, de 2001, ao reeleger José Dirceu presidente nacional - pela primeira vez, pela via direta - e formar uma ampla maioria do diretório nacional para o antigo “Campo Majoritário”, foi decisivo para os rumos assumidos na campanha eleitoral de Lula à Presidência da República, em 2002. Com isso, abriu-se caminho para que o PT fizesse inflexões táticas, como a aliança com o PL, e ideológicas, como a “Carta aos Brasileiros”, apresentada por Lula no início da campanha eleitoral, marcando compromisso partidário definitivo com a estabilidade da economia e o respeito aos contratos. Estes dois movimentos foram decisivos para que Lula acumulasse condições para se eleger em 2002.

O segundo PED realizou-se em 2005, no momento em que o PT enfrentava a mais grave crise política da sua história, com as denúncias do “mensalão” envolvendo dirigentes partidários, parlamentares e integrantes do alto escalão do Governo Lula. Mesmo que tais denúncias ainda em 2009 carecerem de provas e de julgamento definitivos, seu impacto sob a opinião pública interna e externa ao PT foi enorme. O PED daquele ano foi fundamental para o PT superar esta crise, e não só pelo alto envolvimento da militância, que compareceu em grande número para votar, dando um novo gás ao partido. O resultado das urnas foi outro elemento importante, pois se reconfigurou a correlação de forças no partido, acabando com a hegemonia isolada do “Campo Majoritário”⁹⁸ e aumentando o espaço das frações mais à “esquerda” (como a “Articulação de Esquerda - AE” e a “Democracia Socialista - DS”) e ao “centro” (como “Movimento PT - MPT” e “PT de Luta e de Massas - PTLM”) do espectro partidário.

Esta nova configuração de forças obrigou o diretório nacional do PT a funcionar de forma mais consociada, oposta ao anterior hegemonismo que caracterizava o período em que o “Campo Majoritário” constituiu-se como coalizão dominante. Na prática, isso serviu para democratizar mais as relações internas de poder. Exemplar foi o XIII Encontro Nacional, realizado em 2006 em São Paulo, onde as resoluções aprovadas foram apresentadas em conjunto pelas principais forças partidárias, representantes da

⁹⁸ O Campo Majoritário mudou de nome, chamando-se agora “Construindo um Novo Brasil - CNB”, já que não era mais majoritário, mesmo que tenha eleito o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini

“esquerda”, do “centro” e da “direita” do PT⁹⁹ - fato, até então, inédito na história do PT.

O PED de 2007 foi o primeiro após a reeleição de Lula, em 2006. Foi disputado em um momento onde já estavam: superados os efeitos mais devastadores da crise do “mensalão”; recomposto um consenso interno em torno dos temas econômicos tradicionais do PT, mais identificados com o chamado “desenvolvimentismo”¹⁰⁰ e; desfeita a onda faccionista (SARTORI: 1982) que marcou o primeiro Governo Lula, resultando em diversas baixas partidárias. Consideradas estas variáveis, a observação da composição das chapas apresentadas para o diretório nacional do PT no PED de 2007, atentando-se para as alianças feitas entre diversas frações partidárias e comparando-se com o PED de 2005, constitui-se num bom exercício para se compreender a nova feição do PT após o Governo Lula. Mas serve também para perceber, empiricamente, a razão instrumental que orienta os jogos de poder desenvolvidos pelos diversos atores políticos internos ao PT. Tais atores agem motivados por razões ideológicas, sem dúvida, mas, principalmente, pela busca de maximização dos seus espaços de poder no partido, considerados os elementos institucionais e conjunturais nos quais se desenrola a disputa. Mais ainda, podemos perceber como o PT funciona como um sistema político próprio, o que é definidor da atuação das suas frações (SARTORI: 1982)

No PED de 2001, o primeiro disputado na história do PT, as chapas e candidaturas apresentadas refletiam com precisão o cenário fracional do PT, ou seja, cada uma das principais frações do PT decidiu competir em faixa própria. Como resultado, o debate foi marcado por uma forte polarização ideológica, mesmo que a hegemonia do então Campo Majoritário não fosse ameaçada pelos seus concorrentes. José Dirceu foi o candidato à presidência nacional do Campo Majoritário, disputando pelo voto direto de todos os filiados o cargo que ele já ocupava desde 1995. A DS, consagrada neste PED como a principal fração da esquerda petista, apresentou a candidatura de Raul Pont, enquanto que duas outras frações de esquerda, a AE e a Força

⁹⁹ Ressalvo que as definições de “esquerda”, “centro” e “direita” do PT não trazem nenhum juízo de valor. Apenas me aproprio da conformação ideológica das frações que é tradicional ao próprio PT. A partir deste momento, estas definições não vão mais vir entre aspas.

¹⁰⁰ As resoluções do XIII Encontro do PT e as teses apresentadas pelas diversas frações ao III Congresso do PT, em 2007, são uníssonas em criticar, com maior ou menor rigor, a condução excessivamente ortodoxa da macro-economia que orientou a primeira fase do primeiro Governo Lula, quando Antônio Palocci esteve à frente do Ministério da Fazenda. Assim, estes documentos fazem coro com personalidades de destaque do segundo Governo Lula, como Luciano Coutinho do BNDES, Márcio Pochmann do IPEA e o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Socialista¹⁰¹ apresentaram a candidatura de Júlio Quadros (AE). O MPT lançou a candidatura do ex-deputado Tilden Santiago, o PTLM disputou com Ricardo Berzoini e, no campo da ultra-esquerda, O Trabalho apresentou como candidato seu principal dirigente, Markus Sokol. O resultado consagrou não apenas a liderança de José Dirceu, como legitimou a continuidade do Campo Majoritário como coalizão dominante do PT. Esta vitória abriu espaço para que o Campo Majoritário conduzisse a estratégia de centro-esquerda que resultou na vitoriosa aliança Lula – José Alencar em 2002.

Tabela 22 - Candidatos a Presidência Nacional do PT - PED de 2001

CANDIDATO	VOTOS	%
José Dirceu (Campo Majoritário)	113.713	55,55
Raul Pont (DS)	35.277	17,23
Júlio Quadros (AE)	31.062	15,17
Tilden Santiago (Movimento PT)	15.552	7,6
Ricardo Berzoini (PTLM)	5.769	2,82
Markus Sokol (O Trabalho)	3.336	1,63
Votos válidos	204.709	100,0%
Branco	11.219	
Nulos	6.028	
TOTAL	221.956	

A votação de José Dirceu, se bem representou a inequívoca intenção da militância petista de execução da estratégia eleitoral de centro-esquerda que veio a ser finalmente executada em 2002, foi amparada por um igualmente importante apoio à chapa do Campo Majoritário – intitulada “Um outro Brasil é possível”. Contando com a maioria do diretório nacional – ampliada com o apoio dos integrantes da chapa “Democracia, solidariedade e luta”, do PTLM -, José Dirceu desfrutou de condições de governabilidade suficientes para imprimir um rumo ao PT coerente com os anseios da sua fração, e à total revelia do que defendia a minoritária “esquerda petista”. A AE e a FS apresentaram a chapa “Socialismo ou Barbárie”. A chapa da DS era intitulada “Um novo mundo é possível: um novo Brasil é urgente”¹⁰², enquanto o MPT lançou a chapa “Movimento”. Por fim, O Trabalho apresentou a chapa “Que o partido cumpra o

¹⁰¹ A Força Socialista mudou de nome em congresso interno realizado em 2004, assumindo o nome de “Ação Popular Socialista”. Após o PED de 2005, a APS decidiu abandonar o PT, vindo a ingressar no PSOL, onde permanece como fração interna até a presente data.

¹⁰² O que demonstra a identidade da DS com o chamado movimento “altermundista” do Fórum Social Mundial que, àquela época, tinha na Porto Alegre administrada pelo PT (e pela DS dos gaúchos Raul Pont e Miguel Rosseto) sua principal referência.

mandato”. Foi apresentada, ainda, uma chapa independente, que também compôs, posteriormente, com o Campo Majoritário.

Tabela 23 - Chapas ao Diretório Nacional do PT - PED de 2001

CHAPA	%
Um outro Brasil é possível (Campo Majoritário)	51,62
Socialismo ou Barbárie (AE)	15,74
Um novo mundo é possível: um novo Brasil é urgente (DS)	14,75
Movimento (Movimento PT)	8,0
Democracia, solidariedade e luta (PTLM)	4,96
Por um socialismo democrático (Independente)	2,93
Que o partido cumpra o mandato (O Trabalho)	2,0
Votos válidos	100,0%

Juntas, as três chapas da esquerda petista atingiram menos de 33% dos votos, enquanto que as três chapas de centro obtiveram menos de 15% dos votos. O Índice de Fracionalização (RAE: 1977) do PT, calculado a partir do resultado destas eleições, foi de 0,68 - o mais baixo dos três PEDs, como veremos -, o que é resultado direto da hegemonia eleitoral obtida pelo Campo Majoritário. Assim, o Campo Majoritário, na condição de coalizão dominante, a partir de então aproximou o PT de partidos e lideranças de centro-direita, legitimado pelos resultados do PED. Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, a direção nacional do PT – cuja presidência, a partir de 2003, passou a ser assumida por José Genoíno, após a ida de José Dirceu para o ministério de Lula – passou a atuar como esteio para as inflexões programáticas e para as alianças políticas que caracterizaram o primeiro período do PT no governo federal.

Depois do Governo Lula, entretanto, diminuiu o espaço que a esquerda e a direita petistas ocupavam no sistema político partidário, e aumentou o espaço para uma composição interna de poder mais orientada para o centro. Este fator, como vimos, teve vinculação direta com o próprio estilo de gestão partidária imposto pelo Campo Majoritário a partir de 2003, onde o PT atuava como uma completa “correia de transmissão” do Governo Federal. Além disso, pode se encontrar uma vinculação com a crise política que o governo se envolveu em 2005, o que também está relacionado com um estilo de gestão – neste caso, de gestão pública – que guardava muita semelhança

com as práticas *hegemonistas* desenvolvidas pelo Campo Majoritário internamente ao PT. Não há como se esquecer que o ministro chefe da Casa Civil os três primeiros anos do Governo Lula foi, justamente, José Dirceu. Esta mudança na correlação de forças internas ao PT se expressou no resultado do PED de 2005.

No PED de 2005, apresentaram chapa as seguintes frações de esquerda: O Trabalho (Chapa “Terra, Trabalho e Soberania”); Articulação de Esquerda - AE (Chapa “A Esperança é Vermelha”); apoiada por outros grupos regionais, como a Esquerda Democrática, do deputado federal gaúcho Henrique Fontana, e pelo prefeito de Recife, João Paulo) e; Democracia Socialista - DS (Chapa “Coragem de Mudar”; apoiada pela fração Tendência Marxista - TM e por grupos regionais, como “Construção: democracia e socialismo”, do DF, dentre outros). Além dessas, outras chapas se identificavam com a esquerda petista, como a chapa “Movimento Popular” (liderada pelo dirigente da Central de Movimentos Populares, Luiz Gonzaga “Gegê”) e a chapa “Esperança Militante”, do candidato a presidente nacional Plínio de Arruda Sampaio, apoiada por independentes (como o deputado federal carioca Chico Alencar) e pelas frações Ação Popular Socialista - APS e Brasil Socialista - BS, do líder sem-terra Bruno Maranhão, dentre outros. Duas frações de centro apresentaram chapa, o Movimento PT (Chapa “Movimento”) e o PT de Luta e de Massas (Chapa “Socialismo e Democracia”), além de duas chapas independentes e centristas - apesar de muito próximas ao Campo Majoritário - “O partido que muda o Brasil”, formada quase integralmente por militantes mineiros, e a chapa “O Brasil agarra você”, formada por petistas do Ceará. Por fim, o então Campo Majoritário, ocupando a posição à direita do espectro partidário, apresentou sua chapa própria “Construindo o novo Brasil”.

Tabela 24 - Candidatos a Presidência Nacional do PT - PED de 2005

CANDIDATO	VOTOS	%
Ricardo Berzoini (Campo Majoritário)	123.537	42,0%
Raul Pont (DS)	43.190	14,7%
Valter Pomar (AE)	42.911	14,6%
Plínio de Arruda Sampaio (APS)	39.342	13,4%
Maria do Rosário (Movimento PT)	39.059	13,3%
Markus Sokol (O Trabalho)	3.966	1,3%
Gegê (Independente)	1.968	0,7%
Votos válidos	293.973	100,0%

Brancos	16.579	
Nulos	4.374	
TOTAL	314.926	

Juntas, as chapas de esquerda atingiram 36,8% dos votos válidos (equivalentes a 30 vagas no diretório nacional), somados aos 20,4% (16 vagas) dos centristas e aos 41,9% (34 vagas) do Campo Majoritário. Os restantes 0,9% dos votos válidos foram para uma chapa independente “O Brasil agarra você” (1 vaga). Com tal distribuição de vagas, é inevitável que qualquer postura hegemônica de exercício do poder seja substituída por práticas consociadas, já que nenhuma das frações petistas consegue maioria do diretório sem disposição de negociar com outras forças partidárias. Calculado o Índice de Fracionalização (RAE: 1977) destas eleições, chegamos ao valor de 0,77, o que demonstra uma distribuição muito dispersa das vagas do diretório entre as diversas frações partidárias. No segundo turno, Ricardo Berzoini derrotou Raul Pont.

Entretanto, de 2005 para 2007, a correlação de forças mudou no PT. O primeiro movimento se deu logo após o PED de 2005, quando houve uma debandada de militantes petistas à esquerda, principalmente identificados com a DS e a chapa “Esperança Militante”. A fração Ação Popular Socialista - APS e seus companheiros de chapa Plínio de Arruda Sampaio e Chico Alencar, avaliando que a hegemonia do Campo Majoritário tinha sido mantida, decidiram abandonar o PT, filiando-se rapidamente ao ultra-esquerdista PSOL, para cumprirem o calendário eleitoral¹⁰³. Mas a principal transformação na esquerda petista se deu em princípios de 2007, envolvendo a maior fração de esquerda do PT, a Democracia Socialista, DS.

Tabela 25 - Chapas ao Diretório Nacional do PT - PED de 2005

CHAPA	%
Construindo o Novo Brasil (Campo Majoritário)	41,9%
Coragem de Mudar (DS)	12,2%
A Esperança é Vermelha (AE)	11,8%
Movimento (Movimento PT)	11,5%
Esperança Militante (APS)	9,1%
Socialismo e Democracia (PTLM)	5,8%
O Partido que Muda o Brasil (Independente)	3,1%
Terra, Trabalho e Soberania	1,9%

¹⁰³ Quem quisesse disputar as eleições de 2006 precisava estar filiado a um partido político ao menos em 01 de outubro de 2005.

(O Trabalho)	
Movimento Popular (Independente)	1,8%
O Brasil Agarra Você (Independente)	0,9%
Votos válidos	100,0%

Após incorporar pequenos grupos regionais¹⁰⁴ que lhe apoiaram no PED de 2005, a DS aproximou-se do centro petista. Junto a alguns militantes independentes, como Paul Singer, o deputado José Eduardo Cardoso, os ministros Tarso Genro e Fernando Haddad, e até a petistas tradicionalmente vinculados ao Campo Majoritário, como o prefeito de Guarulhos Elói Pietá, o senador Eduardo Suplicy e o governador de Sergipe Marcelo Deda, a DS apresentou ao III Congresso do PT a tese “Mensagem ao partido”. A “Mensagem”, ressaltando a necessidade de um resgate da “ética” no PT, tomou para si temáticas ideológicas que, no PT, sempre foram caras ao Campo Majoritário, como o papel da “revolução democrática” e do “republicanismo” para a construção da sociedade socialista. Tais temáticas, mais próximas da cultura política da esquerda democrática ou social-democrata, são certamente estranhas à tradição à qual a DS originalmente se identificava, o trotskismo. É outra a compreensão dos marxistas revolucionários sobre o processo de revolução socialista. Com esse discurso, a “Mensagem” acabou recebendo adesão de importantes intelectuais petistas, como a filósofa Marilena Chauí e a cientista política Maria Victória Benevides.

O afastamento dos militantes mais radicais da DS, a partir de 2003 - como a ex-senadora Heloísa Helena, atual presidente do PSOL, e o economista João Machado - foi fundamental para esta sua aproximação com o centro partidário. Em 2009, estão à frente da DS, principalmente, petistas gaúchos, como Raul Pont e Miguel Rosseto, e mineiros, como o cientista político Juarez Guimarães, além do eterno dirigente nacional Joaquim Soriano, pessoas que, talvez pela sua experiência de “socialização política” na gestão pública e partidária (PUTNAM, 1998), tenham sido levados a assumir um perfil mais moderado e pragmático. Logo após o encerramento do III Congresso, a “Mensagem” lançou um documento afirmando sua intenção de “se constituir enquanto movimento permanente dentro do PT”¹⁰⁵. Esta intenção imediatamente se constituiu numa implicação prática, o lançamento de uma chapa da “Mensagem” ao PED de 2007, junto

¹⁰⁴ Além do já citado Construção: Democracia e Socialismo, juntaram-se à DS os grupos Alternativa Socialista e Movimento Socialista.

¹⁰⁵“O Congresso terminou; a luta continua!”. Capturado do sitio da “Mensagem ao Partido” na internet em 02 de setembro de 2007, no link <http://www.mensagemao partido.org.br/conteudos/exibe/63>

com a candidatura do deputado paulista José Eduardo Cardozo à presidência nacional do PT.

Se a participação da DS neste processo pode implicar, em se tratando das disputas intra-partidárias, na sua diluição dentro da “Mensagem”, em termos ideológicos, evidencia o caminhar desta fração para o centro partidário. Em entrevista ao blog do jornalista Josias de Souza, Tarso Genro, um dos principais artífices da “Mensagem”, assim respondeu ao ser questionado sobre os objetivos do seu novo grupo: “Nossa idéia é criar um novo espaço de diálogo no PT, que supere a dicotomia que preside as relações internas. Hoje, ou você é considerado uma pessoa da direita ou é da chamada esquerda do partido. Essa visão é equivocada. Não resolve as grandes questões partidárias e políticas que temos que enfrentar.”¹⁰⁶ Há tempos, o objetivo de Tarso Genro para dentro do PT é construir uma grande fração de centro - sob a sua liderança político-intelectual -, que sirva de pólo de atração para petistas de origens diversas do espectro ideológico. Foi movido por este mesmo espírito que Tarso Genro ajudou a fundar o “Movimento PT”, justamente às vésperas do II Congresso partidário, em 1999, fração da qual se afastou depois do Governo Lula. O que é novo é a DS, cuja identidade sempre esteve ligada à afirmação do caráter de esquerda e socialista do PT, se incorporar em uma iniciativa de natureza centrista - e esta foi a primeira grande novidade do PT em 2007.

Assumindo um discurso à esquerda no PT, assim, restam a Articulação de Esquerda, pequenos grupos, como BS, TM e O Trabalho, além de outros ainda menores e com pouca penetração nacional, como a Esquerda Marxista, dissidência de O Trabalho, com base principalmente em São Paulo¹⁰⁷ - seguindo a tradição da ultra-esquerda, o racha se deu entre duas das menores frações do partido. Destas, O Trabalho e a Esquerda Marxista seguramente estão no campo da ultra-esquerda, ligadas a uma vertente mais radicalizada do trotskismo internacional, a QI-CIR lambertista. (SILVA, 2001). Sua proposta é a de resgatar o manifesto de fundação do PT, na defesa de um PT “sem padrões” e de uma plataforma socialista clássica, pautada pela extinção da propriedade privada dos meios de produção. Se a presença dos trotskistas é uma das marcas do PT desde antes da sua fundação, no final dos anos 1970, é certo que sua

¹⁰⁶ Blog de Josias de Souza. “Para Tarso, PT não tem como fugir do debate ético”. 04/02/2007. Disponível no site http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/entrevistas/arch2007-02-04_2007-02-10.html

¹⁰⁷ Há ainda uma série grande de grupos regionais, muito difícil de ser mapeada. Estamos nos pautando pelas principais frações que apresentaram teses ao III Congresso Nacional do PT e disputaram o PED de 2007.

influência sobre os rumos finais do partido sempre foi limitada. A exceção é a DS, o mais moderado dos grupos trotskistas do PT, que em alguns poucos momentos da história do partido assumiu uma postura dirigente. Agora, que boa parte dos trotskistas saiu do PT para partidos como PSTU, PCO e PSOL, sua participação no partido é mínima, e o poder de influir quase nulo.

A mais importante fração de esquerda do PT, em 2009, é a Articulação de Esquerda. A AE surgiu de um racha minoritário da antiga Articulação (principal corrente moderada do PT nos anos 1980, berço da maioria dos sindicalistas petistas, atualmente se chama “Articulação Unidade na Luta”, e faz parte da CNB), às vésperas das eleições presidenciais de 1994. Àquela época, as lideranças que fundaram a AE opunham-se à aproximação do PT com o PSDB, então um partido de centro-esquerda, ainda distante da aliança com o PFL que elegeu Fernando Henrique Cardoso em 1994. Hoje, a AE assume um discurso e uma forma de organização interna marxista-leninista, apesar de se dizer anti-stalinista. Temáticas como “revolução socialista”, “centralismo democrático”, a defesa de Cuba e os 90 anos da Revolução Russa fazem parte do seu discurso cotidiano, como vimos.

Há de se considerar, entretanto, que a prática política da AE - sobretudo em estados onde ela tem maioria, como Santa Catarina - é tão pragmática quanto as suas congêneres centristas. Neste estado, no segundo turno das eleições de 2006, a AE não duvidou em referendar o apoio dos petistas à candidatura de Esperidião Amin, do PP, tradicional político de direita brasileiro. Diversamente, a ultra-esquerda do PT se opõe a tais alianças. Ao contrário das correntes mais radicalizadas da esquerda petista, e em semelhança à DS, a AE nunca se esquivou de participar do Governo Lula - é da AE de Santa Catarina o ex-Secretário Nacional da Pesca (com status de Ministro), José Fritsch. Sua permanência no PT em 2005, junto com a DS, quando outras importantes frações da esquerda petista abandonavam as hostes partidárias, foi fundamental para que o PT superasse a crise política daquele ano. Com a DS, a CNB e o MPT, a AE construiu a prática consociada que marcou a atual direção nacional e o XIII Encontro Nacional do PT. Talvez uma boa caracterização da posição da AE seja a expressão usada por Panebianco (2005) para definir a postura de boa parte dos partidos comunistas nas democracias ocidentais do século XX: “radicalismo verbal”.

Numericamente, a AE também é importante no PT, e seu candidato a presidente nacional, Valter Pomar, não disputou o 2º turno do PED de 2005 por apenas algumas

centenas de votos¹⁰⁸. No PED de 2007, também apoiaram Valter Pomar e participaram da sua chapa para o diretório nacional “A esperança é vermelha” as frações BS e TM¹⁰⁹. Por outro lado, diversas lideranças da esquerda petista que apoiaram Valter Pomar e participaram da chapa da AE em 2005, em 2007, estiveram ao lado de outras forças partidárias - principalmente, da “Mensagem” -, como a Esquerda Democrática, do deputado federal gaúcho Henrique Fontana, e o prefeito de Recife, João Paulo, importante liderança no PT do seu estado. Um apoio decisivo à candidatura de Valter Pomar em 2005 foi do PTLM, fração do centro petista, de base na Grande São Paulo, liderada por diversos petistas da família Tatto. Juntos, os irmãos paulistanos Enio Tatto (deputado estadual), Arselino Tatto (vereador em São Paulo) e Jilmar Tatto (deputado federal), politicamente ligados à ex-prefeita de São Paulo e ex-Ministra do Turismo Marta Suplicy, controlam grande número de filiados no PT na Grande São Paulo e têm peso decisivo no PED. O apoio do PTLM - que lançou chapa ao diretório nacional em 2005 - à candidatura de Pomar no PED de 2005 foi mais uma evidência do pragmatismo da AE.

No PED de 2007, o PTLM juntou-se ao MPT e a uma nova fração, surgida em 2006, chamada Novos Rumos - NR, formada principalmente por deputados paulistas, com larga história no partido, e também ligados à ministra Marta Suplicy. Dentre estes, destacamos Rui Falcão, Devanir Ribeiro, Cândido Vaccarezza e José Mentor. Estas três frações lançaram uma chapa unificada ao diretório nacional, chamada “Partido é para lutar”, e apresentaram a candidatura de Jilmar Tatto à presidência nacional. Esta é a outra grande novidade do PT em 2007, representando mais um fortalecimento do centro petista. Pela primeira vez na história do partido, uma chapa autenticamente de centro apresentou um candidato a presidente nacional do PT com condições reais de vitória¹¹⁰.

¹⁰⁸ Os dois candidatos a presidente nacional do PT mais votados no PED de 2005 foram Ricardo Berzoini, da CNB, e Raul Pont, da DS, respectivamente. Berzoini se sagrou vencedor no 2º turno, com 51,6% dos votos, contra 48% de Pont.

¹⁰⁹ Agradeço as informações que me foram prestadas, por e-mail de 23 de outubro de 2007, pelo sempre atencioso Valter Pomar.

¹¹⁰ Entretanto, outras motivações mais pragmáticas do que ideológicas também serviram de impulso para esta aliança. Para além do PT nacional, o que esteve em jogo foi a disputa do futuro do PT de São Paulo. Mais do que uma aliança de frações nacionais do centro petista, observou-se um acordo entre dois grupos controlados por petistas paulistas ligados a Marta Suplicy (PTLM e NR) e o MPT, que tem entre suas principais lideranças o paulista Arlindo Chinaglia, ex-presidente da Câmara dos Deputados. Tanto Marta como Chinaglia eram então tidos como candidatos naturais às eleições de 2008 e 2010 em São Paulo (capital e estado), e a costura de um eventual acordo pode ser muito interessante para os dois.

Alguns fatores aqui devem ser destacados. Primeiro, a retirada do apoio - dado em 2005 - do PTLM a Valter Pomar¹¹¹, enfraquecendo, assim, a principal candidatura da esquerda petista em 2007. O apoio do PTLM a Pomar foi decisivo para o desempenho da sua candidatura no 1º turno de 2005. Além do mais, apesar deste apoio inicial a um candidato da esquerda petista, o PTLM apoiou Ricardo Berzoini no 2º turno - que havia sido o candidato a presidente nacional do PT apresentado pelo PTML no PED de 2001 -, também aí desempenhando um papel fundamental para a sua vitória. É de se lembrar que Berzoini foi eleito no 2º turno com apenas 51,6% dos votos válidos. Segundo, a criação do NR a partir de um racha da CNB. Apesar das discussões ideológicas, esta ruptura se deu, sobretudo, após a maioria da CNB paulista ter apoiado o senador Aloísio Mercadante, nas prévias em que ele disputou a candidatura do PT ao governo do estado de São Paulo contra Marta Suplicy, em 2006. Assim como no caso do PTLM, é grande a influência do NR junto aos petistas de São Paulo. Ou seja, as candidaturas da esquerda - Valter Pomar - e da direita - Ricardo Berzoini - petistas ao PED de 2007 sofreram baixas importantes com esta aliança de frações centristas em torno da candidatura de Jilmar Tatto. Por fim, merece destaque uma curiosidade histórica. As principais lideranças do NR, junto com Arlindo Chinaglia, estiveram à frente do racha da antiga Articulação, em 1993, que deu origem à esquerdista AE. É emblemático para a compreensão da história do PT que todos estes personagens se encontrarem, em 2007, numa chapa do centro petista.

Foram ainda candidatos à presidência do PT três nomes da esquerda partidária. O ex-deputado federal Gilney Viana, um militante histórico da antiga “Articulação” e com articulação com o movimento ambientalista, apresentou a chapa “Militância Socialista”. A fração trotskista “O Trabalho” lançou a candidatura de Markus Sokol, e a chapa “Terra, trabalho e soberania”, enquanto que a “Esquerda Marxista”, também trotskista e dissidente de “O Trabalho”, como vimos, apresentou a candidatura de José Carlos Miranda, pela chapa “Programa Operário e Socialista”. Foram ainda lançadas as chapas independentes “Movimento popular” e “Democracia pra valer”, que apoiaram a reeleição de Ricardo Berzoini.

Tabela 26 - Candidatos a Presidência Nacional do PT - PED de 2007

¹¹¹ Por causa do apoio do PTLM, a candidatura de Valter Pomar foi acusada pelas demais frações da esquerda petista - principalmente a DS e a APS, então no PT - de ser o “plano B” do Campo Majoritário no PED de 2005. O principal motivo para esta acusação era a ligação do PTLM com Marta Suplicy, então integrante do Campo Majoritário.

CANDIDATO	VOTOS	%
Ricardo Berzoini (CNB)	131.699	43,42%
Jilmar Tatto (PTLM / Movimento PT)	61.440	20,25%
José Eduardo Cardozo (Mensagem ao Partido)	57.694	19,02%
Valter Pomar (AE)	36.401	12%
Gilney Viana (Independente)	11.249	3,71%
Markus Sokol (O Trabalho)	3.015	0,99%
José Carlos Miranda (Esquerda Marxista)	1.846	0,61%
Votos Válidos	303.344	100%
Branco	16.212	
Nulos	6.591	
TOTAL	326.147	

O resultado das eleições foi o esperado, considerando a correlação de forças que compuseram as chapas ao PED de 2007: Ricardo Berzoini, com 43,42% dos votos, disputou o 2º turno contra Jilmar Tatto, com 20,25% dos votos. Como feito inédito da história do PT, a esquerda partidária esteve como figurante na disputa pelos rumos do partido. É de se considerar que, em 2005, Berzoini venceu a disputa no primeiro turno seguido de Raul Pont, Valter Pomar e Plínio de Arruda Sampaio, três candidaturas exclusivamente apoiadas - salvo no caso de Pomar, que recebeu apoio do PTML - das frações da esquerda partidária. No segundo turno do PED de 2007, com o apoio da Mensagem ao Partido, Berzoini foi o vitorioso, com 61,45% dos votos.

Apesar de a CNB continuar como a fração majoritária do PT, o cenário de fracionalização partidária sofreu pouca alteração neste PED, e uma situação de “democracia consociada” continuou como sendo a regra dentro do PT. Mais uma vez considerando o Índice de Fracionalização (RAE: 1977) para este PED, atingimos o número de 0,74, o que indica que houve uma muito discreta concentração das vagas do diretório nacional do PT com relação ao cenário de 2005, mas nada ao ponto de se assemelhar à hegemonia conquistada pelo Campo Majoritário nas eleições internas de 2001. Consequentemente, a CNB construiu, junto com a Mensagem ao Partido, um acordo interno na composição da Executiva Nacional, o que fez destes dois grupos a nova coalizão dominante do PT a partir de 2007, conquistando o apoio da Novos Rumos no decorrer da sua gestão.

Tabela 27 - Chapas ao Diretório Nacional do PT - PED de 2007

CHAPA	%
Construindo um Novo Brasil (CNB)	42,58%
Partido é Pra Lutar (PTLM / Movimento PT)	19,42%
Mensagem ao Partido	16,87%
A Esperança é Vermelha (AE)	11,76%
Militância Socialista (Independente)	4,89%
Movimento Popular (Independente)	1,48%
Terra, Trabalho e Soberania (O Trabalho)	1,23%
Democracia Pra Valer (Independente)	1,16%
Programa Operário e Socialista (Esquerda Marxista)	0,61%
Total	100%

Trata-se, portanto, de uma coalizão dominante que muito se assemelha ao antigo “Campo Majoritário”, com uma diferença importante: a presença da DS que, como fração da esquerda petista, faz parte da Mensagem ao Partido que, segundo o marco conceitual de Panebianco (2005), teria uma característica de uma tendência partidária¹¹². Juntas, as chapas que se reivindicavam da “esquerda petista”, portanto, não chegaram aos 20% dos votos, já que a DS, a maior fração de esquerda, decidiu se incorporar a uma chapa de centro. O exercício do mandato presidencial pelo PT, portanto, ao tempo em que serviu para afastar da militância partidária suas correntes de ultra-esquerda, contribuiu também para fortalecer as posições do centro interno ao partido, mesmo que a crise vivenciada em 2005 tenha alterado a correlação de forças internas, obrigando as frações partidárias a um exercício consorciado da direção partidária.

6.5 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO

Constituído como um partido político cujo objetivo originário estava em garantir representação política para a classe trabalhadora, em um período de transição para a democracia, o PT sempre disputou eleições, como vimos. Em 1982, o PT elegeu poucas

¹¹² É necessário destacar que não utilizamos aqui o termo “tendência” conforme o linguajar petista, mas de acordo com o tipo ideal de Angelo Panebianco (2005).

prefeituras municipais, como a de Diadema (SP) e Icapuí (CE). Entretanto, este número começou a crescer a partir de 1988, quando o PT elegeu prefeituras importantes, como a de São Paulo (SP) e a de Porto Alegre (RS). Em 1992, apesar de ter perdido a prefeitura paulistana, o PT manteve a prefeitura de Porto Alegre e conquistou outra prefeitura importante, a de Belo Horizonte. Desde então, as gestões municipais do PT, na sua maioria, têm a marca das políticas de combate à exclusão social (desde programas focalizados, como o “Bolsa Escola”, ao apoio ao micro-crédito, como o “Banco do Povo”) e, principalmente, do incentivo à participação popular. Neste último tema, o grande destaque foi a criação do chamado “Orçamento Participativo” (OP), iniciativa que, adotando o formato de assembleias populares organizadas por bairros e/ou regiões de moradia, imprimia a participação popular na decisão sobre o destino de parte do orçamento público. Este diferencial levou à criação de um *slogan* próprio: “o modo petista de governar”.

Chegando ao governo federal, entretanto, a agenda que o PT teve de enfrentar foi de dimensões muito superiores. A responsabilidade assumida após a eleição de Lula, em 2002, era a de administrar uma máquina pública altamente endividada, associada a uma economia que crescia pouco, contaminada por uma inflação anual que ultrapassava os dois dígitos, que a taxa básica de juros superior aos 20% então praticada pelo Banco Central não conseguia debelar. O desafio, portanto, era o de recuperar a estabilidade econômica e o controle inflacionário, fazer a economia voltar a crescer e distribuir renda, num cenário de capitalismo globalizado, onde a inserção internacional é fundamental para qualquer projeto sustentável de desenvolvimento. Lançada no início da campanha presidencial, em junho de 2002, a chamada “Carta aos brasileiros” já dava o tom do que seria o Governo Lula.

Assinada pelo então candidato Lula – e redigida pelo futuro ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci -, a “Carta aos brasileiros” mostrava seu compromisso com uma transição sem sobressaltos e atos unilaterais, tal como os “pacotes” que marcaram o Brasil no período pós-democrático, a um novo modelo de desenvolvimento. Mais ainda, a “Carta” sinalizava ao mercado internacional que, com a eleição de Lula, o Brasil não se lançaria em nenhuma empreitada “populista”, como a que se assistia na Venezuela de Hugo Chávez. “Acalmar” o mercado, num ambiente de crise, era, àquele momento, parte de uma estratégia de uma futura política econômica que seria marcada pela ultra-ortodoxia, quando preciso, para a manutenção da estabilidade. O sucesso desta política, é evidente, dependia da confiança do mercado

internacional no Brasil e na nova gestão que se iniciaria, fundamental para a retomada do fluxo de investimentos externos no Brasil, que começavam a rarear com a crise econômica que marcou o Brasil no segundo mandato de FHC. Assim afirmava a “Carta aos brasileiros”:

“O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. (...) Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país.”

Em outro ponto, a mesma “Carta” procurou atribuir ao Governo FHC as responsabilidades pela crise de credibilidade que o Brasil então enfrentava, afastando de si o uso eleitoreiro da conjuntura que era feito pelo PSDB, que atribuía esta crise ao “temor do mercado” com relação a um possível governo do PT.

“À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo.”

Em momento final, a “Carta aos brasileiros” lançava as bases para a política econômica do futuro Governo Lula, ao tempo em que anunciava como pretendia operar os resultados de tal política.

“A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. (...) Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.”

Com Lula eleito e empossado na Presidência da República, as premissas anunciadas na “Carta aos brasileiros” reapareceram em um documento do Ministério da Fazenda, ainda em 2003. Intitulado “Política econômica e reformas estruturais”, este documento lançou as bases das políticas econômica e social do Governo Lula. A política do novo governo, segundo o documento, teria compromisso com a busca da estabilidade econômica – por entender, entre outras coisas, que são os mais pobres os principais atingidos pela inflação, um processo de efeitos concentradores de renda -, com a estabilidade das contas públicas, com a manutenção da política de câmbio flutuante e com a execução de uma política fiscal sólida – adotando os superávits primários que se fizerem necessários para atingir este objetivo. Conjugando estes compromissos, avaliava o Ministério da Fazenda, o Brasil teria bases institucionais adequadas para ingressar em um ciclo de desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda. Entretanto, o Ministério da Fazenda mostrava sua disposição para agir com ortodoxia caso a situação necessitasse – e avaliava que a crise que atingia o país naqueles primeiros anos de Governo Lula era uma dessas situações.

“Neste início do processo [ou seja, no início do Governo Lula], o peso do ajuste fiscal encontra-se mais realçado porque os desequilíbrios das contas públicas condicionam as principais variáveis macroeconômicas, como a elevada relação dívida/PIB. O esforço empregado na busca do equilíbrio fiscal, com a fixação de uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, sem contar com novos aumentos de impostos, representa, porém, uma mudança estrutural em relação ao governo anterior.” (MINISTÉRIO DA FAZENDA: 2003)

Em se tratando de políticas sociais, o Ministério da Fazenda já defendia, àquele momento, um enfoque do governo nas políticas focalizadas. Esta defesa se dava quando havia um debate no interior do PT, entre a intelectualidade e dentro do próprio governo federal sobre o dilema que envolve as decisões sobre políticas públicas sociais: universalização ou focalização? Sobre este assunto, afirmava o Ministério da Fazenda:

“A efetividade de uma política social é dada pela sua capacidade de transformar o quadro de pobreza de um país. Essa efetividade depende de três fatores, quais sejam, seus graus de (i) eficiência, (ii) eficácia e (iii) focalização. (...) Em suma, o problema fundamental a ser enfrentado para melhorar o impacto da política governamental sobre os indicadores sociais é tornar o gasto social mais eficiente, eficaz e focalizado.” (Idem)

A adoção do Programa Bolsa Família, a partir de janeiro de 2004, mostra como a estratégia proposta pelo Ministério da Fazenda foi aplicada à risca para as políticas sociais. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), “o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70)”¹¹³, inserindo-se num princípio do governo, que considera a alimentação como um direito humano básico, cujo cumprimento deve ser garantido pelo Estado. Entre as condicionalidades do PBF, estão a frequência escolar das crianças e adolescentes assistidos, a vacinação obrigatória das crianças e a realização do exame pré-natal por beneficiárias que estejam grávidas. Segundo dados do MDS, a folha de pagamento de agosto do PBF superou R\$ 1 bilhão, dirigidos a 12 milhões de famílias beneficiárias¹¹⁴.

Não foram poucos os críticos, à direita e à esquerda, que afirmaram que o Governo Lula apenas deu continuidade às políticas praticadas pelo Governo FHC. Eli Diniz e Renato Boschi (2007) sustentam o contrário. Segundo estes autores, “o governo do presidente Lula implementou uma política econômica que (...) apresenta fortes linhas de descontinuidade com a política anterior, tanto no plano da performance macroeconômica, quanto no plano das iniciativas voltadas ao desenvolvimento sob coordenação estatal.” (DINIZ & BOSCHI: 2007, 109). Na mesma linha de raciocínio, Diniz e Boschi argumentam que “num contexto orçamentário extremamente restritivo, o governo foi capaz de implementar as políticas sociais que marcam o seu diferencial como um governo de esquerda. Em linhas gerais, a política social foi caracterizada por escolhas estratégicas de alocação do gasto público que foram muito mais significativas do que as dos governos anteriores no que se refere, sobretudo, ao *volume total aplicado em desenvolvimento social* [o grifo é meu]”. (Idem, 119) O poder de escolha sobre a alocação dos recursos orçamentários dos quais dispõe é uma prerrogativa fundamental do Poder Executivo, num regime presidencialista como o brasileiro, carecendo apenas da aprovação do Parlamento. O argumento de Diniz e Boschi, portanto, é que a ampliação dos gastos sociais de impacto redistributivo no governo Lula, *vis a vis* o governo FHC, é um indicativo forte do traço de esquerda que marca o governo petista.

¹¹³ “Programa Bolsa Família – o que é?”. Disponível no portal do Ministério do Desenvolvimento Social na internet, no sítio http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e Acessado em 02 de agosto de 2009.

¹¹⁴ Portal do MDS. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/bolsa-familia- chega-a-573-mil-municipios> Acessado em 20 de agosto de 2009.

Considerando o argumento de Bobbio (2001) sobre a esquerda e a busca de igualdade, e a linha de raciocínio que sustentamos no capítulo anterior – de que o governo da Concertación no Chile marcou profunda descontinuidade com o Pinochet justamente pelo incremento nas políticas públicas sociais –, não temos como discordar desta conclusão de Diniz e Boschi.

Dentre os indicadores e políticas sociais destacados por Diniz e Boschi, e que marcariam a diferença do Governo Lula, conferindo-lhe um conteúdo de esquerda, estão: a política de valorização real do salário mínimo¹¹⁵; a geração de seis milhões de novos postos de trabalho no primeiro governo de Lula, contra apenas 700 mil nos dois governos de FHC e; a política de reforma agrária, que utilizou R\$ 2,7 bilhões, entre 2003 e 2005, para compra de terras com esta finalidade, contra R\$ 1,1 bilhão utilizados entre 1999 e 2002, no segundo mandato de FHC. (DINIZ & BOSCHI: 2007)

Quais foram os resultados concretos da política econômica e da política social do Governo Lula, que levaram Diniz e Boschi a assumirem uma avaliação tão otimista? Em primeiro lugar, ao fato de o Governo Lula ter conseguido cumprir as metas anunciadas pelo Ministério da Fazenda, no documento supracitado (2003). A política de rigor fiscal, através da produção de altos superávits primários, foi eficaz para a redução da dívida líquida do setor público brasileiro, que caiu de 52,4% do PIB, em 2003, para 36%, em 2008, segundo dados do governo federal brasileiro (2009), expostos na Tabela 28. Há de se considerar também que, pela primeira vez na história, o Brasil passou de devedor para credor internacional, ostentando dados negativos da sua dívida externa líquida desde 2007 (GOVERNO FEDERAL: 2009).

Tabela 28 - Dívida Líquida Setor Público no Brasil (% PIB)

2003	2004	2005	2006	2007	2008
52,4	47	46,5	44	42	36

Fonte: Governo Federal (2009)

Da mesma forma, a meta do controle inflacionário também foi cumprida e, mesmo num ano de grave crise financeira internacional, como 2008, o Brasil experimentou um índice de inflação que por pouco superava apenas a metade da inflação registrada no último ano do Governo FHC, conforme verificado na Tabela 29.

¹¹⁵ De acordo com a cotação de agosto de 2009, o valor do salário mínimo no Brasil está em torno dos 250 Dólares.

Tabela 29 - Taxas de Variação Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (%)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
6	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3	4,5	6,4

Fonte: CEPAL - Balanço Preliminar das Economias da América Latina – 2008

*Projeção

Com a inflação sob controle, a economia do Brasil vem crescendo de forma continuada, mesmo que a níveis medianos, o que também é uma novidade histórica, uma vez que todos os momentos precedentes de crescimento econômico brasileiro foram acompanhados de inflação. O Governo Lula, até o presente momento, tem conseguido fugir desta dinâmica de ver o crescimento do seu PIB ser puxado pela espiral inflacionária, estabelecendo, assim, um novo padrão de políticas de desenvolvimento que combina controle da inflação com crescimento econômico. O contraste com o Governo FHC, anunciado por Diniz e Boschi, aqui mais uma vez aparece evidente. Enquanto em 2002 o PIB cresceu apenas 2,7%, em um cenário de inflacionário de 12,5% ao ano, o Governo Lula conseguiu imprimir um crescimento do PIB de 5,9%, em 2008, com a inflação anual atingindo 6,4%.

Tabela 30 - Taxas de Variação PIB - Brasil (%)

1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
4,2	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4	5,7	5,9

Fonte: CEPAL - Balanço Preliminar das Economias da América Latina – 2008

*Projeção

O controle da inflação permitiu ao Governo Lula, através do Banco Central, ir progressivamente reduzindo a taxa básica de juros da economia, a Taxa Selic. Desde o Governo FHC, a taxa de juros tem sido manipulada de forma a, quando necessário, desestimular a demanda de consumo e, conseqüentemente, controlar a inflação. No Governo Lula não tem sido de outra forma, até porque esta é um mecanismo de política macro-econômica dos mais tradicionais, em se tratando de um ambiente de livre mercado. A diferença, entretanto, está no resultado, e na eficácia da combinação dos mecanismos utilizados por cada governo para estabilizar a economia (além da taxa de juros, a política fiscal e o regime de metas de inflação). Atingindo um pico de 45,67% ao ano em 1997, no auge da política de “populismo cambial” praticada no primeiro Governo FHC, a Taxa Selic entrou em curva descendente desde o segundo semestre de 2005, até atingir o seu mais baixo patamar histórico em julho de 2009, quando o Banco Central a fixou em 8,75% ao ano. O Gráfico 2 demonstra a curva de variação da Taxa

Selic desde 1997. O sucesso das políticas de estabilização da economia, no Governo Lula, portanto, está possibilitando a redução da Taxa Selic. Esta redução, por outro lado, tem um efeito de estímulo ao consumo que, em situação de estabilidade, tende a gerar uma situação de crescimento sustentado da economia.

Tal desempenho econômico deve ser considerado como resultado de uma opção política do Governo Lula, onde a aposta no rigor fiscal e na estabilidade da economia foi combinada com a defesa de um papel ativo do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento, na busca pela inserção soberana do Brasil na economia global e nas políticas sociais redistributivas. Em conjunto, estas políticas geraram um ambiente propício ao desenvolvimento de um mercado de consumo de massas, onde estão incluídas as classes mais baixas da pirâmide social brasileira.

Também em contrário ao Governo FHC, o Estado brasileiro voltou a assumir um papel pró-ativo na promoção do desenvolvimento econômico no Governo Lula. Isto não significou, entretanto, um retorno às políticas estatizantes que marcaram o Brasil desde a “era Vargas” até o início dos anos 1990. Não foram criadas novas estatais, por exemplo, mas o Estado brasileiro voltou a investir fortemente em infra-estrutura (viária, energética e naval, principalmente) e em políticas de inovação (P&D). (DINIZ & BOSCHI: 2007) Para isto, tiveram papel importante o chamado “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC” e a retomada do papel do BNDES como agência de desenvolvimento.

Gráfico 2 - Evolução da Taxa Selic



Fonte: Banco Central do Brasil

O PAC é um programa estatal de investimentos em obras de infra-estrutura. Estão previstos investimentos públicos na área de logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), energia (energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, como o biodiesel) e de urbanismo (saneamento, eletrificação, habitação, metrô, trens urbanos etc.), respeitando as metas fiscais do governo. Segundo dados do relatório de avaliação dos dois anos do PAC (GOVERNO FEDERAL: 2009, 11), o governo federal projeta um investimento público na ordem de 1,2% do PIB em 2009, superando o 1% do PIB investido em 2008. Estes montantes se destacam quando comparados com os 0,31% do PIB investidos pelo governo federal em 2003, quando não havia o PAC. A este dado, agregue-se que a Petrobrás, que investiu o equivalente a 0,81% do PIB em 2003 e a 1,1% em 2008, projeta um investimento na ordem de 1,4% do PIB para 2009. Somando-se o total investido pelo governo federal com o montante investido pela Petrobrás, há uma projeção de investimento na ordem de 2,6% do PIB para 2009, bem superiores aos 1,12% do PIB investidos em 2003 (Idem).

No Governo Lula, o BNDES, que havia se transformado em uma agência de apoio às privatizações durante o Governo FHC, retomou o seu papel original, de banco financiador do desenvolvimento. A Tabela 31 e o Gráfico 3 mostram a evolução do volume de investimentos empregados pelo BNDES no incentivo à exportação, reforçando a retomada do seu caráter desenvolvimentista. Chama a atenção o montante de recursos em apoio à exportação desembolsados em 2008, que é exatamente o dobro do que foi investido pelo BNDES para o estímulo à exportação em 2000, e mais do dobro do investido em 2001. Este dado demonstra, mais uma vez, a intenção do Estado brasileiro de reagir à crise financeira através de uma intervenção direta na economia, estimulando a iniciativa privada.

Tabela 31 - Desembolso anual do sistema BNDES em apoio à exportação (US\$ bilhões)

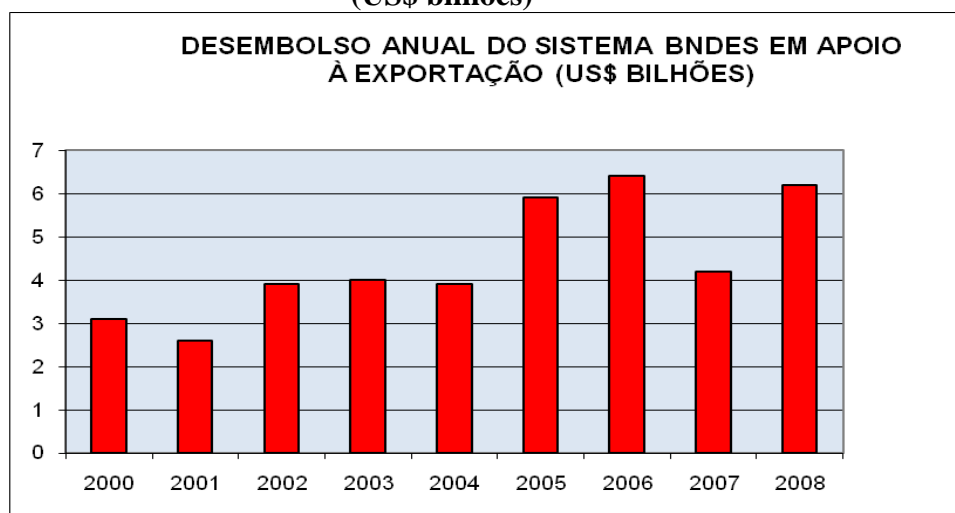
Ano	Desembolso
2000	3,1
2001	2,6
2002	3,9
2003	4
2004	3,9
2005	5,9
2006	6,4

2007	4,2
2008	6,2

Fonte: BNDES

Na política externa, o Brasil do Governo Lula também apresentou inovações com relação ao seu antecessor. Primeiro, houve uma mudança de orientação estratégica do Itamaraty, que passou a privilegiar as relações “Sul-Sul”, reforçando laços diplomáticos com a África e os países do BRIC, por exemplo. Foi mantida a antiga prioridade ao fortalecimento do MERCOSUL e à estratégia de expansão deste bloco econômico para o conjunto da América do Sul. A criação da UNASUL foi um resultado prático desta prioridade, e a adesão de países como o Chile - cuja diplomacia, desde os anos 1980, vinha mantendo uma postura de relativa distância dos seus vizinhos sul-americanos - fortalece a iniciativa, que conta com uma resistência mais direta apenas da Colômbia. Agora, os parceiros de UNASUL começam a cobrar uma postura mais ativa do Brasil em investimentos regionais, sobretudo, na infra-estrutura energética e na integração física do continente. Segundo argumentam, a consolidação do papel do Brasil como liderança regional está condicionada a este tipo de iniciativa. Também nesta matéria, o BNDES tem cumprido um papel importante, financiando projetos em países vizinhos, como a rodovia que ligará o Chile, a Bolívia e o Brasil, tendo como destino o porto de Santos (SP), e um empréstimo de US\$ 332 milhões à Bolívia, que financiará a construção de uma rodovia naquele país¹¹⁶.

Gráfico 3 - Desembolso anual do sistema BNDES em apoio à exportação (US\$ bilhões)



¹¹⁶ MAISONNAVE, Fabiano. **Brasil substitui EUA em acordo com Bolívia**. Folha de São Paulo. São Paulo, 23 de agosto de 2009.

Fonte: BNDES

Por outro lado, houve uma clara inflexão da chancelaria brasileira, após o Governo Lula, com relação ao projeto de criação da ALCA, que era uma prioridade durante o período de FHC. Ao invés de investir na ALCA, o Itamaraty, no Governo Lula, centrou esforços na busca de sucesso da “Rodada de Doha” da OMC, que projetava a liberalização do comércio mundial. Para o Brasil, esta liberalização era vista como uma janela de oportunidades para o seu posicionamento em condições mais atrativas junto ao mercado internacional de *commodities*, com destaque para o comércio de grãos, carne e alimentos. Até o momento, a “Rodada de Doha” está bloqueada, sobretudo, pela oposição dos países desenvolvidos, que insistem em manter suas barreiras alfandegárias às *commodities* que importam, principalmente, dos países em desenvolvimento. Apesar do anunciado otimismo da OMC e do próprio governo brasileiro sobre a possibilidade de retomada das negociações, tudo indica que a “Rodada de Doha” permanece fadada ao fracasso, o que reforça os argumentos de Chang (2004) e de Stiglitz (2002) sobre o comportamento historicamente protecionista dos países desenvolvidos.

Os resultados da política externa do Governo Lula são positivos, no sentido de conseguir atingir os objetivos almejados. Primeiro, houve uma diversificação dos parceiros internacionais do Brasil, o que diminuiu a vulnerabilidade externa do país, sobretudo, quando se trata da sua dependência com relação aos mercados dos países desenvolvidos. A Tabela 32 mostra a evolução da participação dos quatro principais destinos brasileiros no total das exportações nacionais, além do montante exportado para os demais países do mundo. Enquanto em 2002, último ano do Governo FHC, os EUA e a União Européia eram o destino de pouco mais da metade das exportações brasileiras, em 2006 a participação destes dois destinos caiu para 40%. Por outro lado, de 2002 para 2006, praticamente dobrou o volume de exportações brasileiras para países do MERCOSUL, e foi ampliada a exportação para outros parceiros comerciais que não os quatro principais, um resultado da prioridade conferida à diversificação de mercados importadores dos produtos brasileiros empreendida pelo Governo Lula. O estreitamento de relações com a África, por exemplo, pode ser considerada como uma responsável direta por esta diversificação.

Tabela 32 - Destinos das Exportações Brasileiras (%)

Destino	Ano	
	2002	2006
Ásia	14,6	15,1
EUA	25,7	18
União Européia	25	22,1
MERCOSUL	5,5	10,1
Demais	29,2	34,7
Total	100%	100%

Fonte: DIEESE (2007)

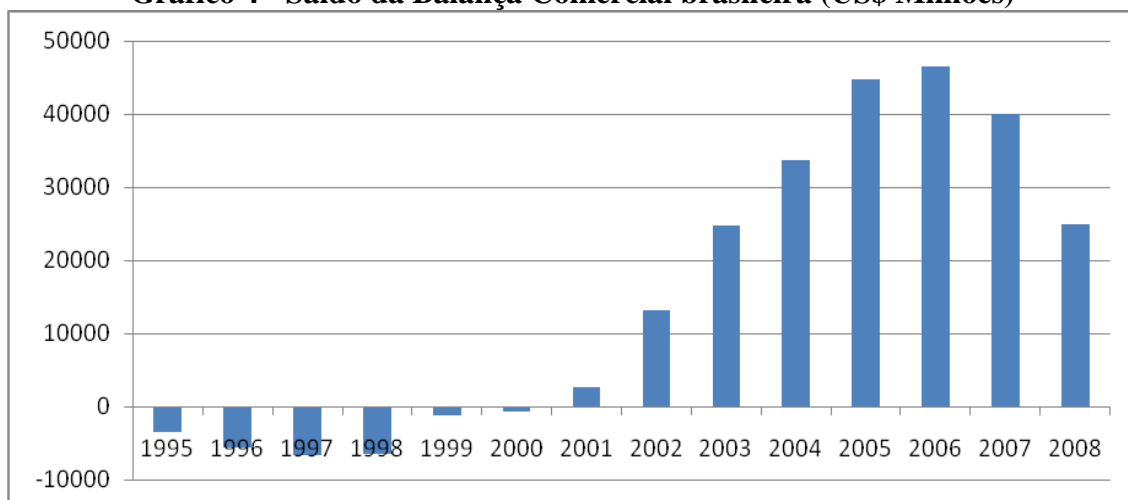
Esta conjunção de fatores – a retomada do papel do Estado como indutor das exportações, e a diversificação dos parceiros comerciais internacionais do país - se refletiu na balança comercial brasileira após o Governo Lula. Nos seis primeiros anos do período presidencial de FHC, o Brasil ostentou saldos negativos da balança comercial, recuperando-se em 2001 e em 2002. Em 2002, o último ano do mandato de FHC, o Brasil apresentou um saldo positivo de US\$ 13.121 milhões na balança comercial. Em 2006, último ano do primeiro mandato presidencial de Lula, o saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ 46.457, e mesmo em 2008, num momento de retração econômica internacional, o Brasil continuou a ostentar um saldo positivo da sua balança comercial, que era ainda superior ao saldo de 2002. O bom desempenho das exportações brasileiras, portanto, contando com o apoio do Estado, foi providencial para a manutenção das taxas de crescimento do PIB.

**Tabela 33 - Saldo da Balança Comercial brasileira
(US\$ Milhões)**

ANO	SALDO
1995	-3466
1996	-5599
1997	-6753
1998	-6575
1999	-1199
2000	-698
2001	2650
2002	13121
2003	24794
2004	33641
2005	44703
2006	46457
2007	40032
2008	24836

Fonte: Banco Central

Gráfico 4 - Saldo da Balança Comercial brasileira (US\$ Milhões)



Fonte: Banco Central

Se o desempenho econômico tem mostrado resultados positivos, o que faz o diferencial do Governo Lula como um governo de esquerda, que supera o paradigma neoliberal, é justamente o aumento do gasto público social e seu conseqüente impacto sobre a redução da pobreza e das desigualdades. Como afirmam Diniz e Boschi, “num contexto orçamentário extremamente restritivo, o governo [Lula] foi capaz de implementar as políticas sociais que marcam o seu diferencial como um governo de esquerda. Em linhas gerais, a política social foi caracterizada por escolhas estratégicas de alocação do gasto público que foram muito mais significativas do que as dos governos anteriores no que se refere, sobretudo, ao volume total aplicado em desenvolvimento social.” (DINIZ & BOSCHI: 2007, 119) As escolhas estratégicas às quais se referem Diniz e Boschi podem ser exemplificadas por iniciativas como a recuperação do salário mínimo e o Programa Bolsa Família, como já vimos. A Tabela 34 mostra o incremento do gasto social público brasileiro.

Tabela 34 - Gasto Público Social - Brasil

	1990-1991	1995-1996	2000-2001	2005-2006
Per Capita (em dólares de 2000)	337	415	445	535
% Gasto Público Total	48,9	55,6	61,6	72,1

Fonte: CEPAL -Panorama Social da America Latina - 2008

Ainda de acordo com dados da CEPAL, o Brasil vem experimentando um movimento de redução da desigualdade de renda, que se acentuou no Governo Lula, e que se expressa pela queda do Índice de Gini. A Tabela 35 expressa este movimento.

Tabela 35 - Evolução da Desigualdade no Brasil

Ano	Índice de Gini
1990	0,627
1999	0,640
2001	0,639
2003	0,621
2005	0,613
2006	0,602
2007	0,590

Fonte: CEPAL - Anuários Estatísticos da América Latina - 2005 a 2008

Finalmente, o crescimento da economia brasileira também veio acompanhado por uma expressiva redução da taxa de pobreza, segundo dados do IBGE. O número de pobres no Brasil, que era de 28% da população em 2003, caiu para 18,1% em 2007. (GOVERNO FEDERAL: 2009) Em conclusão, podemos afirmar que o Governo Lula é um típico exemplo de um governo reformista de esquerda que, sem romper com os princípios da economia de mercado e sem aplicar as fórmulas ditas “populistas” de política econômica – em contrário, prezando pela estabilidade da economia e das contas públicas –, tem garantido ao Estado um papel ativo na promoção do desenvolvimento econômico, não se limitando à função de regular a economia, e elegendo políticas públicas que têm impacto decisivo para a diminuição da pobreza e da desigualdade do país. Não concordamos, portanto, com a classificação, corrente entre seus críticos de direita e de esquerda, de que o Governo Lula tenha uma orientação neoliberal. Em contrário, avaliando seu desempenho e suas escolhas políticas, acreditamos que o Governo Lula é um típico governo da esquerda reformista social-democrata, um tipo político novo no continente latinoamericano, que também pode ser identificado no Chile da Concertación. (ROBERTS: 2008 e LANZARO: 2007 e 2008)

CONCLUSÃO

Esta tese procurou fazer uma reflexão sobre os rumos da esquerda contemporânea, particularmente, da esquerda na América Latina. Partimos do princípio de que esta reflexão se faz necessária no momento em que as transformações econômicas e sociais pelas quais passaram o mundo e a região nas três últimas décadas tiveram impacto decisivo sobre as forças políticas. A nova direita que então surgiu foi conservadora em matérias de comportamento, e neoliberal quando se tratava das questões econômicas. Confrontada com a globalização da economia, com a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” e dos novos sujeitos políticos que vieram à sua esteira, com o desafio ecológico, com a hegemonia política, econômica e cultural do neoliberalismo, com a disseminação da democracia como regime político pelo mundo, e com a crise da social-democracia européia e do socialismo real – que se constituíram como as duas principais referências políticas da esquerda no século XX – a esquerda se viu obrigada a se reformar, para continuar empunhando um discurso progressista. Na América Latina - e, particularmente, no seu Cone Sul -, esta reforma agregou um novo elemento, que seja, a experiência acumulada com as diversas ditaduras militares que se instalaram no continente nos anos 1960 e 1970, e as novas exigências políticas que apareciam no processo de redemocratização.

Entretanto, a renovação da esquerda se fez profunda, como vimos, e assumiu um caráter planetário. Em alguns casos, partidos históricos da esquerda se transformaram em partidos de centro, como foi o caso do Partido Comunista Italiano que, após ter se transformado em “Partido Democrático da Esquerda” no auge da crise do socialismo real, em 1991, passou por uma nova mudança em 2007, formando, em aliança com seus antigos rivais da Democracia Cristã, o novo “Partido Democrático”, de clara orientação centrista. Organizações com origem na esquerda armada assumiram um novo compromisso político com a democracia eleitoral. Na América Central, o abandono das armas possibilitou, na primeira década do século XXI, que os sandinistas regressassem ao poder na Nicarágua pela via eleitoral, mesmo caminho que, finalmente, conduziu a FMLN ao governo de El Salvador, após eleger para a Presidência da República o pragmático Mauricio Funes - um ex-jornalista da CNN latina, que não participou da luta armada no seu país, como fez a maior parte dos seus companheiros de partido.

O Partido Socialista do Chile e o Partido dos Trabalhadores, ao se renovarem, enfrentaram desafios particulares que os conduziram a uma orientação reformista e social-democrática, como vimos, abandonando qualquer reminiscência de uma postura revolucionária que, em determinado momento das suas histórias, dominou suas estratégias políticas. Mesmo que tenham adotado esta perspectiva revolucionária, a origem destes dois partidos não está relacionada com a típica organização marxista-leninista que, após a Revolução Russa, se disseminou pelo mundo. Apenas no caso do PSCh, que assumiu uma organização de moldes marxista-leninista entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, há alguma identidade histórica com esta tradição mais clássica da esquerda. Como consequência, o sujeito histórico ao qual estes partidos sempre se dirigiram foi a “classe trabalhadora”, e não a “classe operária”. No seu atual processo de renovação, como vimos, o PT e o PSCh se dirigem simplesmente ao “povo” ou aos “cidadãos”, repetindo uma trajetória que, como acentua Adam Przeworski (1989), é própria dos partidos de esquerda que assumem a estratégia eleitoral como nova prioridade.

Aderindo à via eleitoral de acesso ao poder, o PSCh e o PT se viram confrontados com a realidade dos sistemas políticos dos seus países, marcados pela fragmentação partidária e por uma legislação que, ao tempo em que dificulta o acesso ao parlamento para as forças partidárias que disputam sozinhas as eleições, exige maioria absoluta para a eleição do Executivo, estimulando, assim a realização de alianças eleitorais entre partidos políticos – o chamado “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES: 1988). Alianças políticas se fazem entre partidos diferentes, é evidente. Neste sentido, o PSCh e o PT se viram compelidos a abandonar sua anterior estratégia de “frente de esquerda” por uma estratégia de “centro-esquerda”, aproximando-se dos partidos de centro, a partir da construção de um programa de governo de tipo reformista, fundado no desenvolvimento econômico e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Para determinados setores mais à esquerda da vida política do Chile e do Brasil, esta opção do PSCh e do PT representou um “rebaixamento programático” e uma vacilação à direita, que resultava no abandono dos seus originais “compromissos de classe” com os trabalhadores. Em contrário, o PSCh e o PT se defendem afirmando que a flexibilização da política de alianças, para participar de forma mais vantajosa da disputa eleitoral, é a opção necessária para o combate do programa neoliberal sustentado pelos partidos de direita. Trazendo a questão para termos analíticos, observamos que esta mudança de atitude do PSCh e do PT deve ser entendida como um

comportamento racional e estratégico de dois partidos profissional-eleitorais, que buscam chegar ao poder através de um processo de adaptação ao ambiente institucional dos seus respectivos países, visando ter condições de distribuir, de maneira mais eficaz, incentivos seletivos e coletivos com seus militantes e eleitores.

Chegando ao governo, como vimos, o PSCh e o PT não promoveram mudanças profundas nos fundamentos da política macro-econômica que herdaram dos seus antecessores. Em contrário, deixaram-se levar pela lógica anunciada pelo então Ministro da Fazenda de Lula, Antônio Palocci, em entrevista de 2003: “questões macroeconômicas deixam de ser de esquerda ou de direita. O que faz um governo ser de esquerda é ter um compromisso de mudança que tem dimensão social, dimensão de país. Ser de esquerda é ter um compromisso que seja amplo e não segmentado, que faça o Estado estar essencialmente a serviço do interesse público.”¹¹⁷ Esta é uma linha de raciocínio que guarda muita semelhanças com os argumentos do ex-Presidente do Chile, o socialista Ricardo Lagos, que assim expressou sua ordem de prioridades em termos de políticas de governo: “the first question is to have order in your own economic and fiscal policies; second, to have growth; and then after you have growth, then we are going to discuss how are we going to distribute the outcome of that growth, and not the other way around” (LAGOS: 2002)

Sem romper com este anunciado fiscalismo – cujos termos seriam seguidos à risca por qualquer governo neoliberal -, os governos do PT e do PSCh foram também marcados pela aplicação de políticas sociais redistributivas, que impactaram decisivamente os gastos sociais públicos no Brasil e no Chile, tendo efeitos positivos na redução das desigualdades, como vimos. Se tais políticas sociais também podem ser aplicadas por governos de direita, é o *volume* de recursos públicos destinado aos gastos sociais o principal traço de *ruptura* dos governos destes dois partidos com relação ao paradigma neoliberal que orientou os seus antecessores. Mais ainda, se esta opção de políticas públicas tem um evidente resultado redistributivo - no sentido da promoção da igualdade social - podemos, aqui, usar a clivagem política “esquerda-direita”, nos termos enunciados por Norberto Bobbio (2001), para diferenciar os governos do PSCh e do PT dos seus adversários neoliberais. Nesta clivagem, estes dois partidos e seus governos, em virtude das suas opções de políticas públicas e dos resultados produzidos por estas políticas, ocupariam o pólo da esquerda.

¹¹⁷ “O homem do plano único”. Entrevista de Antônio Palocci Por Reinaldo Azevedo, Rui Nogueira e João Carlos de Oliveira. Revista Primeira Leitura. Edição de abril de 2003, nº14.

Se considerarmos que uma das características do neoliberalismo é a defesa da mínima intervenção estatal na economia, chegamos aqui a outro ponto de inflexão. Sobretudo após a chegada de Michelle Bachelet à Presidência da República, o Chile vem se caracterizando por uma presença cada vez mais ativa do Estado como promotor do desenvolvimento econômico, destacando-se as políticas de estímulo à pequena e à média empresa. Da mesma forma, como vimos no capítulo seis, o Estado brasileiro, após o Governo Lula, tem progressivamente retomado seu tradicional papel de promotor de políticas de desenvolvimento, mesmo que, agora, orientado por metas fiscais e macroeconômicas muito mais rigorosas que as observadas no país em períodos históricos anteriores.

Portanto, sinteticamente podemos concluir que a orientação política dos governos nacionais mais recentes do PSCh e do PT tem um forte componente *social-desenvolvimentista*, de ruptura com o programa neoliberal contemporaneamente sustentado pelas forças políticas de direita. É este componente que aproxima o PT e o PSCh da tradicional esquerda reformista social-democrata, além do fato de serem partidos cujas estratégias estão plenamente integradas aos rigores da institucionalidade democrática. Considerando-se que, até o século XX, a social-democracia foi um movimento de caráter tipicamente europeu ocidental, concluímos que, de fato, estamos diante de um novo tipo da esquerda latinoamericana, que aqui chamamos de *esquerda reformista social-democrática*.

Tratando precisamente da teoria dos partidos políticos, concluímos que as trajetórias recentes do PSCh e do PT são exemplos de como os partidos podem mudar sem perder sua identidade ideológica originária, mesmo que esta identidade deixe de ser explícita para se tornar latente, se articulando com outros objetivos organizativos, mais relacionados à distribuição dos incentivos seletivos, como argumenta Panebianco (2005). Por outro lado, a análise destas trajetórias também é importante para se entender *porque* os partidos mudam, e como eles se institucionalizam. Tanto no caso do PT como no caso do PSCh, como vimos, se tratam de dois partidos que se institucionalizaram e que, adaptando-se aos ambientes nacional e internacional nos quais estão inseridos, abandonaram a condição de partidos anti-sistema para se tornarem partidos profissional-eleitorais.

Na comparação entre das trajetórias do PT e do PSCh, entretanto, não apenas as *semelhanças* são evidentes. Os *contrastos* entre os dois partidos também aparecem com nitidez. Esta constatação reforça a nossa opção metodológica, de tratar a nova esquerda

reformista social-democrática latinoamericana - da qual identificamos o PT e o PSCh como dois exemplares - como um *tipo ideal*. Como ferramenta metodológica teoricamente construída para fins comparativos, o tipo ideal, quando submetido à observação empírica, vai encontrar maior ou menor aproximação da realidade social, a depender de cada caso concreto.

Em se tratando de orientação da política externa, observamos expressiva distinção entre os governos do PSCh e do PT. No caso chileno, a opção foi por um modelo aberto de inserção no mercado global, optando por uma estratégia de assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLC) fundados em relações bilaterais e/ou multilaterais que, pelo menos até o governo de Ricardo Lagos, não tinham a América Latina no seu horizonte estratégico. Considerando-se que o PSCh, tradicionalmente, sempre se afirmou como um partido latino-americanista, inclusive ostentando na sua bandeira o mapa da América Latina, estamos diante de outro ponto de inflexão na trajetória deste partido. Esta é uma postura que reflete negativamente no seio da esquerda extraparlamentar e da intelectualidade de esquerda no Chile, causando certo mal-estar, inclusive, em setores do próprio PSCh. É evidente que esta situação mudou consideravelmente nos últimos anos. Após a chegada de Michelle Bachelet no governo, o Chile passou a dar uma prioridade às relações internacionais com a América Latina que não era vista desde o governo de Salvador Allende, tendo esta prioridade se materializado na entusiasmada participação do país na UNASUL – mesmo que não tenha encontrado recíproca em uma eventual participação chilena no Banco do Sul.

De toda forma, o grau e a forma de inserção chilena na economia global estão desenvolvidos a um ponto tal que limitam a participação do país em determinados arranjos regionais com seus vizinhos de América do Sul. Por exemplo, por causa dos seus TLCs, o Chile tem sérias restrições para participar de um eventual “mercado comum sul-americano”, nos moldes projetados pelos tratados fundadores do MERCOSUL e da UNASUL. Mais ainda, ao firmar TLCs com países como os EUA, o Canadá, a Coréia do Sul e a China, e com blocos regionais como a União Européia, o Chile – a pátria-sede da CEPAL – parece ter feito uma opção definitiva por uma condição de país exportador de *commodities*, restringindo sua indústria àqueles setores identificados com os principais produtos da sua pauta de exportação, como os vinhos, as frutas e o salmão. Tudo isto contrasta com a orientação política do Brasil após o Governo Lula, que, além de bloquear as negociações da ALCA, optou por uma

estratégia de fortalecimento da industrialização, principalmente, em setores que anteriormente haviam sido abandonados, como a indústria náutica.

Um ponto em particular merece destaque, e é com ele que gostaríamos de finalizar esta tese. É paradigmático o fato de dois partidos que apresentamos como fortemente institucionalizados, como o PT e o PSCh, terem produzido lideranças políticas que, a despeito de sua origem fortemente identificada com seus próprios partidos, acabaram por construir um capital político próprio, que as fazem transcender em muito as estreitas fronteiras partidárias, mesmo em se tratando de dois partidos detentores de capitais políticos consideráveis, *vis a vis* seus principais concorrentes. Especificamente, estamos tratando dos presidentes Lula e Michelle Bachelet, ambos, fenômenos de popularidade junto à opinião pública dos seus respectivos países. Popularidades estas, entretanto, que nenhum dos dois personagens consegue transferir para os seus respectivos partidos políticos, o PT e o PSCh.

Após a chegada de Lula ao poder, muito pelo contrário, o PT diminuiu sua representação parlamentar, uma vez que as dissidências internas observadas no primeiro mandato presidencial de Lula não foram compensadas nas eleições parlamentares de 2006, que reelegeram o presidente petista. Por outro lado, também merece consideração o fato de, após a chegada de Lula ao poder, não se ter assistido ao inchaço artificial da bancada parlamentar petista, como aconteceu com o PMDB, o PRN e o PSDB nos períodos presidenciais, respectivamente, de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Isto deve ser encarado como um sinal de institucionalização do PT, uma vez que foi justamente a força das suas instituições internas que afastou das suas fileiras parlamentares “flutuantes” e ávidos por se aproximar do poder.

Lula foi responsável por transferir para o PT a responsabilidade pela principal crise que atingiu o seu governo - a chamada “crise do mensalão”, em 2005, que, nos seus momentos de maior exaltação, chegou a ameaçar a sobrevivência do próprio registro do PT junto à Justiça Eleitoral. Da mesma forma, na campanha de 2006, uma crise que se instalou no comitê eleitoral petista em São Paulo – a tentativa mal sucedida de construção de um dossiê contra adversários eleitorais - foi exclusivamente atribuída, pelo próprio Lula, aos “alopradados do PT”. No decorrer dos mandatos de Lula, o PT assistiu passivo à diminuição da sua influência no gabinete ministerial, sendo obrigado, em nome da manutenção da governabilidade, a ceder espaços generosos a partidos aliados. Nas mãos do PMDB estão ministérios importantes, como o Ministério da Agricultura - entregue a um deputado federal com passagem nos ministérios de Collor e

de FHC, e com forte identidade com o agronegócio, Reinhold Stephanes - além do Ministério da Saúde e da FUNASA. Para o PDT, partido ligado à central “Força Sindical”, que disputa com a CUT, central de maioria petista, a hegemonia do movimento sindical brasileiro, foi reservado o Ministério do Trabalho, enquanto que o PP, um partido de direita, está à frente do Ministério das Cidades, um espaço privilegiado para o diálogo com os movimentos sociais urbanos, fortemente influenciados pelo PT. Ou seja, dois ministérios relacionados diretamente com os rumos de estratos do movimento social que são fortemente influenciados pelo PT, foram entregues a partidos aliados. O Banco Central, por sua vez, está entregue a um ex-banqueiro internacional e ex-deputado federal do PSDB de Goiás, Henrique Meirelles, cuja gestão foi duramente criticada pelo PT, pelo seu suposto “excesso de ortodoxia”. Mesmo assim, Meirelles sempre foi merecedor da mais alta confiança e respaldo do Presidente Lula. Por fim, a Secretaria das Relações Institucionais, responsável pela relação Executivo-Legislativo, particularmente, no que se refere à liberação das emendas parlamentares ao Orçamento da União, durante a maior parte do Governo Lula esteve nas mãos de partidos aliados, como o PCdoB e o PTB, fato que também sempre causou incômodo ao PT.

Da cota do PT no ministério de Lula, ao menos um posto é ocupado por um ministro que, a despeito de ser petista, tem um perfil muito mais técnico do que militante, e que foi uma indicação pessoal do presidente Lula, e não das instâncias diretivas do PT. Estamos nos referindo, justamente, ao responsável por uma das maiores fatias do Orçamento da União, o Ministro da Educação, o sociólogo Fernando Haddad. Por fim, considerado o chamado “núcleo duro” do Governo Lula no segundo mandato presidencial - composto pela Casa Civil, pela Secretaria Geral da Presidência, pelo Ministério da Fazenda, pela Secretaria das Relações Institucionais e pela Secretaria de Comunicação Social, ou seja, a parte propriamente “política” do Governo, que até 2005 era ocupada exclusivamente por petistas históricos - apenas o ministro Luis Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, pode ser considerado como alguém “de dentro” da máquina partidária petista. Tal condição não é desfrutada nem pelo ministro Guido Mantega - mesmo que ele seja um antigo assessor econômico do PT - nem mesmo pela ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que se filiou ao PT apenas em 2000, vindo do PDT. Desde então, Dilma tem uma militância por demais técnica - seja como secretária do governo petista do Rio Grande do Sul, seja como ministra de Lula - para ter tempo de se familiarizar com os meandros da rígida estrutura organizacional petista.

De fato, Dilma pode ser vista como uma “cristã nova” no petismo, pouco conhecida pelos seus principais dirigentes e pela sua militância, e pouco afeita aos mecanismos internos de funcionamento do PT. Mesmo assim, conquistou a confiança e a simpatia de Lula, que unilateralmente lhe indicou como candidata petista à sua própria sucessão, em 2010. No PT, não houve quem contestasse a indicação de Lula, e Dilma foi previamente ungida como única pré-candidata presidencial petista, ao menos, desde 2008, quando cessaram os rumores de que o ministro Patrus Ananias - ele sim, um petista histórico - poderia se dispor à disputa presidencial. Entretanto, Dilma encarna o discurso social-desenvolvimentista que marcou o segundo governo Lula, defendendo um papel muito mais forte à presença do Estado na economia do que o fazem “dirigentes históricos” como o ex-ministro Antônio Palocci. Assim, mirando a questão por estes termos programáticos, Dilma parece ter mais identidade com a tradição do PT do que tinha aquela política econômica que foi conduzida por Palocci nos primeiros anos do Governo Lula. Por este motivo, a escolha de Dilma tem sido aceita com alguma tranquilidade seja pela intelectualidade de esquerda – que havia se afastado do PT no auge da influência das teses de Palocci no governo – seja pela própria militância petista.

De maneira similar, Michelle Bachelet, à frente da presidência do Chile, vem ostentando um grau de satisfação com o seu governo e de popularidade inéditos na história presidencial do Chile, que transcendem não apenas o seu Partido Socialista, o único partido no qual ela teve militância e pelo qual foi indicada como candidata à Presidenta da República, como também a própria Concertación. Na eleição presidencial chilena de 2009, onde será eleito seu sucessor, Bachelet não se mostrou capaz de evitar defecções na Concertación, surpreendentemente combatida perante o mesmo eleitorado que espetacularmente aprova o seu governo, mas que participa pouco da vida política do seu país e que também tem pouca ou nenhuma identidade com os principais partidos políticos, o que se mostra surpreendente num ambiente poliárquico que consideramos como institucionalizado. Uma vez escolhido o candidato único da Concertación, o ex-presidente Eduardo Frei, Bachelet não vem conseguindo reverter em votos para ele o seu capital político pessoal. Mesmo assim, segue como uma liderança incontestada, sendo uma forte candidata presidencial em 2013, antecipando os passos que, hoje, parece que também serão trilhados por Lula em 2014.

O “lulismo” e o “bacheletismo”, portanto, tratam-se de fenômenos típicos de liderança carismática, segundo os termos de Max Weber, podendo ser considerados como reminiscências “delegativas”, conforme O’Donnell (1991), numa democracia

institucionalizada, como a chilena, ou noutra democracia em vias de institucionalização, como a brasileira. Voltando a Weber, não podemos considerar o “lulismo” e o “bacheletismo” nem como casos de “carisma puro” - uma vez que ambos estão relacionados com instituições partidárias que conseguem sobrepor, mas nunca anular por completo, já que nos parece certo que tanto o PT como o PSCh terão sobrevivência, como instituição, ao eventual desaparecimento das duas lideranças carismáticas em questão -, nem como um caso de “carisma situacional”, pois não tratamos aqui de situações de crise aguda. Mas são fenômenos tipicamente latinoamericanos, onde o peso da tradição caudilhista consegue se fazer presente mesmo em ambientes poliárquicos.

Se não estamos aqui lidando com um fenômeno populista das mesmas dimensões do chamado “chavismo” - que analisamos nos terceiro e quarto capítulo -, a própria existência do “lulismo” e do “bacheletismo” nos sugere que tampouco estamos diante de democracias desenvolvidas, segundo o padrão europeu ocidental do pós-2ª Guerra Mundial, onde as lideranças políticas de grande notoriedade, no mais das vezes, estiveram sob a estrita mediação institucional de partidos fortes - e estamos lembrando, aqui, de figuras do porte de Konrad Adenauer, Olof Palm, François Mitterrand e Willy Brandt, dentre outros. O “lulismo” e o “bacheletismo”, nestes termos, são expressões autênticas do novo tipo da esquerda latinoamericana ao qual nos referimos nesta tese, a esquerda reformista social-democrática que, ao mesmo tempo, também é um tipo novo - e latinoamericano, com toda a carga de tradição e de cultura política que está associada a este termo - de social-democracia, um tipo de esquerda que, até duas décadas, poderia ser considerado como um fenômeno exclusivamente europeu.

BIBLIOGRAFIA

1 – Livros, artigos e demais estudos

- ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. In **Dados**. Revista de Ciências Sociais. V. 31. N° 1. 1988.
- ÁGUILA, Ernesto. **Hacia un nuevo ciclo de políticas en educación**. Centro de Estudios Sociales Avance. <http://www.centroavance.cl> Acessado em 22 de janeiro de 2008.
- ALLENDE, Isabel. **Mi país inventado**. 6 ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2006.
- ALTAMIRANO, Carlos. **El enfrentamiento es inevitable**. Revista Punto Final. N° 120. 22 de diciembre de 1970.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha**. As mudanças do programa petista nos anos 1990. São Paulo: Garçon, 2003.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Octávio. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; FGV, 2006.
- ANDERSON, Perry. **As afinidades de Norberto Bobbio**. Novos Estudos. N° 24. São Paulo: Julho de 1989.
- _____ & CAMILLER, Patrick. **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANGELO, Vitor Amorim de. **A trajetória da Democracia Socialista**. Da fundação ao PT. São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- ARRATE, Jorge. **El socialismo chileno: rescate y renovación**. Edición Digital. Archivos Internet Salvador Allende. www.salvador-allende.cl . Julio de 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARTHUR, Chris & McCARNEY, Joseph. **O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros**. Revista Crítica Marxista. N° 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- BACHRACH, Peter. **Crítica de la teoría elitista de la democracia**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- BANCO CENTRAL DE CHILE. **Informe de política monetária**. Mayo de 2008a.
- _____. **Una Mirada a la Economía Chilena**. Septiembre de 2008b.

- BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. A visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização. São Paulo: Futura, 2003.
- BATISTA JR. Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BACHELET, Michele. **Discursos escogidos**. Enero - junio de 2007. Santiago: Secretaría de Comunicaciones Palacio de La Moneda, diciembre de 2007.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. Barcelona: Paidós, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A Cidadania Ativa**. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BLONDEL, Jean. **Party systems and patterns of government in western democracies**. Canadian Journal of Political Science. Nº 2. V. 1. Jun. 1968.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Liberalismo e democracia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O futuro da democracia**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2001.
- BRAGA, Maria do Socorro S. “Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e conseqüências das coligações partidárias no Brasil”. In SOARES, Gláucio Ary D. & RENNÓ, Lúcio. **Reforma Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia Desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Latin America's Left Turn**. Foreign Affairs. Number 3. Vol. 85. May/June 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **El poder de la identidad**. México: Siglo Veintiuno, 2000.
- _____. **Globalización, desarrollo y democracia**. Chile en el contexto mundial. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe (2007-2008)**. 2008.

- _____. **Balance Preliminar de Economías de América Latina y Caribe 2008.** 2009a.
- _____. **Anuário Estatístico de América Latina y Caribe 2008.** 2009b.
- _____. **Panorama Social de América Latina 2008.** 2009c.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada.** São Paulo: Unesp, 2004.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **José Genoíno. Escolhas políticas.** São Paulo: Centauro, 2007.
- COLLIER, Simón. **Historia de Chile (1808-1994).** Cambridge : Cambridge University Press, 1999.
- _____. **Chile: la construcción de una República (1830 – 1865).** Política e ideas. Santiago: PUC, 2005.
- COLOMBER, Joseph & ESCATEL, Luis. **La dimensión izquierda-derecha en América Latina.** Desarrollo Económico. N° 177. Vol. 45. Buenos Aires: IDES, abril-junio de 2005.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia.** São Paulo: Edusp, 1997
- _____. **Um prefácio à democracia econômica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- DÍAZ-TENDERO, Eolo. **¿Proyecto versus Liderazgo?.** El Partido Socialista de Chile entre Gobernabilidad y Representación. Corporación Tiempo 2000. Papeles de Trabajo. N°79. Santiago: 2004.
- DIEESE. **Anuário dos trabalhadores 2007.** 8 ed. São Paulo: DIEESE, 2007.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Ricardo R. **A difícil rota do desenvolvimento.** Empresários e a agenda neoliberal. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.
- DULCI, Luiz Soares. **Por uma nova estratégia.** Teoria e Debate. N° 34. Março/abril/maio de 1997.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ESCALONA, Camilo. **Chile. Democracia. Concertación.** Santiago: La Nación, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & FORTES, Alexandre (Orgs.). **Muitos caminhos, uma estrela.** Memórias de militantes do PT. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FIORI, José Luís. **O quebra-cabeça da esquerda.** Correio Braziliense. Brasília, 16 de maio de 2004.

- _____. “Olhando para a esquerda latinoamericana”. In DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, estado e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- _____. **A governabilidade democrática na nova ordem econômica**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados - USP, s/d. Disponível na internet no sítio <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fiorigovernabilidade.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2009.
- FLEISCHER, David V. (Org.) **Os Partidos Políticos no Brasil**. 2 Volumes. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- _____. **Consecuencias políticas del sistema electoral brasileño: partidos, legislativo y gobernabilidad - 1965-1995**. Cuadernos del CAPEL. N. 39. San José: Centro de Asesoría y Promoción Electoral/IIDH, 1995.
- _____. “Os partidos políticos”. In AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (Orgs.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004. Pp. 249-283.
- _____. **Brazil’s Interface with the Global Crisis – 2008-2009**. *Mimeo*. New York: The City University of New York, 2009.
- _____ & DALMORO, Jefferson. “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”. In KRAUSE, Silvana & SCHMITT, Rogério (Orgs.) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.
- FUENTES, Cláudio. “Partidos políticos en Chile: entre pactos y proyectos”. In DRAKE, Paul & JAKSIC, Ivan (Orgs.). **El modelo chileno: democracia y desarrollo en los noventa**. Santiago: LOM, 1999.
- _____ & DÁVILA, Mireya (Orgs.). **Promesas de cambio**. Izquierda y derecha en Chile contemporáneo. Santiago: FLACSO / Editorial Universitaria, 2002.
- _____ & RÍOS, Cláudia. **Una reforma necesaria: efectos del sistema binominal**. 2 ed. Santiago: FLACSO - Chile, 2007.
- GARCIA, Marco Aurélio. **América do Sul: do destino à construção**. *Revista Teoria e Debate*. Nº 75. Janeiro/fevereiro de 2008 (a).
- _____. **Nuevos gobiernos en América del Sur**. Nueva Sociedad. No 217. Septiembre-octubre de 2008 (b).

- GARRETÓN, Manuel Antonio. **Las ideas de la renovación socialista. Síntesis y balance.** Material de discusión. Programa Flacso - Chile. N° 93. Santiago, marzo de 1987.
- _____. **Las transiciones a la democracia y el caso chileno.** Material de discusión. Programa Flacso - Chile. N° 116. Santiago, enero de 1989 (a).
- _____. **The chilean political process.** Boston: Unwin Hyman, 1989 (b).
- _____. **Partidos, transición y democracia en Chile.** Documento de trabajo. N° 443. Santiago: FLACSO - Programa Chile, abril de 1990. (a)
- _____. **Socialismo real y socialismo posible.** Material de discusión. N° 126. Santiago: FLACSO - Programa Chile, agosto de 1990. (b)
- _____. **Democracia y democratización.** México: Unam, 1999.
- _____. **Del postpinochetismo a la sociedad democrática.** Santiago: Debate, 2007.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Unesp, 1996.
- _____. **A Terceira Via.** 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 (a).
- _____. **A Terceira Via e seus críticos.** Rio de Janeiro: Record, 2001 (b)].
- GIL, Federico G. **The political system of Chile.** Boston: Houghton Mifflin, 1966.
- GOVERNO FEDERAL. **Balanco do PAC. 2 anos.** Brasília: fevereiro de 2009.
- GUIMARÃES, Juarez. **A estratégia da pinça.** Revista Teoria e Debate. N° 12. Outubro/novembro/dezembro de 1990.
- _____. **Socialismo democrático e republicanismo.** Disponível na internet no portal do Partido dos Trabalhadores, no sitio www.pt.org.br . Acessado em 22/02/2007.
- GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRAY, John. **Falso Amanhecer.** Os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HELD, David. **Models of democracy.** 3 ed. Stanford: Stanford University Press, 2006.

- HELD, David & MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **O Novo Século**. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HUNEEUS, Carlos. **Las coaliciones de partidos: ¿Un nuevo escenario para el sistema partidista chileno?** Revista Política. Volumen 45. Universidad de Chile, Primavera 2005.
- _____. “As eleições do Chile: continuidade ou mudança?” *In* Política Externa. V. 14. Nº 4. São Paulo: Paz e Terra, março a maio de 2006.
- _____. **Las consecuencias del caso Pinochet em la política chilena**. Disponível na internet no sitio <http://www.cerc.cl/Publicaciones/Consecuencias%20del%20caso%20Pinochet%20en%20la%20politica%20chilena.pdf>. Acessado em 17 de janeiro de 2009a.
- _____. “La necesidad de la reforma electoral en la nueva democracia.” *In* HUNEEUS, Carlos (Org.). **La reforma del sistema binominal: una contribución al debate**. Santiago: Catalonia, 2006. Disponível na internet no sitio <http://www.cerc.cl/Publicaciones/Huneeus%20Libro%20Reforma%20Sistema%20Binominal.pdf>. Acessado em 17 de janeiro de 2009b.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- _____. **A Terceira Onda**. São Paulo: Ática, 1994.
- HUNTER, Wendy. **Brazil's new direction**. Journal of Democracy. Volume 14. Number 2. April 2003.
- _____. **Growth and transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2002**. Kellogg Institute. Working Paper # 326. August 2006.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- INGLEHART, Ronald. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

- JANDA, Keneth. "Comparative political parties: research and theory". In FINIFTER, Ada W. (Org.) **Political science: the state of the discipline II**. Washington: APSA, 1993.
- KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'Alva G. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 19. Nº. 54. Fevereiro/2004.
- _____. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 20. Nº. 57. Fevereiro/2005.
- KIRCHEIMER, Otto. "The transformation of the western european party systems". In LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (Orgs.). **Political parties and political development**. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LAFONTAINE, Oskar. **The heart beats on the left**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- LAGOS, Ricardo. **A View from the South**. Londres: Conferência da Governança Progressista, 2003. Capturado da internet em 25/03/2004 no sitio <http://www.policy-network.net/php/article.php?sid=5&aid=170>
- _____. **Interview on PBS**. 2002. Capturado da internet em 25/03/2004 no sitio http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int_ricardolagos.html
- LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Raquel. **Partidos políticos e consolidação democrática**. O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LANZARO, Jorge. **Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia**. Una tipología para avanzar en el análisis comparado. IUPERJ: Análise de Conjuntura OPSA. N.12. Dez. 2007.
- _____. **La socialdemocracia criolla**. Nueva Sociedad. N. 217. Septiembre-octubre de 2008.
- LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. "The origin and development of political parties". In LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (Orgs.). **Political parties and political development**. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2006**. Santiago, 2006.
- _____. **Informe Latinobarómetro 2007**. Santiago, 2007.

-
- _____. **Informe Latinobarómetro 2008**. Santiago, 2008.
- LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**. Iuperj/Rio Fundo, Rio de Janeiro, 1991.
- LEFORT, Claude. **Pensando o Político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LINDEN, Peter. **Esquerda de cara nova**. Le Monde Diplomatique Brasil. Maio de 2008. Disponível na internet no sítio <http://diplo.uol.com.br/2008-05,a2412> . Acessado em 12 de fevereiro de 2009.
- LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**. O caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. "Introduction". In MAINWARING, S. & SCULLY, T. R. (Org.). **Building democratic institutions**. Standford: Standford University Press, 1995.
- MAINWARING, Scott & TORCAL, Mariano. **El conflicto democracia / autoritarismo y sus bases sociales em Chile, 1973 - 1995: um ejemplo de redefinición política de un cleavage**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. Número 103. Madrid, 2003.
-
- _____. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião Pública. Vol. XI, nº 2. Campinas: Outubro de 2005.
- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R. & POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAIR, Peter & KATZ, Richard. "Party organization, party democracy and the emergence of the cartel party". In MAIR, Peter. **Party system change**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- MANTEGA, Guido. **Panorama da economia brasileira**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2007
- MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.
- MASSIS, Diana & HIDALGO, Guillermo. **Lagos**. El hombre, el político. Santiago: Planeta, 1999.

- MELLER, Patricio. “Pobreza y distribución del ingreso en Chile (Década de los noventa).” *In* DRAKE, Paul & JAKSIC, Ivan (Orgs.). **El modelo chileno: democracia y desarrollo en los noventa**. Santiago: LOM, 1999.
- MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as Cadeiras do Lugar**. Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____ & SAÉZ, Manuel Alcántara (Orgs.). **A democracia brasileira**. Balanços e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT. A formação de um partido**. 1979 – 1982. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
- _____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo**. (1985 – 1997). São Paulo: Paz & Terra, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, UNB, 1982.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Quadro sinóptico das teorias da globalização**. Brasília: *Mimeo*, 2005.
- _____. **Utopias do pós-socialismo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21 nº. 61. Junho de 2006.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Política econômica e reformas estruturais**. Brasília: 2003.
- MINISTERIO DE HACIENDA. **Estado de la hacienda pública 2008**. Santiago, septiembre de 2008.
- MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN. **Encuesta CASEN 2006**. Santiago, 2006
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Comercio exterior de Chile**. Cuarto trimestre 2007. Santiago, febrero de 2008.
- MINISTERIO SECRETARIA GENERAL DE GOBIERNO. **Chile 2005**. El país que somos. Santiago: 2005.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos**. A derrubada de Salvador Allende. 1970 – 1973. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- MOULIAN, Tomás. **Chile Actual**. Anatomía de un mito. 2 ed. Santiago: LOM, 2002.
- _____. “El sistema de partidos em Chile”. *In* CAVAROZZI, Marcelo & MEDINA, Juan Abal (Orgs.). **El asedio a la política**. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

- MUÑOZ, Oscar. **El modelo económico de la Concertación**. Santiago: Catalonia, 2007.
- NATANSON, José. **La nueva izquierda**. Buenos Aires: Debate, 2008.
- NAVIA, Patricio. **La izquierda de Lagos vs. la izquierda de Chávez**. Foreign Affairs en Español. Vol 6. Número 2. Abril-Junio 2006.
- _____ & CABEZAS, José Miguel. **Efectos del sistema binominal em el número de candidatos y de partidos em elecciones legislativas em Chile, 1989 - 2001**. Documentos de Trabajo ICSO. Número 3. Año 1. Santiago, Septiembre 2005.
- NEUMANN, Sigmund. “En torno a um estudo comparativo de los partidos políticos”. In NEUMANN, Sigmund (Org.). **Partidos políticos modernos**. Iniciación al estudio comparativo de los sistemas políticos. Madrid: Tecnos, 1965.
- NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- NOVE, Alec. **A Economia do socialismo possível**. São Paulo: Ática, 1989.
- O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** Novos estudos. N° 31. CEBRAP, Outubro de 1991
- OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus: 1996.
- OMINAMI, Carlos & ENRÍQUEZ-OMINAMI, Marco. **Animales políticos**. Santiago: Planeta, 2004.
- ORTIZ, Edison. **El socialismo chileno**. De Allende a Bachellet. Santiago: Fielso, 2007.
- OSTROGORSKI, Moisei. **La democracia y los partidos políticos**. Madri: Trotta, 2008.
- PANEBIANCO, Angelo. **Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PANIZA, Francisco. “La marea rosa”. In SAÉZ, Manuel Alcántara & DÍEZ, Fátima García (Orgs.). **Elecciones y política en América Latina**. Madrid: CEPC, 2008.
- PARANÁ, Denise. **Entre o sonho e o poder**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo: 1979-2002**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburg / Fundação Perseu Abramo, 2005.
- PASTOR Daniel. **Origins of the chilean binominal election system**. Revista de Ciencia Política. V. XXIV. N° 1. Santiago, 2004.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- PETKOFF, Teodoro. **As duas esquerdas**. Nueva Sociedad Especial em Português. Outubro de 2007.
- PINHEIRO, Márcia. **Emergentes Fortes**. Revista Carta Capital. Nº 496. 21 de maio de 2008.
- PINTO, Celi & SANTOS, André Marengo dos (Orgs.) **Partidos no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002.
- PNUD. **Informe sobre desarrollo humano**. Madrid: Mundi-Prensa, 1999.
- _____. **Desarrollo humano en Chile**. Nosotros los chilenos: un desafío cultural. Santiago de Chile, 2002.
- _____. **La democracia en América Latina**. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Buenos Aires: Alfaguara, 2004a.
- _____. **La democracia en América Latina**. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Contribuciones para el debate. Buenos Aires: Alfaguara, 2004b.
- _____. **Desarrollo humano en Chile**. El poder: ¿para qué y para quién? Santiago de Chile, diciembre 2004c.
- POMAR, Valter. **Socialismo ou barbárie**. Documentos da Articulação de Esquerda. São Paulo: Viramundo, 2000.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RAE, Douglas. **Leyes electorales y sistemas de partidos políticos**. Madrid: Citep, 1977.
- ROBERTS, Kenneth M. *Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru*. Standford: Stanford University Press, 1998.
- _____. **¿Es posible uma socialdemocracia en América Latina?** Nueva Sociedad. No 217. Septiembre-octubre de 2008.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: USP, 2002.
- _____. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

- RODRÍGUEZ, Leticia M. Ruiz. “Las elecciones presidenciales y parlamentarias de 2005-2006 en Chile”. In SAÉZ, Manuel Alcántara & DÍEZ, Fátima García (Orgs.). **Elecciones y política en América Latina**. Madrid: CEPC, 2008.
- SADER, Emir. **Chile**. (1818-1990). Da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **A nova toupeira**. Os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SAÉZ, Manuel Alcántara & FREIDENBERG, Flávia. **Partidos políticos na América Latina**. Opinião Pública. Vol. VIII. Nº2. Campinas, 2002.
- SALAZAR, Gabriel. **Construcción de Estado en Chile**. (1800 – 1837). Santiago: Sudamericana, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Socialismo do século 21**. Folha de São Paulo. São Paulo, 07 de junho de 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático” In SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Poliarquia em 3D**. *Dados* [online]. 1998, Vol. 41, no. 2 [cited 2008-06-18], pp. 207-281.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1982.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984
- SCULLY, Timothy R.. “Reconstituting party politics in Chile”. In MAINWARING, S. & SCULLY, T. R. (Org.). **Building democratic institutions**. Standford: Standford University Press, 1995.
- SIAVELIS, Peter. **Sistema electoral, desintegración de coaliciones y democracia en Chile: ¿el fin de la Concertación?** Revista de ciencia política. V. XXIV. Nº 1. Santiago, 2004.
- _____. **Los peligros de la ingeniería electoral (y de predecir sus efectos)**. Política – Revista de Ciência Política. V. 45. Santiago, Primavera 2005.

- SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC - SP. São Paulo: 1998.
- _____. **O PT e os marxismos da tradição trotskista**. Revista Espaço Acadêmico. Nº 00. Maio de 2001. Capturado da internet em 23 de outubro de 2007 no sítio <http://www.espacoacademico.com.br/000/0trotskismo.htm>
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: a “nova política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954 – 1964)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2002.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: USP, 2000.
- _____. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- _____. & KOVARICK, Lúcio. **A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo**. In Novos Estudos CEBRAP. Nº 35, março 1993.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- SOARES, Sergei (et. ali.). **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade**. IPEA. Texto para discussão. Nº 1293. Brasília, julho de 2007.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. 4 ed. São Paulo: Futura, 2002.
- TAAGEPERA, R. & SHUGART, M.S. **Seats and Votes: The Effects and Determinants of Electoral System**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- TERZI, Antonio Cortés. **Reflexões sobre Allende e o Chile**. Portal Gramsci e o Brasil. Junho de 2008. Disponível na internet no sítio <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=947>. Acessado em janeiro de 2009.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.
- ULIÁNOVA, Olga & FEDIAKOVA, Eugenia. **Algunos aspectos de la ayuda financiera del Partido Comunista de la URSS al comunismo chileno durante la Guerra Fría**. Estudios Públicos. Nº 72. Santiago, 1998.

- UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- VALENZUELA, Arturo. "Chile: origins, consolidation and breakdown of a democratic regime". In DIAMOND, L., LINZ, J. & LIPSET, S. M. **Democracy in development countries**. Latin America. Vol. 4. Colorado: Lynne Rienner; London: Adamantine, 1989.
- VALENZUELA, J. Samuel. **Orígenes y transformaciones del sistema de partidos en Chile**. Estudios Públicos. Nº 58. Santiago, Otoño de 1995.
- VEGA, Humberto. **En vez de la injusticia**. Un camino para el desarrollo de Chile del siglo XXI. Santiago: Debate, 2007.
- VERDEJO, Inés Picazo. "Partido Socialista de Chile". In SAÉZ, Manuel Alcántara & FREIDENBERG, Flávia (Orgs.). **Partidos políticos de América Latina**. Cono Sur. México: Fondo de Cultura Económica; IFE, 2003.
- WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- WALKER, Ignacio. **Socialismo e democracia**. Chile y Europa en perspectiva comparada. Santiago: CIEPLAN / HACHETTE, 1990.
- WARE, Alan. **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid: Istmo, 2004.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol. 2. Brasília: UNB, 1999.

2 - Entrevistas

Partido dos Trabalhadores:

Henrique Fontana - 29 de abril de 2006

Humberto Costa - 29 de abril de 2006

Joaquim Soriano - 12 de fevereiro de 2007

Maria do Rosário - 29 de abril de 2006

Rafael Pops - 29 de abril de 2006

Raul Pont – 29 de abril de 2006

Ricardo Berzoini - 21 de janeiro de 2008

Valter Pomar - 8 de maio de 2006

Partido Socialista do Chile:

Daniel Melo – 06 de março de 2008

Francisco Bucat – 28 de fevereiro de 2008

Luciano Valle – 04 de março de 2008

Marcelo Schilling - 13 de fevereiro de 2008

Ricardo Núñez – 06 de março de 2008